

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DOUTORADO**

PETERSON ALEXANDRE MARINO

**O SINDICALISMO DOCENTE NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ:
UMA ANÁLISE DO PERÍODO 2011-2018**

**PONTA GROSSA
2022**

PETERSON ALEXANDRE MARINO

O SINDICALISMO DOCENTE NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ:
UMA ANÁLISE DO PERÍODO 2011-2018

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Silvana Souza Netto Mandalozzo

PONTA GROSSA
2022

M339 Marino, Peterson Alexandre
O sindicalismo docente nas universidades estaduais do Paraná: uma análise do período 2011-2018 / Peterson Alexandre Marino. Ponta Grossa, 2022. 460 f.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas - Área de Concentração: Cidadania e Políticas Públicas), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Souza Netto Mandalozzo.

1. Sindicalismo docente - ensino superior. 2. IEES/PR. 3. Beto Richa. I. Mandalozzo, Silvana Souza Netto. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cidadania e Políticas Públicas. III.T.

CDD: 378.981

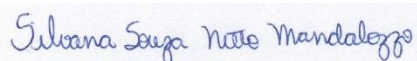
TERMO DE APROVAÇÃO

PETERSON ALEXANDRE MARINO

"O sindicalismo docente nas Universidades Estaduais do Paraná: uma análise do período 2011-2018".

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor(a) no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Assinatura pelos Membros da Banca:



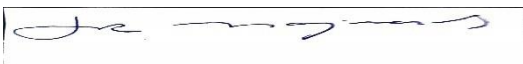
Prof^a. Dra. Silvana Souza Netto Mandalozzo – UEPG -PR - Presidente



Prof. Dr. André Gambier Campos - UP-PR - Membro Externo



Prof. Dr. Gilberto Grassi Calil - UNIOESTE-PR - Membro Externo



Prof^a. Dra. Lenir Aparecida Mainardes da Silva – UEPG-PR - Membro Interno



prof. Dr. Miguel Archanjo de Freitas Júnior – UEPG-PR - Membro Interno

Ponta Grossa, 21 de novembro de 2022.

AGRADECIMENTOS

O longo e árduo caminho para a conclusão dessa etapa só foi possível mediante o apoio dos que estavam ao meu redor. Se não bastassem as dificuldades típicas de um curso de doutoramento, os anos em questão foram ainda marcados por um contexto social, econômico e político perturbador, do qual a pandemia do Corona Vírus (covid-19) ampliou significativamente os desafios desse período.

Diante disso, de modo geral e objetivo, gostaria de agradecer às pessoas importantes que se colocaram junto comigo nessa caminhada de quatro anos, a começar pela minha família: esposa Juliana e filha Laís. Muito obrigado por estarem do meu lado e serem compreensíveis nesses anos. Todo esse esforço foi por vocês.

Aos colegas de departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pelo apoio e camaradagem. Com a possibilidade que me foi dada de me afastar das funções docentes nesse período, pude-me dedicar integralmente aos estudos e à pesquisa. Arrisco-me a dizer que, sem isso, dificilmente conseguiria completar essa etapa.

Meus agradecimentos especiais à minha orientadora, professora doutora Silvana de Souza Mandalozzo. Nossas conversas foram relevantes para a delimitação e conclusão da pesquisa. Agradeço ainda aos professores doutores Lenir Mainardes da Silva, André Gambier Campos, Gilberto Grassi Calil e Miguel Archanjo de Freitas Júnior, pela disponibilidade e contribuição com a pesquisa a partir das participações na banca de qualificação e banca de defesa. Reitero o apreço e admiração que tenho pela trajetória acadêmica de cada um destes.

Estendo ainda os agradecimentos a todo o corpo docente e discente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cada aula, cada texto, cada conversa contribuiu muito no meu processo de aprendizado.

Por fim, gostaria de agradecer às seções sindicais do ANDES-SN no estado do Paraná. Em especial, aos colegas docentes das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná que gentilmente participaram das entrevistas. Foram tempos de aprendizado sobre a universidade paranaense e sobre os anseios desses professores em vê-la cada vez mais consolidada como uma referência social no estado. Sigamos juntos nessa luta!

RESUMO

A pesquisa aqui apresentada se propõe a tematizar o sindicalismo docente do ensino superior. Seu objeto de estudo consiste na análise do sindicalismo docente das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná (IEES/PR), tendo, por pano de fundo, o período que contempla as gestões do governador Beto Richa (2011 a 2018). O tema do sindicalismo, amplamente debatido no âmbito da sociologia do trabalho, apresenta algumas limitações quantitativas de produção, quando focalizado no sindicalismo docente do ensino superior. Nesse sentido, esta pesquisa justifica-se e demonstra sua originalidade devido à escassez de pesquisas em nível acadêmico que analisem as particularidades desse sindicalismo, ainda mais se problematizado dentro do contexto das universidades estaduais paranaenses. A educação superior pública do Paraná surge configurada pela interiorização do ensino e possui atualmente sete universidades estaduais, todas elas hoje com sindicatos de docentes (seções sindicais) instalados e em pleno funcionamento. A pesquisa teve abrangência dentro desse universo do sindicalismo docente das IEES/PR, delimitada temporalmente, sobretudo, pelo período de gestão do governador Beto Richa (PSDB), quando se intensificam os antagonismos e tensões entre sindicalismo docente e o governo estadual mediante a forma de gestão deste junto ao funcionalismo e ao ensino superior estadual. Dessa forma, como objetivo geral, a pesquisa concentra-se em analisar o sindicalismo docente das IEES/PR, tendo por enfoque as tensões e os antagonismos com o governo estadual no período que contempla os anos de 2011 a 2018. A hipótese construída é a de que as mobilizações e as estratégias de ação política/jurídica dos sindicatos docentes das IEES/PR foram fundamentais para impedir a perda de direitos da categoria no período que contempla os anos de 2011 a 2018. Como instrumentos metodológicos, foram elegidas a revisão bibliográfica e a pesquisa documental e de campo. Para essa incursão empírica no campo, o principal instrumento de coleta de dados foi a pesquisa documental por meio do acesso a um conjunto de fontes documentais que melhor ajudem a caracterizar e analisar o momento em questão, tendo por norte os objetivos deste estudo. Complementando essa incursão no campo, foi feito o uso da história oral por meio de entrevistas qualitativas a docentes que vivenciaram o sindicalismo docente nas IEES/PR. Entre os achados deste estudo, destaca-se o desvelamento dos principais elementos que exigiram a mobilização desses sindicatos no período, a saber: o descumprimento da reposição salarial anual prevista em lei e a reforma previdenciária dos servidores estaduais; foram verificadas ainda diferentes formas de ingerência do Poder Executivo junto à autonomia universitária que repercutiram, dentre outros aspectos, em ataques às principais pautas políticas desses sindicatos docentes. Por fim, salienta-se que o recurso da greve foi uma importante estratégia de mobilização sindical, porém, não foi a única.

Palavras-chave: sindicalismo docente do ensino superior; IEES/PR; Beto Richa.

ABSTRACT

The research presented here proposes to discuss the teaching unionism of higher education. Its object of study is to analyze the teacher unionism of the State Institutions of Higher Education of Paraná (SIHE/PR), against the backdrop of the period that includes the administrations of Governor Beto Richa (2011 to 2018). The theme of unionism, widely debated in the scope of the sociology of work, presents some quantitative production limitations when focused on the teaching unionism of higher education. In this sense, this research is justified and demonstrates its originality due to the scarcity of research at the academic level that analyzes the particularities of this unionism, even more if problematized within the context of the state universities of Paraná. The public higher education in Paraná is configured by the internalization of teaching and it currently has seven state universities, all of them have teachers' unions (union sections) installed and in full operation. The research had a scope within this universe of the teaching unionism of SIHE/PR, delimited temporally, especially, by the period of the administration of Governor Beto Richa (Brazilian Social Democracy Party), when antagonisms and tensions between this unionism and the state government intensify through the form of its management with the civil service and the state higher education. Thus, as a general objective, the research focuses on analyzing the teaching unionism of SIHE/PR, focusing on the tensions and antagonisms with the state government in the period between 2011 and 2018. The hypothesis built is that the mobilizations and the strategies of political/legal action of the teaching unions of the SIHE/PR were fundamental to prevent the loss of rights of the category in the period from 2011 to 2018. As methodological instruments, the bibliographic review and documental and field research were elected. For this empirical incursion into the field, the main data collection tool was documental research through access to a set of documental sources that best help to characterize and analyze the moment in question, with the objectives of this study as a guide. Complementing this incursion into the field, oral history was used by means of qualitative interviews with professors who experienced the teaching unionism in the SIHE/PR. Among the findings of this study, we can highlight the unveiling of the main elements that demanded the mobilization of these unions in the period: the non-fulfillment of the annual salary replacement foreseen by law and the social security reform of the state employees; it was also verified different forms of interference of the Executive Power with the university autonomy that had repercussions, among other aspects, in attacks to the main political agendas of these teaching unions. Finally, it is emphasized that the strike was an important strategy for union mobilization, but it was not the only one.

Keywords: higher education teacher unionism; SIHE/PR; Beto Richa.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 01 – FACHADA ATUAL SEDE DA ADUNIOESTE-SS	222
FOTOGRAFIA 02 – FACHADA ATUAL SEDE DO SINDUEPG	230
FOTOGRAFIA 03 – TRECHO JORNAL “FOLHA DO LITORAL” QUE TRATA DA CRIAÇÃO DA SEÇÃO SINDICAL DO ANDES NA FAFIPAR, 2012.	241
FOTOGRAFIA 04 – REUNIÃO DO CSD COM A SETI (14/03/19)	244
FOTOGRAFIA 05 – SEMINÁRIO ESTADUAL SOBRE A LGU (02/08/19)	244
FOTOGRAFIA 06 – ASSEMBLEIA DOCENTE DA SINDIPROL/ADUEL QUE DEFINIU O ENCERRAMENTO DA GREVE DE 2015 (23/06/2015)	359
FOTOGRAFIA 07– ASSEMBLEIA DOCENTE DA ADUNIOESTE QUE DEFINIU O ENCERRAMENTO DA GREVE DE 2015 (24/06/2015)	359
FOTOGRAFIA 08 – DOCENTES DA UEPG VOTAM PELA SUSPENSÃO DA GREVE E MANUTENÇÃO DO ESTADO DE GREVE (25/06/2015)	360

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – FUNÇÕES DOCENTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR, EM EXERCÍCIO E AFASTADOS, SEGUNDO O GRAU DE FORMAÇÃO E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA NO PARANÁ – 2019	176
TABELA 02 – VENCIMENTO BÁSICO DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR EM 1997	206
TABELA 03 – VENCIMENTO BÁSICO DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR EM 2022	207
TABELA 04 – SINDICALIZADOS SINDIPROL/ADUEL: PERÍODO 2016-2021	216
TABELA 05 – SINDICALIZADOS SINDUEPG: PERÍODO 2016-2021	229
TABELA 06 – ORÇAMENTO ANUAL PARA O PROGRAMA “EXCELÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR”, 2011-2018	271
TABELA 07 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO ORÇAMENTO – ÓRGÃO SETI (2011-2018).....	272
TABELA 08 – COMPOSIÇÃO DO GASTO POR UNIVERSIDADE/PR EM 2017	287
TABELA 09 – MONTANTE DA RECEITA TRIBUTÁRIA INVESTIDA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2011-2018.....	289
TABELA 10 – NÚMERO DE DOCENTES PARA O MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR NOMEADOS (PARA AS IEES/PR) ENTRE 2011-2018.....	292
TABELA 11 – RELAÇÃO DOS SECRETÁRIOS DA FAZENDA NO PERÍODO BETO RICHÁ	292
TABELA 12 – RELAÇÃO DOS CHEFES DA CASA CIVIL NO PERÍODO BETO RICHÁ ..	294
TABELA 13 – RELAÇÃO DOS SECRETÁRIOS DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR NO PERÍODO BETO RICHÁ	294
TABELA 14 – LÍDERES DO GOVERNO BETO RICHÁ NA ALEP (2011-2018).....	295

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Associação Docente
ADUEM	Associação dos Docentes da UEM
ADUNIOESTE	Sindicato dos Docentes da UNIOESTE
ADUNICENTRO	Sindicato dos Docentes da UNICENTRO
ASSUEL	Sindicato dos Servidores Públicos Técnico-Administrativos da UEL
ANDES-SN	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
CDES	Conselho de Desenvolvimento Social e Econômico
CONAD	Conselho Nacional de Associações Docentes
CONCLAT	Conferência Nacional das Classes Trabalhadores
CONLUTAS	Coordenação Nacional de Lutas
CSD	Comando Sindical Docente
CSP	Central Sindical e Popular
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ENAD	Encontro Nacional das Associações Docentes
FES	Fórum das Entidades Sindicais do Paraná
FNT	Fórum Nacional do Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEES/PR	Instituição Estadual de Ensino Superior do Paraná
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
MNNC	Mesa Nacional de Negociação Coletiva
PFL	Partido da Frente Liberal
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
SESDUEM	Seção Sindical dos Docentes da UEM
SETI	Secretária/Superintendência de Estado, Ciência e Tecnologia
SINDIPROL/ADUEL	Sindicato dos Professores da Universidade Estadual de Londrina
SINDUEPG	Seção Sindical dos Docentes da UEPG
SINDUNESPAR	Seção Sindical dos Docentes da UNESPAR
SINTEEMAR	Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Maringá
SINTESPO	Sindicato dos Técnicos e Professores da UEPG
SINTESU	Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior da UNICENTRO
UEL	Universidade Estadual de Londrina

UEM	Universidade Estadual de Maringá
UENP	Universidade do Norte do Paraná
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESPAR	Universidade Estadual do Paraná
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro Oeste
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - SINDICALISMO BRASILEIRO E CONTEXTO POLÍTICO, ECONÔMICO E SOCIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ANOS 1990	35
1.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CONTEXTO MUNDIAL E O MOVIMENTO DE REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO: REPERCUSSÕES NAS POLÍTICAS SOCIAIS E TRABALHISTAS.....	36
1.1.1 Os movimentos de reforma ocorridos no Brasil, nos anos 1990	46
1.2 O NOVO SINDICALISMO E O DESAFIO DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICO-LABORAIS DOS ANOS 1990	54
1.3 A ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DESAFIOS ATUAIS	63
1.4 O SINDICALISMO NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO	74
CAPÍTULO 2 - O MOVIMENTO DOCENTE DO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE OS LIMITES E POSSIBILIDADES DESSA ATUAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL	88
2.1 BREVES APONTAMENTOS SOBRE A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SINDICALISMO DOCENTE DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO	88
2.2 O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR E MILITÂNCIA SINDICAL: UMA EQUAÇÃO POSSÍVEL?	111
2.2.1 Classe média e sindicalismo	112
2.2.2 Singularidades, particularidades e participação sindical do docente de ensino superior	126
2.2.3 Elementos para pensar o sindicalismo docente do ensino superior: problematizando a questão da consciência de classes sob a ótica dos professores sindicalistas das IEES/PR e da teoria marxista das classes sociais	136
CAPÍTULO 3 - REFLEXÕES GERAIS ACERCA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E AS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ	151
3.1 A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA E A REFORMA DO ENSINO SUPERIOR DE 1968.....	151
3.2 O BANCO MUNDIAL E A CONTRARREFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: O ENSINO SUPERIOR COMO ELEMENTO DE DISPUTAS ECONÔMICO-POLÍTICAS	162
3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O SISTEMA PÚBLICO DE ENSINO SUPERIOR E A CONFIGURAÇÃO DA CARREIRA DOCENTE NAS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ.....	179

3.3.1 Aspectos gerais das Instituições Estaduais de Ensino Superior do estado do Paraná.....	180
3.3.2 Autonomia universitária e a realidade das IEES paranaenses.....	195
3.3.3 A configuração da carreira docente nas IEES paranaenses (Lei Estadual n.º 11.713, de 7 de maio de 1997)	205

CAPÍTULO 4 - CONTEXTUALIZANDO O SINDICALISMO DOCENTE NAS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR (IEES) DO PARANÁ

4.1 SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO ESTADUAL DE LONDRINA E REGIÃO (SINDIPROL/ADUEL)	212
4.2 SINDICATO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (ADUNIOESTE).....	217
4.3 SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (SINDUEPG)	222
4.4 SINDICATO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE (ADUNICENTRO).....	230
4.5 SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (SESDUEM).....	233
4.6 SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ (SINDUNESPAR)	239
4.7 O COMANDO SINDICAL DOCENTE E AS ATUAIS ESTRATÉGIAS DE AÇÃO ARTICULADA ENTRE AS SEÇÕES SINDICAIS DAS IEES/PR.....	243

CAPÍTULO 5 - ELEMENTOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS QUE CARACTERIZAM O PERÍODO 2011-2018 E A GESTÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO PARANÁ.....

5.1 O PASSADO RECENTE DA GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO PARANÁ: CONSIDERAÇÕES SOBRE ELEMENTOS ANTEDECENTES AO PERÍODO 2011-2018.....	246
5.2 CARACTERIZAÇÃO DO PERÍODO 2011-2018 COM ENFOQUE NO SISTEMA PÚBLICO DE ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO PARANÁ	259
5.2.1 O governador Beto Richa: trajetória na política paranaense, bases político-econômicas e planos de governo.....	260
5.2.2 Beto Richa e os elementos que caracterizaram a sua gestão no ensino superior público do Paraná e os embates com os sindicatos docentes	270
5.2.2.1 <i>Contextualização do ensino superior público no período 2011-2018.....</i>	276
5.2.2.2 <i>Referências políticas e técnicas do governador Beto Richa.....</i>	292
5.2.2.3 <i>A questão salarial dos servidores (data-base e reajustes).....</i>	295
5.2.2.4 <i>A questão do TIDE: regime de trabalho ou gratificação?</i>	300
5.2.2.5 <i>A Previdência Social dos servidores (ParanaPrevidência).....</i>	305
5.2.2.6 <i>O Sistema META4 pelo prisma da autonomia financeira das IEES/PR</i>	308
5.2.2.7 <i>Demais elementos que caracterizaram o período Richa na sua relação com as IEES/PR.....</i>	315

CAPÍTULO 6 - PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS SINDICAIS DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE ENSINO DO PARANÁ SUPERIOR ANTE O CONTEXTO 2011-2018	323
6.1 A “GREVE DOS SEIS MESES” COMO IMPORTANTE ANTECEDENTE HISTÓRICO DOS SINDICATOS DOCENTES DAS IEES/PR.....	325
6.2 O SINDICALISMO DOCENTE DAS IEES/PR ANTE O CONTEXTO DO GOVERNO BETO RICHA	331
6.2.1 As seções sindicais das IEES/PR ante o 29 de abril.....	332
6.2.2 As greves conjuntas dos sindicatos docentes das IEES no período Richa	343
6.2.3 O movimento docente sindical das IEES/PR e as ocupações estudantis no ano de 2016	364
6.2.4 O papel das seções sindicais na aprovação da Lei Estadual n.º 19.594/2018 (Lei do TIDE).....	378
6.3 PERSPECTIVAS FUTURAS DO SINDICALISMO DOCENTE NAS IEES/PR DEPOIS DA PROMULGAÇÃO DA LEI GERAL DAS UNIVERSIDADES (LGU).....	391
CONSIDERAÇÕES FINAIS	409
REFERÊNCIAS	418
APÊNDICE A – MATERIAL DAS ENTREVISTAS RELATIVAS AO PERÍODO BETO RICHA (TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO E O ROTEIRO DAS ENTREVISTAS)	449
APÊNDICE B – MATERIAL DAS ENTREVISTAS RELATIVAS AO PRINCÍPIO DE ORGANIZAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DOCENTES NO ESTADO DO PARANÁ (TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO E O ROTEIRO DAS ENTREVISTAS)	455
APÊNDICE C – SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES JUNTO ÀS SEÇÕES SINDICAIS DAS IEES/PR	459

INTRODUÇÃO

Devido a sua complexidade e relevância, a temática do sindicalismo tem sido objeto de incontáveis produções acadêmicas ao longo dos tempos. Até os mais críticos concordam que pensar o sindicalismo implica em, antes de mais nada, pensar um sujeito histórico que desempenha há muito tempo um relevante papel social e político nas sociedades capitalistas.

As primeiras lutas operárias podem ser datadas ainda no século 18 e vão intensificando-se desde quando se tornam produto das revoluções tecnológicas no âmbito da produção. Notadamente na Inglaterra, o contexto de ampliação das insatisfações dos trabalhadores foi fomentando a criação de formas de resistência e organização das quais o sindicato é uma de suas principais expressões.

Jornadas de trabalho longas e extenuantes, rebaixamento salarial, crianças e mulheres trabalhando em condições desumanas foram, entre outros fatores, os elementos que manifestavam a relação desigual entre patrão e operário no contexto de início da Revolução Industrial na Europa.

Em contrapartida, o conjunto dos trabalhadores possui força na sua união, na sua quantidade. À medida que o capitalismo se desenvolve e as indústrias se avolumam na paisagem urbana europeia (sobretudo nos grandes centros), multiplica-se o número de operários. Uma massa de trabalhadores fará uso de todos os meios organizativos possíveis para garantir a sua sobrevivência em um contexto de enorme exploração da sua força de trabalho.

Diante dessas manifestações organizadas, Engels (2010) defende que não se pode limitar a massa proletária a sujeitos indiferentes, sofredores e passivos. Sobretudo, no contexto urbano-industrial, o trabalhador passa a ser compreendido como sujeito revolucionário, participante de uma classe capaz de promover a sua autolibertação.

Rodrigues (2009) ressalta que, em todos os países de velha industrialização, os primeiros grupos de trabalhadores a se organizarem profissionalmente foram aqueles em que os componentes artesanais do trabalho se mantiveram no capitalismo industrial, ou seja, trabalhadores qualificados como os ex-artesãos (marceneiros, pedreiros, pintores...).

Assim, as primeiras associações abrangem inicialmente o conjunto dos ex-artesãos que, agora na nova dinâmica industrial, foram transformados em

trabalhadores assalariados. Eram, portanto, associações profissionais em que os operários se organizaram em torno de um mesmo ofício, e não da empresa. Isso acabava por excluir os trabalhadores não qualificados e as mulheres, uma vez que não tinham o domínio de um ofício.

O autor afirma que o enquadramento dos operários de baixa qualificação só ocorreu mais tardiamente com a emergência e a expansão do sindicalismo de indústria, este, sim, agrupava trabalhadores não mais segundo o ofício, mas segundo o ramo industrial em que estavam alocados. (RODRIGUES, 2009)

O sindicalismo industrial trouxe alterações substanciais em relação ao antigo sindicalismo por ofício. Foram alterações nas táticas, formas de luta e organização. Há ainda, nesse movimento, uma passagem de um sindicalismo de minorias militantes para um sindicalismo de massas – quando a questão quantitativa revela uma nova força no conjunto dos trabalhadores e, portanto, traz consigo elementos interessantes para o jogo político.

Mas, de fato, o que são os sindicatos dos trabalhadores? Sindicatos podem ser conceituados como organismos sociais que se destinam à defesa dos interesses econômicos e sociais das respectivas categorias profissionais. O resultado do seu trabalho é voltado para a melhoria salarial, da condição de trabalho e de vida dos trabalhadores. (ROSSI; GERAB, 2009)

O sindicato é um instrumento de defesa dos direitos e interesses da coletividade em geral e da classe trabalhadora que surge na Inglaterra, no início do século 19, com dupla motivação: 1.^a) revolta com o modo de capitalista de produção; 2.^a) necessidade de solidariedade, união e associativismo para confrontar a exploração dos patrões e reivindicar melhores salários e condições de trabalho. (QUEIROZ, 2012)

Conforme refletem Marx e Engels (1980), nos sindicatos, na qualidade de expressão da organização e coletividade, os operários europeus vão encontrar condições para dispor de um meio de resistência eficaz ante a pressão constante pela baixa salarial.

São sociedades de segurança formadas pelos próprios trabalhadores, a fim de defender o valor da força de trabalho. Sua base lógica está em que os operários se unam para se encontrarem em igualdade de condições diante do capitalista para o contrato de venda do seu trabalho.

Feita essa brevíssima caracterização geral sobre os sindicatos, assunto do qual bibliotecas já foram escritas e servem hoje de referência aos que se interessam pelo aprofundamento do tema, fica aqui a proposta deste estudo em levar esse debate para questões mais específicas do sindicalismo brasileiro contemporâneo e atrelado a uma particular classe profissional.

As organizações sindicais que foram historicamente relacionadas ao trabalhador manual, “do chão da fábrica”, vão, aos poucos, moldando-se às mudanças na dinâmica de produção e reprodução social. No caso brasileiro, os anos 1970/1980 são paradigmáticos da crescente expansão de um aparelho urbano de serviços, responsável, assim, por abrigar um significativo contingente dos trabalhadores improdutivos (no sentido da marxista) e com ele, conseqüentemente, as suas demandas e formas de organização sindical.

Numa ideia de multiplicação dos grupos sociais (SAES, 1984), é possível verificar, na história do sindicalismo brasileiro, a crescente organização de sindicatos com características heterogêneas, no sentido da composição/perfil do tipo de trabalho dos seus filiados – a exemplo de professores, comerciários e servidores públicos. Do trabalho não manual e improdutivo, surge a discussão sobre a “classe média”, que, mesmo historicamente refratária ao sindicalismo, adere a ele em momentos de crise.

No caso do estudo aqui proposto, os sindicatos de docentes do ensino superior inserem-se nessa caracterização, tendo por base o perfil de trabalho intelectual (não manual) dos seus filiados, questão que fornece relevantes traços para a definição da sua identidade e ainda define a forma de se aproximar/afastar da militância político-sindical. No caso estudado, caracteriza-se ainda a ambiguidade desses sindicatos docentes que, embora oriundos dessa classe média, possuem uma histórica tendência à esquerda, ligando-se aos interesses do conjunto dos demais trabalhadores.

Desses sindicatos docentes do ensino superior, com uma ampla trajetória histórica datada no Brasil entre 1960 e 1970, chega-se ao contexto paranaense em que foram criadas associações docentes no interior do sistema estadual de ensino superior.

Em linhas gerais, o cenário paranaense apresenta as particularidades de um ensino superior interiorizado, formado por faculdades isoladas e criadas no fim de 1960. A Lei Estadual n.º 6.034, de 6 de novembro de 1969, cria as universidades estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, responsáveis por absorver boa parte

dessas pequenas faculdades isoladas. As demais, hoje existentes, universidades estaduais surgiram nas seguintes datas: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), 1987; Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), 1990; Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), 2001; Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), 2006.

Embora oriundas de contextos próprios, os quais, muitas vezes, atrelados à realidade regional em que essas IEES estão inseridas, aspectos mais amplos de conjuntura econômico e político brasileira, a exemplo dos movimentos de Reforma do Estado, nos anos 1990, influenciaram a ordem estrutural dessas instituições e, por vezes, exigiram um movimento interno (e externo) de reação em torno da sua defesa. Nesse papel, os sindicatos e demais frentes políticas a favor da universidade pública paranaense possuem a sua relevância política e social, fato que, devidamente delimitado, busca-se explorar neste estudo.

Os anos 1990 no Brasil demarcaram para autores (BEHRING, 2008) um período de uma nova ofensiva burguesa que visou, mais uma vez, adaptar o país às requisições do capitalismo mundial. As gestões do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB, 1995-2002) dão a tônica desse momento de “modernização” da máquina pública em que o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, de 1995, é seu símbolo maior. Os reflexos da proposta privatizante e reformadora do governo federal se apresentam nos seus mais claros efeitos no Paraná mediante as gestões do ex-governador Jaime Lerner (PFL, 1995-2003).

Na UEL e UEM, já no fim dos anos 1970, foi possível verificar a organização de associações docentes dedicadas exclusivamente aos interesses dessa categoria – ADUEL e ADUEM –, respectivamente. As demais iniciativas sindicais docentes, conforme a pesquisa demonstrará, foram sendo gestadas no interior dos sindicatos mistos/unificados das IEES/PR, ao passo que, entre os anos de 1990 e 2000, se priorizou a organização de sindicatos próprios dessa categoria.

Desse movimento de ordenamento histórico, é paradigmática a adesão destas associações docentes ao sindicato nacional (ANDES-SN), e os sindicatos, então, passam a ter por nomenclatura “seção sindical do ANDES-SN” – numa ideia de compor um sindicato geograficamente mais amplo, porém sem perder a referência de sua localidade, da sua base social na cidade/universidade onde está inserido.

Nesse sentido, o ANDES-SN, que foi fundado em 1981, é organizado como sindicato nacional, e não como uma federação. Assim, a organização dos professores

ocorre pela base (assembleia, regimentos próprios). No caso das IEES e IFES, a Constituição Federal de 1988 possibilitou legalmente ao funcionalismo público o direito de se organizar sindicalmente. Foi um grande passo para o fim das associações docentes e organização de sindicatos docentes. O contexto político da redemocratização também ampliou as possibilidades de que essas organizações docentes fossem mais combativas, e não apenas de caráter cultural-assistencialista.

Este estudo, entre outras questões, configura-se numa busca por evidenciar o histórico papel político desempenhado pelas organizações docentes do ensino superior no interior das Instituições Estaduais de Ensino Superior do estado. Tal fato, conforme a pesquisa exploratória identificou, necessita de produções em nível acadêmico, uma vez que nenhum trabalho de pós-graduação com essa temática foi identificado.

No que tange à justificativa pessoal quanto à escolha do objeto, Weber (2001) já analisou quanto a produção do conhecimento científico nas ciências sociais é permeada pela subjetividade e interesses individuais do cientista. Para o autor, “não existe nenhuma análise científica totalmente ‘objetivada’ da vida cultural ou dos fenômenos sociais”. (WEBER, 2001, p. 124)

Tendo por base esses pressupostos, a escolha de pontos de vista particulares aqui propostos nesta pesquisa guardam relação direta com a trajetória acadêmica, profissional e sindical deste pesquisador. Duas questões evidenciam essa relação: 1) a atuação, desde 2017, como professor efetivo na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), uma das sete Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná; e 2) a vinculação sindical à seção sindical dos docentes da mesma universidade, desempenhando, inclusive, a função de diretoria do referido sindicato entre os anos de 2018-2019. Essas questões fizeram o pesquisador vivenciar, de perto, os desafios da universidade pública paranaense, bem como os desafios da carreira docente e do sindicalismo contemporâneo (sobretudo o atual processo de desmobilização da categoria docente nas universidades). Estes, entre outros fatores, foram preponderantes para que emergisse o interesse pela temática em tela.

Nesse sentido, o **objeto** de estudo aqui desenvolvido concentra-se no sindicalismo docente das IEES/PR, tendo por pano de fundo toda a conjuntura do ensino superior público estadual que concerne aos governos Beto Richa (2011-2018).

Alinhado a um projeto econômico-político de reconfiguração do ensino superior público, tendo por base elementos históricos do projeto de Reforma do Estado

brasileiro, ancorados sobretudo nas gestões do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e do ex-governador paranaense Jaime Lerner (1995-2003), Richa assume o governo com um discurso de eficiência nos gastos e resultados e aprimoramento da gestão pública. O seu plano de governo indica uma ideia de “visão de futuro” e integração entre governo e sociedade, bem semelhante ao que vários documentos do Banco Mundial apresentavam em anos anteriores. (SOUSA, 2013)

Na relação entre governo estadual e IEES/PR, algumas posturas dos governos Beto Richa acirraram as insatisfações do sindicalismo docente e foram causa de importantes mobilizações sindicais no período: descumprimento da lei salarial dos servidores (reajuste do funcionalismo); sucessivos cortes nas verbas de custeio; investidas contra a autonomia universitária (em especial, na ocasião de implantação do Sistema de Gestão de Recursos Humanos do governo do Estado – Meta 4); redução do número de docentes efetivos; mudanças no sistema previdenciário estadual (ParanaPrevidência); investimento continuado numa política de contratação de professores temporários; retirada de direitos trabalhistas, com destaques à decisão de não interpretar o TIDE (dedicação exclusiva) como regime de trabalho e também restringir o seu acesso aos professores com contratos temporários.

Em defesa da universidade pública e da carreira docente, seções sindicais vão articular esforços políticos no Estado, de modo a construir uma frente política de resistência. São exemplares as ações conjuntas entre os sindicatos docentes das IEES, primeiramente por meio do Fórum dos Sindicatos Docentes do Paraná e, depois, pelo Comando Sindical Docente. Há de se mencionar ainda os contínuos esforços de ações articuladas ao Fórum Estadual dos Servidores, que contempla a organização sindical do funcionalismo público do estado do Paraná, e o Comitê em Defesa do Ensino Superior Público do Paraná.

O objeto de estudo, acima apresentado, visa atender ao interesse do pesquisador em aprofundar esse quadro. Como **principal questão norteadora**, este estudo se propõe a responder à questão central deste trabalho que se materializa na pergunta: Como se configurou a relação entre sindicalismo docente das IEES/PR e o governo Beto Richa, no que concerne à forma de condução política do sistema estadual de ensino superior, e quais foram as principais mobilizações e estratégias de ação política/jurídica desses sindicatos no período em questão?

Nesse sentido, de maneira simples, podemos descrever o **objetivo geral**, na busca por “analisar o sindicalismo docente das IEES/PR, tendo, por enfoque, as

tensões e os antagonismos com o Governo Estadual no período que contempla os anos 2011 a 2018”.

Os **objetivos específicos**, por sua vez, são elencados da seguinte forma: a) resgatar os principais caminhos do sindicalismo brasileiro, dando, sobretudo, enfoque ao sindicalismo docente do ensino superior na sua organização em âmbito nacional e no seu movimento histórico de defesa pelo ensino superior público brasileiro; b) apresentar/caracterizar cada uma das sete universidades públicas estaduais do Paraná e a maneira como se configuram, no seu interior, as organizações sindicais voltadas especificamente aos docentes; c) contextualizar os governos Beto Richa na sua estratégia de atenção ao ensino superior público estadual; d) analisar o sindicalismo docente das IEES/PR mediante as estratégias sindicais de tensionamento ante a conjuntura de gestão ao ensino superior do governador Beto Richa.

A **hipótese** construída é a de que as mobilizações e as estratégias de ação política/jurídica dos sindicatos docentes das IEES/PR foram fundamentais para impedir a perda de direitos da categoria no período que contempla os anos de 2011 a 2018. O estudo, assim, busca centrar esforços na confirmação ou refutação (integral ou parcial) dessa premissa.

Para buscar atender aos objetivos da pesquisa e validar a hipótese em questão, a pesquisa se utiliza de um variado conjunto de **procedimentos metodológicos**, os quais serão explicados a seguir. No geral, cabe inicialmente apontar que se trata de uma pesquisa social, cuja abordagem principal é a qualitativa e tem como lente orientadora de todo o processo de investigação, sistematização e de análise realizado o método histórico e dialético. A concepção é que esse olhar histórico-dialético possibilita:

[...] levar o pesquisador a trabalhar sempre considerando a contradição e o conflito; o 'devir'; o movimento histórico; a totalidade e a unidade dos contrários; além de apreender, em todo o percurso de pesquisa, as dimensões filosófica, material/concreta e política que envolvem seu objeto de estudo. (LIMA; MIOTO, 2007, p. 39)

Em termos de abrangência geográfica, esta pesquisa se concentra no estado do Paraná, delimitada temporalmente pelo período de gestão do ex-governador Beto Richa (2011-2018). As aproximações com o objeto de estudo indicaram as múltiplas questões que o compõem e, na busca por ampliar a compreensão do fenômeno estudado, foi adotada uma combinação de diferentes métodos qualitativos que visam se complementar ao longo do trabalho.

De forma geral, planejou-se a realização da pesquisa em três etapas, a primeira das quais teve início com a **pesquisa exploratória** do estado do conhecimento acerca do tema para subsidiar a demonstração da originalidade e relevância da pesquisa, assim como dar sentido ao problema estudado.

Essa ação exploratória é capaz de propiciar o exame de um tema/objeto mediante um novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras. No caso da pesquisa em questão, foram realizados acessos às bases dados: Portal de Periódicos da Capes, SciELO, Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (IBICT), a fim de levantar material que serviu como fonte de consulta e, ainda, demonstrar o ineditismo da pesquisa aqui desenvolvida¹.

Destaca-se, assim, que não foram encontradas produções que tratem diretamente da proposta de pesquisa aqui apresentada, o que reforça a originalidade do objeto. As lacunas referentes ao sindicalismo docente das IEES/PR ficaram claras depois desse levantamento nas principais plataformas de pesquisa do país. Nesse sentido, é importante ressaltar a contribuição da tese que aqui se constrói em torno de uma possibilidade de reflexão inédita acerca dessa realidade.

Para uma segunda etapa, foi realizada uma ampla **revisão bibliográfica**, por meio da qual, com base em nosso objeto de estudo, foram selecionadas obras acadêmicas com as seguintes categorias de análise para o aprofundamento analítico-teórico: sindicalismo, sindicalismo docente no ensino superior, carreira docente no ensino superior, ensino superior público brasileiro no movimento de contrarreforma (neo)liberal. Além dos materiais clássicos, foi possível, mediante a pesquisa exploratória realizada na primeira etapa, ter acesso a pesquisas/estudos recentes sobre os temas.

A terceira etapa consistiu na execução da **pesquisa documental**² e **pesquisa de campo**. Essa etapa comporá o processo de “triangulação de dados”, que se refere à recolha de dados, explorando diferentes fontes (DUARTE, 2009 *apud* FERREIRA, SCHIMANSKI; BOURGUIGNON, 2012).

¹ Essa pesquisa exploratória se ampliou realizando ainda buscas em periódicos da língua inglesa: SciELO, Google Scholar, Sci-Hub e Booksc.

² Segundo Ferreira, Schimanski e Bourguignon (2012, p. 145), “a documentação contribui para tornar a pesquisa mais confiável, uma vez que permite que os dados coletados tenham uma ordem no contexto da pesquisa. Sem dúvida, a documentação confere, de forma singular, credibilidade e confiabilidade aos dados encontrados”.

De modo geral, a **pesquisa documental** foi utilizada na pesquisa, a fim de contemplar o desenvolvimento de três momentos distintos, porém interligados: 1) a reconstrução da trajetória histórica de organização de cada sindicato docente das IEES/PR; 2) a caracterização do período Beto Richa, tendo por base os atos normativos regulamentadores do governo estadual concernentes, sobretudo, ao ensino superior público no estado; 3) as mobilizações e as estratégias de ação político-sindical dos sindicatos docentes das IEES/PR no período delimitado.

A pesquisa documental se concentrou, num primeiro momento, nos documentos relativos à trajetória histórica das seções sindicais (ata de criação, primeiros estatutos, regimentos internos...). Fontes primárias que, após o devido tratamento, foram capazes de nos ajudar a compreender melhor todo o processo de organização e mobilização dessas seções sindicais – seja na sua gênese, seja no período em análise na pesquisa. Esse primeiro momento contribuiu no capítulo dedicado a reconstruir a trajetória de organização de cada sindicato docente das IEES paranaenses.

Para acesso a esse material, foi realizada uma solicitação formal às diretorias de todas as seções sindicais das IEES/PR³, buscando uma série de dados/informações que pudessem caracterizar a organização sindical. Verificou-se que essa seria a única alternativa metodológica para a reconstrução histórica dos sindicatos, uma vez que, em nenhum outro lugar, foi possível encontrar informações desse nível – inclusive os sites oficiais que, quando tratavam desse histórico, eram sempre muito sintéticos nas informações prestadas⁴.

Num segundo momento, a pesquisa documental se debruçou nas fontes primárias que melhor contribuam para a caracterizar o período em questão, sobretudo a forma de condução do sistema estadual de ensino superior pelo ente público. Como documentos para análise empírica do período delimitado, foram considerados os “atos normativos regulamentadores” do governo estadual – especialmente no que concerne e se relaciona ao nosso objeto de estudo. Foi verificada previamente uma séria de normas, ações e atitudes realizadas por órgãos do governo Beto Richa que assumem importância nessa tentativa de contextualização e notoriamente chocam com o

³ Ver apêndice.

⁴ Salienta-se, no entanto, que a maioria dos sites das seções sindicais não se dedicava a trazer informações relevantes acerca da própria história. Isso ressalta a importância da pesquisa realizada, uma vez que forneceu uma descrição mais abrangente sobre a história desses sindicatos (associações docentes) do estado.

princípio de gestão didático-científica e de gestão administrativa, financeira e patrimonial das universidades. São exemplos disso leis, decretos, ofícios circulares, resoluções, projetos de lei de autoria do Poder Executivo.

Ainda relativamente a essa caracterização, foram utilizados os Relatórios Anuais da SETI (2011-2018), que trazem importantes informações sobre as ações do governo estadual na área do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia; os Relatórios Finais do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, com as contas anuais do governador nesse mesmo período; e as informações financeiras, sobretudo Leis Orçamentárias Anuais, com enfoque ao que foi direcionado para a área da Educação e Ciência e Tecnologia.

Destaca-se que muitas informações relativas ao governo estadual que não constavam nos sites oficiais foram acessadas mediante a solicitação ao Portal da Transparência – Lei de Acesso à Informação⁵. Essa questão acabou constituindo-se em um trabalho investigativo extra, no intuito de acessar as informações de que o estudo necessitava e não estavam disponíveis nas ferramentas oficiais.

Por fim, num terceiro momento, a pesquisa documental se debruçou nos documentos produzidos pelas seções sindicais (e SINDIPROL/ADUEL) no período que contempla os anos 2011-2018. Foi verificada, no andamento da pesquisa, a dificuldade de acesso aos materiais clássicos dos sindicatos, tais como boletins, jornais, informativos. A amplitude dessa pesquisa (todos os sindicatos docentes das IEES/PR) exigiu uma escolha metodológica que melhor se adequasse a esse desafio, sem perder de vista o rigor metodológico e científico de uma pesquisa nesse nível.

Tendo essas questões em vista, optou-se aqui, como uma das formas de mapear ações e posicionamentos da época, por utilizar as publicações realizadas pelas seções sindicais na internet – sobretudo nos sites oficiais e, de forma complementar, na rede social de maior engajamento desses sindicatos: o Facebook. Dos seis sindicatos, todos apresentaram o uso de um site oficial como forma de veicular informações relativas à luta sindical.

No que diz respeito à rede social Facebook, as seis seções sindicais faziam, no momento da produção desta tese, uso desse mecanismo como forma de divulgar informações das ações sindicais. Entretanto, cumpre dizer que o enfoque da pesquisa ocorreu em torno de publicações e informações relativas ao período delimitado na

⁵ Portal da Transparência: <http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/acesso-a-informacao>.

pesquisa (2011-2018), fato que trouxe limitações, uma vez que o uso dessa ferramenta se demonstrou diferenciado de seção para seção. Foi assim verificado o ano da primeira publicação na página do Facebook de cada seção sindical: SINDIPROL/ADUEL, 2015; SESDUEM, 2015; SINDUEPG, 2014; ADUNIOESTE, 2015; ADUNICENTRO, 2013; SINDUNESPAR, 2017. Desse modo, para os anos anteriores, a principal forma de acesso às fontes documentais dos sindicatos docentes foi por meio dos sites oficiais⁶.

Considerou-se a utilização do Facebook tendo em vista que, cada vez mais, o seu uso se configura como um importante meio de disseminação de conteúdo na internet. A rede social tem sido vista como uma importante estratégia de comunicação e de engajamento. O uso dessa ferramenta possibilita ainda, por meio de opções, como “curtir” ou “compartilhar”, que seu conteúdo atinja aqueles que não têm necessariamente contato direto com a postagem produzida, o que amplia consideravelmente a visibilidade e circulação das informações e se torna atrativo aos que querem espalhar uma mensagem política, como no caso dos sindicatos. (TAVARES; MASSUCHIN, 2015)

Nesta pesquisa, levou-se em conta que desprezar esse espaço de compartilhamento de informações seria desprezar uma importante alternativa para acessar informações qualificadas e atualizadas desses sindicatos – considerando a frequência de publicações, acessos e compartilhamentos dessas redes. As postagens que constituem a amostra desta pesquisa foram publicadas entre 2011 e 2018.

Em dados atuais⁷, o perfil do SESDUEM no Facebook possui um total de 9.651 curtidas e 9.830 seguidores; o SINDIPROL/ADUEL possui 5.045 curtidas e 5.185 seguidores; a ADUNIOESTE tem 6.243 curtidas e 6.367 seguidores; a SINDUEPG, por sua vez, 5.095 curtidas e 5.178 seguidores; a ADUNICENTRO, 4.505 curtidas e 4.517 seguidores; por fim, o SINDUNESPAR, 2.513 curtidas e 2.609 seguidores. As “curtidas” referem-se ao número de perfis na rede social que recebem automaticamente os conteúdos postados.

O Facebook tornou-se uma adaptação de estratégia para a publicação de uma informação/mensagem. No caso da pesquisa aqui realizada, foi recorrente a

⁶ SINDIPROL/ADUEL: <https://sindiproladuel.org.br/>; SESDUEM: <https://www.sesduem.com.br/>; SINDUEPG: <https://sinduepg.com.br/>; ADUNICENTRO: <http://www.adunicentro.org.br/>; ADUNIOESTE: <http://www.adunioeste.org.br/> e SINDUNESPAR: <https://sindunespar.org.br/>.

⁷ Em 1.º de julho de 2022.

verificação das postagens no Facebook como forma de compartilhar uma notícia do site oficial. Numa estratégia jornalística, a rede social, por vezes, funcionava como um atrativo para o link que levava o leitor à matéria completa no site oficial da seção sindical.

Só para ter noção do volume de informações postadas pelas seções sindicais por meio dessa ferramenta, foi feito um rápido levantamento das postagens realizadas em cada um dos perfis, entre 1.º de abril e 1.º de julho de 2022⁸, cujos dados são os seguintes: SINDIPROL/ADUEL, 104 publicações; SESDUEM, 102 publicações; ADUNIOESTE, 71 publicações; SINDUNESPAR, 70 publicações; SINDUEPG, 44 publicações; ADUNICENTRO, 19 publicações.

Devido ao número de pessoas que acessam diariamente o Facebook, a inserção das seções sindicais nessa rede se dá em busca de audiência e visibilidade às suas pautas políticas. É ainda uma forma de as diretorias sindicais retornarem às suas bases social (filiação) dos trabalhos que têm realizado, buscando engajamento e/ou prestando contas.

Essas informações quantitativas acima expostas demonstram quanto as seções sindicais têm visto, nessa rede social, uma importante ferramenta de compartilhamento de informações com a sua base social, o que justifica a sua utilização como fonte documental neste estudo.

De modo geral, a rede social Facebook ambiguamente apresentou possibilidades e limitações: as possibilidades residiam na maior facilidade que a rede social fornecia ao realizar o acompanhamento das postagens ano a ano; a limitação, conforme já dito, é que nenhuma das seções sindicais vem usando essa ferramenta desde 2011, ficando, assim, alguns anos do período Richa “descobertos” de postagens.

Os sites oficiais, por sua vez, necessitavam, na grande maioria, dos casos de ferramentas que ajudassem a acompanhar, ano a ano, as suas publicações (seja no campo de notícias, seja na comunicação com o público em geral). Nesse sentido, a alternativa usada para a pesquisa nos sites foi o uso da ferramenta de busca da internet – prioritariamente o serviço oferecido pelo Google⁹.

⁸ Somando um total de 92 dias.

⁹ É relevante informar que o site da ADUNIOESTE esteve fora do ar em boa parte do período reservado para o levantamento das informações. Sendo assim, a rede social da seção sindical (Facebook) passou a ser a principal referência para a coleta.

Por fim, como demais fontes documentais, foram levantados e utilizados demais documentos técnico-analíticos que tratassem do contexto do objeto de pesquisa, a exemplo de reflexões/posicionamentos do Sindicato Nacional (ANDES-SN) acerca do período em análise, inclusive pareceres da assessoria jurídica da Regional Sul; cartas abertas e manifestos publicados pela comunidade universitária em geral (a exemplo de entidades como APIESP; comitês de defesa da universidade pública paranaense; fórum das ADs/Comando Sindical Docente; movimento estudantil; fórum das Entidades Sindicais de servidores públicos estaduais; entre outros). Houve ainda uma recorrente busca/acesso aos sites oficiais das universidades estaduais paranaenses e da SETI.

Buscou-se, assim, de forma dialética, realizar uma garimpagem histórica em tudo que melhor pudesse descrever o cenário delimitado, não ficando apenas limitado a um ponto de vista ou canal de informação. Tal postura do pesquisador exigiu um esforço no levantamento dessas informações, mas foi preponderante para o alcance dos objetivos propostos na pesquisa.

Para complementar a incursão empírica na realidade, foi realizada concomitantemente aos procedimentos acima citados uma **pesquisa de campo**, tendo a história oral como ferramenta base. A metodologia da história oral configura-se numa importante metodologia de pesquisa para os objetivos desta tese e consiste na realização de entrevistas com pessoas que testemunharam acontecimentos e importantes conjunturas. Centra-se na memória humana e sua capacidade de relembrar o passado como uma testemunha do vivido. (MATOS; SENNA, 2011)

Compreende-se ainda a história oral como uma forma de registrar um conhecimento vivenciado que, de outra forma, não seria possível conhecer. Permite uma aproximação ao objeto de estudo que, de forma alguma, exclui as fontes escritas (documentais) de informação. Ao contrário, essas fontes complementam-se mutuamente no processo de construção do conhecimento enriquecendo esse objeto.

As entrevistas semiestruturadas tiveram abordagem qualitativa e buscaram dois objetivos: o primeiro tem relação com o momento da pesquisa que trouxe o resgate histórico das organizações sindicais docentes das IEES/PR. Em suma, são entrevistas direcionadas para professores/as que fizeram parte dos movimentos de fundação de cada um dos sindicatos pesquisados. Enfim, informações com pessoas chave (docentes que participaram desse processo), com a finalidade de registrar parte

dessa trajetória histórica por meio de suas memórias, visões e interpretações dos acontecimentos.

Foi considerado como critério de escolha que os entrevistados tenham participado, de alguma forma, dos momentos iniciais do sindicato (associação docente) em questão. Salienta-se a dificuldade dessas entrevistas, uma vez que, na maioria dos casos, os sujeitos eram professores aposentados. A dificuldade aqui ocorreu no acesso/contato e realização da entrevista.

O segundo conjunto das entrevistas teve por objetivo dialogar com os docentes sindicalizados nas seções sindicais do ANDES-SN que vivenciaram a militância sindical na conjuntura dos governos Beto Richa (2011-2018). Foi considerado como critério de escolha que os entrevistados tenham exercido cargo na diretoria do sindicato em algum momento do período em questão.

Para o primeiro objetivo, histórico das seções sindicais, foi entrevistado apenas um professor por seção sindical (sendo no total seis entrevistas); com relação ao conjunto de entrevistas que trataram propriamente do objeto de estudo, o sindicalismo docente das IEES no período Richa, a amostra foi de dois docentes por seção sindical (12 entrevistados, ao todo).

Para o acesso e definição de quem seriam os entrevistados, independentemente do tipo de entrevista (histórico da seção sindical ou período Beto Richa), foi utilizada a técnica de amostragem em “bola de neve”. Esse tipo de amostragem consiste numa forma de amostra não probabilística, que se utiliza de cadeias de referência. (VINUTO, 2014).

No caso desta tese, a técnica em bola de neve foi fundamental para o acesso do pesquisador aos entrevistados. A indicação de novos contatos, feitos por intermédio de quem participou da pesquisa, ampliou o conjunto de contatos potenciais (com características específicas) para a participação e contribuição no estudo.

Em virtude do contexto de pandemia da covid-19, todas as entrevistas ocorreram de forma remota, pela internet, e cada uma durou em torno de uma hora e meia. Destaca-se o engajamento na participação dos docentes que foram convidados, os quais se interessaram em participar da pesquisa e dialogar sobre o sindicato docente, as universidades paranaenses e o período Beto Richa.

Com o objetivo de possibilitar as análises sem que informações fossem perdidas, todas as entrevistas foram gravadas em gravador próprio do pesquisador, e

os entrevistados estavam cientes dessa questão. As 12 entrevistas que trataram sobre o período Richa totalizaram 1.019 minutos de gravação.

Ainda sobre a questão ética, o projeto de pesquisa foi aprovado sem pendências pelo Comitê de Ética em Pesquisa (Plataforma Brasil), conforme o Parecer Consubstanciado n.º 4.814.779. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi encaminhado, com antecedência, aos docentes para fins de conhecimento dos termos da pesquisa e posterior assinatura de ciência/consentimento. Nenhum entrevistado recusou-se a assinar o TCLE ou opôs-se aos termos éticos da pesquisa e/ou à proposta da pesquisa, num todo.

De modo geral, as entrevistas que buscaram reconstruir a trajetória histórica das seções sindicais tinham por roteiro (semiestruturado)¹⁰ questões que objetivavam compreender, na interpretação do sujeito entrevistado, os principais aspectos do momento em que surgiu o sindicato docente na referida IEES/PR¹¹.

O roteiro das entrevistas voltadas ao período Beto Richa, por sua vez, foi composto por quatro momentos: um primeiro de caracterização do entrevistado (no sentido de, entre outros, buscar ouvi-lo sobre a sua trajetória político-sindical); no segundo, o roteiro fomenta reflexões sobre a universidade paranaense e o trabalho docente nas IEES/PR; o terceiro centra-se no período Beto Richa com questões que buscam entender a compreensão do entrevistado sobre aquele período, em especial, as estratégias e ações sindicais dos docentes diante daquela conjuntura; por fim, foi proporcionado um espaço de reflexão aos entrevistados acerca do futuro do sindicalismo docente das IEES/PR, tendo por referência, sobretudo, os reflexos da Lei Geral das Universidades¹².

Em síntese, a incursão empírica (pesquisa de campo) ficou constituída da seguinte forma: um conjunto de seis entrevistas, com o objetivo de complementar as informações sobre o processo de organização histórica de cada seção sindical; outras 12 entrevistas com docentes para discussão, sobretudo, a respeito do período que contempla os governos Richa. Os dois roteiros de perguntas são semiestruturados e

¹⁰ Para Triviños (2007, p. 146), a entrevista semiestruturada “parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas informalmente. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa”.

¹¹ O roteiro completo dessa entrevista encontra-se no apêndice.

¹² O roteiro completo dessa entrevista encontra-se no apêndice.

têm por referência a abordagem qualitativa. A forma de acesso aos sujeitos da pesquisa de campo ocorreu mediante a técnica de amostragem “bola de neve”.

A forma de organização e análise desses dados qualitativos foi trabalhoso, tendo em conta o elevado volume de informações levantadas por essas diferentes metodologias empregadas. No que se refere aos documentos escritos retrospectivos, o levantamento, organização e análise deste material privilegiou os elementos que possibilitassem a contextualização histórica da conjuntura em questão e, portanto, atingissem os objetivos e respondessem ao problema central da pesquisa.

Como escreve Cellard (2012, p. 304), “o pesquisador desconstrói, tritura seu material à vontade; depois, procede a uma reconstrução, com vista a responder ao seu questionamento”. Para a qualidade e validade desse material, houve a precaução de diversificar as fontes utilizadas, não ficando limitado apenas a um canal ou viés.

Nesse sentido, os documentos foram analisados, tendo em vista o contexto no qual foram produzidos, os autores (se por um agente governamental ou da sociedade civil organizada), interesses, ou seja, nunca deslocados e/ou desconfigurados da lógica interna/externa ao qual foram produzidos.

Nisso, entre outros fatores, constituiu-se o desafio do uso dessa metodologia, uma vez que os documentos não são produções isentas, ingênuas. São produtos da sociedade que carregam em si modos de interpretar o vivido por um determinado grupo de pessoas em um dado tempo e espaço. (SILVA, 2009)

Sobre as entrevistas realizadas, no que se refere à etapa de organização, sistematização e análise das informações coletadas, foram adotados os seguintes procedimentos: num primeiro momento, foram feitas as transcrições – visando à segurança/sigilo no trato das informações, todas as transcrições foram feitas pelo próprio pesquisador. Na sequência, procedeu-se a um processo (exaustivo) de leitura do material na busca pela definição das principais categorias/eixos de análise.

Segundo Bardin (2016, p. 147), esse processo de categorização consiste na “operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação em, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos”.

No geral, para a interpretação do material qualitativo coletado nas entrevistas, foi utilizada a técnica da análise de conteúdo. A referida técnica, difundida no meio acadêmico pela professora francesa Laurence Bardin, permite caminhar na

descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos e possibilita ir além das aparências do que está sendo comunicado. (GOMES, 2011)

É a mais usual abordagem analítica de dados em investigações com métodos qualitativos. Possibilita, entre outros aspectos, avançar “para além do estágio meramente descritivo, passando para o necessário intuito de fazerem-se as chamadas inferências: permitir que possamos discutir/inferir a partir dos dados trabalhados é a razão de recorrermos a tal procedimento”. (TURATO, 2013, 443)

As análises, assim, ocorreram no intuito de explorar o conjunto de opiniões e posicionamentos dos entrevistados, de modo a inseri-los no contexto em que estão sendo ditas. Interpretar o que foi dito vai na lógica de buscar o sentido das falas e das ações para chegar a uma compreensão ou explicação que vai para além do descrito. Bernardo (2020, p. 90) esclarece: “As inferências resultantes desse processo analítico buscam compreender as especificidades, as homogeneidades e as diferenciações, incluindo informações ímpares, inerentes ao campo pesquisado”.

Nesse sentido, ficou estabelecida a construção dos seguintes eixos de análise conforme os tipos de entrevistas realizadas:

QUADRO 1 – EIXOS DE ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

TIPO DA ENTREVISTA	EIXOS DE ANÁLISE
Entrevistas “histórico das seções sindicais”	<ul style="list-style-type: none"> - Dimensão: professor de ensino superior e militância político-sindical; - Motivações/dificuldades à época para a criação da organização docente; - Articulação, à época, com as demais associações docentes das IEES/PR; - Processo de filiação ao ANDES-SN; - Reflexões gerais sobre o sindicalismo docente das IEES/PR na atualidade.
Entrevistas “período Beto Richa”	<ul style="list-style-type: none"> - Dimensão: professor de ensino superior e militância político-sindical; - A universidade pública na atual conjuntura; - O movimento docente do ensino superior; - O movimento docente do ensino superior nas IEES/PR; - Sindicalismo misto x Sindicalismo ANDES-SN nas IEES/PR; - Aspectos do governo Richa no que concerne ao ensino superior e à carreira docente; - Estratégias e ações políticas das seções sindicais; - O trabalho articulado das seções sindicais no estado; - Perspectivas futuras do sindicalismo docente das IEES/PR.

Fonte: O autor (2022)

Os eixos acima elencados revelam os pontos pelos quais o processo de análise das entrevistas se debruçou. Foram elaborados com base no conjunto de informações produzidas pela fala dos sujeitos que participaram da pesquisa de campo e

complementam, assim, o processo metodológico e investigativo que busca atingir os objetivos inicialmente propostos por este estudo.

No geral, como algumas breves impressões sobre o campo, pôde-se averiguar que os posicionamentos dos entrevistados sobre o período delimitado (2011-2018) na pesquisa foram predominantemente pautados por críticas, especialmente quanto ao processo de condução da política voltada ao ensino superior paranaense e à forma de tratamento empregada com os servidores públicos estaduais.

Como era de esperar, considerando o perfil dos sujeitos entrevistados, não houve significativas diferenças de percepção no amplo dessa questão. A pesquisa de campo, no entanto, justifica-se tendo em vista a busca por explorar outras determinações, contradições, conflitos e possibilidades que permeiam esse processo de luta sindical docente nas IEES/PR, por exemplo: a relação estabelecida no período entre as diferentes seções sindicais do estado; a relação estabelecida internamente nas universidades entre os diferentes sindicatos; e, por fim, a relação dos sindicatos docentes do ANDES-SN com o Fórum das Entidades Sindicais – que contempla o conjunto organizado dos demais servidores do estado do Paraná.

Como foi desenvolvido neste trabalho, as falas dos entrevistados deram ainda clareza sobre quão desgastante pode ser a militância sindical. Por vezes, foram verificadas falas em tom de desabafo e carregadas de emoção devido ao esgotamento (físico e mental), porque a militância político-sindical ocorre num ambiente potencialmente belicoso em virtude da constante disputa política no seu interior. Soma-se a isso o que várias outras pesquisas já trouxeram sobre o desgaste proporcionado pelo trabalho docente.

Enfim, todas as entrevistas transcorreram dentro da normalidade. Considerando o perfil dos entrevistados, servidores efetivos de carreira e com anos de experiência sindical e de universidade pública, os entrevistados falaram abertamente sobre tudo o que foi questionado, o que enriqueceu substantivamente esse momento da pesquisa.

A estrutura de organização desta tese obedece inicialmente a uma divisão ampla composta por três partes: a primeira visa ressaltar dois capítulos para a discussão abrangente sobre o sindicalismo e a luta docente; esse ponto visa cumprir o seguinte objetivo específico da pesquisa: a) resgatar os principais caminhos do sindicalismo brasileiro, dando, sobretudo, enfoque ao sindicalismo docente do ensino superior na sua organização em âmbito nacional e no seu movimento histórico de

defesa pelo ensino superior público brasileiro; a segunda parte é composta por dois capítulos e visa tratar especificamente sobre o ensino superior e o sindicalismo docente nas IEES/PR; aqui, o objetivo específico que se relaciona com essa discussão é b) apresentar/caracterizar cada uma das sete universidades públicas estaduais do Paraná e como se configuram, no seu interior, as organizações sindicais voltadas especificamente aos docentes; por fim, a terceira tem dois capítulos dedicadas a contextualizar/apresentar os principais elementos de embate entre o sindicalismo docente das IEES e o governo Beto Richa, e os objetivos específicos a serem alcançados com essa discussão são os seguintes: c) contextualizar os governos Beto Richa na sua estratégia de atenção ao ensino superior público estadual; e d) analisar o sindicalismo docente das IEES/PR com base nas estratégias sindicais de tensionamento ante a conjuntura de gestão ao ensino superior do governador Beto Richa. Nesse sentido, ao todo, a tese é composta por seis capítulos distintos, porém interligados.

O primeiro capítulo tem por título “O sindicalismo brasileiro e contexto político, econômico e social: uma análise a partir dos anos 1990”. Nele, foram traçadas considerações gerais sobre o projeto político-econômico (neo)liberal e sua influência nos processos de reformas do Estado. O intuito dessa discussão é criar um fio condutor que possibilite entender uma ampla conjuntura de governos no seu trato às políticas sociais, entre as quais as políticas dedicadas ao ensino superior público. No Brasil, são paradigmáticos os anos 1990, e, no Paraná, nessa mesma década, foram evidenciadas as primeiras posturas políticas ligadas a esse projeto político-econômico de sociedade. É exatamente contra esse projeto que, entre outros pontos, visa ao desmonte das políticas públicas educacionais em que se concentram historicamente os principais esforços de mobilização dos sindicatos docentes no interior das IFES e IEES.

Ainda nesse capítulo inicial, são feitos apontamentos sobre a trajetória histórica do sindicalismo brasileiro, considerando o sindicalismo docente como derivado dessa organização maior. Assim, por mais que possua particularidades, o sindicalismo docente do ensino superior obedece a uma forma de organização que não advém de si, mas tem por referência essa organização histórica do sindicalismo. No caso brasileiro, foi, sobretudo, no início do século 20, que houve as primeiras organizações.

O referido capítulo justifica-se devido à riqueza da história do sindicalismo brasileiro que se transmuta nas diversas conjunturas políticas (a exemplo do contexto

de ditadura militar dos anos 1960) e econômicas (com a paradigmática alteração das forças produtivas e relações de trabalho desde os anos 1990 – questões que exigiram desse sindicalismo novas posturas e formas de organização). Por fim, tendo relação direta com o objeto desta tese, propõe-se, no capítulo, uma reflexão sobre o sindicalismo no setor público brasileiro, buscando entender as suas particularidades.

O segundo capítulo é intitulado “O movimento docente do ensino superior: reflexões sobre os limites e possibilidades dessa atuação político sindical”. Esse capítulo debruça-se sobre esse sindicalismo, apresentando os principais elementos que caracterizam esse processo histórico: as primeiras associações docentes desde a década de 1960 até a consolidação do seu sindicato nacional, o ANDES, nos anos 1980. Consiste em um sindicalismo em que o seu percurso histórico tem por principal pano de fundo diferentes conjunturas que demarcam a forma de gestão das políticas educacionais voltadas ao ensino superior, sobretudo nas instituições públicas de ensino.

O mesmo capítulo propõe ainda uma reflexão sociológica sobre o trabalho docente no ensino superior e a militância sindical. As singularidades do trabalho docente, como parte de uma chamada “classe média”, influenciam decisivamente a identidade e a forma de organização e participação sindical desses trabalhadores.

No terceiro capítulo, o título escolhido foi “Reflexões gerais acerca do ensino superior no Brasil e as Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná”. As discussões nele são iniciadas com uma reflexão geral sobre o ensino superior brasileiro e se estreitam no debate sobre o ensino superior público como palco histórico de disputas econômico-políticas. As referências teórico-analíticas discutidas no primeiro capítulo servem aqui como base para compreender as raízes dessas disputas (históricas e atuais) no interior do ensino superior brasileiro que, sob essa perspectiva liberalizante da economia, passou a ser visto como um importante mercado a ser também explorado pela iniciativa privada.

Na sequência, como principal contribuição do capítulo, são tecidas apresentações sobre cada uma das sete IEES/PR, como forma de contextualizar o leitor acerca da grandeza e importância dessas universidades junto à realidade do estado do Paraná. Para tanto, foram colhidos dados/informações de fontes oficiais (inclusive das próprias IEES e demais fontes oficiais do governo estadual).

O quarto capítulo, sob título “Contextualizando o sindicalismo docente nas Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná”, busca, por sua vez, realizar

uma reconstrução da trajetória histórica do sindicalismo docente das IEES/PR, no que pode ser considerada uma das principais contribuições desta tese. Para tanto, foram utilizadas fontes documentais e orais (professores aposentados) que contextualizam os primeiros momentos dessas associações docentes na sua relação com as conjunturas vivenciadas nesses momentos.

Desse modo, prioritariamente aqui neste capítulo é que se reservou espaço para apresentação e análise das entrevistas qualitativas feitas com os seis docentes (alguns aposentados) sobre o processo de construção/organização do sindicato docente em cada IEES/PR. Os depoimentos foram fundamentais nessa reconstrução, de modo a complementar os dados documentais colhidos nas seções.

No quinto capítulo, nomeado “Elementos políticos e econômicos que caracterizam o período 2011-2018”, iniciam-se os esforços da pesquisa por caracterizar o período Beto Richa no que tange, sobretudo, à forma de condução dada às políticas de ensino superior e aos direitos dos servidores públicos estaduais. Aqui, para essa caracterização, as principais fontes foram documentais, sobretudo atos normativos regulamentadores do governo Richa (leis, decretos, ofícios, resoluções, projetos de lei). Houve ainda acesso a relatórios anuais oficiais da Secretaria de Estado, Ciência Tecnologia e Ensino Superior e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Contou-se ainda com o acesso a sites oficiais do governo e ao Portal da Transparência. Tudo isso na busca pela caracterização de um período que é longo e com diversos elementos políticos e econômicos causadores de embates entre governo e servidores públicos, entre estes os docentes das IEES.

De forma sintética, esse capítulo objetiva, entre outros, contextualizar o leitor acerca dos elementos políticos e econômicos que se tornaram fator de resistência e pressão do conjunto dos servidores públicos estaduais. Mais ainda, no contexto de ações e ataques direcionados exclusivamente às universidades (a exemplo das questões relacionadas às ingerências na autonomia universitária, nos cortes das verbas de custeio, nos ataques aos direitos dos docentes), foram construídas ações e estratégias próprias dos servidores das IEES, especialmente dos docentes por meio de seus sindicatos/seções sindicais.

Por fim, o sexto capítulo da tese visa apresentar as principais estratégias/ações políticas e jurídicas dos sindicatos docentes das IEES/PR ante o contexto 2011-2018. Para tanto, metodologicamente foram elencados os elementos considerados centrais dessa mobilização sindical docente no período, a saber: do movimento de articulação

em torno da lei de equiparação salarial entre 2011 e 2012; dos indicativos de greve por tempo indeterminado, em 2013, que tinham por pauta cobrar o pagamento da segunda parcela do Plano de Equiparação Salarial; das manifestações de 29 de abril ocorridas em Curitiba; das greves ocorridas em 2015; dos movimentos de ocupação estudantil das universidades estaduais paranaenses que ocorreram concomitantemente à greve dos professores em 2016; e das articulações políticas em torno da criação de uma nova lei para o TIDE.

Justifica-se, por fim, que a opção desta tese foi a de intercalar/diluir a apresentação (trechos) e análise das entrevistas qualitativas feita com os docentes (ex-dirigentes sindicais) no decurso dos capítulos, associando os eixos de análise aos temas em discussão. No geral, isso ocorreu como forma de evidenciar as interpretações desses sujeitos dentro de cada discussão específica e enriquecer o debate. Como esclarecido acima, apenas no caso das entrevistas feitas sobre o histórico das seções sindicais, foi reservado um espaço específico, no quarto capítulo.

Salienta-se que, na busca por preservar o compromisso ético do sigilo das suas identidades, houve a preocupação de não nominar os entrevistados. Dessa forma, a identificação ocorreu por “**Ex-dirigente sindical**”, somada ao nome da seção sindical a que esse docente estava vinculado no momento da entrevista.

CAPÍTULO 1

SINDICALISMO BRASILEIRO NO CONTEXTO POLÍTICO, ECONÔMICO E SOCIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ANOS 1990

Este capítulo integra esforços preliminares que buscam contextualizar a dimensão política, econômica e social do Brasil desde os anos 1990. Entende-se vital a referida contextualização, uma vez que o período em voga se configura no terreno pelo qual se desenvolvem novas concepções voltadas às políticas sociais, entre as quais aquelas que tratam a educação de ensino superior. Há ainda, no campo econômico, o avanço de políticas neoliberais que buscam reestruturar o setor produtivo com vistas à diminuição de garantias mínimas de direitos para os trabalhadores, as quais reverberam diretamente (em maior ou menor grau) nas formas de organização do sindicalismo brasileiro e no objeto de estudo aqui desenvolvido.

Para tal reflexão, são organizadas duas discussões centrais: a primeira busca fazer considerações acerca do contexto mundial com vistas a pensar esse movimento na sua gênese. Os principais referenciais teóricos e políticos indicam que ele ganhou força na entrada da década de 1980 como uma reação ao contexto de desaceleração do crescimento econômico e ao esgotamento das políticas macroeconômicas de vertente keynesiana. São expostas reflexões de cunho teórico-analítico sobre as formas que as referidas alterações no campo político-econômico mundial rebateram na realidade brasileira.

Na sequência, é dada centralidade ao sindicalismo brasileiro que, diante desse contexto, busca criar estratégias de sobrevivência e organização fazendo frente ao cenário de retração de conquistas históricas no âmbito dos direitos trabalhistas. O debate amplia-se nesta pesquisa mediante a importância que se busca nos sindicatos de trabalhadores do setor público, estes também capturados pela lógica da época que buscou retrair investimentos no setor público e inviabilizar condições mínimas de trabalho e sobrevivência desses servidores.

Pretende-se, assim, depois dessas discussões, instrumentalizar o leitor para entender e pensar, de forma mais profunda, os elementos que embasam a gestão/organização das políticas voltadas ao ensino superior público paranaense no período a ser analisado. Visa ainda pensar os dilemas e possibilidades do sindicalismo brasileiro ante um cenário de forte retração dos direitos trabalhistas (seja na esfera privada, seja na pública).

1.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CONTEXTO MUNDIAL E O MOVIMENTO DE REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO: REPERCUSSÕES NAS POLÍTICAS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Como ponto inicial de discussão, serão tecidas a seguir breves considerações sobre as concepções filosóficas e econômicas do projeto neoliberal que ganha força no Ocidente desde os anos 1980. O professor Armando Boito Jr. caracteriza:

A ideologia neoliberal contemporânea é, essencialmente, um liberalismo econômico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa empresarial, rejeitando de modo agressivo, porém genérico e vago, a intervenção do Estado na economia. Esse liberalismo econômico é distinto do liberalismo político, interessado nos direitos individuais do cidadão e num regime político representativo e adequado ao exercício daqueles direitos. A ideologia neoliberal retoma o antigo discurso econômico burguês, gestado na aurora do capitalismo, e opera esse discurso em condições históricas novas. (BOITO JR., 1999, p. 23)

A ideia da construção de um novo tipo de liberalismo, de certo modo, diferente do liberalismo clássico alimentado pelas teses de David Ricardo (1772-1823) e, sobretudo, de Adam Smith (1723-1790), ganha força num contexto de esgotamento das políticas macroeconômicas que pressupunham investimento nos serviços públicos estatais.

Para Netto (2012), as bases sócio-históricas das concepções econômico-políticas do liberalismo clássico já haviam sido inteiramente demolidas quando a ordem do capital transitou para a era dos monopólios. Para o autor, essa organização monopólica tem por objetivo primário o acréscimo dos lucros capitalistas por meio do controle dos mercados. (NETTO, 2011, 2012)

Mandel (1971) assim conceitua os monopólios¹³:

La concentración del capital industrial y la formación de convenios de grupos y de trusts capitalistas, conduce a la constitución de monopólios de hecho em numerosos sectores de la industria. Una sola empresa o un pequeño numero de ellas controlan una parte hasta tal punto considerable de la producción que pueden, durante períodos más o menos largos, fijar arbitrariamente los precios y las tasas de ganancia, que se hacen así en una amplia medida, independientes de la conyuntura económica. (MANDEL, 1971, p. 25-26)

Essa fase monopólica do capitalismo iniciou o seu movimento de expansão na economia Ocidental desde o último quarto do século 19. Tomaram ainda relevância nesse contexto os “impérios” dos grupos financeiros, que se transmutaram em organizações que controlam setores inteiros da produção. Estes são compostos pelos

¹³ A obra de Mandel (1971) é uma importante referência para compreender melhor essa fase monopolista do capitalismo.

donos de bancos, companhias de seguro, sociedades industriais, comerciais e de transporte. (MANDEL, 1971)

A apropriação privada ampliou-se ainda mais mediante mecanismos de internacionalização da produção. Ao se espalhar pelo mercado mundial, grupos de monopólios passaram a controlar essa produção acima de povos e estados. Para o êxito desse movimento, conforme destaca Netto (2011), os monopólios passaram a demandar o uso de mecanismos de intervenção extraeconômicos que, por sua vez, deram novas funções e dimensões ao Estado como instância por excelência do poder extraeconômico.

A necessidade de uma nova modalidade de intervenção do Estado decorre primariamente, como aludimos, da demanda que o capitalismo monopolista tem de um vetor extra-econômico para assegurar seus objetivos estritamente econômicos. O eixo da intervenção estatal na idade do monopólio é direcionado para garantir superlucros dos monopólios – e, para tanto, como poder político e econômico, o Estado desempenha uma multiplicidade de funções. (NETTO, 2011, p. 25)

Assim, para essa nova era dos monopólios, as bases do liberalismo clássico tornaram-se anacrônicas e já não conseguem dar conta desse momento. O Estado necessita ampliar a sua função de mero garantidor da propriedade privada dos meios de produção (“Estado guarda-noturno”) e incidir, direta e indiretamente, na organização e dinâmica econômicas de forma contínua e sistemática.

O elenco de suas funções econômicas *diretas* é larguíssimo. Possuem especial relevo a sua inserção como empresário nos setores básicos não rentáveis (nomeadamente aqueles que fornecem aos monopólios, a baixo custo, energia e matérias-primas fundamentais), a assunção do controle de empresas capitalistas em dificuldades (trata-se, aqui, da socialização das perdas, a que frequentemente se segue, quando superadas as dificuldades, a reprivatização), a entrega aos monopólios de complexos construídos com fundos públicos, os subsídios imediatos aos monopólios e a garantia explícita de lucros pelo Estado. As *indiretas* não são menos significativas; as mais importantes estão relacionadas às encomendas/compras do Estado aos grupos monopolistas, assegurando aos capitais excedentes possibilidades de valorização; não se esgotam aí, no entanto – recordem-se os subsídios indiretos, os investimentos públicos em meios de transporte e infraestrutura, a preparação institucional da força de trabalho requerida pelos monopólios e, com saliência peculiar, os gastos com investigação e pesquisa. A intervenção estatal macroscópica em função dos monopólios é mais expressiva, contudo, no terreno estratégico, onde se fundem atribuições diretas e indiretas do Estado: trata-se das linhas da direção do desenvolvimento, através de planos; aqui, sinalizando investimentos e objetivos, o Estado atua como um instrumento de organização da economia, operando notadamente como um administrador dos ciclos de crise. (NETTO, 2011, p. 25-26)

O Estado, capturado pela lógica do capitalismo monopolista, passou a atuar como instância da política econômica do monopólio. E, diferentemente do que ocorria no capitalismo concorrencial – em que as sequelas da exploração da força de trabalho eram tratadas unicamente de forma coercitiva –, no capitalismo monopolista surgiu

um novo elemento que se tornou uma função estatal de primeira ordem: a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente. (NETTO, 2011)

As políticas sociais promovidas pelo Estado burguês cumprem assim uma dupla função: econômica (na manutenção de uma mão de obra viva e minimamente qualificada para o uso do capital) e política (haja vista a necessidade de esse Estado estabelecer o alargamento de sua base de sustentação e legitimação sócio-política). Se, no liberalismo clássico, as políticas sociais eram compreendidas como “estimuladoras do ócio e desperdício” (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 62), nessa nova fase se tornam instrumento essencial para, entre outros, promover a conciliação de classes¹⁴.

O capitalismo monopolista demandou, assim, um novo tipo de visão da elite econômica acerca do Estado. O século 19 foi palco de importantes mudanças na estrutura econômica e política das sociedades capitalistas centrais e exigiram do Estado inéditas intervenções. Foi um processo complexo, promovido simultaneamente por fatores econômicos, sociais e políticos, que ampliou, por um lado, as forças produtivas e o alcance do capital em toda sociedade e, por outro, a participação política de parcelas da população antes exploradas. (PEREIRA, 2011)

Para a autora:

Tudo isso repercutiu no âmago do Estado e de suas políticas, propiciando mudanças significativas. A instituição estatal deixou de ser simples guardiã do quadro político, ou sustentadora do mecanismo produtivo (Estado liberal), para ser centro da regulação do processo de acumulação, da relação poupança-investimento que os instrumentos normais do mercado capitalista não conseguiam mais controlar, configurando um Estado com crescentes funções sociais. (PEREIRA, 2011, p. 35)

Isso posto, foram inúmeras as experiências mundiais de proteção social desde o fim do século 19, inaugurando uma nova época. As mais conhecidas são a implantação dos seguros sociais alemães, criados pelo chanceler conservador Otto von Bismarck, e o Plano Beveridge, que se constituiu num dos pilares do *Welfare State* do pós-guerra.

Interessa aqui pontuar mais sobre as políticas sociais desenvolvidas no período pós-crise 1929-1932 e após a Segunda Guerra Mundial, considerando que a ofensiva

¹⁴ Essa questão evidencia o importante papel da mobilização e organização da classe trabalhadora, sendo ela mesma também importante sujeito histórico na conquista de direitos políticos, civis e sociais. Esclarece-se, ainda, que o surgimento das políticas sociais é complexo, sendo um movimento gradual e diferenciado entre os países – a depender do grau de organização e pressão da classe trabalhadora e do nível de desenvolvimento das forças produtivas e das correlações de força no âmbito do Estado. Sobre o assunto, recomenda-se Behring e Boschetti (2010) e Pereira (2011).

neoliberal no Ocidente, dos anos 1970/1980 (que vão encontrar um terreno fértil no Brasil desde a década de 1990), desenvolve-se justamente numa resposta às políticas macroeconômicas de investimento público estatal dessa época.

O pós-crise de 1929¹⁵ é marcado pelas políticas macroeconômicas keynesianas. John Maynard Keynes (1883-1946) foi um economista inglês que, no contexto da grande crise econômica dos anos 1930, publicou a obra “*Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*”, cuja principal tese era a defesa da intervenção estatal com vistas a reativar a produção. Nas palavras de Behring e Boschetti (2010, p. 83): “Ele propugnava a mudança da relação do Estado com o sistema produtivo e rompia parcialmente com os princípios do liberalismo”.

Sem significar o abandono do capitalismo e/ou a defesa da socialização dos meios de produção, o Estado, com o keynesianismo, tornou-se produtor e regulador, conforme descrevem as autoras:

O Estado, diga-se, o fundo público, na perspectiva keynesiana, passa a ter um papel ativo na administração macroeconômica, ou seja, na produção e regulação das relações econômicas e sociais. Nessa perspectiva, o bem-estar ainda deve ser buscado inicialmente no mercado, mas se aceitam intervenções do Estado em área econômica, para garantir a produção, e na área social, sobretudo para as pessoas consideradas incapazes para o trabalho: idosos, deficientes e crianças. Nessa intervenção global, cabe, portanto, o incremento das políticas sociais. (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 62)

Mustafa (2022) compreende que o Estado forte, interventor e regulador da economia de Keynes era a saída mais convincente de que o modo de produção capitalista era viável e era possível a convivência entre capital e trabalho, sem que fosse necessário outro tipo de regime.

Em síntese, trata-se de promover condições para que os riscos de ameaça à ordem do capital sejam minimizados e se crie uma mentalidade favorável ao capitalismo, capaz de convencer a própria classe trabalhadora de que é possível a convivência na desigualdade, desde que esta seja controlada e que os lucros alcançados pela burguesia não ultrapassem aquele limite que provocaria um aumento do pauperismo. Dentro dessa lógica, criam-se políticas sociais e de assistência social que asseguram tanto uma ‘vida digna’ aos trabalhadores quanto representam uma negação da alternativa socialista ou comunista, que passa a ser vista como desnecessária, já que a situação social, econômica, política e cultural dos países que adotaram o Welfare responde positivamente aos anseios de empregabilidade e sustentabilidade, num clima de ‘liberdade’, entendido como de ‘livre iniciativa’, na ordem do capital. (MUSTAFÁ, 2022, p. 16)

¹⁵ Crise econômica de proporções mundiais iniciada nos Estados Unidos da América, em 1929, também conhecida como “Grande Depressão”, teve como uma das principais causas a crise de superprodução. Os principais reflexos da crise econômica de 1929 foram estas: quebra da bolsa de valores de Nova York; falência de bancos e instituições de crédito; falência de empresas; queda no investimento e na produção; desemprego em massa; endividamento das famílias; mundialização da crise.

De acordo com Oliviero e Cruz (2014), o economista John M. Keynes possui uma incontestável importância histórica:

Podemos dizer que, depois de Adam Smith e Thomas Malthus, economistas da escola clássica, e de Karl Marx, nenhum outro teórico foi tão importante quanto Keynes, pensador de muita influência na renovação das teorias econômicas tradicionais e na reformulação da política econômica do livre mercado. A necessidade de alavancar o crescimento econômico e a extensão de um maior bem-estar para toda a Sociedade são considerados princípios indissociáveis que se vinculam à crescente intervenção do Estado e que estão ligados, de forma inequívoca, a Keynes. (OLIVIERO; CRUZ, 2014, p. 63)

A grande crise do capital, seguida dos efeitos da Segunda Guerra Mundial, acabou por consolidar a convicção sobre a necessidade de regulação estatal para seu enfrentamento. Com relação aos movimentos do pós-guerra europeu, na década de 1940, o chamado “consenso pós-guerra” permitiu o estabelecimento de uma aliança entre as classes sociais. Foi por meio desse consenso que foram institucionalizadas as possibilidades de estabelecimento de políticas abrangentes e mais universalizadas.

Para Oliviero e Cruz (2014), as duas grandes guerras operaram uma profunda crise estrutural da sociedade e do Estado, sendo foram responsáveis pela exaustão completa do modelo liberal clássico. Os autores pontuam que um dos principais sinais de esgotamento desse modelo ocorreu pelo aumento acelerado do desemprego e a forma que o Estado passou a patrocinar políticas que garantissem a preservação dos postos de trabalho, sendo ele mesmo, por vezes, um empregador em grande escala, principalmente no contingente de funcionários públicos dedicados aos serviços sociais.

O Estado de Bem-Estar (*Welfare State*) é o sistema político-econômico que encarrega o Estado de tarefas relativas à obtenção de condições sociais mínimas. Os economistas britânicos, responsáveis pela formulação econômica desse Estado de Bem-Estar, tiveram como referência política as posições econômicas e sociais de Keynes e seus seguidores. (OLIVIERO; CRUZ, 2014)

É a partir dos anos 40, na Inglaterra, que são firmados e explicitados os princípios fundamentais do Estado de Bem-Estar. Em 1939, Alfred Zimmern, catedrático em Oxford, contrapôs *welfare a power*, em clara intenção de diferenciar os regimes democráticos dos fascistas que, por aquela época, estavam em plena expansão no continente. O Estado de Bem-Estar, segundo a doutrina inglesa daquela década, deveria garantir a todos os cidadãos, independentemente de sua renda, a proteção de direitos sociais relacionados ao trabalho, previdência, saúde, maternidade e educação. (OLIVIERO; CRUZ, 2014, p. 62)

O *Welfare State* inglês, com o seu caráter universal, marca uma superação do modelo securitário (contributivo) vivenciado pela experiência alemã do século 19. A

principal influência desse modelo pautou-se no Plano Beveridge¹⁶, publicado na Inglaterra, em 1942, propunha uma nova lógica para a organização das políticas sociais, tendo justamente por base a crítica aos seguros sociais bismarckianos.

A universalização do acesso é uma das características do *Welfare State* que o distingue da compreensão genérica de política social. Outros princípios que estruturam o *Welfare State* podem ser assim sintetizados:

- 1) responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida dos cidadãos, por meio de um conjunto de ações em três direções: regulação da economia de mercado a fim de manter elevado nível de emprego; prestação pública de serviços sociais universais, como educação, segurança social, assistência médica e habitação; e um conjunto de serviços sociais pessoais;
- 2) universalidade dos serviços sociais; e 3) implantação de uma 'rede de segurança' de serviços de assistência social. (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 94)

Para Esping-Andersen (1995), o período de ouro da economia capitalista, no segundo pós-guerra, tem no *Welfare State* uma das suas principais marcas de prosperidade. Segundo o autor, esse modelo econômico-político representou um esforço de reconstrução econômica, moral e política.

Economicamente, significou um abandono da ortodoxia da pura lógica do mercado, em favor da exigência de extensão da segurança do emprego e dos ganhos como direitos de cidadania; moralmente, a defesa das ideias de justiça social, solidariedade e universalismo. Politicamente, o *Welfare State* foi parte de um projeto de construção nacional, a democracia liberal, contra o duplo perigo do fascismo e do bolchevismo. Muitos países se autoproclamaram *welfare states*, não tanto por designarem desse modo as suas políticas sociais, quanto por promoverem uma integração social nacional. (ESPING-ANDERSEN, 1995, p. 73)

O postulado de Keynes defendeu o conceito pelo qual o aumento dos gastos governamentais aumenta a demanda agregada, o que criaria uma otimização do trabalho e do capital, de modo que a produção se expandiria em proporção superior ao crescimento daqueles gastos – o conceito de “multiplicador de demanda”. Conforme analisam Oliviero e Cruz (2014, p. 63), essa equação keynesiana “apoiou a possibilidade de se fazer convergir elementos de mercado e sociais por meio da articulação de políticas redistributivas”.

¹⁶ Para autores como T. H. Marshall (“Cidadania, classe social e status”), não se pode atribuir exclusivamente ao Sir William Beveridge a autoria do sistema inglês. O referido plano, construído sob sua autoria, aborda apenas um aspecto do *Welfare State* inglês, qual seja, o da seguridade social (os outros dois pilares que constituem o *Welfare State* inglês são relativos à área da educação e saúde). “Na interpretação de Marshall, o Plano Beveridge consistiu em fazer uma fusão das medidas esparsas já existentes, ampliar e consolidar os vários planos de seguros social, padronizar benefícios e incluir novos benefícios como seguro acidente de trabalho, abono familiar ou salário-família, seguro-desemprego e outros seis auxílios sociais: auxílio-funeral, auxílio-maternidade, abono nupcial, benefícios para esposas abandonadas, assistência às donas de casa enfermas e auxílio treinamento para os que trabalham por conta própria”. (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 95)

A obra de Keynes foi plenamente reconhecida e, até os anos 1970, o modelo que pretendeu promover a associação de recursos entre mercado e o Estado converteu-se em doutrina econômica quase inquestionável, haja vista o consenso estabelecido em torno dela. O crescimento econômico que as sociedades ocidentais experimentaram desde os anos 1950 fortaleceu o enorme grau de consenso em torno do Estado de Bem-Estar social e das políticas keynesianas. (OLIVIERO; CRUZ, 2014)

Conforme já mencionado, não foi apenas com a experiência inglesa que a intervenção do Estado na regulação das relações sociais e econômicas ocorreu na Europa. Outras experiências podem ser citadas, a exemplo do “Estado-providência” francês e do “Estado social”, utilizados para designar o conjunto de políticas de proteção social realizadas na Alemanha¹⁷.

Após três décadas de amplo consenso, com a crise econômica de 1973, iniciaram os primeiros abalos aos princípios keynesianos; no entanto, Oliviero e Cruz ressaltam que a referida crise não foi a única responsável pelo questionamento ao modelo keynesiano. Um fato marcante foi o crescimento descontrolado do gasto público:

Esse fato representa um dos grandes – se não o principal – problemas de países europeus, que se debatem entre a pressão de seus cidadãos para manter os benefícios do Estado de Bem-Estar e as exigências do Banco Central Europeu e do FMI para que controlem o *déficit* público, aumentem a carga tributária e para que o Estado abandone a intervenção em diversos setores, principalmente o social. (OLIVIERO; CRUZ, 2014, p. 64)

Para Behring e Boschetti, já no fim dos anos 1960, era possível visualizar sinais de que os “anos de ouro” do capitalismo “regulado” começavam a se exaurir.

As taxas de crescimento, a capacidade do Estado de exercer suas funções mediadoras civilizadoras cada vez mais amplas, a absorção das novas gerações no mercado de trabalho, restrito já naquele momento pelas tecnologias poupadoras de mão-de-obra, não são as mesmas, contrariando as expectativas de pleno emprego, base fundamental daquela experiência. As dívidas públicas e privadas cresceram perigosamente. [...]. As elites político-econômicas, então, começaram a questionar e a responsabilizar pela crise a atuação agigantada do Estado mediador civilizador, especialmente naqueles setores que não revertiam diretamente em favor dos seus interesses. (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 103)

¹⁷ Em Esping-Andersen (1995), o autor traz uma lista de três regimes básicos de bem-estar social, englobando a realidade de diferentes países capitalistas que desenvolveram essa política de atenção social: 1) o caminho escandinavo, baseado na social democracia – estratégia na expansão do setor público, induzido pelo próprio *Welfare State*; 2) a rota neoliberal, formada por países anglo-saxões, em particular, Grã-Bretanha, Nova Zelândia e EUA – estratégia de desregulamentação dos salários e do mercado de trabalho, associada a certo grau de erosão do *Welfare State*; 3) a rota da redução do trabalho, países da Europa Continental (França, Alemanha, Itália) – estratégia de redução induzida da oferta de mão de obra.

A fase madura do capitalismo, após 30 anos de uma forte expansão, com taxas de lucros altas e ganhos de produtividade para as empresas e políticas sociais para os trabalhadores, apresenta indícios de esgotamento. Se o Estado social se apresentou como importante mediador na regulação das relações capitalistas em sua fase monopolista, o período pós-1970 marca o significativo desenvolvimento de ideias neoliberais que ganhavam, cada vez mais, terreno no contexto de crise capitalista entre 1969 e 1973.

Para Anderson (1995), o movimento político-neoliberal nasceu logo após a Segunda Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte, como veemente reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar. A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra em 1973, na sua combinação de baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, foi preponderante para o estabelecimento da concepção de que o Estado intervencionista precisaria ser reconfigurado em suas funções. Retoma-se, assim, a defesa política pelo Estado mínimo como única alternativa para retomar o crescimento e a estabilidade econômica.

Pois bem, os pontos brevemente assinalados anteriormente (e desenvolvidos por uma série de autores, sobretudo do espectro teórico marxista) caracterizam a visão aqui defendida de quão anacrônico é o discurso liberal do Estado mínimo numa economia com bases no capitalismo monopolístico. O capitalismo monopolista demanda uma atuação estatal, especialmente para garantir os seus interesses econômicos e políticos.

Assim mesmo, a partir da década de 1940, a ofensiva neoliberal apoiou-se mormente sobre as bases ideológicas polarizadas por Friedrich Hayek (1899-1992) e Milton Friedman (1912-2006).

Porque é precisamente neste arco que está concentrada a essência do arsenal do neoliberalismo: uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia. (NETTO, 2012, p. 84)

Nessa contextualização, é paradigmática a obra de Hayek, “O Caminho da Servidão”, de 1944, em que se tem “um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política”. (ANDERSON, 1995)

A solução para a crise dos anos 1970 era clara: manter um Estado forte em sua capacidade de romper com o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas

limitado nos gastos sociais e nas intervenções econômicas, conforme esclarece Boito Jr.:

A intervenção do Estado na economia mesmo que bem intencionada, dizem os neoliberais, provoca o desperdício e a ineficiência e forja uma configuração do aparelho produtivo inadequada ao perfil da demanda. Em resumo, provoca uma má alocação dos limitados recursos disponíveis, reduzindo a riqueza geral. No plano político, a ação econômica do Estado criaria privilégios para alguns e dependência para muitos. Os cidadãos habituar-se-iam ao paternalismo do Estado e, assim, deixariam de desenvolver sua capacidade de iniciativa para resolver seus próprios problemas. (BOITO JR., 1999, p. 26)

Iniciam-se, assim, especialmente entre 1980 e 1990, as pressões para uma reconfiguração do papel do Estado capitalista. Não há assim, como foi problematizado no início do tópico, uma simples redução da intervenção do Estado. Pode-se falar que a redução acontece acompanhada de uma reformulação do intervencionismo estatal direcionado pelos interesses econômicos do mercado.

Em algumas áreas, como por exemplo na esfera da produção de bens e no âmbito do mercado da força de trabalho, poderemos falar, em consonância com o que afirmam os neoliberais, que ocorre, no geral, um recuo do papel do Estado. Em outras áreas, como na administração do câmbio, da dívida externa e dos juros, pode-se constatar, especialmente nos países latino-americanos, que os governos neoliberais promoveram uma intervenção de novo tipo do Estado na economia. [...] o câmbio e os juros, que remuneraram os investimentos financeiros nacionais e estrangeiros, são mantidos em níveis elevados por intervenção governamental, e a cada crise inflacionária ou cambial, os neoliberais, apologistas da liberdade de iniciativa, recomendam a intervenção do Estado e os 'pacotes' salvadores; os grandes bancos não protestam contra a intervenção do Estado para subsidiar bancos em situação de pré-falimento e regular o processo de reconcentração no setor bancário; [...]. (BOITO JR., 1999, p. 28-29)

De forma resumida, segundo conclui Netto, a proposta neoliberal centra-se na despolitização das relações sociais na qual qualquer relação de regulação política do mercado é rechaçada de princípio. A grande burguesia monopolista tem clareza de que, no fim, o discurso/pensamento neoliberal do Estado mínimo levará ao desenvolvimento de um "Estado máximo para o capital". (NETTO, 2012, p. 89)

Em via de regra, o tripé que caracteriza a política neoliberal apoia-se na privatização, abertura comercial e desregulamentação financeira e do mercado de força de trabalho. As grandes referências do Ocidente foram os governos do presidente Ronald Reagan, Estados Unidos e da primeira-ministra Margareth Thatcher, do Reino Unido.

Ao analisar essas experiências, Soares (2009) tece as seguintes considerações:

Na Inglaterra, com o advento do 'tatcherismo', a chamada 'contra-revolução monetarista', em oposição à 'revolução keynesiana', consistia na aplicação do receituário friedmaniano de contração monetária, eliminação do Estado

como agente econômico, drástica redução do tamanho e dos gastos com o Welfare State, e a liberalização do mercado. Os resultados dessa política, em síntese, foram a recessão e o desemprego, entre outros, evidenciando uma política deliberada de depressão no sistema produtivo, atingindo seu objetivo implícito: o da valorização internacional da libra. A adoção do credo ortodoxo nos EUA, centro dominando do capitalismo industrial, trouxe, além de implicações internas, graves consequências para o resto do mundo, em particular para a América Latina. Esse credo nos EUA assumiu outra roupagem intitulada de 'economia da oferta', em que o Estado também é a causa de todos os males: a estagflação é o resultado do excesso de oferta monetária, de impostos e de regulamentação do mercado. (SOARES, 2009, p. 13-14)

Na periferia do capitalismo, o discurso neoliberal ganhou força por meio destes governos: Augusto Pinochet, Chile; Carlos Salinas de Gortari, México; Carlos Menem, Argentina; Fernando Henrique Cardoso, Brasil. Os efeitos da crise financeira e a explosão da crise da dívida externa nos anos 1980 levaram países da América Latina a seguir o modelo de ajuste chamado "Consenso de Washington"¹⁸ – este, sob orientação do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e do governo dos Estados Unidos.

Esse ajuste estrutural pretendia desencadear as necessárias mudanças por meio de políticas liberalizantes, privatizantes e de mercado. Em um curto prazo, as propostas dessa medida deveriam incidir na diminuição do déficit fiscal, reduzindo o gasto público; aplicação de uma política monetária restritiva para combater a inflação e fazer prevalecer uma taxa de juros positiva e um tipo de câmbio adequado. As mudanças em médio prazo teriam objetivos direcionados: investir nas exportações; liberar o comércio exterior; amenizar as regulações estatais ampliando o uso do mercado; e concentrar o investimento no setor privado. (SOARES, 2009)

Em resumo:

O modelo neoliberal, que propõe para a América Latina a liberalização comercial e financeira a todo custo, entra em aberta contradição como intenso neoprotecionismo nos países centrais. Na realidade, esse modelo de caráter monetarista se reduz à instalação de políticas macroeconômicas que têm por objetivo reestabelecer o equilíbrio da balança de pagamentos (para pagar a dívida externa e as importações) e controlar a inflação através de medidas recessivas. Por outro lado, a suposta integração na economia internacional por meio dessa liberalização pressupõe que a indústria nacional desses países não só não seria afetada, como aumentaria a sua competitividade e a sua eficiência. Tudo isto produto apenas das 'forças livres do mercado' e sem interferência do Estado. (SOARES, 2009, p. 15-16)

¹⁸ "Um conjunto, abrangente, de regras de condicionalidade aplicadas de forma cada vez mais padronizada aos diversos países e regiões do mundo, para obter o apoio político e econômico dos governos centrais e dos organismos internacionais. Trata-se também de políticas macroeconômicas de estabilização acompanhadas de reformas estruturais liberalizantes." (TAVARES; FIORI, 1993, p. 18 *apud* SOARES, 2009)

Ao analisar profundamente esse contexto de ajuste neoliberal na América Latina, a autora faz questão de salientar como o caráter global dessa modernização ocorre por meio do agravamento das desigualdades e da produção de exclusão. Houve uma repartição desigual dos custos desse ajuste, e os “custos sociais” dessa reestruturação têm sido pagos pelos países periféricos, onde houve piora nos padrões de equidade social, a exemplo da crise do mercado de trabalho agravada pelas políticas recessivas de ajuste e, ainda, dos cortes lineares do gasto social e da deteriorização/desmonte dos padrões do serviço público – sendo estes considerados a face da globalização. (SOARES, 2009)

1.1.1 Os movimentos de reforma ocorridos no Brasil, nos anos 1990

O Brasil, como analisa Cardoso (2003), foi provavelmente o último dos chamados “países emergentes” a empreender reformas econômicas segundo o cânon da abertura comercial e Reforma do Estado, principal fazendo uso dos mecanismos de privatização e ajuste fiscal.

Para Behring (2008), desde os anos 1990, o Brasil adentra um período marcado por uma nova ofensiva burguesa, adaptando-se às requisições do capitalismo mundial nesse momento. As palavras modernização, flexibilização e desregulamentação do mercado seriam exaustivamente repetidas num processo que se inicia com o presidente Collor de Mello (PRN), mas se aprofunda durante os mandatos do então presidente, Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

O cenário complexo da economia brasileira advinda da década anterior, 1980, em que elementos, tais como a inflação, desvalorização da moeda, crise da dívida externa, estagnação da economia, eram característicos daquele momento¹⁹ fez o país adentrar os anos 1990, ciente dos desafios para o crescimento da economia e sanitização das finanças do Estado²⁰.

O que se verificaria, a seguir, é que, no geral, esse contexto reforçou, na década seguinte, o discurso sobre a necessidade de disciplina fiscal, privatização e liberalização comercial. De forma lenta, se comparado aos demais países da América

¹⁹ Podem-se incluir os efeitos do conturbado contexto internacional da época, a exemplo das crises do petróleo (entre 1974 e 1979) e a moratória do governo mexicano em 1982.

²⁰ Para uma compreensão mais aprofundada do cenário econômico brasileiro dos anos 1980 e 1990, recomendam-se os capítulos 4, 5 e 6 de GAMBIAZI. Fábio *et al.* **Economia Brasileira Contemporânea** (1945-2010). 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

Latina, na década de 1990, o Brasil vai perceber que o modelo de crescimento com ênfase na substituição de importações se esgotara²¹.

Segundo Paulani (2012), nos anos 1990, a primeira providência do Estado brasileiro diante desse cenário foi resolver o problema da dívida externa, o

[...] que foi conseguido através do atendimento às exigências dos credores e agências multilaterais, como a autorização para a securitização desses débitos, a abertura do mercado brasileiro de títulos privados e públicos e a abertura financeira da economia brasileira, com a retirada gradativa dos controles que obstaculizavam o livre fluxo internacional de capitais. (PAULANI, 2012, p. 92)

A estabilização monetária produzida pelo Plano Real (1994) possibilitou que outras providências com o mesmo fim de estabilização fossem tomadas. Paulani (2012) cita concessão de isenções tributárias a ganhos financeiros de não residentes, alterações legais a fim de conceder maiores garantias aos direitos dos credores do Estado, reforma previdenciária para cortar gastos e abrir o mercado previdenciário ao capital privado, política monetária de elevados juros reais, rígido controle fiscal e processo de privatização²².

Especificamente sobre o movimento de ressignificação das funções do Estado, o período Fernando Henrique Cardoso notabiliza-se por conta da criação de um ministério com funções específicas relativas a essa reforma: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE)²³. Esse movimento de reforma surgiu embasado em elementos oriundos da concepção gerencial da administração pública, que emerge na segunda metade do século 20, em resposta, de um lado, à expansão das funções econômicas e sociais do Estado e, de outro, ao desenvolvimento tecnológico e à globalização da economia mundial, uma vez que ambos deixaram à mostra os problemas associados à adoção do modelo burocrático²⁴

²¹ Durante as décadas de 1950-1980, o Brasil cresceu com uma taxa média de 7,4%, Gambiagi (2011, p. 133) assinala que esse crescimento esteve associado a uma política de substituição de importações. Para o autor, o modelo de industrialização brasileiro do pós-guerra continha três principais características: "(1) a participação direta do Estado no suprimento da infraestrutura econômica (energia e transportes) e em alguns setores considerados prioritários (siderurgia, mineração e petroquímica); (2) a elevada proteção à indústria nacional, mediante tarifas e diversos tipos de barreiras não tarifárias; e (3) o fornecimento de crédito em condições favorecidas para a implantação de novos projetos".

²² Brettas (2013), tendo por base dados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social entre 1990 e 2002, informa que foi entre 1997 e 1998 que mais se arrecadou com a venda/concessão das estatais (incluindo as dívidas transferidas). Nesses dois anos, foram totalizados U\$ 65,216 bilhões arrecadados. As vendas mais emblemáticas desse período foram a Companhia Vale do Rio Doce em 1997 e a Telebrás em 1998.

²³ Extinto pela Medida Provisória n.º 1.795, de janeiro de 1999.

²⁴ Referência à reforma administrativa de 1936. (BRESSER-PEREIRA, 1996)

anterior. O economista Luiz Carlos Bresser-Pereira foi o ministro que esteve à frente desse processo.

Behring (2008) descreve, no trecho abaixo, o discurso que pautou o projeto encabeçado por Bresser-Pereira nesse movimento de reforma do Estado brasileiro:

Ao Estado cabe um papel de coordenador suplementar. Se a crise se localiza na insolvência fiscal do Estado, no excesso de regulação e na rigidez e ineficiência do serviço público, há que reformar o Estado, tendo em vista recuperar a governabilidade (legitimidade) e a *governance* (capacidade financeira e administrativa de governar). A perspectiva da reforma é garantir taxas de poupança e investimento adequadas, eficiente alocação de recursos e distribuição de renda mais justa. O lugar da política social no Estado social-liberal é deslocado: os serviços de saúde e educação, dentre outros, serão contratados e executados por organizações públicas não-estatais competitivas. (BEHRING, 2008, p. 173)

Bresser-Pereira (1996) advogava a compreensão de que a reforma proposta era de natureza “social-democrática”, numa perspectiva de que os objetivos dela giram em torno de aumentar a governança do Estado e dar a este meios financeiros e administrativos, para que sua intervenção seja mais eficaz sempre que o mercado não tiver condições de coordenar adequadamente a economia.

Nessa visão, torna-se essencial que a administração pública seja pautada pela eficiência. Essa demanda pela eficiência ocorre, sobretudo, na necessidade posta de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços públicos prestados. Assim, a reforma do aparelho do Estado passou a ser orientada predominantemente pelos valores da eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos e pelo desenvolvimento de uma cultura gerencial nas organizações.

Para Flores (2021), o propósito dessa “contrarreforma”²⁵ é o de instituir uma redefinição do papel do Estado apoiada na liberação comercial, na desregulamentação fiscal, nas privatizações, no programa de estabilização monetária e nas reformas da administração pública e das políticas sociais. São, para autora, claras adequações do país às diretrizes do Consenso de Washington.

Sobre as reformas no aparelho estatal brasileiro, destaca-se o documento “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado”, de 1995. A título de contextualização, cabe dizer que, além do referido plano diretor, foram elaborados

²⁵ A expressão “contrarreforma” é também encontrada em diversas literaturas e faz referência ao movimento contrário (de resposta) ao Estado social, de caráter intervencionista, verificado com base na Constituição Federal de 1988. O principal expoente dessa expressão talvez tenha sido o filósofo baiano Carlos Nelson Coutinho. De acordo com o pensamento de Coutinho: “Em linhas gerais, a contrarreforma neoliberal dos governos FHC é tida como uma ofensiva burguesa de retirada de direitos sociais consagrados na Constituição de 1988 e uma defesa das bases da acumulação capitalista sob o comando do Estado”. (CASTELO, 2012, p. 296)

uma série de cadernos oficiais que compunham o material relativo ao processo de reforma. Há de se mencionar ainda que Bresser-Pereira publicou diversos artigos sobre o seu projeto de reforma do Estado na “Revista do Serviço Público”, cujas publicações, entre 1996 e 2002, estão disponíveis nas respectivas edições da revista²⁶.

De modo geral²⁷, o conteúdo dessa reforma administrativa aponta um caminho de ajustes fiscais duradouros, reformas econômicas orientadas para o mercado (abertura comercial e privatizações), fortalecimento da competitividade nacional, reforma da Previdência Social, inovação nos instrumentos de política social (aqui ganha centralidade o Terceiro Setor²⁸ nas suas parcerias com a administração pública) e reforma do aparelho do Estado com vistas à ampliação da sua eficiência.

Um dos mecanismos encontrados para o cumprimento da proposta de redefinição do papel do Estado na reforma do governo FHC passaria pela transferência para o setor privado de atividades que pudessem ser controladas pelo mercado. Outra forma, como sinaliza Behring (2008):

É a descentralização, para o ‘setor público não-estatal’, de serviços que não envolvem o exercício do poder do Estado, mas devem, para os autores, ser subsidiados por ele, como: educação, saúde, cultura e pesquisa científica. Esse processo é caracterizado como *publicização* e é uma novidade da reforma que atinge diretamente as políticas sociais. Trata-se da produção de serviços competitivos ou não-exclusivos do Estado, estabelecendo-se parcerias com a sociedade para o financiamento e controle social de sua execução. O Estado reduz a prestação direta de serviços, mantendo-se como regulador e provedor. (BEHRING, 2008, p. 178-179, grifo da autora)

O documento distinguia o que seriam as áreas de intervenção do Estado. A delimitação estabelecia três núcleos: 1) um núcleo estratégico de atividades exclusivas do Estado; 2) outro núcleo composto pelo setor não exclusivo ou competitivo do Estado; 3) por fim, um núcleo baseado no setor de produção de bens e serviços para o mercado. (BRASIL, 1995)

A Lei Federal n.º 9.637/1998 foi um importante mecanismo desse processo (maior eficiência por menos custos), uma vez que dispôs sobre a qualificação de entidades como organizações sociais e a criação do Programa Nacional de Publicização. A referida lei “materializa o projeto de “publicização” das atividades não

²⁶ Disponíveis em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP>.

²⁷ Não é objetivo deste tópico aprofundar o complexo movimento político em torno da reforma do Estado brasileiro dos anos 1990. Para essa finalidade, indicam-se como referências a obra de Behring (2008) e o capítulo 3 da tese de Flores (2021).

²⁸ Entidades privadas prestadoras de serviços públicos e sem fins lucrativos. São exemplos: organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público, fundações.

exclusivas do Estado, como conceituado na reforma gerencial. (FLORES, 2021, p. 118)

A política de saúde foi a primeira área social em que foi possível visualizar o movimento dessa reforma e das legislações dela oriundas:

Após a regulamentação federal das organizações sociais, estados e municípios instituíram normas próprias. Henrique Contreiras e Gustavo Matta (2015) revelam que a saúde foi a principal área de aplicação municipal do modelo nos primeiros anos após a legislação nacional, ao representar 95% das leis promulgadas. Todavia, nesse mesmo período, o que mais cresceu foram as outras formas de privatização da saúde. Dentre elas: o incentivo público à saúde suplementar/privada; a compra de serviços privados para a provisão pública do serviço de saúde, por intermédio do SUS e; a regulamentação do setor privado como função complementar às ações do SUS. (FLORES, 2021, p. 119)

A execução das políticas sociais por meio dos convênios/contratos de gestão com as organizações sociais resultou na descentralização da gestão do Estado mediante processos de terceirização e até quarteirização, o que significa contratos de trabalho mais precarizados e, por vezes, com processos cada vez menos transparentes e imparciais. (FLORES, 2021)

Para a área da assistência social, o programa de publicização demandou o fortalecimento do Terceiro Setor brasileiro, sendo a grande referência legal para a questão a Lei Federal n.º 9.790/1999, que institui a criação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Para as organizações que se enquadram nessa lei, são garantidas as seguintes vantagens: 1) oferecer dedutibilidade do Imposto de Renda das pessoas jurídicas; 2) possibilitar a remuneração de dirigentes sem a perda de benefício fiscal e; 3) celebrar Termos de Parceria com o Poder Público.

Em linhas gerais, o processo instituído pela lei da OSCIP oficializa e reforça a proposta da Comunidade Solidária. Criada por meio do Decreto n.º 1.366, de 12 de janeiro de 1995²⁹, a Comunidade Solidária configurou-se como um novo modo de enfrentar a pobreza e a exclusão social no Brasil, buscando a participação de todos. Essa nova arquitetura institucional na área social alavancaria o serviço voluntário, o qual desprofissionaliza a intervenção nessas áreas, remetendo-as ao mundo da caridade e filantropia³⁰.

²⁹ A Comunidade Solidária foi encerrada em 2003. Com a entrada do Partido dos Trabalhadores no poder, iniciaram-se os movimentos de construção do que mais tarde se configuraria no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

³⁰ Além desse risco à descaracterização da assistência social como um direito constitucional e de dever do Estado (Art. 203-204 da Constituição Federal de 1988), a Comunidade Solidária ainda reproduziu a

A respeito da influência desse processo de reforma administrativa do Estado brasileiro na política de educação superior, considerando a relação que este tema tem com o objeto desta tese, será reservado um espaço próprio para o desenvolvimento dessa discussão no capítulo 3. Adianta-se que, no período FHC, a proposta de reforma para o ensino superior vinculou essa área ao núcleo de “atividades não exclusivas do Estado”, o que indica um movimento de abertura desse ensino superior ao mercado privado.

Como sumariza Flores (2021), a contrarreforma da administração pública de FHC influenciou ativamente a atuação de todos os governantes brasileiros posteriores. Seu modelo gerencial, com bases privatistas, buscou inserir na administração pública os princípios empresariais do capitalismo monopólico: desregulamentação, terceirização da força de trabalho, enfraquecimento dos sindicatos.

As mudanças estabelecidas para as relações capital-trabalho também passaram a ser reconhecidas no serviço público. Flores (2021) considera como expressões desse processo no setor público

a) a responsabilização individual do trabalhador sobre o seu processo de trabalho – independente das condições ofertadas pelo empregador – e sobre a sua qualificação/capacitação para o desempenho de múltiplas funções que garantirão a sua ascensão funcional; b) o estímulo a competitividade entre os trabalhadores, pela exigência a produtividade/cumprimento de metas ou motivadas pelo alcance de funções de confiança, por exemplo; c) a ampliação significativa da convivência de trabalhadores de diferentes tipos de contratos de trabalho; e d) uma maior utilização de instrumentos de cooptação. (FLORES, 2021, p. 114)

As linhas gerais da direção econômica, política e social da reforma do Estado executada nos anos 1990 indicam claramente que a explicação monocausal para a crise era advinda justamente do tamanho do Estado. Entretanto, a crítica marxista da economia política vê, nesse movimento, sobretudo, uma busca dos monopólios pela retomada das taxas de lucro nos níveis dos “anos de ouro” do capitalismo pós-guerra. Segundo Behring (2008), foram três os principais eixos que se articularam visceralmente nesse objetivo: a reestruturação produtiva, que fragiliza a resistência dos trabalhadores ao mesmo tempo que amplia as precariedades das suas relações de trabalho e de vida; a mundialização, numa rearticulação do mercado mundial que se apresenta na transnacionalização da produção e na presença do capital financeiro;

visão estigmatizada de que a ação social pública deve estar vinculada ao trabalho vocacional da primeira-dama, uma vez que o programa esteve presidido pela primeira-dama da época, Ruth Cardoso.

e, por fim, o neoliberalismo, apresentado nas reformas liberalizantes orientadas para o mercado.

Esses eixos reforçam a compreensão descrita por Netto (2012) de que, quando acionado pelo mercado, o Estado apresenta-se e cumpre importantes funções diretas e indiretas na organização e dinâmica econômica. Medidas adotadas por FHC indicam o favorecimento ao grande capital, conforme aponta Flores (2021):

Como por exemplo as diretas, como a venda de instituições públicas por preços abaixo do valor do mercado. Neste período, as privatizações das estatais foram amplamente aceleradas. E as indiretas, com a elevação da taxa de juros, com encomendas/compras pelo Estado de mercadorias ofertadas pelo grande capital. E com as isenções proferidas, tal como a Emenda Constitucional 37/2002 que isentou os investidores da bolsa de valores do pagamento da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF). [...] As funções estratégicas podem ser exemplificadas pelo Plano de Estabilização Econômica e pela constituição de um aporte jurídico-político que garantisse a destinação de volumes cada vez maiores do fundo público para a aristocracia financeira. Enquanto as extra-econômicas se manifestam na implementação de contrarreformas para políticas sociais e para a administração pública. (FLORES, 2021, p. 108)

Há ainda, como destaca a autora, as diversas legislações normatizadas no período dos governos FHC que impulsionaram a apropriação do fundo público pelo capital, com destaques à Desvinculação das Receitas da União (DRU) e à Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). Ambas direcionadas à exigência internacional ao cumprimento da meta do *superavit* primário, ocasionando diretamente consequências à população: a exemplo da DRU, que normatizou a desvinculação de 20% dos recursos de contribuições sociais que financiam a seguridade social para outras finalidades, comprometendo a sustentabilidade dessas políticas; a LRF, por sua vez, apresenta-se como medida crucial para o controle de gastos públicos e prioriza os interesses dos credores financeiros em detrimento da ampliação e manutenção das políticas sociais. (FLORES, 2021)

A adaptação do país à dinâmica do capitalismo contemporâneo trouxe severas consequências ao mercado de trabalho. No campo da produção, a desregulamentação surge como importante receita. Na esteira de um processo amplo, mundial, o Brasil adentra os anos 1990 rompendo com a antiga “promessa integradora” do mercado formal de trabalho e gerando efeitos negativos sobre a vida sindical e os direitos dos trabalhadores. (VIANNA, 2003)

Foi um momento em que os “custos” do trabalho vieram ao centro do debate, e a resposta para a saída desse impasse estava na redução desses custos, por meio

da flexibilização das relações contratuais de trabalho. Ao Estado caberia a sua retirada da regulação dessas relações, reduzindo encargos sociais inclusive e diminuindo suas funções quanto à questão da proteção social.

A proposição internacional predominante de *desregulamentação* e *flexibilização* entrou na América Latina como uma crítica ao seu padrão prematuramente legislado e excessivamente protecionista, gerando, de um lado, um mercado de trabalho rígido e, de outro, o desrespeito à legislação. No Brasil, alguns autores criticam as propostas liberais apresentando evidências de que o mercado de trabalho já é bastante flexível no seu elemento básico, isto é, a dispensa de trabalhadores. (NORONHA, 2000, grifo do autor)

Além da implementação de medidas de natureza claramente regressivas para os trabalhadores, a década de 1990 amplia ainda as novas formas de intensificação do trabalho, tendo por influência direta o toyotismo japonês.

Nas palavras de Alves (2007, p. 225): “O toyotismo se caracteriza pela vigência da superexploração da força de trabalho”. É o momento predominante da reestruturação produtiva que ocorre sob a mundialização do capital. Consiste numa inovação organizacional difundida no Japão desde a década de 1970 e caracteriza-se principalmente pela flexibilização no processo de fabricação das mercadorias. Ademais, apoia-se no uso das novas máquinas de base microeletrônica/informacional e na ampliação das terceirizações ou das redes de subcontratação da força de trabalho.

Ao analisar globalmente a transformação político-econômica do capitalismo no final do século 20, o britânico David Harvey (1992, p. 141) faz considerações sobre a acumulação flexível, da qual o toyotismo é sua melhor forma de representação.

O trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível [...]. A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego estrutural, rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos de salários reais e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista.

O autor complementa:

A gradual retirada de apoio ao Estado do bem-estar social e o ataque ao salário real e ao poder sindical organizado [...] foram simplesmente transformados pelos neoconservadores numa virtude governamental. (HARVEY, 1992, p. 158)

Nesse sentido de analisar as significativas transformações do mercado e das relações de trabalho, as discussões dos itens abaixo visam a apresentar as formas que o contexto econômico-laboral brasileiro foi alterado desde esse pós-1990 até os dias atuais – questão que definitivamente ajuda a pensar os desafios e possibilidades do sindicalismo na atualidade.

1.2 O NOVO SINDICALISMO E O DESAFIO DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICO-LABORAIS DOS ANOS 1990

A lenta e gradual abertura democrática no Brasil possibilitou o retorno de um tipo de sindicalismo até então silenciado pelas amarras da repressão dos governos autoritários de outrora. Na esteira do enfraquecimento da ditadura militar, a retomada das lutas sociais produz uma conjuntura política propícia para um momento de transição no interior do sindicalismo brasileiro que se tornaria um novo marco na história desse movimento.

As grandes greves metalúrgicas de São Bernardo do Campo de 1979 e 1980 mostraram aos militares que era preciso avançar para o meio sindical a sua política de abertura. Nesse sentido, o ministro do Trabalho do governo Figueiredo iniciou uma abertura no meio sindical que consistia, sobretudo, em flexibilizar o controle do governo sobre os sindicatos oficiais, dando maior margem de ação para estes, inclusive na deposição de diretorias pelegas. (FRANÇA, 2013)

O “novo sindicalismo”, conforme se convencionou chamar, apresenta-se como retomada do sindicalismo combativo e de corte classista, pondo novamente os reais interesses do trabalhador na cena política.

Novo sindicalismo é a denominação que caracterizava o tipo de movimento sindical surgido em 1978 durante a crise da ditadura militar. Em contraste com a prática burocrática e governista da quase totalidade dos diretores de sindicatos oficiais de então, os dirigentes do novo sindicalismo rebelaram-se contra a política salarial da ditadura e procuraram mobilizar suas bases para a ação grevista. (BOITO JR., 1994, p. 23)

Como explica o professor Ricardo Antunes (2018, p.179):

Esse momento de ressurgimento do sindicalismo nacional foi caracterizado, em uma de suas dimensões, pela concorrência de projetos políticos e sindicais entre setores da esquerda. Fruto dessa conjuntura, o novo sindicalismo despontava da articulação de variadas posições, fazendo frente a outras. Ele propugnava uma ruptura com o passado, que teria sido de ‘colaboração de classe’, ‘reformista’, ‘conciliador’, ‘cupulista’, etc. Direcionando muito de suas críticas à estrutura sindical, o novo sindicalismo propunha ‘romper’ com ela, articulando-se por vias alternativas.

Compreendido como uma fase de renovação do sindicalismo brasileiro³¹, o novo sindicalismo coincide com o fim do período autoritário e o início da abertura política no país. Esse que foi, nas palavras de Queiroz (2012, p. 32), “um período de

³¹ Embora não seja objeto do tópico aprofundar tal questão, não há aqui nenhuma interpretação simplista sobre a estruturas sindicais brasileiras das décadas anteriores, no sentido de tão somente condenar/satanizar a presença da esfera pública na esfera privada. Sobre o tema ver Cardoso (2003).

forte recessão, inflação alta, desemprego e um clima de muita pressão sobre o regime militar, que nessa fase já agonizava”.

O movimento era formado basicamente pelos trabalhadores oriundos dos setores da classe operária e da classe média com maior capacidade de pressão e organização sindical, tais como: metalúrgicos das montadoras de carros/caminhões e das usinas de aço; trabalhadores do setor petrolífero; empregados de bancos; estatais; entre outros. (BOITO JR., 1994)

As autoras Abramides e Cabral (1995, p. 97) reforçam que a “concepção e prática sindical expressa nesse movimento apresenta traços de descontinuidade e diferenças profundas em relação à existente no período anterior e durante a ditadura militar”. Esse modo combativo contrapõe-se, sobretudo, ao “peleguismo”, que é a expressão do colaboracionismo de classe que esteve muito presente no sindicalismo brasileiro durante todo o período da ditadura militar.

Santana (1999, p. 112), por sua vez, faz questão de ressaltar que a sua análise em torno do novo sindicalismo indica um movimento tanto com rupturas quanto com algumas linhas de continuidade. Dessas continuidades ele destaca “a relação dos sindicatos com suas bases e sua posição perante a estrutura sindical corporativa”. Para o autor, é possível afirmar que o novo sindicalismo reeditou práticas já experimentadas na história do sindicalismo por setores que, a seu tempo, se identificavam com posturas progressistas em relação às causas dos trabalhadores.

Dessa reorganização dos trabalhadores, destacam-se as greves de 1978, 1979 e 1980, que reverberaram na decisão de que o movimento sindical necessitava criar uma central sindical³². Assim, a principal expressão do novo sindicalismo foi a organização da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que é fundada na 1.ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), em agosto de 1983. Essa central é oriunda do novo proletariado industrial brasileiro que se concentrou particularmente no cinturão industrial automotivo e metalúrgico do ABC Paulista. (ANTUNES, 2018).

Suas forças concentravam-se predominantemente contra o “sindicalismo de Estado”, que tinha as características de ser subordinado, atrelado e verticalizado. Em seu manifesto de fundação, como destaca Antunes:

³² Havia ainda as mobilizações no interior das fábricas por meio das comissões de fábrica/empresa. Para Rodrigues (1991), o cotidiano de resistência dessas pequenas lutas no interior das empresas foi um importante elemento impulsionador de todo o movimento de massa que viria na sequência.

A CUT defendia uma organização sindical construída pela base, classista, autônoma, independente do Estado, além de assumir a defesa de uma sociedade sem exploração entre capital e trabalho, ou seja, mirava a possibilidade efetiva de ajudar na construção de uma sociedade socialista. (ANTUNES, 2018, p. 184)

A CUT converteu-se na grande referência política do movimento reivindicativo. A adesão progressiva dos sindicatos à sua proposta pode ser mensurada pelo número de entidades sindicais participantes dos seus congressos: em 1983, ano de fundação da Central, 912 entidades; 1991, 1.300 entidades encontravam-se filiadas e aptas para participar do 4.º Congresso Nacional da CUT (CONCUT); em 2000, a CUT possuía 3.088 entidades filiadas. (MATTOS, 2009)

Porém, é importante salientar que não é apenas de novo sindicalismo que a discussão sobre o sindicalismo brasileiro se caracteriza na década de 1980. Para Cardoso (2003), outros elementos podem ser incorporados e contribuem para explicar o crescimento vertiginoso do movimento sindical nessa década.

Somados à pressão e resistência à ditadura militar, exercidas por esse novo sindicalismo, outros vetores dessa consolidação sindical, em 1980, são listados pelo autor: a) a estrutura sindical corporativa, herdada da década de 1930, mostrou-se eficaz e útil para a sobrevivência (inclusive financeira) das organizações; b) entre os anos de 1983 e 1989, os índices de desemprego estiveram baixos, variando de 2,9% a 4% ao mês, questão que aumentava o poder de barganha do trabalhador individual no mercado de trabalho; c) a corrosão do poder de compra do salário de servidores públicos, sobretudo em nível federal, acabou por fomentar a organização coletiva desses trabalhadores e sua posterior integração à estrutura da CUT; por fim, a legitimação das ações sindicais (sobretudo as greves) diante da população e da opinião pública em geral. (CARDOSO, 2003)

Cardoso ainda sumariza:

A década de 1980 foi o ápice da organização sindical. Ao lado das condições favoráveis discutidas antes, esse decênio testemunhou seis planos econômicos frustrados, que alimentaram manifestações de massa contra a restrição de salário que as orientou. [...] O fracasso de cada novo pacote econômico alimentava imediatamente o movimento sindical, e novas greves eclodiam, desta vez revertendo o humor da Justiça do Trabalho que, em geral, dava ganho de causa aos trabalhadores e repunha a inflação passada nos salários. A inflação explosiva e as tentativas frustradas de domá-la, baseadas na contenção dos salários foram combustíveis poderosos num ambiente bastante favorável à ação de massa. [...] O movimento sindical verteu-se em representante-chave dos interesses e/ou da insatisfação da população em geral. (CARDOSO, 2003, p. 51)

No entanto, como mostrado nas páginas anteriores, o contexto dos anos 1990 no Brasil apresenta substanciais diferenças das décadas anteriores, especialmente

se forem analisadas as questões política e econômico-laboral – elementos que influem diretamente a organização dessas entidades sindicais.

A começar pelo modo que o aprofundamento da democratização, sobretudo a partir de 1994, reduziu o efeito dos discursos contestatórios e revolucionários, tal contexto político exigiu, assim, uma estratégia de ação sindical para além da pura confrontação ao (agora inexistente) sistema político ilegítimo.

O controle governamental da inflação, derivado do sucesso do Plano Real, abalou as principais questões em torno das quais a CUT articulou historicamente a sua identidade e estratégia sindical. A estratégia política baseada na insatisfação popular deixou a cena e exigiu outros caminhos, a fim de manter acesa a chama da mobilização. (CARDOSO, 2003)

Somado a isso, o novo sindicalismo enfrenta, sobretudo desde os anos 1990, a dura realidade imposta por um contexto marcado pela dificuldade de mobilização sindical, desemprego, reestruturação produtiva e avanço de políticas econômicas de cunho neoliberal. De certo modo, a estratégia contestadora, reivindicativa e combativa dos anos 1970 e 1980 (cuja maior expressão se encontra na fundação da CUT e Partido dos Trabalhadores) é posta em xeque diante do que se visualiza no campo econômico-laboral.

No Brasil, a proposta neoliberal chegou ao poder com a eleição de Fernando Collor de Mello para a presidência da República, em 1989. [...] Com um programa de demissão de funcionários públicos, privatização de empresas estatais e abertura do mercado brasileiro para importações, procurou-se ajustar o país às receitas neoliberais para a economia dos 'mercados emergentes' (nova denominação para os países subdesenvolvidos), ditadas pelos organismos financeiros internacionais – FMI e Banco Mundial. (MATTOS, 2009, p. 129)

De modo geral, o conceito da “globalização” foi adotado nas principais correntes que se dedicaram a explicar esse período crítico para a ação sindical no Ocidente, após os anos 1980. A globalização denota o incremento na competitividade mundial derivado da terceira revolução industrial e das políticas neoliberais empregadas por governos na maioria das nações ocidentais. (CARDOSO, 2003)

As políticas econômicas de cunho liberal refletiram numa reestruturação do setor produtivo que resultaram em diminuição das garantias mínimas de direitos para os trabalhadores, ampliando a insegurança num cenário de desemprego e precarização das relações de trabalho.

[...] a elevação dos índices de desemprego aberto no decorrer da 'década neoliberal' contribuiu não apenas para fragilizar o poder de barganha dos trabalhadores assalariados e aumentar as taxas de exploração, intimidando

o sindicalismo combativo de luta de classe; mas possuiu uma função sócio reprodutiva, ou seja, criou a sociabilidade adequada aos consentimentos espúrios, às renúncias de direitos sociais e de conquistas trabalhistas históricas e aos envolvimento estimulado pelo medo do desemprego. No novo ambiente social da 'década neoliberal' proliferaram valores, expectativas e utopias de mercado, impregnados de um individualismo liberal que aparece como novo pragmatismo. (ALVES, 2007, p. 198)

A década de 1990, conforme descreve Campos (2015), revelava, assim, um cenário de relevantes alterações na economia brasileira,

com o desmonte dos parâmetros da chamada acumulação por substituição de importações, alavancada pela industrialização taylorista/fordista, dinamizada pelas empresas privadas e principalmente pelo Estado, assim como baseada no consumo segmentado em mercados urbanos, que se encontravam protegidos de influxos de produtos do exterior (Furtado, 2007; Tavares, 2000). Tais parâmetros, próprios do paradigma substitutivo de importações, já se mostravam em crise desde o início dos anos 1980, quando o Brasil passou a se defrontar com mudanças importantes no capitalismo mundial. (CAMPOS, 2015, p. 14)

É ampliada na economia nacional a participação das empresas privadas multinacionais, atuando no país em mercados de produtos abertos ao exterior, com recursos financeiros e técnicos também advindos do exterior. Essas mudanças na economia trouxeram uma demanda de adaptação das empresas e também do Estado. (CAMPOS, 2015)

Diante de um cenário global de intensas mudanças no mundo do trabalho, Alves (2007, p. 204) analisa a década de 1990 no Brasil como “a década da precarização do trabalho e da nova precariedade” em que, depois do impulso ideológico do toyotismo, o empreendimento capitalista brasileiro passou por um complexo movimento de reestruturação capitalista e de ajuste neoliberal.

Numa análise global, Antunes (2002) enumera algumas tendências que repercutem diretamente no mundo do trabalho: diminuição da classe operária industrial, fenômeno que o autor chama de “desproletarização do trabalho industrial, fabril, manual, especialmente nos países avançados”; expressiva terceirização do trabalho, mediante a ampliação do assalariamento no setor de serviços; crescente incorporação das mulheres no mercado de trabalho³³; por fim, um significativo processo de subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial e precário.

No caso brasileiro, Cardoso (2003) analisa que as reformas liberais da década de 1990 tiveram efeitos decisivos sobre as bases de sustentação do sindicalismo

³³ As mulheres passaram a ocupar significativo espaço no mercado de trabalho, rompendo com a histórica predominância masculina em todas as áreas. Estima-se que sejam hoje cerca de 40% da força de trabalho. (MATTOS, 2019)

brasileiro. Para o autor, o ambiente selvagem dessa década levou os sindicatos e as centrais sindicais à encruzilhada.

A palavra de ordem nos mercados globalizados era a flexibilização, ou seja, a desregulamentação dos mercados de trabalho com vistas à reestruturação capitalista necessária na nova ordem competitiva mundial. Cardoso (2003) sumariza as três principais faces das mudanças na configuração do mercado de trabalho brasileiro, a saber:

i) a redução da taxa de formalização, ou melhor, da proporção de assalariados com carteira na população ocupada, assalariados que são clientela tradicional dos sindicatos; ii) um deslocamento sem precedentes do emprego da indústria para o comércio e os serviços; iii) e o aumento do desemprego estrutural. (CARDOSO, 2003, p. 205)

Nos governos Fernando Henrique Cardoso, a diminuição dos postos de emprego em setores como o da indústria e bancário foram preponderantes para uma crise de filiação sindical daqueles anos³⁴. De 1988 a 1998, 1,7 milhão de empregos formais foram perdidos na indústria e 500 mil nos bancos. No setor público, mais de 900 mil empregos foram destruídos nos três níveis de administração. (CARDOSO, 2003 e 2019).

Para Brettas (2013), sua pesquisa demonstra que o desempenho econômico dos anos 1990 foi menor do que o de qualquer outra década do século 20, inclusive a de 1980, conhecida como a “década perdida”. Sobre o mercado de trabalho:

apesar da relativa estabilidade dos preços, a instabilidade econômica, articulada à queda da atividade, produziram efeitos extremamente danosos para os níveis de emprego e renda. Qualquer que seja a metodologia adotada, o desemprego aumentou substancialmente. Segundo os dados do IBGE, a taxa de desemprego passou de 6,1%, em 1994, para 15%, em 2000. [...]. Mas não foi apenas a falta de empregos que marcou a década. Outra questão vivenciada foi a alteração na qualidade do emprego. A flexibilização das leis trabalhistas, juntamente com a redução da oferta formal do emprego empurraram muitos trabalhadores para o emprego temporário, parcial, em domicílio, informal, e outras tantas formas de expressão da precariedade das condições de trabalho que ganharam força nos últimos anos da década de 1990. (BRETTAS, 2013, p. 169)

Houve ainda forma que, de uma maneira ou outra, os governos de Fernando Collor de Mello (PRN) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB) atacaram diretamente o tripé da organização sindical (sindicalização do servidor; direito à greve; negociação coletiva) nos anos em que estiveram à frente da presidência do país.

Campos pontua:

³⁴ Em 2002, o índice de filiação sindical da força de trabalho assalariada era de 19%, na década anterior esse índice atingiu 22%. (CARDOSO, 2019)

As iniciativas tomadas por esses dois governos foram bastante variadas. Mas, em geral, elas tenderam a esvaziar o caráter público da regulação laboral, incentivando uma definição privada dos aspectos envolvendo as relações de trabalho no Brasil (definição realizada, em particular, pelos capitalistas – que consistiam na parte mais forte dessas relações, coisa mais do que evidente na década de 1990). *Grosso modo*, tais iniciativas objetivaram alterar direitos individuais e coletivos, nas esferas laboral e social – mas acabaram incidindo, em especial, sobre os aspectos referentes à contratação, ao uso e à remuneração da mão de obra (ou seja, sobre direitos laborais individuais). (CAMPOS, 2015, p. 16)

Ambos se elegeram sob o manto das políticas neoliberais, solapando os principais pilares do movimento sindical. A condução do país revestia-se no discurso da modernização, cuja espinha dorsal foi colocar fim às instituições da “Era Vargas” – a exemplo da CLT. (CARDOSO, 2019)

O crescimento das taxas de desemprego aberto (de 4% em 1990 para 8% em 1999) reduziu o poder de barganha dos trabalhadores, sindicatos perderam fundos e capacidade de ação coletiva e mobilização de base, a negociação coletiva tornou-se negociação de concessões, os salários reais caíram em todo o país, os direitos constitucionais do trabalho, como jornada de trabalho, salários e tipos de contratos foram flexibilizados etc. A renovação da Era Vargas a partir de baixo proposta pelo novo sindicalismo foi atropelada pelas forças de mercado que o Estado liberou, e que o movimento sindical não teve como controlar ou domar. Nesse cenário inseguro, a legislação trabalhista pareceu à maioria dos sindicalistas algo pelo que valia a pena lutar, e até mesmo a proposta de reforma da estrutura sindical foi posta em suspenso. Num cenário neoliberal catastrófico, a Convenção 87 da OIT sobre liberdade sindical soou como um convite ao suicídio organizacional. A estrutura sindical oficial foi transformada na trincheira na qual as lideranças sindicais tentariam sobreviver ao neoliberalismo. Fernando Henrique Cardoso foi certamente a tentativa mais sistemática de pôr fim ao duplo mecanismo de coordenação de Vargas. (CARDOSO, 2019, p. 255)

Ao final do governo Fernando Henrique Cardoso, em 2002, o mercado formal de trabalho abrigava não mais de 55% dos assalariados, o que significa fazer que 45% dos trabalhadores não estavam protegidos pela negociação coletiva ou pela legislação trabalhista. O Brasil que, entre 1985 e 1990, se tornou recordista mundial de greves (NORONHA, 2000) viu, durante o governo Cardoso, um importante decréscimo da atividade grevista anual: o número anual de greves caiu de 1.000 em 1994 para 500 em 1999 e a menos de 300 em 2002. (CARDOSO, 2019)

Ademais, essa intensa processualidade do capital mundial gerou fortes consequências ao novo sindicalismo: desregulamentação, flexibilização, privatização e desindustrialização, informalidade, terceirização, subemprego e desemprego. A nova realidade, como afirma Antunes (2018), arrefeceu e tornou o novo sindicalismo – caracterizado pela sua radical combatividade – mais moderado e defensivo, com um perfil mais propenso à negociação.

Para Boito Jr. (1999, p. 127), foram verificadas, desde a década de 1980, manifestações de dificuldades no movimento sindical brasileiro – similar ao que ocorria em escala internacional. “Verificaram-se o declínio da atividade grevista, a diminuição do número de afiliados e a afirmação, entre as direções sindicais, da tendência à moderação da luta”.

No interior da principal central sindical do país, a CUT, intensificaram-se as disputas entre as diferentes correntes políticas. Em 1992, a CUT filia-se à Central Sindical Internacional (CIOSL), de orientação da social-democracia. Nesse sentido, como afirma Vaz (2020), desde a década de 1990, há a confirmação de certo alinhamento da CUT e do PT com vertentes antirrevolucionárias.

O período, sobretudo sob o governo Itamar Franco (1992-1994), também ficou marcado pela primeira participação da CUT em mecanismos de formulação de políticas públicas internamente ao aparato estatal, a exemplo das Câmaras Setoriais, embora a central jamais tenha abandonado a sua tática de pressionar o sistema político por fora.

Ao analisar o sindicalismo brasileiro (sobretudo a ação das centrais sindicais) ante a política neoliberal da década de 1990, o professor Armando Boito Jr. (1999) considera que houve importante alteração: de um sindicalismo de oposição para um sindicalismo de proposição.

A ofensiva do neoliberalismo e a posse de Fernando Collor de Mello na Presidência da República em março de 1990 levaram a uma mudança de estratégia da CUT. Tal mudança foi dirigida pela corrente majoritária da central, a Articulação Sindical, que obteve aprovação de suas novas concepções e estratégia nos encontros decisórios da central, a despeito da resistência das correntes minoritárias – as diversas correntes sob influência trotskista, comunista e da parte radicalizada dos católicos ligados à Teologia da Libertação. O marco inicial dessa mudança foi a IV Plenária Nacional da CUT, realizada em agosto de 1990 na cidade de Belo Horizonte. Nessa plenária, a direção da CUT lançou e fez aprovar a ideia de um ‘sindicalismo propositivo’, que seria uma opção ao ‘sindicalismo defensivo’ dos anos 80. Segundo essa proposta, a central deveria ir além da postura exclusivamente reivindicativa e de valorização excessiva da ação grevista, que teria predominado nos anos 80, e passar a elaborar propostas de políticas a serem apresentadas e negociadas em fóruns que reunissem os sindicalistas, o governo e o empresariado. (BOITO JR., 1999, p. 131)

O sindicalismo propositivo, nesse contexto, implica uma ação sindical de elaboração de propostas a serem negociadas com empresários e governo; em suma, o método propositivo condiciona-se a uma postura conciliatória com o neoliberalismo. Abandona-se a luta grevista contra o modelo econômico brasileiro, passando a

apresentar propostas políticas para os governos neoliberais. (BOITO JR., 1999 e VAZ, 2020).

A proposta do contrato coletivo, da livre negociação em detrimento da luta unificada em prol dos direitos sociais e trabalhistas (defendida no interior da CUT pela sua corrente majoritária) resulta do que Boito Jr. (1994) chama de um “neocorporativismo”, oriundo desse sindicalismo propositivo³⁵.

A corrente Articulação Sindical³⁶, segundo esclarece o próprio Boito Jr. (1994), congregava a representação da maioria dos chamados grandes sindicatos – principalmente sindicatos de metalúrgicos, de petroleiros, de bancários, de modo que dispunham de força para “negociar”, diferentemente dos sindicatos menores e mais fracos politicamente.

Vaz sumariza (2020, p. 65):

Apesar da legislação trabalhista possuir limites, ela ainda é o mínimo para a classe trabalhadora no capitalismo, sobretudo para os setores mais explorados e menos organizados. Em outras palavras, frações da classe trabalhadora com melhores remunerações, que têm maior força sindical, conseguem lograr vitórias e mantê-las por meio do contrato coletivo e acordos, mas aquelas categorias fragilizadas sindicalmente dependem de uma legislação que estabeleça o mínimo, do ponto de vista salarial.

Mesmo com as alterações de postura da CUT, Boito Jr. (1999) considera que a Central Força Sindical foi a primeira a declarar abertamente uma adesão ao programa neoliberal. Com um ideário de um “sindicalismo de resultados”, essa central foi criada em 1991 e viria a polarizar com a CUT o sindicalismo brasileiro.

A Força Sindical apoiou, de forma militante, os movimentos de privatização e a desregulamentação do mercado de trabalho, propostas no governo Collor; fez campanha sistemática contra a reforma agrária e a atuação do Movimento Sem-Terra; e deixou claro ser a favor da redução da presença do Estado na economia. (ANTUNES, 2018)

Com o ideário de que o sindicalismo de resultados combinava essa sua origem dúplice – ou tríplice – à nova pragmática neoliberal que expressava a concordância com a sociedade de mercado e o reconhecimento da vitória do

³⁵ Posição contestada por Noronha, que compreende dificultoso esse enquadramento do modelo brasileiro de relações de trabalho como essencialmente corporativo e, tampouco, neocorporativista. “Da ótica das relações entre sindicatos e Estado, das formas de organização dos interesses e dos processos decisórios na área do trabalho, o sistema caminha no sentido do pluralismo, embora híbrido, com traços corporativos e neocorporativos. Do ponto de vista dos direitos do trabalho (e não do direito sindical ou de representação), acentuou-se o caráter legislado do modelo brasileiro, com ampla margem para o poder discricionário dos empregados e a baixa inovação através de contratos coletivos.” (NORONHA, 2000, n/p).

³⁶ Sobre a referida corrente, recomenda-se a leitura dos capítulos 1 e 4 da tese “Uma esquerda para o Capital – crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)”, do Programa de Pós-Graduação em História da UFF, sob a autoria de Eurelino Coelho.

capitalismo, sua ação sindical deveria buscar melhores condições de trabalho sem extrapolar esse âmbito 'econômico' da melhoria da força de trabalho. Acrescentava ainda que não caberia aos sindicatos nenhuma interferência partidária, mas sim uma ação e influência na esfera política. O processo de formação da Força Sindical combinava a rejeição ferrenha do confronto ao cálculo estratégico de suas ações sindicais, a fim de que não ultrapassassem a esfera da negociação. De fato, a greve era concebida como última alternativa depois de esgotadas todas as possibilidades de entendimento. (ANTUNES, 2018, p. 206 e 207)

A seu modo, CUT e Força Sindical aproximavam-se, ao defenderem uma política sindical voltada fundamentalmente para a negociação. Nas palavras de Antunes (2018, p. 211), “suas diferenças, profundas no início, começaram aos poucos a se desvanecer”.

Os dilemas de um contexto amplamente adverso aos interesses do conjunto dos trabalhadores instituiu uma nova práxis sindical mais pragmática que tinha na negociação o seu instrumento de ação predominante. O cenário de refluxo da atividade sindical, não apenas no Brasil, marca uma nova era de rearranjo das estratégias sindicais ante o século 21 e os desafios que este apresenta ao tradicional modelo de sindicato.

Tendo em vista os aspectos mais gerais da trajetória do sindicalismo brasileiro na década de 1990 aqui apresentados, é possível avançar para o próximo item do subcapítulo, que trata dos elementos mais atuais desse sindicalismo, sobretudo os seus desafios no atual contexto de precarização e plataformização do trabalho. Serão também tecidas apenas considerações gerais sobre um tema amplo e com grande acervo de produção no âmbito da sociologia do trabalho.

Mais à frente, será apresentada uma reflexão sobre o sindicalismo no setor público. Essas discussões, por mais gerais e limitadas que sejam apresentadas aqui, instrumentalizarão o leitor a pensar o objeto desta pesquisa, que versa sobre o sindicalismo docente em instituições públicas de ensino superior.

1.3 A ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DESAFIOS ATUAIS

Com o avanço das inovações tecnológicas (sobretudo no campo da informática e robótica), emerge, entre os anos 1970 e 1980, uma nova e complexa reestruturação produtiva com base no modelo japonês iniciado na fábrica da Toyota. Na verdade, como assinala Antunes (2007), a implementação de novos mecanismos e formas de

acumulação tinham como vistas dar respostas aos movimentos de luta operária pelo controle social da produção. Foram várias as experiências pelo mundo, porém a mais impactantes de todas foi o toyotismo no Japão.

O toyotismo tratava de garantir a acumulação, porém de modo mais flexível. Disso surge a chamada empresa flexível e liofilizada. Para o autor, essa transformação estrutural teve forte incremento após as vitórias neoliberais, quando, a partir de então, um novo receituário se apresentou como uma alternativa ao Estado Social. (ANTUNES, 2007)

Essa reestruturação produtiva fundamentou-se ainda no que o ideário dominante denominou como *lean production*, isto é, empresa enxuta, a 'empresa moderna', a empresa que constrange, restringe, coíbe, limita o trabalho vivo, ampliando o maquinário técnico-científico, que Marx denominou como trabalho morto. E redesenha cada vez mais a planta produtiva, reduzindo a força de trabalho e ampliando a sua produtividade. Reterritorializando e mesmo desterritorializando-se. O resultado está em toda parte: desemprego explosivo, precarização estrutural do trabalho, rebaixamento salarial, perda de direitos, etc. (ANTUNES, 2007, p. 23)

Esse quadro, que permanece até os dias atuais, intensifica a cobrança pela polivalência/multifuncionalidade desse trabalhador, o qual assume diversas atividades pelo mesmo salário, além da submissão a uma série de mecanismos de gestão que repercutem em maior pressão psicológica orientada para o aumento da produtividade.

Visualizam-se também jornadas mais extensas, insegurança e vulnerabilidade no trabalho, assédio, precarização dos postos de trabalho, terceirizações/quarteirizações. É ainda, numa dinâmica global, requisitada aos estados uma desvinculação da sua atuação no sistema de produção, diminuindo, sobretudo, as regulações trabalhistas.

Quanto mais frágil a legislação protetora do trabalho e a organização sindical na localidade, maior o grau de precarização das condições de trabalho, independentemente do grau de 'modernização' das linhas de produção ou ambientes de trabalho como um todo. (ANTUNES; PRAUN, 2015).

Enfim, é possível avaliar que inúmeros aspectos relacionais ao trabalho mudaram ao longo dos tempos, no entanto há outros que permanecem os mesmos. As categorias alienação e reificação do trabalho, exploradas por Marx, permanecem ainda atuais ante o contexto de exploração da mão de obra.

O mundo do trabalho mudou, o "chão da fábrica", o modelo urbano-industrial, já não é o principal agregador da mão de obra assalariada. O setor terciário (comércio e serviços) aparece hoje como importante empregador dos trabalhadores urbanos, trazendo com ele as mudanças no conjunto da organização e na consciência de classe desses trabalhadores. (POCHMANN, 2001)

Para ilustrar o crescimento do setor de serviços, pode-se analisar o produto interno bruto (PIB) brasileiro por setor econômico, quando, em 2010, o setor industrial respondeu por 27,4% do valor adicionado bruto e o setor de serviços 67,8%; em 1950, esse percentual era de 49,6%. (CARDOSO, 2019)

Comin (1994 *apud* SILVA, 2015) relata que, em 1993, dos 1.912 sindicatos filiados à CUT, 857 (44,8%) representaram trabalhadores do setor de serviços. Em 1997, dos 2.453 sindicatos filiados à CUT, 1.117 (45,54%) estavam nesse setor de serviços. São dados sindicais que corroboram as tendências mais gerais do mercado de trabalho, no sentido do crescimento do setor de serviços e da retração do setor industrial.

Há ainda os “novos proletários dos serviços” que se inserem em setores que atuam em ambientes de trabalho que fazem uso das chamadas tecnologias da informação e comunicação (TIC), dos trabalhadores e trabalhadoras em *call center*, telemarketing, supermercados, empresas de *fast-food*. (ANTUNES; PRAUN, 2015)

Uma nova grande mudança no mundo do trabalho em escala global apresenta-se, na qual os trabalhadores em plataforma digital são manifestações da chamada “Indústria 4.0”. Para alguns, essa seria a Quarta Revolução Industrial em que a disseminação do uso de computadores, da internet e de outras ferramentas tecnológicas informacionais, surgidas nas últimas décadas, possibilitou a criação de novos negócios, tipos de empresas, bem como novas categorias de profissionais. (BRIDI; LIMA, 2018)

Sua principal característica ocorre pelo aumento da automação e da inteligência artificial e em local onde “o trabalho e os trabalhadores apresentam-se organizados ou inseridos na dinâmica de um capitalismo flexível, com trabalhos flexíveis e diferentes e flexíveis modalidades de contratação e de relações salariais” e no qual as relações sociais são fortemente mediadas e moldadas pelos dispositivos e pelas mídias digitais. (BRIDI; LIMA, 2018, p. 327)

São exemplos desse infoproletariado associado ao uso das novas TIC: *Gig-economy*, *platform economy*, *sharing economy*, *crowdsourcing*, *on-demand economy*, *uberização*, *crowdwork*, trabalho digital. No Brasil, podem-se citar os motoristas de aplicativos, entregadores (motoqueiros e ciclistas), entre outros, que buscam sobreviver às condições de trabalho mais penosas e precárias, evidenciadas por uma relação de trabalho sem direitos nem garantia alguma. (ANTUNES, 2018, 2020)

As alterações no mundo do trabalho atingem, por consequência, as formas de organização e manifestação do conjunto dos trabalhadores. Conjunturas políticas e econômicas favoráveis ampliam o protagonismo dos sindicatos, ao passo que conjunturas desfavoráveis retraem esse movimento. Pode-se afirmar que diversas determinações socioestruturais ligadas ao avanço da mundialização do capital influíram diretamente na organização do sindicalismo pelo mundo, e, no Brasil, não foi diferente.

A tendência mundial da desregulamentação/flexibilização dos direitos trabalhistas e ainda a fragilização/desconstrução dos mecanismos de organização dos trabalhadores impõem um desafio que acompanha considerável parte da trajetória do sindicalismo brasileiro.

O sindicalismo brasileiro, à luz das recentes transformações no mundo do trabalho, em especial as recentes alterações no aparato jurídico-normativo (fruto do supracitado movimento mundial de nova regulamentação do trabalho), vem passando por essa conjuntura.

O retrocesso na regulação social do trabalho provocado pelas mudanças institucionais recentes do governo Temer (2017) foi um duro golpe aos trabalhadores brasileiros. Sobressaem, especialmente, as Leis n.º 13.429/2017, que libera a terceirização e amplia o contrato temporário, e n.º 13.467/2017, que altera mais de 200 pontos da CLT.

Somam-se a isso questões já históricas do sindicalismo que, aos poucos, se vão renovando e intensificando, tais como: a cultura individualista e de desmobilização, que leva ao pouco engajamento dos trabalhadores com esse tipo de organização; a consequente queda nas filiações e receita dos sindicatos; ataques constantes, sobretudo, no contexto de avanço de um ideário político conservador e de extrema direita; entre outros fatores.

Porém, as reformas do governo Temer são apenas o desfecho mais recente de um movimento que nasce e se intensifica no país na segunda metade dos anos 1990 e início dos anos 2000. Como aponta Krein (2018), o governo Fernando Henrique Cardoso assumiu uma agenda de flexibilização que buscou reestruturar o modelo de regulação do trabalho com enfoque na sua diminuição e flexibilização. Sem força política naquele contexto, não foi possível que tais medidas fossem aprovadas na sua totalidade.

Contudo, para ter um exemplo do nível de centralidade que os direitos dos trabalhadores tinham nesse processo de reforma, segundo dados levantados pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamento – DIAP (QUEIROZ, 2012, p. 53-58), nos governos FHC foram retirados mais de 50 direitos e vantagens trabalhistas dos servidores públicos federais.

Nos anos 2000, mesmo com a entrada no governo federal de um presidente oriundo do sindicalismo combativo e legitimado pelas classes trabalhadoras (sua principal base aliada), o contexto indicava que o ideário neoliberal e a reestruturação produtiva seguiriam seu caminho no Brasil com suas novas formas de regular o trabalho.

Havia, no entanto, uma expectativa do sindicalismo de que, com a entrada de Luís Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores) na presidência, em 2002, fosse possível reverter as medidas adotadas pelo governo de matriz neoliberal anterior, as quais afetaram profundamente o trabalho e os trabalhadores brasileiros.

Tal expectativa não se concretizou. Lula não conseguiu romper com esse “círculo de ferro” imposto pelo capital financeiro e, ao contrário, passou a considerá-lo indispensável para a sua governabilidade. Isso significou a opção pelo aprofundamento das reformas capitalistas e de suas tendências neoliberais (ALVES, 2006)³⁷.

A eleição de Lula criou a expectativa de que haveria uma mudança radical de paradigma, passando da vertente neoliberal herdada do governo anterior para um ciclo de desenvolvimento acelerado por políticas de indução do Estado. Na prática, políticas mais voltadas para a participação do Estado na economia não debelaram as contradições trazidas pela flexibilização do mercado de trabalho. (LADOSKY; RAMALHO; RODRIGUES, 2014, p. 68-69)

E as consequências ao trabalho dessas tendências neoliberais são analisadas abaixo por Antunes (2018, p. 198):

A fusão entre neoliberalismo e reestruturação produtiva, dentro de um universo conduzido pelo capitalismo financeiro, gerou profundas transformações no mundo do trabalho, afetando em especial o sindicalismo. Informalidade, flexibilização e terceirização passam a ser imperativos empresariais. No apogeu da era da financeirização, do avanço técnico-científico-informacional, o mundo do trabalho vivenciou fortes mutações no Brasil, alterando sua morfologia, com intensa ampliação da informalidade, da precarização e do desemprego.

Para Araújo e Oliveira (2014), mediante a pressão advinda tanto do campo empresarial e financeiro quanto dos organismos ligados ao trabalho, como as centrais

³⁷ A análise de Leher (2019, p. 60) é paradigmática, ao afirmar que “o progressismo dos anos 2000 não rompeu com os pilares da política econômica neoliberal – respeito aos contratos de privatização anteriores, meta de inflação, superavit primário, câmbio flutuante [...]”.

sindicais, a estratégia adotada pelo governo Lula foi combinar um duplo jogo: por um lado, fazendo concessões imediata às exigências do mercado; por outro, assumindo uma agenda social de impacto.

Cardoso (2019) destaca, ainda, que, uma vez eleito, o novo governo traria à esfera política uma vasta gama de novos mecanismos de concertação social. Para o autor, a sociedade civil foi trazida à cena no novo governo. São exemplos disso: as interlocuções estratégicas que o Movimento Sem Terra (MST) passou a ter nas discussões sobre a reforma agrária com o Ministério da Reforma Agrária; as lideranças sindicais da CUT assumindo posições de destaque no interior do Ministério do Trabalho; a presença de egressos do movimento dos trabalhadores da saúde e da reforma sanitária, dos anos 1980, na estrutura do Ministério da Saúde; a ampliação dos espaços de participação social, a exemplo das conferências e conselhos; entre outros.

No sindicalismo, esse caráter contraditório produziu um cenário complexo. Com as centrais sindicais, Lula buscou o diálogo. Durante a gestão dele, criou-se, em 2008, a Lei n.º 11.648/2008, que reconhecia formalmente as centrais sindicais, às quais garantia um mecanismo de financiamento estável. Também durante sua gestão, foram criados canais para diálogo permanente, a exemplo do Conselho de Desenvolvimento Social e Econômico (CDES), o Fórum Nacional do Trabalho (FNT) e a Mesa Nacional de Negociação Coletiva (MNNC), constituída por servidores federais, para discutir, sobretudo, a proposta de reforma da Previdência Social junto ao Fórum Nacional de Previdência Social.

Entretanto, o sentido da participação institucional não avançou na direção da concertação social, como inicialmente sinalizada, visto que os fóruns com tal potencial esvaziaram-se [sic]. Não obstante isso, o namoro entre lideranças sindicais (não apenas da CUT) e o novo governo permaneceu ao longo dos dois mandatos, mesmo sendo afetado por situações de algum tensionamento. (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2014, p. 42)

O principal desses tensionamentos derivou da proposta de reforma da Previdência Social sobre o regime especial de aposentadoria dos servidores públicos federais. Tal situação pôs parte das centrais sindicais e sindicatos do funcionalismo público contra o governo.

A postura da CUT de manutenção do suporte/apoio ao governo diante dos tensionamentos produzidos pela reforma da Previdência Social e o escândalo do mensalão acabaram levando ao rompimento de uma parcela desses segmentos e à

criação de uma nova entidade sindical, CONLUTAS, sob a hegemonia do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU. (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2014)

Ainda nesse contexto, diversos sindicatos importantes, como o ANDES, decidiram desfiliar-se da CUT, ampliando, assim, a fragmentação da cúpula do sindicalismo brasileiro. Esclarece-se que este estudo abordará mais à frente, no capítulo que trata do sindicalismo docente do ensino superior no Brasil, as questões próprias do ANDES em seu rompimento com a CUT e filiação à CONLUTAS.

A despeito da crise econômica que atingiu, com ampla intensidade, o mundo capitalista (sobretudo a economia norte-americana), as melhorias das condições do mercado de trabalho, ao longo do segundo mandato de Lula, criaram um contexto mais favorável para a atuação dos trabalhadores e a mobilização dos sindicatos. Por mais que medidas pontuais de flexibilização tenham ocorrido, as principais agendas econômicas do empresariado (total reforma sindical e trabalhista) não avançaram.

Houve ainda ganhos sociais importantes, como política de valorização do salário mínimo que, de 200 reais em janeiro de 2003 chegou a 545 reais em dezembro de 2010. Como sumarizam Araújo e Oliveira (2014, p. 56), “se no período anterior o movimento sindical se encontrava em uma posição de resistência defensiva, sob a Presidência de Lula se colocou, grosso modo, em uma atitude passiva e de expectativa frente às iniciativas do Governo”.

Essa política de valorização do salário mínimo percorreu um amplo e extenso caminho de negociação envolvendo o governo, empresários, trabalhadores e beneficiários da seguridade social. Sua importância revela-se, uma vez que, além da remuneração do trabalho, essa valorização repercute nos valores dos benefícios previdenciários, abono salarial e seguro-desemprego³⁸. (CAMPOS, 2015)

Se a valorização do salário mínimo, por um lado, pôde ser considerada uma expansão dos direitos individuais dos trabalhadores no período dos governos Luís Inácio Lula da Silva, por outro, parte desses direitos contraiu-se, fragilizando a posição dos trabalhadores nas relações laborais. Os casos mais importantes foram os instituídos pelas Leis n.º 11.196/2005, 11.442/2007, 11.603/2007 e 11.718/2008. Essas foram iniciativas para reformar a regulação do trabalho nos seguintes temas: contrato; jornada; remuneração; organização coletiva; e conflitos do trabalho. (CAMPOS, 2015)

³⁸ Repercute ainda, como destacam Cacciamali e Tatei (2016), no modo que essa valorização influencia o aumento do consumo e aquece o mercado interno.

O período dos governos Lula viu ainda explodir uma importante crise financeira internacional que ocorreu entre 2008 e 2009. Diante da possibilidade de efeitos negativos à economia nacional, Lula optou por uma política econômica anticíclica com os seguintes objetivos: fomentar o consumo e o investimento; alargar o tamanho e o acesso ao mercado de crédito; aumentar o financiamento de longo prazo para o setor produtivo; expandir os gastos de investimento do governo em infraestrutura. (CACCIAMALI; TATEI, 2016)

Os governos Dilma Rousseff, por sua vez, enfrentaram um período de arrefecimento do mercado internacional e, ao insistir na política de expansão da demanda por meio do aumento do consumo e do crédito subsidiado, enfrentaram uma dura crise econômica que se ampliou com a alta do déficit público, o aumento da inflação e a elevada desvalorização do câmbio. (CACCIAMALI; TATEI, 2016)

Como consequência, de 2015 em diante, foram registrados impactos negativos sobre o mercado de trabalho, destruindo empregos assalariados, formais e informais. Somente em 2015, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), 1,6 milhão de postos de trabalho registrados foram perdidos.

A destruição líquida de postos de emprego formal é um aspecto significativamente nocivo da recessão econômica que só teve paralelo similar na crise do início dos anos 1990, e repercutindo na elevação da taxa de desocupação e da informalidade, com repercussões de médio prazo sobre a distribuição da renda. (CACCIAMALI; TATEI, 2016, p. 112)

No governo Dilma, as interlocuções entre centrais sindicais, sobretudo a CUT, e o governo federal permaneceram. Porém, como esclarece Queiroz (2012),

apesar de Dilma não possuir laços diretos com o movimento sindical, o relacionamento com as centrais sindicais, do ponto de vista estritamente institucional, continua praticamente nas mesmas bases da era Lula, com três diferenças: 1º) o acesso à presidente Dilma é raro e formal, diferentemente da era Lula; 2º) o governo, quando entende que está no seu limite, não reabre diálogo ou negociação sobre temas com impacto fiscal, como foi o caso do valor do salário mínimo, da tabela do imposto de renda e da negação de aumento real aos aposentados do INSS; e 3º) o governo, além de não conceder reajuste aos servidores em 2011, esvaziou o órgão encarregado das negociações com o funcionalismo. (QUEIROZ, 2012, p. 95)

Durante esse período, intensificaram-se as pressões em torno dos projetos políticos favoráveis a uma agenda da Reforma Trabalhista. Para ter uma ideia, segundo levantamento de Abramides (2017), tendo por base os dados do DIAP, em 2016 tramitavam, no Congresso Nacional, 55 projetos de destruição dos direitos e conquistas dos trabalhadores.

Desses, 25 encontram-se em andamento desde 2013, ou seja, quase 50%. Outros são de períodos anteriores e foram retomados mais recentemente no governo Dilma e Temer. As ameaças desses projetos se referem a: regulamentação da terceirização para atividades-meio e ampliação para as atividades-fim; retirada do direito de greve do trabalhador no serviço público; alteração da CLT com a prevalência do 'negociado sobre o legislado', que permite perdas como redução do 13º salário, licença-maternidade e licença-paternidade; redução da jornada de trabalho com redução de salário; redução da idade de dezesseis para catorze anos para inserção em regime parcial no trabalho; inviabilizar o trabalhador demitido de reclamar direitos na Justiça do Trabalho; realização de trabalho intermitente por dia e hora com prestação de serviços descontínua; extinção da multa por demissão sem justa causa; regulamentação do conceito análogo ao trabalho escravo; instituição de contrato de trabalho de curta duração; ampliação da jornada aos trabalhadores rurais para doze horas, com a possibilidade de mais duas horas extras, que atualmente já contabilizam dez horas de trabalho; suspensão do contrato de trabalho; estabelecimento do Simples Trabalhista, ao criar outra categoria de trabalhador com menos direitos; o deslocamento do empregado até o local de trabalho e retorno à casa não será considerado jornada de trabalho, e se houver acidente no percurso ou morte, os trabalhadores estarão descobertos de direitos; extinção do abono-permanência. (ABRAMIDES, 2017, p. 375-6)

Por fim, em 2017, sob gestão do presidente Michel Temer (que assume a presidência em 2016 após o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff), o antigo desejo do empresariado e dos industriais brasileiros de flexibilização das leis trabalhistas foi aprovado por meio da Lei n.º 13.467/2017.

Entre as alterações aos direitos do trabalhador, citam-se: o contrato intermitente; a prevalência do negociado sobre o legislado; fracionamento das férias; rescisão podendo ser feita na própria empresa (sem necessidade de homologação na forma que era determinada pelos § 1.º e 3.º do art. 477 da CLT); terceirização para atividades-fim; ações na Justiça, com pagamentos em caso de perda da ação; eliminação da contribuição sindical obrigatória; entre outras.

Tal movimento de reordenamento das regulações do trabalho traz como consequência uma série de inseguranças ao trabalhador, sobretudo em países pobres e entre os postos de trabalho menos qualificados.

A lógica de desconstruir ou mitigar o sistema de direitos e de proteção social tende a expor o trabalhador a uma condição de maior vulnerabilidade, seja ao submetê-lo a uma dinâmica de intensificação da concorrência do mercado, fazendo-o aceitar ocupações e condições de trabalho mais precárias e até sem direitos, como o caso do trabalho supostamente autônomo; seja ao dificultar o acesso ao sistema de seguridade por meio de uma aposentadoria digna, do atendimento pelo sistema de saúde pública, do acesso aos benefícios em razão de afastamento involuntário do mercado de trabalho ou pelo direito ao seguro desemprego. Some-se a isso a fragilização das instituições públicas responsáveis por garantir a efetividade dos direitos e da proteção social. (KREIN; OLIVEIRA, 2019, p. 129)

Essa tendência, na análise dos autores, contrapõe-se a princípios fundantes do direito do trabalho e da própria constituição da Organização Internacional do Trabalho

(OIT). Num contexto de aguda crise econômica, como o que se verifica no Brasil desde 2015, a fragilização sindical, somada à desregulamentação dos mecanismos de proteção trabalhista, acaba por deixar o trabalhador à mercê da própria sorte no mercado, sem alternativas.

A Reforma Trabalhista de 2017, como analisam Krein e Oliveira (2019, p. 137), aparece como uma suposta medida de saneamento econômico e retomada do crescimento em meio a um cenário de crise econômica e política. Para os autores, “a Reforma não enfrenta – ao contrário, fortalece – tal tendência de deterioração das condições de trabalho, que atinge ainda mais fortemente os trabalhadores mais vulneráveis”.

A luta pela sobrevivência colocou milhões de trabalhadores em espaços de trabalho marcados pelas relações vulneráveis e precárias. A alta informalidade que historicamente assola o mercado de trabalho brasileiro faz com que um percentual cada vez menor de brasileiros seja representado por uma entidade sindical.

A tecnologia traz também outro diferencial desse momento, ampliando o contingente de trabalhadores(as) em formatos e relações bem diferentes do que já foi experimentado anteriormente – vide o exemplo do aplicativo Uber e demais mecanismos tecnológicos que permitem, inclusive, trabalhar remotamente.

Segundo dados da “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua” (IBGE, 2020), o número de sindicalizações no Brasil apresenta declínio desde 2014. Porém, a partir de 2018, houve uma intensificação dessa queda, e, em 2019, o país registrou o menor índice de sindicalizados desde o início da série histórica, em 2012.

Dessa forma, segundo o levantamento do IBGE, o índice de sindicalização nacional em 2019 ficou em 11,2% dos trabalhadores (registra-se que o número ainda tem bastante influência do setor público). Em 2018, esse índice era de 12,5%.

Após crescimento de 212 mil pessoas em 2013, a população ocupada associada a sindicato não registrou expansão em nenhum outro ano. A queda desse contingente, acentuada a partir de 2016, totalizava 4,0 milhões de pessoas até 2019, mostrando que o crescimento da ocupação, a partir de 2017, não reverteu a trajetória de queda da população sindicalizada. (IBGE, 2020)

Com essas relações coletivas cada vez mais fragmentadas, potencializadas pelo aumento das disputas pelos postos de trabalho, deve-se pensar na forma de associativismo, cooperação e mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras na atualidade. Olhando para o sindicalismo, percebe-se que ele vive um momento de

desmonte das suas estruturas (dificuldades financeiras, diminuição do número de filiados, desconfiança e descrédito pelo conjunto dos trabalhadores).

Há também a recente onda política/ideológica conservadora que retorna com força (não só no Brasil) e elege o sindicalismo combativo como um dos seus principais adversários. Desse movimento político e ideológico, ampliam-se as propostas de enfraquecimento das instituições sindicais, sendo legítimo o questionamento acerca do seu futuro em nossa sociedade.

[...] parece claro que a sobrevivência dos sindicatos está ameaçada por razões de ordem financeira. A queda na arrecadação decorrente do fim da obrigatoriedade do imposto foi de grande magnitude, situação agravada pela desestruturação do mercado de trabalho (desemprego, queda da renda e informalidade) e pela crise econômica. Essas perdas, porém, não decretam o fim dos sindicatos. As dificuldades e a crise podem, paradoxalmente, oferecer novas possibilidades para o sindicalismo se reinventar. (GALVÃO, 2019, p. 222)

Para fins de contextualização, de acordo com o Cadastro de Entidades Sindicais (CNES-MTP), disponível no site do Ministério do Trabalho e Previdência, há, no Brasil, 17.630 sindicatos atualmente (5.406 que representam empregadores e 12.224 que representam trabalhadores)³⁹, 628 federações, 52 confederações e 13 centrais sindicais ativas⁴⁰. (BRASIL, 2022d)

Dados anteriores apresentados por Campos (2017), tendo por base o ano de 2015, ajudam a entender ainda mais a debilidade das estruturas dessas organizações, a começar pela base territorial limitada de alcance, na maioria dos casos, municipal ou intermunicipal. São sindicatos com base e estruturas reduzidas, 27,5% nem sequer contam com qualquer empregado em sua sede; 47,7% têm entre um e quatro empregados. (CAMPOS, 2017)

A contextualização sobre o atual quadro de saúde financeira dos sindicatos passa pela discussão sobre o fim da contribuição sindical compulsória, instituída pela Reforma Trabalhista de 2017. Dados revelam a importância dessa fonte de receita

³⁹ Destes sindicatos de trabalhadores, 9.019 representam os trabalhadores da área urbana (73,7%) e 3.205 os trabalhadores de área rural (26,2%).

⁴⁰ As centrais sindicais são estas: Central do Brasil Democrático de Trabalhadores (CBDT Nacional); Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB); Central Sindical e Popular CONLUTAS; Central das Entidades de Servidores Públicos (CESP); Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB); Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Força Sindical (FS); Central da Classe Trabalhadora (INTERSINDICAL); Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST); Central do Servidor (PUBLICA); União Geral dos Trabalhadores (UGT); União Sindical dos Trabalhadores (UST).

para o custeio das atividades sindicais e a maneira como o seu fim ampliou as dificuldades de sobrevivência financeira dessas organizações⁴¹.

Dados apresentados por Ferrari (2022), tendo por base informações do Ministério do Trabalho, indicam que a arrecadação das entidades com a contribuição sindical em 2021 foi 97,5% menor que em 2017. Para exemplificar, as centrais sindicais arrecadaram, em 2017, 213 milhões; em 2018, já sob a influência da Reforma Trabalhista, esse valor de arrecadação foi para algo em torno de 19 milhões; 2019, 3,5 milhões; 2020, 2,1 milhões; e, por fim, 2021, 1,9 milhão. São dados que revelam as significativas perdas financeiras nesses últimos anos, tendência que se deve manter para os próximos anos.

Essa reflexão buscou apresentar elementos que nos ajudassem a compreender a amplitude dos desafios da classe trabalhadora no atual contexto, tendo por base as discussões que tratam sobre as recentes mudanças no mundo do trabalho e, ainda, a organização sindical brasileira.

São grandes os desafios do sindicalismo no atual contexto, mas a história demonstra que desistir nunca foi uma opção. Com os desafios para a classe trabalhadora, vem junto a certeza de que esses organismos sindicais buscarão resistir e sobreviver, a fim de cumprir a sua missão de atender aos interesses coletivos ou individuais de cada trabalhador.

No próximo momento, essa discussão será direcionada para o âmbito do sindicalismo no setor público, levando, posteriormente, esses desafios para o nosso objeto de pesquisa nas universidades estaduais do Paraná.

1.4 O SINDICALISMO NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO

Atualmente, com um índice de sindicalização de 22,5% (IBGE, 2020b), o setor público apresenta-se como uma importante frente do sindicalismo nacional com categorias de larga tradição sindical e com históricas mobilizações, como os petroleiros, bancários e professores.

⁴¹ O sufocamento financeiro das organizações sindicais parece ter entrado de vez no radar de quem se esforça pelo fim das atividades sindicais no país. Em 2019, o governo Bolsonaro foi capaz de editar uma Medida Provisória (MP n.º 873/2019) que buscava dificultar a dinâmica financeira dos sindicatos à medida que impossibilitava o desconto das contribuições sindicais (entre as quais, a própria mensalidade do filiado) da folha de pagamento. A partir de então, o recolhimento da mensalidade sindical seria feito exclusivamente por meio de boleto bancário ou equivalente eletrônico. Essa tentativa não foi adiante e a referida MP perdeu a sua validade antes de ser votada no Legislativo.

Assim sendo e considerando a relação que esse sindicalismo dispõe com o objeto de estudo desta tese, este tópico propõe-se a apresentar breves, porém centrais, discussões sobre o sindicalismo nesse setor, dadas as particularidades das formas de organização e das relações trabalhistas desses servidores (em especial os regimes jurídicos próprios que os regem e a estabilidade dos seus cargos).

Como discutido anteriormente, as políticas macroeconômicas keynesianas, que pressupõem investimento nos serviços públicos estatais, resultaram numa significativa expansão do gasto nas políticas de bem-estar social em diversos países – sobretudo aqueles que vivenciaram uma prosperidade econômica no segundo pós-guerra, os chamados “anos de ouro” do capitalismo. Assim, entre as décadas de 1960 e 1970, houve uma ampliação contínua do emprego na administração pública mediante essa compreensão do papel governamental.

Entretanto, a entrada nos anos 1980 apresenta um novo cenário mundial. Com os indícios de desaceleração do crescimento econômico e o esgotamento das políticas macroeconômicas de vertente keynesiana, as dívidas públicas e privadas cresceram perigosamente e exigiram um novo movimento de reconfiguração do papel do Estado capitalista.

Os primeiros expoentes dessa concepção de intervenção mínima quanto ao papel do Estado na economia foram os governos de Margareth Thatcher (Inglaterra, 1979), Ronald Reagan (Estados Unidos da América, 1980), Helmut Kohn (Alemanha, 1982) e Poul Schlutter (Dinamarca, 1983).

A massificação do pessoal, enquanto consequência desse crescimento dos postos de emprego na área pública, e as condições impostas pelo processo de desgaste das condições de trabalho no setor público impulsionaram a criação de formas de organização próprias desses servidores, a fim de defesa dos seus interesses.

Pensar o funcionalismo público é pensar no serviço público e nas formas de inserção e manutenção desse trabalhador dentro da estrutura administrativa do Estado. Segundo Nunes Jr. (1996, p. 57), a noção de serviço público não é uniforme na doutrina jurídica. De acordo com ele: “Não há, entre os autores, coincidência de opiniões para se conseguir uma compreensão clara e sintética do que se deva entender por essa expressão”.

O conceito de serviço público é “incerto e flutuante”, porém, de modo geral, o que se verifica é que sistematicamente esse conceito é ligado ao âmbito de atuação do Estado.

Concretamente, da observada evolução dos contornos do Estado, resultou sua onipresença na vida social. Os objetivos tradicionais do Estado, que reduziram a noção de serviço público à satisfação das necessidades básicas da comunidade, foram substituídos por outros objetivos subordinados a valores e ditames novos, tornando flutuante e instável o conceito clássico de serviço público. O inegável é que na noção de serviço público é que se traduz a atividade com que a Administração se exterioriza no mundo concreto para cumprir sua finalidade. (NUNES JR., 1996, p. 57-58)

No caso brasileiro atual, o Estado, na sua função público-administrativa, é responsável por exercer funções diretas e indiretas, sempre obedecendo aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência – conforme preconiza o art. 37 da Constituição Federal de 1988.

Como atividades diretas do Estado, podem-se relacionar aquelas oriundas das funções da União, Estados, Distrito Federal e Municípios por meio de seus ministérios e secretarias. Já quanto às atividades indiretas, estas se efetivam no Estado por meio das autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista – todas dotadas de personalidade jurídica própria.

O ingresso do servidor para essas funções ocorre mediante processo de seleção denominado concurso público. Segundo Souza (2011), o concurso público surgiu na França, alguns anos após a ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder, como meio de seleção de candidatos para os cargos públicos. No Brasil, a Carta Constitucional de 1934 foi a primeira a reconhecer expressamente a importância do concurso público como dispositivo de seleção dos funcionários públicos.

A redação do art. 170 assim expressava a questão:

Art. 170 - 2º) a primeira investidura nos postos de carreira das repartições administrativas, e nos demais que a lei determinar, efetuar-se-á depois de exame de sanidade e concurso de provas ou títulos; (BRASIL, 1934)

O Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, foi um dos pioneiros na realização de concurso público para o provimento dos cargos. Realizado no segundo semestre de 1937, o concurso contou com a participação de quase 5 mil candidatos (número expressivo para a época) que realizaram provas de Português, Matemática, Previdência Social e Legislação do Trabalho. (HOCHMANN, 1988)

Uma das principais vantagens para o servidor é poder tanto contar uma situação estável salarial quanto permanecer no serviço público. No caso do IAPI, sua Lei de criação n.º 367, de 31/12/1936, assim garantia:

Art. 17. Todos os cargos do Instituto serão providos por concurso ou prova de habilitação, salvo os de confiança que serão exercidos em comissão, por livre escolha do Presidente do Instituto com a aprovação do Ministro do Trabalho, Industria e Commercio.

§ 1º Os funcionarios nomeados por concurso ou prova de habilitação gozarão de estabilidade nos cargos, após dois annos de exercicio, só podendo ser dispensados no caso de falta grave apurada em inquerito.

De acordo com Hochmann:

Numa sociedade onde a entrada no Estado se constitui numa possibilidade de ascensão profissional e, quem sabe, social e política, o concurso do IAPI significou para esse grupo de jovens um horizonte que marcou seu desempenho por três décadas. O concurso resgatava, para alguns desiludidos com a impossibilidade de ocupar postos na burocracia pública sem ter relações políticas privilegiadas, a confiança no serviço público e no sistema de mérito além de fornecer um excelente salário para recém - formados sem grandes experiências de trabalho. (HOCHMAN, 1988)

Mais atual, a Constituição Federal de 1988 trouxe consigo um conjunto de normas estabelecendo os requisitos e parâmetros, para que ocorra o acesso aos cargos públicos, sendo os artigos do 37 ao 41 a sua maior expressão. Fato é que a entrada no serviço público, sobretudo analisando o cenário atual, não ocorre apenas por meio do concurso público regido pelo art. 37, II, da Constituição Federal em vigor. Têm-se ampliado, cada vez mais, os contratos por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Nesses casos, realizam-se processos simplificados de seleção, nos quais os candidatos aprovados são contratados por tempo determinado, conforme o art. 4.º da Lei Federal n.º 8.745, de 9 de dezembro de 1993⁴².

Uma vez incluso na dinâmica do serviço público, esse servidor concursado passa a ser regido por um regime jurídico próprio⁴³ dos servidores da administração pública conforme o nível da federação em que ele está alocado⁴⁴. Atualmente, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) relativos a 2019, 59,7% dos servidores estão em âmbito municipal, 31,6% em âmbito estadual e 8,6% em âmbito federal. (IPEA, 2019)

⁴² Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.

⁴³ São verificados casos de municípios brasileiros que não possuem estatuto para o seu servidor, sendo este, então, mesmo concursado, regido pela CLT.

⁴⁴ Diferentemente do servidor não concursado que se submete ao regime celetista, o qual segue as diretrizes traçadas pela CLT.

De modo geral, ao ingressar na administração pública, esse servidor passa a conviver com as satisfações dessa posição, sendo reiteradamente assinaladas a questão da estabilidade no cargo e a possibilidade do desenvolvimento de uma carreira nesse setor:

[...] a carreira constitui um incentivo ao aperfeiçoamento e à permanência do servidor no cargo, pois ao longo do seu exercício é permitido ao servidor assumir classes mais elevadas, com respectivo aumento de remuneração. Se houver complementaridade, é possível que, ao chegar ao final de uma carreira, o servidor tenha acesso a outra série de classes, continuando a sua evolução funcional. A isso se dá o nome de acesso. (SOUZA, 2011, p. 37)

Ademais, passa a conviver com os dissabores do serviço público que, como qualquer outro espaço de trabalho, vai, em diversos contextos (sobretudo de crise econômica ou reconfiguração do papel do Estado), sofrer com a falta de condições básicas para exercício do cargo.

A garantia da estabilidade e de uma carreira (mormente aos concursados que já tenham cumprido o período do estágio probatório⁴⁵) não exime esse servidor às agruras cotidianas do trabalho em ambientes que, muitas vezes, nem sequer têm condições aceitáveis para as atividades. Como qualquer trabalhador, esse servidor público pode sofrer ainda com questões relativas às defasagens salariais, falta de pessoal, acúmulo/desvio de funções, assédio moral e perseguições políticas por parte de chefias imediatas.

Em ambientes típicos de pressão psicológica, os servidores podem ser acometidos por doenças com nexos laborais de ordem física e/ou mental, como o estresse, *burnout*⁴⁶, depressão, entre outros, levando inclusive ao afastamento temporário das suas funções. É o caso, retratado por inúmeras pesquisas, dos professores da rede pública que enfrentam altos níveis de exaustão emocional devido à falta de condições aceitáveis de trabalho (assumem turmas com salas lotadas, o que agrava as condições de ensino e gera adoecimento ao docente).

No que concerne a isso, assim sumariza Nogueira:

Os funcionários públicos são uma categoria social muito heterogênea, determinado tanto pelas estruturas relacionais de poder, expressas nas diversas funções, carreiras e hierarquias existentes no interior do Estado, quando pela condição de não proprietário nas relações entre as classes da sociedade em geral. (NOGUEIRA, 2005, p. 159)

⁴⁵ Conforme o art. 41 da Constituição Federal de 1988: "São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público".

⁴⁶ A síndrome de *burnout* é uma reação ao estresse excessivo relacionada ao trabalho.

Os trabalhadores públicos têm singularidades na qualidade de segmento da classe trabalhadora, porém vivem as contradições sociais dadas pela forma particular de desenvolvimento capitalista brasileiro que combina desigualdade social e econômica que afeta mais nocivamente as classes populares.

Nesse sentido, foram criadas as formas de organização coletiva desses trabalhadores mediante suas demandas e reivindicações. No caso brasileiro, foco aqui da discussão, são diversas as experiências sindicais no âmbito do serviço público que deixam claro os desafios impostos e a força de determinados setores e categorias profissionais.

Como exemplos históricos, a fim de contextualizar essa trajetória no país, pode-se mencionar inicialmente que a sindicalização era vedada para os servidores públicos⁴⁷ e, até 1950, estes eram basicamente representados por associações. A partir de 1952, foram criadas entidades e movimentos representativos próprios dos servidores como a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil e a União Nacional dos Servidores Públicos do Brasil. (GALVÃO, 1995)

Em 1952, também o governo federal promulgou o primeiro Estatuto dos Servidores Públicos Federais do Brasil, ato que se efetivou mediante a Lei Federal n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952. Atualmente tal dispositivo é legitimado pela Lei Federal n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990⁴⁸.

Convém sinalizar que um quadro considerável dessas antigas associações de servidores possuía mais um caráter assistencialista, recreativo/cultural do que efetivamente combativo e reivindicativo. As próprias amarras de tempos repressivos, como a ditadura militar, exigiam que esses espaços fossem mesmo desprovidos de qualquer intenção política.

As associações tradicionais dos servidores combinavam a representação dos interesses corporativos das categorias, a promoção de lazer e a prestação de serviços assistenciais aos associados. Não tinham qualquer perspectiva de mobilização coletiva e estabeleciam com o Estado uma relação de subserviência e colaboração. (NOGUEIRA, 2005, p. 133)⁴⁹

⁴⁷ Conforme o art. 11 do Decreto n.º 19.770/1931.

⁴⁸ Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

⁴⁹ Importa destacar que, no mundo associativo dos servidores públicos, existe uma parcela significativa de entidades e associações que ainda hoje, mesmo após a Constituição Federal de 1988, mantêm distância em relação ao mundo sindical.

Com a abertura política no Brasil, logo após os primeiros sinais de esgotamento do regime militar, o conjunto organizado dos servidores públicos vai intensificar as mobilizações em torno do seu direito à sindicalização.

Dada a proibição de formação de sindicatos no serviço público, as práticas sindicais levadas a cabo assumiram um caráter extremamente politizado, pois reivindicavam liberdade de organização e expressão numa conjuntura em que o centro das lutas era a questão das liberdades democráticas gerais. (GALVÃO, 1995, p. 81)

Conforme assinala Nunes Jr. (1996), o clima de liberdade propiciado pela redemocratização do país possibilitou que questões internas do funcionalismo, como a deterioração dos vencimentos dos servidores públicos e das condições de trabalho oferecidas pela administração, fossem levadas ao debate político por meio de movimentos reivindicatórios próprios do serviço público.

Para Nogueira (2005), 1978 foi importante no processo de organização dos servidores públicos, pois começaram a emergir os sinais da transição das associações tradicionais, com caráter mormente corporativo e assistencial para as novas formas de associação com um caráter sindical, combativo e de oposição ao regime militar.

O autor destaca os eventos grevistas na rede estadual de ensino de São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais entre 1978 e 1979. Para ele, os professores atuaram como uma espécie de vanguarda do movimento dos servidores públicos e classes médias em geral. (NOGUEIRA, 2005)

No período que contempla os anos de 1978 a 1986, o movimento grevista dos servidores públicos cresceu significativamente, representando, com os demais assalariados de classe média, 24,6% das paralisações do trabalho. Nessa mesma época, registrou-se ainda uma multiplicação das associações de profissionais e de técnicos no país. (NOGUEIRA, 2005)

O pico do movimento grevista no setor público, em âmbito federal, estadual ou municipal, ocorreu entre 1988 e 1989:

As greves, sobretudo salariais, mas também políticas, revelam a busca, pelos empregados do setor público, das formas históricas de luta operária e dos demais assalariados. Nesse sentido, o direito de sindicalização do servidor público civil, consagrado na Constituição de 1988 (artigo 37/VI), significou um marco formal de um movimento real mais amplo e de importância inédita no campo do trabalho e do sindicalismo no Brasil. (NOGUEIRA, 2005, p. 136-137)

Com a Constituição Federal de 1988, ocorreu a garantia do direito à livre associação sindical do servidor público civil, exceto as Forças Armadas e a Polícia,

únicas categorias profissionais em relação às quais os ordenamentos jurídicos vedam, em maior ou menor escala, o direito de sindicalização.

A sindicalização do servidor público é uma tendência crescente no mundo, sendo vedada apenas em poucos países. No caso brasileiro, a conquista de um movimento no interior do funcionalismo se iniciou décadas antes.

Assim é que, embora não tenha ratificado as Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) n.ºs 87, de 1948, e 151, de 1978, o Brasil passou a reconhecer aos servidores públicos civis o direito de sindicalização, a partir da promulgação da Carta de 1988 (art. 37, VI). No nível infraconstitucional, todavia, o reconhecimento desse direito só aconteceu com o advento da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (art. 240). (NUNES JR., 1996, p. 60)

A partir desse contexto, houve, no Brasil, uma verdadeira “atomização da estrutura sindical”, seja pela liberdade recém-instituída para a organização no setor privado, seja pelo surgimento da organização sindical com os servidores (HORN, 2006). Os dados da pesquisa sindical realizada pelo IBGE (2002, p. 216) mostram que o número de sindicatos passou de 9.118 para 15.961 entre 1987 e 2001.

Para Silva (2015), diversos são os fatores relacionados à expansão do sindicalismo no setor público:

aumento da intervenção e amplitude da ação estatal; crescimento da demanda por serviços públicos; massificação do emprego público; deterioração dos salários, benefícios e condições de trabalho dos empregados nos serviços e empresas públicas; extensão do direito de organização sindical aos empregados do Estado etc. (SILVA, 2015, p. 31-32)

O sindicalismo dos servidores públicos expandiu o movimento dos assalariados de classe média, ou seja, os trabalhadores improdutivos não manuais. Na tradição marxista, entende-se por trabalhador improdutivo aquele que executa atividades que não contribuem diretamente na produção de mercadorias e não participam diretamente da produção da mais valia. É um conjunto de trabalhadores heterogêneos que podem ser exemplificados pelos advogados, professores⁵⁰, bancários, assistentes sociais, psicólogos.

Do ponto de vista do conceito de trabalho, os servidores públicos têm em comum com os demais trabalhadores o trabalho assalariado em serviços, exercendo atividades de regulamentação, planejamento, administração, fiscalização, proteção, manutenção. Como um trabalho improdutivo, não gera diretamente a mais valia, mas

⁵⁰ A temática do trabalhador da classe média será retomada mais à frente na pesquisa, considerando a figura do professor como central para o objeto de estudo aqui proposto.

é importante porque atua na garantia de condições sociais, políticas e administrativas para a manutenção do sistema de produção capitalista. (NOGUEIRA, 2005)

No que se refere à organização sindical, encontra-se, no serviço público brasileiro uma grande variedade de estruturas representativas em todas as esferas da administração pública. Guedes (1994 *apud* SILVA, 2015, p. 40-41) classifica as entidades sindicais em três grandes grupos:

- 1) Os sindicatos gerais – cuja representação encontra-se estruturada em algumas organizações setoriais que procuram responder e encaminhar a dinâmica particular de cada segmento da administração pública como, por exemplo, o Fórum das Entidades dos Servidores em Ciência e Tecnologia, a Coordenação Nacional dos Servidores do Ministério da Educação e Cultura e a Federação das Entidades dos trabalhadores do Ministério da Saúde (FETRAMS);
- 2) Os sindicatos por ramo de trabalho, que representam os trabalhadores de um determinado ramo de atividade como, por exemplo, o Sindicato dos Servidores da Previdência (SINDSPREV);
- 3) A representação por categoria/órgão – da qual são exemplos a Associação dos Docentes do Ensino Superior (ANDES); a Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA), o Sindicato dos Fiscais do Ministério da Fazenda (SINDIFISCO) e a Associação dos Sindicatos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (ASSIBGE).

Mesmo seguindo uma tendência mundial quanto ao sindicalismo dos servidores, o Brasil ainda não ingressou no grupo de nações em que a negociação coletiva constitui um instrumento democrático de participação dos servidores no processo decisório. De acordo com Nunes Jr. (1996, p. 62): “A Administração Pública brasileira insiste nas práticas autoritárias que determinam as relações de trabalho pela via unilateral”⁵¹.

Com relação à greve, importante instrumento de pressão da classe trabalhadora, é garantido aos servidores públicos o direito a ela, a ser exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar. Assim, a Constituição Federal de 1988 assegura o direito à greve aos servidores públicos, porém condiciona o seu exercício aos “termos” e “limites” estabelecidos por legislação complementar⁵².

Na análise jurídica de Nunes Jr.:

Duas correntes têm se posicionado em relação ao art. 37, VII, da Constituição. A primeira sustenta que a norma constitucional é de eficácia contida, dependendo de lei complementar para que tenha eficácia. Assim,

⁵¹ É possível mencionar aqui o Projeto de Lei n.º 3.831/2015, de autoria do Senador Antônio Anastasia (PSDB-MG), que buscava estabelecer normas gerais para a negociação coletiva na administração pública direta e indireta em todos os níveis federativos. Em 2018, no entanto, o referido PL foi integralmente vetado pelo presidente Michel Temer e a base governista no Congresso manteve o veto.

⁵² Em consulta ao site oficial da Câmara de Deputados, constam hoje sete projetos de lei que buscam disciplinar o exercício do direito de greve dos servidores públicos, previsto no art. 37, inciso VII, da Constituição Federal, a saber: PL n.º 4.497, de 2001; PL n.º 5.662, de 2001; PL n.º 6.032, de 2002; PL n.º 6.141, de 2002; PL n.º 6.668, de 2002; PL n.º 6.775, de 2002; e PL n.º 1.950, de 2003.

enquanto esta não for editada, a greve não é permitida no serviço público. A segunda entende que a norma constitucional, embora de eficácia contida, incide imediatamente, por afastar o óbice representado pela proibição da greve prevista na Carta anterior. Assim, ela autoriza a greve dos servidores públicos, independentemente da edição de lei complementar. (NUNES JR., 1996, p. 65)

Em 2007, o Supremo Tribunal Federal compreendeu, entretanto, que as disposições da Lei n.º 7.783/1989 se aplicam à greve dos servidores públicos, enquanto o Poder Legislativo não supra a lacuna com lei. Foram referenciais e importantes nesse processo de discussão quanto à greve dos servidores três Mandados de Injunção (n.ºs 670, 708 e 712) impetrados por sindicatos de servidores públicos e que demandaram um posicionamento da Corte Suprema quanto ao assunto.

A despeito das polêmicas da questão no âmbito judicial, fato é que as greves de servidores públicos, na prática, vêm ocorrendo desde a Constituição Federal de 1988 em todos os níveis da administração pública. Entre os muitos exemplos, podemos citar aqui a greve dos petroleiros em 1995:

A greve dos petroleiros, de 1995, constituiu-se no maior movimento de resistência e enfrentamento dos trabalhadores da década de 90 do século XX no Brasil. Seu contexto histórico se insere em um amplo movimento conservador manifesto pelo então eleito governo de Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB – que apostou na quebra dos monopólios estatais e na privatização das empresas estatais como forma de estabilizar a economia nacional em consonância aos trâmites propostos pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. (LUCENA, 2020, 81-82)

As greves no setor público, se comparadas às do setor privado, são mais extensas. Isso, para Granzotto (2010, p. 153), ocorre “tanto devido à estabilidade no emprego, como o fato de que a resolução do conflito é mais lenta, pois o governo deixa que o movimento se desgaste com o tempo”. É, ainda, uma característica desse setor improdutivo da economia, uma vez que na área produtiva há uma preocupação maior que a greve seja solucionada o mais rápido possível em virtude dos prejuízos, sobretudo financeiros que ela acarreta.

De acordo com Noronha (1990 *apud* NOGUEIRA, 2005), os movimentos grevistas na esfera pública são caracterizados pela não negociação, morosidade no desfecho dos acordos e violência nos conflitos. Essas são marcas que permanecem mesmo após a conquista da liberdade sindical e do direito relativo de greve na Constituição Federal de 1988.

No âmbito das universidades públicas, como será discutido mais à frente neste estudo, também são visualizadas diversas experiências grevistas – algumas bem

sucedidas nas suas reivindicações, outras nem tanto. Muitas, além da questão econômica (referente à política salarial, por exemplo), tiveram relação direta com as questões políticas do país, como a luta pela redemocratização e a contínua defesa pela manutenção da universidade pública e gratuita. (ANDES, 2022)

Seguindo a tendência do sindicalismo brasileiro, que foi tratado anteriormente nesta pesquisa, os servidores públicos também vivenciaram um período de retração das suas condições de trabalho e da mobilização mais combativa desde os anos 1990. O símbolo maior desse refluxo do movimento sindical no setor público ocorre pelo quantitativo das greves.

Entre 1993 e 1994, houve um esforço dos sindicalistas para recuperar seu poder de mobilização; paralisações com muitos servidores públicos (especialmente em 1993), mas com estratégias de negociações mais pragmáticas, o que levou à redução da média de dias parados quase linearmente declinante entre 1989 (com média próxima a 12 dias de greves) e 1999, quando a média foi reduzida à metade. (NORONHA, 2009, p.136)

A despeito da importante greve dos petroleiros em 1995, a década de 1990 aponta, no geral, uma “forte inflexão na tendência ascendente do número de greves, número de grevistas e número de jornadas não trabalhadas em função das greves no setor público”. Foram contabilizadas 1.298 greves em 1989; em 1990 esse número caiu para 826; em 1991, para 649; em 1992, para apenas 315 greves. (SILVA, 2015, p. 46)

O governo Fernando Henrique Cardoso promoveu ainda uma aguda reforma no funcionalismo federal, atacando todos aqueles direitos do servidor que não tinham garantia de autoaplicabilidade pela Constituição Federal de 1988. Houve uma fase desse desmonte que consistiu na aprovação da Emenda Constitucional n.º 19/1998, que cuidava da reforma administrativa e da Emenda Constitucional n.º 20/1998, que tratava da reforma da Previdência Social, instituindo a idade mínima para todos os servidores, incluindo aqueles em exercício na data de promulgação da emenda e extinguindo aposentadoria integral para futuros. (QUEIROZ, 2012)

Nesse sentido, Granzotto destaca:

No início do ano de 1990 o que predominou, tanto no setor público, como no privado, foram reivindicações relativas a reajuste salarial e planos de cargos e salários. Em meados do mesmo ano as reivindicações do setor público eram pela defesa do emprego. (GRANZOTTO, 2010, p. 152)

Nas greves e reivindicações, governo e mídia buscavam vender a imagem desse servidor como oriundo de uma categoria de privilegiados. Foi o que aconteceu no caso da greve dos petroleiros em 1995. (ANTUNES, 2005). Havia também uma

constante campanha em torno de atribuir aos funcionários do setor público a responsabilidade/culpa pelos problemas fiscais do Estado.

O discurso de ineficiência, privilégio e dispêndio marcaram a visão que o governo Fernando Henrique Cardoso teve sobre o funcionalismo. E esse discurso ideológico encontrou apoio em parte considerável da sociedade. Nesse sentido, é delineada uma série de reformas que visavam modernizar a estrutura administrativa do Estado brasileiro, usando o modelo de gestão da iniciativa privada como grande referência.

Se para o conjunto dos trabalhadores a política neoliberal redundou em perda de direitos, corporativos ou universais, para um setor dos trabalhadores tais perdas foram ainda maiores. Estamos nos referindo aos trabalhadores do setor público, fração da classe-média escolarizada no país. Sejam aqueles regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, sejam aqueles regulados pelo sistema estatutário, todos foram atingidos de forma e em graus diferenciados pelas medidas neoliberais. Aqueles regidos pela CLT sofreram com o desemprego e precarização de suas condições de trabalho, resultante sobretudo da privatização das empresas estatais; aqueles regidos pelo sistema estatutário foram abarcados pela reforma administrativa que instituiu o fim da estabilidade no serviço público, visto que facilitou os mecanismos de demissão neste setor. Perderam direitos que haviam conquistado e perderam lastro de legitimidade junto à população usuária dos serviços públicos. (ASSIS, 2006, p. 85)

O contexto delineava, assim, uma postura mais defensiva do sindicalismo, com a realização de greves e demais mobilizações que visavam manter direitos conquistados outrora. Foi o caso da greve do funcionalismo federal, em 2003, que durou 52 dias e atingiu cerca de 55% da categoria em todo o país. Essa mobilização promoveu alterações na proposta original da Proposta de Emenda Constitucional n.º 40, que tratava acerca da reforma da Previdência Social. (GRANZOTTO, 2010)

De fato, essas políticas de ajuste estrutural implementadas nas últimas décadas, ao alterarem as condições de trabalho no setor público, representaram significativos desafios para a organização sindical dos servidores públicos. (SILVA, 2015)

Flores (2021) compreende que, no geral, a contrarreforma administrativa do Estado brasileiro, composto pelas intervenções governamentais dos governos FHC, Lula e Dilma Rousseff, foi um bloco caracterizado pelos processos de mercantilização e financeirização das políticas sociais e de flexibilização e de precarização da força de trabalho. Houve ainda a institucionalização de mecanismos de privatizações (clássicas e não clássicas, como as terceirizações da gestão e execução de políticas

sociais)⁵³. Foi uma reestruturação destrutiva do serviço público que ocorreu pela via de sua corrosão interna⁵⁴.

Essa lógica de construção de um serviço público mais produtivo, eficaz e eficiente, que deveria gerar cada vez melhores resultados com menos custos, teve por efeito lógico o enxugamento dos gastos sociais nesse setor, reduzindo o contingente de trabalhadores efetivos e ampliando as insuficientes condições de trabalho desses servidores.

A defesa no interior do sindicalismo do setor público vai no sentido contrário de justamente compreender que a melhoria da qualidade do trabalho demandado nesse setor ocorre, entre outros investimentos, mediante o aumento e valorização da força de trabalho, com direitos do trabalho reconhecidos para todas as funções e categorias.

Por fim, não dá para abordar a questão do sindicalismo no setor público sem citar a significativa influência desse setor na formação e consolidação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), considerada por muitos a mais importante das centrais sindicais brasileiras. Foi nesse setor de atividade que a CUT encontrou mais espaço para crescer.

Para Nogueira (2005), a emergência do sindicalismo no setor público é resultado de condições subjetivas e políticas. Um indicador desse processo está na significativa participação de entidades associativas de caráter sindical dos trabalhadores públicos na criação da CUT.

A CUT é extremamente importante porque caracteriza uma das modalidades dos sindicatos públicos a partir de uma concepção mais combativa, independente e classista, própria das origens do novo sindicalismo. Diríamos que a CUT e movimento sindical dos funcionários públicos estabeleceram relações recíprocas. (NOGUEIRA, 2005, p. 142)

O sindicalismo público na CUT é composto por sindicatos oriundos destes setores:

telefônicos; petroleiros; trabalhadores em processamento de dados; trabalhadores nas indústrias urbanas (gás, eletricidade, água e esgoto); funcionalismo público (administração pública federal, estadual e municipal); saúde, educação (professores de primeiro, segundo e terceiro grau e servidores das universidades e dos estabelecimentos do ensino da rede pública) e previdenciários; (SILVA, 2015, p. 52)

⁵³ Esclarece-se, no entanto, que cada um desses governos apresentou orientações/realidades distintas (inclusive no trato com servidores) não podendo ingenuamente serem concebidos como sendo iguais.

⁵⁴ Para Flores (2021, p. 128), o processo de “reestruturação destrutiva por sua corrosão interna” se expressa pelo fato de o Estado passar a permitir um avanço mais sorrateiro do capital privado neste setor.

Com dados de 1997, a pesquisa de Silva (2015) apresenta a forte presença de servidores públicos e empregados de empresas estatais nos organismos dirigentes da CUT. 46,47% dos sócios quites da CUT (ou seja, trabalhadores potencialmente em condições de participar das instâncias decisórias e dos organismos dirigentes da Central) são oriundos do setor estatal. No VI Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (VI CONCURT), realizado em agosto de 1997, 45,5% dos delegados eram funcionários públicos.

A crescente participação dos trabalhadores do setor público (serviços e empresas estatais) nas instâncias deliberativas da CUT, especialmente nos congressos estaduais e nacionais, foi acompanhada por um significativo crescimento da participação das entidades sindicais que representam estes trabalhadores nos órgãos de direção da Central. (SILVA, 2015, p. 76)

Na executiva eleita para a gestão 1994/1997, os servidores públicos e empregados de estatais representavam 76% – 19 dos 25 diretores nacionais. E, na executiva da gestão 1997/2000, eram 60% – 15 dos 25 dirigentes nacionais. No âmbito regional, o predomínio também continuou. Entre os 27 presidentes eleitos nos congressos estaduais da CUT de 1997, 17 (67%) eram trabalhadores do setor público (serviços ou empresas estatais).

Para o autor, a importância do setor público na CUT pode também ser constatada quando se consideram os maiores sindicatos filiados à central por número de sindicalizados e sócios quites: 44% dos 25 maiores sindicatos filiados à CUT em 1993 representavam, predominantemente, trabalhadores do setor público. Analisando o ano de 1997, esse número vai para 68%. (SILVA, 2015)

Com base nessa apresentação, foi possível verificar a importância histórica das organizações sindicais dos servidores públicos no cenário do sindicalismo nacional. Em dados atuais (IPEA, 2019), cerca de 10 milhões de servidores públicos atuam na administração direta ou indireta do Estado brasileiro. Desse total, 22,5% estão sindicalizados (o número era de 25,7% em 2018), o que demonstra a estrutura consolidada desse sindicalismo no contexto estatal e expressa um fenômeno digno de atenção, sobretudo, no âmbito da pesquisa acadêmica.

Nesse sentido, a sequência da discussão proposta neste trabalho centrar-se-á no objeto desta pesquisa: o sindicalismo docente no ensino superior. Para tanto, serão abordadas as formas originárias de organização desse sindicalismo e a relevância dos professores de universidades públicas, sobretudo das instituições federais, nesse movimento histórico.

CAPÍTULO 2

O MOVIMENTO DOCENTE DO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE OS LIMITES E POSSIBILIDADES DESSA ATUAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL

Como continuação das discussões propostas para a primeira parte da tese, a fim de contextualizar a temática sindical para posterior melhor abordagem do objeto de estudo, neste momento, procede-se à apresentação e reflexão sobre os caminhos do sindicalismo docente no ensino superior brasileiro. Com importantes contextualizações históricas acerca das primeiras formas de organização docente até os dilemas e possibilidades do sindicato nacional, fundado em 1981.

Sobre esse sindicato nacional, questões políticas envolvendo a conjuntura dos anos 2000 levaram ao rompimento dele com a Central Única dos Trabalhadores e o estabelecimento de uma nova filiação à central sindical CSP-Conlutas. Tal questão até hoje levanta polêmicas e discussões no círculo sindical docente.

Dois subcapítulos integrantes da discussão propõem-se também a tratar acerca do trabalho docente e suas especificidades, considerando a complexidade da sua natureza, da sua função social e do cotidiano desse processo de trabalho. Mais: verificar as possibilidades de articulação da identidade profissional dos docentes universitários com as formas tradicionais de sindicalismo combativo, de esquerda, próprio das classes trabalhadoras do setor produtivo da economia.

2.1 DAS PRIMEIRAS ASSOCIAÇÕES DOCENTES À EXPERIÊNCIA ORGANIZATIVA EM ÂMBITO NACIONAL: ANDES-SN

Como forma de contextualizar a temática dos sindicatos docentes no ensino superior, optou-se inicialmente aqui pela reconstrução da trajetória histórica desse sindicalismo no contexto brasileiro. Algumas obras em nível acadêmico (sobretudo dissertações e teses) ajudaram a compor as discussões que seguem, a exemplo das produções de Navarro (1999), Donatoni (1999), Vergara (2003), Santos (2007), Miranda (2011), Paiva (2016) e Bezerra (2019). Houve ainda, para fins de complemento das informações, acesso a sites oficiais de sindicatos e materiais produzidos pelo próprio ANDES-SN, como relatórios, boletins, cadernos e revistas.

Para Paiva e Bauer (2019), a base material sobre a qual se apoia o surgimento do sindicalismo docente foi o enorme crescimento, uma massificação da educação universitária, em princípio fundamentalmente da pública. Para os autores,

O aumento do número de instituições e matrículas durante a segunda metade do século XX está na raiz da transformação do ensino superior, sua politização e a criação de entidades sindicais docentes. Este último elemento é expressão do processo de profissionalização da atuação docente, originário de um número cada vez maior de indivíduos que passou a ter na educação sua principal, ou única, fonte de rendimentos, resultando no estabelecimento de necessidades específicas de um coletivo (remuneração, carreira, condições de trabalho), bem como a formação de uma identidade coletiva. (PAIVA; BAUER, 2019, p. 146)

Para ter uma ideia dessa expansão, conforme dados de Romanelli (1986, p. 78), em 1929 eram 13.329 alunos matriculados no ensino superior brasileiro; em 1949, esse número chegou a 37.548; e, em 1969, a 342.886. No início da década de 1970, esse número atingiu quase 420.000, o que representou o índice de escolarização do nível superior na ordem de 2,79% do número total de brasileiros entre 20 e 29 anos de idade.

Miranda (2011, p. 23) acrescenta que, para além dessa expansão do ensino público, contribuem para a expressividade da organização docente no Brasil “as experiências, ainda que fragmentárias, vividas até o momento da eclosão do Novo Sindicalismo” e a unificação das lutas, com as demais frações da classe trabalhadora, em oposição à ditadura e pela democratização da educação.

Especificamente sobre a expansão do ensino público universitário e seus impactos para a carreira do magistério, pretende-se, neste estudo, tratar da sua construção histórica, da reforma do ensino superior brasileiro e os elementos da realidade paranaense num capítulo à parte, tendo por base discussões teóricas de autores que trataram do assunto. Considera-se essa correlação de temas vital para alcançar os objetivos desta tese, pois, nesse terreno rico em contradições, emergiram as necessidades e condições para formar essa organização coletiva docente.

Sobre as primeiras organizações associativas e sindicais do conjunto dos professores universitários brasileiros, as referências encontradas dão conta de que, entre as décadas de 1960 e 1970, esses espaços foram consolidando-se. Foi uma formação tardia se comparada ao movimento fabril que já no início do século contava com expressivas formas de organização e mobilização.

No entanto, tentativas anteriores já podiam ser visualizadas nas décadas de 1940 e 1950, fruto de um movimento que tinha por principal referência as formas de mobilização do conjunto dos professores do primeiro e segundo graus. Nesse nível educacional, encontrar os registros das primeiras experiências de organização docente pode ser um desafio, mas, no geral do que se tem hoje disponível nas

produções dessa área, são dados destaques à Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, criado em 1901 (CRUZ, 2008); ao Sindicato dos Professores (SINPRO), criado em 12 de fevereiro de 1933, em Minas Gerais; ao Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), em 1945; e à Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB), em 1960. (GINDIN, 2013)⁵⁵

Retomando essa trajetória no ensino superior, as grandes pioneiras em âmbito nacional são a Associação de Auxiliares de Ensino, de 1956, que englobava todos os professores não catedráticos da Universidade de São Paulo (USP) – a mesma que, em 1976, foi transformada em Associação de Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP) (DONATONI, 1999; BEZERRA; 2019; SANSÃO, 2013)⁵⁶; e a Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná (APUFPR), cuja fundação ocorreu em 19 de dezembro de 1960, na cidade de Curitiba.

Para alguns pesquisadores, como é o caso de Donatoni (1999), seu critério de demarcação cronológica considera a APUFPR, fundada com o nome Associação dos Professores da Universidade do Paraná, como a primeira associação docente do país. É importante salientar que as informações no seu site oficial deixam claro que essa entidade não possuía, naquele momento, um caráter de classe, restringindo-se ao associativismo recreativo. (APUFPR, 2022)

De fato, essa foi a realidade de muitas dessas associações que foram criadas sem o caráter político-sindical, atuando mais numa perspectiva cultural e social – até porque o contexto de repressão da ditadura militar impunha essa condição. É também característico desse período, conforme afirma Donatoni (1999), que parte das associações tinha interesses de grupos e apoiava determinados reitores, pois as perseguições políticas espalhavam um clima de medo pelo país.

Das primeiras associações, como destaca a pesquisa de Donatoni (1999), são citadas ainda a Associação dos Docentes de Viçosa (ASPUV), fundada em 1963; Associação dos Professores de Santa Maria (APUSM), fundada em 1967; Associação dos Professores Universitários da Bahia (APUB), fundada em 1968 em reação à invasão da Polícia Militar na Faculdade de Economia da Universidade Federal da

⁵⁵ O professor Julián José Gindin da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense representa aqui um considerável número de pesquisadores e pesquisas feitas no âmbito do associativismo/sindicalismo dos trabalhadores em educação no nível fundamental e médio, o qual não é o foco deste estudo e, portanto, não será aprofundado.

⁵⁶ Essas informações podem também ser verificadas em ADUSP (2022).

Bahia (APUB, 2022); Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina (APUFSC), fundada em Florianópolis em 1975; Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (agora, ADUSP), reestabelecida em 1976 desde a antiga Associação Auxiliares de Ensino; Associação dos Docentes da Universidade Estadual Paulista (ADUNESP) e Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (APROPUC), fundadas em 1976; e, por fim, destacam-se a Associação dos Docentes da UNICAMP (ADUNICAMP), a Associação dos Professores de Belo Horizonte (APUBH) e a Associação dos Docentes da Universidade Metodista de Piracicaba (ADUNIMEP), todas essas fundadas em 1977.

Foram assim, ao longo dos anos 1960 e 1970, criadas por todo o país (sobretudo nas universidades públicas federais e estaduais) diversas ADs, muitas das quais lideradas por professores universitários que militavam no MDB, PCB, PC do B⁵⁷, entre outros partidos e movimentos de esquerda que existiam antes da ditadura militar. (DONATONI, 1999 e DAL ROSSO, 2011a)

É passível de análises muito pormenorizadas a compreensão em torno das especificidades na formação de cada uma dessas associações:

Em todo caso, parece aceitável afirmar, diante das anteriores informações, que até meados dos anos 1970 o sindicalismo docente em estudo configurava-se [sic] como um conjunto organizacional relativamente pequeno, nacionalmente desarticulado (pelo menos formalmente) e territorialmente concentrado nas regiões de maior modernização urbano-industrial do país, Sudeste e Sul. (BEZERRA, 2019, p. 49)

O processo de associativismo docente, do qual as experiências acima podem ser consideradas pioneiras, revela também uma forma de organização por fora do aparato de controle, proteção e tutela do Estado – ainda mais tratando o caso dos servidores públicos que até então nem sequer dispunham do direito a tal associação sindical. Era uma maneira de, na prática, exercer a liberdade de organização sindical como parte das lutas democráticas em geral, às quais essas entidades estavam vinculadas.

De certa forma, o que se percebe nos relatos históricos é que o contexto de repressão militar, típico da conjuntura de origem de parte significativa dessas associações, cumpria um papel antagônico com o movimento docente do ensino superior; ao mesmo tempo que cerceava liberdades políticas, potencializava um

⁵⁷ Respectivamente: Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B).

movimento de organização interno na categoria que se propunha, inclusive, a lutar contra o regime instalado no país e a favor da democracia.

Outra característica analisada por pesquisadores dá conta de buscar traçar o perfil e as motivações sindicais desse momento nascente – inquietação que é pertinente ante a curiosidade em entender por que, de forma tardia e num curto espaço de tempo, houve, no país, a criação de tantas associações docentes.

Para Bezerra (2019), um perfil duplo que se caracterizou entre os sindicalistas nesse período era o do jovem professor (ou professora), recém-ingressado na carreira docente da educação superior, com histórico de intensa participação em agrupamentos das esquerdas partidárias atuantes no movimento estudantil – secundarista e universitário⁵⁸.

A marca desse passado militante é reforçada pela pesquisa de Navarro (1999) que coaduna com tal percepção:

A vinculação entre militância no movimento estudantil e outros movimentos sociais, particularmente o movimento docente, está presente na maioria das análises existentes e se apresenta com muita clareza nos depoimentos colhidos para este estudo. (NAVARRO, 1999, p. 68)

Coelho (1992 *apud* NAVARRO, 1999) analisa que os professores universitários, depois de terem assumido a condição de assalariados, passaram a vivenciar as pressões das condições de vida, de trabalho e de salário que afetam o conjunto dos trabalhadores, ainda mais em períodos marcados pela concentração de renda e recessão econômica. Para o autor, a luta por uma carreira digna tanto influenciou a mobilização e criação das ADs pelo país quanto foi a principal responsável por elas.

Porém, nas ideias básicas que iriam nortear a trajetória do movimento docente não deslocam, ainda, as motivações advindas do contexto histórico ao qual estavam condicionadas.

Nota-se que, desde seus primórdios, o movimento assume, na plenitude, as responsabilidades políticas colocadas pelo momento histórico. Nesse

⁵⁸ Curiosos dessa questão sobre a realidade paranaense, a presente pesquisa buscou questionar os docentes entrevistados sobre seu passado militante em espaços estudantis, sindicais e/ou partidários. Dos 12 professores entrevistados para fins desta tese, apenas quatro relataram não ter tido nenhuma experiência de engajamento político no período estudantil, e foram citados envolvimento no Centro Acadêmico (CA), Pastoral Universitária, Diretório Central dos Estudantes (DCE), Associação Nacional de Pós-Graduação (ANPG). Quanto à participação político-partidária, dos 12 professores sindicalistas apenas dois disseram estar atualmente vinculados a partidos políticos (ambos ao Partido Socialismo e Liberdade – PSOL). Outros quatro entrevistados relataram ter-se vinculado apenas no passado a partidos políticos com inclinação à esquerda. Foram citados Partido dos Trabalhadores, Partido do Movimento Democráticos Brasileiro (do início dos anos 1980) e Partido Comunista do Brasil.

sentido, conjuga a postura nitidamente sindical e classista, que reivindica melhores salários e condições de trabalho, à posição necessária de lutar contra as políticas que submetem a Universidade e a Educação a um processo de esvaziamento econômico e de mediocrização burocrática. Nessa direção, coloca-se a luta pelas verbas para a Educação e a firme posição em defesa do Ensino Público e Gratuito que é, simultaneamente, assumida como uma questão de princípio pelo Movimento Docente. (MACIEL, 1991, p. 72)

Ao analisar a realidade do movimento docente nas universidades federais, Navarro (1999) escreve como, na verdade, ambas motivações se imbricavam:

Se considerarmos que o movimento docente começa a ter vida na segunda metade dos anos 1970, com a criação da grande maioria das ADs, percebemos com nitidez que a força motriz para a organização dos professores das IES federais era de natureza eminentemente política, o que os fez, desde o início, buscar uma vinculação entre as reivindicações específicas, de natureza sindical, relativas à carreira e a melhores condições de trabalho e salário, e as reivindicações políticas de caráter mais amplo. (NAVARRO, 1999, p. 67)

A realidade geográfica brasileira, no entanto, considerava que esse crescimento quantitativo das ADs nos anos 1970 ocorria de maneira fragmentada pelo país, sem nexos nem unidade entre elas. É com o enfraquecimento do militarismo que se reforçam as indicações da necessidade de criação de uma associação nacional dos docentes.

Alguns relatos dão conta de que, sobretudo, no período de ditadura, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) teve o papel importante de aglutinar, em suas reuniões, discussões dos professores em torno da necessidade de criar um sindicato nacional dos docentes. Nesse sentido, a SBPC (fugindo da sua função original) transformou-se em espaço temporário para articular o movimento docente, estimulando a criação de Associações de Docentes (ADs) pelo país. (DONATONI, 1999)

Bezerra (2019) cita o exemplo de, como nesse período, reuniões anuais da SBPC eram aproveitadas, devido à presença, num mesmo espaço, de professores de diferentes universidades, para articular encontro para fins associativo-sindicais:

Em perspectiva nacional, a 30ª edição das reuniões anuais da SBPC, ocorrida em 1978 na USP, tornou-se um marco histórico para o sindicalismo em estudo. Fruto de tentativas prévias, as articulações do Movimento das Comissões Pró-ADs conseguiram realizar naquele ano um encontro (paralelo à programação oficial) com a dimensão desde sempre desejada: alcançavam quase todas as regiões do país as 17 representações docentes que, formalmente instituídas ou não, atenderam ao convite feito pela diretoria da Adusp através de um cartaz deixado na secretaria do evento. (BEZERRA, 2019, p. 68)

Esse fato é retratado e narrado pelo professor Carlos Eduardo Baldijão da USP na primeira edição dos Cadernos Andes, em 1988:

Em julho de 1978, convocados por um cartaz colocado pela ADUSP na secretaria da 30ª Reunião da SBPC, dezessete ADs de vários estados reuniram-se pela primeira vez. Além de um balanço do movimento então existente, propôs-se a realização do I Encontro Nacional de Associações Docentes. Discutiu-se acaloradamente o caráter de um Encontro Nacional e sua representatividade. Decidiram que estes encontros deveriam ser abertos a participação de qualquer docente, com direito a voz e que a votação seria por entidade, garantindo-se assim a participação ampla e a representatividade das ADs. Decidiu-se também respeitar sempre a autonomia de cada AD, dando-se caráter consultivo ao encontro, cujas decisões deveriam ser ratificadas pelas bases. (ANDES, 1988, p. 07)

Conforme afirma o professor Maciel (1991, p. 71), essa reunião realizada em julho de 1978 “foi o catalizador que deu início a uma reação em cadeia, no sentido de revitalização política do trabalho das associações e do crescimento do movimento docente”.

Ademais, intensificou-se, por meio dela, a necessidade de que encontros nacionais das ADs fossem articulados para fins de organização do movimento docente em nível nacional. Depois da reunião conjunta de diferentes representações em 1978, promovida durante o encontro da SBPC na USP, outros momentos se destacaram na literatura como importantes símbolos da organização docente: I Encontro Nacional das ADs (I ENAD), realizado em 1979; Reunião Extraordinária das ADs, 1979; II Encontro Nacional das ADs (II ENAD), realizado em 1980; Encontro Extraordinário das ADs, de 1980; e, por fim, o III Encontro Nacional das ADs, de 1981, que foi importante para a criação da associação nacional – ANDES.

Todos esses eram movimentos organizados com a finalidade de aglutinar e fortalecer as ADs existentes e, muitas vezes, espalhadas isoladamente pelo território brasileiro. Nesses encontros, eram compartilhadas situações e realidades das universidades públicas ou privadas que viviam nesse contexto, ainda de ditadura militar, os efeitos da repressão e da deteriorização da carreira do magistério.

Nessa conjuntura do regime militar, em que se foram consolidando as ADs pelo país, o professor Osvaldo de Oliveira Maciel (1991) recorda que uma das importantes motivações iniciais do movimento docente foi lutar pela reintegração, na vida acadêmica, dos professores e cientistas cerceados por atos de exceção da ditadura militar.

Também é importante ressaltar que toda essa organização advinha de um longo contexto em que o professorado universitário, com o movimento estudantil, lançava o questionamento acerca das bases elitistas, excludentes e conservadoras da universidade e da sociedade brasileira. No início dos anos 1960, antes da instalação

da ditadura militar, a União Nacional dos Estudantes (UNE) realizou dois importantes seminários que discutiam a reforma universitária – destes encontros, foram publicizados dois documentos políticos: “Declaração da Bahia” e “Carta do Paraná”.

Sobre o I ENAD, este encontro foi realizado em São Paulo-SP, de 15 a 18 de fevereiro de 1979. Compareceram a ele 27 representações de ADs, as quais discutiam principalmente a questão do ensino público e gratuito em todos os níveis, a democratização da universidade brasileira, melhores condições de trabalho e o não controle ideológico da universidade. (DONATONI, 1999)

Para exemplificar a triagem ideológica nas universidades, o professor Baldijão (ANDES, 1988a) relata o significativo número de professores demitidos por todo o país, por participarem ativamente das ADs. Esse fato acontecia principalmente nas universidades particulares, e, só em 1979, 300 professores foram demitidos.

Para Dal Rosso (2011a, p. 31), “o reconhecimento do potencial político da categoria está no coração da prática repressiva e controladora exercida pelos Estados, contra os docentes, ao longo do tempo”.

Ainda em 1979, na cidade de Salvador-BA, realizou-se, entre 6 e 9 de setembro, a Reunião Nacional Extraordinária das ADs, que tinha por objetivo discutir a unificação da luta salarial para 1980. Dessa reunião participaram 31 associações docentes. Segundo Donatoni (1999, p. 148), “essa Reunião Nacional Extraordinária reafirma os temas gerais de luta que foram definidos no I ENAD realizado em fevereiro, em São Paulo, e elabora o resultado desse Encontro em um Boletim Nacional das Associações de Docentes”.

Amparados nos ideais do “novo sindicalismo”, que propunha um sindicalismo combativo e independente do Estado, o movimento docente, nesses encontros, também vai alinhando o entendimento de que as ADs precisam unificar nacionalmente a luta dos docentes universitários com as lutas mais gerais, encaminhadas por outras categorias de trabalhadores.

O ano de 1979 é também significativo, do ponto de vista da intensificação das tensões políticas na universidade, devido à entrada de Eduardo Portela no Ministério da Educação e Cultura. Considerado um intelectual progressista, Portela promoveu a abertura de discussões com a comunidade universitária sobre a política educacional e elaborou, com o MEC, três anteprojetos a serem implementados nas instituições federais de ensino superior, o chamado “Pacote Portela” ou “Pacote MEC”: o anteprojeto da Autarquia de Regime Especial, o de Reestruturação da Carreira (para

IFES autárquicas) e o de Escolha e Nomeação de Dirigentes Universitários (para IFES autárquicos e fundacionais). Tal iniciativa governamental acentuou as tensões e conflitos entre os intelectuais que estavam à frente do movimento docente e o Estado. (NAVARRO, 1999)

O II ENAD ocorre num contexto de ainda mais enfraquecimento das ações repressivas e políticas do regime militar no cenário brasileiro. Realizado em João Pessoa-PB, de 25 a 29 de fevereiro de 1980, o encontro contou com uma reunião extraordinária de organização que definiu como temática do II ENAD algumas questões, tais como: a universidade brasileira (verba, estrutura de poder, relações com a sociedade); elementos salariais e trabalhistas; formas de organização das ADs em nível nacional; a política educacional brasileira.

Quanto às deliberações do II ENAD, duas grandes reivindicações dos docentes foram contempladas: a inclusão do magistério superior nos reajustes semestrais e um índice de 48% como forma de reajuste salarial, a partir de 1º de março de 1980. Além dessas reivindicações definiu-se para o dia 17 de abril, um “Dia Nacional de Luta pelo reajuste Salarial”, com um prazo de três meses para o governo se manifestar, assim como Assembléias Gerais para a 1ª semana de maio, no sentido de pressionar o governo a atender as reivindicações da categoria. (DONATONI, 1999, p. 150)

A autora também esclarece que, a essa altura, o movimento docente já se organizava para manter viva e atuante a Coordenação Nacional das ADs, criada na reunião extraordinária da ADs de 1979. Para tanto, eram realizadas contribuições mensais das associações para as despesas da Secretaria da Coordenação Nacional. Esse trabalho coordenado possibilitou, naquele momento histórico, as primeiras experiências de uma mobilização mais unificada da luta docente pelo país.

Entretanto, como Baldijão (ANDES, 1988) adverte, essa coordenação havia sido criada apenas como uma alternativa a uma Direção Nacional, pois, à época, considerava-se precipitada ainda qualquer decisão diferente disso. A coordenação, segundo ele, poderia servir de experiência para determinar futuramente a melhor forma de organização em nível nacional.

Maciel (1991), analisando o II ENAD, compreende que este marcou uma mudança qualitativa e quantitativa do movimento docente. Participaram dele cerca de 180 professores, representando 38 associações docentes. Qualitativamente o II ENAD demonstrou um elevado grau de amadurecimento que o movimento docente vai alcançando, seja pelo excelente nível de organização, seja pelos substanciais resultados políticos.

Desde 1979, diversas outras reuniões, para fins de avaliação e balanço do movimento docente, também ocorriam em Brasília. Já se debatia, nesses espaços, a indicação da necessidade de criação de uma associação nacional docente. Outros encontros de professores ocorriam em vários locais do país nesse mesmo ano, a exemplo do I Encontro Paulista das Associações de Docentes Universitários em Piracicaba-SP, em 1979. Donatoni (1999) e Navarro (1999) também verificaram, nas respectivas pesquisas, que encontros semelhantes ocorreram nas cidades de Recife, Natal, Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro.

Todos esses Encontros Regionais foram resultado das discussões que ocorriam nas ADs, as quais rejeitavam veementemente o chamado 'Pacote do MEC' que tinha como objetivo reestruturar a carreira do magistério superior. Esses Encontros também propunham um regime jurídico que assegurasse ao docente estabilidade funcional e aposentadoria com salário integral, alteração das normas legais que disciplinam a escolha de dirigentes universitários e regulamentação do regime especial das autarquias de ensino superior. Repudiavam, também, a aprovação, por decurso de prazo, do Projeto de Lei nº 34/79, que dispunha sobre a escolha e nomeação dos dirigentes de Fundações mantidas pela União, dentre outras. (DONATONI, 1999, p. 152-153)

Essas ações e reações ante as iniciativas governamentais, conforme afirma Navarro (1999), vão dando forma ao perfil de entidade nacional a ser criada e fazem crescer, de modo significativo, o movimento docente em nível nacional.

Da supracitada coordenação nacional emergem agendas unificadas de mobilização da qual a "Semana Nacional de Luta e Mobilização", que propunha uma completa paralisação das atividades nos dias 1.º, 2 e 3 de setembro de 1980, foi sua grande expressão naquele momento. Essa semana também demonstrava que, àquela altura, estava esgotada a tolerância do movimento docente com o MEC.

Foram significativas a adesão das universidades públicas, particulares e as fundações a esse chamado, porém cabe contextualizar que, assim como hoje, organizar diversas associações docentes num território extenso como o brasileiro é uma tarefa complexa. Há ainda as particularidades regionais que trazem características diferenciadas de uma AD para outra. Para isso, mesmo num contexto de busca pela unificação da mobilização, é imperativo que seja sempre respeitada a autonomia de cada uma das ADs.

É válido também contextualizar que as particularidades, ainda mais evidentes nas instituições privadas (confessionais ou não confessionais), demandaram discussões de uma política específica para o setor, segundo a orientação geral do II ENAD. Esses docentes, pela natureza da sua contratação, já possuíam o direito à

sindicalização, muitos dos quais tinham o SINPRO (Sindicato dos Professores, com inserção histórica às instituições particulares de ensino) como uma referência sindical.

Essa série de encontros realizados pelas ADs marcam essa conjuntura como um “cenário de fase ascensional do movimento de resistência democrática” (MACIEL, 1991, p. 71), em que os docentes do ensino superior se direcionam firmes rumo à construção do seu movimento nacional.

É o movimento em marcha, aprendendo a trabalhar a luta, explorando cada possibilidade do momento vivenciado, desdobrando-se em encontros e reuniões regionais que vão avançando e aprofundando a compreensão política do movimento e consolidando uma prática de descentralização que fortalece e estimula o trabalho nas regiões e nas entidades de base. (MACIEL, 1991, p. 73)

Em julho de 1980, durante a 32.^a reunião da SBPC no Rio de Janeiro, os professores universitários realizaram um encontro extraordinário das ADs (ENExAD), do qual participaram 49 associações docentes de todo o país, cujos principais encaminhamentos foram:

Ampla liberdade de organização e expressão das entidades representativas dos diversos segmentos da Comunidade Universitária e a manutenção de sua independência em relação à estrutura da instituição; realização pelas ADs de uma campanha nacional pela estabilidade no emprego dos diretores que presidem as ADs e pela estabilidade no emprego para todos os docentes; estudo e divulgação das experiências de democratização nas Universidades, para definição de pautas comuns de luta. (DONATONI, 1999, p. 155)

Entre 15 e 17 de fevereiro de 1981, na cidade de Campinas-SP, realizou-se o III ENAD, dessa vez, com a significativa participação de 61 associações docentes do país. Na sequência, entre 17 e 20 de fevereiro do mesmo ano, houve o I Congresso Nacional dos Docentes Universitários na mesma cidade, o qual contou com a presença de 70 ADs e 300 delegados. (ANDES, 1988)

Como narrado por Maciel (1991, p. 75), o contexto era de um professorado universitário recém-saído de uma greve geral (ilegal, porém legítima) que, entre os pontos positivos, deixou um saldo político fundamental: “a busca da unidade, da coesão e da solidariedade sindicais, entre companheiros de luta”.

Daí até a fundação da ANDES decorrem pouco mais de dois meses. Os 287 delegados credenciados ao histórico Congresso de Campinas tomam a decisão, por unanimidade, no dia 19 de fevereiro de 1981 [...] O plenário do Congresso Nacional de Docentes Universitários decide que a ANDES será uma Associação Nacional, autônoma em relação ao Estado e às administrações universitárias, sem caráter político partidário, para expressar as reivindicações e as lutas dos professores nos planos econômico, social, cultural e político, tanto em campanhas trabalhistas, como na defesa de uma política educacional que atenda às necessidades populares. (MACIEL, 1991, p. 75)

Diante do exposto, fica clara a significativa caminhada do movimento docente que, em 1981, culmina na criação de uma associação nacional, que hoje é referência no sindicalismo brasileiro. É indiscutível a importância dos ENADs na construção dessa unidade nacional, por meio dos quais se conseguiu “articular movimentos nacionais sobre diversas reivindicações, bem como foi possível ter-se um quadro nacional da situação dos docentes e compreender-se as especificidades regionais e setoriais”. (ANDES, 1988, p. 10)

Nesse sentido, acabam por ser característicos na forma de organização da ANDES (e até os dias atuais) esses espaços coletivos de discussão que se tornaram, ao longo dos tempos, instâncias legítimas de deliberação do movimento docente, em especial, o Congresso (realizado anualmente com delegados escolhidos das assembleias de base de cada seção sindical) e as reuniões do CONAD (conselho nacional do ANDES, se reúne ordinariamente uma vez por semestre e, extraordinariamente, quando requerido por 1/4 das seções sindicais). (VERGARA, 2003)

A ANDES⁵⁹ surgiu como uma entidade nacional, representativa, com uma organização interna democrática estabelecida nas bases do movimento. Aglutina associações sindicais oriundas de universidades federais, estaduais, municipais e particulares que apresentam enorme diversidade em sua estrutura e regulação interna, o que evidencia a complexidade dessa organização, pois cada um desses setores institucionais tem os seus problemas específicos.

Porém, esse quadro aparentemente desconexo apresenta a sua coerência, conforme trata Baldijão:

A aparente diversidade de questões específicas encontra seus pontos comuns na luta pelo ensino público e gratuito, na luta pela democratização da universidade e do ensino, pela carreira docente, por melhores salários, tendo como pano de fundo a luta contra a política educacional do governo. Em uma perspectiva mais ampla, professores universitários inserem-se nas lutas gerais das demais categorias de trabalhadores por uma sociedade mais justa e democrática. Assim, a criação de uma entidade nacional – ANDES – foi um passo fundamental para que o movimento de docentes continuasse avançando de modo unitário. (ANDES, 1988, p. 11)

Os diversos depoimentos de professores do ensino superior federal, apresentados na excelente pesquisa de Navarro (1999), dão conta de quanto as

⁵⁹ Para fins de esclarecimento, optou-se, nesta tese, pelo uso do termo “a ANDES”, quando a referência for feita ao período anterior, em que ela era organizada como uma associação nacional. Mediante a alteração legal de suas funções para um sindicato nacional, anos 1990, haverá a referência, neste estudo, como “o ANDES-SN”.

discussões sobre o perfil ideológico da ANDES e as formas de configurar a estrutura organizativa da entidade nacional que pretendiam criar eram exaustivamente debatidas naquele momento de formação da ANDES.

Os depoimentos dos que integram as Instituições Estaduais de Ensino Superior não diferem substancialmente dos que trabalhavam nas IES federais. Segundo a autora, “todos mencionam a luta pela democratização da universidade e da sociedade como motivação fundamental para a criação da ANDES e/ou para o seu engajamento no movimento docente”. (NAVARRO, 1999, p. 73)

Para Vergara (2003):

A entidade nacional surgiu como expressão da necessidade de mobilização e de luta dos docentes, no plano econômico, social, cultural e político, tanto nas questões mais diretamente ligadas às condições de trabalho e salários, como na defesa de uma política educacional voltada para as necessidades da maioria da população. (VERGARA, 2003, p. 69)

Para fins de registro histórico, a primeira diretoria era assim composta: Osvaldo de Oliveira Maciel (APUFSC), presidente; Agamenon Tavares de Almeida (ADUFC), vice-presidente; Laurindo Leal Filho, segundo vice-presidente; Luis Pinguelli Rosa, secretário geral; Newton Lima Neto, primeiro secretário; Flávio Valente, segundo secretário; Mindé Badauy Menezes, primeiro tesoureiro; Francisco José da Costa Alves, segundo tesoureiro.

Foram também empossados, na mesma ocasião, os responsáveis pelas regionais do sindicato, todos eles denominados “vice-presidentes”: Carlos Alberto Tomáz, regional Norte; Amundson Portela Cavalcanti, regional Nordeste I; Rubens Pinto Lyra, regional Nordeste II; Arlindo dos Santos Raposo, regional Nordeste III; Marco Antônio Sperb Leite, regional Centro Oeste; Renato Ortiz, regional Leste; João Ferreira da Silva Filho, regional Rio; Carlos Eduardo M. Baldijão, regional São Paulo; Sérgio João da Fonseca Pires, regional Sul⁶⁰.

Uma vez criada a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, o desafio passou a se pautar em estruturar o sindicato com base na elaboração do seu estatuto e a organização do I Congresso da ANDES que deliberaria sobre o estatuto definitivo do sindicato e convocaria eleições diretas para sua diretoria. Também seria

⁶⁰ A título de contextualização, os escritórios regionais do ANDES-SN são assim compostos atualmente: **Norte I:** Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia; **Norte II:** Pará e Macapá; **Nordeste I:** Maranhão, Piauí e Ceará; **Nordeste II:** Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte; **Nordeste III:** Bahia, Alagoas e Sergipe; **Leste:** Minas Gerais e Espírito Santo; **Pantanal:** Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; **Planalto:** Goiás, Distrito Federal e Tocantins; **Rio de Janeiro;** **São Paulo;** **Rio Grande do Sul;** e **Sul:** Santa Catarina e Paraná.

verificada posteriormente a criação de uma assessoria jurídica e de grupos de trabalho, além da estruturação dos escritórios regionais.

O movimento docente, como o movimento sindical de qualquer outra categoria de trabalhadores, abrange concepções político-ideológicas bem diferenciadas no seu interior. Nas palavras de Bernardo (2020, p. 290), “o movimento sindical não é homogêneo e nem harmônico, ao contrário, são espaços de disputas políticas e ideológicas, em que a presença, a argumentação e o poder de negociação são essenciais até mesmo no processo de composição das pautas de reivindicações”.

Nesse sentido, como analisam Donatoni (1999) e Navarro (1999), o movimento docente tinha concepções sindicais diferenciadas quanto à forma de condução da luta da categoria docente no ensino superior. No nascedouro da ANDES, pode ser verificada internamente a existência de correlações de força e disputas político-partidárias que provocavam substanciais divergências em meio à caminhada⁶¹.

Outra questão histórica, ainda presente no interior do movimento docente, ocorre pela presença majoritária de representação das entidades públicas federais na estrutura da ANDES. Neste caso, é preciso que se garanta a proporcionalidade das diversas realidades na composição da direção da ANDES, sob o risco de exclusivismo das pautas/bandeiras de luta, desconsiderando diferentes realidades como aquelas das universidades privadas⁶², estaduais e municipais.

De modo geral, o desafio de unificar todas as reivindicações, definir as principais bandeiras de luta e fortalecer a categoria pautou os primeiros encontros nacionais da ANDES. Nesse contexto, as reuniões do Conselho Nacional de Associações Docentes, CONAD, ganharam destaque. O I CONAD foi realizado em abril de 1981.

Os CONADS, seriam realizados ordinariamente duas vezes ao ano, com o objetivo de discutirem, avaliarem e aprovarem questões relativas àquelas reivindicadas pela categoria e subordinadas às decisões do Congresso e de funcionar enquanto um Conselho que teria o papel de fiscalizar a ANDES. (DONATONI, 1999, p. 164)

⁶¹ Neste momento inicial, as tensões e divergências eram advindas, sobretudo, de situações específicas, tais como: a condução da primeira greve nacional em 1980; o processo de organização estrutural e a natureza da entidade (ANDES como uma federação ou associação?); e a escolha da primeira direção provisória da ANDES. Para melhor compreensão, ver Navarro (1999, p. 100-110).

⁶² Existe, a partir de 1990, um complexo movimento jurídico em torno do registro sindical do ANDES-SN no Ministério do Trabalho. Do que cabe ser tratado aqui, convém mencionar que, desde 2014, a Justiça do Trabalho (Processo n.º 17-431/2014 – juiz Jonathan Quintão Jacob) reforçou a sentença favorável à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Superior (CONTEE), ligada ao setor privado, contra o ANDES-SN, de modo que, a partir de então, esse sindicato estaria impedido de realizar a representação das instituições privadas de ensino superior.

Cabe assinalar que, com a criação da ANDES, outras ADs foram sendo organizadas pelo país entre 1980 e 1990, aumentando, de forma considerável, o já significativo contingente dessas associações. Na década de 1980, foram três novas associações no estado do Paraná: ADUEL – Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Londrina, criada em 1981; ADUC – Associação dos Docentes Universitários de Cascavel, em 1983; e a APUC – Associação dos Professores da Universidade Católica do Paraná, em 1983. (DONATONI, 1999)

Aos poucos, a ANDES foi consolidando a sua força representativa também nos demais setores sindicais e trabalhistas da sociedade. Um exemplo ocorre pelo convite para a I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (I CONCLAT) em agosto de 1981. Esse encontro contou com 1.091 entidades sindicais de todo o Brasil e teve, como pontos de pauta, discutir as condições de vida do trabalhador e a construção de uma central única com vistas a representar todos os trabalhadores brasileiros. (Comissão Nacional Pró-Cut, 1981)

Pelo ponto de vista identitário, a integração formal do movimento docente do ensino superior com o conjunto dos demais trabalhadores assalariados é um evento muito significativo. Passa-se aqui a perceber o professor universitário também como parte do grupo assalariado, vivendo as mesmas agruras e desafios que aquele contexto político-econômico propiciava. Essa discussão, no entanto, é complexa e, no próximo tópico, será tratada de forma mais ponderada.

Nesta 1.^a CONCLAT, os docentes, representados por delegados oriundos da diretoria da ANDES, encaminharam suas propostas para serem discutidas por todos os trabalhadores:

melhores salários; estabilidade no emprego; garantia de estabilidade para dirigentes das ADs e ANDES; reformulação da CLT-Consolidação das Leis do Trabalho – cálculo salarial do professor horista; aprovação de um novo Estatuto para a Associação; reajuste salarial único para 1982 e a paridade de proventos para aposentados e pensionistas. (DONATONI, 1999, p. 171)

No que concerne à 1.^a Conferência da Classe Trabalhadora, de 1981, um fato que merece destaque é a criação de uma Comissão Nacional Pró-CUT, da qual a ANDES fez parte. Essa comissão foi um primeiro passo que, dois anos mais tarde, culminou na criação da Central Única dos Trabalhadores.

O profundo rompimento entre as duas correntes no interior da Comissão Nacional Pró-CUT adiou a criação da CUT, mas não a impediu. Dessa forma, em 28 de agosto de 1983, essa central foi fundada na cidade de São Bernardo do Campo⁶³.

o CONCLAT de 1983 aprovou os princípios norteadores das ações da Central Única dos Trabalhadores, que podem ser sintetizados em: unidade e independência da classe trabalhadora em relação aos patrões, governos e partidos políticos, negando toda forma de cooperação entre as classes sociais; luta diária pelos objetivos imediatos e históricos da classe na perspectiva de construção de uma sociedade sem exploração; direção e orientação das lutas dos trabalhadores, constituindo-se como órgão máximo de sua representação; garantia da mais ampla democracia em todas as suas instâncias, e a busca de mudanças na estrutura sindical de então, com o objetivo de se conquistar a liberdade e a autonomia sindical. (SACRAMENTO, 2014, 49-50)

Em 1986, a ANDES já sinalizava sobre a possibilidade de filiar-se a uma central sindical, propondo um amplo debate sobre a questão que seria retomada no próximo congresso. Esse assunto pode ser visto no Relatório do V Congresso da ANDES:

3. Filiação a uma Central Sindical

a) Que a ANDES promova um amplo debate em 1986 sobre movimento sindical, indicando as AD's que realizem Assembléias Gerais em 1986, com o objetivo específico de deliberar sobre a ou não a uma Central Sindical; b) Que no próximo Congresso da ANDES tenha em pauta a deliberação sobre a filiação ou não uma central sindical; c) Que seja aberto um espaço no Boletim da ANDES, a partir do próximo número, para as Centrais Sindicais expressarem suas posições sobre o movimento sindical, contribuindo assim para o debate sobre a questão da filiação da ANDES a uma Central Sindical. (CONGRESSO DA ANDES, 1986, p. 14)

Em 1988, no VII Congresso da ANDES, a questão da filiação foi um dos temas a serem discutidos: “Tema II – Movimento Docente e Organização Sindical: a questão da filiação a uma central sindical”. O debate tornou-se divergente e girava em torno da filiação à CUT ou à CGT⁶⁴. (CONGRESSO DA ANDES, 1988 e SANTOS, 2007)

Submetida à plenária daquele Congresso, com inscrições de oradores, a proposta de filiação da ANDES à CUT acabou, por fim, sendo derrotada – recebeu 122 votos contrários e 93 votos a favor. No entanto, ficou decidido que, como forma de propiciar um conhecimento maior da CUT, a ANDES participaria do Congresso Nacional da CUT a ser realizado ainda em 1988. Os debates também seguiram ocorrendo pelas bases do movimento docente, ou seja, o assunto não estava encerrado. (CONGRESSO DA ANDES, 1988)

⁶³ Da outra vertente surgiria mais à frente, em 1986, a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) presidida por Joaquim dos Santos Andrade.

⁶⁴ Para Miranda (2011), a ANDES distanciou-se da CGT devido ao apoio que esta central deu à Nova República e ao Pacto Social, ao Colégio Eleitoral, à Constituinte Congressual (espaço que visava esvaziar a construção da nova Constituição Federal de qualquer pressão social, uma vez que segmentos da sociedade civil organizada não participariam do processo) e ao Plano Cruzado.

O VIII Congresso da ANDES, realizado em São Paulo, em 1989, marca o momento em que a filiação à CUT se consolida. Nesse congresso, inclusive, estava presente o operário Jair Meneguelli, então presidente da central, que chegou a discursar à mesa de abertura.

Foram debates longos, desgastantes e exacerbados que culminaram nessa aprovação. Conforme analisa Santos (2007):

O que podemos reter dos relatórios dos congressos ocorridos no período de 1986 a 1989, é que a questão da filiação não era de fácil resolução. Embora houvesse a simpatia dos dirigentes da Andes e de algumas AD à perspectiva político-ideológica da CUT, havia temor do risco de se perder a especificidade do campo de luta e reivindicações que marcavam o território dos docentes universitários. (SANTOS, 2007, p. 49-50)

Questão que é apresentada num manifesto anexo ao relatório final do congresso: “A decisão, amplamente majoritária, de filiação à CUT, coroa um longo processo de discussão no interior do Movimento Docente. Ao nos filiarmos, não abrimos mão da autonomia de nosso movimento; tampouco praticamos um mero ato formal”. (CONGRESSO DA ANDES, 1989, p. 62)

Também entre 1988 e 1989, por conta do advento da Constituição Federal de 1988, se intensificaram os debates em torno da proposta que culminaria na transformação da ANDES em sindicato nacional: ANDES-SN. As reuniões do XVIII e XIX CONAD deram importantes espaços a essa questão.

O processo de transformação da ANDES em ANDES-SN significou a continuidade de um processo iniciado há 12 anos. A ANDES-SN mantém todos os princípios democráticos e de luta que caracterizam o MD e abre em uma nova etapa a possibilidade de aprofundar no movimento sindical as perspectivas de liberdade e de autonomia sindicais, de sindicatos democráticos e comprometidos com a luta de transformação social e sem atrelamento partidário, ou ao estado. Princípios que precisam ser reafirmados. (CONSELHO NACIONAL DA ANDES, 1989, p. 40)

O modelo tradicional de sindicato nacional complementa-se pela inovação por meio da organização nos locais de trabalho, as que serão então chamadas de seções sindicais do ANDES-SN. Essas seções elegerão suas diretorias, organizarão seus próprios regimentos, manterão seu patrimônio e terão, como instância máxima, as suas assembleias⁶⁵.

Como analisa Vergara (2003):

O debate político da transformação em Sindicato Nacional e de filiação à CUT no final da década de 80, reafirmou a identidade sindical classista, autônoma e democrática da ANDES. Algumas ADs, apesar de terem uma

⁶⁵ O Congresso Extraordinário do Rio de Janeiro estabeleceu que, para acesso às prerrogativas sindicais, cada AD deveria, até 1990, discutir essa transformação em seção sindical com as suas bases. (ANDES, 1989a)

forte participação na ANDES, discordavam da concepção sindical defendida de forma majoritária pela direção nacional e pelo conjunto do movimento; entretanto, esse fator não impediu que se obtivessem importantes avanços na unidade com os trabalhadores e outros setores da sociedade civil e dentro do próprio movimento docente, principalmente na resistência à ditadura militar e na defesa da Universidade Brasileira como uma instituição social de interesse público. (VERGARA, 2003, p. 76)

No campo político-econômico, os anos entre 1983 e 2003 representaram um período de grandes oscilações orçamentárias nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A tendência declinante de investimento do governo Collor (1990-1992) acentuara-se nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), nos quais o investimento apresentou uma tendência decrescente ininterrupta. (PAIVA, 2016)

Houve também tentativas cada vez mais sistemáticas de desmonte da educação como obrigação do Estado e direito social. Nessa conjuntura privatizante do governo, guiada pelo general Rubem Ludwig e apresentada sob forma de uma “reestruturação da Universidade”, organizou-se o I Congresso da ANDES, realizado em 1982. Desse congresso marcante, o primeiro da ANDES, foi produzida e publicada a “Carta de Florianópolis” – um manifesto em defesa do ensino público e gratuito. (MIRANDA, 2011)

Tal contexto de ataques regulares à sobrevivência financeira potencializou ainda os movimentos de paralisação nas IFES. Segundo Paiva (2016), tendo por base dados fornecidos pela ANDES, foram registradas, entre 1980 e 1990, sete paralisações, contabilizando 317 dias parados; os anos 1990 (1991-2000) podem ser considerados o ápice de paralisações em termos de dias parados: 438 dias⁶⁶.

Diante de conjunturas árdias em torno da política educacional brasileira, Miranda (2011, p. 224) assim analisa: “os movimentos docentes e estudantis configuraram-se como obstáculo ao projeto, já em curso ao longo da década de 1970, de expansão privatizantes do ensino superior no país”. Também merecem destaques outros movimentos no interior da universidade brasileira, como aqueles oriundos dos servidores técnico-administrativos, conduzidos pela Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileira – FASUBRA⁶⁷. Em 1991, no governo Collor,

⁶⁶ Contrapondo-se aos dados apresentados por Paiva (2016), o material produzido pelo ANDES (2022) relata que, no período 1991-2000, as paralisações nesse período somaram um total de 454 dias parados.

⁶⁷ Entidade fundada em 1978 que representa todos os trabalhadores das Instituições de Ensino Superior (IES) do país.

ocorreu uma das maiores greves da história do ANDES-SN⁶⁸. Deflagrada em maio, os professores de 48 IFES decidiram por uma greve que durou 107 dias:

As reivindicações deste movimento grevista foram: recomposição salarial (abril de 1990), implicando numa reposição de 144,38%; incorporação das perdas salariais dos planos econômicos ('Bresser', de 26,06%, 'Verão', de 26,05% e 'Collor', de 93,54%); repasse para as IFES do saldo das verbas previstas no orçamento de 1990 e dos recursos estabelecidos no orçamento de 1991, em valores reais; abertura de concurso público e imediata contratação dos aprovados; escolha dos dirigentes das IFES por eleições diretas e garantia para a ANDES do repasse das contribuições dos professores, conforme a Constituição Federal estabelece. (DONATONI, 1999, p. 225)

Outras mobilizações que merecem destaques são as greves de 1993, com adesão de professores e servidores de 43 IFES – durou 31 dias e é considerada a primeira greve unificada dos servidores públicos federais; em 1994, outra greve com a adesão de 38 IFES; em 1998, com a participação de 51 IFES e duração de 104 dias; em 2000, com a adesão de 31 IFES e 87 dias de duração; e 2001, a terceira greve no período FHC e a de maior duração, 108 dias com a participação de 51 IFES. (BERTOLLO; PINTO; CASTRO, 2021 e ANDES, 2022)

Os anos de governo de Fernando Henrique Cardoso merecem o destaque negativo pela falta de compromisso e empatia com a causa dos servidores públicos das universidades federais. Só para ter uma ideia, como expõe Vergara (2003), esses servidores chegaram a ficar seis anos sem o reajuste salarial: de 1995 a 2001.

No caso da greve dos petroleiros, anteriormente comentada neste trabalho, a reação do governo FHC foi truculenta, isolando o movimento e considerando-o ilegal; pesadas multas foram aplicadas aos sindicatos, dirigentes foram interpelados na Justiça e até invasões às refinarias foram autorizadas. Nas universidades, a greve de 1998 pedia reajuste salarial ao mesmo tempo que denunciava a deteriorização e o sucateamento das condições de trabalho na universidade⁶⁹. Chegou-se ao limite de um grupo de professores realizar uma manifestação radical de greve de fome. (VERGARA, 2003)

Conforma analisa Paiva (2016), os governos Lula e o primeiro mandato da presidente Dilma registram uma inversão dessa tendência declinante de investimento com apenas dois anos de inflexão, 2005 e 2011. Os anos entre 2003-2014 se

⁶⁸ Como será tratado no capítulo 6 desta tese, a greve nas IEES do Paraná (UNIOESTE, UEL e UEM) entre 2001 e 2001 (a “greve dos seis meses”) durou 169 dias, não havendo nenhuma outra experiência grevista no âmbito das IES brasileira de tamanha amplitude em termos de dias paralisados.

⁶⁹ Para uma compreensão mais ampliada do período FHC e da reforma da gestão do ensino superior federal, recomenda-se o capítulo 3 da tese de Flores (2021).

apresentam como “o período mais estável e duradouro de investimento nas IFES desde o período 1956/1982, mas com aportes muito maiores” (PAIVA, 2016, p. 180), não que o período tenha sido isento de duras críticas por parte do movimento docente do ensino superior, conforme trecho da Revista Universidade e Sociedade, de organização do ANDES-SN:

Esta era dos governos petistas e a chegada de Lula ao posto de presidente da república dá-se num contexto permeado por expectativas progressistas, uma vez que o PT se apresentava como um partido político de origem operária e popular e Lula era um dirigente sindical de relevância. No entanto, os governos petistas não rompem com a linha ideológica e interventiva pautada pela lógica neoliberal fortemente assumida e instituída nos governos de Collor e de FHC. (BERTOLLO; PINTO; CASTRO, 2021)

Nos dois anos de mandatos de Lula, foram três greves em âmbito nacional: 2003 (que, além das IFES, envolveu algumas IEES), 2004 e 2005; dessas três greves, foram totalizados 196 dias paralisados. Nos governos Dilma, em 2012, aconteceu a primeira greve em âmbito nacional; foram 60 IFES que aderiram e ela perdurou por 125 dias. Ainda sob a gestão da petista, outra grande greve ocorreu em 2015 – foram 139 dias paralisados nessa greve, com a participação de 39 IFES.

Nas IFES, de 2017 até os dias atuais, nenhuma greve, continuada amparada pelo ANDES-SN em âmbito nacional, foi verificada. O que pode ser observado são os chamados para paralizações nacionais e para um dia de greve geral. (BERTOLLO; PINTO; CASTRO, 2021)

No período Lula, acima citado, apresenta-se um fato de extrema relevância para o sindicalismo docente do ensino superior. No bojo do primeiro mandato petista, 2005, divergências insustentáveis vão culminar na desfiliação do sindicato ANDES da Central Única dos Trabalhadores.

Na análise documental dos relatórios de congressos do ANDES-SN, Santos (2007) consegue evidenciar que, já em 1996, surgiram as primeiras divergências entre o ANDES-SN e a CUT.

No XV Congresso, quase uma década antes da desfiliação, o posicionamento do Andes-SN face às deliberações da CUT no processo de reforma da previdência, sinaliza para um debate acirrado que transcorrerá nos anos que se seguem, resultando, este, em um dos principais aspectos inconciliáveis, dentre os fatores que contribuíram para com a desvinculação do Andes-SN à CUT. (SANTOS, 2007, p. 76)

Ainda que discordante dos procedimentos adotados pela CUT nas negociações referentes à reforma da Previdência Social do governo FHC, o ANDES-SN reafirmou o seu apoio à Central nesse momento, expressando a sua intenção em manter-se filiado. Porém, em 2004, a animosidade entre o sindicato e o Partido dos

Trabalhadores, cuja presença se fez notória na estrutura administrativa da CUT, acirrou os conflitos e tornou a situação quase que irremediável. (SANTOS, 2007)

A entidade que nasce com um caráter autônomo, classista e combativo viu crescer as divergências em relação ao projeto político implementado pelo PT, sobretudo no âmbito das reformas previdenciária, trabalhista e sindical. Segue um trecho da nota pública do ANDES-SN sobre a desfiliação da CUT, em 2005:

Ao contrário de tais expectativas, o governo Lula não apenas deu continuidade à política macroeconômica e ao conjunto da agenda neoliberal do governo anterior, como tem ido mais além como, por exemplo nas metas de superávit, na reforma da Previdência, na da educação e na sindical. Nesse curso, a governabilidade desse governo demanda, cada vez mais, o aprofundamento das medidas neoliberais. O imperialismo e a burguesia exigem que o atual governo complete um processo que a burguesia não tem como efetuar apenas com suas próprias forças. A complementação da agenda neoliberal no país demanda a desestruturação das organizações de luta dos trabalhadores e dos demais movimentos sociais, o que se faz por cooptação, criminalização de movimentos e lideranças e repressão. (ANDES, 2005)⁷⁰

Para Santos (2007), o contexto da desfiliação integra desacordos nos âmbitos econômico, político e ideológico. Porém, o discurso elaborado pela direção sindical privilegiou o uso de argumentos de caráter ideológico, como forma de reafirmar o posicionamento/identidade classista do ANDES-SN. Outro trecho da nota abaixo também registra, de maneira mais enfática, essa questão:

O rumo tomado pela CUT tem resultado em derrotas para os trabalhadores. No 24º CONGRESSO a disposição que moveu os delegados foi a mesma daqueles do 8º CONGRESSO, há 16 anos, quando votaram a filiação do ANDES-SN à CUT: dar um passo importante para que o sindicato continue contribuindo com a construção da unidade dos trabalhadores no terreno classista, da democracia e da autonomia para enfrentar as difíceis lutas que a conjuntura impõe. A conjuntura hoje diferencia-se daquela que levou à fundação da CUT, pois é extremamente adversa para os trabalhadores, mas, por isso mesmo, exige, mais uma vez, a busca da construção de novos caminhos para a continuidade da luta em defesa dos direitos dos trabalhadores. (ANDES, 2005)

Nos argumentos para a desfiliação do ANDES-SN, fica, assim, evidente então a compreensão de que a CUT deixou de ser um representante dos interesses da classe trabalhadora para tornar-se parte integrante da ordem vigente.

A CUT, ainda que formalmente não integre o Estado, foi levada, pela ação de sua direção majoritária, à condição de suporte da governabilidade e, portanto, das políticas de governo, perdendo efetivamente sua autonomia, tornando-se peça fundamental para a implantação das medidas neoliberais. (ANDES, 2005)

⁷⁰ Parte dessa argumentação compunha um dos textos de apoio do 24.º Congresso do ANDES-SN. A diretoria do sindicato era autora do referido texto (Texto 25). (CONGRESSO DO ANDES-SN, 2005)

Cabe esclarecer que o processo que culminou na desfiliação do ANDES-SN à Central Única dos Trabalhadores foi marcado por uma série de debates, divergências, críticas e rupturas no interior da entidade docente. Nos materiais preparatórios ao XXIV Congresso de Curitiba, de 2005, é possível verificar alguns textos (escritos por professores da base social do sindicato) defendendo a permanência na CUT. Não foi, portanto, uma decisão da diretoria, e sim fruto de um amplo e extenso debate com a base e nas principais instâncias de decisão do sindicato (CONAD e Congresso)⁷¹.

Um importante desdobramento do debate gerado em torno da desfiliação com a CUT ocorreu pela criação do Fórum Nacional dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (PROIFES) em 2004, que se apresentou como uma alternativa à ANDES.

A entidade, que defende os princípios de pluralidade, descentralização, independência e democracia, buscou desde a sua fundação a abertura de espaços plurais de discussão e de expressão, construindo assim uma nova forma de organização, contrária à costumeira política de utilizar os docentes como massa de manobra para objetivos partidários, e de deflagrar greves como condição preliminar – não como último recurso. (PROIFES, 2021)

Essa desfiliação foi conduzida pela Andes-Sind, uma tendência política que se opunha à corrente ANDES-AD (Andes autônoma e democrática), articulação dominante no ANDES-SN. Essa corrente majoritária foi fundada no interior do sindicato em 1986 e, desde então, tem elegido as diretorias e mantido o controle da entidade por diversos mandatos⁷². (PHILLIPI; LISBOA, 2011)

A Andes-Sind, por sua vez, foi fundada em 2001 e “tratou-se, pois, de uma reação em alguma medida presumível nesse contexto a formalização da tendência que unificou as oposições históricas à Andes-AD”. (BEZERRA, 2019, p. 141)

Em manifesto, no mesmo ano, o ANDES-SN opôs-se à criação do PROIFES e os acusou de ser formado por “militantes que perderam as últimas eleições para a diretoria nacional do sindicato” (PINTO, 2004)⁷³. O PROIFES, no entanto, estabeleceu-se no cenário sindical docente, atuando como representante de professores de instituições federais de ensino superior até os dias atuais.

⁷¹ A decisão votada pela Plenária do 24.º Congresso do ANDES, realizado em Curitiba, entre 24 de fevereiro e 1.º de março de 2005, obteve o seguinte resultado: 192 votos a favor da desfiliação; 85 contrários; 12 abstenções.

⁷² À exceção do curto período de 1998 a 2000, em que a gestão do ANDES-SN ficou sob a presidência do professor Renato de Oliveira (Seção Sindical/UFRGS) – representante da oposição, chapa: “Ganhar a ANDES para não perder a universidade”.

⁷³ A professora Marina Barbosa Pinto (ADUFF) esteve à frente da presidência do ANDES-SN nos biênios 2004-2006 e 2010-2012.

O ANDES-SN, por sua vez, na busca por um espaço de reafirmação da posição antagônica ante o Estado e suas políticas de desmonte dos direitos do trabalhador, iniciou, desde 2007, as interlocuções com uma nova central. Esse fato concretizou-se no 30.º Congresso do ANDES-SN, em 2011, na cidade de Uberlândia-MG, com a filiação à CSP-Conlutas.

Muito nos orgulha termos formalizado a filiação à CSP-Conlutas, por entendermos que a luta dos docentes deve estar articulada com as lutas dos trabalhadores e que essa articulação só será produtiva se for constituída em um instrumento classista e independente. (CONGRESSO DO ANDES, 2011, p. 118)

Fundada no Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), de 2010, a central sindical “CSP Conlutas – Central Sindical e Popular” nasceu derivada do movimento da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), de 2004. A CSP-Conlutas foi a primeira organização oriunda do processo de desfiliação da CUT, ocorrido no governo Lula e agregou, no seu interior, tanto sindicatos quanto movimentos populares (GALVÃO; TRÓPIA, 2014)

Além desse aspecto, há outras características que a singularizam: trata-se de uma central de oposição aos governos petistas e às políticas por eles implementadas, que busca atrair todas as forças contrárias aos efeitos das políticas neoliberais aplicadas nos anos 1990 e no início do governo Lula, bem como aqueles setores críticos ao aumento da dependência do país ao imperialismo e ao capital financeiro internacional. (GALVÃO; TRÓPIA, 2014, p. 115)

Segundo as autoras, as concepções políticas da central expressaram as concepções e o posicionamento do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU. Esse partido participou ativamente de sua criação e possuía forte inserção entre os delegados dos congressos da central.

No recente 39.º congresso, realizado em fevereiro de 2020, os docentes discutiram sobre a permanência/descontinuidade de filiação do ANDES-SN à central CSP-Conlutas. Esse fato revela quanto esse tema ainda está presente na dinâmica de organização desse sindicato.

Os debates sobre o Plano Geral de Lutas começaram com uma acalorada discussão sobre os rumos da CSP-Conlutas e a relação do ANDES-SN com a entidade. Foram cinco horas de debate que resultaram na aprovação da permanência do ANDES-SN na CSP-Conlutas e a convocação de um CONAD extraordinário que debaterá a relevância da CSP-Conlutas, sua atuação nos últimos dez anos e o seu papel na resistência contra os recentes ataques da extrema direita. Esta decisão foi uma reafirmação da concepção sindical que marca os quase 40 anos de história do ANDES-SN: não tomar decisões sem aprofundar o debate nas assembleias de base das seções sindicais. (CONGRESSO DO ANDES-SN, 2020, p. 93)

Com o objetivo de contextualizar o sindicalismo docente do ensino superior no Brasil, este tópico abordou uma discussão que, pela sua amplitude e nível de

complexidade, está longe de ser esgotada aqui. Diversos pesquisadores têm-se debruçado no intuito de recuperar os principais aspectos dessa longa trajetória e problematizá-los à luz dos elementos teóricos do campo da política, economia, sociologia do trabalho, entre outros, o que evidencia a riqueza teórico-analítica e empírica dessa realidade.

O ANDES-SN é símbolo desse movimento, o qual, em 2021, completou 40 anos de existência. Do modesto encontro improvisado na 30.^a reunião da SBPC, em 1978, que contou com 17 representações de ADs até o evento de criação da ANDES em 1981, com a presença de 70 representações e cerca de 300 delegados, é possível verificar que muita coisa mudou na organização da luta docente. Atualmente o ANDES-SN conta 129 seções sindicais espalhadas pelo país. Seu 38.^o congresso contou com a presença de 391 delegados devidamente credenciados, com direito à voz e ao voto (0,5% era delegado oriundo de instituições municipais de ensino superior; 26,6% eram de instituições estaduais; e 72,8%, de instituições federais)⁷⁴.

São inexistentes trabalhos historiográficos conclusivos sobre as formas de organização docente nas universidades públicas estaduais do Paraná. Nesse sentido, o capítulo 4 desta pesquisa buscará, mais à frente, traçar alguns elementos para contextualização dessa trajetória sindicalista docente nas Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná.

2.2 O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR E MILITÂNCIA SINDICAL: UMA EQUAÇÃO POSSÍVEL?

Há, por trás do sindicalismo docente do ensino superior, diversos elementos subjacentes que permeiam todo esse fenômeno social e, por vezes, merecem uma dedicada atenção analítico-compreensiva. Na literatura empregada para esse tipo de esforço, o que se percebe são diversas produções acadêmicas que examinam de que forma a intelectual identidade histórica desse professor universitário pode (ou não) se associar às formas militantes e políticas de um movimento sindical.

Isso tudo parte da realidade empírica em que, cada vez mais, se questiona o interesse de participação desse docente nos sindicatos da sua categoria. Estudioso da temática sindical no ensino superior, o professor Pedro Rabelo Coelho (1996 *apud*

⁷⁴ Até julho de 2022 o ANDES-SN realizou 40 congressos e 78 reuniões do CONAD (65 ordinárias e 13 extraordinárias).

VERGARA, 2003) já verificava a redução quantitativa da base social dos professores nas universidades desde os anos 1990 e como, para ele, era nítido que parcela do professorado (principalmente do setor público) não se considerava como parte da classe trabalhadora, negando-se a participar da luta sindical.

A adesão, ou não, desse trabalhador à lógica sindical passou por uma compreensão teórico-histórica de construção de identidade desse sujeito e da natureza e função social do seu trabalho na sociedade contemporânea. Para tanto, alguns referenciais analíticos disponíveis fornecem uma série de pistas que são desenvolvidas nesse tópico, no intuito de compreender os empecilhos e potencialidades do professor de ensino superior na luta sindical e política na contemporaneidade.

De forma a complementar essa reflexão, são trazidas aqui as interpretações dos docentes das IEES/PR entrevistados, quando demandados a falar sobre a forma pela qual a identidade e as particularidades do trabalho do professor de ensino superior ajudam ou atrapalham o processo de envolvimento político-sindical desses sujeitos nas universidades estaduais paranaenses.

2.2.1 Classe média e sindicalismo

A trajetória do movimento sindical docente, reconstruída brevemente nas páginas anteriores, demonstra quanto esse sindicalismo ao longo das décadas se aproximou ativamente das principais pautas de luta da classe trabalhadora brasileira. A bandeira a favor da educação pública e gratuita pode ser considerada apenas uma das muitas frentes em que esse sindicato atuou, o que leva a compreender melhor a maneira que essas relações de proximidade entre movimento docente do ensino superior e os demais movimentos sociais e sindicais no país foram construídas.

No contexto dos anos 1980, a ANDES, como representante nacional do movimento docente, consolidou a sua participação nas mais variadas discussões sociais e políticas, inserindo-se nos debates sobre o Estado e os rumos do país – especialmente na transição democrática e no processo da Constituinte. Esteve presente também nos momentos de crítica à estrutura sindical oficial, na defesa pelo fim da lei antigreve (Decreto-Lei n.º 1.632/1978) e do direito de sindicalização do servidor público; participou, ainda, da fundação da CUT, importante frente sindical de luta contra o Estado e a favor da autonomia e liberdade sindical.

Nos anos 1990, engrossou os movimentos pelo *impeachment* do então presidente Collor de Mello, acusado de corrupção e envolvimento em esquemas ilegais. Aliou-se, com demais organizações dos servidores públicos federais (FASUBRA, FENASPS⁷⁵, CSPB⁷⁶), na luta pelo regime jurídico único e por campanhas salariais unificadas e reconheceu a importância na relação com os demais servidores, ao se aproximar da recém-criada Confederação Democrática dos Servidores Federais (CONDSEF).

Ainda nos anos 1990, com outros movimentos da sociedade civil organizada, o ANDES-SN participou, em 1996, do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública no processo de tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Estes, entre outros inúmeros exemplos, determinaram quanto historicamente o movimento docente do ensino superior não se isolou nas suas demandas específicas/internas, buscando sempre considerar pautas de lutas mais amplas e políticas da sociedade e da classe trabalhadora. Dessa forma, o ANDES-SN demonstrou a tendência de setores da classe média para construir uma representação social e política de esquerda.

Porém, é evidente que a organização desse sindicalismo docente marcou a iniciativa de trabalhadores que buscaram também pensar as especificidades de trabalho desse professor⁷⁷. A natureza intelectual do seu trabalho, aliada quase sempre ao âmbito do serviço público (como seu *locus* de trabalho), retrata questões complexas que são o traço diferencial desse trabalhador e, de certa forma, implicam a forma de identidade perante os demais trabalhadores.

No âmbito da ANDES, esse debate intensificou-se no processo de filiação da associação à CUT.

Nesse momento, o debate em torno da especificidade do trabalho intelectual ganhou a centralidade no interior do movimento pela proposta de avaliação do trabalho docente. No entanto, a problemática vinha sendo discutida, desde o 6º Congresso, no que tocava o debate sindical de filiação à CUT, uma vez que a identidade de trabalhador intelectual era um dos aspectos que obstaculizava a filiação à CUT, na avaliação da direção da ANDES, ao buscar uma resposta às dificuldades de decisão sobre a filiação a uma central. (MIRANDA, 2011, p. 241)

⁷⁵ Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência Social e Assistência Social.

⁷⁶ Confederação dos Servidores Públicos do Brasil.

⁷⁷ É um processo que, segundo Ridenti (1995), imbrica contraditoriamente reivindicações particularistas e universalizantes.

Essa complexa questão, potencializada pela hesitação das ADs naquele momento pela filiação da ANDES a uma central sindical, levou à seguinte reflexão no Relatório Final do VI Congresso:

[...] acreditamos que falta clareza ao conjunto dos docentes de seu caráter de trabalhador intelectual e das implicações que esta condição traz na sua relação com o conjunto dos trabalhadores. Como consequência desta falta de compreensão as ADS, na prática, não mantêm relações construtivas e ativas com o conjunto do movimento sindical. (ANDES, 1987, p. 56)

Para Fantinatti (2001), parte importante dessa questão deriva da natureza de trabalho do professor, especialmente no setor público. Ela defende a tese de que o movimento docente pode ser caracterizado como de classe média, por mais que alguns o vejam como parte das lutas da classe trabalhadora em geral.

E, para chegar a essas conclusões, Fantinatti (1998) pesquisou acerca do movimento docente na universidade pública e fez uso da teoria weberiana da estratificação, atualizada pelo sociólogo norte-americano Charles Wright Mills, como forma de compreender o fenômeno do crescimento da classe média de assalariados.

Com as alterações na estrutura produtiva, sobretudo aquelas pautadas nos avanços tecnológicos que ampliam a produção ao mesmo tempo que diminuem o contingente de trabalhadores dessa área, há a expansão de diversas tarefas, as quais originam diferentes camadas de trabalhadores assalariados com comportamentos cada vez menos homogêneos.

Na análise que faz sobre a classe média brasileira, o sociólogo Décio Saes (1984) destaca inicialmente o perfil da nascente classe média que se contrapôs às oligarquias rurais ao longo dos anos 1920 e desempenhou um papel ativo e positivo diante da transição capitalista da sociedade brasileira – de uma etapa agrário-exportadora para uma etapa industrial.

Entretanto, no momento em que a analisa, o autor destaca uma nova disposição sociológica sobre essa classe que mistura subestimação e pessimismo. Essa compreensão entende que a classe média teria sido “corrompida” pelo consumo e estaria submissa ao poder da grande empresa capitalista. Dessa forma, não teria mais nenhum papel positivo a desempenhar na transformação da sociedade brasileira. Tal fato o leva a analisar, no seu livro, “o conjunto das orientações políticas assumidas pela classe média ao longo do processo de industrialização capitalista da sociedade brasileira”. (SAES, 1984, p. 02)

Como uma classe enigmática e de difícil compreensão, essa análise revela-se complexa, exigindo a interdisciplinaridade entre os conhecimentos advindos da

sociologia, política e história. Mesmo que de forma tímida, foi com a consolidação do Estado nacional até 1850, que passou a emergir no Brasil um novo aparelho urbano burocrático e de serviços, que era composto pelos agentes do Estado, bancos, empresas exportadoras/importadoras e instituições de financiamento. Nesse momento, os burocratas, advogados ou empregados eram ainda minoria dentro de um mundo agrário e, portanto, sem participação importante na população economicamente ativa do país.

A expansão do aparelho urbano de serviços, resultado do processo de industrialização, levou à evolução do setor terciário que, de 20% da população economicamente ativa em 1940, chegou a 38,1% em 1969. A relação entre os setores (industrial e terciário) ocorreu pelo papel de complemento das atividades entre eles, a exemplo da categoria “serviços de produção”, que compunha o comércio, crédito, transporte e comunicação. Essa categoria cresceu ininterruptamente ao longo do processo de industrialização brasileiro. (SAES, 1984)

Outras categorias no interior do setor terciário, como os “serviços de consumo individual” (serviços pessoais, profissões liberais) e os “serviços de consumo coletivo” (serviços governamentais e atividades sociais: educação, saúde, segurança social), também cresceram. O primeiro com relações mais distantes com a acumulação industrial do que o segundo, uma vez que os serviços de consumo coletivo abarcam o setor governamental, este que se fez crescer ante o papel de agente da industrialização capitalista do Estado pós-1930, conforme sumariza Décio Saes:

A industrialização capitalista exigiu, portanto, a expansão do aparelho urbano de serviços; o nascimento das classes sociais antagônicas – a burguesia industrial e a classe operária – foi seguido, deste modo, pela multiplicação de outros grupos sociais. Referimo-nos aqui ao conjunto dos trabalhadores ‘improdutivos’, que sejam os que se agrupam no ‘setor terciário’, sejam os que pertencem formalmente ao ‘setor secundário’. Por trabalhadores improdutivos entendemos, segundo a tradição marxista, todos cujo o [sic] trabalho não contribui diretamente à produção de mercadorias. Sua condição de trabalhadores e o fato de eles concederem, muito frequentemente, um sobretrabalho aos proprietários do capital, os aproximam da classe operária; mas, ao contrário desta, eles não participam diretamente do processo capitalista de produção da mais-valia. (SAES, 1984, p. 08)

Os termos “trabalho produtivo” e “trabalho improdutivo” advêm das reflexões de Karl Marx com as proposições dos economistas clássicos. Elas aparecem no primeiro volume do livro “Teorias da Mais-Valia”, que foi publicado como um Livro 4 d’O Capital. Nessas reflexões, Marx dialoga com as ideias de Adam Smith e esclarece que as definições do tipo de trabalho decorrem “da forma social determinada, das relações sociais de produção em que ele se realiza”. (MARX, 1980, p. 137)

O trabalho produtivo é aquele trocado por capital, que gera mais-valia. O trabalho improdutivo troca-se por renda. “Pegar ao menino do vizinho para aparar a grama é pôr em ação um trabalho improdutivo: chamar a firma especializada em jardinagem que envia um rapaz para o trabalho (talvez até o mesmo rapaz), é coisa inteiramente diferente”. (BRAVERMAN, 1987, p. 348)

O recorte analítico empreendido ao nível das relações sociais de produção, entre trabalho produtivo e improdutivo, traz consigo uma série de elementos que ajudam a compreender melhor onde se insere essa noção da classe média. Para Saes (1984), o termo possui uma incoerência lógica à medida que junta “classe” (definida no nível das relações sociais de produção) com “média” (que sugere uma posição num sistema de estratificação social).

Alinhado ao autor supracitado, Fantinatti (2001) define a classe média como um grupo social secundário, que não estaria diretamente engajado no antagonismo entre as classes sociais na sociedade capitalista. Poder-se-ia dizer um grupo intermediário, que estaria entre os proprietários e os operários.

Diferentemente da classe operária, cuja condição de produtores explorados cria historicamente uma possibilidade maior de consciência e organização social de oposição ao seu adversário social, a classe média não se acha em oposição direta aos proprietários do capital.

[...] sua situação de marginalidade com relação ao objeto real da luta social (a produção de mercadorias) os afasta do núcleo do antagonismo entre as classes sociais e os condena à condição de grupo social secundário no conjunto das relações sociais. (SAES, 1984, p. 10)

Ser secundário, neste caso, caracteriza-se pela condição de ausência da dimensão “oposição” e “incompatibilidade” na sua definição como parte do conjunto dos não proprietários dos meios de produção.

É justamente o caráter contingente da oposição na conduta concreta dos trabalhadores improdutivos que lhes dá uma margem de indiferença social, da qual a sociedade capitalista tenta apropriar-se para reforçar e reproduzir a dominação de classe. (SAES, 1984, p. 10)

Em outras palavras, a posição desses trabalhadores no “estrato social” filtra os efeitos das relações sociais de produção e impede (ou dificulta) que estes se manifestem diretamente e sem mediação no plano ideológico e político.

Analisando o trabalhador improdutivo, a questão complexifica-se ainda mais mediante a heterogeneidade desse grupo que inclui tanto profissionais tão diversos quanto os vendedores ambulantes e os técnicos da administração pública e privada.

Tal fato dificulta ainda mais pensar em qualquer tipo de idêntica orientação no plano político e ideológico dentro do conjunto desses trabalhadores.

A isso o autor denomina “situações de trabalho”, que seriam os elementos concretos de cada realidade profissional (relações de trabalho; remuneração; nível de formação necessária) e determinam, por sua vez, disposições ideológicas específicas no interior do mundo dos trabalhos “não manuais”. A variedade dessas situações de trabalho é tão grande, que é possível encontrar autores que preferem falar em “classes médias”, no plural.

Essa divisão entre “trabalho não manual” e “trabalho manual”, por sua vez, é expressão de um movimento que, segundo Saes (1984), visa, única e exclusivamente, fragmentar a luta e a organização do trabalhador. É mais uma forma de criar distinção fisiológica no interior do trabalho.

De acordo com a análise de Fantinatti (2001, p. 20): “Essa fragmentação das classes trabalhadoras é utilizada pela classe dominante e o Estado capitalista como instrumento em favor da consolidação da sua hegemonia [...]”. É também, conforme afirma Saes (1984), uma tentativa que objetiva impor uma hierarquia ao mundo do trabalho e convencer trabalhadores de que essa hierarquia é fruto de uma distribuição desigual de “dons” e “méritos”.

Em outras palavras, a posse de uma capacidade inata mais a aquisição de novas capacidades através da escolaridade estariam na origem do estabelecimento de uma hierarquia de prestígio social que apenas consagraria as desigualdades de aptidão existentes entre os trabalhadores. A divisão dos homens entre o ‘trabalho manual’ e o ‘trabalho não-manual’ não seria, portanto, senão o resultado da existência de diferentes graus de capacidade. (SAES, 1984, p. 11)

E assim, difundindo uma ideia de hierarquia no mundo do trabalho e apagando a possibilidade de união de todos os trabalhadores (produtivos ou improdutivos), a classe dominante e o Estado consolidam a sua dominação.

Dessa compreensão emerge a noção de que “classe média” e “estratificação social” são conceitos práticos que cumprem um papel de ocultar o antagonismo entre as classes sociais e os conflitos existentes na sociedade capitalista. A ideologia da meritocracia aparece nesse contexto como forma de naturalizar diferenças e desigualdades; é a base de uma hierarquia do trabalho que se funda sobre uma escala de “dons” e “méritos”. (SAES, 1984 e FANTINATTI, 2001)

Se a hierarquia do trabalho foi incapaz de demover por completo a noção de classes e antagonismos junto do operariado, obteve, por sua vez, relativo sucesso

com os trabalhadores improdutivos, à medida que fez desse um grupo convencido do seu papel não antagônico no funcionamento da sociedade. Essa condição permitiu a “sua dispersão em vários grupos, inconscientes ao mesmo tempo de sua posição comum na organização social da produção e de sua similitude com a classe operária”. (SAES, 1984, p. 12)

Analisando essa hierarquia do trabalho à luz do contexto brasileiro, percebe-se que os séculos de exploração do trabalho escravo degradaram o trabalho produtivo e estigmatizaram, de maneira permanente, o “trabalho manual”, relegando este a uma condição de inferioridade ante o “trabalho não manual” (ou trabalho intelectual). É mais uma das desprezíveis heranças da nossa formação econômico-social.

Com o início do desenvolvimento do capitalismo urbano-industrial brasileiro, nas condições e níveis de exploração que já foram descritos anteriormente nesta pesquisa, esse estigma permanece e se reforça ao “trabalho manual” também em âmbito urbano.

Mesmo não produzindo diretamente a mais-valia, o trabalhador médio, oriundo dessa força de trabalho improdutiva, faz-se também necessário à dinâmica do capital. Isso porque esse tipo de trabalho cria as condições sociais, políticas e administrativas para a manutenção do sistema de produção capitalista.

O funcionamento da sociedade capitalista exige, pois, a constituição de grupos ‘médios’: são integrados pelos trabalhadores de escritório, entre eles os profissionais liberais, os funcionários da administração pública ou privada, uma fração dos trabalhadores do comércio, os empregados de banco. (SAES, 1984, p. 14)

Se, no período oligárquico brasileiro, o advogado é o personagem típico dos grupos médios, o período das grandes corporações monopolistas pôs em relevância um novo tipo de médio: o técnico. Pense-se numa grande empresa transnacional a importância de trabalhadores no âmbito executivo geral (ou CEO), financeiro, logístico, marketing.

Como analisa Braverman (1987):

Trabalho de escritório semelhante e às vezes de idênticas espécies é empregado na produção, armazenagem, transporte e outros produtos do gênero, todos os quais contribuem efetivamente e produtivamente para o valor de troca, de acordo com a divisão do trabalho produtivo em aspectos mental e manual. (BRAVERMAN, 1987, p. 351)

Para Saes (1984), todos os períodos de desenvolvimento do capitalismo industrial demonstram a existência de trabalhadores “não manuais” que servem satisfatoriamente aos interesses do capital e são incapazes de identificar-se com os “trabalhadores manuais” – produtivos ou improdutivos. Mesmo sendo possível que

sejam explorados tanto quanto os operários, há, nessa hierarquização, um tipo de efeito mágico/ilusório que impede esse nível de compreensão do trabalhador “não manual”.

Esse fato é potencialmente um dificultador da luta e de qualquer tipo de organização ou consciência de classe por esses sujeitos, não que essa condição média e sua consciência não operária afastem qualquer possibilidade de estabelecimento de alianças políticas com a classe operária – as alianças são possíveis, porém, estabelecidos os limites fixados.

Conforme discorre Fantinatti (2001), o elemento ideológico que fixa os limites das orientações políticas dos grupos médios ocorre pela recusa ao nivelamento social entre “trabalhadores manuais” e “trabalhadores não manuais”:

O que equivale afirmar que a ‘consciência média’ é marcada pela recusa à igualização socioeconômica entre os ‘manuais’ e os ‘não manuais’, em função da valorização dos ‘dons’ e ‘méritos’ dos quais estes últimos se julgam portadores. Em outros termos, os não-manuais possuem um apego à ideologia da meritocracia. (FANTINATTI, 2001, p. 21)

Essa recusa à equalização social, como aborda Saes (1984), é o limite dentro do qual os grupos médios podem pendular de um campo político ao outro (à esquerda ou à direita), sem perder nisso a sua identidade. Ciente dessa complexidade com que Oliveira (1998 *apud* FANTINATTI, 2001) se refere às classes médias como “medusa”, figura mitológica com muitas cabeças, numa alusão aos variados posicionamentos dessa classe em virtude da conjuntura que vivenciam.

Isso impõe dificuldades ao estabelecimento de uma consciência comum, o que explica o fato de, em diferentes conjunturas, os grupos médios não se manifestarem necessariamente na mesma direção, ao contrário, dispersando-se ‘à direita’ e ‘à esquerda’, conforme a fração de classe média considerada. (FANTINATTI, 1998, p. 16)

Nesse sentido, verifica-se que o sociólogo Décio Saes, diferentemente de Braverman (1987) com suas análises, não visualiza a possibilidade de uma proletarização das classes médias⁷⁸, sendo justamente o medo do nivelamento social, da pauperização e da proletarização os limites fixados por esse grupo. Acaba por ser também uma questão de medo pela perda do *status* – é isso que, entre outros fatores, define para Saes a identidade desse grupo.

⁷⁸ A ideia de “proletarização” refere-se a uma queda visível dos níveis salariais e, conseqüentemente, precarização das condições de trabalho e de vida. Para alguns, essa situação implica também a perda de prestígio e *status*. No caso da classe média, o tema é complexo e desperta diferentes percepções, e o analista das relações de trabalho Harry Braverman é um grande expoente de que a classe média, em determinado momento histórico, sofre com esse fenômeno de proletarização.

Essa identidade e esses medos revelam que, mesmo os grupos médios não sendo parte dos agentes sociais da oposição entre as classes, não se pode deduzir uma total ausência política desse grupo. A história revela que agentes sociais secundários podem tornar-se, em certos contextos, agentes políticos de suma importância.

É perfeitamente plausível que, a depender da circunstância, o grupo militar, a burocracia estatal, os intelectuais, os estudantes ou a Igreja desempenhem um papel político que ultrapasse o que se espera de um grupo social de posição secundária na organização social da produção, seja assumindo a representação política de interesses de classe, seja sendo a base de apoio à política de classes sociais. (SAES, 1984)

O problema sociológico da classe média adentra também o interior da teoria marxista, em que emergem autores igualmente dispostos a contribuir na discussão sobre esse grupo, entendendo-o como um estrato social pouco abordado na tradição marxista, sobretudo nos escritos de Marx ou Engels. Acaba, nesse caso, por ser um tema cheio de impasses e indefinições, o qual busca superar a contradição conceitual da existência de uma estrutura de classes não polarizada.

Nesse contexto, o sociólogo Erik Olin Wright ocupa um importante espaço no debate contemporâneo sobre a estratificação social e análise de classes. Nas concepções do citado autor,

a classe média situa-se em uma posição de classe contraditória porque é composta, predominantemente, por aqueles que vendem a sua força de trabalho na esfera do mercado, mas que, ao mesmo tempo, se diferenciam da classe trabalhadora tradicional devido a seus membros ocuparem posição de autoridade dentro da produção, ou então, porque são possuidores de ativos, entendidos como qualificações e especializações, altamente valorizados no mercado de trabalho. (WRIGHT, 2015 *apud* SILVA, 2020, p. 50)

A abordagem do autor difere de outras no interior da tradição marxista que: 1) negam essa contradição e compreendem a classe média apenas como uma ilusão ideológica; 2) consideram a classe média como um segmento de alguma outra classe, como a “pequena burguesia” ou a “nova classe trabalhadora”; 3) sustentam que a classe média é uma nova classe social, independente da burguesia e do proletariado. (SILVA, 2020)

Boito Jr. (2004) afirma que, por mais que a noção de classe média tenha alguma tradição no pensamento marxista, não foi entre estes que a noção de classe

média prosperou. Foi fora da sociologia marxista e, em grande parte, em polêmica com o marxismo que se desenvolvem as discussões acerca desse tema.

Os autores que desenvolveram o conceito de classe média, ligados à sociologia weberiana ou à sociologia da estratificação norte-americana, rejeitavam a ideia da polarização sociodemográfica, evidenciando as diferenças entre os trabalhadores de classe média e o operariado. (BOITO JR., 2004, p. 213)

Esse autor, por sua vez, entende que é importante distinguir conceitualmente os trabalhadores de classe média, especialmente em se tratando do fenômeno do sindicalismo. Para Boito Jr. (2004, p. 213), o trabalhador da classe média “é movido por interesses, valores e concepções distintos daqueles que, tipicamente, movem a ação do trabalhador assalariado manual quando esse se organiza sindicalmente”.

Analisando o sindicalismo próprio dessas classes médias, Fantinatti (2001) o entende como peculiar em relação ao sindicalismo operário. Traz consigo uma variação dentro do enorme grupo de profissões/profissionais que compõe essa heterogênea classe média.

Parece obvio que ao seu falar em sindicalismo é feita referência a uma luta organizada/coletiva que vai em sentido diametralmente oposto à ideologia meritocrática, tão peculiar desse conjunto de profissionais dos estratos médios.

A ideologia meritocrática “explica” as condições de vida e de trabalho de cada trabalhador como resultado de dons e méritos pessoais. Isso representa uma negação do sindicalismo. Esse último concebe tais condições como resultado da organização e da luta coletiva dos trabalhadores. (FANTINATTI, 2001, p. 31)

Para o cientista político Armando Boito Jr. (2004), meritocracia e situações de trabalho são os dois fatores fundamentais a serem considerados na análise das relações entre classe média e sindicalismo. Compreendendo a meritocracia como uma ideologia⁷⁹, o autor analisa que a mesma surge na busca por legitimar vantagens e interesses dos trabalhadores não-manuais. É a construção da ideia de um justo prêmio aos que “trabalham com a cabeça”.

Como um falseamento da realidade que visa cooperar para os mecanismos de dominação, a meritocracia (com seus valores e ideias) pode ultrapassar os limites da própria classe média e ser incorporado por diferentes setores sociais. Sua

⁷⁹ Ideologia aqui compreendia na perspectiva marxista do termo: como uma falsa consciência que coopera para a mistificação da realidade. Esse falseamento é fruto de uma ação planejada e altera “a noção de verdade, enrijecendo o pensamento e obscurecendo a nossa visão de mundo”. (SCHILESENER, 2016, p. 66)

incorporação, no entanto, vai variar de uma classe para outra sendo muito mais funcional para os interesses da classe média do que para os interesses do operariado.

O trabalhador de classe média tira proveito da ideologia meritocrática e tem interesse em professá-la e difundi-la. Já o operário que estiver sob o impacto do meritocratismo, reconhecendo, portanto, a suposta superioridade do trabalho não manual sobre o trabalho manual, será levado a resignar-se frente a uma hierarquia social e econômica que o prejudica. (BOITO JR., 2004, p. 220)

A meritocracia da classe média busca, então, dar um novo sentido à ideologia burguesa de exaltação do trabalho, direcionando agora o foco para que seja engrandecido o trabalho não-manual (ou intelectual). Se no sentido amplo a ideologia burguesa mistificou o trabalho em geral, sobretudo o trabalho manual (a ideia da dignidade que produz o “trabalho duro”, o “suor do rosto” e/ou a “mão calejada”), a ideologia meritocrática da classe média vai investir numa variante específica que busca agora dar o devido valor ao trabalho intelectual.

A ideologia meritocrática enaltece especificamente o trabalho não manual, opondo esse trabalho ao trabalho manual. Não se trata, portanto, nem da ideologia burguesa da ascensão pelo trabalho, que mistifica o poder do trabalho em geral, nem da ideologia proletária, que enaltece o trabalho como critério de participação política e econômica em oposição aos proprietários e ao parasitismo social. (BOITO JR., 2004, p. 221)

Sobre as situações de trabalho, Boito Jr. (2004) sustenta que as diferentes situações de trabalho se articulam de modos distintos com a ideologia meritocrática. Na extremidade superior do mundo de trabalhadores de classe média estão alocadas as situações de trabalho que tornam os trabalhadores nela inseridos mais apegados à ideologia meritocrática. Um grupo que se torna mais adverso a qualquer tipo de política de igualização socioeconômica do trabalho.

São alguns exemplos de situações de trabalho desse grupo os atributos relacionados ao “Controle sobre o trabalho de terceiros, autonomia no local de trabalho, posse de diplomas universitários e rendimentos ou salários elevados [...]”. (BOITO JR., 2004, p. 223). Aqui, dentro dessa caracterização, é possível visualizar a inserção dos intelectuais professores do ensino superior.

No limite inferior do mundo de trabalhadores da classe média, por sua vez, encontram-se situações de trabalho que tornam os trabalhadores que nela se encontram mais propensos a abandonar o meritocratismo e assumir um ponto de vista mais igualitário. Dos atributos listados por Boito Jr. (2004) referente a esse grupo, destacam-se o “Trabalho simplificado e controlado, atividade que dispensa elevada formação escolar e socialmente menos valorizada e salários baixos [...]”.

Essas questões evidenciam, mais uma vez, o universo heterogêneo que contempla o fenômeno da classe média. As distintas situações de trabalho incluídas nela (posição diante dos agentes das decisões e dos trabalhadores manuais; remuneração, especialmente o quão perto/longe está em relação aos salários operários; nível de formação necessária etc.) revelam diversas maneiras de inserção na dinâmica de produção social e o tipo de apego que trabalhadores terão à ideologia meritocrática.

Sobre as relações entre sindicalismo e classe média, Boito Jr. (2004) compreende que esse sindicalismo é hoje uma realidade internacional embora seja um fenômeno tardio se comparado com o sindicalismo operário⁸⁰.

Enquanto parte do proletariado industrial e de serviços, como mineiros, metalúrgicos, ferroviários e trabalhadores dos portos, teve o seu sindicalismo debilitado em diversos países, assalariados, como professores, médicos, enfermeiros, trabalhadores de escritório e da administração e serviços públicos, fortaleceram suas entidades associativas e adotaram práticas tipicamente sindicais – greves, manifestações de rua, assinatura de acordos coletivos etc. (BOITO JR., 2004, p. 212)

As situações de trabalho são para ele elementos que facilitam ou dificultam a organização sindical dos trabalhadores de classe média. Tanto que é no funcionalismo público que o sindicalismo de classe média alcança maior adesão devido a liberdade de movimentação, estabilidade no emprego e padronização das relações de trabalho e da remuneração.

Porém, assim como destaca Fantinatti (2001), o elemento mais controverso dessa relação entre classe média e o sindicalismo ocorre por conta da ideologia da meritocracia. Daí a razão de o trabalhador de classe média ter-se mantido durante tanto tempo avesso ao sindicalismo e a qualquer organização de luta coletiva dos trabalhadores.

Na visão meritocrática, o sindicato é apropriado para os trabalhadores manuais, uma vez que estes precisam compensar, recorrendo ao uso da força coletiva, à falta de dons e méritos pessoais e às agruras do trabalho simples e aviltado que executam. Aderir à ação sindical significaria admitir uma incapacidade pessoal semelhante à dos trabalhadores manuais. (BOITO JR., 2004)

⁸⁰ Essa característica tardia do sindicalismo da classe média tem reverberações no âmbito da produção acadêmica. Na realidade da sua pesquisa, Trópia (1994) denunciava a escassez de materiais bibliográficos disponíveis que tratassem exclusivamente desse sindicalismo de classe média.

O individualismo sempre foi um obstáculo real para a organização sindical. No caso da classe média, a compreensão de que cada situação é resultado de esforço individual pelo desenvolvimento de dons e méritos atinge diretamente as chances de busca pela resolução no âmbito da luta coletiva e acaba por isolar a classe média.

Embora essa ideia de individualismo não repercuta na luta político-partidária, em que a política (numa concepção liberal) é tratada como uma atividade de elaboração intelectual e de tomada de decisões e, portanto, teria relação direta com o que o trabalhador de classe média realiza. Como explica Boito Jr. (2004, p. 227), “o efeito do isolamento do meritocratism ocorre, portanto, apenas no terreno da organização e da luta sindical”.

Poderia ser simples concluir que, uma vez apoiada nas bases da meritocracia (individual), a classe média seria refratária às formas de organização sindical, numa ideia de que essa rejeição seria o único e possível efeito, mas não é, como reforça Fantinatti (2001, p. 32): “Dependendo da situação econômica do setor considerado e da conjuntura política, convencidos da necessidade de organizarem-se para a luta reivindicativa, os trabalhadores não-manuais podem aderir ao sindicalismo”.

Para Boito Jr. (2004), a difusão do assalariamento, a concentração de trabalhadores de classe média em grandes unidades de serviço ou de produção, a burocratização das relações de trabalho e a deteriorização salarial impeliram parte da classe média para o sindicalismo, parte porque inúmeras frações da classe média permanecem ainda hoje avessas à organização e luta sindical.

Essa incursão do estrato médio ao sindicalismo, por si só, não indica a proletarianização da classe média e a superação da ideologia meritocrática. O que se verifica é o deslocamento de ênfase do mérito pessoal/individual para o mérito da profissão.

O sindicalismo meritocrático é marcado por características como o corporativismo profissional, isto é, segmenta-se pela profissão, caracteriza-se por uma identificação coletiva que se restringe ao terreno sindical e ao âmbito particular da profissão e apresenta como particularidade a defesa das desigualdades salariais em função de suposta hierarquia de mérito das profissões. (FANTINATTI, 2001, p. 32)

Esse “sindicalismo meritocrático” (BOITO JR., 2004 e FANTINATTI, 2001) implica um fenômeno complexo que estimula um tipo particular de organização, ao deslocar a ênfase para os méritos da profissão na escala social. “Trata-se, agora, não apenas de defender o poder aquisitivo do salário, como também de defender a posição relativa dos salários da profissão na hierarquia salarial.” (BOITO JR., 2004, p. 228)

E a defesa dessa hierarquia salarial, baseada em supostos dons e méritos, que dificulta a relação entre o sindicalismo operário e o sindicalismo meritocrático, é o meritocracismo sindical dificultando a unidade sindical dos trabalhadores assalariados – não que seja impossível pensar a aproximação do sindicalismo de classe média do sindicalismo operário.

São particulares nesse tipo de sindicalismo as profissões cujo exercício necessita da posse de um diploma escolar a exemplo de médicos, professores, pesquisadores, advogados. É característico desse movimento um discurso sindical que busca propagar a imagem dos méritos especiais que essa profissão representa.

O mérito da profissão é, no mais das vezes, afirmado por oposição ao suposto demérito de outras profissões ou do trabalho manual: a professora, cuja dignidade de fato é negada pelo Estado capitalista, mas que procura afirmá-la protestando por ganhar menos que uma empregada doméstica; o professor que, vitimado pelo mesmo Estado, e com o mesmo objetivo e motivação, compara o seu salário ao do motorista de ônibus ou ao do vendedor ambulante; o engenheiro que se reporta pejorativamente ao pequeno comerciante etc. Essas e outras comparações presentes no discurso do sindicalismo de classe média podem visar, convém repetir, a afirmação da dignidade do trabalhador numa sociedade em que a valorização abstrata e hipócrita do trabalho apenas oculta a exploração que o vitima. Porém, essas comparações visam também ilustrar a ideia segundo a qual a 'ordem natural' da hierarquia do mundo do trabalho estaria sendo ameaçada ou colocada 'de ponta-cabeça'. (BOITO JR., 2004, p. 229)

Com relação ao posicionamento desse tipo de sindicato diante de problemas políticos amplos, a meritocracia não os impede de exercer o papel político em uma determinada conjuntura histórica específica. A exemplo de grupos que, apesar de refratários ao sindicalismo, assumiram posicionamentos contrários ao regime militar – o que os uniu, naquele contexto, à luta do movimento operariado/sindical que também se empenhava pela defesa das liberdades democráticas.

O que afronta diretamente os interesses da classe média, como sumariza Boito Jr. (2004), é que a consciência meritocrática não pode aceitar a igualização social dos trabalhadores. Contradição que, segundo o autor, escancara as reais diferenças entre classe média e classe operária e nunca deve ser ocultada.

Foram as ameaças permanentes de queda no poder aquisitivo que, no contexto de crise econômica dos anos 1980, levaram essa classe média a buscar formas de organização coletiva que possibilitassem garantir a mobilidade social por meio do aumento no seu poder de pressão. (FANTINATTI, 2001)

2.2.2 Singularidades, particularidades e participação sindical do docente de ensino superior

Buscando compreender a situação do professor universitário nesse estrato social médio e, ainda, a relação que esse grupo profissional tem com o universo do sindicalismo, diversos pesquisadores debruçaram-se sobre os principais elementos que compõem a identidade desse profissional, na busca de evidenciar aquilo que caracteriza e singulariza seu trabalho perante os demais.

Foi descrito, já nesta pesquisa, que data do período entre os anos de 1960/1970 a organização das primeiras associações docentes do ensino superior no Brasil. Posteriormente a isso, num contexto de emergência e consolidação do que se chamou de “novo sindicalismo”, evidenciaram-se condições político-estruturais para o aumento quantitativo dessas organizações associativas – especialmente no âmbito das universidades públicas. Foi também nessa conjuntura que se iniciaram as primeiras propostas de criação de uma associação que aglutinasse e representasse o movimento em âmbito nacional.

Para Navarro (1999), data já desse período a presença de uma incompatibilidade de compreensão quanto às especificidades contidas nessa forma de organização, fruto de equívocos na maneira de entender onde se insere a figura do professor universitário na dinâmica de classes sociais:

As fragilidades das relações estabelecidas pela ANDES com o ‘novo sindicalismo’ têm como cerne a natureza e as especificidades do trabalho docente, que explicam, em grande parte, por que a categoria, apesar de massificada e assalariada, tem resistências a se assumir como parte das classes trabalhadoras – e, pois, encontra dificuldades de integrar harmonicamente a dimensão acadêmica e a sindical – e também porque as demais categorias de trabalhadores sindicalizados a percebem e a assimilam de modo diferenciado (NAVARRO, 1999, p. 290)

Como discutido anteriormente, uma considerável fração da classe média nutriu historicamente resistência ao sindicalismo. Analisando as formas de organização na classe média, Trópia (1994) vai refletir acerca do caráter simbólico da resistência de alguns movimentos de classe média, a exemplo dos bancários, que relutaram até a década de 1930 a chamar suas associações de sindicato. Era, nesse caso, a manifestação da posição antissindical de dilatadas frações da classe média que se originava num preconceito ao sindicalismo. Segundo a pesquisadora, “a não-identificação com o operariado teria levado alguns setores da classe média a relutar em chamar suas associações e guildas de sindicato” (TRÓPIA, 1994, p. 31)

Pelo que se apurou nesta tese, não é possível evidenciar relação direta dessa questão com as associações docentes dos professores de ensino superior, embora tenha sido verificado que muitas delas nasceram com uma proposta recreativo-cultural. A conjuntura repressiva de ditadura militar que marcou a criação de significativo número dessas ADs, aliada à natureza do setor público, do qual era oriunda parte considerável de seus participantes (lembrando que, até 1988, a sindicalização era vedada aos servidores públicos), explica por que esse movimento docente adotou esse tipo de nomenclatura até por volta de início dos anos 1990.

Refletir sobre a singularidade do trabalho não material e a posição da classe do professor de terceiro grau é uma tarefa árdua e complexa, dados os diferentes elementos teórico-analíticos que podem ser incorporados nessa reflexão. A função “professor” detém significativas particularidades e peculiaridades que, quando desenvolvidas, colaboram na discussão sobre a identidade desse trabalhador e o modo que ele pode se aproximar das lutas sindicais e coletivas.

No rol de literaturas que se dedicam à tal questão, misturam-se produções que tratam da atividade docente em nível básico/médio e nível superior, sendo por vezes verificada a dificuldade de encontrar obras com específica dedicação ao docente do ensino superior. No geral dessas produções, os elementos analisados que ajudam a caracterizar e melhor compreender o professor e a sua identidade giram em torno de questões, tais como: o magistério e o estereótipo da vocação; o estatuto de assalariamento do professor; o trabalho imaterial, intelectual e improdutivo; a proletarização do professor; a precarização das condições de trabalho e suas consequências.

Nesse sentido, trabalhos acadêmicos, como as pesquisas de Rêses (2008) e Miranda (2011), contribuem para melhor compreender os elementos acima citados diante da ampla problematização de cada um deles e de suas devidas revisões na bibliografia especializada. No âmbito do ensino superior, são notáveis as contribuições de Navarro (1999), Paiva (2016) e Vergara (2003), que analisam a questão do professor universitário e ainda a relacionam ao exercício da militância sindical.

Como ponto de partida dessa discussão, é inequívoca a compreensão inicial dos diversos autores de que a condição de professor remete ao indivíduo que é um trabalhador, pois vende a sua força de trabalho. Os limites impostos pela inserção desses trabalhadores na dinâmica de assalariamento devem constituir o primeiro ponto para qualquer análise que se dedique a essa questão.

Porque vende sua força de trabalho e participa de forma específica da riqueza produzida no modo de produção, em associação com outros vendedores de força de trabalho submetido às mesmas condições, conforma uma categoria profissional, no caso, docentes universitários, que no interior da classe trabalhadora evidencia-se [sic] como uma facção ou setor de classe. Os docentes universitários distinguem-se ainda pelas especificidades dos valores culturais com os quais atribuem significados às experiências vivenciadas coletivamente, por sua história, origem social e fatores diversos. (PAIVA, 2016, p. 71)

Contudo, essa inserção nem sempre vem acompanhada de uma compreensão acerca da sua condição de trabalhador, como no caso de ser trabalhador tanto quanto um operário fabril. Por se inserir numa dinâmica de produção social diferenciada, típica do que analistas chamam de “classe média”, esse assalariado por vezes se ampara nos elementos constitutivos e próprios dessa classe – o mais evidente destes é a recusa pela equalização da sua condição com a condição dos trabalhadores manuais. As elaborações reflexivas sobre a questão da “meritocracia”, já desenvolvidas anteriormente neste capítulo, ajudam-nos nessa compreensão.

A pesquisa de Hiro (2012), ao analisar os trabalhadores em educação, destaca que foi comumente encontrado o relato das dificuldades em fazer com que o conjunto da categoria se reconheça como um trabalhador.

Na polêmica acerca da possibilidade de existência de uma consciência de classe entre os professores e trabalhadores em educação, deparamos com o discurso de que os mesmos não se definam enquanto pertencentes a uma classe social: a dos trabalhadores. Preferem, de acordo com suas palavras, serem ‘localizados’ como classe média, apesar do termo vago [...]. (HIRO, 2012, p. 37)

Dos pontos iniciais aqui apresentados surgem inúmeras questões e polêmicas que dão o tom sobre a complexidade teórica e analítica do tema. O sindicalismo docente levanta elementos que merecem discussão, o lugar do trabalho docente na produção do valor é um desses importantes elementos, uma vez que contribui decisivamente como definidor da posição própria desse trabalhador no sistema de relações de produção.⁸¹

A discussão sobre o caráter improdutivo da classe média, quando levada à dinâmica de trabalho do professor, apresenta a possibilidade de outras percepções. Hiro (2012) desenvolve a questão tendo por base as próprias análises marxianas do assunto – especialmente suas análises no livro “Teorias da Mais-Valia” (para alguns, denominado como o Livro 4 d’O Capital). Para esse pesquisador, apesar de ser

⁸¹ Na tradição marxista, o conceito de classe define-se nas relações de produção.

secundário, esse trabalho docente é coletivo e contribui, de forma decisiva, para a produção da mais-valia.

Dal Rosso (2011b), na mesma linha do autor acima citado, descreve que a escola tem papel fundamental também como espaço produtor de valor (no sentido econômico). Considerando a força de trabalho como a principal mercadoria de todas na dinâmica de produção do capital, tem-se aí a importância do trabalho docente já que este está incumbido da divisão social pela formação dessa mercadoria:

A mercadoria força de trabalho, portanto, contém uma indelével participação conferida pelo trabalho docente. A escola deixa marcas profundas, para o bem e para o mal, na formação da mão de obra. Desta forma, o trabalho docente é mediatemente produtivo. (DAL ROSSO, 2011b, p. 07)

Ao que Cassio Hiro complementa:

Assim o professor cumpriria um papel importante nessa cadeia produtiva indireta. Apesar de seu trabalho não gerar mais-valia ao Estado-patrão (diferentemente do professor da escola particular em relação ao seu patrão), ele indiretamente, torna-se parte do processo produtivo ao compor o chamado trabalho social coletivo. Podemos supor, então, que o trabalho docente na escola pública é mediatemente produtivo, apesar de ser indireto. (HIRO, 2012, p. 41)

A realidade material (especialmente seu estatuto de assalariado) e o seu papel na estrutura econômico-social do capitalismo permitem compreender que existe possibilidade de que o professor se identifique também como um trabalhador. Não constituem estes, portanto, parte de uma terceira classe diferente, mas são igualmente explorados como os demais dentro do contexto capitalista. (HIRO, 2012).

Analisando especificamente particularidades do professor do ensino superior, objeto imediato desta pesquisa, Navarro (1999) complexifica a questão e contribui na polêmica (e controversa) questão da concepção de trabalho produtivo e improdutivo em Marx.

São referências nessa discussão as elaborações teóricas de Marx no capítulo inédito de O Capital (MARX, 1978), em que se destaca a noção de um trabalho socialmente combinado como agente real do processo de trabalho total.

[...] este trabalha mais com as mãos, aquele trabalha mais com a cabeça, um como diretor, engenheiro, técnico etc., outro, como capataz, um outro como operário manual direto, ou inclusive como simples ajudante –, temos que mais e mais funções da capacidade de trabalho se incluem no conceito imediato de trabalho produtivo, e seus agentes no conceito de trabalhadores produtivos, diretamente explorados pelo capital e subordinados em geral a seu processo de valorização e de produção. (MARX, 1978, p. 71)

Na afirmação que se segue, Marx ajuda a situar o trabalho docente nas relações de produção e afirma: “um mestre-escola que é contratado com outros para

valorizar, mediante seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica conhecimento, é trabalhador produtivo” (MARX, 1978, p. 76).

Para a lógica do capital, as instituições de ensino podem ser entendidas apenas como “fábricas de conhecimentos” e os docentes “podem ser meros assalariados”. (MARX, 1978). Uma vez partícipe na dinâmica produtiva do trabalho, a atividade docente insere-se no processo capitalista de produção criando valor de troca.

Do potencial de análise dessas reflexões, Navarro (1999, p. 47-48) dimensiona o trabalho realizado pelos docentes do ensino superior da seguinte forma: 1) no caso dos docentes da rede privada, com fins claramente lucrativos, eles seriam trabalhadores produtivos; 2) nas instituições sem fins lucrativos (confessionais ou comunitárias), “a lógica da produção da mais-valia está presente com idêntica força”; 3) sobre os docentes da rede pública, se torna preciso considerar as relações Estado/universidade: se a gênese e o desenvolvimento da concepção de universidade pública estiverem voltados à produção e disseminação do conhecimento requeridos para a lógica do capital (ou seja, se se subordinam predominantemente às necessidades do capital), é possível considerá-los produtivos do ponto de vista da sua reprodução geral.

Nesse sentido, esse entendimento sobre a condição generalizada de assalariamento e exploração do seu trabalho legitimam e reforçam as iniciativas de organização sindical da categoria docente do ensino superior. As reflexões e análises anteriormente desenvolvidas tornam-se relevantes para a temática aqui tratada, à medida que deixam claras as formas em que o desenvolvimento da produção capitalista subordina todo o trabalho humano às leis desse modo de produção, e não é diferente com o trabalho docente no ensino superior.

No caso do docente do ensino superior, o caráter “produtivo” do seu trabalho potencializa a participação e interferência dessa categoria profissional na perspectiva da luta de classes, contribui ainda para a “articulação das suas lutas e na construção da necessária identidade das classes subalternas em torno de projetos sociais emancipatórios”. (NAVARRO, 1999, p. 49)

A não compreensão do lugar do professor universitário no interior da divisão social do trabalho, por sua vez, pode tornar-se elemento intensificador da fragmentação e isolamento desse profissional, conforme reflete Duarte (2017):

[...] a polarização (inclusive entre professores de IES privadas e públicas) entre trabalhadores produtivos ou improdutivos, a partir da formulação de Marx, sem a devida contextualização do tempo presente e o reconhecimento

das suas contradições, pode contribuir, no limite, para inviabilizar a unificação de lutas entre os próprios docentes e destes com o coletivo de trabalhadores. Isto porque pode dividir a categoria, dificultando a proposição de bandeiras de luta comuns tanto ao conjunto de docentes do magistério superior, quanto ao coletivo de docentes da educação em todos os seus níveis, como ainda em relação aos trabalhadores contemporâneos que vivenciam fenômenos semelhantes de precarização e intensificação, em níveis avançados de exploração da força de trabalho. Portanto, é necessário unificar lutas e não cindi-las! (DUARTE, 2017, p. 297)

Ao agregar outras importantes reflexões sobre a relação entre o professor de terceiro grau e o sindicalismo, Paiva (2016) analisa que os “docentes universitários apresentam características muito peculiares no exercer do seu ofício, e ainda que, vendam sua força de trabalho, a autoidentificação enquanto categoria ou trabalhador (sua consciência de classe), é uma questão bastante complexa”. (PAIVA, 2016, p. 186)

O autor destaca que, além da questão própria do não reconhecimento como trabalhador (elemento também presente em significativas frações desse professorado), emerge ainda o fato de que, entre os professores universitários, há uma significativa parcela que não atua exclusivamente como docente, dedicando-se também a outras atividades (médicos, advogados, engenheiros). São trabalhadores liberais que, por vezes, se sentem então mais representados pelos respectivos conselhos profissionais do que pelo sindicato docente.

Esse fato indica o terreno extremamente heterogêneo, que é o ambiente da docência universitária. Há uma relevante diferenciação no interior desse grupo⁸² que revela a existência de “fatores como origem de classe, valorização social desigual da área da educação (como exemplo, um médico e um pedagogo), e formas distintas de vínculos empregatícios com a instituição universitária, dentre outros”. (PAIVA, 2016, p. 72)

Essas condições diferenciadas são relevantes nessa análise, pois constituem um fator complicador para a formação de uma consciência de classe e organização sindical da categoria docente. Se torna dificultoso pressupor identificação entre sujeitos com condições de trabalho tão diferenciadas, pelo contrário, tal situação favorece uma fragmentação e hierarquização que prejudica tanto a organização quanto a consciência. (PAIVA, 2016)

⁸² Sobre a carreira docente nas universidades brasileiras e a situação de trabalho do professor do ensino superior nas IEES/PR (condições de trabalho, remuneração média, vínculos trabalhistas...), será feita a apresentação e análise no capítulo 3 desta pesquisa.

São exemplos dessa situação de precarização e vulnerabilidade os professores de universidades públicas com contratos de trabalho temporário e, ainda, aqueles oriundos de instituições privadas onde as formas de contratação, salários e carreira são bem distintas das encontradas nas instituições públicas de ensino superior (especialmente os substitutos e horistas). É comum ainda, como lembra Paiva (2016), que a maioria dos docentes precários trabalhe em várias instituições ou unidades da mesma instituição.

Estes docentes encontram-se em grave situação de vulnerabilidade. Não podem associar-se ou participar de manifestações ou protestos, já que sua permanência na instituição depende de uma relação de confiança com quem os contratou, não tendo assegurada por outro modo a continuidade no semestre letivo seguinte. A vulnerabilidade propicia a falta de autonomia do docente e um afastamento prudente das questões polêmicas sobre a vida da instituição. (PAIVA, 2016, p. 75)

Tal situação de trabalho, se analisada sob a perspectiva do que é o ensino superior brasileiro na atualidade, contrasta com a figura histórica do professor catedrático brasileiro⁸³, “uma figura de corte aristocrático-oligárquica típica das contradições dos primeiros momentos do republicanismo nacional”. (BEZERRA, 2019, p. 56)

Bezerra (2019), amparado nos estudos de Florestan Fernandes, vai destacar o paradigma docente aristocrático-brasileiro como importante elemento na construção histórica da identidade desse profissional.

Donos, segundo o autor, de verdadeiros feudos acadêmicos das profissões liberais, os catedráticos advinham, grosso modo, de famílias das elites econômicas tradicionais e, em decorrência do fato, sua renda profissional não se encontrava na exclusiva dependência salarial da função docente, atuando simultaneamente como profissionais liberais, políticos, magistrados, banqueiros, administradores etc. (BEZERRA, 2019, p. 56)

Era uma função que, mesmo não trazendo um retorno salarial considerável, repercutia em outras esferas como naquelas relativas ao prestígio social e ao consequente alargamento de influência profissional e político-estatais – essas, sim, com efetivas repercussões financeiras.

Mesmo que essa realidade não fosse a situação de trabalho da totalidade dos membros desse professorado no país, essa situação é, segundo Bezerra (2019), um paradigma laboral docente na educação superior pública nacional que tem efeitos

⁸³ Este foi considerado o ápice da hierarquia docente até antes da reforma universitária, de 1968. Segundo Evangelista (2001), uma vez nomeado, o professor catedrático era vitalício e inamovível (embora pudesse ser destituído se cometesse alguma infração prevista na legislação). Este possuía o apoio de outras subcategorias docentes: o docente-livre, os assistentes e subassistentes.

ideológicos e políticos na legitimação de seu afastamento dos segmentos manuais e produtivos da classe trabalhadora.

A construção da identidade docente no ensino superior é resultado de um amplo e longo movimento histórico que conta com diversas fases e componentes, por vezes contraditórios entre si – a exemplo do *status* adquirido que sobrevive mesmo diante de um processo de massificação e assalariamento dessa profissão. Segundo Vergara (2003), essa articulação entre identidade e trabalho advém de uma tradição no campo das ciências sociais e humanas que atribui importância determinante às relações sociais de trabalho no processo de sua constituição.

Para Navarro (1999, p. 23), “a identidade profissional dos docentes universitários é fruto de determinações históricas que transformaram os intelectuais profissionais, com *status* próprio na sociedade, em trabalhadores assalariados que lutam por uma carreira profissional [...]”. Assim, contribui nesse movimento histórico o desenvolvimento da universidade brasileira, em especial, a ampliação das vagas no país e o processo (tardio) de profissionalização da atividade docente no ensino superior.

No bojo do movimento de consolidação do capitalismo industrial brasileiro, os anos 1950 acabam por ser paradigmáticos para a educação universitária e a ciência. Isso porque ambas passaram a se tornar cada vez mais indispensáveis ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro, dada sua capacidade de produção do conhecimento e formação de capital humano.

São também marcas do processo de desenvolvimento da universidade brasileira, aqui brevemente apresentadas e serão mais bem tratadas no próximo capítulo, a forma contraditória que o ensino superior brasileiro se manifestou no terreno político-ideológico.

Sua estruturação e sua dinâmica de funcionamento, marcadas pelo clientelismo, pelo elitismo e pelo autoritarismo de dois períodos ditatoriais, tornaram-nas *locus* importante de formação de intelectuais orgânicos para as burguesias nacionais e para o Estado autoritário/classista, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, ensejaram a reação crítico-emancipadora de professores e estudantes comprometidos com as classes subalternas, constituindo também um espaço para a formação de intelectuais orgânicos destas classes, numa relação de forças, evidentemente sempre desfavorável a elas. Neste processo, a questão da busca e (re)afirmação da identidade profissional desses intelectuais teve influência marcante. (NAVARRO, 1999, p. 43)

Os condicionantes históricos, atrelados ao processo de formação da sociedade e, sobretudo, da universidade brasileira; aliados às especificidades do trabalho

intelectual, dadas pela divisão social do trabalho, são os traços históricos com base nos quais deve ser pensada a ação sindical desses professores.

Importa salientar que as múltiplas determinações que condicionam o trabalho docente e configuram a sua identidade são também assimiladas pela sociedade em geral. A dificuldade de visualizar o professor universitário como um trabalhador não advém exclusivamente do professor, é também fruto da visão dos demais trabalhadores e do conjunto da sociedade acerca do trabalho docente.

Sobre a conexão entre trabalho docente e militância sindical, a pesquisa de Navarro (1999) apresenta alguns pontos dessa relação que são resultados de depoimentos colhidos de professores que possuem essa característica de participação sindical. Entre os relatos, sobressai inicialmente o reconhecimento significativo dos que se manifestaram a respeito sobre quanto a militância interfere objetivamente na atividade docente – mais ainda no caso de docentes que militaram ou militam em instituições particulares de ensino.

Vale lembrar que essa atividade sindical no meio universitário, inclusive para quem desempenha funções na diretoria desses sindicatos, ocorre somada às demais atividades no campo da atuação profissional. Esta, por sua vez, já permeada pelos elementos típicos que dificultam a participação na vida social/política e serão tratados posteriormente nesta tese, tais como: a questão da cobrança pelo produtivismo acadêmico, especialmente do docente inserido nos programas de pós-graduação; acúmulo de funções e atividades, inclusive no âmbito administrativo, como chefias de colegiado e departamento; excesso de trabalho que advém do envolvimento dos docentes em atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária; carga horária de trabalho prolongada, que repercute no alargamento do trabalho para fora do horário contratual e até feriados/ finais de semana; entre outros.).

Também, de forma negativa, depoimentos apontaram, na pesquisa de Navarro (1999), quanto a titulação foi – e continua sendo – reconhecida como um dos elementos legitimadores da ação sindical dos docentes. Ou seja, mesmo dentro do sindicalismo, persiste um tipo de visão hierárquica em que o docente mais academicamente respeitável obtém maior credibilidade.

A despeito das pressões e tensões dessa relação, uma vez que o ambiente sindical (seja qual for o segmento) é marcado pela beligerância e confronto de ideias permanente e existem importantes positivities que alimentam a convicção e a importância da participação sindical dos que estão envolvidos. As mais presentes,

conforme relatos da pesquisa supracitada, é que os envolvidos participam de um espaço de constante aprendizado e há ainda a conciliação gratificante de poder aliar esse trabalho docente com a militância sindical (especialmente no caso de quem possui formação na área das ciências humanas e sociais, conforme sumariza a pesquisadora:

Este panorama das visões (diferenciadas e complementares) dos entrevistados constitui, pela sua dupla condição de trabalhadores docentes e militantes, a expressão viva das singularidades do trabalho docente. Se este trabalho é marcado pela trajetória das relações Universidade/Estado no desenvolvimento capitalista brasileiro, podendo ser considerado 'produtivo' do ponto de vista de sua contribuição para este desenvolvimento, sua dimensão essencialmente educativa também encerra virtualidades contraditórias que particularizam a organização e ação sindical dos docentes e vêm tornando o seu movimento uma mediação historicamente importante na construção de projetos emancipatórios. (NAVARRO, 1999, p. 63)

O assunto que abarca as particularidades do trabalho docente na sua (possível) relação com o sindicalismo brasileiro é complexo e, por vezes, polêmico. Os elementos típicos do seu trabalho intelectual, associados à sua condição de partícipe da "classe média" brasileira (que é geralmente atrelada ao setor público da economia) requerem um especial cuidado no trato dessa questão.

Até aqui, diversos movimentos históricos (entre os quais o ANDES-SN é sua grande expressão) evidenciam a possibilidade de que o conjunto dos professores de ensino superior assuma uma luta coletiva em torno dos seus interesses – quer mais amplos, quer particulares.

É parte dessa grande ambiguidade do sindicalismo docente de classe média a sua tendência à esquerda, ligando-se aos interesses do conjunto dos trabalhadores, sobretudo na denúncia e resistência à exploração desmedida vivenciada pela classe trabalhadora e aos mecanismos privatizantes do Estado que consideram a universidade subordinada exclusivamente à lógica do mercado.

O sindicalismo docente do ensino superior pode também, concomitantemente a seu caráter universalizante/amplo das demandas, advogar uma luta sindical específica – que é própria da sua condição de professor universitário (como melhores salários e condições de trabalho). Corre-se o risco de uma ação corporativista ou cupulista, mas analisa-se que a trajetória do movimento docente nunca pendeu exclusivamente para esse lado. Historicamente, provou-se que o movimento docente é capaz de fundir a luta reivindicativa com a luta política. (RIDENTI, 1995)

Por mais histórico e ativo que o movimento docente seja na universidade brasileira nas últimas décadas, é correto admitir que ele não atinge o interesse de todo

o conjunto da categoria, pois significativa parte dos professores universitários não participa da luta sindical no seu espaço de trabalho.

2.2.3 Elementos para pensar o sindicalismo docente do ensino superior: problematizando a questão da consciência de classes sob a ótica dos professores sindicalistas das IEES/PR e da teoria marxista das classes sociais

Essa participação e não participação sindical do docente universitário constitui um importante elemento das análises propostas para este estudo. Para tanto, reservou-se um espaço final aqui para repercutir nos entrevistados (professores sindicalistas das IEES/PR) questões tratadas neste capítulo, tendo por base a experiência destes ante a realidade das instituições de ensino superior do Paraná e as respectivas seções sindicais do ANDES-SN.

De modo geral, como será apresentado no capítulo 4, os índices de sindicalização dos docentes das IEES/PR nas seções sindicais do ANDES-SN são bem maiores que a média nacional. Dos dados acessados⁸⁴, os índices de filiações dos docentes apresentaram-se da seguinte forma: UEL, 33%; UEPG, 29%; UEM, 20%; UNIOESTE, 36%; UNESPAR, 9,9%⁸⁵; UNICENTRO, 26%. É interessante lembrar que, segundo dados do IBGE, o índice de sindicalização nacional em 2019 atingiu 11,2% dos trabalhadores. No setor público, o de sindicalização é maior, chegando aos 22,5%. (IBGE, 2020)

É importante salientar o alto índice dessas filiações e destacar que, diferentemente do que Granzotto (2010) aponta na realidade de sua pesquisa nas seções sindicais das universidades estaduais paulistas⁸⁶, foi verificada a quase inexistência nas seções sindicais das IEES/PR de mecanismos de estímulo à filiação, a exemplo de benefícios em termos de convênio médico, odontológico, jurídico, descontos no comércio, o que, a depender do contexto, poderia explicar esse alto índice, considerando a contrapartida imediata dessa filiação.

Ainda assim, é possível verificar que uma significativa parcela dos docentes das IEES/PR permanece alheia, e até refratária, ao sindicalismo e as motivações para

⁸⁴ Ver capítulo 4.

⁸⁵ Foi feito aqui o cálculo com base no montante total de professores da UNESPAR, entretanto, no momento de elaboração dessa tese, uma significativa parcela de docentes (integrantes do *campus* Apucarana – antiga FECEA) ainda integrava a base sindical do SINDIPROL/ADUEL. Portanto, esse percentual de professores da UNESPAR filiados a uma seção sindical do ANDES é maior, provavelmente em torno de 14%.

⁸⁶ Especialmente no caso da ADUNICAMP.

isso podem ser as mais diversas, cabendo estudos muito específicos de cada realidade para fins de elucidação. A título de vislumbrar as motivações desse afastamento, podem ser citadas questões das relações de trabalho (no caso dos professores com vínculos temporários⁸⁷), sobrecarga de trabalho, concepção política, descrença da atividade sindical, entre outras.

É bom lembrar que os dados se referem apenas às seções sindicais, desconsiderando os docentes filiados aos sindicatos mistos. Há casos de docentes que integram apenas os sindicatos mistos⁸⁸ e, ainda, os que possuem uma dupla filiação (sindicato misto e seção sindical). Os dados relativos aos docentes filiados a sindicatos mistos nas IEES/PR não foram levantados neste estudo.

Outro ponto que não será aprofundado aqui, mas que merece menção, refere que o ato da filiação a um sindicato não gera necessariamente um engajamento político, participações nas assembleias, adesão às mobilizações/paralisações convocadas pela direção sindical, entre outros. Isso pode ser evidenciado pela recorrente expressão “*os mesmos de sempre*”, para se referir aos professores que estão mais conectados às atividades/mobilizações propostas pela seção sindical.

E a limitação na participação sindical de quem é filiado também pode ser oriunda de um conjunto variado de fatores. No caso do professor universitário, podem ser citadas a sobrecarga de trabalho (materializada na produtividade acadêmica⁸⁹, sobretudo na pós-graduação, no acúmulo de funções e atividades, inclusive de cunho administrativo que recai ao professorado e na falta de servidores específicos dessa função); desgaste do ambiente sindical que é permeado, por vezes, pela beligerância e confronto permanente de ideias – há disputas internas que levam à quebra de vínculos pessoais entre docentes; frustração/cansaço em contextos de recorrentes derrotas de pautas relacionadas ao interesse sindical; adoecimento físico e mental⁹⁰;

⁸⁷ Foram verificadas baixas adesões de professores temporários nas seções sindicais das IEES/PR. Sobre o tema dos professores temporários nas IEES/PR, recomenda-se a leitura da tese de Bernardo (2020).

⁸⁸ A UNESPAR não tem um sindicato misto organizado no seu interior. A UEL possui um sindicato exclusivo dos técnicos-administrativos e agentes universitários (ASSUEL).

⁸⁹ Para Luz (2005, p. 43), a categoria produtividade pode ser entendida “como *quantum* de produção intelectual, sobretudo bibliográfica, desenvolvida num espaço de tempo específico, crescente de acordo com a qualificação acadêmica (“titulação”) do professor/pesquisador. Esse *quantum* básico é necessário para conservar os pesquisadores na sua posição estatutária em seu campo científico”. Para a autora, essa categoria tem atuado mais negativa que positivamente sobre os docentes, considerando a sobrecarga de trabalho que essa produtividade acarreta.

⁹⁰ Sobre a relação entre trabalho e saúde de docentes nas universidades públicas, ver o artigo de Rodrigues e Souza (2018).

outras questões de ordem pessoal, a exemplo de docentes que no seu convívio familiar tenham filhos/netos pequenos e/ou idosos dependendo de cuidados especiais.

Essa limitação da participação sindical (dos filiados) é também materializada na recorrente dificuldade que as seções sindicais das IEES/PR encontram na composição de chapas, para assumir as respectivas diretorias⁹¹ – função que demandaria maior tempo ainda de dedicação do docente ao sindicato.

A cada eleição nós encontramos uma maior dificuldade na organização de chapa para a diretoria da seção sindical. Isso é algo comum. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL ADUNIOESTE 2)**

Esses e outros aspectos limitantes da participação (sobretudo relativos ao gerenciamento da vida acadêmica, pessoal e sindical) foram visualizados nas falas dos docentes entrevistados:

Eu acho que tem uma questão [de desestímulo à participação sindical] que é mais social também. Quando a gente vai sucessivamente perdendo direitos, isso cria um sentimento social de desalento e que se exige mais força [...] acho que isso socialmente cria um clima de desalento muito grande que não escapa aos professores universitários. Então, a gente vai ficando meio que com receio de lutar, desesperançoso de se organizar. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDUNESPAR 2)**

A desilusão, por vezes, acaba te pegando. E você vai se sentido preso, sem perspectiva. Tudo isso é muito depressivo, não é algo legal. Depois que eu saí da diretoria, eu saí, me convidaram para participar da outra gestão e eu não quis. Não quis porque eu estava esgotado. Precisava respirar. Saí para pós-doutorado, fui tomar um ar, porque estava desde então tendo acompanhamento psiquiátrico. [...] A questão de enxergar que você tem a necessidade de se mobilizar/organizar, mas você sabe que em casa você tem tarefas. Eu tenho 3 filhos pequenos e uma esposa que trabalha 60 horas semanais. Tem tudo essas coisas que você tem que ir articulando. O público e o privado se impõem de um jeito tão intrínseco, que é difícil se manter lúcido/sóbrio no meio disso. Ou então não me estranha a situação da nossa categoria docente adoecer. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL ADUNIOESTE 2)**

Hoje, nas diversas áreas, dificilmente manter um/a professor/a em um programa de pós-graduação com uma média inferior a quatro ou cinco artigos publicados ao ano. Daí você tem que intercalar, pensar em fazer um artigo como autor, outro como coautor. Para se pensar uma publicação, exige uma energia, um planejamento. Hoje um professor, pesquisador neste perfil tem que ser um planejador, porque pesquisa exige planejamento de forma cada vez mais sistemática. Esta realidade exige uma dedicação constante. Essas séries de tarefa que envolve um perfil de professor/a da universidade pública brasileira hoje ela deixa pouco espaço para as demais atividades. A cada quadriênio de avaliação a régua [exigência] sobe na pós-graduação e você tem que tentar sobreviver nessas condições. É nesse contexto que

⁹¹ Em análise com base em todos os regimentos internos das seções sindicais das IEES/PR, verificou-se o número de membros necessários (docentes filiados) para compor uma chapa de diretoria. SINDIPROL/ADUEL: sete membros titulares e até mais sete suplentes; SESDUEM: dez membros; SINDUEPG: seis membros; ADUNIOESTE: seis membros; SINDUNESPAR: seis membros; ADUNICENTRO: seis membros. Em todos os casos, o mandato é de dois anos, não sendo permitida a reeleição no mesmo cargo.

professores/as que conseguem um tempo de dois anos [na direção], como é o caso do SINDUEPG, para dedicar algum tempo, algumas horas na semana na organização e na representação dos professores através do sindicato, são pessoas que nós temos que ter a maior gratidão, o respeito e consideração, porque elas estão arrancando um tempo que algumas vezes seria de dedicação à família, a resolver problemas particulares, a cuidar mais da saúde. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDUEPG 2)**

O movimento docente do sindical é um movimento que judia demais dos sindicalistas. Porque a grande maioria das seções não tem afastamento, as que têm são afastamento parciais e isso faz com que o movimento sindical aconteça nos finais de semana e/ou em horários complicados, pesados. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL SESDUEM 2)**

A filiação a um sindicato é apenas um dos inúmeros indicativos da participação sindical. É complexo pensar que tão somente o número de filiações determina se o sindicato é forte ou fraco politicamente. Como destaca Cardoso (1999), a legitimidade de um sindicato não pode ser adequadamente mensurada pela filiação sindical:

A filiação sindical e a capacidade de arregimentação por parte dos sindicatos são expressão de coisas diferentes. Se o sindicato é capaz de iniciar, interromper ou impedir uma greve, esse sindicato demonstra ter controle sobre a sua base e, portanto, só posso concluir que ele é representativo, verticalmente legítimo, independente da taxa de filiação. Na verdade, argumentar a favor da equivalência entre representatividade e filiação é imaginar que apenas os filiados são capazes de atender ao chamado do sindicato para greves, o que se demonstrou uma suposição destituída de fundamento empírico. (CARDOSO, 1999, p.103)

De início, considerando a potencialidade sociológica da questão entre docência do ensino superior e sindicalismo, desenvolveu-se uma reflexão sobre a questão da possibilidade de que o professor de ensino superior se veja como integrante da classe trabalhadora. Há de se destacar o interesse dos entrevistados acerca do assunto, o que trouxe diversos elementos dos quais os principais pontos serão reproduzidos e analisados na sequência.

No geral das falas, houve um consenso sobre as dificuldades de esse professorado universitário se ver como integrante da classe trabalhadora, e a questão salarial foi repetida pelos entrevistados como um dos principais motivos dessa falta de identificação⁹².

Professor universitário ganha mais do que 90% da população. Então eu acho que, às vezes, o professor se reconhece na superfície como um trabalhador, mas não faz a conta e, por se reconhecer como trabalhador, não consegue entender a perspectiva majoritária da população, porque a gente não faz parte dela. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDUNESPAR 2)**

⁹² A Tabela 03, apresentada no item 3.3.3 do próximo capítulo, trará informações atualizadas sobre o vencimento básico da carreira do magistério do ensino superior nas IEES/PR. A título de comparação, de acordo com dados do CAGED sobre o *emprego formal*, o salário médio de admissão em território nacional em junho de 2022 foi R\$ 1.922,77. (BRASIL, 2022c)

De modo geral, a gente pode dizer que, como o Brasil é um país de classes muito claras, nós temos uma pequena parcela da população (1%) que é muito rica, e uma grande parcela (mais de 80%) são muito pobres. Nós temos uma faixa modesta ali no meio de trabalhadores, profissionais autônomos, servidores em determinados segmentos (que aí se inclui os professores universitários) que se sentem uma espécie de casta protegida de algum modo, pela condição socioeconômica do país. E aí, esta distribuição de renda exageradamente desigual cria uma ilusão em quem está nessa faixa em que se encontra boa parte das universidades brasileiras se sintam não apenas intelectual, mas também socioeconomicamente privilegiado, diferenciado por assim dizer, é uma espécie de uma casta no meio de uma classe de trabalhadores, seria talvez essa expressão. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDUEPG 1)**

Essa questão da consciência de classe, rios de tinta já foram escritos sobre isso, ela envolve questão objetiva, mas também subjetiva. Objetivamente eu acho que os professores são trabalhadores, são assalariados, cumprem horários, recebem ordens, mas essa questão subjetiva talvez distancie professores universitários de toda a categoria irmã que milita ao lado, como o caso dos professores da rede básica. Uma coisa que percebi nas mobilizações, quando nos mobilizávamos juntos [professores universitários e professores da rede básica de ensino], eles têm uma pulsão plebeia muito mais radical do que os professores universitários. O professor universitário ainda recebe um salário maior e vive com mais conforto e subjetivamente isso o afasta da consciência de classe, embora objetivamente ele seja. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDUNESPAR 1)**

Eu vejo que a maior dificuldade da categoria docente, da educação superior é que, se nos compararmos com outros trabalhadores em geral, o professor do ensino superior tem uma remuneração que é melhor, se comparada à [da] classe trabalhadora em geral, e é melhor também aos trabalhadores da educação como um todo. Então isso, me parece, que dá uma certa condição de vida que leva muitos docentes a não se reconhecerem como parte da classe trabalhadora; então, eles se constituem na grande maioria numa classe em si, e não numa classe para si. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDUEPG 2)**

Ampliando a noção de classe social para além da situação dos sujeitos na dinâmica de produção, diversas falas recorreram à necessidade de uma consciência de classe como componente principal da participação coletiva sindical, o que, na visão dos entrevistados, é dificultoso de verificar ante a realidade dos professores de ensino superior.

E a categoria também me parece que perdeu aquele sentimento de classe. A dificuldade maior que eu vejo para um professor universitário é que ele não se reconhece como um trabalhador. Então, não se reconhecer trabalhador, ele acha que está acima do bem e do mal. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL ADUNICENTRO 1)**

Eu assisti uma fala do professor Giovani Alves, da UNESP, mas essa questão de você se identificar enquanto classe, então você não tem essa identificação de classe, é muito difícil entre os professores ou mesmo entre os técnicos [universitários]. Essa identificação de classe, ela se dá nos mecanismos mais fortes, ela se destacou na indústria, por exemplo, mas não no comércio, nem serviços e também a administração pública que se julga até um pouco mais, mas é um pouco diferente, porque, enquanto na indústria ela produz, a mais-valia está ali realmente, aqui [na universidade] nós perdemos essa identidade de classe. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDIPROL/ADUEL 2)**

Derivado unicamente dessa condição financeira, ou não, uma análise que se repetiu na fala dos sujeitos entrevistados sobre esse ponto foi quanto à ausência de uma consciência de classe e ao modo como isso influi diretamente na participação coletiva sindical dos professores de ensino superior. Não basta ser trabalhador (vender sua força de trabalho), é preciso ter consciência dessa condição.

A consciência de classe é compreendida como a noção de pertencimento a uma classe específica. Na literatura marxista, uma das principais a tratar a questão das classes sociais, é possível verificar a existência de uma distinção objetiva de uma classe e a consciência subjetiva dessa situação, ou seja, há uma condição de classe e a consciência de classe. Nas palavras de Bottomore (2012, p. 112): “Pertencer a uma classe, porém, depende de conhecer sua própria posição dentro do processo de produção”.

Para Marx, consciência não advém da simples condição do sujeito, ela é desenvolvida nas relações sociais que este tem com o seu meio. Ele ilustra as dificuldades do desenvolvimento de classe com a situação dos camponeses pequenos proprietários da França que usavam o voto como forma de reforçar a sua submissão, em vez de o utilizar como mecanismo revolucionário contra a opressão dominante:

Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe. Mas na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parceiros, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma. Por conseguinte, são incapazes de fazer valer os interesses da sua classe no seu próprio nome, seja por meio de um Parlamento, seja por meio de uma convenção. Eles não são capazes de representar a si mesmos, necessitando, portanto, ser representados. O seu representante precisa entrar em cena ao mesmo tempo como o seu senhor, como uma autoridade acima deles, como um poder governamental irrestrito, que os proteja das demais classes e lhes mande chuva e sol lá de cima. (MARX, 2011, p. 142-143)

Refletindo acerca da teoria das classes sociais e do processo de constituição do operariado como base na problemática marxista, Ferraz (2008 e 2009) argumenta inicialmente que há um risco de, *a priori*, identificar todos os trabalhadores como integrantes de uma mesma classe social.

No debate no interior da tradição marxista, no entanto, embora trabalhadores estejam em situações similares, no que tange às relações com as forças produtivas e a organização social do trabalho, existem outras determinações de classe que devem ser consideradas para além da situação econômica.

A situação de classe, que se associa imediatamente à situação econômica, não garante, por exemplo, que exista entre os trabalhadores algum nível de identidade, laços de pertencimento, modos de vida comuns e ação social coletiva. Nesta perspectiva, a situação econômica de um grupo de trabalhadores frente à organização social da produção é o ponto de partida para a identificação da classe social, mas não o fim do percurso, que demanda uma maior reflexão e pesquisa sobre o assunto. (FERRAZ, 2009, p. 272)

Diferentemente da compreensão weberiana de classe social, que está amparada nos pressupostos economicistas, ou seja, relativos à ordem econômica, no marxismo, esse conceito ultrapassa essa esfera, adentrando também as esferas políticas e sociais. Para Weber (1982), “classes” não são comunidades e sua determinação ocorre pela situação de mercado.

Assim, correntes predominantes no interior do marxismo compreendem que estar como trabalhador (determinação econômica), inserido nessa posição na dinâmica de produção, é considerado apenas um ponto de partida para a identificação de classe social. Somam-se a isso outros componentes de cunho político, ideológico e cultural.

Para Marx, a política, as ideologias e inclusive a cultura, junto com as determinações econômicas, atuam no processo de constituição da classe social. O que Weber separa a partir dos conceitos de ordem social e ordem econômica, Marx integra uma mesma totalidade complexa, materialmente determinada, a organização da produção social da existência. (FERRAZ, 2009, p. 274-275)

No campo marxista do debate sobre as classes sociais, a questão da situação de mercado põe-se apenas como parte de uma superfície dos fatos, e o lugar do trabalhador do processo de produção é o fator determinante da condição de classe. “Não seria a situação de mercado que criaria esses grupos, a situação de mercado é, digamos assim, posterior à condição de classe, determinada economicamente pelo seu lugar na organização social da produção da existência”. (FERRAZ, 2008, p. 111)

A existência das formas históricas assumidas pelas classes sociais tem, no marxismo, relação com as formas históricas da organização social da produção, seja mediada pelo mercado ou não. Essa problemática teórica indicada por Marx traz implicações importantes para a teoria das classes sociais. (FERRAZ, 2009)

A noção das múltiplas determinações na constituição do operariado como uma classe social contrapõe-se à visão economicista centrada na ideia de que apenas o terreno da economia é capaz de explicar essa formação de classes. O próprio Engels, em 1890, em carta à Joseph Bloch, já alertava acerca das interpretações equivocadas

e dos riscos de distorções promovidas por essa visão centrada no fator econômico como determinante em relação aos fatores sociais, culturais, políticos.

Nem Marx nem eu nunca afirmamos nada fora disso. Se alguém quer deformar esta afirmação até o ponto de dizer que o fator econômico é o único determinante, transforma essa proposição numa frase oca, abstrata, absurda. A situação econômica é a base, mas as diversas partes da superestrutura, – as formas políticas da luta de classe e seus resultados – as Constituições estabelecidas pela classe vitoriosa uma vez ganha a batalha etc. – as formas jurídicas e mesmo os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos participantes, teorias políticas, jurídicas, filosóficas, conceitos religiosos e seu desenvolvimento ulterior em sistemas dogmáticos – exercem igualmente sua ação sobre o curso das lutas históricas e determinam-lhe, em muitos casos, de maneira preponderante, a forma. (ENGELS, 1945)

No entendimento de Ferraz (2008 e 2009) e também no tocante à defesa nesta tese, a abordagem que localiza a discussão sobre classe social tão somente na dimensão econômica, desconsiderando demais aspectos políticos e culturais relacionados à sua formação, limita a compreensão desse fenômeno social. São referenciais aqui os apontamentos feitos pelos entrevistados em que, no geral, são apresentadas as dificuldades de que determinado conjunto de trabalhadores (os professores de ensino superior) demonstre consciência e identificação quanto à sua condição de classe.

Não se discute a importância da esfera econômica como responsável pela manutenção imediata da existência física, porém é possível verificar a existência de influências secundárias⁹³ que reagem sobre esta esfera: a ideologia pode ser um exemplo.

Os agentes sofrem influência decisiva da estrutura de classes e dos imperativos das necessidades materiais que se impõem, em última instância como determinação econômica. As elaborações e significados sobre o modo de vida podem ser transformados e contribuem para alterar a própria existência, mas, sempre tendo como base a questão primeira, colocada nos termos de ‘produção e reprodução da vida real’, sem a qual as construções superestruturais tornam-se abstrações vazias. (FERRAZ, 2008, p. 128)

Reagir à esfera econômica significa dizer que a superestrutura não é um reflexo da base material, ou seja, no caso da análise aqui posta não está sendo dito que a formação de classe foi/é algo voluntarioso, imediato e mecânico ante o desenvolvimento econômico.

Para o desenvolvimento dessa questão, sobressai o trabalho do filósofo Louis Althusser, que analisa a questão do determinismo econômico nas obras de Marx, amparando-se no conceito da “sobredeterminação”. O filósofo defende a compreensão de que existem determinações principais, que dependem de situações

⁹³ Que não significam ser inferiores.

concretas, e determinações secundárias, que seriam instâncias que derivam da primeira, “mas que têm consistência e eficácia próprias”. (ALTHUSSER, 1979, p. 86)

Dessa forma, há a possibilidade de que as determinações principais sejam, sob determinadas circunstâncias/contextos, sobredeterminadas pelas secundárias, modificando-a, inclusive.

A concepção da “consciência de classe” como um resultado espontâneo da posição ocupada pelos operários na produção foi fortemente desenvolvida no interior do marxismo pela II e III Internacional⁹⁴. Esses impasses teóricos do conceito economicista de classe operária consolidou a ideia de que a consciência de classe seria um resultado do crescimento sociodemográfico da classe operária e ocorreria também com base em um suposto processo de homogeneização da situação socioeconômica dos trabalhadores, ou seja, um processo de conscientização visto como consequência natural do desenvolvimento do capitalismo, como se a economia (por si só) fosse suficiente para definir a classe operária. (BOITO JR., 2007)

A crítica de Boito Jr. a esse economicismo no debate sobre classes sociais estende-se ainda ao filósofo húngaro Georg Lukács, na sua compreensão sobre a objetividade da classe operária na economia capitalista. A existência objetiva dessa classe independe da consciência do trabalhador, visto que já existe como tal no terreno da economia. Apenas no momento em que adquire consciência da própria existência subjetiva (suas especificidades e interesses), a classe operária deixa de ser uma “classe em si” e passa a ser uma “classe para si”⁹⁵, pondo-se diante da tarefa histórica da superação dessa ordem.

Como alternativa para esse impasse teórico quanto ao determinismo econômico na discussão do conceito de classe social no marxismo, Boito Jr. (2007) oferece duas saídas:

[...] em primeiro lugar, em pensar a classe social como um fenômeno, ao mesmo tempo, econômico, político e cultural, objetivo e subjetivo e, em segundo lugar, distinguir, na análise da formação das classes sociais, a classe dominante, cuja formação já está dada, da classe dominada cuja formação é apenas, em condições normais, uma possibilidade real. (BOITO JR., 2007, p. 195)

⁹⁴ As “Internacionais” foram parte de um movimento de federação internacional das organizações da classe trabalhadora de vários países da Europa Central e Ocidental desde 1864. Segundo Bottomore (2012, p. 293): “O internacionalismo teve importância fundamental para o pensamento e a atividade de Marx e Engels, que deram uma base de classe (o internacionalismo proletário) à ideia da fraternidade humana proclamada pela Revolução Francesa”.

⁹⁵ Lukács se pauta aqui na distinção hegeliana “em si” / “para si” – numa ideia de potencialidade interna (em si) que se desenvolve em algo explícito (para si).

Corroborando análises anteriores já apresentadas nessa reflexão, Boito Jr. (2007) compreende a classe social como fenômeno simultaneamente econômico, político e ideológico. Mediante as relações de produção (sobretudo a divisão fundamental), emerge a possibilidade de organização de coletivo com interesses opostos.

É importante ressaltar o caráter de “possibilidade” dessa organização coletiva, no sentido de que as possibilidades se realizem, ou não, dependendo de inúmeros fatores e condições. Isso se aplica, sobretudo, à análise sobre a classe trabalhadora.

O antagonismo entre proprietários e trabalhadores é apenas latente, potencial. Para que a classe operária, que existe apenas em potência no terreno da economia capitalista, adquira uma existência ativa, é necessária a combinação de inúmeros fatores de ordem econômica, política e ideológica – situação do emprego e do salário, situação do sistema de alianças que sustenta o bloco no poder burguês, eficácia da ideologia e do programa socialistas para responder aos problemas colocados na ordem do dia pela sociedade capitalista em determinada etapa do seu desenvolvimento etc. A classe social só existirá no sentido forte do termo, isto é, como coletivo organizado e ativo, quando o antagonismo latente tornar-se [sic] manifesto. (BOITO JR., 2007, p. 197)

A própria realidade social é concebida por Marx como uma totalidade em constante movimento, composta por inúmeras contradições que levam em conta, a todo momento, a possibilidade de superação da ordem vigente. (RIDENTI, 2001)

Diferentemente da concepção da classe social como “classe em si” (que já está objetivamente dada, faltando apenas que adquira a consciência própria de si), Boito Jr. (2007, p. 200) sugere que se fale da existência potencial dessa classe. “A formação da classe é um processo relativamente aberto, e não uma complementação subjetiva do objetivamente dado”.

No caso da classe trabalhadora, a transformação do potencial latente em realidade é um processo que, como diriam Marx e Engels, demanda “organização paulatina do proletariado até se constituir em classe” (2008, p. 60). Não é algo natural, linear e ascendente que deriva tão apenas da expansão/desenvolvimento do capitalismo.

E, para Ridenti (2001), a construção de uma consciência própria não ocorre trazida “de fora” da classe em si, pelos partidos ou intelectuais que conheçam e dominem as leis da História; ela deve brotar de dentro da própria classe, com base em sua práxis. Um dos professores entrevistados faz uma leitura que complementa essa lógica, entendendo que essa consciência de classe pode ser construída/forjada também no interior da própria luta sindical:

[...] é preciso consciência de classe. Só que para mim consciência de classe não é uma priori, ou seja, primeiro você precisa ter consciência de classe para depois se envolver na luta e empreender alterações, seja na sua categoria ou na sua sociedade, no sentido mais amplo. Por isso vejo a importância dos sindicatos, nos momentos da luta, *porque a consciência de classe se forja no processo de luta também*. Então eu vejo a importância do sindicato ser um espaço de atuação política independente, absolutamente democrática e agregadora do ponto de vista das decisões, que as decisões não fiquem restritas à uma cúpula de dirigentes mas que elas possam ser compartilhadas pelos demais professores especialmente, por exemplo, num momento de greve que as decisões quanto mais compartilhadas e mais coletivas elas forem nós vamos preparando esses sujeitos em todo o processo, em todo o engajamento, nessa luta que vai lidar na formação política ao mesmo tempo que eleve a uma consciência de classe de fato, então, mas eu vejo que a dificuldade de se mobilizar no sentido teórico, poderíamos dizer, se manifesta dessa maneira, mas no sentido prático eu vejo que boa parte das lutas que consegue algum tipo de mobilização maior dos docentes é quando há uma situação de arrocho salarial muito muito grave e que, portanto, a dimensão econômica é a que mais mobiliza mas tem que chegar num ponto de muita gravidade para a gente conseguir um engajamento maior. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDUEPG 2, grifo nosso)**

A própria noção de uma consciência de classe fundada em perspectivas emancipadoras se torna um desafio histórico. Em “A Ideologia Alemã”, Marx e Engels (2007, p. 47) afirmam que “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante”. A classe que detém os meios de produção detém também os meios para universalizar a sua visão de mundo e as suas justificativas ideológicas a respeito das relações de produção com vistas à manutenção da sua dominação econômica. (IASI, 2011)

Desse ponto da problematização, o italiano Antônio Gramsci colabora no intuito de explicar os desafios postos a uma classe dominada (subalterna) na construção de uma consciência autônoma, emancipada.

E a resposta elaborada pelo filósofo revolucionário ao problema da ultrapassagem dos limites impostos pela dominação de classes no plano ideológico, para que se crie uma consciência de classe emancipada e emancipadora, ampara-se no conceito do senso comum – que seria o terreno sobre qual atuam as ideologias dominantes. Nos escritos de Gramsci, a hegemonia, o papel dos intelectuais, o senso comum e a existência de um sólido projeto nacional-popular constituem o terreno fértil para o debate sobre ideologia e consciência. (MATTOS, 2019)

Para Gramsci, está na filosofia da práxis a capacidade de apresentar-se como crítica e superação do senso comum de uma época.

A proposta de Gramsci reconhece as potencialidades do proletariado como sujeito social da emancipação humana, mas ressalta os desafios para que uma ‘filosofia crítica’ e emancipatória como o marxismo contribua para a

superação das armadilhas ideológicas secularmente criadas e contemporaneamente alimentadas pela dominação de classes, que tendem a atrelar a consciência de classes dos 'subalternos' aos ditames da passividade que domina o senso comum. (MATTOIS, 2019, p. 48)

Uma dessas armadilhas ideológicas, inclusive, apresentadas pelo grego Poulantzas (2019), reside nos mecanismos de dominação burguesa que faz com que o trabalhador não se reconheça ele mesmo como parte de uma classe social. Esse denominado “efeito de isolamento” oculta aos agentes da produção, em sua luta econômica, suas relações de classe.

Ora, se examinarmos, para começar, a luta econômica de classe, as relações sociais econômicas do modo de produção capitalista, constataremos uma característica fundamental e original que definirei doravante como ‘efeito de isolamento’. Ela consiste no fato de que as estruturas jurídicas e ideológicas as quais, determinadas em última instância pela estrutura do processo de trabalho, instauram, em seu nível, os agentes da produção distribuídos em classes sociais como ‘sujeitos’ jurídicos e ideológicos têm como efeito, sobre a luta econômica de classe, a ocultação, particularmente para os agentes, de suas relações como relações de classe. As relações sociais econômicas são efetivamente vividas pelos suportes como um fracionamento e uma atomização específicos. (POULANTZAS, 2019, p. 130)

Há ainda, conforme as discussões anteriores sobre a “classe média”, os elementos próprios dessa categoria de análise em que aspectos, como a meritocracia e a individualidade, se sobrepõem a uma ação coletiva que tem por base a consciência de classe. Sobre essa questão, algumas falas trouxeram elementos para ajudar na reflexão sobre a realidade docente do ensino superior:

E tem um outro fator prático que eu vejo que é as soluções individualistas para as situações de uma valorização que precisaria ser melhor reconhecida. Então os docentes da educação superior eles têm possibilidades de conseguir bolsas como pesquisadores, conseguir financiamento de alguns projetos, então, se ele não tem hoje as condições objetivas para o desenvolvimento da sua pesquisa, ele não luta coletivamente, ele vai buscar uma solução individual por meio de participação em editais de fomento, seja para financiar projetos de pesquisa, seja para bolsas de produtividade, por exemplo. E isso, digamos, amenizaria alguns problemas no que diz respeito à questão econômica. Alguns buscam se envolver em outras atividades reconhecidas pelas universidades e que tragam algum tipo de retorno financeiro, para além dos vencimentos, por exemplo, o envolvimento em atividades na educação à distância, que não reduz a sua carga horária de trabalho na universidade, no entanto gera uma remuneração em forma de bolsa. Ou, em algumas situações, em alguns cargos administrativos que podem também elevar a sua condição econômica, mas são soluções muito individuais. (EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDUEPG 2)

[...] infelizmente uma parcela desses colegas que, ao invés de entender o aumento da pobreza como um desafio para aumentar o comprometimento solidário, acabam por se silenciar e se sentir privilegiados individualmente na enganosa crença de uma meritocracia individualizada particular. E esse cenário não é exclusivo dos professores das universidades, mas, sem dúvida, ele impacta na forma como as pessoas percebem o que é direito social, que, às vezes, é arrancado por governos (no caso das políticas públicas brasileiras, nesse momento), e ao invés de apostar na solidariedade, na

organização e na defesa dos direitos – inclusive os direitos elementares de sobrevivência – acaba por se isolar, se esconder, fazendo de conta que nada tem a ver com isso. A posição individual é de seguir pelo mérito, isolado, descontextualizado, infelizmente é essa a situação em nível nacional. Essa crença no imaginário capitalista da meritocracia prejudica em muito a universidade brasileira e os desdobramentos disso são os mais variados e incontáveis. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDUEPG 1)**

Entre essas saídas individualizantes, são citadas as possibilidades de o docente, na estrutura da universidade pública, criar mecanismos de captação de recursos para si e/ou seu projeto de pesquisa, questão que foi comentada, de forma crítica, pelo docente:

É, essa é uma das saídas sim, mas lembrando que quem busca dinheiro fora da carreira na universidade vai ter que buscar, na oferta desses cursos de especialização privados, esses cursos de final de semana que comprometem ainda mais o tempo disponível. Cria-se a ilusão de que vai enriquecer. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDUEPG 1)**

Ainda sobre esse ponto, o trecho a seguir é uma alegoria usada por um dos entrevistados, a fim de explicar a sua visão acerca de como funciona a mentalidade que expressa essa individualidade no interior da universidade:

Se a gente observar boa parte do corpo docente, como ele enxerga o seu ambiente de trabalho? É um professor com doutorado, está concursado, recém adentrou na universidade, e ele se vê como um profissional liberal dentro da universidade, ou seja, o que ele quer? Ele quer um laboratório, então ele briga pelo laboratório. E a hora que ele consegue o espaço físico ele começa ir atrás dos equipamentos, apresenta projetos, consegue um financiamento, claro, faz parte. Mas aquilo ele vê como dele, é o trabalho o esforço dele. Aí ele começa a construir sua pequena empresa, porque é assim que ele vê, porque basicamente muitos de nossos colegas vêm dessa mentalidade mais burguesa, enquanto classe. E trazem isso. Então, ele vê que está montando a sua pequena empresa, aí ele começa a tentar trazer os seus funcionários. No começo, ele chegou recentemente, começa a dar os estágios, e o estagiário funciona como seu funcionário. Ele consegue bolsa, começa a remunerar o seu estagiário. E, quando ele consegue ingressar no mestrado, a empresa dele está crescendo, ele está produzindo, está publicando. O produto dele são essas publicações. E, à medida que vai para o mestrado, ele já tem um orientador de mestrado e já começa a terceirizar a orientação do estagiário, passa para esse mestrando. E, quando entra para o doutorado, o doutorando dele é quem vai trabalhar muito na orientação do mestrando que, por sua vez, segue cuidando do estagiário. Então, ele aumentou a sua empresa. Ele já se torna mais importante, já pode terceirizar inclusive o trabalho do laboratório. Ele pode já, agora que o laboratório está em pleno funcionamento com seus funcionários, digamos assim, ele pode querer um cargo de confiança, porque aí ele começa a ter uma posição política dentro da universidade. Ele também pode conseguir melhorar as condições de trabalho da sua pequena empresa e assim sucessivamente. Essa mentalidade começa a se tornar muito presente e arraigada, afastando o docente da motivação de uma entidade representativa que é o sindicato. Ele percebe que não tem importância, porque ele consegue aumentar a sua empresinha e ter o seu ganho pessoal quando ele consegue um cargo, uma bolsa produtividade, um financiamento, e vai aumentando a sua renda também. Quando a coisa fica muito difícil, do ponto de vista da carreira, com

um acúmulo de defasagem salarial de muito tempo, aí ele lembra que tem o sindicato que estava falando desse problema há muito tempo, mas só agora ele sente que isso tem alguma importância. Aí pode decidir por uma greve, mas a empresa dele não para. A empresa dele não pode parar. O pequeno laboratório lá precisa continuar, porque aquilo ali é o importante para ele (aí para a sala de aula). É sempre assim, quando o docente se enxerga trabalhador? Ele se enxerga empresário quando ele tá lá no seu laboratório produzindo e tendo seus funcionários. Ele se enxerga trabalhador, do chão da fábrica, na sala de aula da graduação. Aí, sim, ele se enxerga proletário, aí que ele para. É nesse espaço que ele protesta, que ele reivindica. É nesse espaço que ele busca a unidade com os demais colegas e até mesmo com as outras universidades. É quando ele se enxerga proletário. No momento em que ele está se enxergando como pequeno empresário, ele não está interessado em nada disso. Aí se afasta novamente. Então, é uma categoria difícil de organizar essa, a nossa. Bastante complicado lidar com isso, parece uma condição de bipolaridade. Então, acho que nós fomos derrotados e vamos seguir acumulando derrotas. **(EX-DIRIGENTE ADUNICENTRO 2)**

Por fim, tendo por pano de fundo os elementos trazidos até aqui – sobre a identificação do professor do ensino superior como trabalhador, as particularidades do seu trabalho e a (in)existência de uma consciência de classe nesse sujeito –, foi proposta aos entrevistados uma reflexão sobre as principais dificuldades da mobilização docente sindical nas IEES/PR. Os principais pontos que exemplificam o teor das respostas constam na fala dos próprios professores entrevistados:

Eu acho que incrivelmente é essa a questão do professor se ver [ou não] como um trabalhador, como um funcionário público e trabalhador do serviço público, porque, às vezes, mesmo quando a coisa afeta diretamente o professor, redução de salário, não pagamento da data-base, você ainda não consegue mobilizar como a direção sindical acha que o trabalhador se mobilizaria, com essas questões materiais e imediatas [em jogo]. Mas é porque também existem outras formas de se correr essa solidariedade entre professores universitários, existe uma competição por bolsas, uma competição por *status*, por prestígio, e que ela afeta essa solidariedade em função dessas coisas materiais. O cara ganha uma bolsa de produtividade, uma bolsa para o projeto de extensão, isso é um ganho salarial, isso afeta a briga por 3% da data-base. O valor dessa bolsa recupera e causa impacto nessa mobilização. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDUNESPAR 1)**

Retirar o docente do seu dia a dia. Ele está em uma agenda que é muito comum, por exemplo, para passar o final de semana sem dormir para poder fechar um artigo para o congresso. Mas o cara não consegue abrir na agenda dele um espaço de duas horas para participar de uma reunião. [...] E eu acho que essa questão do individualismo, ela é uma coisa que pesa demais. Às vezes o cara está preocupado com o currículo dele. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL SESDUEM 2)**

[...] a grande maioria dos nossos dirigentes sindicais tem um perfil de pessoas que trabalham de manhã, tarde e noite nessas características que eu descrevi. Então, esse é o perfil do colega e da colega docente. Daí a pergunta: Como construir um movimento sindical? Como fazer com que as nossas entidades [sindicais] sejam espaços de respiro, de organização e de defesa dos interesses dos professores? É muito difícil. Mas é essa a realidade

que a gente enfrenta no país, no Paraná e na UEPG. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDUEPG 1)**

Como o capítulo buscou problematizar as discussões sobre o sindicalismo atrelado à realidade de uma categoria como os docentes do ensino superior, elas são complexas e cheias de possibilidades. A construção aqui elaborada destacou, inicialmente, a historicidade desse movimento dentro da realidade brasileira e o modo que ele possui semelhanças e particularidades, se comparado aos demais movimentos de trabalhadores.

Os limites e possibilidades dessa militância político-sindical estão justamente atrelados às especificidades desses sujeitos e à forma por que a profissão, ao longo das décadas, construiu a sua identidade social, por vezes, distante da realidade imposta aos demais trabalhadores, sobretudo os trabalhadores manuais. Como limites, podem ser mencionados ainda a grande fração do conjunto dos docentes de ensino superior, os quais que permanecem alheios, ou até refratários, ao sindicalismo de esquerda, embora, no âmbito da realidade das IEES/PR, as seções sindicais do ANDES no estado demonstraram índices significativos de filiações desses trabalhadores.

As possibilidades indicam uma categoria que hoje consegue se organizar nacionalmente, tendo por base o seu sindicato, o ANDES-SN, sendo este uma referência política e do sindicalismo brasileiro. A hegemônica visão à esquerda desse sindicalismo, materializado na defesa dos interesses dos trabalhadores, da universidade pública e democrática, entre outros, amplia e fortalece a noção de que esse agrupamento pertence ao conjunto dos trabalhadores brasileiros, sendo estes fonte de apoio do movimento docente nas mais diversas lutas empreendidas ao longo das décadas.

CAPÍTULO 3

REFLEXÕES GERAIS ACERCA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E AS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR NO PARANÁ

Para este capítulo, está prevista uma discussão que visa contextualizar as bases históricas e atuais do ensino superior brasileiro – em especial, as disputas econômico-políticas que põem em risco a ampliação (e também a manutenção) do ensino superior público e gratuito. Para tanto, são tecidas inicialmente breves considerações sobre a trajetória histórica de criação das primeiras universidades brasileiras e, ainda, do período que buscou realizar uma reforma do ensino superior.

Na sequência, o debate volta-se para os períodos mais recentes em que o tema do ensino superior adentra a esfera do mercado e se torna um importante elemento do jogo econômico-político mundial. No que concerne ao Brasil, são feitas análises acerca dos reflexos das orientações do Banco Mundial sobre o tema, nos anos 1990, e como essa questão influenciou um movimento de retração da universidade pública brasileira e ampliação das vagas em instituições privadas de ensino superior – inclusive tendo a participação, cada vez mais significativa, no mercado brasileiro de conglomerados nacionais e internacionais voltados para a área da educação privada.

Por fim, como forma de relacionar os temas acima apresentados com o objeto de estudo desta tese, são feitas considerações sobre o sistema público estadual de ensino superior no Paraná. Nesse ponto, além de apresentar as Instituições Estaduais de Ensino Superior, são feitos apontamentos sobre a atual configuração da carreira docente desses servidores públicos.

Torna-se necessário também aqui abordar o elemento da autonomia universitária brasileira à luz, sobretudo, da realidade paranaense. Para tanto, são feitas reflexões teóricas sobre o assunto e a apresentação da forma que a autonomia (didática e pedagógica; administrativa; patrimonial e financeira) se apresenta nos documentos oficiais de cada IEES/PR.

3.1 A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA E A REFORMA DO ENSINO SUPERIOR DE 1968

Diferentemente dos países vizinhos, de colonização espanhola, o Brasil demora a fundar a primeira universidade no seu território. Nas colônias espanholas da América, a primeira universidade do continente surgiu em São Domingos, em 1538.

Em 1553, foi inaugurada no México a segunda universidade americana. Até início do século 19, havia 26 ou 27 universidades na América espanhola, e nenhuma delas era no Brasil. (CUNHA, 2007a)

A despeito das diversas tentativas de explicações possíveis quanto a essa realidade tardia da universidade brasileira, Cunha (2007a) argumenta que, embora, por todo o império, não tenham existido no país instituições universitárias ministrando “um saber superior”, era possível verificar iniciativas como a do colégio dos jesuítas da Bahia. Iniciando-se em 1572, data de criação dos cursos de Artes e Teologia, o autor o considera como “provavelmente o primeiro curso superior do Brasil”. (CUNHA, 2007a, p. 19)

Embora franciscanos, beneditinos e carmelitas mantivessem em seus conventos, mesmo antes da expulsão dos jesuítas, cursos de Artes e Teologia – ensino superior, portanto –, eles estavam voltados mais para a reprodução interna dos seus quadros do que para fora, característica distintiva dos colégios da Companhia de Jesus. Estes constituíam, além disso, um sistema integrado, sem par no tempo da Colônia, no qual os cursos superiores se articulavam perfeitamente com os demais e com a pregação religiosa não escolar. (CUNHA, 2007a, p. 21-22)

Esse ensino superior de característica colonial só vai ter substanciais alterações na ocasião da transferência da sede de poder metropolitano para o Brasil. A partir de 1808, foram criados cursos e academias destinados a formar burocratas para o Estado. A preocupação também se destina à formação de especialistas de bens simbólicos e, como subproduto, formar profissionais liberais.

Para Paiva (2016):

Com a vinda da família real, e é importante dizer que isso significa a vinda do Estado português para o Brasil, diversas instituições foram criadas ou transplantadas para permitir o estabelecimento do príncipe regente, da corte portuguesa e o funcionamento do Império português, mas a universidade não foi uma delas. No ensino superior foram criadas as academias militares (da Marinha e do Exército) onde surgiram os cursos de Engenharia e Medicina. (PAIVA, 2016, p. 142)

Com uma dupla função formativa, uma vez que seus conhecimentos poderiam ser empregados tanto na engenharia militar quanto na engenharia civil, o curso de Matemática é também outra área do conhecimento que avançou nesse momento histórico brasileiro.

Cunha (2007a) complementa apresentando outros cursos que foram criados nesse período para a formação de profissionais não militares para a burocracia do Estado: Agronomia, Química, Desenho Técnico, Economia Política e Arquitetura. Logo após a Independência do Brasil, foram criados os primeiros cursos jurídicos,

colaborando para a formação dos especialistas nas atividades mais numerosas da burocracia do Estado.

De acordo como a análise Souza (1996, p. 48): “O perfil ideológico do ensino superior estruturado durante o Império estava bem definido: qualificação da elite para o exercício do poder, aristocratização do saber, profissionalização técnico-operativa e transplante de modelos europeus”.

Cabe dizer que houve, nesse momento, o início de um processo que leva à secularização do ensino superior no Brasil, até então a cargo da Igreja Católica. Nas palavras de Cunha:

A reestruturação e ampliação do ensino superior no Brasil a partir de 1808, fizeram que os estudos de Matemática, Física, Química, Biologia e Mineralogia se deslocassem dos cursos de Filosofia, controlados pela Igreja, para cursos médicos e para a Academia Militar, e, muitos mais tarde, para a Escola Politécnica, que dela se separou. (CUNHA, 2007a, p. 64)

Outra marca desse incipiente ensino superior brasileiro, sobretudo após o seu processo de recriação após 1808, foi a estruturação dele por meio de estabelecimentos isolados, embora houvesse sucessivas tentativas de reuni-los em universidades.

Na Primeira República (1889-1930), destacou-se a importância da influência positivista na política educacional que ocorreu mediante a atuação de Benjamin Constant. Nesse período, conforme afirma Cunha (2007a), surgiram no país as primeiras escolas superiores livres – estabelecimentos não dependentes do Estado empreendidos por organizações particulares.

Resultou desse contexto uma significativa expansão de cursos, instituições com a facilitação do acesso e com qualidade sempre criticada. As reformas referentes ao ensino superior de 1911, 1915 e 1925, visaram conter a proliferação sem limites de títulos e instituições, e estabelecer critérios de ingresso (criação de exames vestibulares, limitação do número de vagas) e de reconhecimento dos certificados. (PAIVA, 2016, p. 143)

No período da Primeira República, mediante o ordenamento jurídico específico que assim autorizava, surgiram as primeiras iniciativas de criação de instituições de ensino superior em diversos estados. As principais delas que surgiram à revelia do poder central foram criadas no Amazonas, São Paulo e Paraná. Foram iniciativas que tiveram vida curta: a Universidade de Manaus foi criada em 1909 e dissolveu-se em 1926; a Universidade de São Paulo⁹⁶ foi solenemente inaugurada em 1912 e, embora

⁹⁶ Não confundir aqui com a renomada e hoje conhecida USP, esta que foi criada em 1934 pelo governo estadual e reunia escolas oficiais existentes, entre as quais a de Medicina, Odontologia e Direito.

tivesse crescido nos anos iniciais, não durou muito mais tempo após 1917; a Universidade do Paraná instalou-se em 1912 e findou-se em 1915.

Para Cunha (2007a, p. 189), “essas tentativas, independentes e até mesmo contrárias à orientação do poder central, embora não vingassem, devem ter provocado uma reação para que o governo da União controlasse a iniciativa de fundar a universidade”.

Já nos anos 1920, surgiram as três primeiras universidades estatais e duradouras do Brasil, nas palavras de Cunha (2007a), “as universidades de vida longa”. A primeira delas foi a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920. A mesma técnica de organização, pela justaposição de faculdades isoladas já existentes, foi usada também para a criação da Universidade de Minas Gerais em 1927. Por fim, em 1928, a organização da Universidade de Porto Alegre fez-se por um processo diferente do utilizado pelas congêneres mencionadas, sendo a sua criação advinda da histórica Escola de Engenharia de Porto Alegre – esta, por sua vez, criada em 1896.

Do movimento de crítica à universidade brasileira (potencializado, sobretudo, pelos “profissionais da educação” que se iam avolumando conforme o crescimento dos sistemas de ensino acontecia), destaca-se o surgimento da Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada em 1924.

A ABE era uma sociedade civil que funcionava como um instrumento de mobilização e difusão de ideias que os profissionais da educação vieram a utilizar justamente para aumentar a sua capacidade de atuação no aparelho do Estado. Foram três as conferências que ela promoveu na Primeira República: a de 1927, em Curitiba; a de 1928, em Belo Horizonte; e a de 1929, em São Paulo. A II Conferência Nacional de Educação, de 1928, foi extremamente importante como catalisadora das críticas às universidades existentes. (CUNHA, 2007a, p. 197)

Em 1931, já no governo Getúlio Vargas, foi aprovado o Decreto n.º 19.851, de 11 de abril. O “Estatuto das Universidades”, como ficou conhecido, teve vigência nacional por 30 anos e estabelecia os critérios para a criação, o funcionamento e o financiamento das universidades. “Era um modelo único de organização didático-administrativo do ensino superior, embora admitisse certas variações regionais, sempre a juízo do Ministério da Educação.” (CUNHA, 2007a, p. 263)

Como finalidade do ensino universitário brasileiro, o decreto assim descrevia no seu art. 1.º:

elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaesquer dominios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercicio de actividades que requerem preparo tecnico e scientifico superior; concorrer,

emfim, pela educação do individuo e da collectividade, pela harmonia de objectivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as actividades universitarias, para a grandeza na Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade. (BRASIL, 1931)

O referido estatuto admitia duas formas de organização do ensino superior: a universidade e o instituto isolado. Como ressalta o art. 6.º, as universidades podem ser oficiais ou livres; a oficial é aquela mantida pelo governo federal ou estadual, a livre é mantida por fundações ou associações particulares. Ressalta-se que, na ocasião, o ensino deveria ser pago, mesmo nas universidades oficiais.

Desse estatuto, destaca-se a questão da autonomia universitária que aparece no art. 9.º da referida normativa:

Art. 9º As universidades gozarão de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, didáctica e disciplinar, nos limites estabelecidos pelo presente decreto, sem prejuízo da personalidade jurídica que tenha ou possa ser atribuída pelos estatutos universitários a cada um dos institutos componentes da universidade. (BRASIL, 1931)

Destaca-se ainda e tem relação direta com o objeto de estudo desta tese a forma que o associativismo docente aparece no decreto. É citada, no art. 100, a possibilidade de organização de uma “Sociedade dos Professores Universitários”, cuja presidência ficaria a cargo do reitor. Segundo o artigo:

§ 1º A sociedade dos professores universitários destina-se: 1º, a instituir e effectivar medidas de previdencia e beneficencia, que possam aproveitar a qualquer membro do corpo docente universitario; 2º, a effectuar reuniões de caracter scientifico, para communações e discussões de trabalhos realizados nos institutos universitarios; 3º, a promover reuniões de caracter social. (BRASIL, 1931)

Para efetivar as providências relativas aos benefícios e previdência, prevê-se, no decreto, a criação de uma “Caixa do Professor Universitário”, com recursos provenientes de contribuições dos membros da sociedade, de donativos de qualquer procedência e, ainda, de uma contribuição anual dos institutos universitários.

Sobre a temática da organização docente, o decreto trata ainda da criação de um “Diretório Nacional de Professores”:

Art. 102. Em conexão com as sociedades regionaes de professores universitarios, poderá ser organizado o ‘Directorio Nacional de Professores’, constituído de dous representantes de cada uma das sociedades de professores universitarios e de um representante de cada uma das associações analogas, organizadas pelos institutos superiores de ensino não incorporados a universidades.

§ 1º Caberá ao Directorio Central de Professores: 1º, promover a defesa dos interesses geraes da classe; 2º, decidir, sobre a acção conjuncta das diversas universidades e institutos de ensino superior, em assumptos de ordem geral; 3º, suggerir medidas tendentes a mais aproximar as diversas unidades e instituições technico-scientificas, e a fortalecer os laços de solidariedade entre as mesmas; 4º, organizar, de accôrdo com os conselhos universitarios

e com os conselhos tecnico-administrativos dos institutos isolados de ensino superior, congressos universitarios de dous em dous annos. (BRASIL, 1931)

Ainda com relação aos docentes, mais especificamente à organização do seu trabalho, o decreto traz, em seu art. 48, a concepção do magistério do ensino superior amparada em categorias distintas, sobretudo os professores catedráticos, os auxiliares de ensino e os docentes livres.

O corpo docente seria constituído, em termos gerais, de professores catedráticos, um para cada cadeira do curso, auxiliares de ensino (chefe de clínica, chefe de laboratório, assistente ou preparador) e docentes-livres. Os privilégios do cargo de catedrático seriam mantidos, sendo que a vitaliciedade e a inamovibilidade só ficariam garantidas após 10 anos de exercício do cargo e aprovação em concurso de títulos. Os auxiliares de ensino, indicados pelo catedrático, de quem deveria gozar a confiança, estariam obrigados a se submeter ao concurso de docência-livre sob pena de desligamento. Os docentes-livres seriam aprovados em concurso de títulos e provas, 'de capacidade técnica e científica e de predicados didáticos'. Eles teriam os encargos principais de lecionar em cursos equiparados aos cursos normais, ministrados pelos catedráticos, de substituí-los nos seus impedimentos e de reger turmas. (CUNHA, 2007a, p. 264)

Ademais, como pontua Cunha (2007a), o modelo de universidade presente no estatuto era mais uma medida da política educacional autoritária que se opunha aos modelos pretendidos pelos liberais. Havia restrições à autonomia didática e administrativa das universidades; predileção por concepções únicas e horror à pluralidade de ideias – geralmente associada à divergência e, portanto, inimiga da ordem; nível de participação da comunidade acadêmica (estudantes e professores) que, embora fosse permitido, era controlado, tendo o Estado o arbítrio dessas relações.

Ao início da era Vargas, 1930, havia no Brasil apenas três universidades. Ao fim dessa era, 1945, eram cinco universidades. Das já citadas anteriormente, incluem-se a Universidade de São Paulo, criada em 1934, e as Faculdades Católicas (embrião das pontifícias) em 1940. Em 1932, havia 21 mil estudantes nas escolas superiores do país, chegando a 27 mil em 1945. (CUNHA, 2007a)

No que se refere à década de 1930, destaca-se ainda a criação de uma entidade para congregar os estudantes das escolas superiores de todo o país. Inicialmente criada com o nome de Conselho Nacional de Estudantes e depois União Nacional dos Estudantes (UNE), essa organização ocorreu em meio ao governo autoritário do Estado Novo (de extensão inclusive nas políticas educacionais) e caracterizou-se por suas orientações democráticas.

Já nesse período varguista, a UNE foi responsável pela proposição de um projeto de política educacional que em nada coincidia com a política autoritária em

vigor. Defendiam-se nele a universidade aberta para todos; a diminuição das altas taxas de exame e matrícula; a vigência nas universidades da liberdade de pensamento, de cátedra, de imprensa, de crítica e de tribuna; a escolha do reitor pelos corpos docente e discente, representados no conselho universitário; a livre associação dos estudantes dentro da universidade com representação no conselho universitário; currículos elaborados por comissões de professores especializados e com representação estudantil.

Era uma dualidade de objetivos (modernizadores em termos pedagógico-administrativos e contestadores em termos políticos) que estaria presente no pensamento dos estudantes também por todo o período da república populista. Tinha por base elementos dos movimentos de reforma universitária ocorrida anteriormente nas universidades dos países hispano-americanos, do qual a “Carta de Córdoba” (1918) era seu principal definidor de princípios gerais.

De fato, como afirma Cunha (2007b), o projeto de uma reforma do ensino superior brasileiro, com vistas à democratização deste, nasceu e desenvolveu-se nos meios estudantis. A própria UNE surgiu dentro de um projeto de reforma do ensino superior elaborado pelos próprios estudantes. Foi apenas no fim da república populista, quando o assunto da reforma universitária já integrava a lista das “reformas de base” e alguns professores engrossaram o movimento.

A partir de 1945, e com o avanço da ideologia desenvolvimentista instalada no país, todo o ensino superior era criticado em nome da sua modernização. O primeiro passo visando a essa modernidade foi dado pelo setor militar e culminou na criação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), em 1947.

Dois anos depois da criação do ITA, iniciaram-se os estudos para a criação de medidas que deveriam ser tomadas para promover a pesquisa científica e tecnológica no Brasil. Desse movimento, encaminhou-se um anteprojeto para a criação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), que foi aprovado mediante a Lei n.º 1.310, de janeiro de 1951.

A criação da Universidade de Brasília em 1961, com seu paradigma norte-americano de modernização, é também considerada um momento marcante nesse processo de modernização do ensino superior no Brasil. (SOUZA, 1996 e CUNHA, 2007a)⁹⁷

⁹⁷ Como afirma Cunha (2007c), a modernização do ensino superior na direção do modelo organizacional norte-americano já vinha ganhando terreno solidamente no Brasil desde os anos 1940.

Também em 1961, sob a organização dos estudantes, foi realizado, em Salvador-BA, o I Seminário Nacional de Reforma Universitária. O temário do evento consistia nos seguintes tópicos:

- (1) O exame vestibular, o programa e o currículo, o sistema de aprovação;
- (2) A administração da universidade, a participação do corpo discente na administração da universidade, a autonomia da universidade;
- (3) Condições de funcionamento: instalações, salas de aula etc., pesquisa;
- (4) Realidade brasileira, mercado de trabalho;
- (5) Corpo docente, cátedra vitalícia tempo integral;
- (6) Função da universidade. (CUNHA, 2007b, p. 177)

O estudo de cada tema ficou a cargo de uma comissão. Ao final, cada comissão teve seu relatório apresentado e submetido ao plenário para aprovação. A reunião dos relatórios resultou nas conclusões desse primeiro seminário e num documento denominado “Carta da Bahia”.

No ano seguinte, 1962, realizou-se, na cidade de Curitiba-PR, o II Seminário Nacional de Reforma Universitária. As comissões temáticas compunham as análises da universidade dos pontos de vista estrutural, regional, cultural, político-social e a teorização da universidade. Ao final, os relatórios das comissões foram aprovados pelo plenário e, juntos, compuseram o documento “Carta do Paraná”.

No Simpósio Nacional de Reitores, realizado em 1962, convocado pelo então Ministro da Educação Antônio de Oliveira Brito, os reitores aprovaram uma série de sugestões a respeito da política de ensino superior, entre as quais apenas o Fórum Universitário foi realmente criado meses após o simpósio.

Esse fórum deveria convergir/integrar as demandas dos estudantes (expressas nos documentos resultados dos dois seminários realizados) e dos reitores. Fato é que, como analisa Cunha (2007b, p. 202), nada disso aconteceu: “Se havia grandes diferenças entre estudantes quanto ao rumo a ser tomado pela reforma, elas não eram menores entre eles, tomados em conjunto, e os reitores e catedráticos”.

Com a entrada do período governado pelo regime militar, findou-se a possibilidade de espaços minimamente abertos e democráticos, para que a sociedade civil discutisse a universidade pública e a sua agenda de reforma. Fato é que as informações brevemente apresentadas acima indicam como errônea qualquer concepção de que a reforma universitária brasileira teria sido processada depois de 1964 e por influência direta dos convênios MEC-USAID⁹⁸. Cunha (2007b, p.168) esclarece:

⁹⁸ Referência ao convênio firmado, em 1967, pelo Ministério da Educação com o *United States Agency for International Development* – USAID.

Na verdade, quando esses convênios foram firmados, no âmbito do ensino superior, a modernização da universidade já era um objetivo aceito por diversas correntes de opinião, de esquerda e de direita. Assim, quando os assessores norte-americanos vieram, em 1967, para compor a equipe de Assessoria do Planejamento do Ensino Superior, não precisaram de muitos esforços para despertar o consenso, pois ele já tinha sido produzido, entre os universitários, pelos porta-vozes do desenvolvimentismo.

Ademais, em sua outra obra “A Universidade Reformanda”, o autor complementa a sua análise sobre essa questão:

[...] a concepção de universidade calcada nos modelos norte americanos *não foi imposta* pela Usaid, com a conivência da burocracia da ditadura, mas, antes de tudo, *foi buscada*, desde fins da década de 1940, por administradores educacionais, professores e estudantes, principalmente aqueles, como um imperativo da modernização e, até mesmo, da democratização do ensino superior em nosso país. Quando os assessores norte-americanos aqui desembarcaram, encontraram um terreno arado e adubado para semear suas ideais. (CUNHA, 2007c, p. 24, grifo do autor)

Se a universidade brasileira apresentava um quadro crítico na República populista⁹⁹, o regime militar, imediatamente após o golpe de 1964, buscou evitar que a universidade se tornasse cada vez mais crítica. Para isso, expulsou professores e realizou triagem político-ideológica dos novos docentes. Quanto ao movimento estudantil, passou a reprimi-lo à medida em que se organizava¹⁰⁰.

Foi para inverter essa tendência que o Estado promoveu ‘a reforma universitária’ de 1968, arrebatando uma bandeira hasteada pela UNE três décadas antes, no momento mesmo do seu nascimento, fonte fértil de crítica da universidade e, por extensão, da sociedade que a mantém e dela se previne ou defende. (CUNHA, 2007b, p. 210)

A taxa de matrícula do ensino médio que cresceu 4,3% pontos entre 1947 e 1964 elevou a procura pelo ensino superior e foi elemento de pressão para a expansão dele. A demanda de alunos superior à oferta de vagas nas universidades constituiu-se num constante foco de tensão social. Pressionado, o governo militar formulou uma política para a reestruturação do ensino superior, porém, ao contrário do período anterior, essa reestruturação não visava à construção de uma universidade crítica de si mesma e da sociedade. (MARTINS, 2009)

Os diagnósticos e recomendações dos estudos encomendados pelo governo brasileiro convergiram em documentos que apresentavam a necessidade de a educação superior brasileira ter objetivos práticos e adaptar seus conteúdos às metas

⁹⁹ A crítica aqui se dá nos dois sentidos desenvolvido por Cunha (2007b, p. 209-210): 1) a universidade esteve numa situação crítica a partir das contradições que se acirravam no seu interior; 2) a universidade foi crítica de si própria e da sociedade.

¹⁰⁰ São destaques quanto à essa repressão ao movimento estudantil e docente os Decretos nº 4.464/1964, que extinguiu a UNE; nº 228/1967, que limitou a existência de organizações estudantis de cada universidades; e o nº 447/1969, que define uma série de posturas de alunos, professores como sendo consideradas infrações disciplinares.

do desenvolvimento nacional. Outra questão referia-se ao público dela que não deveria ser mais restrito, tal como vinha ocorrendo.

Propunha-se assim sua expansão, assinalando, no entanto, a falta de recursos financeiros, o que levou à introdução do princípio *da expansão com contenção*, que seria reiterado pela política educacional. O objetivo a ser alcançado era obter o máximo de atendimento da demanda com o menor custo financeiro. A reformulação do ensino superior deveria pautar-se por uma racionalização dos recursos e orientar-se pelo princípio de flexibilidade estrutural, evitando a duplicação de meios para as mesmas finalidades acadêmicas. [...] O documento elaborado pela Equipe de Assessoria do Ensino Superior faz uma clara menção à participação do ensino privado no processo de expansão. Nessa direção, assinalava que o governo deveria estimular a criação de universidades particulares, prestando-lhes auxílio, a fim de assegurar vagas para alunos com poucos recursos financeiros (MARTINS, 2009, p. 20, grifo do autor)

No tocante à reforma universitária do complexo movimento que dela se originou (com notoriedade à Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968), pode-se destacar que, de um modelo de modernização/organização da universidade inspirado na experiência de países mais avançados, passaram a predominar, após 1964, o discurso tecnicista e a percepção da universidade como uma empresa, num entendimento da missão da universidade como “formadora de recursos humanos para o desenvolvimento do país e satisfação de mão de obra especializada, pelo setor público e privado”. (PAIVA, 2016, p. 149)

As cátedras foram extintas na organização do ensino superior do país e os professores passaram a se organizar por departamentos que agrupavam várias disciplinas.

Outro elemento que merece destaque foi a prosperidade dos interesses de setores privados do ensino superior. Cunha (2003) ressalta que as afinidades políticas dos empresários do ensino com os governos militares abriram caminho para mais representantes de escolas, faculdades e universidades privadas nos conselhos de educação¹⁰¹.

O poder do Conselho Federal de Educação, instituído pela primeira LDB (1961), transformou-o num órgão cobiçado pelos empresários do ensino. Como dele dependiam as autorizações, reconhecimento e credenciamento, de cursos e de instituições, os empresários do ensino e seus prepostos, amparados pelas composições políticas da ditadura militar, lograram constituir a maioria, quando não a totalidade desse Conselho. As denúncias de corrupção atingiram o auge no governo interino de Itamar Franco, que dissolveu o Conselho e enviou ao Congresso projeto de lei que criou outro órgão colegiado no seu lugar. (CUNHA, 2003, p. 47)

¹⁰¹ De acordo com Martins (2009), entre 1968 e 1972, foram encaminhados ao Conselho Federal de Educação 938 pedidos de abertura de novos cursos, dos quais 759 foram aprovados.

Martins (2009) analisa que a Reforma de 1968 produziu efeitos paradoxais no ensino superior brasileiro:

Por um lado, modernizou uma parte significativa das universidades federais e determinadas instituições estaduais e confessionais, que incorporaram gradualmente as modificações acadêmicas propostas pela Reforma. Criaram-se condições propícias para que determinadas instituições passassem a articular as atividades de ensino e de pesquisa, que até então – salvo raras exceções – estavam relativamente desconectadas. Aboliram-se as cátedras vitalícias, introduziu-se o regime departamental, institucionalizou-se a carreira acadêmica, a legislação pertinente acoplou o ingresso e a progressão docente à titulação acadêmica. Para atender a esse dispositivo, criou-se uma política nacional de pós-graduação, expressa nos planos nacionais de pós-graduação e conduzida de forma eficiente pelas agências de fomento do governo federal. (MARTINS, 2009, p. 16)

Além de produzir os referidos efeitos inovadores, Martins (2009, p. 17) analisa que, por outro lado, abriu condições para o surgimento de um ensino superior privado que reproduzia o antigo padrão brasileiro de escola superior, organizando as instituições mediante estabelecimentos isolados que eram “voltados para a mera transmissão de conhecimentos de cunho marcadamente profissionalizante e distanciados da atividade de pesquisa, que pouco contribuem com a formação de um horizonte intelectual crítico para a análise da sociedade”.

Embora já fosse possível visualizar esse setor privado no ensino superior brasileiro, o que surge após 1968, tende a ser qualitativamente distinto em termos de natureza e objetivos do que existia no período anterior. Para o autor: “Trata-se de outro sistema, estruturado nos moldes de empresas educacionais voltadas para a obtenção de lucro econômico e para o rápido atendimento de demandas do mercado educacional”. (MARTINS, 2009, p. 17)

Cumprindo a agenda inicialmente planejada, o regime militar conseguiu ampliar o número de vagas nas universidades públicas. De 1967 a 1980, as matrículas no ensino público cresceram de 88 mil para aproximadamente 500 mil estudantes, um crescimento da ordem de 453% que, no entanto, não foi suficiente para absorver toda a demanda de acesso ao ensino superior, abrindo assim um campo favorável à participação do ensino privado.

Para ter uma ideia do avanço do setor privado nesse mercado, entre 1965 e 1980, as matrículas foram de 142 mil para 885 mil alunos. Nesse período, passou de 44% do total de matrículas do ensino superior do país para 64%. Sobre os estabelecimentos, num primeiro momento a sua proliferação ocorreu por meio de faculdades pequenas e isoladas que se fundiram em federações de escolas. A partir dos anos 1980, como afirma Martins (2009), o movimento de transformação de

estabelecimentos isolados em universidades acelerou, pois, de 1985 a 1996, o número de universidades particulares no país triplicou: de 20 para 64 estabelecimentos.

A década de 1980 também impulsionou esse movimento de criação de novas universidades particulares com base em uma nova legislação para o ensino superior. Na esteira do princípio da autonomia, possibilitado pela Constituição Federal de 1988, o setor privado pôde ter maior liberdade para criação/extinção de cursos na própria sede e o remanejamento de vagas, sem se submeter diretamente ao controle burocrático e administrativo de órgãos oficiais do governo, embora, paradoxalmente, os anos 1980 também tenham sido de retração do ensino privado, considerando especialmente o contexto econômico-social da década que foi expresso em graves quadros inflacionários e de desemprego da população.

3.2 O BANCO MUNDIAL E A CONTRARREFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: O ENSINO SUPERIOR COMO ELEMENTO DE DISPUTAS ECONÔMICO-POLÍTICAS

Pensando exclusivamente o ensino superior brasileiro a partir dos anos 1990, é possível afirmar que esse momento marcou um período de inflexão no rumo da política para a educação superior no país. Se, até o fim do período militar, a educação estava ligada ao ideal de um projeto nacional e autônomo de capitalismo, os movimentos de reforma empreendidos nos anos 1990 integraram parte do processo histórico de adequação do Estado brasileiro à nova base material de acumulação do capitalismo mundial. (SAMPAIO, 2012)

São paradigmáticos desse movimento as políticas de ajuste fiscal apresentadas na reestruturação do gasto público federal com vistas a sua racionalidade e austeridade. Já no governo Collor de Mello (PRN, 1990-1992), foi possível visualizar ainda um processo de revisão do papel regulador do Estado, buscando a consolidação de uma economia de mercado moderna e competitiva.

Esse processo foi aprofundado durante as duas gestões do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB, 1994-2002) e o seu Plano Diretor da Reforma do Estado, de 1995.

Como pontos fundamentais dessa mudança na formação sociocultural brasileira estão as políticas da reforma do Estado que vão se materializar com a constituição do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), após a posse de Fernando Henrique: redução dos gastos do Estado com políticas sociais e a conseqüente redução dos chamados 'direitos

sociais'; a tentativa de introduzir práticas gerenciais das empresas capitalistas na gestão pública; a privatização das atividades desempenhadas pelo Estado no setor produtivo com o objetivo de incentivar o desenvolvimento econômico; abertura para o capital nacional ou internacional de setores de serviços que eram de responsabilidade do Estado (previdência, saúde, educação etc.) minimizando a intervenção estatal nesses setores. (SAMPAIO, 2012, p. 22)

O documento, em consonância com orientações internacionais, alegava ter por base uma compreensão de administração pública moderna e racional – o denominado modelo gerencial. Deixava clara a sua intenção em dar fim ao Estado intervencionista e “transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado”. (BRASIL, 1995, p. 17)

Dos elementos próprios do ideário político-econômico neoliberal¹⁰², especialmente nas suas diretrizes de ajuste fiscal e de redefinição do papel do Estado na economia, destaca-se, no contexto educacional, a forma que o ensino superior passou a ser identificado naquela conjuntura tanto pelo poder público quanto pelo mercado.

No Brasil, com relação à educação superior essas diretivas materializaram-se na execução de planos, programas ou projetos de políticas educacionais que representaram a redução, por parte do Estado, dos investimentos no ensino superior público, considerado não só caro, mas também marcado pela má aplicação de recursos e pelo desperdício, além de políticas para propiciar, ampliar e facilitar a atuação do capital privado no terreno do ensino superior. (SAMPAIO, 2012, p. 23)

Se, no âmbito da gestão pública federal, predominava a visão de que o ensino superior público era muito dispendioso, para o setor privado, no entanto, via-se a possibilidade de ganhos econômicos reais mediante sua exploração. O Estado, definido como ineficiente e burocrático, precisava desresponsabilizar-se de uma série de funções e abrir ainda mais espaço para o mercado. Inicia-se assim um processo mais acirrado de mercantilização do ensino superior.

A proposta que insere a educação como atividade não exclusiva do Estado abre precedentes para a desresponsabilização do Estado, a privatização e a execução por instituições não estatais, o que foi concretizado ao longo dos anos 1990 e permanece em consolidação na entrada do século XXI. Por meio da operacionalização de um verdadeiro processo de ressignificação dos conceitos de público, privado e estatal, no plano político, efetivou-se no plano jurídico-formal, o redesenho do Estado brasileiro e, particularmente, da educação superior. Assim, o Estado brasileiro, ao longo da década de 1990, realizou ativamente a sua missão educadora: abriu largos caminhos para o setor privado [...]. (DAHMER, 2008, p. 41-42)

Nessa mesma esteira, os anos 1990 marcaram também o início de um processo de incorporação do Estado brasileiro de diretrizes formuladas por organismos

¹⁰² Para melhor panorama dos elementos políticos, econômicos e sociais do Brasil pós-1990, ver o capítulo 1 desta tese.

internacionais para fins de reorganização da estrutura estatal e o planejamento/execução das políticas econômicas e sociais¹⁰³.

No tocante ao ensino superior, destacam-se dois documentos formulados pelo Banco Mundial (BM) que serviram de base para nortear as ações do governo Fernando Henrique Cardoso nessa área: “*La enseñanza superior – las lecciones derivadas de la experiencia*”, publicado em 1994; e “Estratégia para o Setor Educacional – Documento Estratégico do Banco Mundial: a Educação na América Latina e Caribe”, de 1999.

No documento de 1994, pode-se citar a defesa do organismo pela expansão das instituições privadas, por meio da liberalização dos serviços educacionais e, ainda, a necessidade de criação de mecanismos para a privatização interna das universidades públicas (por intermédio, principalmente, de fundações de direito privado e da cobrança de mensalidades).

Para Lima (2011):

O reordenamento do papel do Estado, eixo norteador da política do BM para a periferia do capitalismo, consolidou, ao longo da década de 1990 e no início do novo século, um intenso processo de privatização dos serviços públicos, incluindo a educação e, especialmente, a educação superior. (LIMA, 2011, p. 88)

No documento de 1994, surgiram como estratégias para a reforma da educação superior quatro movimentos: 1) a existência da diversificação das instituições de ensino superior e dos cursos; 2) a diversificação das fontes de financiamento das universidades públicas (defendendo-se aqui a cobrança de matrículas e mensalidades para os estudantes, o recebimento de doações e, ainda, o sistemático corte de verbas públicas para atividades não diretamente relacionados com o ensino, tais como: moradia estudantil, restaurante...); 3) definição das funções do Estado e a viabilização (política e jurídica) para a implantação de diretrizes privatizantes da educação; 4) qualificação do ensino superior para atender aos interesses de setores privados da produção.

O documento de 1999, por sua vez, trouxe avaliações e diretrizes para o século 21, reforçando a necessidade de ampliação do setor privado nesse nível de ensino:

O centro desta política estava expresso na segurança do capital para atravessar, conquistar e submeter países e regiões a mundialização financeira (CHESNAIS, 1999); na atualização da força de trabalho para responder às novas demandas da divisão internacional do trabalho e no

¹⁰³ Ressalta-se que as interferências de organismos internacionais nas políticas internas não foi um fenômeno exclusivo do Brasil. No mesmo período (décadas de 1980/1990), quase a totalidade dos países periféricos sofreu anuência dos organismos internacionais.

aprofundamento da privatização de setores estratégicos dos países periféricos, como energia, telecomunicações e educação. (LIMA, 2011, p. 88)

Assim resumizam Silva Júnior e Sguissardi (2020):

No caso específico da reforma do Estado, é bastante evidente sua articulação com as diretrizes dos organismos multilaterais – em especial FMI e BIRD/Banco Mundial – que de longa data vêm sugerindo a países como o Brasil, entre outras medidas urgentes, a busca do equilíbrio orçamentário, sobretudo mediante a redução dos gastos públicos; desregulamentação dos mercados domésticos, pela eliminação dos instrumentos de intervenção do Estado, como controle de preços, incentivos, etc.; privatização das empresas e dos serviços públicos, entre esses destacando-se os serviços educacionais, de ciência e pesquisa, de cultura e de saúde. [...] Na perspectiva da reforma da educação superior – compreendida no âmbito dos serviços não exclusivos e competitivos do Estado – a mais conhecida proposta é a que estabelece a transformação das instituições de ensino superior, hoje autarquias ou fundações estatais, em organizações sociais (fundações públicas de direito privado ou propriedades públicas não estatais), a serem controladas por contrato de gestão. (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2020, p. 83)

O estabelecimento das Instituições Federais de Ensino Superior em organizações sociais cumpre os objetivos estabelecidos no Plano Diretor (BRASIL, 1995), no qual o ensino superior se caracteriza como um “serviço não exclusivo” do aparelho administrativo do Estado. Segundo o documento, faz parte dos objetivos direcionados a esses serviços:

Transferir para o setor público não-estatal estes serviços, através de um programa de ‘publicização’, transformando as atuais fundações públicas em organizações sociais, ou seja, em entidades de direito privado, sem fins lucrativos, que tenham autorização específica do poder legislativo para celebrar contrato de gestão com o poder executivo e assim ter direito a dotação orçamentária. (BRASIL, 1995, p. 58)

No geral dos anos 1990, as medidas implementadas pelo MARE e MEC apontaram um gradativo afastamento do Estado das responsabilidades constitucionais de manutenção desse serviço público estatal. Para sua manutenção, houve ainda a indução à busca de recursos em fontes privadas, incluindo aqui a adoção do ensino pago. (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2020)

Os projetos das fundações de apoio (amparadas anteriormente na legislação mediante a Lei Federal n.º 8.958/1994) são utilizadas no processo de ampliação da privatização interna das IFES. Essa questão pode ser entendida como outra face da “publicização” do ensino superior; entre 1995 e 2002, as fundações de apoio na educação superior cresceram 129%. (CISLAGHI, 2012 *apud* FLORES, 2021).

Outro exemplo do contexto de alterações significativas ao ensino superior público (sobretudo em âmbito federal) ocorreu mediante os desdobramentos da Lei Federal n.º 9.962/2000 e a forma que esse mecanismo institucionalizou nas IFES um projeto de ampliação de uma força de trabalho com regime diferenciados. Como

destaca Flores (2021), as diretrizes para o quadro de pessoal de alguns cargos administrativos lograram êxito, contudo foram barradas na carreira docente por meio da organizada luta de classes dessa categoria.

A autora aponta, conforme já fora tratado no capítulo anterior desta tese, a resistência do sindicalismo docente das IFES às propostas de flexibilização e de terceirização do trabalho docente. Em 2000, foram contabilizados 87 dias de greve, com a participação de 31 IFES; em 2001, foram 110 dias de paralisação, da qual 53 IFES participaram. (FLORES, 2021)¹⁰⁴

Com o processo cada vez maior de estagnação (e até de retração) da estrutura pública e a facilitação da entrada de setores privados, o setor educacional passou, assim, a ser ainda mais visto como uma opção de investimentos de grupos privados e a globalização crescente dos sistemas educacionais na América Latina cada vez mais visualizada.

Para Corbucci (2004):

A incapacidade do poder público federal de ampliar os gastos em educação, em grande medida devida ao processo de ajuste fiscal dos anos de 1990, fez com que não se conseguisse atender plenamente à crescente demanda por educação superior. Esse processo de enfraquecimento do setor público federal foi um dos elementos centrais para a forte expansão na oferta de vagas e o aumento das matrículas no setor privado [...]. Outra implicação da perda relativa de poder do papel desempenhado pela União refere-se à ampliação da participação dos Estados, sobretudo aqueles de maior expressão econômica, e de alguns municípios, na oferta desse nível do ensino. (CORBUCCI, 2004, p. 682)

Dados de matrícula nos cursos de graduação apresentaram um índice de crescimento no período 1990/1997; o de crescimento do setor público foi 31,5%; e o do setor privado limitou-se a 23,4%. Em 2002, o setor privado já respondia por cerca de 70% do total de matrículas. (CORBUCCI, 2004)

O avanço do setor privado no período FHC pode ser entendido ainda nos dados apresentados por Miranda e Azevedo (2020):

Durante seu mandato, foram criadas 758 novas instituições de educação superior privadas, totalizando 1.442 instituições. Durante o octênio do governo FHC (1994-2002), as instituições de ensino superior (IES) privadas tiveram um aumento de 127%, contra uma redução de 10,5% das IES públicas. Mesmo com um aumento de 52,3% das matrículas públicas, o setor privado atingiu o percentual de 150,2% das matrículas. (MIRANDA; AZEVEDO, 2020, p. 6)

Ao que os autores complementam:

¹⁰⁴ No tocante a 2001, o documento Andes (2022) ligeiramente diverge da informação de Flores (2021), relatando um total de 108 dias paralisados e com 51 IFES que aderiram à greve.

Cumpra observar que, com a reforma do Estado brasileiro e as medidas de ajuste estrutural na economia, registrou-se, nos anos de 1994 a 2008, um crescimento global das IES, um percentual de 164%, das quais as IES públicas cresceram apenas 8,3%, contra 218,5% das IES privadas. No que tange às matrículas, o crescimento foi de 205,8% entre 1994 e 2008, tendo ficado novamente o setor privado com a maior parte: 84,6% para as IES públicas, contra 292,4% das privadas. Em análise sobre o governo FHC, nota-se que houve crescimento das IES privadas (110,8%). (MIRANDA; AZEVEDO, 2020, p. 6)

Analisando a intensa reformulação da educação superior na primeira década do século 21 (que tem por base os elementos/documentos liberalizantes da economia anteriormente apresentados), Lima (2011, p. 89-90) lista um conjunto de leis, decretos e medidas provisórias que intensificaram o movimento de privatização e enfraqueceram ainda mais o setor público nessa área:

- a) o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), Lei n. 10.861/2004;
- b) o Decreto n. 5.205/2004, que regulamenta as parcerias entre as universidades federais e as fundações de direito privado, viabilizando a captação de recursos privados para financiar as atividades acadêmicas;
- c) a Lei de Inovação Tecnológica n. 10.973/2004, que trata do estabelecimento de parcerias entre universidades públicas e empresas;
- d) o Projeto de Lei n. 3.627/2004, que institui o Sistema Especial de Reserva de Vagas;
- e) os projetos de leis e decretos que tratam da reformulação da educação profissional e tecnológica;
- f) o Projeto de Parceria Público-Privada (PPP), Lei n. 11.079/2004, que abrange um vasto conjunto de atividades governamentais;
- g) o Programa Universidade para Todos (ProUni), Lei n. 11.096/2005, que trata de 'generosa' ampliação de isenção fiscal para as instituições privadas de ensino superior;
- h) o Projeto de Lei n. 7.200/2006, que trata da Reforma da Educação Superior e se encontra no Congresso Nacional;
- i) a política de educação superior a distância, especialmente a partir da criação da Universidade Aberta do Brasil, Decretos n. 5.800/2006 e 5.622/2005;
- j) o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), Decreto n. 6.096/2007, e o Banco de Professor-Equivalente;
- k) o 'pacote da autonomia', lançado em 2010 e composto pela Medida Provisória 495/2010 e pelos Decretos n. 7.232, 7.233 e 7.234/2010 [...]
- l) a Medida Provisória n. 520, de 31 de dezembro de 2010, que autoriza a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

Destaca-se aqui para fazer relação direta dos rebatimentos à universidade brasileira e ao trabalho docente: 1) a Lei de Inovação Tecnológica n. 10.973/2004; 2) o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni); 3) e o Programa Universidade para Todos (ProUni).

A Lei de Inovação Tecnológica, de 2004, que foi substancialmente alterada por meio da Lei n.º 13.243, de 2016, é considerada o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação. Por meio dela, ampliou-se o incentivo ao empreendedorismo em C&T nas instituições públicas. São ainda paradigmáticos: a) a possibilidade de instituições

públicas compartilhem seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com instituições científicas, tecnológicas ou de inovação (ICT) ou empresas em ações voltadas à inovação tecnológica para a consecução das atividades de incubação; b) a propriedade intelectual sobre os resultados obtidos pertencerá à empresa (em um claro uso dos espaços públicos para fins privados); c) a possibilidade de instituições públicas transferirem tecnologia para uso e exploração por meio de parceria (obrigando servidores a repassar informações, sob pena de responsabilização administrativa, civil e penal).

Na avaliação do ANDES-SN (2017), essa iniciativa tende a precarizar o trabalho docente (especialmente no que tange à contratação de pessoal por meio de concurso público, à carreira docente e ao regime de dedicação exclusiva) e afastar a universidade pública da sua função social:

Os preceitos dos instrumentos legais em discussão orientam-se pelo individualismo e pelo produtivismo em busca da eficácia e da eficiência – valores já sedimentados no âmbito da universidade operacional e de resultados. Nesse contexto dominado pelo ‘empreendedorismo acadêmico’, não é de estranhar que integrantes da chamada ‘comunidade científica’ tenham participado direta e ativamente da elaboração dos textos da EC 85/16 e do MLCTI e atuado fortemente na articulação política durante a tramitação e sanção destas medidas. A participação destes segmentos docentes e de pesquisadores se deve também ao fato de as medidas em análise criarem possibilidades de obterem remuneração extraordinária, seja pela participação direta em projetos de pesquisa em empresas, seja pela facilitação dos processos de captação de recursos públicos e privados, seja ainda pelas possibilidades de compra e venda de produtos, serviços e assessorias diretamente no mercado. (ANDES, 2017, p. 25)

Quanto ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), iniciado com a gestão de Luís Inácio Lula da Silva, ele surgiu como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação, de 2007. De acordo com o Decreto n.º 6.096, de 2007, o REUNI surgiu com o objetivo de “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”.

Sua meta global consiste na “elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano”. (BRASIL, 2007)

Tonegutti e Martines (2008) analisam que a meta de 90% de alunos diplomados em relação aos alunos ingressantes cinco anos antes é completamente deslocada da realidade educacional – não só no Brasil como também em grande parte dos países

desenvolvidos¹⁰⁵. Para os autores, não foi possível encontrar “uma justificativa plausível para esta meta, exceto o interesse político do governo em forçar o aumento do número de egressos do ensino superior público, a qualquer preço”. (TONEGUTTI; MARTINES, 2008, p. 57)

A relação aluno/professor (RAP), de 18 para 1, também pode ser considerada outra meta muito problemática, que foi construída de forma arbitrária sem o devido debate e aprofundamento. De acordo com os autores:

O atendimento dos estudantes nas disciplinas não se restringe à sala de aula e, portanto, o número total de estudantes que o professor tem que atender, num determinado semestre possui um peso importante na qualidade de ensino. Por outro lado, disciplinas práticas (laboratórios didáticos, oficinas, clínicas etc.) não comportam, nem de perto, o tamanho de classe padrão arbitrado pelo MEC, o que reforça a impropriedade desse índice. (TONEGUTTI; MARTINES, 2008, p. 58)

Para Sakurada (2017, p. 73), apesar da aparente democratização, ampliação e melhoria do ensino superior proposto por esse plano de reestruturação, “os movimentos de docentes e discentes, desde a proposta de adesão pelas universidades ao programa, acenam para a incompatibilidade dos objetivos traçados no decreto e as condições precárias que se encontram as universidades brasileiras”.

A proposta, por fim, acaba por intensificar o trabalho docente nas universidades e reduzi-lo à figura do “professor de ensino” – caracterizado pelo perfil docente com excesso de trabalho na graduação, o qual não desenvolve atividades no âmbito da pesquisa e/ou extensão, não publica, ou publica pouco, e não tem tempo para participar de eventos científicos. (SAKURADA, 2017)

Assim sumariza a pesquisadora Lima (2008, p. 75):

Na aparência, o Programa REUNI fortalece a universidade pública, especialmente as universidades federais, viabilizando a ampliação do acesso à educação superior. Em sua essência, o REUNI cria as condições objetivas para a precarização do trabalho docente, tanto dos substitutos, como dos professores em regime integral e dedicação exclusiva; a desqualificação da formação profissional, por meio do aligeiramento e da certificação em larga escala, e, por fim, a realização de um completo reordenamento das funções da universidade públicas, pela transformação das universidades federais em centros universitários, na medida em que privilegia a massificação do ensino nos cursos de graduação.

Ademais, seguindo o caminho do investimento na ampliação da privatização do ensino superior (massificando e mercantilizando esse ensino), surgiu, em 2005, o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), o qual foi criado mediante a Lei n.º 11.096, de 13 de janeiro de 2005.

¹⁰⁵ Em 2004, apenas o Japão possuía índice nesse patamar.

O PROUNI nasceu para destinar a concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% ou de 25% para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. (BRASIL, 2005)

Além das bolsas, esse programa possibilita isenções fiscais às instituições de ensino superior conveniadas a ele. Conforme o art. 8.º da Lei que institui o programa:

Art. 8º A instituição que aderir ao Prouni ficará isenta dos seguintes impostos e contribuições no período de vigência do termo de adesão:

I - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas;

II - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, instituída pela Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988;

III - Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social, instituída pela Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991; e

IV - Contribuição para o Programa de Integração Social, instituída pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970. (BRASIL, 2005)

Para ter uma ideia, associadas ao PROUNI, em 2016 as renúncias fiscais das receitas da União foram de R\$ 1.279.543.726,00, conforme analisam Miranda e Azevedo (2020):

Pelo quadro, verifica-se o quanto o Prouni tem custado aos cofres públicos. São valores que as IES privadas deixam de recolher, logo não são repassados à sociedade nas áreas a que se destinam. Nesses termos, a concessão de renúncia fiscal em favor das IES privadas lucrativas tem revelado sua face mais contraditória: por um lado, a nova organização política e econômica mundial exige cada vez mais a redução de um Estado intervencionista, com a desregulamentação das transações comerciais e financeiras, inclusive sobre seus lucros; por outro, recorre ao fundo público, uma vez que a isenção fiscal se converte em uma das formas de utilização dos recursos públicos para financiar o setor privado. (MIRANDA; AZEVEDO, 2020, p. 12)

E os autores complementam:

Dadas as contradições e as mediações que envolvem o público e o privado, o Prouni, a exemplo do Fies, também se constitui numa política de incentivo ao setor privado. Ideologicamente vista como política democratizante e expansionista, o Prouni utiliza-se da renúncia fiscal e da concessão de bolsas de estudos para inserir jovens na educação superior, mas também incentivar o crescimento do setor privado e a financeirização na área educacional. (MIRANDA; AZEVEDO, 2020, p. 10)

Na interconexão entre PROUNI e FIES¹⁰⁶, é possível, mais uma vez, visualizar claramente quanto o Estado atende, quando demandado, aos interesses dos monopólios econômicos. Esses programas, implementados sobretudo nos governos do Partido dos Trabalhadores, visaram “garantir mecanismos de valorização do grande capital educacional via fundo público”. (FLORES, 2021, p. 152)

¹⁰⁶ O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) foi criado no governo FHC mediante a Lei Federal n.º 10.260/2001.

O Estado é chamado a cumprir funções diretas e indiretas, a fim de efetivar o alavancamento de um projeto privatista de educação superior conforme o proposto pelos organismos internacionais. Como teorizado por Netto (2012), nas discussões que compõem o capítulo 1 desta tese, as funções assumidas pelo Estado, desde o governo FHC até os dias atuais, para este fim são diversas:

Diretas, a partir da permissão às universidades públicas de venderem cursos na pós-graduação; e de investimentos estatais diretos nas instituições privadas. *Indiretas*, por intermédio de volumosas isenções fiscais às instituições privadas, exemplificadas pelo PROUNI, em que o Estado troca renúncias tributárias por bolsas de estudo; da emissão pelo Estado de Certificados Financeiros do Tesouro (CFT) como instrumento financiador da formação de discentes nas faculdades privadas (FIES); da condição especial às instituições privadas de ensino superior para o pagamento de suas dívidas (PROIES); e da constituição de fundos educacionais direcionados à acumulação do capital. Além do estímulo a pesquisas e projetos de inovação tecnológica nas universidades públicas vinculadas diretamente aos interesses de instituições privadas específicas. E da preparação da força de trabalho à [sic] uma atuação fundamentalmente técnica, perfil exigido pelas empresas. (FLORES, 2021, p. 153, grifo nosso)

Para Leher (2019), a adesão ao PROUNI acaba sendo muito vantajosa para as empresas que recebem duplamente: 1.º) ao não pagarem os tributos; 2.º) e ao venderem, com correção monetária, os certificados financeiros do tesouro (CFT-E) restantes¹⁰⁷.

O Estado, isto é, o fundo público, remunera duplamente as corporações. O fundo público é decisivo. Por isso, os embates no seio do Estado são tão relevantes para uma compreensão sistemática da mercantilização atual. A lucratividade das corporações educacionais está estreitamente relacionada com os repasses de recursos do fundo público para os grupos econômicos [...]. (LEHER, 2019, p. 172)

O autor complementa sua análise afirmando que, com o montante de recursos passados às instituições privado-mercantis na última década, teria sido possível atender ao mesmo número de estudantes beneficiados pelo FIES (ou até mais) nas universidades públicas e nos institutos federais de educação tecnológica. (LEHER, 2019).

Estudos vão no sentido de indicar que, conforme a despesa federal cresce nas transferências de recursos da União para as faculdades privadas (e, entre 2004 e 2014, essa foi a segunda maior despesa federal com educação), um movimento oposto ocorre nas universidades públicas. Especialmente nos governos Lula, essas universidades foram submetidas a um processo de expansão, marcadas pelo

¹⁰⁷ Conforme informações da assessoria de Comunicação Social do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE): “As instituições de ensino que aderem ao Fies são remuneradas com o CFT-E, título público usado para a quitação de impostos e outros tributos federais. Depois da quitação, os certificados restantes podem ser recomprados pelo FNDE”. (MEC, 2022)

subfinanciamento, deficitária força de trabalho e estrutura e inadequadas políticas de permanência estudantil. (MENDES, 2015 *apud* FLORES, 2021)

De acordo com Leher (2019, p. 177), a crença de uma possível manutenção, simultânea, entre a expansão do setor público e o crescimento exponencial de recursos para a aquisição de vagas no setor mercantil foi desmentida pelos fatos. Sua análise é categórica, ao afirmar que “o crescimento do repasse ao setor mercantil, a partir de 2015, foi acompanhado de forte queda dos recursos para o setor público”.

Ademais, pode-se fazer aqui uma breve análise do atual cenário do ensino superior brasileiro, tendo por base os recentes dados do Censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Em dados atuais (BRASIL, 2022a), a primeira informação que se destaca para entender esse cenário é que, pela primeira vez na história, as graduações a distância têm mais alunos novos do que as presenciais. Conforme esclarece Lima (2008), até meados da década de 1990, a educação a distância (EAD) era utilizada no Brasil predominantemente para a oferta de cursos profissionalizantes e de complementação de estudos – eram característicos os cursos por correspondência (a exemplo do pioneiro Instituto Universal Brasileiro) e/ou os que eram transmitidos pela televisão (telecursos)¹⁰⁸.

Com a popularização do acesso à internet e o desenvolvimento das chamadas tecnologias da informação e comunicação (TIC), foi possível reformular essa metodologia de ensino adequando-a também para uso na realidade do ensino superior.

No arcabouço político-jurídico que diz respeito à política de educação superior a distância, o período concernente aos governos Lula (PT: 2003-2010) foi um grande alavancador nesse campo com a criação dos importantes decretos e portarias: Decretos n.ºs 5.622/2005¹⁰⁹, 5.773/2006¹¹⁰ e 6.303/2007¹¹¹; Portarias n.º 1 e 40, de 2007, e 10, de 2009.

¹⁰⁸ Mediante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, a EAD tornou-se parte integrante do sistema educacional brasileiro. No mesmo ano, também foi criada a Secretaria de Educação a Distância (SEED), vinculada ao Ministério da Educação.

¹⁰⁹ Revogado pelo Decreto n.º 9.057, de 2017.

¹¹⁰ Revogado pelo Decreto n.º 9.235, de 2017.

¹¹¹ Revogado pelo Decreto n.º 9.235, de 2017.

Entre as normativas atuais, destacam-se os Decretos n.ºs 9.057 e 9.235, de 2017. Como esclarece o art. 1.º, do Decreto n.º 9.057, de 2017, considera-se a educação a distância, que é

[...] a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (BRASIL, 2017)

A educação a distância tem-se mostrado uma importante estratégia de expansão do ensino superior privado. Entre os maiores conglomerados de educação privada a distância, atualmente estão as brasileiras Yduqs, que atuam nessa modalidade desde 2009 e contam hoje cerca de 1 milhão de alunos, e a Cogna Educação, que tem, no rol dos seus estabelecimentos adquiridos, o grupo Kroton.

Para Leher (2019), a EAD reconfigura as formas de educação, rebaixando, de modo preocupante, a formação e ampliando, em proporções inéditas, a exploração dos trabalhadores. Seu livro cita o caso relatado em uma audiência pública, de 2019, em que o docente que trabalhou em um grande grupo de EAD lembrou que a corporação possui cerca de 270 mil estudantes nessa modalidade e apenas 300 docentes atuam nesses cursos. O autor compreende que, devido às condições precárias de ensino e de trabalho, “o lado mais perverso da mercantilização da educação está seguramente nos cursos massivos a distância”. (LEHER, 2019, p. 175)

De acordo com os dados do INEP, em 2020 ingressaram em instituições públicas e privadas de ensino superior 3.765.475 alunos, dos quais mais de 2 milhões adentraram pela modalidade a distância, o que representa 53,4% do total. Em 2010, esse percentual era de 17,4%. O número de ingressantes em cursos presenciais no mesmo ano chegou a 1,7 milhão (47%). (BRASIL, 2022a)

Sobre a rede de educação superior brasileira, a pesquisa demonstrou que ela é hoje composta por um total de 2.457 instituições de educação, a saber: 203 universidades (112 públicas e 91 privadas); 322 centros universitários (12 públicos e 310 privados); 1.892 faculdades (140 públicas e 1.752 privadas); e 40 institutos federais e centros federais de educação tecnológica. (BRASIL, 2022a)

São 304 instituições de ensino superior (IES) públicas e 2.153 privadas – 87,6% das instituições de educação superior são privadas. Com relação às IES públicas, 129 (42,4%) são estaduais, 118 (38,8%) federais e 57 (18,8%) municipais.

Do número total de IES (2.457), 77% são faculdades – apesar de nelas estarem matriculados apenas 16,2% dos estudantes de graduação. O número de universidades equivale a 8,1% do total das IES. (BRASIL, 2022a)

Em 2020, quase 3,8 milhões de alunos frequentaram cursos de graduação e, desse total, 86% (3.238.469 alunos) em instituições privadas. Se, entre 2019/2020, houve um decréscimo de -5,8% no número de ingressantes na rede pública, na rede privada houve uma variação positiva de 5,3%. Se for analisado o período entre 2010 e 2020, a rede privada cresceu 89,8%, enquanto a rede pública aumentou apenas 10,7%. (BRASIL, 2022a)

Do universo total de matriculados em IES, destaca-se que o número na rede privada continua o ritmo de crescimento em 2020. Segundo dados do INEP (BRASIL, 2022), as IES privadas têm uma participação de 77,5% no total de matrículas de graduação; a rede pública, por sua vez, participa com 22,5%. Houve uma queda de -6% nas matrículas da rede pública, ao passo que a rede privada, no mesmo período, registrou um crescimento de 3,1%.

No interior da rede pública, as IES federais apresentaram o maior crescimento no número das matrículas entre 2010 e 2020: 33,6%. No mesmo período, a rede estadual registrou crescimento no número de matrículas de 3,8%. A rede municipal, por sua vez, registrou queda nesse número: -24,1%. O documento sumariza a importante informação de que quase 2/3 das matrículas em cursos de graduação da rede pública estão em instituições federais. (BRASIL, 2022a)

O número de docentes na educação superior brasileira em 2020 foi 366.289 professores – são 171.330 (46,8%) na rede pública e 194.959 (53,2%) na rede privada. Quanto ao regime de trabalho, destaca-se que o número de professores horistas, na rede tanto pública quanto privada, registrou aumento entre 2019 e 2020.

No caso da rede pública, convém contextualizar a flexibilização contratual no setor público por meio da Contratação em Regime de Especial (CRES), amparada pelo inciso IX do art. 37 da Constituição Federal de 1988 e, na esfera federal, pela Lei Federal n.º 8.745/1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público¹¹².

¹¹² Na realidade das IEES/PR, como será visto à frente, o ordenamento jurídico que ampara tal tipo de contratação ocorre por meio da Lei Complementar n.º 108, de maio de 2005; e o Decreto Estadual n.º 4.512, de abril de 2009.

Com a retração dos concursos públicos, cada vez mais esse mecanismo tem sido utilizado como estratégia governamental para suprir a carência de docentes (e demais servidores) no interior das universidades públicas. Apenas nessa forma de contratação flexível é que se torna possível empregar docentes sob o regime horista nas IES públicas.

Em relação ao perfil do docente de IES, na categoria administrativa pública, dados demonstram a predominância do sexo masculino, 39 anos, com doutorado e regime de trabalho em tempo integral. Já relativamente ao perfil do docente de IES privada, predomina o sexo masculino, 40 anos, com mestrado e regime de trabalho em tempo parcial. (BRASIL, 2022a)

Com atenção exclusiva ao estado do Paraná, tendo por justificativa o interesse em compreender melhor o *locus* desta pesquisa, os dados que se destacam relativamente ao ensino superior evidenciam a predominância de IES privadas. De acordo com dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social (IPARDES, 2019), o Paraná possuía, em 2019, um total de 191 instituições de nível superior¹¹³. Desse total, 14 compõem a rede pública (federal, estadual e municipal) e 177 a rede privada.

De acordo com a consulta realizada no Cadastro e-MEC (BRASIL, 2022b), compõem as instituições federais de ensino superior em território paranaense: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR); Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA); Universidade Federal do Paraná (UFPR); e Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

As integrantes do sistema paranaense público somam sete instituições: Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Estadual de Maringá (UEM); Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO); Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR); Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).

No que concerne às instituições municipais de ensino superior, o Cadastro e-MEC apontou a existência de três: Centro Universitário de União da Vitória; Faculdade

¹¹³ O instituto adverte que “as instituições de ensino superior (IES) disponibilizadas por município consideram as sedes em que se localizam essas instituições e não os seus *campi* e/ou polos avançados”.

Municipal de Educação e Meio Ambiente; e a Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari.

Quanto ao número de docentes no ensino superior paranaense (em exercício ou afastados), foi contabilizado, em 2019, um total de 30.688 professores/as. Desse total, 15.688 na rede privada e 15.000 na rede pública (6.479 na esfera federal; 8.326 na estadual; e 195 na municipal). (IPARDES, 2019)

A tabela abaixo sintetiza melhor esse contexto docente:

TABELA 1 – Funções docentes na educação superior, em exercício e afastados, segundo o grau de formação e dependência administrativa no Paraná – 2019

Formação	Setor público	Setor privado	Total
Sem graduação	-	-	-
Graduação	44	106	150
Especialização	807	3.839	4.646
Mestrado	3.777	7.941	11.718
Doutorado	10.310	3.864	14.174
Total	14.938	15.750	30.688

Fonte: O autor, tendo por base IPARDES (2019)

Nota: Há de se considerar que um mesmo docente pode exercer funções em diferentes instituições.

Os alunos matriculados na educação superior presencial em 2019 somaram 362.967, dos quais 226.466 no setor privado e 136.501 no setor público (69.168 na esfera federal; 65.894 na estadual; e 1.439 na municipal). (IPARDES, 2019)

Com relação às matrículas na educação superior do Paraná, na modalidade a distância, os dados indicam um número total de 194.107, entre as quais 184.794 matrículas no setor privado. (IPARDES, 2019).

O debate sobre a sobrevivência das universidades públicas em meio a um longo contexto de retração da atuação estatal é tema de contínua repercussão nos sindicatos das IEES/PR. E o motivo é óbvio: os servidores públicos das políticas sociais (Educação, Saúde, Assistência Social, Previdência Social, entre outras) são afetados das mais variadas formas por esse contexto; as organizações coletivas, como os sindicatos, passaram, assim, a ser espaços privilegiados de discussão e problematização da conjuntura nacional e local.

Cientes disso, tendo por base as discussões aqui expressas e, ainda, os temas levantados no capítulo 1 desta tese (que trata dos impactos dos movimentos de reforma do Estado brasileiro desde os anos 1990), os professores sindicalistas das IEES/PR, sujeitos da pesquisa aqui desenvolvida, foram questionados acerca dos riscos da universidade pública (gratuita e de qualidade) ante o cenário político-

econômico dos últimos 20-30 anos de busca pela retração do papel do Estado nas políticas sociais.

As percepções dos entrevistados indicam uma leitura muito pessimista do cenário. Algumas das falas são paradigmáticas dessa percepção e serão apresentadas na sequência:

Eu acho que ela pode continuar existindo ainda com pelo menos o nome de universidade pública, mas o risco maior é a privatização dos seus serviços e o desmonte da qualidade do ensino no sentido de colocar um ensino cada vez mais mercadológico, mais imediatista e menos humanista, menos preocupado com o desenvolvimento nacional, o bem estar coletivo. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDUNESPAR 1)**

Acho que nós já fomos derrotados. [...] temos aí governos que não aceitam a autonomia universitária. Governos de plantão que não aceitam, que universidade não pode estar ao sabor de governos, de interesses políticos partidários. É assim que a universidade precisa ser, ela tem que ter autonomia, liberdade de pensamento, de condução, entretanto isso não acontece. Portanto, fomos derrotados. É uma sucessão de derrotas que a gente veio acumulando e estamos aí no pior momento, de maior fragilidade, os sindicatos estão mais frágeis. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL ADUNICENTRO 2)**

Eu já não digo nem mais risco. Eu já sou um pouco mais pessimista quanto a isso. Acho que o projeto já está sendo implementado. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL SESDUEM 2)**

Olha, eu não sou muito otimista não. Acho que há vários perigos bem graves. Eu tenho a convicção para mim que os processos de desmonte, que são o encaminhamento para os processos de privatização, eles são processos internos onde micropolíticas vão corroendo as coisas. Eu acho que esse processo está em curso há anos, de estrangulamento e de minar as estruturas mesmo em vários sentidos. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDUNESPAR 2)**

Os mecanismos de corrosão interna das universidades públicas¹¹⁴, analisados por Flores (2021) e embasados na realidade das universidades federais, expressam-se, em certo sentido, também na realidade das IEES/PR. Na fala a seguir, a percepção é a de que o sucateamento das ações da universidade pública é um projeto com uma finalidade muito específica:

[...] Eu acho que a outra lógica é deixar quebrar, isso eu sinto muito nos aparelhos que estão abandonados. Tem um projeto aqui, tem espaços... não é que os espaços, como ponto de partida, não seriam interessantes, são pequenos, mas a gente tem verba que foi aprovada de prédio de sala de aula que a instituição já aprovou um projeto de curso afirmando que garantiria aquelas salas e que foi atrasar tanto essa obra que teve que refazer; a depreciação da obra, atingiu a obra antes dela ser aberta (risos). E eu não posso acreditar que isso são processos aleatórios, porque isso produz o discurso que a universidade pública não funciona, que ela não oferece qualidade, sim é difícil trabalhar em salas, sem laboratório, mas para mim isso é um projeto. O mercado da educação é gigante, é um mercado. A gente tá

114 Como conceituado no capítulo 1, para Flores (2021, p. 128), o processo de “reestruturação destrutiva por sua corrosão interna” expressa-se pelo fato de o Estado passar a permitir um avanço mais sorrateiro do capital privado nesse setor.

vendo progredir isso, atravessou todos os anos Richa e não acho que não mudou nenhum pouquinho agora nesses anos com o Carlos Massa. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDUNESPAR 1)**

Perspectiva que também é compartilhada por outro docente entrevistado:

A gente passou e está passando durante todo esse período por um conjunto de mudanças muito homeopáticas [aos poucos, em pequenas quantidades] que vão acontecendo e gradativamente vai [sic] dificultando o pleno exercício da autonomia universitária, no sentido de administrar, de desenvolver a sua própria pesquisa, sua extensão por conta própria e assim por diante, fazendo com que a universidade fique muito refém de financiamento externo, já que esse financiamento não vem do próprio Estado. Penso eu, então, que o caminho no qual a gente trilhou desde o início, de fato, de uma perspectiva mais neoliberal com o Lerner, ele ainda não foi rompida e temo que não será. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL ADUNIOESTE 2)**

Há, no contexto próprio das IEES/PR, falas que recuperam as críticas e inseguranças ante a Lei Geral das Universidades – instituída no estado do Paraná, no fim de 2021 – que será objeto de discussão no capítulo 6 desta tese.

A LGU, no meu entendimento, e creio que [no de] boa parte dos nossos colegas docentes, nem todas as universidades entenderam isso ainda, mas ela veio para concretizar essa intenção [de rebaixar a participação das universidades no orçamento público do estado do Paraná]. Nós estamos correndo risco de sermos brutalmente rebaixados; das universidades se transformarem em grandes colégios mesmo, só de formadores de profissionais de ensino superior, tememos o processo de produção de conhecimento mútuo reduzido e, portanto, a participação das universidades nas comunidades do interior do Paraná vai ser reduzida sem dúvida disso. [...] ontem eu conversei com um amigo meu que era da UEL, eu falei para ele que a perspectiva da LGU que a UEL vai desaparecer. E ele falou que era isso mesmo e teriam já essa previsão e é isso. Então, a gente corre risco mesmo de voltar a algumas décadas no processo de consolidação que ocorreu nesses últimos anos nas universidades públicas do Paraná. Há uma ilusão das pequenas universidades que tiraram o proveito disso em detrimento das maiores, mas isso é uma ilusão. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDIPROL/ADUEL 1)**

Nas entrevistas realizadas com enfoque sobre os temas abordados neste tópico do estudo, os questionamentos aos docentes avançaram no intuito de entender a avaliação destes com relação aos movimentos de resistência no interior das universidades públicas, sobretudo os sindicatos e o movimento estudantil (historicamente inclinados a fazer a defesa pela presença do Estado na promoção e manutenção do ensino superior público). De modo geral, as respostas alternaram-se no intuito de reforçar o clima de pessimismo, que é predominante na atual conjuntura:

Então, acho que nós fomos derrotados e vamos seguir acumulando derrotas. Não temos sido capazes de fazer o enfrentamento. E isso tá claro quando a gente observa o cenário sindical atual, em questões básicas de carreira. Veja a questão da progressão, ascensão, o governo tira a autonomia da universidade para conceder o avanço na carreira e o que o sindicato faz? Ele não mobiliza a categoria docente. Ele entra com uma ação judicial e confia na Justiça, uma Justiça que sabemos é uma Justiça burguesa. Então basicamente os nossos sindicatos confiam nisso. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL ADUNICENTRO 2)**

Não. Tanto que permanecemos sem reposição¹¹⁵. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL ADUNIOESTE 1)**

Nos últimos tempos, o que a gente tem visto é que os governos que assumiram eles não estão dispostos a dialogar, então não dão outra alternativa de um outro movimento mais radicalizado, como a greve. E quando a greve acontece, há uma repressão física e simbólica, com uso da mídia e tudo mais. Então, isso tem gerado, nos últimos tempos, um desgaste muito grande para a categoria e associado a isso que estamos vivendo hoje, um cenário de apatia, de isolamento, que só tem piorado a situação em relação às perdas de direitos. Então, a gente não tem tido êxito de fato, o que a gente pode ter, digamos, conseguido, resistido de alguma maneira é impedir que o cenário fosse ainda pior, mas não impedir que ele seja ruim. E, se a gente analisasse as propostas de ataques aos direitos, nós teríamos, só para dar exemplo, o quinquênio, a gente já nem teria mais. A gente conseguiu pontualmente barrar uma coisa ou outra. Não quer dizer que a gente conseguiu impedir que a gente retrocedesse em termos de direito. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDUEPG 2)**

A fala a seguir, no entanto, deixa claro que a organização de um coletivo de oposição às medidas que ataquem a autonomia universitária e a carreira docente no interior das universidades serve ainda, de certa forma, como elemento de entrave/pressão política:

Eu acho que, se não tivesse uma organização, a situação poderia estar pior. Eu acho que as reformas têm vindo, mas o simples fato de existir entidades representativas de trabalhadores, elas já servem como uma espécie de pressão antecipada, antes do deputado votar, eles já sabem que existe um grupo que faz barulho, que mobiliza, mesmo os sindicatos mais de esquerda e que são mais burocratizados. Acho que eles ainda cumprem um papel de minimizar alguns desastres que poderiam ser maiores se não houvesse entidades representativas da comunidade universitária. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDUNESPAR 1)**

Assim, por mais que, no atual contexto, seja possível visualizar o avanço de medidas regressivas nas políticas de educação superior público, nas IEES/PR não tem sido diferente. A consciência do papel dos sindicatos e da participação social por meio dessas organizações é ainda o combustível que mantém minimamente viva e atuante nela uma parcela de docentes, técnicos-administrativos e estudantes.

3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O SISTEMA PÚBLICO DE ENSINO SUPERIOR E A CONFIGURAÇÃO DA CARREIRA DOCENTE NAS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ

Cumpra agora trazer as reflexões do ensino superior ao contexto foco do objeto de pesquisa aqui proposto. Nesse sentido, serão tecidas apresentações e discussões acerca das Instituições Estaduais de Ensino Superior paranaenses, a saber:

¹¹⁵ Em julho de 2022, eram seis anos sem a reposição prevista em Lei – chegando a 37% de defasagem salarial aos servidores do estado do Paraná. (SINDIPROL/ADUEL, 2022c)

Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Estadual de Maringá (UEM); Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO); Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR); e Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).

Na sequência é feita uma reflexão sobre a autonomia universitária e a forma com que ela se apresenta nos documentos oficiais de cada uma das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná.

Por fim, são tecidas considerações sobre a atual carreira do magistério público do ensino superior no estado, tendo por base a Lei Estadual n.º 11.713, de 7 de maio de 1997. Essa parte do trabalho conta ainda com relatos dos docentes entrevistados, refletindo sobre a importância da carreira docente estruturada para as IEES/PR.

3.3.1 Aspectos gerais das Instituições Estaduais de Ensino Superior do estado do Paraná

O sistema público das universidades paranaenses começou a ser construído, em 1969, por meio da Lei Estadual n.º 6.034, que instituiu a criação das universidades estaduais de Londrina, Maringá, Ponta Grossa e a Federação das Escolas Superiores de Curitiba. De fato, os anos 1960 revelam um período de intensas transformações estruturais, econômicas e culturais no Paraná.

Sobretudo na década de 1960, o estado registrou um significativo aumento populacional, bem acima da média nacional – enquanto, no Paraná, existiam 21,58 habitantes por quilômetro quadrado. No Brasil, essa relação era apenas de 8,39. O crescimento migratório foi o principal responsável pela expansão demográfica do Paraná. (SHEEN, 1986).

Até os anos 1960, conforme afirma Sheen (1986), os problemas infraestruturas do estado do Paraná não estavam resolvidos, e o governo estadual passou a intervir energicamente nesse setor, buscando assegurar a integração entre as diferentes regiões do estado¹¹⁶ e os investimentos mais significativos na economia. (PADIS, 1981 e SHEEN, 1986).

¹¹⁶ Segundo Sheen (1986), o Paraná teve o seu processo de ocupação econômica consolidado por meio de três ondas: a primeira formada pelo “Paraná Tradicional”, com a ocupação das terras de campo que vão desde Curitiba, Campos Gerais até as atuais divisas com os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul; a segunda, Norte com suas sub-regiões: Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo; a terceira Sudoeste, cujo povoamento originou as cidades de Palmas e Foz do Iguaçu.

No geral, o grande estimulador do desenvolvimento econômico paranaense foi a cultura cafeeira. O estado sobressaía nessa produção devido à fertilidade de suas terras roxas e pela extensão territorial ainda passível de explorar. (SHEEN, 1986)

No entanto, no início da década de 1960, fatores internos e externos da economia fizeram ocorrer a queda nos preços do café, o que demandou uma nova postura do governo e de empresários do ramo: “Diante da nova conjuntura, foram tomadas medidas para adequar a oferta à procura. Teve início, então, um programa de diversificação agrícola promovido pelo governo do estado, no sentido de substituir o café por culturas “brancas” (soja, milho, trigo)”. (SHEEN, 1986, p. 180)

A crise do café dos anos 1960 estagnou o que até então era um período de desenvolvimento significativo do estado. O café era fundamental para a economia do Paraná, o que, para autores, era motivo de crítica, uma vez que o engajamento único e exclusivo dos investimentos nessa produção limitou o aparecimento de outras atividades econômicas, especialmente industriais. (PADIS, 1981)

A superação desses limites à expansão econômica e à industrialização do Paraná, terá na ação do Estado um forte elemento incentivador. Para garantir os investimentos públicos que se faziam necessários, o Governo do Paraná criou ainda no início da década de 60, o Fundo de Desenvolvimento Econômico organismo que, juntamente com o Banco do Estado do Paraná, foi responsável por considerável parte dos investimentos públicos realizados no Estado, em todo o decênio. (SHEEN, 1986, p. 183)

Assim, por mais que o início do desenvolvimento industrial paranaense tivesse ocorrido apenas desde os anos 1970, a década anterior ficou marcada por criar as condições que propiciaram o impulso no setor industrial. Entre essas condições, destacam-se as obras de infraestrutura (energia, transporte e telecomunicações), diversificação agrícola e formação de quadros humanos especializados, a fim de suprir a escassez de recursos humanos necessários ao desenvolvimento do estado.

Nesse contexto, o ensino superior apresentou-se integrado ao projeto de desenvolvimento apresentado e executado pelo governador Paulo Cruz Pimentel (1966-1970). Seu papel consistiu na “mobilização dos recursos humanos para o desenvolvimento”. (PIMENTEL, 1970 *apud* SHEEN, 1986, p. 245)

E a proposta de interiorização do ensino superior fazia parte da estratégia de desenvolvimento integrado do governo, na sua busca por integrar regiões, áreas e diferentes grupos populacionais ao processo de expansão do capitalismo no estado do Paraná.

A interiorização, representou, assim, um forte componente econômico e político da filosofia administrativa do Governo Pimentel, ao [sic] ponto do

Governador, continuando a estratégia de sua campanha quando candidato, apresentar-se como 'homem do interior'. (SHEEN, 1986, p. 246)

Relativamente à criação das primeiras universidades paranaenses, de acordo com a Lei Estadual n.º 6.034/1969:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Estadual de Londrina, a Universidade Estadual de Maringá, a Universidade Estadual de Ponta Grossa e a Federação de Escolas Superiores de Curitiba, como resultantes da incorporação e congregação de estabelecimentos isolados de ensino superior, mantidos direta ou indiretamente pelo Estado nas referidas cidades. (PARANÁ, 1969)

Já no art. 3.º da referida lei, é garantida às instituições o direito à autonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinar, as quais teriam, então, uma personalidade jurídica própria. O art. 24 também reforça essa questão:

Art. 24 A autarquia terá o seu Regulamento e Estrutura, aprovados por Decreto do Chefe do Poder Executivo e gozará de autonomia administrativa, financeira e disciplinar, na forma da legislação em vigor. (PARANÁ, 1969)

Na lei foram previstas como receita de cada entidade: a) recursos financeiros globais para a manutenção e desenvolvimento da entidade, fixados em orçamento anual do estado; b) auxílio e doações dos municípios ou quaisquer outras pessoas; c) rendas patrimoniais; d) rendimentos de serviços prestados; e) contribuição escolar.

Nesse contexto, estava previsto que os estudantes regulares pagassem uma anuidade. Foram previstas também bolsas a serem usadas prioritariamente com alunos recursos menores ou insuficientes.

De forma paralela a esse movimento criado pela Lei Estadual n.º 6.034, de novembro de 1969, foram editados decretos de criação para cada uma das entidades. No caso da Universidade Estadual de Londrina, o Decreto Estadual n.º 18.110, de janeiro de 1970, criou, sob a forma de fundação, a universidade.

Artigo 1º Fica criada a Universidade Estadual de Londrina, resultante da incorporação dos seguintes Estabelecimentos de Ensino Superior:

I – Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina, compreendendo os cursos de: a) Letras Anglo-Portuguêsas; b) Letras Franco-Portuguêsas; c) História; d) Geografia; e) Pedagogia; f) Licenciatura em Ciências.

II – Faculdade Estadual de Direito de Londrina, compreendendo o curso de Bacharelado em Direito;

III – Faculdade Estadual de Odontologia de Londrina, compreendendo o curso de Graduação em Odontologia;

IV – Faculdade de Medicina do Norte do Paraná compreendendo os cursos de: a) Medicina; b) Ciências Biomédicas; c) Farmácia Bioquímica.

V – Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Contábeis de Londrina compreendendo os cursos de: a) Ciências Econômicas; b) Superior de Administração. (PARANÁ, 1970)

O Decreto Federal n.º 69.324, de 7 de outubro de 1971, assinado pelo então presidente, Emilio Garrastazu Medici, concede o reconhecimento à Universidade Estadual de Londrina.

A universidade conta hoje com 52 cursos de graduação e atuações no campo da pós-graduação com programas em nível *stricto* e *lato sensu*. São destacados, em seu estatuto (UEL, 2004), os seguintes princípios e finalidades da UEL:

Art. 2º A Universidade tem por princípios: I. a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, assegurado seu compromisso social; II. a interação entre ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviço, assegurado seu compromisso social; III. a igualdade de condições para o acesso e permanência discente na Instituição; IV. a integração com os demais níveis e graus de ensino; V. a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte, a cultura e o saber; VI. o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; VII. a garantia de qualidade acadêmica; VIII. a gestão democrática e colegiada; IX. a eficiência, probidade e racionalização na gestão dos recursos; X. a valorização de seus servidores; XI. a gratuidade do ensino de graduação e pós-graduação *stricto sensu* acadêmico.

Art. 3º São finalidades da Universidade: I. gerar, disseminar e socializar o conhecimento em padrões elevados de qualidade e equidade; II. formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento; III. valorizar o ser humano, a vida, a cultura e o saber; IV. promover a formação humanista do cidadão, com capacidade crítica perante a sociedade, o Estado e o mercado; V. promover o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, social, artístico e cultural da sociedade; VI. conservar e difundir os valores éticos e de liberdade, igualdade e democracia; VII. estimular a solidariedade humana na construção da sociedade e na estruturação da vida e do trabalho; VIII. educar para a cidadania, estimulando a atuação coletiva; IX. propiciar condições para a transformação da realidade, visando justiça e equidade social; X. estimular o conhecimento e a busca de soluções de problemas contemporâneos; XI. estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade. (UEL, 2004)

Os centros de estudo e pesquisa que formam a UEL são estes: Centro de Ciências Agrárias; Centro de Ciências da Saúde; Centro de Estudos Sociais Aplicados; Centro de Ciências Biológicas; Centro de Educação Comunicação e Artes; Centro de Letras e Ciências Humanas; Centro de Ciências Exatas; Centro de Educação Física e Esportes; Centro de Tecnologia e Urbanismo.

A UEL também administra o Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná (HURNP-UEL), sendo este o maior órgão suplementar da universidade. O HURNP-UEL foi criado em 1971 e, desde 1975, tem suas instalações próprias localizadas na zona leste do município de Londrina. É referência para o Sistema Único de Saúde e atende pacientes de diferentes cidades e estados.

No campo da extensão universitária, a UEL atua com diversos programas em parceria com a comunidade e com as fundações de apoio, como a Fundação Araucária¹¹⁷ e a Universidade Sem Fronteiras¹¹⁸.

Segundo o censo acadêmico desenvolvido pela então Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em 2018, a UEL possuía um total de 4.870 servidores, dos quais 1.697 era docentes¹¹⁹ (1.399 efetivos e 298 temporários) e 3.173 agentes universitários (3.087 efetivos e 86 temporários). (PARANÁ, 2018)

Com a mesma data de publicação, o Decreto Estadual n.º 18.109 regulamentou a Universidade Estadual de Maringá:

UEM foi criada pela Lei Estadual 6.034/69, de 6 de novembro de 1969, e regulamentada pelo Decreto Estadual 18.109, de 28 de janeiro de 1970. Por meio do ato legislativo, foram incorporadas as três instituições de ensino superior já existentes na cidade: Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Maringá; Faculdade Estadual de Direito de Maringá (autarquia); Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Maringá (da Fundação Educacional de Maringá). Adicionalmente, o ato inaugural preconizou o Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas de Maringá (da Fundação Educacional de Maringá), que viria a ser criado em 1972. Constituída sob a forma jurídica de fundação de direito público, a UEM teve como entidade mantenedora e solidária o Estado do Paraná. (DIAS; GOMES, 2018, p. 22)

A UEM é mantida pelo estado do Paraná e possui uma organização no modelo *multicampi*. Além do *campus* sede em Maringá, integram a UEM: a) *campus* Arenito, localizado no município de Cidade Gaúcha; b) *campus* Regional do Noroeste, localizado no município de Diamante do Norte; c) *campus* Regional de Cianorte, localizado no município de Cianorte; d) *campus* Regional de Goioerê, localizado no município de Goioerê; e) *campus* Regional de Umuarama, localizado no município de Umuarama; f) *campus* Regional do Vale do Ivaí, localizado no município de Ivaiporã.

De acordo com o seu estatuto (UEM, 2008), a universidade tem por princípios e finalidades:

Art. 3º A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ tem por princípios: I - a natureza pública, gratuita e de qualidade do ensino; II - a gratuidade dos cursos de Graduação e Pós-Graduação Acadêmica *stricto sensu*; III -

¹¹⁷ A Fundação Araucária é um órgão governamental de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico no estado do Paraná.

¹¹⁸ O programa “Universidade Sem Fronteiras” foi instituído em 2010, mediante a Lei Estadual n.º 16.643. Está ligada hoje à Superintendência Geral de Ciências e Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e visa executar ações no âmbito da extensão universitária em municípios com baixos índices de desenvolvimento humano.

¹¹⁹ Optou-se, nesse momento, pela utilização dos dados referentes a esse censo acadêmico de 2018. Por se tratar de um censo, os dados aqui estão mais completos; entretanto, no capítulo a seguir, os números referentes especificamente aos docentes de cada IEES/PR serão retomados, utilizando outras fontes de dados mais atualizadas.

indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão; IV - autonomia didática e pedagógica, administrativa, patrimonial, financeira e disciplinar; V - compromisso com a formação de cidadãos éticos, reflexivos e autônomos; VI - socialização do saber sem discriminação de qualquer natureza; VII - compromisso com a democratização do ingresso e com a permanência do aluno na universidade.

Art. 4º A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ tem por finalidade: I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II - formar diplomados e certificados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais, para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e para colaboração em sua formação contínua; III - realizar e incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, favorecendo a relação de sustentabilidade entre o homem e o meio; IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade, comunicando o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar sua correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos em uma estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestando serviços especializados à comunidade e estabelecendo com essa uma relação de reciprocidade; VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica.

Atualmente a UEM conta com a oferta de 40 cursos de graduação na sede em Maringá; uma no *campus* Regional de Arenito; quatro no *campus* Regional de Cianorte; quatro no *campus* Regional de Goioerê; oito no *campus* Regional de Umuarama; e três no *campus* Regional do Vale do Ivaí. O *campus* Regional de Diamante do Norte desenvolve atividades nas áreas de saúde, educação e agronomia em nível de extensão, no qual funciona o Colégio Estadual Agrícola do Noroeste, cuja fazenda apoia as pesquisas realizadas pelos cursos de Agronomia e Zootecnia.

No campo da pós-graduação *stricto sensu*, a UEM oferta mestrado e doutorado nas mais diferentes áreas – atualmente são cerca de 54 programas de pós no interior da universidade. Há ainda a oferta de diversos cursos de especialização *lato sensu*.

Os centros de pesquisa que compõem a UEM são os seguintes: Centro de Ciências Exatas; Centro de Ciências Biológicas; Centro de Tecnologia; Centro de Ciências Agrárias; Centro de Ciências Sociais Aplicadas; Centro de Ciências da Saúde; Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

A UEM mantém ainda o Hospital Universitário Regional de Maringá (HUM), um hospital público e com atendimento dedicado ao Sistema Único de Saúde. Foi fundado em 1989 e hoje é referência hospitalar para a região. No campo da saúde, a UEM mantém ainda o Hemocentro Regional de Maringá, a Clínica Odontológica, o

Laboratório de Ensino e Pesquisa em Análises Clínicas (LEPAC) e a Farmácia Popular.

No âmbito da extensão universitária, a UEM desenvolve atividades nas mais variadas áreas e possui relação técnica e financeira com diferentes órgãos de fomento do estado.

Nos dados referentes ao último censo acadêmico disponível (PARANÁ, 2018), a UEM apresentou um quantitativo de 4.439 servidores. Os docentes foram 1.661 (1.279 efetivos e 382 temporários) e 2.778 agentes universitários (2.343 efetivos e 435 temporários).

Ainda tendo por base a Lei Estadual n.º 6.034/1969, mediante o Decreto n.º 18.111, de 28 de janeiro de 1970, é criada a Universidade Estadual de Ponta Grossa. A UEPG, assim como UEL, não se organiza de modo *multicampi* em diferentes cidades do estado, embora possua, na cidade de Ponta Grossa, dois *campi*: o Central e o de Uvaranas.

A universidade é fruto da incorporação das faculdades estaduais já existentes que funcionavam isoladamente: Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, criada em 1949; Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa, criada em 1952; Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa, criada em 1954; e a Faculdade de Ciências Econômicas e Administração de Ponta Grossa, criada em 1966.

De acordo com o regimento da universidade (UEPG, 2018b):

Art. 6º A Universidade Estadual de Ponta Grossa tem por finalidade produzir, disseminar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, a produção do conhecimento e da cultura, a reflexão crítica na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática.

A UEPG é hoje dividida por setores de conhecimento: Setor de Engenharias, Ciências Agrárias e de Tecnologia; Setor de Ciências Biológicas e da Saúde; Setor de Ciências Exatas e Naturais; Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes; Setor de Ciências Jurídicas; Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Conta, no nível da graduação, com a oferta de 40 cursos.

Na pós-graduação *stricto sensu*, a UEPG fornece cursos de mestrado e doutorado em diferentes programas. Atualmente são ofertados nessa modalidade 27 cursos de mestrado e 10 de doutorado. A universidade também possui cursos de especialização em nível *lato sensu*.

Desde 2010, a UEPG mantém o Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais (HURCG), o qual é responsável por atender uma região que possui cerca de 750 mil habitantes. Entre 2020 e 2022, desenvolveu importante atuação no contexto da pandemia da covid-19, sendo referência no atendimento à pandemia (inclusive com a disponibilização de leitos em UTI-COVID).

Há, ainda sob administração da UEPG, o Hospital Universitário Materno-Infantil (HUMAI), o qual consistia na maternidade do HURCG que, desde 2020, foi transferido para as instalações do Hospital da Criança¹²⁰. A maternidade do HU realiza cerca de 240 procedimentos por mês (entre partos normais, partos cirúrgicos e demais atendimentos obstétricos). (JAROS, 2020)

A extensão universitária na UEPG também segue os padrões de desenvolvimento de suas congêneres, anteriormente citadas. O art. 53 de seu estatuto expõe que os cursos de extensão ofertados na universidade “visam a difundir conhecimentos e técnicas de trabalho para elevar a eficiência e os padrões culturais da comunidade”. (UEPG, 2018a, p. 19)

Segundo o censo acadêmico (PARANÁ, 2018), a UEPG apresentou, em 2018, um total de 1.989 servidores, dos quais 885 como docentes (740 efetivos e 145 temporários) e 1.104 agentes universitários (689 efetivos e 415 temporários).

A Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), com sua sede localizada na cidade de Cascavel, foi criada mediante a Lei Estadual n.º 8.680/1987 e obteve o reconhecimento como universidade por meio da Portaria Ministerial n.º 1784-A, de 23 de dezembro de 1994. É uma universidade regional *multicampi*, formada por cinco *campi*: Cascavel, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Marechal Cândido Rondon e Toledo.

A UNIOESTE nasceu da congregação de diferentes faculdades municipais isoladas, tais como: a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel (FECIVEL), fundada em 1972; a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Foz do Iguaçu (FACISA), criada em 1979; a Faculdade de Ciências Humanas de Marechal Cândido Rondon (FACIMAR), criada em 1980; e a Faculdade de Ciências Humanas Arnaldo Busato, de Toledo (FACITOL), fundada em 1980.

Em 1998, a Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão (FACIBEL) foi incorporada à UNIOESTE, instituindo-se posteriormente como o *campus* de

¹²⁰ O referido Hospital da Criança era, até então, responsável pelo pronto-atendimento infantil no município. Sua gestão ocorre por meio da Fundação Municipal de Saúde de Ponta Grossa.

Francisco Beltrão. A FACIBEL foi criada em 1974, por meio da Lei Municipal n.º 477/1974. (CANTERLE, 2011)

São elencados no estatuto em vigor os seguintes princípios fundamentais da UNIOESTE:

Art. 3º São princípios fundamentais da organização da UNIOESTE: I - a unidade de patrimônio e de administração; II - a estrutura orgânica com base em áreas do conhecimento reunidas por campi, articuladas à administração superior; III - a unidade de atuação nas dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão; IV - a racionalidade de organização, com plena utilização dos recursos materiais e potencialidades humanas; V - a universalidade, a pluralidade e a interdisciplinaridade pelo cultivo das áreas do conhecimento humano; VI - a liberdade de expressão, estudos, pesquisas e ensino; VII - a gestão democrática com base em instâncias deliberativas colegiadas; VIII - a adoção de procedimentos de administração descentralizada; IX - a garantia do ensino público e gratuito, nos termos da legislação vigente. (UNIOESTE, 1999, p. 2 e 3)

A UNIOESTE oferta hoje 19 cursos em nível de graduação na sede em Cascavel; 14 no *campus* de Foz do Iguaçu; 10 no de Francisco Beltrão; 13 no de Marechal Cândido Rondon; e 10 no de Toledo.

Oferta ainda cursos na modalidade a distância em diversos polos, a exemplo destes: Bambuí, Céu Azul, Colombo, Cruzeiro do Oeste, Faxinal, Flor da Serra do Sul, Foz do Iguaçu, Goioerê, Guaraniaçu, Guarapuava, Ibaiti, Laranjeiras do Sul, Santa Rosa, Nova Tebas, Pato Branco, Sarandi, Ubiratã, Umuarama, Astorga, Dois Vizinhos. Os cursos oferecidos são Letras - Língua Portuguesa e Língua Brasileira de Sinais - Libras e Literaturas Brasileira e Surda; e Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

No âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, são 38 programas de mestrado, 17 doutorado ofertados nos *campi* de Toledo, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Marechal Cândido Rondon e Cascavel. Há ainda a oferta de especializações e residências.

Em 2000, por meio da Lei Estadual n.º 13.029, o Hospital Regional de Cascavel foi transformado no Hospital Universitário do Oeste do Paraná (HUOP) tornando-se um importante órgão suplementar da UNIOESTE. De acordo com o art. 1.º da referida lei:

O Hospital Universitário do Oeste integrará o Sistema Único de Saúde/SUS no âmbito do Estado, através da prestação de serviços ambulatoriais e hospitalares à população e servirá de suporte acadêmico às atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade do Oeste do Paraná - UNIOESTE e das Escolas Superiores do Estado, que tenham currículos relacionados com as ciências da saúde, observada a legislação em vigor. (PARANÁ, 2000)

Na extensão universitária, foi verificada a existência de diversos projetos e programas com inserção na realidade local, a exemplo de ações voltadas: ao ensino de línguas estrangeiras, com a oferta de cursos de língua inglesa, espanhola e italiana; às pessoas com deficiência; ao atendimento sociojurídico e socioassistencial de mulheres vítimas de violência doméstica; à terceira idade.

Com relação ao quantitativo de servidores da UNIOESTE, foi contabilizado, em 2018, o total de 2.531 servidores. Os docentes somaram 1.296 (1.059 efetivos e 237 temporários) e os agentes universitários 1.235 (1.097 efetivos e 138 temporários). (PARANÁ, 2018)

A Universidade do Centro-Oeste (UNICENTRO) foi instituída mediante a Lei Estadual n.º 9.295, de 13 de junho de 1990. Surgiu da fusão de duas faculdades: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava (FAFIG), criada em 1968¹²¹, e a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati (FECLI), criada em 1974.

Segundo o seu atual estatuto (UNICENTRO, 2006), são finalidades da universidade:

I – promover o ensino para a formação de pessoas habilitadas para a investigação filosófica, científica e literária, para o exercício das profissões liberais, técnicas, artísticas, do magistério e da cidadania, de modo crítico e criativo; II – assegurar a gratuidade do ensino de graduação nos termos da legislação vigente; III – promover e estimular a cultura, por meio da pesquisa científica e da produção do pensamento, para o desenvolvimento das ciências, da tecnologia, da filosofia, das letras e das artes; IV – promover o desenvolvimento de programas, projetos, cursos e serviços, voltados à articulação com a comunidade; V – manter uma infra-estrutura adequada e um corpo qualificado de servidores, necessários ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão. (UNICENTRO, 2006, p. 01)

A UNICENTRO organiza suas atividades acadêmicas de forma *multicampi*. O *campus* CEDETEG, desde 1999 localizado nas antigas dependências do Centro Educacional de Desenvolvimento e Tecnológico de Guarapuava (CEDETEG), comporta 19 cursos de graduação distribuídos em três setores: Ciências Exatas e de Tecnologia; Ciências Agrárias e Ambientais; e Ciências da Saúde. Há ainda, nesse *campus*, a oferta de nove cursos de pós-graduação (*stricto sensu*).

Ainda em Guarapuava, o *campus* Santa Cruz abriga 13 cursos de graduação derivados de dois setores: Ciências Humanas, Letras e Artes e Ciências Sociais Aplicadas. O *campus* oferta ainda três cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Por fim, o *campus* da UNICENTRO em Irati oferta 13 cursos de graduação dos setores de Ciências Agrárias e Ambientais, Ciências Humanas, Letras e Artes,

¹²¹ Lei Estadual n.º 5.804, de 15 de julho de 1968.

Ciências Sociais Aplicadas e Ciências da Saúde. São mais cinco cursos de mestrado e três em nível de doutorado.

A universidade mantém a tradição das IEES paranaenses no desenvolvimento de atividades relacionadas à extensão universitária, com atuações nas áreas sociojurídica (a exemplo do Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude e do Núcleo Maria da Penha – voltado para mulheres em situação de violência doméstica), línguas estrangeiras e empreendedorismo. Há ainda a participação na histórica iniciativa do “Projeto Rondon”¹²².

Nos dados referentes ao último censo acadêmico (PARANÁ, 2018), a UNICENTRO apresentou um quantitativo de 1.160 servidores. Os docentes são 844 (559 efetivos e 285 temporários) e 316 agentes universitários (233 efetivos e 83 temporários).

A Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) foi criada pela Lei Estadual n.º 15.300, de 28 de setembro de 2006, e autorizada pelo Decreto Estadual n.º 3.909/2008. A UENP é uma fusão entre as antigas instituições de ensino superior: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho (FAFIJA), criada em 1960; Faculdade de Educação Física e Fisioterapia de Jacarezinho (FAEFIJA), criada em 1972; Faculdade de Direito do Norte Pioneiro (FUNDINOPI), criada em 1968; Fundação Faculdades Luiz Meneghel (FFALM), criada em 1970¹²³; e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio (FAFICOP), criada em 1966.

Como se pôde verificar no art. 1.º da Lei Estadual n.º 13.283/2001, as faculdades FAFIJA, FAEFIJA, FUNDINOPI fizeram parte inicialmente da junção que resultou na estrutura da UNESPAR. Porém, o art. 7.º da Lei Estadual n.º 15.300/2006 reposicionou-as para hoje integrar a UENP.

A sede da UENP é situada na cidade de Jacarezinho, sendo os outros dois *campi* localizados em Cornélio Procópio e Bandeirantes. De acordo com o regimento geral (UENP, 2008a), os centros de estudos dos *campi* são assim organizados:

- I. *Campus* de Jacarezinho:
 - a) Centro de Ciências da Saúde;
 - b) Centro de Ciências Humanas e da Educação;

¹²² O Projeto Rondon foi criado pelo Decreto n.º 62.927, de 28 de junho de 1968, e reformulado em 2004. Consiste numa ação interministerial que realiza parcerias com instituições de ensino superior, a fim de contribuir para o desenvolvimento local e o acesso a direitos básicos.

¹²³ O Decreto Federal n.º 67.657/1970 autorizou o funcionamento da Escola Superior de Agronomia de Bandeirantes; em 1973, a instituição passou a se chamar Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel (em homenagem a um grande incentivador do curso); em 2000, passou a ser denominada Fundação Faculdades Luiz Meneghel; e, em 2003, com o Decreto Estadual n.º 1.052, a fundação deixou de ser municipal para se tornar estadual (no momento integrante da estrutura da UNESPAR).

- c) Centro de Letras, Comunicação e Artes;
- d) Centro de Ciências Sociais Aplicadas.
- II. *Campus* Luiz Meneghel de Bandeirantes:
 - a) Centro de Ciências Agrárias;
 - b) Centro de Ciências Tecnológicas;
 - c) Centro de Ciências Biológicas.
- III. *Campus* de Cornélio Procópio:
 - a) Centro de Ciências Sociais Aplicadas;
 - b) Centro de Ciências Humanas e da Educação;
 - c) Centro de Letras, Comunicação e Artes.

São 25 cursos de graduação e cinco cursos de pós-graduação *stricto sensu* no nível de mestrado (Agronomia, Direito, Letras, Ensino, Educação e Ciências do Movimento Humano) e um em nível de doutorado (Direito).

Seu atual estatuto apresenta como princípios que regem a organização:

I. a universalidade do conhecimento; II. a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, assegurado o seu compromisso social; III. a igualdade de condições para o acesso e a permanência discente na instituição; IV. a cooperação e a integração entre os *campi* que a compõem; V. a integração com os demais níveis e graus de ensino; VI. a liberdade de ensinar, aprender, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte, a cultura e o saber; VII. o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; VIII. a gestão democrática e colegiada; IX. a valorização de seus docentes e servidores técnico-administrativos; X. a descentralização administrativa e a racionalidade de organização, com plena utilização de recursos humanos e materiais; XI. a unidade de patrimônio e de administração, respeitada sua organização *multicampi*; XII. a garantia de qualidade acadêmica, com inserção qualificada no Sistema Estadual do Ensino Superior do Estado do Paraná; XIII. a interação com o poder público e a sociedade civil, contribuindo para a formulação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da cidadania e da universalização do conhecimento. XIV. a concretização do desenvolvimento da região do norte pioneiro e norte do Paraná. (UENP, 2008b, p. 4-5)

A extensão universitária é desenvolvida com programas e projetos divididos por *campus*. No site oficial da instituição, com informações atualizadas em 14 março de 2022, são contabilizados 27 programas/projeto de extensão em andamento no *campus* Jacarezinho, 13 no de Cornélio Procópio e 29 no de Bandeirantes. (UENP, 2022)

Segundo o censo acadêmico (PARANÁ, 2018), a UENP apresentou, em 2018, um total de 426 servidores, dos quais 355 como docentes (225 efetivos e 130 temporários) e 71 agentes universitários (69 efetivos e 2 temporários).

Por fim, a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), a qual foi criada pela Lei Estadual n.º 13.283, de 25 de outubro de 2001 e alterada pela Lei Estadual n.º 15.300, de 28 de setembro de 2006.

Art. 1º. A Escola de Música e Belas Artes do Paraná - EMBAP, a Faculdade de Artes do Paraná - FAP, a Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão - FECILCAM, a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana - FECEA, a Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro -

FUNDINOPI, a Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho - FAEFIJA, a Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí - FAFIPA, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio - FAFI-CP, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho - FAFIJA, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá - FAFIPAR e a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória - FAFI ficam integradas em uma só autarquia, denominada Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, vinculada ao órgão estadual responsável pela definição, coordenação e execução das políticas e diretrizes na área de Ensino Superior. (PARANÁ, 2001)

A sede da reitoria da UNESPAR fica localizada no município de Paranavaí e os demais *campi* (conforme alterações da Lei Estadual n.º 15.300/2006) ficam assim distribuídos pelo estado: Apucarana, Campo Mourão, Curitiba, Paranaguá e União da Vitória.

O *campus* de Apucarana (conhecida como antiga Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana – FECEA, fundada em 1960) possui 12 cursos de graduação; o de Campo Mourão, 10 cursos; o de Paranaguá, 9 cursos; o de Paranavaí (antiga FAFIPA, criada em 1965)¹²⁴ possui 11 cursos; o de União da Vitória, 9 cursos; e, por fim, o de Curitiba com 5 cursos voltados para as áreas de cinema, artes visuais e artes cênicas.

Em nível de pós-graduação, são ofertados programas de mestrado acadêmico e profissional em todos os *campi* que compõem a UNESPAR. São também ofertadas especializações em diversas áreas.

Na extensão universitária, destacam-se estas ações: a Patronato de Campo Mourão (responsável pelo trabalho de ressocialização de egressos do sistema penal); o “Bom Negócio”, que oferece capacitação gerencial e consultoria gratuita a 25 municípios aos redores de Campo Mourão; e o “Cinespar, Cinema Itinerante”, um projeto voltado, entre outras questões, para a valorização e o incentivo às culturas populares.

Para compreender a relevância da UNESPAR para a região, dados do governo estadual, em 2013, mensuravam o alcance da UNESPAR para um universo de 150 municípios, que juntos somam uma população de 4,5 milhões de pessoas. (PARANÁ, 2022)

Com relação ao quantitativo de servidores da UNESPAR, em 2018 foi contabilizado o total de 1.065 servidores. Os docentes somaram 924 (668 efetivos e

¹²⁴ Lei Estadual n.º 389/1965.

256 temporários) e os agentes universitários 141 (sendo todos esses efetivos). (PARANÁ, 2018)

No geral, para fins de caracterização, são essas as principais considerações de cada uma das sete Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná. No tocante à sua estruturação e funcionamento, destaca-se historicamente a Lei Estadual n.º 9.663, de 16 de julho de 1991, que transforma as universidades estaduais em autarquias, integrantes da administração indireta do estado do Paraná:

Art. 1º As Fundações Estaduais adiante relacionadas, mantidas as finalidades para as quais foram instituídas, ficam transformadas em Autarquias, integrantes da Administração Indireta do Estado, conforme dispõe o art. 79, inciso I, da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987. (PARANÁ, 1991)

As autarquias constituem “o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada”. (BRASIL, 1967)

Assim, as autarquias integram parte da administração pública indireta e possuem personalidade jurídica própria e as seguintes características:

patrimônio próprio; capacidade de autoadministração; direito – de exercer a função pela qual foi criada; obrigação – de desempenhar as suas funções – princípio da especialização; sujeição ao controle ou tutela. Sendo um desmembramento administrativo do poder público, as autarquias podem ser diversificadas, buscando adaptarem-se às exigências específicas de suas atividades fins. [...] Em relação ao regime de pessoal, as autarquias frequentemente adotam o regime estatutário [...]. (BERNARDO, 2020, p. 74)

Analisando o contexto das IEES/PR, a autora comenta as particularidades do estado:

Assim, cada autarquia deve possuir estrutura administrativa própria e hierarquizada, com quadro de servidores próprio. No contexto do Paraná, as primeiras universidades estaduais foram instituídas como fundações. No entanto, no ano 1991, governo Roberto Requião de Mello e Silva – PMDB (1991-1994) –, institui a Lei n. 9.663/1991 que transformou as Fundações Estaduais em Autarquias, integrantes da Administração Indireta do Estado. (BERNARDO, 2020, p. 72-73)

No art. 4.º da referida lei assim se preconiza: “As universidades gozam de autonomia didático-científica administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e ao da integração entre os níveis de ensino”. (PARANÁ, 1991)

Outro marco no ensino superior público paranaense foi a Lei Estadual n.º 8.675, de 21 de dezembro de 1987, de autoria do Poder Executivo (tendo como responsável

o então governador, Álvaro Dias), que autoriza a instituição da gratuidade do ensino em todas as instituições de ensino superior mantidas pelo estado do Paraná.

Instaladas nas mais diferentes regiões do estado, as universidades públicas paranaenses possuem significativa relevância no processo de desenvolvimento econômico regional. Pesquisas indicam que é positiva a conexão entre as universidades estaduais e a região em que estão instaladas (e também seus municípios vizinhos). (SHIKIDA *et al.*, 2015)

O resultado produzido da sinergia existente entre as atividades universitárias de ensino, pesquisa e extensão exerce importante influência sobre o desenvolvimento regional tanto na formação de trabalhadores especializados quanto na produção de conhecimento local, construção de ambiente de aprendizagem que, por sua vez, impactam a dinâmica social local e produzem efeitos duradouros na economia em médio e longo prazos.

A tecnologia – importante elemento para o fomento do crescimento econômico de uma região – aparece como outro contributo das universidades. Conforme concluem as pesquisas de Carmo *et al.* (2015), municípios sedes das universidades estaduais paranaenses possuem uma tendência à intensificação da atividade produtiva voltada para setores com maior nível tecnológico. “Com efeito, são nesses municípios que se tem um peso maior da especialização produtiva desses segmentos, com uma tendência de aprofundamento dessa especialização.” (CARMO *et al.*, 2015, p. 130)

Rufini (2015) sumariza:

Este período de aproximadamente 40 anos, que acolhe a história recente do ensino superior estadual do Paraná, abarcou episódios de grandes desafios, conquistas, dificuldades e superações. As comunidades acadêmicas pertencentes às sete instituições de ensino superior do Paraná assistiram e foram personagens ativos do desenvolvimento de cada instituição, assim como influenciaram de modo positivo o crescimento qualitativo das regiões em seu entorno. A expansão e o fortalecimento do Sistema Estadual de Ensino Superior fazem do Paraná um caso ímpar, seja pelo número de unidades, seja pelo volume de recursos financeiros aportados, o que, em termos relativos, faz do Estado aquele que mais investe no ensino superior no país, em proporção das duas receitas. (RUFINI, 2015, p. 15)

Dados de 2018 ilustram ainda mais a dimensão da grandeza e importância das IEES/PR para o desenvolvimento regional: nesse ano, foram ofertados 350 cursos de graduação presencial para um total de 65.554 alunos; na pós-graduação, foram cerca de 522 cursos entre especializações, mestrado e doutorado, alcançando um número de 14.659 alunos. (PARANÁ, 2018)

Integram ainda a estrutura organizacional das IEES três colégios de aplicação pedagógica, quatro hospitais universitários, seis hospitais veterinários, cinco escritórios de aplicação jurídica, cinco centros odontológicos, duas clínicas de fisioterapia e quatro laboratórios de análises clínicas. Esses órgãos, além da função acadêmica, possuem importante relevância para o atendimento e assistência à população do estado. (PARANÁ, 2018)

3.3.2 Autonomia universitária e a realidade das IEES paranaenses

A autonomia universitária apresenta-se como um importante componente para a consolidação e manutenção do projeto de ensino das universidades brasileiras. A autonomia possibilita à universidade autogovernar-se, evitando ingerências externas de interesses políticos que não estejam em consonância com a sua função social e com os limites constitucionais.

Para Freitas (2000):

A autonomia consiste na capacidade de autonormação dentro dos limites fixados pelo poder que a institui. Sendo o Brasil uma república federativa, a autonomia é característica principal dos entes de uma federação, consistindo fundamentalmente como autonomia política a capacidade do ente autônomo possuir constituição própria, delimitada pela Constituição Federal. (FREITAS, 2000, p. 14)

Em termos institucionais, são encontrados exemplos dessa autonomia no interior do Poder Judiciário (arts. 2.º e 99 da Constituição Federal de 1988), no Ministério Público (art. 127 da Constituição Federal de 1988) e nas universidades (art. 207 da Constituição Federal de 1988)¹²⁵.

Segundo Freitas (2000) e Rodrigues (2021), o primeiro documento a reconhecer a autonomia nas instituições universitárias brasileiras foi o Decreto n.º 8.659, de 6 de abril de 1911 – a chamada Reforma Rivadavia Corrêa. A reforma propiciada por esse Decreto retirou da União o monopólio da criação de instituições superior, dando também autonomia do ponto de vista didático, administrativo e patrimonial.

Com vida curta, esse decreto não conferiu real autonomia às instituições que logo voltaram a ser controladas pelo Estado. Segundo Freitas (2000), apenas a partir

¹²⁵ “Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.”

de 1920, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro, se originam experiências concretas no Brasil de uma autonomia universitária.

Outro marco legal da autonomia universitária brasileira ocorreu por meio do Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto n.º 19.851/1931). O seu art. 9.º ressalta a personalidade jurídica e de autonomia administrativa, didática e disciplina dessas instituições.

Vergara (1988), no entanto, aponta que o ministro Francisco Campos estabeleceu limites à autonomia conferida por essa reforma. Um desses limites refere-se à necessidade de aprovação dos estatutos de qualquer universidade pelo ministro da Educação e Saúde Pública. Havia ainda a necessidade de submissão aos governos de qualquer modificação na organização administrativa ou didática. Por fim, a escolha dos reitores e diretores seria de competência do governo, entretanto obedeceria às opções disponíveis de uma lista tríplice, resultado de eleição realizada pelo conselho universitário e/ou comunidade acadêmica.

Na década de 1960, o art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961) foi outro marco legal que ajudou a estabelecer autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar nas universidades brasileiras. Todavia, sobre a autonomia universitária na LDB/1961, Fávero analisa:

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961 (Lei nº 4.024), fica estabelecido, em termos gerais, que as universidades gozarão de autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar. Todavia, é importante lembrar que os dispositivos contidos no projeto original, que definiam os tipos de autonomia, foram vetados. Mas a própria lei vai se encarregar de restringir a autonomia concedida às universidades, quando prescreve, entre as atribuições do Conselho Federal de Educação, 'aprovar estatutos das universidades e promover sindicâncias por meio de comissões especiais em quaisquer estabelecimentos de ensino superior, tendo em vista o fiel cumprimento desta lei'. Merece ser observado ainda que, se tal dispositivo não teve implicações mais significativas até o golpe militar de 1964; a partir daí, esse dispositivo foi aplicado, em alguns casos, de forma bastante discricionária. (FÁVERO, 1999, p. 3)

Com relação à Reforma Universitária, de 1968, a Lei n.º 5.540/1968 aborda a questão da autonomia logo no seu art. 3.º: "As universidades gozarão de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, que será exercida na forma da lei e dos seus estatutos". (BRASIL, 1968)

Num regime de exceção, em que liberdades individuais e coletivas foram violentamente restringidas, o contexto da autonomia universitária fica em parte comprometida e restrita somente à letra da lei. De acordo com Fávero:

Análise cuidadosa dessa Lei mostra que, ao mesmo tempo que reconhece o princípio de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira da universidade, ela o limita. Tal limitação é fortemente reforçada por atos de exceção baixados pelo governo militar sobretudo através do Ato Institucional n.º 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, e do Decreto-Lei n.º 477, de fevereiro de 1969, com base no § 1 desse Ato. Nesse dispositivo, o governo militar define as infrações disciplinares praticadas por professores, alunos e funcionários ou empregados de estabelecimentos públicos ou particulares e as medidas a serem adotadas nos diversos casos. Complementando as determinações desse Decreto-Lei, medidas foram emitidas pelo Governo, tais como: as Portarias Ministeriais números 149/69 e 3.525/70. Tais medidas contribuíram ainda mais para o processo de paralisia dos membros das instituições universitárias, abrindo espaço para ações de caráter persecutório de dirigentes universitários em relação a seus subordinados. (FÁVERO, 1999, p. 3-4)

Embora essa autonomia já estivesse anteriormente instituída com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a autonomia universitária passou a ser protegida por um mecanismo constitucional. É a garantia de um modo institucional em que a liberdade para a universidade se autodeterminar passa a ser uma exigência.

Silva e Silveira refletem (2021):

A autonomia universitária vem desenhada na arquitetura constitucional de 1988 a partir de uma cadeia normativa inaugurada pelo art. 207, mas também composta pelas normas previstas nos artigos atinentes aos direitos fundamentais da liberdade de manifestação do pensamento, de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação e de reunião (art. 5º, incisos IV, IX e XVI), ao ensino pautado na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento e o pluralismo de ideias (art. 206, incisos II e III), à manifestação do pensamento, à criação, à expressão e à informação (art. 220, caput). (SILVA; SILVEIRA, 2021, p. 86)

O texto constitucional apresenta a autonomia universitária relacionada com quatro dimensões distintas, porém interligadas: didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Para Fávero (1999),

[...] a autonomia didático-científica implica liberdade da universidade para: a) estabelecer seus objetivos, organizando o ensino, a pesquisa e a extensão sem quaisquer restrições doutrinárias ou políticas de graduação e pós-graduação e outros a serem realizados sob sua responsabilidade; b) definir linhas de pesquisa; c) criar, organizar, modificar e extinguir cursos; d) elaborar o calendário escolar e o regime de trabalho didático; e) fixar critérios e normas de seleção, admissão, promoção e transferência de alunos; e f) outorgar graus, diplomas, certificados e outros títulos acadêmicos. (FÁVERO, 1999, p. 06)

Freitas (2000) acrescenta entendendo que a autonomia científica tem relação com a liberdade de investigação e a liberdade de desenvolver processos de conhecimento e definir a forma como estes serão pesquisados, sem a preocupação de os resultados serem favoráveis a agentes externos ao corpo institucional.

Com relação à autonomia administrativa, Fávero (1999) pontua que essa questão se relaciona com a liberdade das universidades em

a) organizar-se internamente estabelecendo suas instâncias decisórias, na forma que lhes aprouver; b) elaborar e reformular seus estatutos e regimentos; c) estabelecer seu quadro de pessoal docente e técnico-administrativo, de acordo com seu planejamento didático-científico. (FÁVERO, 1999, p. 06-07)

É o poder de autodeterminação quanto à organização e ao funcionamento dos serviços, administração de bens e liberdade de disciplinar o seu quadro pessoal (docente ou não), bem como admiti-los ou demiti-los, implantar plano de carreira e elaborar regime de contratação. (FREITAS, 2000)

Sobre a dimensão que trata da autonomia de gestão financeira e patrimonial, Fávero assim a conceitua:

Na acepção mais corrente, gerir significa 'ter gerência sobre; administrar, dirigir, reger, gerenciar' (Ferreira, 1986, p. 848), o que implica poder elaborar, executar e reestruturar os orçamentos; constituir patrimônio e dele dispor. No caso das universidades públicas significa: a) outorgar competência à universidade para elaborar seu orçamento e executar suas despesas, a partir de suas unidades básicas, submetendo-as à aprovação dos colegiados superiores; b) receber os recursos que o Poder Público é obrigado a repassar-lhe para o pagamento de pessoal, despesas de capital e outros custeios; c) administrar os rendimentos próprios de seu patrimônio e deles dispor, na forma de seu estatuto; d) receber heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privada; e) realizar contratos referentes a obras, compras, alienação ou concessão, de acordo com os procedimentos administrativos de licitação. (FÁVERO, 1999, p. 07)

Como acrescenta Freitas (2000), a autonomia financeira não se faz sem o repasse de verbas/recursos por parte do ente estatal, tampouco sem a devida liberdade de a universidade pública estabelecer critérios e gerir tais recursos. Vale ressaltar:

Como recursos institucionais, as atividades relativas ao gerenciamento e administração de verbas estão sujeitas ao controle interno e ao controle externo, conforme o que preceitua o art. 70 da Constituição Federal. As formas de controle compreendem a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da instituição no estrito cumprimento do ordenamento jurídico da coisa pública quanto à legalidade, legitimidade econômica, moralidade, finalidade pública, publicidade e impessoalidade. (FREITAS, 2000, p. 25)

Pensando a questão da autonomia universitária à luz da realidade das IEES/PR, cumpre inicialmente destacar a forma em que ela é apresentada na Constituição do Estado do Paraná: "Art. 180. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e ao da integração entre os níveis de ensino". (PARANÁ, 1989)

De acordo com Brotti (2000):

As universidades estaduais paranaenses são instituições bastante homogêneas, tanto no que se refere à sua constituição jurídica como no que diz respeito a alguns de seus objetivos. Também quanto aos aspectos constitutivos e organizacionais elas não diferem muito, mesmo porque a lei não permite. A autonomia de cada uma delas, no entanto, guarda suas peculiaridades. Por estarem inseridas em regiões específicas do Estado do Paraná, tornam diferentes os anseios relativos à autonomia, pois são distintos desejos das suas comunidades locais. (BROTTI, 2000, p. 03)

Como foi possível verificar, desde a Lei Estadual n.º 6.034, de 1969 (que cria a UEL, UEM e UEPG), o elemento da autonomia universitária aparece na redação do documento indicando a importância da questão no conjunto da organização das IEES paranaenses¹²⁶.

Entretanto, no cotidiano, as contradições sobre esse tema acirram-se quase que ininterruptamente desde então. Para exemplificar, no fim dos anos 1990, o governador Jaime Lerner promoveu com as IEES um intenso debate em âmbito estadual acerca da autonomia universitária¹²⁷, conforme relata Brotti (2000):

O governo do Estado visava também construir até o final de 1999 uma Proposta de Autonomia das Instituições de Ensino Superior do Paraná. Para subsidiar os dirigentes das IES em suas discussões sobre autonomia e gestão acadêmica, a SETI promoveu e vem promovendo alguns *workshops* onde, inicialmente, foram apresentados os referenciais que balizam a autonomia das universidades estaduais paulistas e os referenciais portugueses, bem como a experiência de gestão do sistema de ensino superior britânico. Esses seminários eram parte de um conjunto de ações da SETI e da Associação Paranaense das Instituições de Ensino Público (APIESP). Em fevereiro de 2000, a Secretaria realizou o I Encontro de Cooperação Técnica entre as Universidades do Paraná. (BROTTI, 2000, p. 67)

O Comitê de Defesa do Ensino Superior Público do Paraná, formado por sindicatos, associações docentes, associações de servidores e diretórios estudantis das IEES/PR, discutiu as propostas apresentadas, em especial a proposta de autonomia apresentada pela APIESP.

Basicamente, a APIESP definiu assim a proposta de autonomia financeira das universidades: 'O Estado do Paraná terá como investimento único, para manutenção do ensino superior do Estado, o repasse no valor mensal para cada IEES o montante da folha de pagamento do mês de novembro de 1998, acrescido do 13º salário e férias'. O comitê entendeu que o projeto da APIESP poderia comprometer o futuro das universidades estaduais, já que resolveria um problema imediato de caixa do estado por meio de um ajuste fiscal e financeiro, sem acenar com a possibilidade de investir na melhoria

¹²⁶ Destaca-se que não é objeto aqui, deste subcapítulo, adentrar as inúmeras lutas do sindicalismo docente (e demais defensores da universidade pública paranaense) em torno da autonomia universitária e da importância dela no contexto do ensino superior. Tal discussão mereceria um capítulo à parte.

¹²⁷ Esse movimento vinha na esteira das ações do governo em ajustar as finanças do estado. Um exemplo aqui ocorre pela instituição do Conselho de Reestruturação e de Ajuste Fiscal do Estado (CRAFE), Decreto Estadual n.º 4.959/1998, incumbido de proceder a estudos e deliberar sobre assuntos que visem à promoção do equilíbrio fiscal do estado do Paraná.

das condições de trabalho, ensino e pesquisa das IEES. (DIAS; GOMES, 2018, p. 204)

No geral, a reação da comunidade universitária sobre a questão foi imediata, incluindo aqui as instâncias superiores das universidades. A título de exemplo, em fevereiro de 1999, o Conselho Universitário da UEM emitiu uma resolução (Res. n.º 001/99-COU), em que traz o posicionamento da universidade com relação à proposta de autonomia das IEES. Depois de ter sido amplamente discutida,

[...] a proposta de Decreto denominado 'Autonomia das IES', apresentada pelo Governo do Estado do Paraná, **resolveu**, por unanimidade, **rejeitá-lo**, uma vez que a proposição do Governo do Estado, na verdade, não se trata de proposta de autonomia universitária, mas sim de verdadeira **INTERVENÇÃO** nas Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná, por ferir os seguintes dispositivos legais: a Constituição Federal nos seus artigos 205, 206 e 207; a Constituição Estadual em seu artigo 180; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seus artigos 53 e 54. (UEM, 1999, grifo do autor)

Desse movimento, concretamente ficou estabelecida, naquele contexto, a elaboração, em março de 1999, de termos de autonomia a serem assinados pelo governo do Paraná, pelas então cinco universidades estaduais paranaenses (UEL, UEM, UEPG, UNIOESTE e UNICENTRO) e pelas demais IEES do estado.

Os termos foram objetos de acirradas discussões e debates nos conselhos superiores dessas instituições. Eles previam o repasse mensal de recursos para a manutenção das atividades das IES até o final do exercício financeiro do ano de 1999. Em contrapartida, todas as instituições (que abrigam cerca de 48 mil alunos) assumiriam o compromisso de ampliar em até 20% o número de vagas a serem ofertadas nos cursos de graduação a partir de 2000, sem aumento de custo para o Tesouro do Estado, bem como ampliar seus convênios para pesquisa, extensão e prestação de serviços à comunidade. (BROTTI, 2000, p. 67)

Em perspectiva mais atual, a implantação do Sistema de Recursos Humanos META4, na gestão do governador Beto Richa, foi elemento de acirrados embates entre o Poder Executivo e a comunidade acadêmica em geral, conforme analisa Bernardo (2020):

O Sistema de Recursos Humanos Meta-4 é um software que gerencia a folhas de pagamento do estado e foi contratado pelo governo do Paraná, na década de 90, pela empresa espanhola de mesmo nome, Meta4. As universidades estaduais, UEL, UEM, UEPG, Unicentro, Unioeste não estavam incluídas nesse sistema, pois utilizavam outros sistemas como o Ergon, que foi comprado pelo governo do Paraná e disponibilizado para as IES fazerem a gestão de pessoal, respeitando a autonomia universitária (autonomia didática, administrativa e financeira). Nos anos de 2015 e 2016, o governo estadual deixou de implantar as progressões e promoções previstas na legislação regulamentadora da carreira dos servidores estaduais. Ocorre que, das sete estaduais, cinco não foram atingidas (UEL, UEM, UEPG, Unicentro, Unioeste), pois estas processavam internamente as folhas de pagamento. A Uenp e a Unespar já tinham suas folhas de pagamento processadas por meio do Sistema RH Meta4, assim desde 2015, os docentes e técnicos dessas duas universidades, deixaram de acessar as

progressões e promoções que tinham direitos. No início de 2018, o processamento da folha de todas as universidades passou a ocorrer através do Meta4, ficando o controle sobre a folha de pagamento nas mãos do governo. O sistema Meta4 limita a autonomia das universidades, pois as progressões e promoções previstas na legislação regulamentadora da carreira dos servidores estaduais ficam subordinadas a autorização do governo. (BERNARDO, 2020, p. 149-150)

Na ocasião, diversos conselhos universitários manifestaram-se contrários a essa implementação, considerando-a nociva à autonomia universitária. Em 2017, um manifesto elaborado pelos Conselhos Universitários das setes IEES/PR denunciou os constantes ataques das universidades paranaenses sofridos por atos de gestão do governo do estado:

Outra iniciativa, oriunda do Governo e apoiada pelo TC [Tribunal de Contas], é a inclusão das universidades no sistema RH Paraná META 4, sob a falácia de que falta transparência em nossas Instituições. O referido sistema objetiva implantar práticas de controle que desrespeitam a autonomia administrativa, financeira e de gestão definida pelas constituições federal e estadual. A transparência que se reclama está assegurada pelo repasse mensal de todas as informações de pessoal que é feito pelas Universidades diretamente à Secretaria de Administração em formato definido pela própria secretaria. Além disso, os portais da transparência de nossas Instituições deixam claro os pagamentos realizados a cada um dos servidores; e temos sistemas de gestão de pessoal em nossas Universidades que são nucleadores de um conjunto de sistemas de gestão que superam em muito a qualidade do META 4. Se falta transparência é sobre como o quanto o Estado paga por este sistema de folha de pagamento que pertence a uma empresa espanhola e quanto teve que investir para poder incorporar os servidores das universidades. (UENP, 2022)

Ademais, em que pese à importância histórica e amplitude do tema, verificando os atuais documentos oficiais (estatutos) das IEES/PR, encontraram-se as seguintes menções da questão da autonomia universitária:

- Estatuto da UEL, 2018 (UEL, 2018):

Art. 1º A Universidade Estadual de Londrina, criada pelo Decreto no 18.110, de 28 de janeiro de 1970, com sede e foro na cidade de Londrina, Estado do Paraná, entidade de direito público, titular das prerrogativas de autonomia estabelecidas no artigo 207 da Constituição da República Federativa do Brasil e no artigo 180 da Constituição do Estado do Paraná, goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e reger-se-á por este Estatuto, pelo seu Regimento Geral e pelas Resoluções de seus Conselhos, obedecidas as Legislações Estadual e Federal.

- Estatuto da UEM, 2019 (UEM, 2019):

Art. 5º A autonomia didático-científica da Universidade consiste na faculdade de: I - estabelecer sua política de ensino, pesquisa, extensão e cultura; II - criar, organizar, modificar e extinguir cursos, segundo critérios próprios, observadas a legislação vigente e as exigências do meio social, econômico e cultural; III - fixar os projetos pedagógicos de seus cursos, obedecidos os conteúdos mínimos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Educação; IV - estabelecer o seu regime acadêmico e didático, bem como os programas de pesquisa e extensão; V - fixar critérios para a seleção, admissão, promoção e habilitação de alunos; VI - conferir graus, diplomas, certificados, títulos e outras dignidades universitárias. IV - homologar o resultado das consultas

para a nomeação de seus dirigentes; V - dispor sobre seu pessoal docente e técnico-universitário, respeitada a legislação específica, estabelecer direitos e deveres, bem como normas e condições de seleção e investidura, exercício, avaliação, promoção, férias, licenciamento, substituição e exoneração; VI - firmar convênios, contratos e acordos, visando ao desenvolvimento técnico-científico, didático-cultural, econômico e social da instituição e da sociedade; VII - admitir pessoal dentro de suas dotações orçamentárias ou outros recursos, observada a legislação vigente. Art. 6º A autonomia administrativa da Universidade consiste na faculdade de: I - elaborar o seu Estatuto e Regimento Geral, com aprovação dos órgãos competentes; II - apreciar e aprovar os regulamentos das unidades e demais órgãos universitários; III - escolher seus dirigentes, de acordo com as normas internas e a legislação pertinente; Art. 7º A autonomia patrimonial e financeira da Universidade consiste na faculdade de: I - administrar o seu patrimônio e dele dispor, observada a legislação; II - fixar taxas quando regulamentadas pelos conselhos superiores; III - fixar anuidades ou mensalidades para cursos não regulares como especialização, atualização, extensão ou sequenciais quando regulamentados e previstos em lei; IV - aceitar subvenções, doações, legados e cooperação financeira provenientes de convênios com entidades públicas e privadas; V - organizar e executar o orçamento de sua receita e despesa, cabendo ao responsável pela aplicação dos recursos, a prestação de contas; VI - administrar os rendimentos próprios; VII - contrair empréstimos para a construção e aquisição de bens imóveis e para a compra e montagem de equipamentos de ensino, pesquisa e extensão, bem como de tudo quanto for necessário ao perfeito funcionamento da Instituição, observada a legislação vigente; VIII - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, a serviços e a aquisições em geral, de acordo com os recursos alocados pelo Estado do Paraná, próprios e outros; IX - efetuar transferências, quitações e adotar outras providências de ordem orçamentária, financeira e patrimonial. Art. 8º A autonomia disciplinar da Universidade consiste na faculdade de fixar o regime de sanções aplicáveis ao corpo docente, técnico-universitário e discente e de fazê-las cumprir e impor, respeitadas as disposições legais.

- Estatuto da UEPG, 2018 (UEPG, 2018a):

Art. 2º A autonomia didático-científica consiste na faculdade de: I – traçar a sua política de ensino, pesquisa e extensão; II – criar, organizar, modificar e extinguir cursos segundo critérios próprios, observadas a legislação vigente, as peculiaridades da região geoe educacional de influência da Universidade, as singularidades do mercado de trabalho e as exigências gerais do meio social, econômico e cultural; III – fixar os currículos de seus cursos, na conformidade das diretrizes traçadas pelos órgãos do Ensino Superior; IV – estabelecer o seu próprio regime escolar e didático, obedecida a legislação em vigor; V – fixar critérios para seleção, admissão, promoção e habilitação de alunos; VI – conferir graus, diplomas, títulos e outras dignidades universitárias; VII – registrar seus próprios diplomas e os por ela revalidados, na conformidade da legislação pertinente. Art. 3º A autonomia administrativa consiste na faculdade de: I – elaborar e reformar o Estatuto e o Regimento Geral, com a aprovação dos órgãos competentes; II – apreciar e aprovar os regimentos internos dos órgãos universitários; III – promover o processo de escolha, pela Comunidade Universitária, do Reitor e do Vice-Reitor, em eleições realizadas sob regulamentação própria, pelo voto direto e secreto, encaminhando os respectivos resultados ao Governador do Estado, para nomeação dos eleitos; IV – dispor, respeitada a legislação específica, sobre pessoal docente e técnico-administrativo, estabelecendo direitos e deveres, assim como normas de seleção, avaliação, promoção, licenciamento, substituição e demissão; V – admitir pessoal, dentro de suas dotações orçamentárias ou outros recursos, mediante contrato subordinado à legislação trabalhista. Art. 4º A autonomia financeira consiste na faculdade de: I – administrar seu patrimônio e dele dispor, observada a legislação; II –

fixar taxas e anuidades ao Corpo Discente, referentes aos cursos de graduação, pós-graduação, aperfeiçoamento e de extensão universitária; III – aceitar subvenções, doações, legados e cooperação financeira proveniente de convênios com entidades públicas e privadas; IV – organizar e executar o orçamento de sua receita e despesa, cabendo ao responsável pela aplicação de recursos a prestação de contas; V – administrar os rendimentos próprios; VI – contrair empréstimos para a construção e aquisição de bens imóveis e para a compra e montagem de equipamentos de ensino, pesquisa e extensão, bem como todos os bens móveis necessários ao perfeito funcionamento e desenvolvimento da instituição. Art. 5º Consiste a autonomia disciplinar na faculdade de fixar o regimento de sanções aplicáveis aos Corpos Docente, Técnico Universitário e Discente e de fazê-las cumprir respeitadas as disposições legais.

- Estatuto da UNIOESTE, 1999 (UNIOESTE, 1999):

Art. 5º A autonomia didático-científica compreende competência para: I - estabelecer sua política de ensino, pesquisa e extensão; II - criar, organizar, modificar, avaliar e extinguir órgãos, cursos e programas, segundo critérios próprios, observada a legislação vigente; III - fixar os currículos dos seus cursos; IV - estabelecer o seu regime escolar e didático; V - fixar critérios e normas para seleção, admissão, promoção e habilitação de discentes; VI - conferir graus, diplomas, certificados, títulos e outras dignidades universitárias. Art. 6º A autonomia administrativa compreende competência para: I - apreciar e aprovar o Regimento Geral e regulamentos; II - propor reformas ao presente Estatuto e alterar o Regimento Geral; III - propor e gerenciar o quadro de pessoal docente e técnico-administrativo, dentro de suas dotações orçamentárias; IV – escolher seus dirigentes de acordo com as normas internas e a legislação pertinente; V - homologar o resultado das consultas para a nomeação ou designação de seus dirigentes; VI - firmar convênios, contratos e acordos, visando ao desenvolvimento técnico-científico, didático-cultural, econômico e social da instituição e da sociedade; VII - decidir sobre nomeação e contratação, dispensa e plano de carreira docente e de pessoal técnico-administrativo, conforme os recursos orçamentários disponíveis e a legislação em vigor. Art. 7º A autonomia financeira compreende competência para: I - elaborar e executar o orçamento anual, cabendo aos responsáveis pela aplicação dos recursos a prestação de contas; II - administrar o seu patrimônio, observada a legislação em vigor; III - fixar custos, taxas, emolumentos e honorários referentes a serviços e atividades, em conformidade com a lei; IV - receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios ou outros instrumentos firmados com pessoas físicas ou com entidades públicas e privadas; V - gerar e administrar recursos próprios consoante a legislação vigente; VI - realizar operações de crédito e de financiamento para a aquisição de bens imóveis, instalações, equipamentos, e outros bens, observada a legislação em vigor; VII - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, de acordo com os recursos alocados pelo Estado do Paraná, próprios e outros; VIII - efetuar transferências, quitações e adotar outras providências de ordem orçamentária, financeira e patrimonial. Art 8º A autonomia disciplinar consiste na faculdade de: I - estabelecer critérios e normas adequadas ao desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas a serem observados pelos corpos docente, discente e técnico-administrativo; II - prescrever medidas contra a inobservância dos preceitos adotados e estabelecer o regime de sanções pertinentes, com ênfase educativa, sem prejuízo das determinações legais.

- Estatuto da UNICENTRO, 2006 (UNICENTRO, 2006):

Art. 2º A UNICENTRO goza de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, nos termos da legislação aplicável e deste Estatuto.

- Estatuto da UNESPAR, 2014 (UNESPAR, 2014):

Art. 8º A autonomia da Instituição, conforme a Constituição Federal da República e a Constituição Estadual e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, compreende: autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira, patrimonial e disciplinar. § 1º A autonomia didático-científica compreende competência para: I. Estabelecer sua política de ensino, pesquisa, extensão e cultura; II. Criar, avaliar, modificar e extinguir órgãos, cursos e programas, respeitada a legislação vigente; III. Elaborar os projetos pedagógicos de seus cursos; IV. Fixar critérios para o acesso, seleção, admissão, permanência, habilitação, promoção e mobilidade dos discentes; V. Estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa, de produção científica, de extensão e cultura; VI. Conferir graus diplomas, certificados, títulos e outras dignidades universitárias; VII. Estabelecer seu regime escolar e calendário acadêmico de acordo com a legislação vigente e suas peculiaridades. § 2º A autonomia administrativa compreende competência para: I. Estabelecer a política de gestão da Instituição; II. Propor alterações em seu Estatuto; III. Apreçar e aprovar o Regimento Geral e os regulamentos; IV. Organizar sua estrutura administrativa e pedagógica diante de suas especificidades, estabelecendo suas instâncias decisórias; V. Escolher seus dirigentes, de acordo com as normas internas e a legislação pertinente; VI. Homologar o resultado das consultas para nomeação ou designação de seus dirigentes; VII. Firmar contratos, acordos e convênios; VIII. Selecionar, admitir e promover seu pessoal; IX. Propor exoneração, de acordo com a legislação vigente; X. Autorizar o afastamento para qualificação e atualização profissional, bem como para participar de atividades científicas, artísticas, culturais e de representação, em âmbito regional, estadual, nacional e internacional. § 3º A autonomia de gestão financeira e patrimonial compreende competência para: I. Propor e executar seu orçamento; II. Estabelecer cooperação financeira com instituições públicas e privadas, desde que não firam a autonomia universitária, e que sejam aprovadas em conselho universitário; III. Realizar operações de crédito; IV. Administrar seu patrimônio, observada a legislação vigente; V. Receber doações, subvenções, heranças, legados e cooperação financeira, resultantes de convênios ou outros instrumentos firmados com pessoas físicas ou jurídicas; VI. Gerar e administrar recursos próprios conforme a legislação vigente. § 4º A autonomia disciplinar compreende competência para: I. Estabelecer critérios e normas adequadas ao desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas a serem observadas pelo corpo docente, discente e de agentes universitários; II. Fixar o regime de sanções aplicáveis aos corpos docente, discente e de agentes universitários.

- Estatuto da UENP, 2008 (UENP, 2008b):

Art. 1º A Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP –, criada pela Lei nº 15.300, de 28 de setembro de 2006, com sede na cidade de Jacarezinho, Estado do Paraná, e foro nas comarcas de Jacarezinho, Bandeirantes e Cornélio Procópio, onde estão jurisdicionadas as instituições de ensino superior: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho - FAFIJA, Faculdade de Educação Física e Fisioterapia de Jacarezinho - FAEFIJA, Faculdade de Direito do Norte Pioneiro – FUNDINOPI, Fundação Faculdades Luiz Meneghel – FFALM e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio – FAFICOP, que a integram, com sua organização na forma *multicampi*, descentralizada geograficamente, é autarquia estadual de regime especial, goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e reger-se-á por este estatuto, pelo seu regimento geral e pelas resoluções de seus conselhos, obedecidas as legislações federal e estadual.

Como se pode verificar, todas as Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná integraram a questão da autonomia universitária no texto dos seus estatutos. Do ponto de vista institucional, a autonomia universitária, garantida pela Constituição Federal de 1988, revela-se como condição *sine qua non* para o funcionamento e cumprimento da missão social dessas universidades.

3.3.3 A configuração da carreira docente nas IEES paranaenses (Lei Estadual n.º 11.713, de 07 de maio de 1997)

Por fim, para finalizar este capítulo, para fins de contextualizações, serão feitas apresentações acerca da lei estadual que estabelece a atual carreira docente das IEES/PR. Cumpre informar que a referida legislação é fruto de intensas e históricas lutas do conjunto da organização dos servidores em torno da defesa de uma carreira que atenda minimamente aos interesses desses profissionais; no entanto, esta discussão (por mais importante que seja) não será foco aqui neste momento.

O texto da lei que dispõe, entre outros, sobre a carreira docente estava na iminência de ser aprovado desde agosto de 1995. É assim que o Boletim n.º 1 da ADUEM, em 1997, noticiou aos seus filiados. (DIAS; GOMES, 2018).

Em 4 de abril de 1997, o Boletim n.º 2/97 noticiou que o governo enviara ao Legislativo mensagem de lei contendo as carreiras do pessoal docente e técnico-administrativo. O fato foi definido como um marco histórico e uma vitória do movimento: A diretoria da Aduem avaliou ser esse um grande passo e uma importante conquista para a categoria docente, tanto em relação à estrutura acadêmica da carreira, como também em termos salariais. Segundo o projeto encaminhado, teremos um reajuste mínimo de 30%, chegando a 93,10% para a classe de Titular-1 Tide com doutorado. (DIAS; GOMES, 2018, p. 185)

Em 7 de maio de 1997, o Projeto de Lei n.º 114/1997, de autoria do Poder Executivo, foi aprovado transformando-se na Lei Estadual n.º 11.713. A publicação no Diário Oficial ocorreu na Edição n.º 4.997/1997. Cumpre dizer que a referida lei dispõe sobre as carreiras do pessoal docente e técnico-administrativo, porém, em consonância com os objetivos desta pesquisa, foi dado enfoque apenas à carreira docente.

Reforça-se, ainda, que a referida lei foi alterada, durante o processo de elaboração desta tese, pela Lei Estadual n.º 21.118, de 30 de junho de 2022. As maiores alterações consistiram na carreira técnico-administrativa. Especificamente sobre o magistério, foram alterados os valores do adicional de titulação – questão que será apresentada a seguir.

O art. 3.º estrutura os cargos de professor de ensino superior em cinco classes, a saber: professor auxiliar (redação dada pela Lei n.º 15.944, de 09/09/2008); professor assistente, níveis A, B, C e D; professor adjunto, níveis A, B, C e D; professor associado, níveis A, B e C; e professor titular.

Os regimes de trabalho para o servidor integrante da carreira docente do magistério do ensino superior, segundo a lei, são estes: 40 horas semanais de trabalho (havendo a possibilidade de dedicação exclusiva, desde que o docente esteja integrado em alguma atividade de pesquisa e/ou extensão); e em tempo parcial.

O regime de Tempo de Dedicção Integral e Dedicção Exclusiva (TIDE) configura-se como um importante componente da carreira docente nas IEES/PR. Ao docente em regime TIDE será concedida, enquanto ele permanecer, a ampliação em 55% dos vencimentos, calculado sobre o respectivo salário básico.

Em 1997, o vencimento básico da carreira do magistério do ensino superior do Paraná seguia a seguinte configuração (tendo por base aqui apenas os regimes TIDE, T-40 e T-20):

TABELA 02 – VENCIMENTO BÁSICO DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR EM 1997

DESCRIÇÃO DO CARGO	TIDE	REGIME TIDE	REGIME T-40	REGIME T-20
PROF. AUXILIAR A	422,17	1.189,76	767,59	383,79
PROF. AUXILIAR B	434,84	1.225,45	790,61	395,31
PROF. AUXILIAR C	447,88	1.262,21	814,33	407,17
PROF. AUXILIAR D	461,32	1.300,08	838,76	419,38
PROF. ASSISTENTE A	557,70	1.566,08	1.010,37	505,19
PROF. ASSISTENTE B	572,38	1.613,45	1.040,68	520,34
PROF. ASSISTENTE C	589,55	1.661,45	1.071,90	535,95
PROF. ASSISTENTE D	607,23	1.711,29	1.104,06	552,03
PROF. ADJUNTO A	646,70	1.822,53	1.175,82	587,91
PROF. ADJUNTO B	666,10	1.877,20	1.211,10	605,55
PROF. ADJUNTO C	686,09	1.933,52	1.247,43	623,72
PROF. ADJUNTO D	706,67	1.911,52	1.284,85	642,43
PROF. ASSOCIADO A	756,14	2.130,93	1.374,79	687,40
PROF. ASSOCIADO B	778,82	2.194,86	1.416,04	708,02
PROF. ASSOCIADO C	802,19	2.260,70	1.458,52	729,26
PROF. TITULAR	962,62	2.712,85	1.750,22	875,11

FONTE: Lei Estadual n.º 11.713/1997 (Anexo I)

Só a título de comparação, segue abaixo tabela com as referências de valores atuais (tendo por base dados do Decreto n.º 10.087, de 17 de janeiro de 2022):

TABELA 03 – VENCIMENTO BÁSICO DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR EM 2022

DESCRIÇÃO DO CARGO	REGIME TIDE	REGIME T-40	REGIME T-20
PROF. AUXILIAR ¹²⁸	5.285,61	3.410,07	1.705,04
PROF. ASSISTENTE A	6.078,47	3.921,59	1.960,80
PROF. ASSISTENTE B	6.260,79	4.039,22	2.019,61
PROF. ASSISTENTE C	6.448,60	4.160,39	2.080,19
PROF. ASSISTENTE D	6.642,05	4.285,19	2.142,60
PROF. ADJUNTO A	7.638,36	4.927,97	2.463,99
PROF. ADJUNTO B	7.867,50	5.075,81	2.537,90
PROF. ADJUNTO C	8.103,51	5.228,07	2.614,04
PROF. ADJUNTO D	8.346,60	5.384,90	2.692,45
PROF. ASSOCIADO A	9.598,65	6.192,68	3.096,34
PROF. ASSOCIADO B	9.886,61	6.378,46	3.189,23
PROF. ASSOCIADO C	10.183,20	6.569,80	3.284,90
PROF. TITULAR	11.201,51	7.226,78	3.613,39

FONTE: Decreto n.º 10.087/2022 (Anexo VIII)

A titulação aplicada à referência do vencimento na qual se encontra o docente segue esta formatação: Especialista, acrescenta-se 25%; Mestre 50%; e Doutor são acrescentados 80% aos vencimentos. De acordo com a lei, o adicional de titulação não é cumulativo. Esses percentuais foram recentemente alterados pela Lei Estadual n.º 21.118, de 30 de junho de 2022.

A construção da carreira, aos moldes do apresentado pela lei em discussão, possibilita aos docentes a promoção de classe e a ascensão de nível:

Art. 5º. A promoção de Professor Auxiliar à classe de Professor Assistente será feita mediante comprovação da obtenção do título de Mestre. Art. 6º. A promoção de Professor Auxiliar à classe de Professor Adjunto será feita mediante comprovação da obtenção do título de Doutor. Art. 8º. A promoção de Professor Assistente à classe de Professor Adjunto será feita mediante comprovação da obtenção do título de Doutor. (PARANÁ, 1997)

A ascensão de nível ocorre após o período de dois anos, mediante avaliação de desempenho, conforme apresenta a lei:

Art. 9º. O Professor Assistente ascenderá ao nível consecutivo de sua classe após interstício de 2 (dois) anos, mediante avaliação de desempenho que inclua, obrigatoriamente, a aprovação de memorial descritivo defendido perante comissão indicada pelo Departamento a que pertence, desde que possua o título de Mestre. Art. 10. O Professor Adjunto ascenderá ao nível consecutivo de sua classe após interstício de 02 (dois) anos, mediante avaliação de desempenho que inclua, obrigatoriamente, a aprovação de memorial descritivo definido perante comissão indicada pelo Departamento a que pertence, desde que possua o título de Doutor. Art. 12. O Professor Adjunto após 02 (dois) anos de interstício no nível D e mediante requerimento, será promovido à classe de Professor Associado [...] Art. 13. O Professor Associado ascenderá ao nível consecutivo de sua classe após interstício de 02 (dois) anos, mediante avaliação de desempenho que inclua,

¹²⁸ A Lei Estadual n.º 15.944, de 9 de setembro de 2008, alterou o cargo do professor auxiliar retirando-lhe os níveis (A, B, C e D)

obrigatoriamente, a aprovação de memorial descritivo defendido perante comissão indicada pelo Departamento a que pertence. (PARANÁ, 1997)

É garantida ainda, na referida lei, aos docentes integrantes da carreira do magistério do ensino superior do Paraná a licença sabática. A cada sete anos de efetivo exercício de suas funções, os docentes farão jus seis meses de licença, sem prejuízo aos vencimentos e vantagens. De acordo com o parágrafo único do art. 18: “A concessão da Licença Sabática tem por finalidade o afastamento do docente para a realização de estudos e aprimoramento técnico-profissional, de acordo com as normas estabelecidas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior”. (PARANÁ, 1997).

A construção da carreira docente no magistério superior do Paraná é fruto de muita dedicação de professores organizados. A consolidação dessa carreira cumpre o objetivo de fortalecer o ensino público estadual à medida que concede condições mínimas de trabalho e dedicação para esses docentes. Sem esse tipo de garantia, o ensino público do Paraná correria sérios riscos de se desmantelar¹²⁹.

Foi o que disseram ainda os sujeitos da pesquisa qualitativa (docentes sindicalizados), em entrevistas realizadas para fins dessa pesquisa e no intuito de dar voz a eles sobre suas impressões e considerações sobre a universidade paranaense.

A gente lutou por uma carreira 30 anos, eu fiz parte de comissão [...] eu acho importantíssimo isto, porque fomos nós é que construímos essa universidade. **(Ex-dirigente sindical ADUEM 1)**

A carreira é muito importantíssima. Ela motiva, por exemplo, o movimento docente em manter a sua posição científica de pesquisas, o seu trabalho docente, o grande problema é esse que eu acredito que deveríamos avançar mais nessa carreira. [...] A questão da não contratação de professores é um planejamento deliberado eventualmente para a destruição da universidade. E isso enfraquece demais, porque, por exemplo, nós temos departamentos novos, e, às vezes, tem departamentos com dois, três professores repetidos, quando tem. E isso atrapalha demais a consolidação do departamento, o avanço. [...] E a rotatividade para a qualidade dos cursos também atrapalha. Nós sabemos exatamente disso, quando se tem um professor que é ‘cátedra’ daquela disciplina, ele vai fazer sempre melhor, e isso qualifica o curso. O que nós temos são professores e professoras extremamente qualificados, extremamente dedicados, mas que, às vezes, estão começando na carreira. [...] Então existe uma rotatividade e agora nós estamos em uma situação de alguns departamentos que vão começar até uma certa dificuldade para contratar professor temporário. Por quê? Porque o salário reduziu demais. E o mercado oferece um salário melhor. Então isso é um grande problema para as universidades e isso traz uma rotatividade muito grande, e um prejuízo para os cursos, com certeza. **(Ex-dirigente sindical ADUEM 2)**

¹²⁹ É fato que a mesma lógica se ajusta também aos demais servidores, uma vez que o desmantelamento das suas carreiras (a inexistência de concursos públicos e a saída da flexibilização contratual, como tem acontecido no caso dos técnicos-administrativos) tende progressivamente a enfraquecer as ações da universidade pública.

Eu acho que teve um momento extremamente importante na luta na universidade pública e do trabalho docente, que foi a aprovação da lei da carreira em 1997. Aquela carreira foi extremamente importante para o crescimento da universidade, porque a carreira propiciou o professor para que ele só acenderia na carreira com titulação. Então os professores eventualmente não se tinham se titulado. E os professores que entraram nas universidades, entraram já titulados, pelo menos em muitas áreas. Então isso deu um porte diferente ao longo de vários anos para as universidades públicas do Paraná. No meu entendimento, aquela carreira foi fundamental para aquele momento conseguir trazer professores e titular os professores e implementar concursos de pós-graduação, mestrado e doutorado. E isso se deu efetivamente porque a carreira nos obrigava a fazer esse tipo de coisa. Portanto, eu acho que a carreira é um instrumento concreto que a gente tem que defender sempre. Porque ela está intimamente ligada com a possibilidade de a universidade executar a sua missão no campo da pesquisa em ascensão. **(Ex-dirigente sindical SINDIPROL/ADUEL 1)**

Na fala dos sujeitos entrevistados, as impressões em torno da carreira docente no magistério do ensino superior foram unânimes no intuito de atestar a sua importância tanto para os próprios professores quanto para o ensino público estadual. O vínculo de contratação efetivo, aliado a um plano de carreira consolidado, configura-se como requisitos vitais para o funcionamento de um serviço público a ser ofertado para a sociedade.

A realidade de uma relação de trabalho flexível, fora da carreira efetiva, traz inseguranças ao trabalho docente e compromete a continuidade desse trabalho, considerando a limitação que esse tipo de relação de trabalho traz. É o que pesquisas dedicadas a analisar a realidade desses professores temporários tem demonstrado:

A vida desses trabalhadores temporários é estruturada sobre bases móveis, flexíveis e inseguras, seguindo o fluxo do curto prazo, sendo organizada ou remoldada a cada final de contrato e início de outro. Disso decorre que são impelidos a vivenciar um ciclo vicioso de constante recomeço, seja dos contratos, seja no preparo das disciplinas e demais atividades relacionadas às aulas, podendo associá-los ao mito de Sísifo [...]. Entre os fatores que engendram a dinâmica do trabalho e que invariavelmente afetam a vida social e relacional desses trabalhadores, são aspectos problemáticos a insegurança e a instabilidade quanto ao trabalho e a renda advinda dele, a exclusão de um conjunto de direitos e garantias, quando comparados aos professores efetivos, condições de trabalho desiguais e relacionamentos assimétricos e heteronômicos com os pares. Como medidas de autopreservação, assumem postura cooperativa e pró-atividade, mesmo que isso signifique mais trabalho; acionam estratégias como poupar dinheiro e ter um segundo emprego em instituições privadas de ensino como alternativas de sobrevivência em situações de quebra ou ausência de contratos nas universidades estaduais. Esses são os traços que desenham, dão forma e revelam a precariedade laboral vivenciada pelos docentes temporários nas universidades estaduais do Paraná. Precariedade que, muitas vezes, acaba passando despercebida por aqueles que estão de fora, disfarçada pela cortina reluzente que alimenta o status social de ser professor universitário, mas que se mostra de forma cruel quando refletimos sobre seu cotidiano. (BERNARDO, 2020, p. 296-297)

Nas IEES/PR, a compreensão da importância da construção, manutenção e aperfeiçoamento de uma carreira docente (garantidora da estabilidade para o

exercício do magistério) transmuta-se, assim como a questão da autonomia universitária, em uma importante frente de luta/defesa dos sindicatos docentes vinculados a essas instituições. Como esta tese vem demonstrando, são constantes as investidas de diferentes governos sobre esses dois pontos, o que exigiu e sempre exigirá dessas organizações sindicais estratégias e ações coletivas.

CAPÍTULO 4

CONTEXTUALIZANDO O SINDICALISMO DOCENTE NAS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR (IEES) DO PARANÁ

Neste momento, procede-se à apresentação das seções sindicais do ANDES-SN nas Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná (IEES/PR), as quais são consideradas “os sujeitos” do estudo aqui proposto. Atualmente são seis seções sindicais, a saber: Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Estadual de Londrina e Região (SINDIPROL/ADUEL); Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (ADUNIOESTE); Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa (SINDUEPG); Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual do Centro Oeste (ADUNICENTRO); Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Maringá (SESDUEM); e, por fim, Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual do Paraná (SINDUNESPAR).

Para ter acesso às informações aqui apresentadas, foi inicialmente formalizado um pedido escrito à direção de cada seção sindical, a fim de que fossem prestadas informações que ajudassem a apresentar melhor as atuais especificidades/particularidades de cada realidade sindical. Os objetivos da pesquisa foram manifestos nesse pedido, a fim de que houvesse colaboração de cada entidade sindical para fins de acesso a dados e informações (básicas) de cada uma delas¹³⁰.

Concomitantemente, a fim de ocorrer uma contextualização histórica, foram realizadas entrevistas com professores sindicalizados (a maioria já aposentada) como forma de ouvi-los acerca dos momentos iniciais do sindicato docente (ainda com a nomenclatura de “associação docente”) no contexto de cada universidade. Foram escolhidos para participar desta entrevista, por vezes mediante a técnica “bola de neve”, no máximo dois(duas) professores(as) de cada universidade que tiveram envolvimento no sindicato no momento de sua criação, a fim de obter relatos importantes desse contexto inaugural.

Essa metodologia oral possibilitou, por meio de entrevistas qualitativas, ter acesso a depoimentos de importantes atores do sindicalismo paranaense (sobretudo antigos dirigentes) que testemunharam acontecimentos, conjunturas e situações específicas da trajetória histórica do sindicalismo no estado. A ideia aqui é saber sobre suas memórias/experiências na qualidade de docentes sindicalizados e também fatos

¹³⁰ A referida solicitação segue no Apêndice.

que marcaram a sua gestão (no caso de professores que desempenharam papel de direção em algum momento da caminhada sindical), tais como: principais lutas, reivindicações, relação com a base (outros docentes sindicalizados).

Os docentes entrevistados para essa finalidade histórica das seções sindicais das IEES/PR autorizaram, de forma escrita, a divulgação de suas identidades. O que se pensou na pesquisa era justamente criar, entre outros aspectos, uma forma de homenagear/registrar esses pioneiros do sindicalismo docente estadual nominando-os nesse capítulo.

Salienta-se que o acesso ao material documental/informativo das seções, na maioria dos casos, foi dificultoso. Quase nenhum dos sites oficiais trazia informações substanciais sobre os sindicatos (e seu histórico), e o retorno ao nosso pedido formal escrito, num primeiro momento, foi quase nulo. Reforçada a solicitação, foi possível ter acesso a dados e informações importantes para o objetivo aqui proposto.

No geral, as informações solicitadas dão conta de saber: o número de filiados dos últimos cinco anos (a fim de avaliar se houve aumento/redução dos filiados); o número de filiações de professores temporários e aposentados; valor atual da contribuição mensal; se a seção sindical oferta benefícios, convênios (médicos/odontológicos) ou descontos no comércio aos seus filiados. Foram também solicitados documentos históricos, como atas da assembleia de criação e primeiro estatuto.

Ademais, embora os sites (e demais canais oficiais das seções sindicais na internet) sejam limitados em informações históricas, por vezes foram úteis no sentido de complementar o que já estava sendo levantado, de modo que o acesso a esses espaços se tornou um importante recurso metodológico para fins de contextualização e objetivos deste capítulo.

4.1 SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO ESTADUAL DE LONDRINA E REGIÃO (SINDIPROL/ADUEL)

Para iniciar a referida caracterização/contextualização das seções sindicais das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná, recorreu-se à apresentação de uma das mais antigas entre estas organizações docentes. A seção sindical SINDIPROL/ADUEL é fruto de um processo longo que, em 1979, se iniciou com a criação da Associação dos Docentes do Hospital Universitário (ADHUEL):

A Associação nasceu no bojo de uma crise no Hospital Universitário, crise agravada com a demissão de docentes. Então, resolveu-se criar a Associação congregando médicos, enfermeiros e bioquímicos, que pudesse defender o interesse do professor e lutar por seus direitos. (THOMSON, 1981, p. 3).

Já em 1981, com vistas a representar unicamente o conjunto dos docentes da UEL, essa associação reformulou-se e passou a chamar Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Londrina (ADUEL). A ADUEL, como é destacado no perfil oficial da seção sindical, fez parte do congresso de fundação do ANDES Sindicato Nacional (SINDIPROL; ADUEL; ANDES-SN, 2022). A professora Silvia Alapanian, em entrevista disponível no próprio site da seção, faz menção ainda ao pioneirismo da associação à medida que, até início dos anos 2000, a ADUEL era a única seção sindical do ANDES nas universidades estaduais do Paraná, e, no estado, apenas a APUFPR também matinha, naquele momento, essa relação com o ANDES-SN (ALAPANIAN, 2021).

Na mesma década de 1980, foi constituído o Sindicato dos Professores de Londrina (SINDIPROL), que inicialmente representava os docentes da UEL, das instituições privadas e de faculdades isoladas que existiam pelo interior do Paraná, especialmente na região norte do estado, as quais, mais tarde, seriam conhecidas como Universidade Norte do Paraná (UENP) e Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR).

Em 1994, a Justiça decidiu que era incompatível ao SINDIPROL representar simultaneamente trabalhadores do setor público e do setor privado, sendo fundado, nesse mesmo ano, o SINPRO Londrina – sindicato que passou a congrega docentes do setor privado, ficando o SINDIPROL como representante exclusivo dos docentes da UEL. (SINPRO LONDRINA & NORTE PR, 2022).

O ano de 2009 foi significativo nesse movimento, pois marcou a unificação entre ADUEL e SINDIPROL. A unificação dessa dupla representação era um debate antigo no interior da organização docente da UEL, UENP e FECEA (hoje UNESPAR, *campus* de Apucarana), pois seria o símbolo cabal de uma unidade desse movimento. O professor Evaristo Colmán Duarte assim refletia à época: “Manter a dupla representação por mais tempo na prática significará enfraquecer a categoria docente” (DUARTE, 2009, p. 3). Ao que ele complementa:

A fusão da ADUEL e do SINDIPROL numa única entidade, não significará a anulação de nenhuma das duas, mas, o resgate das melhores qualidades que caracterizaram ambas ao longo do tempo. Todas as lutas sindicais e políticas dos docentes da UEL tiveram as duas como protagonistas e por isso,

apesar das dificuldades atuais, continuam sendo a referência quando se pensa nos docentes da UEL como um coletivo. (DUARTE, 2009, p. 3).

Assim sendo, em 25 de setembro de 2009, a assembleia da associação conduzida pela presidente professora Silvia Alapanian iniciou a votação que, por fim, deliberou pela dissolução da ADUEL para a sua unificação com o SINDIPROL.

Após ampla discussão dos pontos da ordem do dia foi deliberado para encaminhar as propostas para votação por escrutínio secreto, como definido no edital de convocação. A coleta dos votos aconteceu até o dia 02 de outubro às 22h30. Votaram 153 (cento e cinquenta e três) professores associados, sendo que 138 (cento e trinta e oito) votos SIM, 11 (onze) votos NÃO, 01 (um) voto em BRANCO e 03 (três) votos NULOS. (ADUEL, 2009, p. 01).

Conjuntamente, no mesmo dia, local e horário da assembleia geral extraordinária da ADUEL, organizou-se a assembleia geral extraordinária do SINDIPROL, a qual foi presidida pelo professor Sinival Osório Pitaguari e tinha, por pontos de pauta, a unificação entre as entidades e a criação de uma nova nomenclatura sindical e de um novo estatuto.

Como um processo político que teve por característica ser amplo e participativo, essa unificação representou a manifestação dos anseios de diversos docentes que debateram a questão alcançando uma concordância em torno dela.

O Sindiprol/Aduel é resultado da unificação da ADUEL e do SINDIPROL que se fundiram no congresso de 2009. Deste congresso participaram delegados eleitos nos departamentos da UEL e nos centros e campus da UENP e da FECEA (atual UNESPAR campus de Apucarana). A decisão do congresso foi posteriormente referendada por mais de mil docentes que votaram em urnas em todos os centros da UEL, nos campi da UENP e na FECEA. Quer dizer, a unificação foi um processo político amplo e participativo e não um acordo de cúpula. (SINDIPROL; ADUEL; ANDES-SN, 2022).

E, na ocasião, como afirma o professor Nilson Magagnin Filho (Departamento de Estruturas), essa unificação já era uma proposta antiga no interior do sindicalismo docente da UEL.

Na verdade, a decisão por fazer a unificação havia sido tomada já há alguns anos em assembleias conjuntas promovidas pelo SINDIPROL e pela ADUEL. Em uma delas que eu me lembro muito bem, pois estava nela, foi ao final da greve 2001/2002. Eram decisões praticamente unânimes, muito carregadas do sentido da unidade na defesa dos interesses dos professores e da universidade. Então, essa decisão [de unificação] foi tomada algumas vezes em assembleia pelos professores, mas acontecia que as diretorias de uma e de outra entidade ou das duas entidades não encaminhavam esta proposição/decisão.¹³¹

Considerada uma estratégia política pensada exclusivamente para fins dessa unificação, o professor Nilson Magagnin Filho relatou que os professores que compunham a diretoria da ADUEL formaram uma chapa para concorrer à diretoria da

¹³¹ Entrevista realizada com o professor Nilson Magagnin Filho, em 16 de fevereiro de 2022.

SINDIPROL. Com o êxito na eleição, houve o comando dos professores sobre ambas as organizações, o que facilitou o início dos movimentos jurídicos e políticos (especialmente com a base) em torno de como se daria esse processo a unificação.

Tal fato merece destaque, pois, considerando a supracitada fusão em 2009 (e das implicações legais em torno disso), a ADUEL deixou de fazer parte do ANDES como uma seção sindical¹³². Essa relação foi retomada apenas em agosto de 2018 (em assembleia geral do SINDIPROL/ADUEL, que deliberou sobre essa adesão) e formalizada com o ANDES no seu 38.º congresso no ano seguinte.

A unificação do movimento docente da UEL e região acabou impondo a saída da ADUEL do Andes, no entanto, a perspectiva de participar do movimento docente nacional nunca ficou fora do radar da maior parte dos docentes. [...] Nos vários congressos que realizamos no sindicato a questão foi sendo amadurecida e, em 2018, em votação, os docentes deliberaram pelo retorno ao Andes. (ALAPANIAN, 2021).

Para o professor Nilson Magagnin, entendeu-se, naquele contexto de unificação, que, num primeiro momento, os esforços deveriam ser dados em torno do processo de junção interna, pensando posteriormente essa questão da filiação ao sindicato nacional, condição necessária naquele momento, mas que não poupou o SINDIPROL/ADUEL de situações de isolamento na luta sindical docente do estado.

O que aconteceu no processo foi o seguinte: todos os outros sindicatos de professores das estaduais do Paraná estavam ligados ao ANDES-SN, só nós que não. [...] Muitas vezes havia um certo isolamento com relação à nossa participação. O que aconteceu, ao final, creio que mais por conta disso, pelo menos na minha concepção, é que o SINDIPROL/ADUEL foi levado a se transformar numa seção sindical e se incorporar ao ANDES-SN, por conta da necessidade de se trabalhar unitariamente no Estado, porque essa sempre foi a nossa proposição: unidade. Independentemente de qual era a diretoria e a quem estava ligado o sindicato, a questão era unidade. E foi isso que norteou o nosso processo de unificação, fizemos primeiro a unidade na UEL para depois buscá-la no estado.¹³³

De acordo com a Pró-Reitoria de Recursos Humanos da UEL (PRORH-UEL, 2022), em dados atuais (fevereiro de 2022), a UEL apresentou um número total de 1.712 docentes (1.207 com vínculo de trabalho efetivo e 505 como temporários), dos quais 565 são sindicalizados junto à seção SINDIPROL/ADUEL¹³⁴. Em termos percentuais, esse número apresenta que 33% do total de docentes da UEL são filiados à seção do ANDES em Londrina.

¹³² Como retrata a ata da assembleia geral da ADUEL, de 25/9/2009, com a unificação a ADUEL foi dissolvida – deixou formalmente de existir. Seu patrimônio foi todo destinado para a nova entidade unificada. (ADUEL, 2009).

¹³³ Entrevista realizada com o professor Nilson Magagnin Filho, em dia 16 de fevereiro de 2022.

¹³⁴ Os referidos dados de sindicalização nos foram enviados pela secretaria da seção sindical em agosto de 2021.

A antiga Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (FECEA) hoje integra o sistema UNESPAR (com *campus* em outras seis cidades do estado). Apesar de os demais *campi* possuírem representação sindical pela seção SINDUNESPAR, o *campus* de Apucarana permanece sendo representado pela SINDIPROL/ADUEL¹³⁵. Segundo dados fornecidos pela seção sindical, hoje são 38 docentes dessa universidade filiados.

Na UENP, o número total de docentes sindicalizados é de 43: 25 docentes integram o *campus* Bandeirantes; 7, o *campus* de Cornélio Procópio; e 11, *campus* localizado no município de Jacarezinho.

Em nenhum dos casos acima apresentados (UEL, UNESPAR e UENP), foi possível identificar, mediante as informações recebidas, se existe, no montante total de filiados, situações de professores com vínculo de trabalho temporário.

No geral, o SINDIPROL/ADUEL apresentou, em agosto de 2021, um total de 688 filiações, um número bem inferior se comparado com o dos 810 filiados em 2017. Essa queda demonstra uma tendência nas IEES/PR que, logo após a reforma da Previdência Social, viram crescer o número de pedidos de aposentadoria dos docentes que já tinham o direito para tal.

Para fins de comparação da série histórica, apresenta-se abaixo o número de filiados dos últimos cinco anos:¹³⁶

TABELA 04 – Sindicalizados SINDIPROL/ADUEL no período 2016-2021

2017	2018	2019	2020	2021
810	820	756	700	688

Fonte: Organizado pelo autor mediante informações fornecidas pela SINDIPROL/ADUEL (dados de agosto de 2021)

Porém, nesse mesmo sentido, cabe mencionar que (conforme art. 8.º do estatuto da SINDIPROL/ADUEL) a seção sindical possibilitou a filiação aos professores aposentados, tendo estes os mesmos direitos e deveres dos demais associados. Tal possibilidade, como será vista a seguir, não se aplica a todas as

¹³⁵ Embora se esclareça que no momento de elaboração dessa tese está sendo discutida a transição do *campus* Apucarana do SINDIPROL/ADUEL para o SINDUNESPAR, a fim de unificar a base de docentes da UNESPAR.

¹³⁶ Das informações solicitadas às seções sindicais, a fim de contextualizá-las, foi pedido o número de filiações dos últimos cinco anos, na busca por uma análise mais abrangente do que apenas o ano atual. Destaca-se que, mesmo reforçada a solicitação, foram poucas as seções sindicais que enviaram essa informação.

demais seções sindicais das IEES do estado. Atualmente são 42 professores aposentados que estão filiados à SINDIPROL/ADUEL.

A contribuição financeira do sindicalizado ao SINDIPROL/ADUEL ocorre pelo desconto em folha de pagamento no valor de 0,5% (meio por cento) do vencimento básico mensal. Aos professores temporários e aposentados, o percentual de desconto sobre o salário base é de 0,25%.

Mediante informações recebidas para fins desta pesquisa, é possível verificar uma queda na arrecadação financeira mensal do sindicato entre 2017 e 2021 da ordem de 20%. Essa diminuição na arrecadação também segue uma tendência nacional e tem relação direta com a queda do número de filiados.

A entidade não oferece convênios aos filiados. Seguindo as diretrizes do sindicato nacional, os docentes que fazem parte das diretorias da entidade não poderão ser afastados de suas atividades acadêmicas para que desempenhem o papel integral como dirigente sindical.

É histórico no interior dessa organização sindical o uso das produções escritas como meio para difundir informações e ideias. Nesse sentido, é possível ver, no site oficial do SINDIPROL/ADUEL, a comunicação feita por meio de boletins, jornais e revistas, sendo este último com menos publicações que os anteriores.

O sindicato possui uma sede própria localizada no centro de Londrina e, ainda, outra que se localiza no interior da UEL. Segundo informações do professor Nilson Magagnin Filho, o SINPROL/ADUEL possui também dois terrenos nas proximidades da universidade, o que evidencia a riqueza de patrimônio dessa organização.

4.2 SINDICATO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (ADUNIOESTE)

Como informa a ata de criação (ADUNIOESTE, 2000), o sindicato dos docentes da UNIOESTE, seção sindical do ANDES-SN, foi fundado “aos 18 dias de do mês de dezembro de 2000”, numa assembleia realizada no *campus* da cidade de Toledo. A assembleia geral, que contou com a presença da professora Maria da Graça Bollmann, vice-presidente da Regional Sul do Sindicato Nacional – ANDES, tinha por pauta: 1- Discussão da criação da ADUNIOESTE-SS; 2- Aprovação do Regimento Interno da ADUNIOESTE-SS; 3- Eleição da diretoria provisória; 4- Definição da data de eleição da diretoria definitiva da seção sindical.

A primeira diretoria (provisória) ficou assim constituída: prof. Marcelo Dornelis Carvalhal – presidente; prof. João Edmilson Fabrini – vice-presidente; prof. Antônio de Pádua Bosi – secretário geral; prof. Alexandre Fiúza de Oliveira – segundo secretário geral; prof. João Carlos da Silva – tesoureiro; prof. José Dilson Oliveira – segundo tesoureiro.

Para o professor Alexandre Fiúza, a fundação da seção sindical representou o resultado de esforços dos que buscavam trazer um sindicato forte para uma realidade que não tinha tradição nesse sentido:

A associação docente daqui era um pouco, vamos dizer assim, caudatária do que eram os sindicatos nas décadas de 1970 e 1980, era uma associação mais recreativa, enfim. A ADUNIOESTE, então, trazia uma outra perspectiva, que não era 'patrimonialista' de ter uma sede de lazer, era outra ótica. (FIUZA, 2014, p. 38).

A Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), que, em 1987, foi fundada desde a congregação de faculdades municipais isoladas (criadas inicialmente em Cascavel, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e Toledo – posteriormente incorporando Francisco Beltrão), tem, no sindicalismo misto do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Superior do Oeste do Paraná (SINTEOESTE), sua grande expressão/referência histórica de organização sindical.

O referido sindicato misto, que foi fundado em 3 de junho de 1989, constituiu-se por anos como a única instância dedicada às ações sindicais relativas tanto aos docentes como aos agentes universitários da UNIOESTE. Elemento histórico de relevância quando se pensa sobre as motivações para a criação da seção sindical da ADUNIOESTE no interior dessa realidade.

No caminho para a constituição do sindicalismo docente da UNIOESTE, destacam-se duas greves ocorridas no início dos anos 2000 (uma greve em 2000 e outra iniciada em 2001 estendendo-se até 2002). Como relatado na obra “Os 169 Dias que Abalaram o Neoliberalismo no Paraná” (BOSI; REIS; SOUZA, 2014), a greve das universidades estaduais de 2001 e 2002 foi um marco no processo de estruturação do movimento docente pelo estado e, mais ainda, das organizações sindicais que dela participaram¹³⁷.

Para o professor Gilberto Grassi Calil, a constituição da ADUNIOESTE é produto indireto da greve de 2000:

¹³⁷ Esclarece-se que as referidas greves de 2000 e 2001/2002 (e a relevância delas para o movimento docente das IEES/PR) serão mais bem abordadas no capítulo 6 dest tese.

Sua constituição é produto das dificuldades que se teve em lidar com um sindicato que era um sindicato misto, que não era atento e que não dava conta das especificidades e das questões próprias da categoria docente e que, mais do que isso, teve uma condução, naquela greve, que foi muito criticada por boa parcela do corpo docente. Então, na greve de 2001, a importância de se ter um sindicato docente, ainda que de constituição recente, foi extremamente grande. (CALIL, 2014, p. 147).

A prolongada greve de 2001/2002, por sua vez, foi significativa no intuito de demonstrar a importância de um sindicato próprio dos docentes na universidade. Apesar de ter sido realizada em conjunto com os demais sindicatos das universidades, ela evidenciou a capacidade de luta dos docentes e a forma com que ela esteve amparada na democracia como principal pilar da organização do movimento. Para os autores, essa greve rompeu

com a cultura sindical colaboracionista e autoritária, instalada nos sindicatos mistos. A experiência de organização do ANDES - Sindicato Nacional contribuiu para reorganizar o funcionamento das assembleias e da construção de decisões a partir das seguintes regras: nenhuma proposta era posta em prática sem aprovação das assembleias; nenhum dirigente sindical podia falar em nome do movimento sem ser eleito como representante em assembleia; nenhuma ação era executada sem autorização da assembleia. (BOSI; REIS; SOUZA, 2014, p. 20).

No supracitado livro, que traz as memórias dos docentes da UNIOESTE sobre a greve de 2001 e 2002, o professor Alexandre Fiúza complementou sobre a participação da ADUNIOESTE nessa greve: “Eu acho que a ADUNIOESTE teve um papel central. No comando da greve estavam diretores, estavam os que mais participavam e os que atuaram na fundação do sindicato. A ADUNIOESTE, portanto, teve um papel decisivo e louvável”. (FIUZA, 2014, p. 39).

Foi preponderante para essa atuação, conforme reflete o professor Gilberto Calil, o fato de a ADUNIOESTE ser um sindicato local que existe como parte de um sindicato de âmbito nacional. A participação da Secretaria Regional Sul do ANDES nas reuniões do comando de greve (contribuindo na experiência grevista num contexto de ainda pouca tradição recente de luta sindical) e a assessoria jurídica do ANDES foram colaborações que merecem destaques.

Nível de reflexão que é corroborada pelo professor Inácio Brandi Neto, que ressaltou quanto essa greve evidenciou algumas necessidades diferenciadas de funcionários e professores. Ele complementou:

A entrada da ADUNIOESTE, trazendo junto o ANDES Sindicato Nacional, foi um apoio enorme. Eu penso até que se não houvesse essa interlocução com o ANDES, trazendo advogados que conhecem os assuntos relacionados à situação financeira e outras coisas mais, nós não teríamos tanto esclarecimento do que estava acontecendo. Foi aí que os docentes começaram a observar a função da ADUNIOESTE nessa luta. (BRANDI NETO, 2014, p. 182).

Ao final desse período, com o desfecho da greve, pode-se dizer que a ADUNIOESTE saiu fortalecida e com uma identidade muito claramente constituída.

A categoria docente saía, naquele momento, com uma clareza muito grande (I) da necessidade e da importância de contar com um sindicato docente, e (II) da necessidade que ele seja um sindicato vinculado ao ANDES Sindicato Nacional. Esses dois pontos saem como um legado específico já depois da greve. (CALIL, 2014, p. 149).

Por meio da “greve de seis meses” que a ADUNIOESTE, seção sindical, estabeleceu-se e consolidou-se como uma instituição. A experiência de leitura política e sindical adquirida nesse momento propiciou aos docentes organizados uma análise ainda mais apurada sobre a importância de uma referência sindical própria para o conjunto da categoria.

Analisando esse momento inicial, a professora Aparecida Darc de Souza, que atua no departamento de História do *campus* da UNIOESTE em Marechal Cândido Rondon, ressaltou nesse movimento a iniciativa de alguns professores em formar uma seção sindical própria do ANDES-SN na universidade, entre os quais se destaca o envolvimento do professor Antônio de Pádua Bosi, que, por meio de experiências anteriores, já havia tido contato com o sindicalismo docente do ANDES-SN.

Ele já tinha experiência anterior, no ensino superior, porque ele já deu aula na federal de Goiás, no *campus* em Catalão, e lá ele participou da criação da primeira seção sindical dos professores de lá, que também era ligada ao ANDES. [...]. A pessoa que responsável por trazer o ANDES para dentro da UNIOESTE foi o Antônio de Pádua, ele que foi a pessoa que foi articulando porque ele já tinha a experiência lá da federal de Goiás.¹³⁸

Na ocasião de sua chegada à universidade, como professora temporária, a realidade do sindicalismo misto da UNIOESTE chamou-lhe a atenção. Também lhe chamaram a atenção os esforços feitos por docentes interessados num sindicato próprio da sua categoria:

O sindicato começou bem pequeno, começou com um grupo de pessoas que foram sendo arregimentadas, foram sendo convidadas, eu participei do ato de fundação, da assembleia, foi uma assembleia muito tensa, porque parte da diretoria da SINTOESTE foi para a assembleia e eles ressentiam muito da criação de um sindicato, é óbvio, porque iria dividir a base deles. [...] Um sindicato não nasce grande, você junta meia dúzia faz o regimento e vamos, daí depois vem o trabalho de fazer esse sindicato ser representativo e etc. e tal.¹³⁹

A professora Aparecida Darc de Souza complementa reforçando a importância do apoio de um sindicato nacional na atuação local da UNIOESTE:

Um dos maiores argumentos que a gente tinha [para conseguir filiações] era que era preciso ter um sindicato com um peso nacional e o ANDES oferecia

¹³⁸ Entrevista realizada com a professora Aparecida Darc de Souza, em 3 março de 2022.

¹³⁹ Entrevista realizada com a professora Aparecida Darc de Souza, em 3 março de 2022.

isso para gente. Quando você tem um sindicato muito pequeno, muito localizado, o que acontece? Você não tem força. Você não tem recursos. Você não tem peso [político]. E, se a gente criasse aqui um sindicato ligado ao ANDES, a gente teria assessoria jurídica, a gente teria toda a estrutura que o ANDES proporcionava [...].¹⁴⁰

Dados de 2019 indicam o número de 1.009 docentes efetivos na UNIOESTE, e, quanto aos temporários, o mesmo documento aponta 265 professores nessa condição. São 434 docentes efetivos no *campus* de Cascavel; 162 no de Foz do Iguaçu; 117 em Francisco Beltrão; 150 em Marechal Cândido; e 146 em Toledo. Quanto aos temporários: 86 em Cascavel; 45 em Foz do Iguaçu; 57 em Francisco Beltrão; 36 em Marechal Cândido Rondon; e 41 em Toledo. (UNIOESTE, 2020).

Como toda realidade assim composta, o sindicalismo docente da ADUNIOESTE passou pelas dificuldades de organização e mobilização em nível *multicampi*. Uma das estratégias, no entanto, que merece destaque nessa realidade foi a criação de uma subseção da ADUNIOESTE na cidade que abriga o *campus* de Francisco Beltrão.

No que se refere ao número de filiados, dados fornecidos pela seção sindical para essa pesquisa indicam 371 filiados em outubro de 2021 – não foi informada a filiação por *campus* nem a série histórica do número de filiações nos últimos anos (a fim de averiguar se houve retração ou aumento desse número). A ADUNIOESTE filia professores aposentados, mas não demonstrou quantos entre os filiados estão nessa condição.

O valor atual da contribuição mensal junto aos filiados(as) é de 1% do salário base (não se consideram progressões e gratificação por titulação). Segundo dados da seção sindical fornecidos para esta pesquisa, o valor médio da contribuição é de 83 reais. A ADUNIOESTE informou não oferecer nenhum tipo de benefício ou convênio aos seus filiados.

A sede da seção sindical fica num espaço situado na Rua Universitária, n.º 1.390 (próximo ao *campus* da UNIOESTE em Cascavel)¹⁴¹. O espaço é alugado e, como esclarece a professora Aparecida Darc de Souza, não adquirir um imóvel próprio para o sindicato é parte de um movimento estratégico da seção sindical que visa poupar dinheiro para eventuais necessidades de greve.

¹⁴⁰ Entrevista realizada com a professora Aparecida Darc de Souza, em 3 março de 2022.

¹⁴¹ Considerando que a sede administrativa da UNIOESTE fica na cidade de Cascavel, a sede e as assembleias gerais da seção sindical também são centralizadas nessa cidade. A localização geográfica da cidade permite ainda um deslocamento equidistante em relação às demais.

O nosso objetivo, vamos dizer assim, dos professores que dirigiram a ADUNIOESTE, nossa prioridade era sempre manter um caixa robusto para uma situação de greve. Esse era o principal objetivo, ter um caixa robusto para conter uma greve, numa realidade *multicampi* uma greve é muito cara. Greves são muito caras, porque, quando você tem que deslocar professores até Curitiba de ônibus, saindo de cinco cidades diferentes, é complicado. Então você tem que ter recurso para dar conta. A outra coisa que a gente também avaliava é que era importante ter recurso para fazer as atividades necessárias que é participar das reuniões da Regional Sul, ir para Curitiba com uma certa regularidade.¹⁴²

FOTOGRAFIA 1 – Fachada atual sede da ADUNIOESTE-SS



Fonte: Acervo da ADUNIOESTE

4.3 SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (SINDUEPG)

Continuando essa contextualização, tratar-se-á da organização sindical dos docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). A cidade de Ponta Grossa é localizada a 116 quilômetros da capital paranaense Curitiba e, em 2021, conta uma população de 358.838 habitantes, conforme estimativas do IBGE (2021).

A UEPG foi criada com as Universidades Estaduais de Maringá e Londrina, mediante a Lei n.º 6.034, de 6 de novembro de 1969, na gestão do governador Paulo Pimentel. O Decreto n.º 18.111 é o que oficializou a criação da UEPG e foi editado em 28 de janeiro 1970.

¹⁴² Entrevista realizada com a professora Aparecida Darc de Souza, em 3 de março de 2022.

Em números atuais, conforme dados fornecidos pela Pró-Reitoria de Recursos Humanos¹⁴³, a UEPG conta 948 professores, dos quais 282 (29,75%) são contratados em regime especial – professor temporário. O percentual de professores temporários da UEPG é um pouco acima da média das IEES/PR, que é de 29%.

Segundo dados apresentados na pesquisa de Bernardo (2020), acompanhando uma tendência de todas as IEES/PR, existe claramente um processo de avanço das contratações flexíveis de docentes na UEPG, considerando que o número de temporários em 2002 era de 9,0%.

Olhando para os dados de forma mais apurada, nas variáveis de percentual comparativo entre professores efetivos e temporários, observam-se três períodos: 1) no período 2002-2005: há um crescimento uniforme no número de professores temporários, passando a razão de efetivos para temporários de 10 para 3,1 – indicando que em 2002, para cada 10 docentes efetivos havia um professor temporário. Já em 2005, para cada 3,1 efetivos, um era contratado; 2) no período 2006-2009: observamos um encolhimento no índice de contratação de temporários; 3) no período 2010-2017: a contratação temporária volta a crescer de forma expressiva. (BERNARDO, 2020, p. 157).

Mais especificamente sobre os elementos acima tratados referentes à carreira e à situação em geral dos docentes nas IEES do Paraná, foi reservado um espaço próprio no capítulo anterior como forma de contextualizar e problematizar essa temática à luz dos objetivos do presente estudo.

Como uma seção sindical do ANDES-SN, o SINDUEPG tem a sua fundação na assembleia sindical realizada em 12 de dezembro de 2002. Conforme dados da ata de fundação, a referida assembleia teve por pauta: “1) Criação da SINDUEPG, seção sindical do ANDES-SN; 2) Aprovação do Regimento Interno da SINDUEPG; 3) Indicação da Diretoria Provisória da SINDUEPG”¹⁴⁴. Compuseram a mesa para dirigir os trabalhos os professores Pedro Rodrigues Junior e Antônio de Pádua Bosi.

Aberta a assembleia colocou-se em votação a criação da SINDUEPG – Seção Sindical da UEPG, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida, procedeu-se à votação do Regimento Interno sendo aprovado por unanimidade. Na sequência a assembleia elegeu, por unanimidade, os seguintes professores para compor a Diretoria Provisória da SINDUEPG: Rosângela Petuba (presidente); José Rosa Gomes (secretário); Sílvio Luiz Rutz da Silva (tesoureiro). (SINDUEPG, 2002, p. 01).

Porém, a história do movimento docente na UEPG não começou na supracitada data da assembleia de fundação da seção sindical do ANDES-SN. Esse foi apenas o

¹⁴³ Informação colhida na Divisão de Carreiras (DICAR) da PRORH-UEPG, em novembro de 2021, mediante solicitação via protocolo digital (SEI) n.º 21.000060628-6.

¹⁴⁴ É curioso verificar que, no referido documento, SINDUEPG é precedido pelo artigo “a”, questão que não se repete nos demais documentos consultados, sendo sempre a referência “o SINDUEPG”, “do SINDUEPG”.

marco que simbolizou a adesão dos professores à proposta de organização e representação em nível nacional, conforme propõe esse sindicato nacional.

Relatos colhidos em entrevistas qualitativas realizadas com docentes que participaram dos movimentos iniciais de organização docente na UEPG revelam que o começo dessa mobilização data dos anos de 1980, com a criação da Associação Docente da UEPG (ADUPG). No entanto, na perspectiva sindical, na busca pela defesa dos seus direitos, professores da universidade recorriam ao Sindicato dos Professores do Paraná (SINPROPAR) de Curitiba como forma de construir um espaço de acolhimento às suas necessidades profissionais e trabalhistas.

Assim, embora nesse momento já houvesse sido criada a Associação dos Docente da UEPG (ADUPG), era esse sindicato de Curitiba o responsável direto pela atenção às necessidades sindicais docentes no início dos anos 1980, como relatou o professor Oscar Herberto Fustenberger¹⁴⁵, um dos pioneiros do movimento docente da UEPG:

E o SINPROPAR fazia as nossas representações sindicais e nós fazemos suporte com ele daí, começou daí a gente até fez aquela estratégia que eu comentei aquele dia na reunião. A gente já sentiu aquela ideia de que nós precisávamos de uma pequena sede, daí nós alugamos um espaço na Rua Pinheiro Machado, ao lado do bar Baviera, era uma sede bem simpática, já tínhamos uma secretária, um telefone temos uma referência, algumas ações que estavam começaram a circular ação trabalhista, as pessoas podiam ir lá e organizar e levar para SINPROPAR, então isso já começou a acontecer.¹⁴⁶

Segundo o professor, esse pode ser considerado um dos importantes passos do incipiente sindicalismo docente da UEPG: uma pequena sede localizada na Rua Pinheiro Machado, onde as demandas docentes eram organizadas e levadas até o SINPROPAR de Curitiba. O espaço também servia para congregar eventos festivos dos professores.

A ADUPG tinha por finalidade oficializar a ideia de uma organização própria dos docentes da universidade em âmbito local, a qual, segundo os entrevistados, era voltada mais para aglutinar localmente as demandas profissionais, para posterior envio delas ao SINPROPAR e também para a organização de atividades culturais e recreativas.

Quando comecei a participar da ADUPG clássica, que promovia jantares no dia dos professores, a gente continuou com essa linha, até por sinal, a gente tinha diretores(as) que eram muito competentes. A gente se reunia e

¹⁴⁵ Professor aposentado pelo departamento de Engenharia Civil da UEPG.

¹⁴⁶ Entrevista realizada com o professor aposentado Oscar H. Fustenberger, em 2 de julho de 2021.

fazíamos momentos festivos muito interessantes. A gente tinha a clareza de não abandonar isso, pois isso que agregava os professores.¹⁴⁷

Segundo a professora Zenilda Batista Bruginski, aposentada pelo departamento de Serviço Social, por meio do contato com professores sindicalistas das universidades estaduais de Londrina e Maringá, surgiram os incentivos definitivos para que a organização docente da UEPG avançasse rumo a uma característica mais sindical, no sentido de combativo e reivindicativo.

[...] e a gente participava das reuniões de sindicato de Londrina de Maringá, até ouvíamos muito de Londrina e Maringá: vocês precisam fazer um sindicato; eles falavam muito isso e a gente começou a fazer um movimento para formar o sindicato. O sindicato tinha a intenção de envolver todos e não apenas docentes.¹⁴⁸

Ante essa iniciativa, a experiência da ADUPG foi findada e houve espaço, em 1990, para criar o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Estaduais de Ensino Superior de Ponta Grossa (SINTESPO). O referido sindicato surgiu com uma natureza mista, ou seja, congregou servidores da UEPG, fossem professores, fossem técnicos¹⁴⁹.

Formamos então o sindicato (SINTESPO), tínhamos uma sede, era bem atrás da universidade, depois foi para a Rua 7 de Setembro, e assim tivemos lutas inúmeras porque, logo já de começo do sindicato, nós já tivemos uma greve na universidade envolvendo todo os servidores. Lógico que você sabe que sempre tem os fura-greve, mas fechou na universidade, houve uma assembleia que foi ali no pátio central da universidade, mais de 3 mil pessoas entre estudantes, funcionários, professores.¹⁵⁰

A professora Zenilda B. Bruginski, que presidiu à primeira gestão do SINTESPO, relatou, na entrevista realizada, as dificuldades dessa relação mista entre professores e técnicos da universidade na formação e organização da luta sindical. Essas dificuldades adivinham basicamente de diferenças políticas e na forma de condução da luta sindical.

Por um período de oito anos (1990 até 1998), o sindicalismo docente na UEPG ficou sendo mobilizado de forma agregada ao sindicato misto SINTESPO. O professor Oscar H. Furstenberger, que foi um dos idealizadores do sindicato, reconheceu que na prática essa organização mista não deu os resultados esperados. Tendo o sindicato misto da UEM como referência (Sindicato dos Trabalhadores em

¹⁴⁷ Entrevista realizada com o professor aposentado Oscar H. Furstenberger, em 2 de julho de 2021.

¹⁴⁸ Entrevista realizada com a professora aposentada Zenilda B. Bruginski, em 14 de julho de 2021.

¹⁴⁹ Embora seja recorrente essa terminologia (“sindicatos mistos”) é também usual que os sindicatos com essas características sejam chamados de “sindicatos unificados”.

¹⁵⁰ Entrevista realizada com a professora aposentada Zenilda B. Bruginski, em 14 de julho de 2021.

Estabelecimentos de Ensino de Maringá - SINTEEMAR), o referido professor avaliou que a experiência em Ponta Grossa não alcançou os resultados esperados.

[o SINTEEMAR] era um sindicato conjunto de professores e demais funcionários. E, como nas lutas, a gente andava com eles, eu achava, eu que era o que mais participava das reuniões, eu achava ideia maravilhosa, teoricamente e na prática. Eu os via (professores e demais servidores) trabalhando juntos, todos com um nível de politização igual, conversando igual, era uma beleza pra mim. Então nós trouxemos esse modelo para cá e fundamos o SINTESPO. O desmonte da associação docente era para isso, não ter esse paralelo [divisão] na época. Para não ter e centrar as energias na caminhada conjunta. Mas, o que que eu vou te dizer, na prática não deu. Na prática não deu.¹⁵¹

Em 1998, convictos da necessidade de uma organização sindical que aglutinasse exclusivamente docentes, iniciou-se um movimento em prol da retomada da criação de uma nova associação docente, agora como nome Associação Docente da UEPG (ADUEPG). Essa desvinculação ao SINTESPO é motivada pelo interesse de um significativo grupo de professores que almejava um sindicato próprio e, futuramente, a transformação desse em uma seção sindical do ANDES-SN.

Em 1998 pensamos em refundar a associação docente, daí bateu aquela saudade, “foi uma besteira aquilo, vamos refundar, vamos refundar para nos filiar ao ANDES”. Daí o SINTESPO fica com os funcionários, daí a gente caminha junto no que for comum e caminha separado no que for específico. (informação verbal).¹⁵²

Só como ponto de reflexão, é curioso e pode ter relação com elementos já discutidos nesta tese sobre a identidade do professor, como nos depoimentos colhidos apareceu repetidamente na fala dos sujeitos uma diferenciação entre o “professor” e os demais servidores ou funcionários, considerando que o professor não é ele mesmo também considerado um servidor ou funcionário da universidade.

Não que isso reflita necessariamente no interior da universidade uma concepção de superioridade entre quem é docente e quem não é, tampouco tenha sido central ou relevante para os envolvidos no processo de cisão entre os sindicatos. Elementos de ordem política (embates) e de concepção sindical tiveram muito mais relevância nesse movimento de divisão.

Outra questão se refere ao fato de, ainda hoje, o SINTESPO filiar professores que tenham o interesse para tal. Ou seja, se, por um lado, existe um sindicato que só filia docentes, por outro, existe um sindicato na UEPG que filia tanto técnicos quanto

¹⁵¹ Entrevista realizada com o professor aposentado Oscar H. Furstenberger, em 2 de julho de 2021.

¹⁵² Entrevista realizada com o professor aposentado Oscar H. Furstenberger, em 2 de julho de 2021.

professores. Para fins de registro, em contato com a direção do SINTESPO, atualmente são 143 professores filiados ao sindicato misto¹⁵³.

A professora Zenilda lembra que, na ocasião dessa cisão dos professores com o SINTESPO, muito se discutiu sobre a fragmentação da luta no interior da universidade:

[...] quando começaram a discutir essa questão de virar só sindicato de professores que muitos funcionários falaram 'eles não querem estar juntos conosco', então, eu vejo assim que essa parte é uma parte bem delicada na luta sindical das IEES, porque essa coisa de 'vamos juntos todos' não é tão fácil como a gente pensa, mesmo de pessoas que têm assim pensamento mais classista, é engraçado, porque daí começa [sic] aparecer as diferenças, os pensamentos mais individuais [corporativos] é motivo para um estudo sociológico (risos).¹⁵⁴

Desse modo, com base nesse interesse de transformação da associação docente em seção sindical do ANDES-SN, a ADUEPG nasceu em 1998. Da consolidação dessa transformação em 2002, o professor Oscar relatou que foi um movimento tranquilo, sem correntes contrárias a tal filiação dentro corpo docente sindicalizado.

[...] do grupo que pensou a filiação ao ANDES (transformar o SINDUEPG numa seção sindical) o movimento foi tranquilo. Todos envolvidos concordavam. A nova associação docente [ADUEPG] foi criada justamente para se transformar em seção sindical.¹⁵⁵

O sindicalismo docente da UEPG demonstra uma trajetória rica repleta de exemplos de como professores se dedicam à luta coletiva e sindical. E os desafios sempre foram intensos, como analisa o professor sindicalista:

Desde que eu entrei, primeiro como professor colaborador, até o momento que eu saí aposentado, 32 anos depois, nós [professores] nunca tivemos paz profissional. Sempre estávamos atrás dos nossos direitos. Sempre estávamos brigando. Volta e meia tínhamos greves, difíceis. Viajávamos muito de Londrina a Maringá, Cascavel [...] sempre articulando com as outras entidades sindicais. (FURSTENBERGER, 2021).

Em 2022, essa seção sindical completou 20 anos de existência, convicta da sua importância em nível local para o sindicalismo paranaense. Da fundação da primeira associação docente (ADUPG) nos anos 1980; passando depois pela criação do SINTESPO, até hoje existente; da criação da segunda associação (ADUEPG) e, por fim, chegando ao momento de filiação e criação da seção sindical do ANDES-SN, ao qual os docentes da UEPG passaram a articular a luta sindical docente com uma organização nacional.

¹⁵³ Contato telefônico realizado com o presidente do SINTESPO, Plauto Coelho, em outubro de 2021.

¹⁵⁴ Entrevista realizada com a professora aposentada Zenilda B. Bruginski, em 14 de julho de 2021.

¹⁵⁵ Entrevista realizada com o professor aposentado Oscar H. Furstenberger, em 2 de julho de 2021.

A gente fala em 2002, criação do SINDUEPG, mas tem toda uma história antes, muito interessante, de muita luta [...]. (FURSTENBERGER, 2021).

Em dados atuais, maio de 2021, o SINDUEPG possuía 284 professores filiados (29,9% do total de professores da universidade). Analisando os dados quantitativos de filiação de 2016 a 2020, verifica-se que 290 é a média anual de filiações. Os anos de 2020 e 2021 apresentaram números de filiação abaixo da média devido às recentes reformas previdenciárias do governo estadual e ao movimento que elas propiciaram no sentido de que diversos professores (que tinham direito) realizassem seus pedidos de aposentadoria. Essa é uma situação que também se apresenta nas outras IEES/PR.

Há, por outro lado, na atual dinâmica do sindicato, uma dificuldade na forma de conduzir uma política de filiação de professores aposentados, e, no atual momento, foi informada apenas a participação de um professor filiado nessa condição. Essa dificuldade expressa-se especialmente na forma de realizar o desconto mensal da filiação, visto que esse professor aposentado sairia da folha de pagamento da universidade e passaria a receber pela entidade estatal responsável por gerir o pagamento de aposentados e pensionistas do estado do Paraná, a saber: ParanaPrevidência.

Analisando os dados de maio de 2021, dos 284 professores sindicalizados 276 (97,1%) possuem vínculo efetivo com a universidade, sete são professores temporários (2,4%) e, como comentado acima, apenas um aposentado. Há o predomínio feminino no rol de filiação do SINDUEPG: 158 professoras filiadas (55,6%) e 126 professores (44,3%).

A contribuição financeira do sindicalizado ao SINDUEPG ocorre pelo desconto em folha de pagamento no valor de 1% (um por cento) do vencimento básico mensal. Como benefícios ou convênios, foi informada apenas uma possibilidade de convênio que o sindicato propicia a uma administradora de planos de saúde, porém nenhuma informação adicional foi repassada e nada a respeito desse convênio, e as formas de acesso que o filiado tem a ele foram encontradas no site oficial.

Os docentes que fazem parte das diretorias não podem ser afastados de suas atividades acadêmicas para desempenhar esse papel no sindicato. Assim, devem dividir a atenção ao sindicato com todas as atividades docentes que lhes são designadas. Esse fato, entre outros, dificulta, cada vez mais, a composição de chapas para concorrer à diretoria da seção sindical.

Na tabela, apresenta-se a série histórica de filiações, tendo por base os anos entre 2016 e 2021¹⁵⁶.

TABELA 05 – Sindicalizados SINDUEPG período 2016-2021

2016	2017	2018	2019	2020	2021
323	317	313	296	287	284

Fonte: Organizado pelo autor mediante informações fornecidas pela SINDUEPG (dados de maio de 2021)

Sobre a sede física do SINDUEPG, conforme relatos, por anos ela se constituiu numa sala alugada na Rua Penteado de Almeida, esquina com a rua Balduino Taques, centro de Ponta Grossa. Entre 2006 e 2008, um movimento organizativo no interior do sindicato possibilitou a compra do terreno e a construção da sua atual sede, que foi realizada com recursos próprios. A atual sede do SINDUEPG está localizada na Alameda Nabuco de Araújo, 500, bairro Uvaranas, e constitui um dos importantes patrimônios do sindicato.

O professor Sérgio Gadini, do departamento de jornalismo, estava à frente da gestão do SINDUEPG no momento de construção da sede:

De junho de 2006 a julho de 2008, nós fizemos um acordo pois o sindicato tinha um fundo, fomos para uma assembleia e a gente empenhou a contribuição futura e parcelamos a sede do SINDUEPG. Fizemos um acordo com uma construtora e, todo mês que entrava a mensalidade [dos filiados], a gente ia lá e passava para o banco. (GADINI, 2021).

Sobre a mesma questão, o professor aposentado José Raulindo Gardingo complementou:

Da alteração da associação para o sindicato [seção sindical] nós tínhamos um dinheiro em caixa, que não era suficiente. [...] Gadini e eu fomos ousados e aí fechamos com a construtora a divisão da construção em três parcelas e a gente pagaria as duas primeiras. A última parcela seria assumida pela construtora que financiaria para nós de tal forma que fosse descontado mensalmente [...] o que entrava no sindicato já ia direto para pagar essa diferença. (GARDINGO, 2021).

¹⁵⁶ Como será visto, apenas SINDIPROL/ADUEL e SINDUEPG retornaram essa informação da série histórica das filiações, o que vai impossibilitar uma tabela semelhante nas demais contextualizações que seguirão.

FOTOGRAFIA 02 – Fachada atual sede do SINDUEPG



Fonte: Acervo do SINDUEPG

Desde 2004, idealizado pelo professor José Raulindo Gardingo (Departamento de Agronomia), o SINDUEPG possui um canal informativo e de comunicação da direção com a sua base chamado “Jornal Fala Docente!”. Atualmente, tendo por referência a última edição de abril de 2021, são 18 anos de funcionamento com a publicação de 64 edições do informativo.

4.4 SINDICATO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE (ADUNICENTRO)

A Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) surgiu, em 1990, da fusão de duas universidades: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava (FAFIG) e a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati (FECLI), segundo o site oficial da universidade apresenta:

Instalada na região central do Estado, a Unicentro conta com mais de cinquenta municípios em sua região da abrangência, compreendendo uma população de mais de 1 milhão de habitantes, para os quais oferece, além das oportunidades de formação superior com cursos de graduação e de pós-graduação, uma variada gama de serviços que propiciam maior desenvolvimento regional. Além disso, com a expansão de ofertas pela modalidade de Educação a Distância, a universidade atinge quase que a totalidade das regiões do Paraná com seus polos. (UNICENTRO, 2022).

Em termos sindicais, a universidade conta duas instâncias representativas dos seus servidores. A organização mais antiga é o Sindicato dos Trabalhadores do

Ensino Superior da UNICENTRO (SINTESU), fundado em 28 de março de 1991. Conforme consta no seu estatuto, o sindicato tem a finalidade de proteger, reivindicar e representar legalmente a categoria dos profissionais docentes e agentes universitários do ensino superior estadual, efetivos ou temporários, na base territorial dos municípios de Guarapuava e Irati.

O referido sindicato misto permaneceu por anos como a única referência representativa dos servidores da UNICENTRO (sejam estes docentes ou não). Entretanto, uma série de acontecimentos e motivações levou professores da universidade a repensar essa realidade.

No âmbito da organização exclusivamente docente, o Sindicato dos Docentes da UNICENTRO (ADUNICENTRO) é a seção sindical do ANDES-SN que foi fundada em 25 de junho de 2003 “devido à necessidade de uma representação sindical docente não vinculada à administração da universidade e que se pautasse pela autonomia das lutas docentes”. (ADUNICENTRO, 2022). A seção tem sua sede na cidade de Guarapuava.

Para o professor Denny William da Silva, ex-dirigente da ADUNICENTRO que vivenciou esse momento, o anseio de um sindicato próprio pode ser creditado para o conjunto de professores mais jovens que adentram a universidade no início dos anos 2000 e não visualizam no sindicato misto um representante direto dos seus interesses.

Mas o conjunto de professores mais jovens, que entra mais recentemente, a partir do início dos anos 2000, se incomoda com o modelo de sindicato [em vigor até o momento] e começa a estabelecer contato com a Regional Sul do ANDES-SN, que alguns já conheciam, buscam informações acerca do que é o sindicato nacional e decide [sic] começar as tratativas para fundar a ADUNICENTRO, que hoje é a seção sindical do ANDES-SN aqui na nossa universidade. Então isso se dá no início dos anos 2000.¹⁵⁷

Ademais, dois fatores foram centrais para criar essa organização com características sindicais que atuaria de forma exclusiva aos docentes na UNICENTRO: o primeiro tem relação com o contexto de luta pela concessão dos valores referentes ao Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (TIDE) para todos os docentes, pois, até aquele momento, a concessão do TIDE era limitada para apenas alguns docentes.

Havia a 'fila do TIDE'. Liderados pelo prof. Amauri, do DEAGRO e primeiro presidente da ADUNICENTRO, o movimento '*Estou sem TIDE faz... dias*', em que os docentes sem TIDE carregavam crachás atualizados diariamente, gerou grande repercussão e acabou forçando a conquista. A implantação do TIDE para todos os docentes da UNICENTRO em 2003 foi a primeira grande vitória da entidade. (ADUNICENTRO, 2022, grifo do autor).

¹⁵⁷ Entrevista realizada com o professor Denny William da Silva, em 17 de fevereiro de 2022.

O segundo fator que impulsionou, naquele momento histórico, a criação da seção sindical foi o contexto do período pós-greve dos seis meses, ocorrida entre 2001 e 2002. Na ocasião, a UNICENTRO ficou de fora desta greve (sem sequer realizar um dia de paralização das suas atividades), o que demonstrou um descompasso com a atividades sindical e a leitura política de outros sindicatos.

A ausência da UNICENTRO naquele movimento foi duramente sentida por muitos docentes da nossa instituição que não compreendiam e nem aceitavam que nossos companheiros das demais IEES estivessem lutando sozinhos e que, sendo vitoriosos, os docentes da UNICENTRO também seriam beneficiados. A partir da fundação da ADUNICENTRO, nossa universidade nunca mais ficou alheia a qualquer luta docente no estado do Paraná. (ADUNICENTRO, 2022).

O ex-dirigente do sindicato complementa sobre como a greve de 2001/2002 acabou por também se tornar um fator motivador da criação da ADUNICENTRO:

Os sindicatos mistos basicamente não fizeram o enfrentamento naquele processo [da greve], com exceção do SINTEEMAR, que teve um papel mais importante no que diz respeito à organização dos docentes [...]. No que diz respeito ao SINTESU, na greve dos seis meses, a UNICENTRO não fez greve nenhum dia. E isso incomodou muito. Foi assim um momento de muito inconformismo por parte dos docentes e assim começamos a questionar a legitimidade do SINTESU no sentido de representar efetivamente a pauta dos docentes.¹⁵⁸

De acordo com a ata de criação (ADUNICENTRO, 2003), a primeira diretoria provisória foi composta por estes professores: Amauri Siviero (presidente); José Ricardo Libardoni dos Santos (vice-presidente); Edgar Ávila Gandra (primeiro tesoureiro); Hélio Alexandre Mariano (primeiro secretário); e Sandra Lourenço (segunda secretária).

Além dos movimentos de criação, a seção sindical do ANDES-SN na UNICENTRO se estabeleceu, estando prestes a completar 20 anos de existência. Contabiliza contribuições ao movimento docente, e, em 2004, apenas um ano após a fundação da seção sindical, o professor Hélio Alexandre Mariano participou como primeiro-tesoureiro da gestão do ANDES-SN, no biênio 2004-2006.

Com relação aos atuais dados quantitativos dos servidores docentes, a UNICENTRO possui um total de 861 professores – 546 efetivos e 315 temporários. (UNICENTRO, 2019). Desse total, conforme dados prestados pela própria ADUNICENTRO, 232 são filiados à seção sindical da ANDES-SN na UNICENTRO.

A contribuição dos filiados ao sindicato ocorre mediante o desconto mensal de 1% (um por cento) do vencimento básico (não incorporados os adicionais e demais

¹⁵⁸ Entrevista realizada com o professor Denny William da Silva, em 17 de fevereiro de 2022.

vantagens). Não foi verificada a oferta de serviços ou benefícios aos seus filiados no site oficial do sindicato.

4.5 SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (SESDUEM)

Criada aos onze dias de setembro de 2007, a seção sindical do ANDES-SN na UEM representa uma antiga reivindicação de professores e professoras em ter de volta um sindicato dedicado exclusivamente às suas demandas e interesses.

Para falar do processo de criação da seção sindical da UEM, torna-se necessário falar da relação que os professores tiveram por anos com a Associação dos Docentes da UEM (ADUEM) e com o sindicato misto dessa universidade.

A ADUEM foi fundada oficialmente em 2 de dezembro de 1978, no bojo do enfraquecimento da ditadura militar, da abertura política e da efervescência do novo sindicalismo em âmbito nacional. Ocorreu ainda em meio ao crescimento quantitativo e qualitativo do movimento docente de ensino superior pelo país, do qual professores da UEM participaram efetivamente (inclusive se envolvendo, já nos anos 1980, quando se criou a associação nacional).

O ano de 1978 foi de ampla movimentação no interior da organização docente da UEM, a fim de que fossem direcionados esforços para formar/criar a associação. Como resultado, no fim do referido ano, foi possível alcançar a formalização da associação, aprovar e implementar o seu primeiro estatuto.

A primeira diretoria eleita da Aduem tomou posse em 7 de abril de 1979, comandada pela presidente Nadir Aparecida Cancian e pelo vice-presidente José Tarcísio Pires Trindade. Como demonstra a documentação, este último exerceu a presidência em vários períodos [...]. (DIAS; GOMES, 2018, p. 66).

Conforme afirmam Dias e Gomes (2018), no plano de organização sindical da UEM, a associação docente teve um importante caráter de indução das demais instituições de representação dos trabalhadores:

Inspirou a formação da Associação dos Funcionários da UEM – Afuem, teve participação na fundação do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino de Maringá – Sinteemar e, décadas depois, na reconstituição de uma representação sindical diretamente dos docentes, cuja expressão atual é a Sesduem. (DIAS; GOMES, 2018, p. 15).

É afirmado pelos supracitados autores, numa obra que comemora as memórias da associação nos seus 40 anos de existência (DIAS; GOMES, 2018), o protagonismo da ADUEM na pauta de democratização da UEM, seja por meio da campanha pelas eleições diretas aos principais cargos da universidade; seja pela reformulação da

legislação interna da universidade – especialmente o estatuto e regimento; seja pela mudança do sistema de gestão de forma abrangente; seja no engajamento pela ampliação do caráter público da universidade, mediante a introdução da gratuidade do ensino.

A trajetória da Aduem demonstra que a entidade não existe como uma estrutura fechada em si mesma, perseguindo objetivos estritamente corporativos ou de seu exclusivo interesse institucional. Em outras palavras, somente é possível entender a sua história na interface com a história da UEM. A Aduem foi fundada com o objetivo de engajar-se na transformação da universidade. Esse é o seu DNA. (DIAS; GOMES, 2018, p. 15).

Outro dado relevante que tem relação direta com o movimento docente da UEM é que, segundo relatam Priori e Marques (2001 *apud* PADILHA, 2008), a primeira greve numa universidade estadual paranaense ocorreu em 1980 e foi protagonizada por professores e funcionários da UEM que paralisaram suas atividades por conta da não concessão por parte do estado do aumento salarial determinado pela Justiça do Trabalho. No relato da autora: “Passados 30 dias, a greve terminou diante da determinação do governo do estado de reajustar em 80% os salários”. (PADILHA, 2008, p. 106).

O professor aposentado Nelson Martins Garcia esteve presente no nascimento da ADUEM em 1978, participando de todas as reuniões de criação da associação. A sua participação em diretorias iniciou-se como tesoureiro em 1984, e, por duas gestões, assumiu a presidência da entidade (1993-1995 / 1995-1997).

O trabalho de quatro anos à frente da ADUEM, como presidente, foi muito além de gratificante, principalmente por iniciar a gestão com pouco mais de 400 associados e entregar a entidade, em 1997, com mais de 1.200 associados. Isso por si só demonstra a abrangência do trabalho realizado, com mais um ano de gestão como tesoureiro 1984/1985 e presidente da Aduem em duas gestões 1993/1995 e 1995/1997. [...] Nas gestões de 1993 a 1997, como presidente, participamos ativamente de todas as mobilizações e reuniões sobre: regulamentação do artigo 205 da Constituição Estadual sobre a C&T; na luta e aprovação da Carreira Docente das IEES/PR; conquista do TIDE – Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, implantado na UEM em 1987 (dez anos antes que as demais IEES/PR).¹⁵⁹

O Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Maringá (SINTEEMAR), filiado à CUT, foi criado em agosto de 1985, é uma instituição sindical com atuação voltada para os interesses dos professores e funcionários de redes de ensino público e privado da cidade de Maringá.

Diferente da ADUEM, o SINTEEMAR tinha por característica ser uma entidade mista que aglutinava por ramos de atividade, e não por corporação. E, para além dos

¹⁵⁹ Entrevista realizada com o professor aposentado Nelson Martins Garcia, em 24 de fevereiro de 2022.

servidores da universidade, foram incorporados nesse sindicato os trabalhadores da educação oriundos do setor privado.

Como relatam Dias e Gomes (2018), no início o SINTEEMAR funcionou em uma das salas da sede da ADUEM, cuja estrutura era também compartilhada com o recém-criado sindicato. Para os autores, a relação dessas organizações foi além do mero compartilhamento de salas, adentrando o terreno da luta conjunta pela universidade paranaense por meio de greves e paralisações:

A densa experiência de lutas dos docentes e servidores técnicos da UEM, cujos interesses convergiram em duas robustas greves, motivou a sedimentação de uma pauta para a formação de um sindicato único das duas categorias. A oportunidade foi ainda estimulada pela conjuntura vivida pelo país, em que os direitos políticos vinham sendo alargados no processo de abertura política. (DIAS; GOMES, 2018, p. 108).

Importante nesse movimento histórico, a greve por tempo indeterminado, deflagrada em 1985, culminou na conquista da eleição direta para reitor e vice-reitor a partir de 1986. Indicou ainda um movimento de unificação da luta no interior da UEM em que o sindicato misto passou a representar o espaço legítimo de luta de professores e demais trabalhadores da educação.

Com a criação do sindicato nacional dos docentes, após a Constituição Federal de 1988, o debate no interior do sindicalismo docente na UEM seria em torno de transformar, ou não, a ADUEM numa seção sindical do ANDES-SN. Relatos dão conta de que a oposição a esse movimento era maioria. Entendia-se que a ADUEM (atuando em conjunto com o sindicato SINTEEMAR) possuía particularidades e, embora até possuísse o interesse em manter o vínculo com ANDES, não deveria se transformar em seção sindical nacional.

Assim explicou o professor Nelson Garcia:

Em novembro de 1988, realizou-se, no Rio de Janeiro, o II Congresso Extraordinário da ANDES, evento que aprovou a sua transformação em Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior. Na assembleia que elegeu os delegados da ADUEM para esse congresso, foi deliberado que estes deveriam votar contra a proposta da ANDES, por entender que ela atende principalmente aos interesses dos docentes das instituições federais, os quais não possuem entidades de representação sindical. Um dos representantes da ADUEM nesse congresso, prof. Henrique Radomanski, na época, alertou que 'a proposta da ANDES é atrasada em relação à Maringá', pois já houve esta discussão na época (1985) da criação do SINTEEMAR, pois já tínhamos a ADUEM e AFUEM e decidimos criar um sindicato misto de professores e demais trabalhadores em educação, por entender que, somente com esta perspectiva de organização, obteríamos conquistas concretas para todas as categorias.¹⁶⁰

¹⁶⁰ Entrevista realizada com o professor aposentado Nelson Martins Garcia, em 24 de fevereiro de 2022.

Em 12 de abril de 1989, uma assembleia da ADUEM decidiu que a entidade deveria promover a desfiliação imediata do ANDES:

Em documento endereçado ao sindicato nacional, a Aduem comunicou e justificou sua decisão. Abordou a exitosa experiência sindical forjada na base da Universidade Estadual de Maringá, o Sinteemar, um sindicato por ramo de atividade que unificava, sem culto ao corporativismo, a luta dos trabalhadores da Educação. Como exemplo da fecunda trajetória, citou a conquista da gratuidade do ensino, que envolveu docentes, servidores técnicos e estudantes, e a unificação de toda a categoria no Paraná. (DIAS; GOMES, 2018, p. 139).

Ao acessar o referido documento (Ofício ADUEM n.º 011/89, de 16 de maio de 1989), é possível verificar os motivos da decisão realizada em assembleia:

Há um procedimento político bastante amadurecido na UEM, de aversão a uma exclusão das bases das definições fundamentais. Infelizmente a evolução do ANDES, que contou na sua fundação, e em vários momentos mais importantes com a nossa participação, acabou por atropelar a nossa organização local. Assim como os trabalhadores da UEM formaram a sua entidade, bem como a dos funcionários técnicos-administrativos, no calor das lutas aguerridas criaram também, de maneira unificada, o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Maringá. Tal decisão possibilitando a unificação de toda a categoria realizou-se no bojo de uma crítica no corporativismo e pela necessidade de fortalecer o espaço sindical da nossa região. A ADUEM, transformada numa seção sindical simplesmente atropela e arrisca destruir toda uma História de lutas, que teve e tem a sua relevância no contexto estadual e nacional embora nem sempre devidamente reconhecida pelo aspecto mais federalizado da ANDES. [...] Como os companheiros poderão observar pela proposta aprovada, não pretendemos cortar os vínculos com a ANDES. Ao desfilarmos nos indicamos que esta foi a única opção deixada pela ANDES, dado a sua normatização sindical então aprovada. (ADUEM, 1989).

Havia o interesse da ADUEM que o estatuto do ANDES-SN fosse alterado para adequar situações semelhantes à realidade de Maringá. Desse episódio, parte da diretoria da ADUEM, que não concordava com o que ficara decidido, resolveu renunciar.

Oswaldo Heller da Silva, o então presidente, encabeçou o rol dos que renunciaram. Indagado sobre o episódio na fase de elaboração do presente memorial, explicou: 'Eu considerava absurda a desfiliação da Andes. A assembleia da Aduem tendo decidido isto, entendi que a Aduem perderia seu caráter de instrumento de luta da categoria, tornando-se uma mera associação recreativa. Em função disso, decidi deixar a diretoria'. (DIAS; GOMES, 2018, p. 139-140)

Questionado sobre esse processo de desfiliação, o professor aposentado Nelson Martins Garcia assim respondeu:

Embora a pergunta, sobre minha posição particular seja sobre a desfiliação, acredito que não tenha muito sentido, mas deixo explícito que foi como a maioria dos docentes na referida assembleia, pela desfiliação. A ADUEM, como associação de representação da UEM e inserida no ensino superior do Estado do Paraná, foi fundada bem antes da ANDES – Associação Nacional, e sempre esteve ao seu lado em todas as lutas nacionais e estaduais. Um fato importante, foi a luta em defesa do projeto da ANDES da Carreira Docente, baseada no mérito científico e o TIDE. Conseguimos implantar essa

Carreira no Estado do Paraná, em maio de 1997. Infelizmente, agora o ANDES-SN, abandonou esse projeto, e passou a utilizar a promoção inercial em várias IFES. Sem essa desfiliação, a ADUEM passaria a ser apenas uma seção sindical, e de fato a mesma seria extinta como Entidade Autônoma, Estatuto e CNPJ próprios. Isso se mostrou inviável para a maioria dos docentes da UEM, além de decidirem por se manterem filiados ao SINTEEMAR, criado por iniciativa e apoio da ADUEM, em 1985.¹⁶¹

Foi apenas em 1993, no fim da gestão da professora Maria de Fátima Vianna de Souza, que o tema da (des)filiação ao ANDES-SN retornou com força ao debate sindical docente da UEM. Segue o trecho do Boletim ADUEM, de 1993:

A Aduem, por conta dos reflexos da desfiliação à Andes-SN, viu-se distanciada das lutas desenvolvidas pelos demais docentes do país. Hoje sabemos da urgência de revermos aquela decisão! As diferenças entre os docentes e as demais categorias da comunidade universitária são notórias. (Boletim ADUEM nº 2/93 *apud* DIAS; GOMES, 2018, p. 165).

Para Dias e Gomes (2018), essa crescente aproximação com o ANDES-SN gerou desgaste de relações com o SINTEEMAR. Manifestações reciprocamente ásperas entre as duas entidades começavam a aparecer. O Boletim da ADUEM n.º 17/93 informou que o SINTEEMAR havia emitido uma nota dizendo que a ADUEM estava esfacelando a luta conjunta e aumentando a fragilidade do movimento sindical, ao que a diretoria da associação replicou em tom crítico.

Entre 2005 e 2007, a ADUEM inicia um processo para se transformar em seção sindical do ANDES. No início de 2006, a nova diretoria deu início a esse planejamento; o vice-presidente participou como convidado do 25.º Congresso do ANDES-SN; em abril, a diretoria reuniu-se com representantes do ANDES-SN para esclarecimentos sobre os direitos e deveres de uma seção sindical.

Os membros da diretoria da Aduem, após discussão e esclarecimentos, decidiram pela revogação da desfiliação do Andes-SN, que foi efetivada através do Ofício nº 011/89, aos 16 de maio de 1989, pelo presidente da Aduem na época, João Lino de Oliveira. [...] Em 27 de agosto de 2006, durante assembleia, os professores aprovaram a filiação da Aduem ao Andes-Sindicato Nacional. Porém, a filiação seria submetida ao Congresso do Andes, em março de 2007. (DIAS; GOMES, 2018, p. 234-235).

No 26.º Congresso do ANDES-SN o pedido de refiliação da ADUEM foi negado. A diretoria do sindicato nacional alegou que isso acarretaria um passivo desde 1989 (data da desfiliação) e a associação deveria solicitar um pedido de filiação.

A saída encontrada pelos que se interessavam por uma entidade sindical própria dos docentes foi a criação, em 11 de setembro de 2007, da seção sindical dos docentes da UEM – ligada ao Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior

¹⁶¹ Entrevista realizada com o professor aposentado Nelson Martins Garcia, em 24 de fevereiro de 2022.

(ANDES-SN). Com base na documentação apresentada, a constituição dessa seção sindical foi referendada no 27.º Congresso do ANDES-SN.

Para a diretoria provisória, na supracitada assembleia de 11 de setembro, foram indicados e aprovados, de forma unânime, os seguintes professores: professor Henrique Radomanski (presidente); professor Giuliano Gomes de Assis Pimentel (Vice-Presidente); professora Luiza Marta Bellini (secretária geral); professor Evandir Codato (1.º secretário); professora Maria de Fátima Garcia (1.ª tesoureira); professor Marcio Mendes Rocha (2º tesoureiro). (ATA de CRIAÇÃO DO SESDUEM, 2007)

Cabe dizer que essa iniciativa foi logo motivo de polêmica e litígio. O processo de criação de um sindicato específico dos docentes (seção sindical) chegou a ser questionado juridicamente pelo SINTEEMAR, conforme informações descritas no site oficial do SESDUEM:

[...] esta iniciativa foi questionada juridicamente pelo sindicato misto local. Felizmente, tanto em primeira instância, assim como em segunda instância a SESDUEM foi declarada pelo Tribunal Regional do Trabalho, como legítima entidade representativa e substituta processual dos docentes da UEM. Porém, havia uma pendência junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, ou seja, o restabelecimento do Registro Sindical do ANDES – SN, suspenso arbitrariamente e ilegalmente. Após muita luta em 24 de julho de 2009, o Ministério do Trabalho e Emprego restabeleceu o registro do ANDES – SN. (SESDUEM, 2022).

A SESDUEM compõe, assim, essa particularidade sindical e representativa da UEM nas suas múltiplas instâncias organizativas existentes e atuantes no interior da universidade: SESDUEM, AFUEM, SINTEEMAR e ADUEM. E sobre o papel hoje da ADUEM, precursora de todas essas demais, o professor Nelson Martins Garcia assim explicou:

A partir dos anos 2005, a ADUEM, por decisão de suas diretorias, pouco participou dos movimentos, nem mesmo nas discussões políticas, deixando todos os afazeres sindicais para o SINTEEMAR e depois para o ANDES-LOCAL também. Com a construção da Sede Social (Clube Social), dentro do *campus* da UEM, se dedicou apenas aos convênios, planos de saúde e promoções de festas e eventos culturais, desportivas e lazer. Está assim até nossos dias, nessas atividades [...].¹⁶²

Atualmente a UEM conta com 1.548 docentes em exercício (entre efetivos e temporários) (UEM, 2021). No que concerne ao número de filiados à SESDUEM, segundo dados da própria seção sindical, são 324 professores filiados (285 ativos e 39 aposentados). Dos professores filiados ativos, 97% possuem vínculo efetivo com a universidade e apenas 3% como temporário.

¹⁶² Entrevista realizada com o professor aposentado Nelson Martins Garcia, em 24 de fevereiro de 2022.

Quanto aos filiados, não foi possível obter a informação sobre as filiações por *campus*, porque a UEM é *multicampi*, estando presente em diversas outras cidades do estado do Paraná, tais como: Arenito, Cianorte, Diamante do Norte, Goioerê, Umuarama e Ivaiporã. Também não houve retorno por parte da seção sindical quanto à informação do número de filiações dos últimos anos, a fim de compreender se houve aumento ou retração desse quadro.

Com relação à contribuição mensal dos filiados, o art. 27 do Regimento da SESDUEM assim diz:

Art. 27 A contribuição mensal dos filiados à SESDUEM será igual a um percentual dos vencimentos de cada docente pago pela UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ.

1º. A contribuição mensal dos filiados à SESDUEM será igual a um percentual de 0,8% (zero vírgula oito por cento) dos vencimentos ou remuneração dos sindicalizados, sendo repassados 0,2% (dois décimos por cento) para a Tesouraria do ANDES-SN. (SESDUEM, 2017).

A seção sindical informou que não oferece benefícios ou convênios a seus filiados. A sede da SESDUEM fica localizada na Rua Professor Itamar Orlando Soares, Zona 7 de Maringá, no mesmo espaço em que hoje funciona a sede da ADUEM.

4.6 SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ (SINDUNESPAR)

A Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) é uma instituição descentralizada geograficamente formada por sete *campi* nas cidades de Apucarana, Campo Mourão, Curitiba, Paranaguá, Paranavaí e União da Vitória. Como detalha o site oficial da instituição, é a junção de diversas faculdades estaduais com longa trajetória no interior do estado:

A Unespar é jovem, mas sua origem remonta a instituições centenárias, pois nasceu da junção de sete faculdades estaduais: Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí (Fafipa), Escola de Música e Belas Artes do Paraná (Embap), Faculdade de Artes do Paraná (FAP), ambas em Curitiba, Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (Fecilcam), Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (Fecea), Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá (Fafipar), Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória (Fafiuiv), além da Escola Superior de Segurança Pública, vinculada academicamente à Unespar. (UNESPAR, 2022).

A UNESPAR foi criada por meio da Lei Estadual n.º 13.283, de 25 de outubro de 2001, alterada pela Lei n.º 15.300, de 28 de setembro de 2006. Em 2013, mediante

Lei Específica n.º 17.590/2013, ficou definido que sua sede administrativa se localizaria no *campus* de Paranavaí¹⁶³.

Embora solicitado aos canais oficiais da instituição, não foi possível acessar o número atual de docentes a serviço dessa universidade. O que se verificou é que, conforme a Lei n.º 16.555/2010, que quantifica os cargos de professor de ensino superior da carreira do magistério público do ensino superior do Paraná, são previstas para a referida universidade um quantitativo de 1.059 docentes.

No “Relatório Anual de Atividades Acadêmicas e Administrativas da UNESPAR”, datado de junho de 2016, o número de docentes entre efetivos e temporários é de 945. (UNESPAR, 2016). O Censo Acadêmico da SETI, de 2018 (PARANÁ, 2018), o mais atual a que se pôde ter acesso, traz o número de 924 professores – ambos indicam uma inadequação ante o que se garante a Lei n.º 16.555/2010.

De acordo com a pesquisa de Bernardo (2020), no referido ano de 2016, o percentual de professor com vínculo temporário da UNESPAR era de 28,4%. Tendo por base o ano de 2018, esse percentual permanece no mesmo patamar chegando aos 27%.

A complexidade *multicampi* e multirregional também se apresenta na organização sindical. No caso da SINDUNESPAR, a própria descrição do processo de criação da seção sindical pode ser marcada, inicialmente, pela iniciativa de um *campus*.

A seção sindical SINDUNESPAR, hoje Seção Sindical dos Docentes da Universidades Estadual do Paraná, foi oficialmente criada em 2012 e ratificada no 32.º Congresso do ANDES-SN, realizado em março de 2013, na cidade do Rio de Janeiro-RJ, com o nome Seção Sindical dos Docentes Universitários de Paranaguá.

Isso porque, conforme conta o professor João Guilherme Corrêa¹⁶⁴, primeiro presidente da seção sindical, foi na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá (então denominada FAFIPAR), em 2012, que se iniciaram os esforços dos docentes em torno de um sindicato próprio da categoria. Até então, não havia na

¹⁶³ A decisão pela escolha da sede em Paranavaí obedeceu a interesses próprios do governador Beto Richa. O Conselho Universitário da UNESPAR, por sua vez, havia deliberado a decisão de que essa sede fosse na capital do estado. A decisão final sobre onde ficaria a reitoria da instituição passou pela decisão da ALEP em sessão tumultuada em 4 de junho de 2013.

¹⁶⁴ Entrevista realizada com o professor João Guilherme de Souza Corrêa, em 18 de fevereiro de 2022.

FAFIPAR (e em nenhuma outra faculdade que hoje integra o sistema UNESPAR) organização docentes aos moldes sindicais.

Nesse período, nós pensamos se a gente tenta criar uma seção sindical para o *campus* ou a gente já se antecipa ao movimento de criação da UNESPAR e cria uma seção sindical da UNESPAR inteira. [...] Aí fizemos, por Paranaguá mesmo, uma assembleia na sala dos professores. Foi um movimento que teve bastante apoio dos professores, sabe. Fazíamos as assembleias lotadas. A gente fez uma greve na época.¹⁶⁵

Em 2012, foi criada, assim, uma seção sindical do ANDES-SN na FAFIPAR, que posteriormente (ao processo de consolidação da fusão das faculdades que formou a UNESPAR) foi transformada na seção sindical dos docentes da UNESPAR¹⁶⁶. E a sigla SINDUNESPAR, estrategicamente escolhida naquele momento inicial, pôde permanecer após a ampliação da seção sindical para além dos limites de Paranaguá.

FOTOGRAFIA 03 – Trecho do Jornal “FOLHA DO LITORAL”, que trata da criação da seção sindical do ANDES na FAFIPAR, 2012.



Fonte: Jornal “Folha do Litoral”, 06/12/2012

A primeira gestão do SINDUNESPAR era composta apenas por professores do *campus* de Paranaguá. A gestão SINDUNESPAR, 2015-2017, por sua vez, foi a primeira gestão *multicampi* da seção sindical. O elemento da distância envolvendo

¹⁶⁵ A mencionada greve tinha relação direta com os movimentos de protestos das seções sindicais em face dos atrasos do governo estadual em pagar a parcela de 2013 da equiparação salarial. Discutiremos mais à frente, nos capítulos 5 e 6, a Lei Estadual n.º 17.280/2012.

¹⁶⁶ A exceção, como relatado no subcapítulo 5.1, da UNESPAR *campus* de Apucarana, que ainda hoje tem sua representatividade sindical docente ao SINDIPROL/ADUEL.

essa realidade *multicampi* é, no entanto, um desafio ainda nos dias atuais, como reflete o professor João Guilherme:

A princípio a gente não sabia nem como organizar as assembleias [...] fazíamos assembleias simultâneas, ao mesmo tempo, e íamos conversando pelo telefone, e a diretoria combinava as mesas em cada local, fazíamos as orientações antes, mas aí na prática na hora a gente definia. Por exemplo, em caso de greve ou saída de greve, era considerado apenas o somatório do total dos votos, um *campus* perdeu, um *campus* ganhou, mas a gente falava que o que valia era a soma total. Não é fácil, a vantagem que tem, acho como uma potencialidade boa da UNESPAR, é que ela é a única seção sindical [das IEES/PR] com sede em Curitiba. Então isso facilitava muito, especialmente na época de greve. [...]. Acho que tem muita dificuldade mesmo, mas esse processo do convívio acadêmico, do trabalho, ele acaba aproximando os professores da universidade também e, conseqüentemente, aproximou as demandas de lutas, de reivindicação. E agora com as facilidades de comunicação, que a gente descobriu ainda mais com a pandemia, a gente consegue conversar e mobilizar mais facilmente com os outros *campi*.¹⁶⁷

Atualmente a perspectiva *multicampi* permanece na composição da gestão do sindicato; a chapa “2021 – unidade na luta: em defesa da autonomia universitária e dos direitos dos/das docentes da UNESPAR” – é composta por professores dos *campi* de Campo Mourão, Paranaguá e Paranavaí.

Uma das particularidades do SINDUNESPAR é a possibilidade de liberação parcial (50% das atividades desempenhadas em ensino, pesquisa e extensão) de seu presidente, para exercer a função no sindicato. No caso do atual presidente, o professor Osmar Martins de Souza, a Portaria (Reitoria/UNESPAR) n.º 933/2021 é o documento que garante ao docente tal direito¹⁶⁸.

Em termos quantitativos, a seção sindical conta hoje 92 professores filiados. Se forem levados em conta os dados do “Censo Acadêmico” (PARANÁ, 2018), o número de filiados representa apenas 9,9% do total de docentes da instituição. O menor percentual de filiações entre as seções sindicais das IEES/PR¹⁶⁹.

A contribuição ocorre mediante o desconto de 1% do salário base do professor. Não foi verificada, no site oficial do sindicato, a oferta de serviços ou benefícios aos

¹⁶⁷ Entrevista realizada com o professor João Guilherme de Souza Corrêa, em 18 de fevereiro de 2022.

¹⁶⁸ Na burocracia estatal do Paraná, existe a Lei n.º 10.981, de 27 de dezembro de 1994, que assegura ao servidor público estadual, eleito dirigente sindical, o afastamento do seu cargo sem prejuízo dos vencimentos. O que se verificou na pesquisa é que são raros os casos de dirigentes que buscam usufruir tal condição e o componente político (de “estar junto da base”) é o principal argumento para a permanência nas funções docentes, mesmo quando é parte integrante da diretoria sindical.

¹⁶⁹ Embora se esclareça aqui que, no montante de 924 professores constantes no censo, consta os que atuam no *campus* de Apucarana (antiga FECEA) e ainda hoje integram a base sindical do SINDIPROL/ADUEL. Se, por exemplo, fossem somados os 38 professores do *campus* de Apucarana, filiados ao SINDIPROL/ADUEL conforme dados de agosto de 2021, esse percentual de docentes sindicalizados na UNESPAR subiria para 14%.

seus associados. A sede da seção sindical, conforme o atual regimento, é na cidade de Curitiba.

4.7 O COMANDO SINDICAL DOCENTE E AS ATUAIS ESTRATÉGIAS DE AÇÃO ARTICULADA ENTRE AS SEÇÕES SINDICAIS DAS IEES/PR

Como forma de se manterem próximas as relações entre os sindicatos docentes das IES paranaenses, foram criadas estratégias de articulação entre as seções sindicais. Uma dessas iniciativas pôde ser visualizada entre os anos de 2015-2017 e recebia o nome de “Fórum dos Sindicatos Docentes do Paraná”. A mais atual refere-se ao Comando Sindical Docente (CSD), um espaço político que engloba representações de todas as seções sindicais do ANDES-SN no Paraná, visando dar coesão à luta sindical docente no interior das IEES.

Por não se constituir em um espaço formalizado, no sentido estrito, o CSD não possui documento de criação, o que dificulta precisar o seu ano de origem. Relatos dão conta de que essa organização das seções, com esse nome, data de 2017.

O coletivo não possui uma sede física definida e passou a funcionar ininterruptamente desde 2018. Por meio desse CSD, são realizadas reuniões em que muitos dos seus posicionamentos (após exaustivamente debatidos) são publicados e assinados de forma conjunta, por todas as seções sindicais.

O CSD também articula a realização de reuniões conjuntas com representações do governo estadual e reitorias, a fim de demonstrar a força de organização do conjunto dos docentes, de forma objetiva, essa organização influencia a criação de pautas únicas que ampliam os mecanismos de pressão política da categoria, especialmente diante do executivo estadual.

FOTOGRAFIA 04 – REUNIÃO DO CSD COM A SETI (14/03/19)



Fonte: PARANÁ (2019)

Outra forma que exemplifica a força conjunta dessa luta sindical ocorre por meio da organização de eventos que discutam a universidade pública paranaense e o trabalho docente. Em agosto de 2019, o CSD organizou, na cidade de Londrina, um seminário para debater conjuntamente a proposta de Lei Geral das Universidades. Na ocasião, a minuta da LGU foi rechaçada pelas representações presentes no seminário (incluindo a representação do movimento estudantil e dos agentes universitários) e seu documento final enviado às reitorias das setes IEES/PR.

FOTOGRAFIA 05 – SEMINÁRIO ESTADUAL SOBRE A LGU (02/08/19)



Fonte: SINDUEPG (2019)

Da mesma forma e com o mesmo intuito de um trabalho articulado e de ampliação da força política no estado do Paraná, as seções sindicais do ANDES-SN

fazem uso da histórica relação com a Regional Sul do ANDES-SN. Seu escritório fica localizado na cidade de Curitiba e corresponde à representação física/administrativa do ANDES-SN na região.

A atual diretoria do Escritório ANDES SUL é composta de seis cargos, a metade dos quais é hoje ocupada por professores/professoras das IEES paranaenses: prof. Edmilson Aparecido da Silva (UEM) – primeiro vice-presidente; profa. Silvia Alapanian (UEL) – segunda secretária; e prof. Gilberto Grassi Calil (UNIOESTE) – segundo tesoureiro¹⁷⁰.

¹⁷⁰ Os demais cargos correspondem aos/às professores/as: Edivane de Jesus (UFSC) – segunda vice-presidente; Fernando Correa Prado (UNILA) – primeiro secretário; Altemir José Borges (UTFPR) – primeiro tesoureiro. Dados confirmados, por e-mail, pela própria Regional Sul ANDES, em julho de 2022.

CAPÍTULO 5

ELEMENTOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS QUE CARACTERIZAM O PERÍODO 2011-2018 E A GESTÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO PARANÁ

Este capítulo configura-se como um conjunto de esforços que visa contextualizar o período e o objeto de pesquisa delimitado nesta investigação. Tendo por base uma conjuntura que se recicla e retoma elementos econômico-políticos de cunho (neo)liberal, o período que contempla os anos de 2011 a 2018 marca a gestão de um político adaptado ao discurso da gestão eficaz, austera e moderna.

Considera-se relevante, na referida contextualização, apresentar inicialmente importantes elementos antecedentes ao período 2011-2018, como forma de demonstrar (mediante o uso de pesquisas anteriores) os rebatimentos ao sistema paranaense de ensino superior das orientações internacionais dos anos 1990 em suas políticas de Reforma do Estado.

Na sequência, como forma de caracterizar o período em voga, são feitas inicialmente considerações sobre as bases políticas e as concepções econômicas que caracterizaram a atuação política do governador Beto Richa; por fim, são desenvolvidas apresentações e análises das principais normas, ações e atitudes realizadas por órgãos do governo que, notoriamente, chocaram com o princípio de gestão didático-científica e de gestão administrativa, financeira e patrimonial das universidades e, diretamente/indiretamente, rebateram a carreira do magistério no ensino superior nessas IEES.

Continuando ainda a proposta da pesquisa até aqui realizada, falas dos sujeitos entrevistados são inseridas no decurso deste capítulo, como forma de ilustrar a visão e o posicionamento do sindicalismo docente das IEES/PR diante das situações aqui apresentadas que caracterizam o período em questão.

5.1 O PASSADO RECENTE DA GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO PARANÁ: CONSIDERAÇÕES SOBRE ELEMENTOS ANTEDECENTES AO PERÍODO 2011-2018

O período que compreende os anos de 2011 a 2018 é marcado pelo discurso de austeridade, eficiência e modernização da gestão pública no estado do Paraná. À frente desse processo, o governador Beto Richa alinha sua governança aos

pressupostos políticos e ideológicos da concepção de Estado mínimo com a consequente maior participação privada na oferta de serviços.

Entretanto, cumpre destacar que, acompanhando um processo global da economia, na década de 1990, o Paraná adentrou solidamente o modelo neoliberal de gestão e concepção do Estado. As administrações Jaime Lerner, entre 1995 e 2003, são paradigmáticas desse processo.

Presente no cenário político paranaense desde 1971¹⁷¹, Jaime Lerner consolidou uma imagem política e pessoal alinhada à visão tecnocracia (de prevalência técnica sobre o político) e ao privatismo. É no urbanismo que a alcunha tecnocrata de Lerner vai evidenciar-se, tornando-se a base técnica da sua respeitabilidade política e a justificativa para a sua projeção. (TAVARES, 2004)

Na trajetória política de Jaime Lerner aparece também, de forma marcante, a vinculação com o setor privado. A criação do IPPUC [Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba], voltado à implementação de um modelo de urbanismo vinculado à perspectiva do desenvolvimentismo industrial (DÓRIA, 2001; OLIVEIRA, 1995), origina uma relação com o empresariado, que permanece como base política. Daí ser o *privatismo* um dos princípios fundantes da lógica lernista. Há uma relação visceral com o capital, que marca a visão de Estado e a concepção de serviço público, que vai além da simples transferência da manutenção e responsabilidade pelas políticas públicas para o setor privado, aquilo que denominamos privatização. Com a denominação *privatismo* queremos designar um *ethos*, uma cultura, uma ótica a partir da qual se observa, se analisa, se concebe e se implementam essas políticas. (TAVARES, 2004, p. 26)

Jaime Lerner ingressou no setor público dentro de um grupo técnico participante do governo Ney Braga (1961-1964). A esse grupo político foi cunhado o termo “neyismo” (KUNHAVALIC, 1999 e DÓRIA, 2012). O neyismo configura-se pela participação de membros com um perfil marcadamente tecnocrático e, por vezes, com vários deles transitando entre a iniciativa privada e o setor público.

Para Kunhavalic (1999), Ney Braga tinha um projeto político no qual era necessário constituir um grupo político que ocupasse cargos estratégicos, seja na administração pública ou em partidos políticos.

Entre os nomes listados por Kunhavalic (1999) neste grupo, podem ser citados: Saul Raiz; Karlos Heinz Rischbieter; Maurício Schulman; Reinhold Stephanes; Luiz Antônio Fayet; entre outros. Vários desses manterão vínculo e influência no período de domínio político de Jaime Lerner no estado do Paraná, como analisa o autor:

Jaime Lerner formou-se politicamente na escola do neyismo e no período da ditadura militar, tendo a sua projeção política feita pelas mãos de Ney Braga. A sua passagem pelo PDT de Leonel Brizola foi apenas uma estratégia

¹⁷¹ Lerner foi indicado pelo governador Haroldo Leon Perez à prefeitura de Curitiba.

política, visto que não há nenhuma proximidade ideológica entre ambos. Mas Lerner retorna formalmente ao antigo leito, ingressando no PFL (Partido Frente Liberal) de Antônio Carlos Magalhães e de Ney Braga. (KUNHAVALIC, 1999, p. 208)

Gozando de bastante prestígio, advindo do período em que esteve à frente da prefeitura de Curitiba pela última vez (1989-1992), Lerner candidatou-se ao governo do estado. Na construção do seu programa de governo, estiveram à frente de sua organização Luiz Antônio Fayet, Karlos Rischbieter e Cássio Taniguchi.

Taniguchi é político que advém de trajetória semelhante à de Lerner, centrada na prevalência técnica. Engenheiro eletrônico, possui longa relação política e profissional com Jaime Lerner, sobretudo atuando no IPPUC, na questão do planejamento urbano.

Fayet é economista, empresário e político brasileiro, tendo desempenhado diversos mandatos na Câmara Federal. Foi presidente do Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP) e, durante o governo Collor de Melo, nos anos 1990, Fayet assumiu importante posição dentro do Banco do Brasil. Foi um dos fundadores do Grupo de Empresários de Curitiba, que atuava fortemente nos interesses políticos e econômicos do empresariado (COUTO, 1998). Assim como Taniguchi, era companheiro de longa data de Lerner.

O engenheiro Karlos Rischbieter participou ativamente da campanha para o governo, em 1994, inclusive colaborando financeiramente. Segundo Couto (1998), atuou direta e indiretamente na gestão Lerner à frente do estado, indiretamente como consultor do governador e diretamente por meio do cargo de presidente do Instituto Paraná de Desenvolvimento (IPD).

Nessa função consultora, Rischbieter agregou sua influência para a forte interação entre o poder público e a iniciativa privada – sendo esta uma das características do governo Lerner. (COUTO, 1998). Para Kunhavalic: “[...] Rischbieter teria um importante papel nestas relações, pois que circula por funções no poder público ao mesmo tempo em que atua como conselheiro de empresas nacionais e multinacionais”. (KUNHAVALIC, 1999, p. 209)

Com uma centralidade no planejamento estratégico, o referido plano de governo para as eleições de 1994 pautava-se, ainda, na crítica ao período anterior de

domínio político do PMDB no estado¹⁷². Essa crítica consistia, em termos gerais, em que, nos governos anteriores, o Paraná não obteve um programa de desenvolvimento econômico em longo prazo ou uma visão contextualizada de desenvolvimento. (LIMA, 2007)

Jaime Lerner saiu candidato ao governo do Estado tendo como vice na sua chapa Emília Belinatti, mulher de Antonio Belinatti, político de grande influência na região norte e na qual Lerner não tinha muita força política. Para apoiar a candidatura lernista foi formada uma coligação chamada Movimento Paraná Novos Caminhos, composta pelo PDT, PTB, PFL, PV e PSDB, partido que no plano federal elegeu o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. O principal adversário de Lerner no pleito ao governo era Álvaro Dias, candidato pela coligação PMDB, PPR, PMN e PP. Jaime Lerner venceu ainda no primeiro turno [...]. (LIMA, 2007, p. 43)¹⁷³

Segundo Dória (2012), além do planejamento estratégico, a área de transportes, com ênfase para as rodovias, era um aspecto a que foi dada relevância na sua proposta de governo. Para a pasta dos transportes, o nome do engenheiro Deni Schwartz (que fora secretário dos Transportes e, no plano federal, chegara a titular do Ministério do Desenvolvimento Urbano) foi o escolhido. Dória (2012) destaca que Deni estava ciente e bem informado a respeito das tendências de descentralização e privatização do setor, as quais se difundiam pelo país por meio das visões político-econômicas do governo federal.

O decorrer do primeiro governo de Lerner foi marcado pelas premissas do desenvolvimento industrial do estado que se consolidou pela atração de empresas, sobretudo automotivas, para o Paraná.

A chegada dessas empresas estrangeiras provocou uma reviravolta na economia paranaense, levando alguns analistas a denominarem que o Paraná teria um novo ABC, numa alusão à região paulista considerada um grande polo automobilístico. Os benefícios atrativos concedidos pelo governo foram muitos, como: isenção de imposto, infraestrutura básica nas regiões escolhidas e financiamentos que garantiriam a construção e instalação das mesmas. As empresas recebem todos os benefícios e em troca repassa [sic] ao Estado apenas um protocolo de intenções, ou seja, um documento que não garante a permanência das montadoras se algum dos pré-requisitos exigidos não for completamente atendido. (COUTO, 1998, p. 104)

No tocante às privatizações, Lerner concretizou, no seu período à frente do governo estadual, duas importantes vendas de estatais: a telefônica TELEPAR (Telecomunicações do Paraná), privatizada em 1998; e o Banco Banestado, privatizado em 2000. Sobre o banco, Lima (2007) analisa que, no programa de

¹⁷² Na ocasião, foi período longo em que estiveram à frente do governo no estado os peemedebistas José Richa (1983-1986), João Elísio Ferraz Campos (1986-1987), Álvaro Dias (1987-1991) e Roberto Requião (1991-1994).

¹⁷³ Conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral (BRASIL, 2022a), nas Eleições 1994, Jaime Lerner obteve 54,85% dos votos válidos e Álvaro Dias 38,55%.

governo do então candidato Jaime Lerner, não era mencionado o interesse dessa venda; ao contrário, Lerner afirmava nesse programa que “se elegendendo governador, seria um defensor do banco e de seus funcionários e que garantiria a valorização profissional e a função social da instituição”. (LIMA, 2007, p. 82)

Diferente dos casos acima concretizados, a privatização da Companhia Paranaense de Energia (COPEL) não se consolidou e se constituiu numa derrota para o governo Lerner. Na ocasião desse processo, houve uma intensa mobilização contrária à venda por parte da população, das entidades representativas e dos partidos de oposição e um movimento de contestação que não foi visto na mesma proporção por ocasião das privatizações da TELEPAR e Banestado.

O movimento contrário à privatização da Copel conseguiu mobilizar várias entidades como o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o SENGE – Sindicato dos Engenheiros do Paraná, a Associação Comercial do Paraná na figura de seu presidente Marcos Domakoski, políticos da oposição como Osmar Dias, Álvaro Dias e Roberto Requião, Igrejas, além de um Fórum Popular constituído por dezenas de entidades. (LIMA, 2007, p. 83)

Outro ponto do processo de privatização ocorreu na área dos transportes com o firmamento dos contratos com as seis concessionárias de rodovias que atuariam no Anel de Integração. Com o discurso de aprimoramento dos serviços e redução dos custos ao erário público, a gestão Lerner utilizou-se das prerrogativas da recém-criada Lei Federal n.º 9.277, de 1996, para realizar as concessões das rodovias estaduais e federais à iniciativa privada pelo período de 24 anos.

O Paraná foi um dos primeiros estados do país a realizar tal movimento de privatização de rodovias. Para Tavares, “o Paraná teve o privilégio de ir gestando uma concepção privada de público com mais antecedência que outros Estados”. E as gestões Jaime Lerner tornaram-se paradigmáticas da radicalidade e transparência desse processo no estado. (TAVARES, 2004, p. 26)

Como analisa Sousa (2013), o período Lerner foi marcado pela entrada de capital e investimentos internacionais associados ao processo de privatização de setores públicos; e o efeito dessa política de concessão aos interesses privados resultou na redução de investimentos nos setores sociais.

Foram ainda realizados empréstimos financeiros para atender aos interesses do governo que tiveram, como contrapartida do estado, o consentimento para a implementação de políticas de acordo com a lógica liberal do Banco Mundial. (SOUSA, 2013)

No âmbito da gestão educacional, como apresenta a pesquisa de Sousa (2013), as orientações do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) indicavam a mesma lógica da eficiência apresentada na Reforma do Estado. Encaminhamentos acordados com o Banco para a Educação do Paraná davam ênfase em elementos, tais como: a descentralização em consonância com a participação; a autonomia; e a responsabilização.

Lerner implementou uma gestão educacional considerada na sua ótica mais moderna e eficiente. Buscou tornar a escola como uma empresa, com clientes que deveriam ser bem atendidos. Fomentou a ideia da educação como uma mercadoria a ser acessada e estimulou a lógica da competição entre as escolas. Em suma, baseada numa lógica da administração empresarial, da produtividade (produzir mais, com menos custo), da meritocracia e do lucro consistente – a ser baseado nos menores índices de reprovação e evasão. (SOUSA, 2013)

Para o ensino superior, são diversos os fatores a serem elencados que caracterizam o período em questão. De início, Camotti (2006) afirma que o Paraná não ficou imune às orientações do Banco Mundial também para a área do ensino superior e, nas duas gestões de Jaime Lerner, foi possível perceber a tentativa de implantação de muitos princípios neoliberais no ensino superior do estado.

Nossa hipótese é a de que as ações do governo por meio da elaboração dos projetos nº 11.500/96, nº 564/96 e 032/02 estão em estreita relação com as orientações das agências internacionais aos países em desenvolvimento, na década de 90. O primeiro prevê a regulamentação de prestação de serviços pelas universidades, o segundo o fim da gratuidade do ensino e o terceiro é a tentativa de transformar as universidades públicas paranaenses em Agências Sociais Autônomas com autonomia 'financeira'. Procuramos evidenciar que a Reforma Educacional no Paraná (1995-2002) responde a mudanças da ordem político econômica mundial numa perspectiva privatista. (CAMOTTI, 2006, p. 54)

Foi necessário um amplo processo de mobilização da comunidade universitária para impedir, naquele momento, a aprovação e vigência desse movimento de reforma/privatização do ensino superior no Paraná. Destacam-se as oposições realizadas pelo Comitê em Defesa do Ensino Superior Público do Paraná¹⁷⁴ e pela União Paranaense dos Estudantes.

¹⁷⁴ Conforme Bosi, Reis e Souza (2014) relatam, o referido Comitê foi criado em 25/9/1988, durante o 4.º Encontro das IEES/PR, realizado em Londrina. O Comitê é composto por diversas entidades: sindicatos de trabalhadores do ensino superior, associações docentes (posteriormente, seções sindicais do ANDES-SN), associações de servidores técnico-administrativos e diretórios centrais de estudantes.

Com a entrada do seu segundo mandato, 1998, Lerner persistiu na sua tentativa de reformar o ensino público superior do Paraná. Com a apresentação da proposta de “concessão de autonomia” às IEES/PR, o governador retomou oficialmente a sua agenda que pretendia transformar as IEES em Agências Sociais Autônomas.

Em novembro de 1998, a SETI inicia um processo de negociações com a APIESP com o objetivo de ‘conceder’ a autonomia às universidades e faculdades estaduais paranaenses. Desse processo de negociações estabelecido entre a SETI e APIESP, resulta a assinatura do ‘Termo de Autonomia’ que concede provisoriamente a autonomia financeira à IEES. (CAMOTTI, 2006, p. 69)

Nesse mesmo ano, foi instituído o Conselho de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado – CRAFE¹⁷⁵, que tinha, por principal objetivo, o equilíbrio fiscal entre as receitas e despesas do estado. As ações desse conselho logo foram motivos de embate às IEES, à medida que suas ingerências configurariam em ataques diretos à autonomia financeira das universidades.

Assim, em linhas gerais, as sucessivas tentativas de ataque à autonomia universitária configuraram-se como um importante elemento da relação entre IEES/PR e a segunda gestão de Jaime Lerner. O estabelecimento de metas e a indicação de desempenho como condição para o recebimento de recursos, por meio do termo de autonomia, indicaram claramente a concepção que a gestão Lerner tinha da autonomia universitária.

Infere-se que é este o ‘conceito’ de autonomia que Jaime Lerner pretende adotar no Paraná. Neste sentido, o ‘Termo de Autonomia’ é a experimentação da privatização no Estado. Na prática, ele acentua, naquele momento histórico, o sucateamento das IEES e provoca a resistência de setores da sociedade e da universidade, na defesa do caráter público e gratuito da universidade paranaense. (CAMOTTI, 2006, p. 77)

Para Reis (2002), a assinatura desse termo de autonomia abriu caminho para o aprofundamento da privatização do ensino superior no estado do Paraná, dando margem para a introdução do financiamento privado nas IEES, como complemento ao financiamento estatal. Implicitamente também desobrigou o Estado da sua responsabilidade de financiar integralmente o ensino superior público.

Ademais, embora o período Lerner tenha registrado aumento no número de matrículas no ensino superior paranaense (uma das recomendações do Banco Mundial), não veio acompanhado do devido aumento real do montante de recursos repassados às IEES/PR, ao contrário. (REIS, 2002)

¹⁷⁵ Decreto Estadual n.º 4.959/1998.

Tal fato levou os servidores da UEL, UEM e UNIOESTE a deflagrar, entre 2001 e 2002, uma das mais longas greves registradas no estado¹⁷⁶. Era uma resposta de servidores que, entre outros fatores de precarização do trabalho, estavam com seus salários congelados desde 1997¹⁷⁷.

O Anteprojeto de Lei n.º 032/2002, organizado por iniciativa da SETI¹⁷⁸, propunha um ataque à autonomia universitária:

O anteprojeto de lei de 'Autonomia Universitária' do governo Lerner evidencia uma política neoliberal para o ensino superior. Ele contempla vários aspectos sugeridos pelas Agências Internacionais para as universidades: a diversificação das fontes de financiamento, a flexibilidade de organização das instituições, o ensino pago, o estabelecimento de parcerias com a comunidade, a mudança no papel do Estado de gestor para avaliador da política educacional, a prestação de serviço pelas IEES e o fim do regime jurídico único, dentre outros. (CAMOTTI, 2006, p. 80)

O referido anteprojeto golpeava ainda diretamente a carreira dos servidores das universidades, visto que estabelecia a revogação da Lei Estadual n.º 11.713/1997, que dispõe sobre a carreira do pessoal docente e técnico-administrativo das IEES/PR, de modo que uma série de conquistas trabalhistas desses servidores poderia ter um fim. (CAMOTTI, 2006)¹⁷⁹

No geral, pode-se afirmar que as gestões Lerner consolidaram a administração pública num formato gerencial, mais flexível e ágil, sendo assim compatível com a atual fase do capitalismo global e competitivo. Ainda, como sumariza Sousa,

[...] por meio da descentralização como uma das suas ações prioritárias, foram transferidas funções da burocracia central para estados e municípios e para as nominadas organizações sociais, constituídas como entidades de direito privado, públicas não-estatais que atenderiam aos serviços de saúde e educação, considerados fundamentais, entretanto não exclusivos do Estado. A ideia reside em mecanismos de transferência de responsabilidades de forma a avaliar que o Estado reduza seus gastos em investimentos públicos e ainda garanta e fomente a lógica de reprodução do mercado capitalista nos seus inúmeros tentáculos. (SOUSA, 2013, p. 97)

¹⁷⁶ Reforça-se que a greve das universidades estaduais de 2001-2002, seus motivos e a forma autoritária que o governo Lerner lidou com os grevistas, serão mais bem desenvolvidos no capítulo 6 desta tese.

¹⁷⁷ Em março de 2002, após a greve, um novo reajuste salarial (de 13,55%) foi concedido pelo governo Estadual. Ao todo, conforme dados de Reis e Júnior (2014), a gestão Lerner concedeu, nos oito anos, quatro reajustes salariais, somando 63,55%. A inflação no período chegou a 116,83%, de modo que os docentes ainda assim acumularam no período significativas perdas salariais.

¹⁷⁸ A então secretaria organizou, em 1999, três *workshops* sobre a autonomia universitária, apresentando diferentes experiências (inglesa, paulista e portuguesa). Esses encontros fizeram parte do Fórum de Gestão Universitária e visavam concretizar, de forma participativa, uma proposta de autonomia (em lei) para as universidades paranaenses.

¹⁷⁹ Ao final, após a reação organizada da comunidade universitária, com destaques à greve de 2001-2002, o Projeto n.º 032/2002 foi retirado de pauta na ALEP.

Além da terceirização dos serviços, investiu-se também na contratação de força de trabalho temporária, o que impedia a realização de concursos para o provimento de cargos em diversos órgãos do estado, inclusive as universidades. Essas medidas evidenciam-se como instrumentos de que o governo estadual se utilizou para “enxugar” as despesas do estado ao máximo possível, e a forma de lidar com eventuais descontentamentos dos servidores era mormente autoritária e violenta. (REIS, 2002)

Dados de Reis e Júnior (2014) revelam que a gestão Lerner, no seu primeiro mandato, destinou, em média, 8,04% da receita de impostos para a manutenção e desenvolvimento da educação superior. No segundo mandato, essa média ficou em 6,15%, indicando uma curva descendente dos recursos destinados à educação superior pública do Estado.

Lerner também, cabe lembrar, promoveu uma ampla reforma da previdência social estadual por meio da criação de um serviço autônomo (empresa privada) denominada ParanaPrevidência, conforme a Lei Estadual n.º 12.398/1998. O governador Lerner chegou a ser convidado para participar de um evento organizado pelo Banco Mundial nos Estados Unidos, a fim de compartilhar a “exitosa” experiência previdenciária da sua gestão.

Elementos próprios dessa Reforma do Estado, trazidos nos governos Lerner, constituem componentes centrais do governo Beto Richa, de modo que inequivocadamente esses reflexos privatizantes se apresentam na gestão do sistema de ensino superior público. Nas palavras da pesquisadora Souza (2013):

Com efeito, esses mecanismos, intenções e ações presentes no governo Lerner e que se constituem como elementos centrais no governo Beto Richa são resultado da própria lógica da Reforma do Estado brasileiro orientada pelos organismos internacionais sob a perspectiva liberal de favorecer a ordem de manter e reproduzir o capital. (SOUSA, 2013, p. 97)

Como será tratado à frente, com um discurso de eficiência e aprimoramento da gestão pública, Richa trouxe, em seu plano de governo, uma ideia de “visão de futuro” e integração entre governo e sociedade, bem semelhante ao que vários documentos do Banco Mundial apresentavam em anos anteriores. (SOUSA, 2013)

Com relação ao período posterior (2003-2010), sob a responsabilidade do governador Roberto Requião (PMDB), serão tecidas a seguir algumas considerações e a relação dele com o sistema público de ensino superior paranaense. Dá-se a importância dessa contextualização, visto que Requião é o antecessor de Beto Richa à frente do governo paranaense.

A princípio, como destacam Paiva e Reis (2010), Requião se apresentou na campanha eleitoral a governador do estado como um candidato comprometido com as mudanças, opondo-se à administração neoliberal que o antecederia.

De fato, a gestão anterior configurou-se como principal justificativa para adotar medidas antipopulares a serem executados pelo governo Requião nos seus primeiros anos de mandato. Alegando uma “herança maldita”, o governo propôs, em 2003, uma redução em 30% das despesas de custeio em todas as secretarias. (BOSI; REIS, 2004)

No âmbito do ensino superior, foi proposta uma política de reestruturação de todo o sistema estadual público, incluindo a suspensão da implantação de novos cursos de graduação nas universidades paranaenses. Para Altoé (2007), essa série de intervenções foram marcadas pelo autoritarismo das decisões.

Assim que assumiu o governo do estado, em 2003, o Sr. Roberto Requião, promoveu uma das mais autoritárias intervenções já vivenciadas pela IES-PR. Com a justificativa de que havia irregularidades na criação de cursos de graduação do governo anterior (o que jamais foi comprovado), fechou 49 cursos que estavam em funcionamento, gerando um caos entre alunos, professores, técnicos-administrativos e nas comunidades onde os cursos foram criados e implantados. (ALTOÉ, 2007, p. 104)

O alegado déficit orçamentário nas contas do estado justificou a negativa do governo estadual ante a demanda de servidores pelo reajuste salarial. Essa questão fiscal motivou ainda, em 2003, a medida de redução da SETI no custeio das universidades para 15%.

Uma breve análise da arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICMS) e da Receita Orçamentária em 2003 e 2004, feita por Reis e Júnior (2014), demonstra a fragilidade dos argumentos do governo.

De acordo com informações disponibilizadas pela Secretaria da Fazenda, por meio dos Balanços Gerais do Estado (PARANÁ, 2003-2010), houve um crescimento da receita orçamentária nos anos de 2003 e 2004 na ordem de 10,04 e 17,18%, respectivamente. Quanto ao ICMS, o crescimento foi ainda maior: em 2003 o crescimento foi de 19,69% e em 2004 de 16,23%. O crescimento expressivo da arrecadação tributária do Estado nos dois primeiros anos do Governo Requião, bem superior à inflação acumulada, pôs por terra o argumento do déficit orçamentário utilizado pelo governo estadual como justificativa para a implantação de uma política de contenção da expansão da rede estadual de Educação Superior e para o arrocho orçamentário imposto às IEES paranaenses. (REIS; MELO JÚNIOR, 2014, p. 299)

Para os autores, esse projeto de racionalização administrativa tinha, por objetivo maior, conter os gastos com as IEES paranaenses e desobrigar o estado de seu financiamento integral. Esse fato demonstrou grande distância entre o discurso eleitoral de Requião e sua prática governamental. (REIS; MELO JÚNIOR, 2014)

Avalia-se que a contenção de despesas com a educação superior, iniciada no governo Lerner, permaneceu na gestão de Requião, sobretudo durante o período de reestruturação das IEES/PR – 2003 a 2005 –, período em que o reajuste salarial dos docentes¹⁸⁰ e técnicos-administrativos foi adiado e o governo estadual chegou a ameaçar as IEES com a redução do número de professores em regime de tempo integral e dedicação exclusiva. (REIS; MELO JÚNIOR, 2014)

Manteve-se a situação de subfinanciamento das universidades, avançou-se na restrição da já combatida autonomia universitária e na aplicação de um ajuste interno com a não autorização de contratação, por meio de concurso público, de servidores docentes e técnicos em número suficiente, na precarização das condições de oferta da Educação Superior e no arrocho salarial. (REIS; MELO JÚNIOR, 2014, p. 301)

A pesquisa de Reis e Melo Júnior (2014) apresenta que a gestão Requião destinou uma média de 4,67% da receita de impostos para a educação superior no seu primeiro mandato. No segundo mandato, foram destinados 5,75%. Mesmo com o aumento de recursos destinados, não houve superação completa da situação de subfinanciamento das universidades, afirmam os autores. Nos oito anos de mandato, o governo Requião destinou às universidades, em termos reais, menos recursos que o governo Lerner.

No tocante à política salarial, docentes foram contemplados com seis reajustes salariais no período Requião que totalizaram, em média, 82,22%. Tendo por base que, no mesmo período, a inflação acumulada registrou 56,46%, foram apresentados ganhos salariais na ordem de 16,46%, fato que não ocorreu na gestão de Lerner.

Tais reajustes resultaram de duas revisões da carreira docente, realizadas em setembro de 2005 e setembro de 2008. Além da revisão da carreira, os docentes obtiveram reajustes salariais anuais a partir de 2007, como decorrência da revisão anual de salários (data-base). No Governo Requião foi aprovada a Lei Estadual 15.512/2007, que garante a todos os servidores públicos do Estado do Paraná o direito à revisão geral anual de salários. Tal revisão deve ser realizada em 1º de maio (data-base) e deve repor integralmente a inflação acumulada, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, nos 12 meses anteriores. (REIS; MELO JÚNIOR, 2014, p. 305)

Outro aspecto relevante da gestão Roberto Requião que apresenta rebatimentos diretos à carreira docente e à universidade pública paranaense foi a promulgação da Lei Complementar n.º 108, de 18 de maio de 2005. A referida lei dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado, para atender à

¹⁸⁰ Dados apresentados pelos docentes (ADUEL, 2005) contabilizavam, em abril de 2005, que o índice de perdas salariais computados desde 1997 era na ordem de 81,69% (ICV-DIEESE) ou 80,85% (INPC-IBGE).

necessidade temporária e excepcional de interesse público. É um marco importante para um movimento de precarização do trabalho docente nas IEES paranaenses.

Ao analisar a fundo esse modelo flexível de contratação, Bernardo comenta:

É, nessa modalidade de contrato que os professores temporários são vinculados às instituições de ensino da rede estadual de ensino e às IEES do Paraná. Partindo do embasamento jurídico, a característica principal do Cres é sua natureza temporal, ou seja, de temporalidade e de excepcionalidade, sendo seu objetivo principal atender à necessidade do interesse público, até que se providencie a realização do concurso público. Assim sendo, a relação contratual se dá pelo vínculo de natureza jurídico-administrativa, configurando-se como servidor temporário, não estando vinculado nem ao regime estatutário, nem ao regime celetista. Não acessam, portanto, nem os direitos dos estatutários e [sic] nem os direitos celetistas, como por exemplo, o FGTS. A contratação flexível, que deveria ser provisória e transitória, acaba tornando-se uma das principais modalidades de contratação acionada pelo governo para manter as atividades docentes nas estaduais do Paraná. Nesses termos, a incerteza e a insegurança são constantes na vida dos docentes temporários. Incertezas quanto ao futuro, quanto ao trabalho no próximo semestre ou ano letivo, quanto à abertura ou não de novos testes seletivos, quanto à aprovação, e se aprovado, incerteza quanto à convocação e duração do vínculo. É um ciclo vicioso, em que inseguranças e incertezas se retroalimentam devido à condição contratual flexível. (BERNARDO, 2020, p. 141)

A autora esclarece que, diferentemente da esfera federal que fixa um percentual limite de temporários (20% do total do quadro de servidores estatutários), no Paraná inexistente tal delimitação. Essa questão possibilita a subversão do caráter emergencial pelo qual a lei foi criada e viabiliza a realocação de recursos pelas contratações temporárias sem a mínima restrição. (BERNARDO, 2020)

Segundo dados apresentados, o percentual médio de professores na condição temporária saltou de 12,6% em 2002¹⁸¹ para 25,0% em 2017. “Em síntese, os dados comparativos entre 2002 e 2017 indicam um crescimento de 38,3% do contingente efetivos, enquanto os temporários cresceram 235,9% no mesmo período”. (BERNARDO, 2020, p. 147)

Ademais, Altoé (2007) denuncia a postura, por vezes, autoritária e centralizadora do ex-governador, sobretudo na sua relação com as IEES/PR. É mencionada em sua pesquisa o Decreto n.º 2.807, de 2004, que centralizou na SETI a aprovação de projetos de ensino, pesquisa e extensão.

O Decreto 2.807 visava também diminuir o número de professores em regime de dedicação exclusiva à universidade, precarizar o trabalho científico, com a substituição de professores de carreira efetiva por professores colaboradores (professores contratados por tempo determinado), e centralizar a ciência em Curitiba. Os atos de centralização político-

¹⁸¹ Antes de 2005, as contratações para suprir as demandas urgentes e temporárias da universidade eram reguladas pela CLT.

econômico-intelectual na capital do estado contrariam a Constituição do estado do Paraná. (ALTOÉ, 2007, p. 105)

O Decreto n.º 3.498, de 2004, por sua vez, impôs uma prática que chegou ao limite do constrangimento a docentes, pois exigia que todas as viagens ao exterior (inclusive as que já possuíam recursos de órgãos de fomento à pesquisa para o pagamento de passagens, taxas de inscrições, diárias) passassem pela autorização do governador Requião para a sua realização.

E na mesma linha de interferência sobre a autonomia universitária, Requião editou o Decreto n.º 5.098, de 2005, que condicionava a participação de docentes em seminários, congressos, simpósios, visitas técnicas e eventos assemelhados a uma série de critérios definidos por esse instrumento jurídico.

Em termos de postura e afronta à autonomia universitária, há ainda o caso envolvendo a eleição para a reitoria da UNIOESTE, em 2008. Na ocasião, o governador Roberto Requião nomeou para a reitoria Alcebíades Luís Orlando, o segundo colocado na eleição, desrespeitando o resultado do pleito realizado pela comunidade universitária local¹⁸².

Pesando a questão da autonomia universitária e a postura, por vezes, autoritária do ex-governador, um docente ex-diretor de seção sindical expressou, assim, a sua percepção daquele momento histórico sob a condução do peemedebista Roberto Requião:

O governo Requião não deixa saudades do ponto de vista do respeito da autonomia universitária, foi um governo que fechou cursos, que editou um decreto proibindo professor de sair do país e do Estado para Congresso. Nós tivemos professores que iam receber prêmio na Itália, por trabalhos relevantes na área indígena, e o Requião escreve no despacho que turismo apenas nas férias. Era assim que nós éramos tratados. [...] Foi um governador que não respeitou uma eleição, na UNIOESTE, ele nomeou o segundo. Então muita coisa que as pessoas falam do governo Bolsonaro, Requião fez também e é um governo considerado de esquerda. Então eu não vejo grande diferença, em alguns aspectos. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL ADUNICENTRO2)**¹⁸³

No geral, o governo Roberto Requião caracterizou-se pela dificuldade em compatibilizar o seu discurso abertamente antineoliberal, defensor dos interesses

¹⁸² No Paraná, a nomeação do reitor de universidades estaduais é atribuição do governador com base em uma lista de nomes (ver Lei Estadual n.º 8.345/1986). Historicamente há o respeito do gestor estadual à consulta feita à comunidade universitária mediante o voto.

¹⁸³ Em entrevista à Rádio Paiquerê, em 25 de maio de 2005, o então governador Roberto Requião assim respondeu sobre os riscos de uma universidade pública desestruturada perder com a evasão de professores (um argumento, como visto na fala do docente, recorrente): “[...] essa conversa de que podemos perder cérebros é uma conversa para boi dormir. Se um bom professor sai de uma universidade pública e vai para uma universidade privada, o Paraná não perde nada, nem o Brasil”. (ADUEL, 2005)

nacionais e da presença estatal nas políticas sociais; com a prática governamental, está caracterizada pela implementação de ações, sobretudo no âmbito do ensino superior, que reduziram o financiamento em patamares inferiores ao do governo anterior.

Com esse cenário antecedente que Beto Richa assumiu o governo em 2011 e deu rumo às políticas públicas no estado do Paraná, em especial aquelas que detinham relação com o sistema público de ensino superior e as suas instituições estaduais.

5.2 CARACTERIZAÇÃO DO PERÍODO 2011-2018 COM ENFOQUE NO SISTEMA PÚBLICO DE ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO PARANÁ

Este tópico debruça-se sobre os elementos constitutivos dos governos Beto Richa, sobretudo no tocante ao ensino superior público do estado. A árdua tarefa de buscar caracterizar um período amplo que contempla dois governos (2011/2014 e 2014/2018) será feita aqui com apoio em alguns elementos específicos na centralidade das discussões: a começar pela apresentação das bases do político Beto Richa, no intuito de caracterizar melhor a sua trajetória histórica como figura pública e sua visão política e econômica. Contribuirá nesse processo a apresentação dos dois planos de governo registrados no Tribunal Superior Eleitoral, na ocasião da sua candidatura ao governo paranaense em 2010 e 2014.

Outro elemento dessa caracterização passa pelas suas escolhas técnicas e políticas de governo, sobretudo as indicações feitas em postos-chave, como importantes secretarias do seu governo (SEFA, Casa Civil e SETI) e para a sua liderança na ALEP. Com enfoque específico nas áreas de ciência, tecnologia e ensino superior, relatórios financeiros e técnicos demonstraram o montante do financiamento/investimento e as principais ações feitas durante os oito anos.

Por fim, o período é marcado pela relação tensa que esse governo desenvolve com os servidores públicos estaduais, sobretudo a partir do seu segundo mandato. A questão da política de reajuste salarial prevista em lei e algumas medidas de ajuste fiscal (consideradas como amargas medidas ao conjunto desses servidores) são importantes pontos para entender os embates construídos com o sindicalismo dos servidores e, especificamente, dos docentes das IEES.

Assim sendo, no interior de traçar melhor esses supracitados elementos específicos que ajudarão na caracterização desse período amplo que contempla os dois governos Beto Richa, serão utilizadas normas (decretos, leis, ofícios, mensagens) elaboradas com base na gestão do Poder Executivo, no período em questão; serão utilizados ainda relatórios de gestão da SETI e relatórios das contas do governador, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

5.2.1 O governador Beto Richa: trajetória na política paranaense, bases político-econômicas e planos de governo

O político Carlos Alberto Richa nasceu no município de Londrina, em 29 de julho de 1965. É filho de uma relevante personalidade política do Paraná: o ex-governador José Richa, que atuou no governo paranaense entre 1983 e 1986¹⁸⁴. É graduado em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

A sua trajetória política iniciou em 1992, numa tentativa frustrada de entrada à Câmara Municipal de Curitiba, como vereador. Em 1994, no entanto, Richa foi eleito deputado estadual com 22.000 votos pelo Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), reelegendo-se nesse mesmo cargo e partido em 1998, ocasião em que obteve 44.838 votos. (SOUSA, 2013 e PARANÁ, 2022)

Na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP),

Beto Richa atuou como membro das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa. Foi vice-presidente da Comissão de Finanças e membro das Comissões de Constituição e Justiça, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, e de Direitos Humanos e da Cidadania. (PARANÁ, 2022)

Em 2000, Beto Richa foi eleito vice-prefeito de Curitiba numa chapa liderada por Cássio Taniguchi (Partido Frente Liberal – PFL). Nessa mesma gestão, assumiu, em 2001, a Secretaria de Obras Públicas de Curitiba, ficando no cargo de janeiro a outubro do referido ano.

Em 2002, concorreu ao cargo de governador do estado do Paraná, mas não se elegeu. No total, foram 888.796 votos. Na ocasião, a sua coligação era formada pelos seguintes partidos: Partido Social Democrata Brasileiro; Partido Frente Liberal; Partido Social Liberal e o já extinto Partido dos Aposentados da Nação¹⁸⁵. (BRASIL, 2022b)

¹⁸⁴ José Richa também exerceu dois mandatos como deputado federal, foi prefeito de Londrina e senador.

¹⁸⁵ O referido partido foi incorporado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 15 de março de 2007.

Em 2003, Beto Richa tornou-se presidente do PSDB paranaense, reafirmando seu compromisso e ligação com os pressupostos políticos e ideológicos do partido em questão.

Seguindo a sua crescente na trajetória política, alcançou a vitória na prefeitura de Curitiba em 2004 – foram 494.440 votos. Em 2008, foi reeleito prefeito da capital paranaense com 778.514 votos, o que representou na ocasião 77,27% do total de votos válidos nessa eleição. (PARANÁ, 2022)

Em sua biografia, disponível no site oficial do governo estadual, são indicadas algumas das prioridades políticas de Richa na sua gestão como prefeito de Curitiba:

Ao assumir a Prefeitura de Curitiba, no dia 1º de janeiro de 2005, Beto comprometeu-se a fazer uma administração transparente e austera, focada no diálogo permanente com a população. Também assumiu o compromisso de priorizar a educação e a saúde, bem como fazer um esforço concentrado da Prefeitura para levar obras, ações e melhorias para as regiões mais carentes da cidade. (PARANÁ, 2022)

O mesmo documento ressalta que, em 2009, ainda como prefeito de Curitiba, implantou, no município, os contratos de gestão, que seriam mecanismos pelos quais “toda a equipe administrativa se compromete a alcançar metas previamente estabelecidas de acordo com o plano de governo. Os objetivos são monitorados por uma unidade técnica criada especificamente para esse fim”. (PARANÁ, 2022)

Em junho de 2010, em convenção do PSDB, Beto Richa foi lançado oficialmente como candidato ao governo do estado. Sua coligação foi composta por 14 partidos¹⁸⁶. Na ocasião, Richa alcançou a vitória em primeiro turno com 3.039.774 votos – 52,44% dos votos válidos. (PARANÁ, 2022)

Foi reeleito em primeiro turno, em 2014. Nesse pleito, o número total de votos atingiu 3.301.322 – representando 55,67% dos votos válidos. (PARANÁ, 2022). O estado do Paraná possui uma tradição recente em reeleger governadores, e os dois antecessores de Richa também seguiram por esse caminho: Jaime Lerner, eleito em 1994 e 1998; Roberto Requião, eleito em 2002 e reconduzido em 2006.

Em 2010, o então político do PSDB Flávio Arns assumiu o cargo de vice-governador do Paraná. Para a eleição de 2014, o nome escolhido pela chapa para o cargo foi o da política Cida Borghetti (Partido Progressista).

Com relação às propostas de governo apresentadas na ocasião das duas campanhas eleitorais para o cargo de governador e registradas no site oficial do

¹⁸⁶ Coligação Novo Paraná: PRB / PP / PTB / PSL / PTN / PPS / DEM / PSDC / PHS / PMN / PTC / PSB / PRP / PSDB.

Tribunal Superior Eleitoral¹⁸⁷, Richa lançou dois documentos que serão melhor tratados a seguir. O primeiro, referente aos anos de 2011-2014, foi denominado “Saber Ouvir. Saber Fazer. Novas Ideias para um Novo Paraná”.

O referido plano de governo reuniu, inicialmente, um elenco de diretrizes e princípios que se apresentaram como o norte da gestão Beto Richa e seriam seguidos por todas as instâncias da administração estadual. Quanto às diretrizes:

1. Planejamento. Todas as ações de governo serão resultado de planejamento prévio, ferramenta essencial para um projeto de desenvolvimento sustentado. O **planejamento** retira da administração pública um de seus mais perversos e renitentes defeitos: a improvisação. Planejar com critério e visão estratégica é garantia de mais e melhores investimentos em infraestrutura e desenvolvimento humano.

2. Economia. Todos os gastos do governo – investimento e custeio – terão que observar o preceito da **máxima economia dos recursos públicos**, preservada a qualidade dos produtos e serviços ofertados à população. Fornecedores terão de descontinuar a prática de vender a governos a preços mais elevados. Comprar mais por menos e melhor passará a ser dever de ofício do gestor público.

3. Qualidade. Todos os produtos e serviços públicos terão de incorporar um item obrigatório: o **padrão de qualidade**. A sociedade não mais admite pagar impostos e receber em troca produtos e serviços de qualidade inferior àquela ofertada pela iniciativa privada – em muitos casos, a custos menores. A máxima segundo a qual tudo o que é público é ruim tem de ser substituída pelo conceito de valor agregado e qualidade superior, proporcional aos tributos pagos. (PARANÁ, 2010, p. 05 – negrito do documento)

A pauta que faz relação com o controle orçamentário se apresenta como um importante princípio da campanha. O documento aponta a necessidade de que os recursos arrecadados sejam empregados “de maneira parcimoniosa, sem desperdícios e com a devida prestação de contas”. (PARANÁ, 2010, p. 06)

O diagnóstico da realidade apresentado no documento em questão revela uma leitura do Paraná como um estado que vem perdendo posições no ranking do desenvolvimento dos estados brasileiros.

Enquanto o PIB per capita de R\$ 15.711,00 (dado de 2007), coloca o Estado em sétimo lugar dentre todos os Estados da federação, acima da média brasileira, o IDH - Índice de Desenvolvimento Humano revela uma tragédia – nada menos que 296 municípios (75% do total) encontram-se abaixo da média nacional. (PARANÁ, 2010, p. 10)

Existe no estado, segundo o diagnóstico apresentado no documento, dois desafios crônicos: um deles relacionado à concentração econômica, populacional e de prestação de serviços nas regiões de Curitiba, Londrina e Ponta Grossa; o outro relacionado à queda nos investimentos públicos, com dados da Secretaria do Tesouro

¹⁸⁷ O sistema “Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais”, disponível no Portal Oficial do Tribunal Superior Eleitoral, possibilita a consulta das informações de todos os candidatos de eleições no país.

Nacional, é afirmado no documento que, entre 2003 e 2008, houve uma queda de mais de 10% no volume de investimentos públicos no Paraná.

De modo crítico às gestões anteriores¹⁸⁸, é afirmado, assim, haver uma persistente distorção, por inércia ou desvio de objetivos do governo estadual, nos projetos de desenvolvimento do Paraná.

O plano apresenta como principal estratégia para o desenvolvimento do estado e conseqüente solução dos desafios apresentados no diagnóstico: o desenvolvimento estadual e regional integrado.

Ocupando papel central, como ponto de convergência de todo o esforço da sociedade e do governo, deverá estar o **Desenvolvimento Integrado Estadual e Regional**, condutor de todas as demais políticas de desenvolvimento e criação de valor, que explorem as potencialidades empreendedoras locais para a geração de oportunidades, riqueza e serviços resolutivos. A chave do sucesso será manter um contínuo esforço de convergência e sinergia do governo, das empresas e do terceiro setor. Um projeto desta magnitude não pode ser compreendido como ônus ao desenvolvimento econômico e ao Estado, mas como parte fundamental de uma dinâmica em que o social e o econômico interagem sistemicamente, num processo de efetivo desenvolvimento integrado. (PARANÁ, 2010, p. 20 – negrito do documento)

Sousa (2013) assim analisa essa proposta de governo:

No Plano de Governo, Beto Richa apresentou como ‘visão de futuro’ a integração entre governo e sociedade, uma necessária convergência e sinergia. Vale lembrar, que vários documentos do grupo Banco Mundial, como já mencionamos apresentam esta integração e estes conceitos. Nessa visão, é fundamental unir forças, dividir responsabilidades, isto é, cada sujeito precisa fazer a sua parte, contribuir com eficiência no desenvolvimento social e econômico do Paraná. (SOUSA, 2013, p. 98)

Nessa estratégia, Educação, Ciência e Tecnologia são apresentadas como importantes componentes do processo de construção desse desenvolvimento em médio e longo prazo.

Nessa construção serão imperativas políticas voltadas para a **Educação**, a **Ciência** e a **Tecnologia** como base fundamental e fator decisivo no médio e longo prazo. Valendo-se da base educacional, concomitante com a sua reconstrução, o Estado terá que fomentar estratégias de **Desenvolvimento Econômico e Inovação**, visando a integração de cadeias produtivas, com agregação de valor e competitividade internacional, principalmente no campo de nosso potencial superior, que é o agronegócio, com inovação biotecnológica. As instituições de ensino superior deverão engajar-se em redes de inovação e desenvolvimento de ativos tecnológicos, de forma articulada às bases produtivas do Estado. (PARANÁ, 2010, p. 20-21 – negrito do documento)

Pressupõe-se, no geral, a necessidade da reconstrução do governo, tendo por base um denominado “novo jeito de governar”. Esse modelo deveria estar aberto à cooperação e à pactuação de objetivos de desenvolvimento tanto com o mercado

¹⁸⁸ Sob a responsabilidade de Roberto Requião (2003-2010).

quanto com o terceiro setor, o que garantiria a efetiva governança social para o desenvolvimento. Outro ponto se refere à imprescindível necessidade do Estado em retomar o seu papel na descentralização e regionalização.

Esta postura, responsável e inovadora, deverá ser construída a partir do desenvolvimento das competências de gestão, da renovação dos métodos de trabalho e das estruturas de Governo, numa verdadeira **Gestão para Resultados**. Tal capacidade pressupõe grande investimento no desenvolvimento dos servidores públicos, submetidos a um processo de desprofissionalização ao longo dos últimos anos e no saneamento das finanças, agravadas pela crise para a qual a administração não se preparou. E, por fim, é necessário um **Redimensionamento da Estrutura Administrativa**, de modo a melhor atender as demandas presentes e futuras, com todas as ferramentas de gestão modernas. (PARANÁ, 2010, p. 22 – negrito do documento)

Entre as propostas concretas, que dão materialidade a esse “novo jeito de governar”, destacam-se as que têm relação com a necessidade de diminuição das despesas correntes, a implantação de um modelo de gestão pública para resultados, a reorganização da máquina administrativa do Estado e o alavancamento das parcerias público-privadas.

Sobre este último, surge a Lei Estadual n.º 17.046/2012, de autoria do Poder Executivo¹⁸⁹, que dispõe sobre normas para a licitação e contratação de parcerias público-privadas do Paraná. De acordo com Sousa (2013):

Esse programa atenderá outro programa o ‘Tudo Aqui Paraná’, que segue as metas desse governo de integrar setores e a orientação do BM para fortalecer as redes de proteção social e aumentar a utilização das PPP(s). Neste sentido, o programa objetiva reunir de forma articulada em um mesmo espaço físico, inúmeros serviços públicos das esferas federal, estadual e municipal. As Unidades de atendimento serão implementadas por intermédio da promoção de Parceria Público-Privada (PPP), na modalidade concessão administrativa, objetivando uma divisão de responsabilidades entre o Poder Público e o setor privado na mesma lógica do BM de favorecer o mercado por meio da privatização do setor público. (SOUZA, 2013, p. 99)

As parcerias público-privadas são estratégias já históricas que possibilitam a transferência da operação e gestão dos serviços para o parceiro privado. No caso da supracitada lei, as seguintes atividades estavam descritas como alvo dessas ações: transportes públicos, notadamente rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, hidrovias, terminais de transportes intermodais e centros logísticos; saneamento; segurança, defesa, justiça e sistema prisional; ciência, pesquisa e tecnologia, inclusive tecnologia da informação; agronegócio, especialmente na agricultura irrigada e na agroindustrialização; outras áreas públicas de interesse social ou econômico. (PARANÁ, 2012)

¹⁸⁹ Projeto de Lei n.º 852/2011.

É a configuração de uma gestão que busca o favorecimento do setor privado em vez da ampliação dos serviços públicos. A modernização com vistas ao alcance de resultados mesmo em meio à redução dos custos tem materialidade mediante a transferência de responsabilidade e cobrança aos sujeitos da iniciativa privada que não cumprirem as metas propostas. (SOUSA, 2013)

Nesse sentido, o referido Plano de Governo Beto Richa apresentou convergência direta com o Plano Diretor de Reforma do Estado Brasileiro, de 1995, porque seus objetivos e sua concepção de gerencialmente têm base numa ideia de descentralização, na qual sociedade e família são convidadas a assumir responsabilidades.

Na educação, cita-se aqui o caso do programa “Pais Presentes na Escola”, de 2012, cujos objetivos visavam à articulação das famílias e integração da escola na sociedade. De acordo com Sousa (2013, p. 102): “A ideia também está centrada na vigilância e controle das instituições educativas como meio de garantir os melhores resultados”.

Especificamente direcionados à Educação, Ciência e Tecnologia, o Plano de Governo estabeleceu como objetivos para o mandato 2011-2014:

1. Integrar e promover uma ampla rede paranaense de **pesquisa e inovação** com inclusão dos setores privados;
2. Ampliar o acesso às **redes digitais de conhecimento**;
3. Ampliar **educação de nível médio e técnico**;
4. Melhorar a **qualidade da educação**;
5. Desenvolver **política** integrada **para a juventude**;
6. Combater o **analfabetismo**;
7. Fomentar o **desenvolvimento da ciência e tecnologia** a partir das instituições acadêmicas e de pesquisa;
8. Promover o **aperfeiçoamento institucional do ensino superior**;
9. Ampliar o **acesso às universidades** estaduais. (PARANÁ, 2010, p. 28 – negrito do documento)

Com vistas a atender objetivos de governo e cumprir indicações da Constituição Estadual do Paraná (nos seus arts. 200 a 205), a Lei Estadual n.º 17.314, de 24 de setembro de 2012¹⁹⁰, dispôs sobre as medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica em ambiente produtivo no estado do Paraná.

A referida lei permitia que espaços públicos de pesquisa (laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações), a exemplo de órgãos da administração pública direta ou indireta (entre estes as universidades), fossem cedidos fossem compartilhados/cedidos para empresas brasileiras e organizações de direito privado sem fins lucrativos, voltadas para atividades de pesquisa, num claro movimento que buscou estimular e apoiar a criação de alianças estratégicas e o

¹⁹⁰ A referida lei foi revogada recentemente pela Lei Estadual n.º 20.514/2021.

desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo setor público e organizações do direito privado com atividades de pesquisa e desenvolvimento.

De forma geral, o “novo jeito de governar” apresentado no Plano de Governo 2011-2014, fundamentou-se nas categorias descentralização, autonomia, participação, responsabilização. A política de metas e resultados se configurou como linha guia de todos esses processos.

Nisso, os chamados Contratos de Gestão cumpriram o papel de exercer legalmente o monitoramento e o controle de resultados. Esses documentos configuraram-se como instrumentos de contratualização de resultados a ser celebrados entre dirigentes de órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado e as autoridades que sobre eles tenham poder hierárquico ou de supervisão.

Em 2011, foi publicado o Decreto n.º 3.505, que instituía a Unidade de Gerenciamento dos Contratos de Gestão (UGCG), que tinha por finalidade a implantação de um modelo de gestão que priorizasse o resultado em todas as ações. A referida Unidade teria por tarefa monitorar e controlar os contratos de gestão com vistas a implantar o modelo de gestão pública para resultados¹⁹¹.

Como analisa Sousa (2013, p. 106):

A lógica que se impõem nesses contratos é de maior produtividade com menos custo, isto é, dar ‘autonomia’ para as secretarias gerenciar de forma competente e eficaz o plano, para que todas as metas sejam cumpridas. Nessa medida, o governo vem investindo vorazmente na política do monitoramento e de controle dos resultados principalmente na área da educação.

Tratando agora acerca da campanha para reeleição em 2014, Beto Richa a fez mediante a coligação “Todos pelo Paraná”¹⁹². O documento registrado no Tribunal Superior Eleitoral foi denominado “Plano de Metas 2015-2018” e advogou ser uma proposta de continuidade e aprimoramento do que foi aprovado pelos paranaenses na eleição anterior, em 2010.

Antes, cabe citar as considerações iniciais do documento que contêm um breve texto assinado por Beto Richa, em que são feitas menções ao que ele chama de “boicote” e “atos de retaliação política” à sua gestão por parte do governo federal – então exercido pelo adversário político do Partido dos Trabalhadores (PT). Foram

¹⁹¹ Coube também ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná verificar o cumprimento de metas estabelecidas por meio desses contratos. Para tanto, basta acessar os relatórios anuais do TCE-PR do período que contempla a gestão Richa.

¹⁹² Partidos que compunham a coligação “Todos pelo Paraná”: PSDB / PROS / DEM / PSB / PSD / PTB / PP / PPS / PSC / PR / SD / PSL / PSDC / PMN / PHS / PEN / PT do B.

também atribuídas críticas à gestão passada no estado do ex-governador Roberto Requião, período em que o Paraná se havia “diluído em personalismos e bravatas incontidas”¹⁹³.

O papel do Estado é compreendido por meio da atuação em três frentes prioritárias e distintas: 1) o Estado como formulador de políticas de desenvolvimento e responsável por regular a oferta de bens e serviços que, tendo caráter público, podem ser fornecidos por instituições não governamentais e empresas – públicas ou privadas; 2) o Estado como financiador e fomentador agindo como indutor do crescimento econômico e das melhorias sociais pretendidas; 3) e o Estado executor e fiscalizador.

Saúde, educação e segurança pública são os bens e serviços públicos, entre os quais se destaca a atuação direta do estado nos últimos anos. Nas ações transferidas à sociedade civil, o documento ressalta o papel fiscalizador do Estado no cumprimento de metas e objetivos.

Nas áreas em que há delegação à iniciativa privada para a produção de bens e prestação de serviços, o Estado participa diretamente como fiscalizador – e mesmo como interventor, se necessário – para garantir que os contratos sejam cumpridos de acordo com as premissas estabelecidas entre as partes contratantes. (PARANÁ, 2014, p. 11)

Persiste no documento a defesa pela gestão eficiente, com persistência e método para alcanças duas metas: a qualidade (no sentido de ágil, eficiente e austero) e a coesão. “Tudo o que o governo faz deve ser bem feito, custar o justo e ser entregue no menor prazo possível”. (PARANÁ, 2014, p. 17)

A máquina administrativa surge como importante instrumento para a gestão eficiente, não devendo ser ineficiente, burocrática e cara.

Com a profusão de novas ferramentas, que têm na internet sua base comum, mais a gestão pública se obriga a rever seus métodos de trabalho, que ainda, em muitos, casos, conservam o modelo do século passado – ineficiente, burocrático e caro. Desde já, conhecida a realidade, Beto Richa propõe uma ampla reforma da estrutura administrativa do governo, que adote mecanismos de governança pública sintonizados com a realidade atual. O que implica em redução de custos em atividades não prioritárias e aumento de investimentos naquelas em que a demanda é maior. Uma máquina mais moderna, eficiente e menos dispendiosa dará ao Paraná as condições propícias a atingir novo patamar de desenvolvimento. (PARANÁ, 2014, p. 18)

¹⁹³ Na ocasião da eleição de 2014, o ex-governador Roberto Requião (PMDB) também concorreu novamente ao cargo de governador do estado. Foi o oponente direto que mais ofereceu riscos à reeleição de Richa, ficando em segundo lugar no pleito com 1.634.316 votos (27,56% dos votos válidos).

No âmbito da Ciência e Tecnologia, a Lei de Inovação do Estado do Paraná (17.314/2012)¹⁹⁴ é mencionada como base para o Plano de Metas do setor para o período de 2015-2018.

Sob a coordenação da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior serão fornecidas respostas objetivas aos principais desafios do Paraná. Assim, o plano permite agregar valor ao que é produzido no estado e gerar uma trajetória longa e persistente de melhoria nas condições de vida da população. O plano é base para a resolução inteligente dos desafios paranaenses, colocando a Ciência, Tecnologia e Inovação como ferramenta transversal de suporte às demais Secretarias de Estado, gerando resultados mais eficientes, mais abrangentes e com menores custos à sociedade. (PARANÁ, 2014, p. 32)

São apresentadas cinco grandes áreas nas quais a Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico está baseada e permanecerão pela próxima gestão: 1) tecnologias para o agronegócio; 2) apoio às pequenas e médias empresas (PME); 3) tecnologias sociais; 4) tecnologias de ponta; e 5) fortalecimento das universidades públicas estaduais.

A administração consolida ainda a sua atuação na área de Ciência, Tecnologia e Inovação, seguindo estes princípios mínimos:

- a. Formulação e implementação de nova etapa da Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o desenvolvimento sustentável do Estado do Paraná.
- b. Educação Superior como propulsora da inovação: o reposicionamento do Sistema de Universidades Estaduais do Paraná.
- c. Reestruturação do Sistema Paranaense de Ciência, Tecnologia e Inovação e sua interação em nível regional, nacional e internacional.
- d. Financiamento do esforço estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação.
- e. Ampliação da capacidade local de geração e difusão de conhecimento, pesquisa e inovação.
- f. Indução da cultura do empreendedorismo e da inovação; o papel da Lei Estadual de Inovação; o Parque Tecnológico Virtual do Paraná.
- g. Aperfeiçoamento do marco legal da inovação do Estado do Paraná.
- h. Estabelecer contrapartida das instituições de ensino superior mantidas pelo Estado, em benefício de toda a sociedade. Para isso, o governo demandará pesquisas de interesse público às Universidades Estaduais. (PARANÁ, 2014, p. 50)

No campo fiscal, é mencionada a preocupação em torno dos gastos com salário de servidores. Esse gasto “ocasionou retração do volume de recursos para investimentos em recuperação modernização e aumento dos empreendimentos e serviços públicos” (PARANÁ, 2014, p. 38). Cumpre lembrar que, em sua primeira

¹⁹⁴ Criada, na ocasião, por iniciativa do Poder Executivo, na busca por cumprir o objetivo de promover uma ampla rede paranaense de pesquisa e inovação com inclusão dos setores privados.

gestão, Richa concedeu importantes reajustes salariais aos funcionários públicos na busca por repor as perdas herdadas em gestões anteriores¹⁹⁵.

O limite prudencial de comprometimento da receita corrente líquida com a folha de pagamento dos servidores apresentou-se como uma preocupação indicando ações/atitudes do governo nessa área para a próxima gestão.

Lembre-se aqui que, uma vez alcançado o limite prudencial, o ente federado torna-se rigorosamente represado no que se refere a acréscimos das cifras da folha de servidores e obrigado a eliminar os excedentes nos dois quadrimestres subsequentes. Em não sendo isso feito, a unidade pode vir a sofrer o corte das transferências voluntárias da União e não poder efetuar contratações de operações de crédito. (PARANÁ, 2014, p. 39)

Cumprindo atenção ao elemento político-econômico presente na sua campanha/gestão anterior, a discussão da Reforma do Estado (re)apareceu como uma das diretrizes básicas do seu Plano de Metas. O texto reforça a necessidade imprescindível de redimensionar a estrutura gestora do Estado perseguindo metas que, em suma, podem ser descritas na seguinte forma: 1) redução das limitações da capacidade de gasto e investimento público; 2) aperfeiçoamento da máquina pública por meio do incremento em programas de tecnologia de informação, capacitação humana e enxugamento da estrutura burocrática; 3) implantação de sistemas de controle mais eficazes que permitam a redução de prazos e aumento da eficiência em todas as ações.

Esses, em linhas gerais, são os principais apontamentos acerca dos planos de governo do governador Beto Richa em ambas as gestões (2011-2014 / 2015-2018). A seguir, essa discussão será levada para o campo prático da realidade com foco, sobretudo no que foi realizado no sistema estadual de ensino superior.

Com relação à trajetória política de Beto Richa, uma série de eventos sucedeu no fim de 2018, marcando, de forma definitiva, a sua carreira na administração pública. O político tornou-se réu de cinco operações do Ministério Público (Operação Rádio Patrulha; Operação Integração; Operação Lava-Jato, acusado de receber propina das concessionárias de pedágio no Paraná; Operação Quadro Negro; e Operação Piloto) e chegou a passar 30 dias na prisão.

Por fim, outra derrota do político ocorreu nas urnas. Em 2018, menos de um mês depois de ter deixado a prisão, Richa foi derrotado na corrida para o Senado

¹⁹⁵ A exemplo das Leis Estaduais n.ºs 16.814/2011 e 17.280/2012, esta última com a indicação de aumento na tabela de vencimentos exclusiva aos docentes integrantes da carreira de magistério do ensino superior das IEES/PR. Essa discussão retornará mais à frente, ainda neste capítulo.

Federal. Alcançou um inexpressivo sexto lugar na disputa, com menos de 4% dos votos válidos (377.872 votos). Em 2022, pela coligação PSDB/CIDADANIA, lançou nova candidatura agora para o cargo de deputado federal¹⁹⁶.

5.2.2 Beto Richa e os elementos que caracterizaram a sua gestão no ensino superior público do Paraná e os embates com os sindicatos docentes

Cumprir inicialmente que, além dos aspectos anteriores à gestão Beto Richa no estado e de sua trajetória e visão político-ideológica, o contexto nacional ao longo de 2011 e 2018 tornou-se elemento importante para entender o Paraná e o período delimitado nesta pesquisa.

Majoritariamente sob o governo do Partido dos Trabalhadores, esses anos foram marcados por fatos políticos, econômicos e sociais com reflexos até os dias atuais. De forma breve, é possível listar: os reflexos sobre o país da crise econômica mundial de 2008; os protestos de 2013 e o surgimento de novos protagonistas sociais; o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff; a entrada de Michel Temer ao governo federal; e o cumprimento de uma agenda político econômica própria.

No Paraná, Richa assumiu seu primeiro mandato em 1.º de janeiro de 2011 e desenvolveu, ao longo dos oito anos à frente do governo estadual, diferentes posturas, especialmente no trato com os movimentos de servidores. O principal condicionante dessas posturas na gestão tem relação com os aspectos econômico-fiscais que se intensificaram no período, fruto de um processo de crise em âmbito nacional, ao qual o estado do Paraná não ficou imune aos seus reflexos.

Este tópico cumpre parte da tentativa inicialmente proposta em caracterizar a gestão Richa no que concerne ao ensino superior. Para tanto, outros aspectos de ordem conjuntural serão apresentados no intuito de contextualizar melhor o período e as forças políticas e econômicas presentes.

Na análise do financiamento das universidades paranaenses, convém inicialmente ressaltar que, no estado do Paraná, inexistem uma legislação/recomendação própria com vistas a garantir uma fonte específica e um

¹⁹⁶ Apesar de ter recebido menos votos que seu concorrente de coligação, é provável que Richa assumisse a vaga na Câmara dos Deputados, em Brasília, uma vez que a candidatura de Jocelito Canto está indeferida pela Justiça Eleitoral. Após ter o recurso negado no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, Jocelito recorreu, em outubro de 2022, ao Tribunal Superior Eleitoral para tentar reverter a decisão.

percentual mínimo de financiamento da educação superior, a exemplo de como ocorre em outros estados da federação.

A base para esse financiamento ocorre por meio do art. 185 da Constituição Estadual do Paraná, que estabelece a aplicação anual de, no mínimo, 30% da receita de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino público. Ou seja, o valor de investimento no ensino superior fica integrado ao montante total dos 30% para a educação, num todo.

Ainda sobre a questão, o art. 181 da Constituição Estadual esclarece que “as instituições de ensino superior do Estado terão recursos necessários à manutenção de pessoal, na lei orçamentária do exercício, em montante não inferior, em termos de valor real, ao do exercício anterior”.

Há ainda o dispositivo constitucional acerca dos investimentos próprios na área de Ciência e Tecnologia. O art. 205 da Constituição Estadual fixa que o estado deverá destinar anualmente uma parcela de sua receita tributária não inferior a 2% para o fomento da pesquisa científica e tecnológica¹⁹⁷.

Com relação à Lei Orçamentária Anual (LOA), para fins de compreensão da projeção orçamentária para o ensino superior público, chega-se às seguintes informações, tendo por base o planejamento para o programa governamental “Excelência no Ensino Superior”:

TABELA 06 – Orçamento anual para o programa “Excelência no Ensino Superior”¹⁹⁸ 2011-2018

Ano	Recurso do Tesouro Estadual	Outras fontes	Total	%
2011*	R\$ 1.073.229.495	R\$ 290.713.358	R\$ 1.363.942.853	5,39
2012	R\$ 943.665.970	R\$ 402.904.270	R\$ 1.346.570.240	4,54
2013	R\$ 1.094.694.260	R\$ 464.455.700	R\$ 1.559.149.960	4,42
2014	R\$ 1.180.130.210	R\$ 545.371.830	R\$ 1.725.502.040	4,64
2015	R\$ 1.366.850.230	R\$ 419.531.810	R\$ 1.786.382.040	4,47
2016	R\$ 1.763.286.463	R\$ 470.262.743	R\$ 2.233.549.206	5,15
2017	R\$ 2.074.852.048	R\$ 336.957.542	R\$ 2.411.809.590	5,13
2018	R\$ 1.936.435.034	R\$ 361.195.114	R\$ 2.297.630.148	4,88
Investimento médio no período				4,82

Fonte: O autor (organizado com base na LOA: 2011-2018)

Nota: O ano de 2011 compunha o PPA da gestão anterior, e o programa relativo ao ensino superior tinha por nomenclatura “Ensino Superior e Desenvolvimento Científico-Tecnológico”.

¹⁹⁷ Inicialmente metade desse recurso ia para o financiamento de pesquisas nas IEES, TECPAR e IAPAR; a outra metade era direcionada ao Fundo Paraná, que tem por finalidade apoiar o financiamento de programas e projetos de pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico e atividades afins. (Leis Estaduais n.ºs 12.020/1998 e 15.123/2006). Em 2015, o Decreto n.º 3.060 alterou esses índices percentuais para 0,5% referente ao Fundo Paraná e 1,5% para o financiamento de pesquisas nas IEES, TECPAR e IAPAR.

¹⁹⁸ O programa “Excelência no Ensino Superior” objetiva melhorar os indicadores acadêmicos na graduação e pós-graduação e consolidar a excelência das universidades no ensino, na pesquisa, na extensão e na cooperação técnico-científica.

Analisando agora os relatórios “Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento”¹⁹⁹ entre 2011 e 2018, foi possível organizar os seguintes dados referente aos valores empenhados para o órgão Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI.

TABELA 07 – Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento – órgão SETI (2011-2018)

Ano de referência	Valor empenhado a ser custeado com recursos do Tesouro Estadual
2011	R\$ 1.033.295.702,00
2012	R\$ 1.251.420.862,15
2013	R\$ 1.373.126.260,06
2014	R\$ 1.509.911.443,27
2015	R\$ 1.735.464.274,58
2016	R\$ 2.125.108.230,66
2017	R\$ 2.176.112.105,71
2018	R\$ 2.273.754.346,33

Fonte: O autor (organizado com base nos dados de execução orçamentária 2011-2018)

De forma breve, cumpre destacar que o período que contempla as gestões Richa tem, entre suas marcas, um contexto de significativos problemas financeiros, ampliados pelo fraco desempenho da economia em âmbito nacional. A exemplo de 2014, último ano do seu primeiro mandato, em que as contas fecharam com déficit e exigiram do governador uma postura ainda mais austera para o seu segundo mandato.

Nessa ocasião, a economia paranaense registrou um crescimento, em 2014, de 0,8%, bem abaixo dos 6,2% registrados no ano anterior. A geração de empregos foi impactada pelo baixo desempenho dos setores agrícola, industrial, comercial e de serviços. (PARANÁ, 2015).

Analisa Reis:

O ano de 2015 demarca claramente o início da implantação, pelo governo Beto Richa, do ajuste fiscal com vistas a gerar economia de recursos para o Tesouro do estado em detrimento dos direitos legalmente assegurados ao funcionalismo público. Entretanto, ainda em 2014, logo depois das eleições, antes de assumir seu segundo mandato, o governo Beto Richa começou a propalar um discurso onde passou a ser enfatizado que o Paraná atravessava uma crise financeira e, por isso, era necessário aumentar os impostos e cortar despesas do estado. (REIS, 2018, p. 10)

Desse contexto de crise nas contas originou-se a justificativa, em 2015, para a elaboração de pacote de medidas de ajuste fiscal com ações de austeridade ainda

¹⁹⁹ Optou-se aqui pelos dados de execução do recurso investido, entendendo que há diferença entre aquilo que foi votado e aprovado na Lei Orçamentária Anual e aquilo que foi efetivamente executado. Esse critério visa dar transparência àquilo que a gestão efetivamente investiu na política.

mais violentas. Tais medidas impopulares²⁰⁰ causaram a conseqüente mobilização, principalmente dos segmentos organizados dos servidores públicos estaduais.

Foi comum ver a representação dessas medidas na imprensa em nomes como “pacotão das maldades”, “pacotaço”, “tarifaço”, “tratoraço”. Dando ideia das alterações significativas que estavam sendo propostas por essas medidas e da forma de condução da sua votação dentro de um período curto de tempo (em regime de urgência) e sem nenhum tipo de debate/diálogo com a sociedade paranaense.

Para esse rápido movimento de ajuste fiscal, Beto Richa contou com a colaboração de uma Assembleia Legislativa aliada aos interesses do Executivo²⁰¹ – fato que chamou a atenção dos entrevistados, sujeitos desta pesquisa, quando solicitados a analisar o contexto de 2015:

[...] tanto que foi cunhado, a partir do dia 29 de abril [2015], o termo Bancada do Camburão, que se submeteu à situação ridícula de se jogarem dentro de um camburão para poder entrar na ALEP e depois em outros locais para tentar fazer a aprovação do pacotaço. Então foi uma atuação muito ruim da ALEP. Nós tivemos uma situação de submissão mesmo. E aí a gente precisa destacar o desequilíbrio dos poderes. O Executivo predominou sobre o Legislativo e criou uma força muito grande que acabou atrapalhando muito a condição do estado e o próprio papel da ALEP. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL DA SESDUEM 2)**

Eu estava em Curitiba e ouvi no rádio o deputado Ademar Traiano, presidente da ALEP, dizendo: ‘Podemos ter certeza que o governador do estado não terá problema nenhum em aprovar suas pautas dentro dessa casa’. Eu pensei, cara, como pode falar isso de uma forma tão descarada assim? Um chefe de outro poder, que não é uma extensão do Executivo, falando descaradamente isso; e ninguém questionava, nem a repórter, nem os comentaristas da emissora de rádio. Acaba demonstrando muito claramente que o Legislativo era só uma extensão do Poder Executivo. É difícil você brigar dentro da ALEP, sendo ela dominada pelo governador desse jeito. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL DA SINDUNESPAR 1)**

Já no fim de 2014, para vigorar em 2015, foi apresentado à ALEP um projeto de autoria do Poder Executivo (513/2014 que se transformou na Lei Estadual n.º 18.371, de 15 de dezembro de 2014)²⁰² a ser votado em regime de urgência, antes do recesso parlamentar, que visava aumentar as alíquotas do imposto sobre Propriedade Veículos Automotores (IPVA), que de 2,5% passou para 3,5%. Na referida lei, alterou-se ainda o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), passando a incidir em diversos outros itens de consumo popular.

²⁰⁰ Entre outras, pode-se dar o exemplo de que o terço de férias que deveria ter sido depositado aos servidores em dezembro de 2014 foi pago apenas no fim de abril de 2015.

²⁰¹ Em 2015, a liderança do governo na ALEP estava a cargo do deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB). Só a título de curiosidade, Romanelli chegou também a ser líder do governo na ALEP durante o último mandato de Roberto Requião.

²⁰² Alterou-se a Lei Estadual n.º 11.580, de 14 de novembro de 1996.

Nessa mesma fase final de 2014, além do aumento dos tributos, foi aprovada a Lei Estadual n.º 18.370/2014, que instituiu a cobrança previdenciária dos servidores inativos. De acordo com o art. 2.º da lei, aposentados e pensionistas contribuirão com 11% incidentes sobre o valor da parcela dos proventos de aposentadoria e pensões que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.

Em fevereiro de 2015, é protocolado na ALEP o Projeto de Lei n.º 06/2015, que visava instituir, no âmbito do estado do Paraná, o regime de previdência complementar, facultativo aos servidores que ingressarem no serviço público estadual mediante a publicação dessa lei. A proposta contemplava a criação de uma entidade fechada de previdência complementar, de natureza pública e personalidade jurídica de direito privada denominada Fundação de Previdência Complementar do Estado do Paraná – PREVCOM PARANÁ.

Essa proposta de lei contemplava também uma alteração no Plano de Cargos, Carreiras, e Vencimentos do Quadro de Funcionários da Rede Estadual de Educação Básica (Lei Complementar n.º 103, de 15 de março de 2014, e Lei Complementar n.º 123, de 9 de setembro de 2008) e buscava extinguir o adicional por tempo de serviço (quinquênio) dos servidores públicos estaduais. Professores e demais servidores mobilizados exerceram pressão²⁰³ para que o referido projeto de lei fosse arquivado naquele momento, permanecendo assim até os dias de hoje.

A versão inicial desse “pacote de medidas” previa ainda um movimento de restrição da autonomia universitária com a transferência da administração da folha salarial das IEES para o sistema de pagamento com a mesma base em que estão todos os demais servidores do estado. Na ocasião, reitores das sete universidades estaduais negociaram com o governo e excluíram (temporariamente) essa medida das pretensões governamentais.

Nesse contexto de mobilização e pressão dos servidores públicos estaduais, ocorreu, em 12 de fevereiro de 2015, a fatídica situação em que deputados estaduais foram transportados à ALEP dentro de um carro do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Paraná, numa das cenas mais peculiares da política paranaense.

²⁰³ A sessão da ALEP em 10/2/2015 foi suspensa quando um número significativo de servidores em greve (a grande maioria oriunda da rede estadual de ensino) adentrou as dependências do Legislativo paranaense.

O ponto central das medidas de ajuste que causou enorme mobilização dos servidores públicos estaduais foi a proposta de Reforma da Previdência e o modo como o dinheiro do fundo previdenciário (contribuição previdenciária dos servidores estaduais) corria o risco de ser apropriado e desvinculado da finalidade para a qual foi concebido. Essa insegurança quanto ao futuro e a tudo que representa uma aposentadoria, depois de décadas de trabalho, aumentou a tensão e a pressão em torno da ALEP.

A greve de servidores (capitaneada, sobretudo, pela rede básica de educação) chegou ao seu fim em março de 2015, com a promessa do governo estadual de que pontos daquelas medidas seriam tiradas de pauta, entre elas as quais a questão da Previdência Social.

Em 22 de abril, no entanto, há o retorno do movimento grevista dada a insistência do Poder Executivo em alterar pontos da Previdência Social do funcionalismo estadual. O Projeto de Lei n.º 252/2015, enviado pelo governador Beto Richa à ALEP em 7 de abril, modificava as regras do ParanaPrevidência. Para muitos, via-se nesse projeto de lei uma nova roupagem de uma mesma proposta outrora negada pelos servidores, ou seja, o governo descumpria claramente o que havia acordado com o movimento organizado dos servidores.

Mais à frente neste trabalho, no capítulo 6, serão abordadas as formas de resistência do movimento sindical ante os movimentos de reestruturação do governo Richa à Previdência Social dos servidores públicos estaduais, em especial o episódio de violência policial ocorrido em 29 de abril de 2015. Interessa aqui dizer que, mesmo diante de toda resistência e insatisfação dos servidores, o projeto de lei foi aprovado pela ALEP e transformou-se na Lei Estadual n.º 18.469, de 30 de abril de 2015.

Os fatos registrados entre 2014 e 2015 aumentaram a tensão entre servidores públicos e a gestão Richa. Houve uma interpretação corrente entre os entrevistados de que, desse momento em diante (considerando a consolidação da sua reeleição, o contexto de grave crise fiscal do estado e os fatos acima narrados), o governador adotou uma postura mais autoritária, especialmente com os servidores públicos e seus movimentos organizativos.

No seu primeiro mandato, Richa praticamente não mexeu com as universidades; a partir do segundo mandato, foi que ele abriu o pacotinho das maldades contra as universidades e contra os servidores. Isso é bem verdade mesmo. Pagava data-base certinho, nunca mexeu em autonomia universitária, a autonomia nem era o debate nas universidades do Paraná.

Com certeza, o segundo mandato do Richa foi quando ele abriu a caixa de maldade. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL DA SINDUNESPAR 1)**

Mas eu falei que, no primeiro mandato, ele teve uma gestão, digamos assim... deu até reposição diante das perdas salariais para carreira dos docentes, nessa negociação em paralelo com os docentes, porque está com risco da reeleição. Mas depois de reeleito, aí ele mostrou quem ele realmente era, ele estava se controlando, se contendo. Porque não são dois Beto Richa, é a mesma pessoa que num momento [primeiro mandato] tem que se conter por fatores da conjuntura e, noutro momento, pode mostrar quem ele é realmente. E aí o segundo mandato foi uma desgraça. Se você for desavisado, fala 'não é a mesma pessoa', porque foi a LGU, a não reposição salarial, o massacre de 29/04, a questão da previdência, o ataque ao TIDE. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL DA ADUNIOESTE 1)**

[...] a partir do momento em que a gente adotou o sistema de reeleição durante o governo Fernando Henrique Cardoso, isso ficou muito evidente: o primeiro governo é um governo bom, que dialoga melhor, tem seus problemas, afinal cada um carrega os seus compromissos e também a sua visão de governo e visão ideológica. São governos que têm uma característica. O segundo [mandato] é sempre do ajuste fiscal, do arrocho, de menos diálogo e do enfrentamento, porque não tem a reeleição e há a necessidade de fazer o caixa para eleger o seu sucessor. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL DA ADUNICENTRO 2)**

Como analisa Reis (2018), ficou claro que o funcionalismo público foi eleito pelo governo Beto Richa como o culpado pela crise financeira do estado. Dessa visão em diante, o discurso pautado na necessidade do ajuste fiscal e na contenção de despesas com os servidores tornou-se hegemônico na gestão Richa, sendo base de muitas das ações do governo.

5.2.2.1 Contextualização do ensino superior público no período 2011-2018

Tendo por base informações acessadas aos relatórios da Secretaria de Estado, Ciência e Tecnologia e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, buscar-se-á retratar, de modo geral, aspectos da gestão Richa (2011-2018) relativos ao ensino superior paranaense que caracterizaram o período em questão.

O governo Richa fechou o seu primeiro ano de mandato com um *superavit* financeiro de R\$ 1,9 bilhão – 47,61% maior que o do exercício 2010. A economia paranaense apresentava bons índices de crescimento (6,07%) e, para ter ciência, as receitas tributárias cresceram 8,30% em 2011 se comparadas às de 2010: R\$ 12,9 bilhões em 2010 para R\$ 13,9 bilhões em 2011. (PARANÁ, 2012a)

Além do bom andamento da economia, contribuiu para o controle das contas do governo o baixo investimento do estado em 2011, considerado para o TCE-PR “insignificante” se comparado aos dos anos anteriores.

Outro ponto a merecer destaque são os investimentos do Estado em 2011, considerados insignificantes, se comparados com os exercícios anteriores, atingindo o montante de R\$ 760 milhões ou 3,09% do total das despesas, além de ter apresentado uma redução de 47,17% em relação ao exercício de 2010, em termos reais. (PARANÁ, 2012a)

O relatório do TCE-PR assinala que, em 2011, o governo do estado não cumpriu os percentuais mínimos relativos aos limites constitucionais para aplicação em Saúde, Educação e Ciência e Tecnologia. Analisando propriamente a Ciência e Tecnologia, segundo dados do TCE-PR, foi aplicado, no referido ano, um total de 1,48% das receitas tributárias, o que entra em desacordo com percentual de investimento descrito no art. 205 da Constituição do estado do Paraná.

Em 2011, o total de gasto com pessoal no Executivo somou R\$ 9,2 bilhões, representando 46,65% da Receita Corrente Líquida – 95% do limite permitido pela Lei Complementar n.º 101/2000. Na análise comparativa com 2010, houve aumento de 17,81% das despesas com pessoal.

De acordo com o relatório do TCE-PR, em 2011 o estado do Paraná possuía 211.282 servidores, dos quais 144.457 eram efetivos. Destes, 20.271 atuavam no ensino superior. O relatório estabelece o prognóstico de que, na gestão Richa (2011-2014), 14.974 servidores estariam aptos para requerer a sua aposentadoria, o que demandaria concursos públicos para a reposição do quadro. (PARANÁ, 2012b)

No que diz respeito à execução física e financeira do programa “Ensino Superior e Desenvolvimento Científico”, o Relatório das Contas de Governo do TCE-PR, exercício 2011, assim destacou:

O programa ‘Ensino Superior e Desenvolvimento Científico’ apresentou um percentual médio de execução financeira razoável (84,91%). Entretanto, da mesma forma que na Educação as ações não executadas (0% da execução física) referem-se, em sua maioria, a despesas de investimentos, como ampliação das estruturas físicas das faculdades e instituições de pesquisa e aquisição de equipamentos, ao passo que as ações com execução acima das metas (acima de 100% da execução física) são ações de caráter rotineiro das instituições elencadas. (PARANÁ, 2012b, p. 42)

O relatório elaborado pela SETI, relativo a 2011, aponta questões financeiras, orçamentárias administrativas e político-pedagógicas como principais dificuldades encontradas pela gestão Richa.

Ao iniciar-se a gestão do Governo Beto Richa, foram encontradas dificuldades importantes de ordem financeiras, orçamentárias, administrativas e político-pedagógicas, como por exemplo, despesas efetivadas e não previstas em orçamento, previsões orçamentárias insuficientes para a condução das atividades-fim da Secretaria; criação de campus universitários sem a devida previsão orçamentária e financeira; reduzido número de servidores efetivos; número excessivamente alto de bolsistas não vinculados a projetos e outros[...]. (PARANÁ, 2012, p. 05)

Em 2011, a SETI fomentou um movimento que culminou na criação do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paranaenses (CRUEP). Esse conselho configura-se como um importante espaço de discussões e decisões conjuntas de interesse das IEES/PR²⁰⁴.

Argumenta-se que, por integrar o exercício referente ao Plano Plurianual anterior, o ano de 2011 serviu unicamente para “manutenção do sistema” com foco concomitante na elaboração do planejamento próprio do governo Richa nessa área para os próximos anos. (PARANÁ, 2012, p. 06)

Com a entrada de 2012, iniciaram-se as ações próprias do planejamento da gestão Richa. Na área do ensino superior, destacou-se o programa “Excelência no Ensino Superior”, cujos objetivos já foram aqui anteriormente explicitados.

No entanto, o período começou a configurar o contexto de grave crise econômica que se vai agudizar no estado no fim de 2014. O ano de 2012 ficou marcado pela inexpressiva taxa de crescimento nacional de 0,9% – a menor desde 2009. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) ficou próximo aos 6%.

A economia paranaense cresceu em 2012 apenas 0,9%, contra os 4% do ano anterior. As causas que contribuíram para esse resultado foram as significativas estiagens do primeiro semestre e o fraco desempenho da indústria – queda de 4,8% na produção industrial. (PARANÁ, 2013)

Sobre as contas do governo, segundo dados do TCE-PR, a Receita Arrecadada em 2012 totalizou R\$ 27,8 bilhões, contra uma despesa de R\$ 28,5 bilhões. Nesses termos, o déficit orçamentário contabilizado foi R\$ 658,5 milhões (equivalentes a 2,37% da Receita Arrecadada). No entanto, houve a adição do valor de R\$ 872,3 milhões às contas do governo decorrente da abertura de créditos suplementares, tendo por fonte de recurso o *superavit* financeiro de anos anteriores. Por fim, o resultado orçamentário consolidado de 2012 seria superavitário em R\$ 213,8 milhões. (PARANÁ, 2013)

Em 2012, o total de gastos com pessoal no Executivo somou R\$ 10,1 bilhões, representando 46,67% da Receita Corrente Líquida²⁰⁵. No que se refere à Ciência e Tecnologia, o investimento desse ano atendeu ao limite constitucional, chegando aos 2,32% (R\$ 299,1 milhões).

²⁰⁴ O referido conselho (CRUEP) reaparecerá com a Lei Geral das Universidades – art. 59.

²⁰⁵ O quadro de pessoal do Poder Executivo apresentou um crescimento de 4,03% em relação ao ano anterior, somando 197.643 servidores em dezembro de 2012. (PARANÁ, 2013)

Para as questões docentes diretas, um ponto importante do referido ano foi a readequação salarial dos professores do magistério superior. Nesse ano também ocorreu a aprovação da Lei de Inovação Tecnológica n.º 17.314, bem como a sua regulamentação.

No relatório SETI, referente a 2012, novamente a questão orçamentária foi apresentada como uma importante dificuldade vivenciada pela gestão estadual. Dessa vez, é alegada uma responsabilidade do ensino superior ao ente federal. Esse argumento resgatou uma discussão já antiga (e bastante presente na realidade política paranaense) sobre a federalização do ensino superior²⁰⁶.

A principal dificuldade enfrentada neste exercício foi de ordem orçamentária, pois como já dito, a responsabilidade pelo ensino superior é do Governo Federal, todavia este não aporta recursos para a manutenção do sistema, e dessa forma todos os recursos para tanto fica por conta do Tesouro do Estado que, como se sabe, tem inúmeras demandas para atender em todas as áreas de atuação do governo. Isso fez com que o orçamento das IEES aprovado para 2012 fosse insuficiente, levando à necessidade de suplementação orçamentária logo no início do exercício. (PARANÁ, 2013, p. 05)

Sobre esse tema da federalização das instituições públicas de ensino superior do estado do Paraná, um dos docentes entrevistados comentou a maneira como essa mentalidade se apresentava, inclusive no discurso/percepção dos deputados estaduais:

Porque, quando a gente ia conversar sobre os problemas do ensino superior: a falta de concurso público, a precarização das condições com as contratações temporárias, a infraestrutura das universidades, a questão salarial, toda vez que íamos aos parlamentares discutir qualquer coisa nesse sentido, o argumento que a gente ouvia de muitos deputados e parecia ser também uma leitura do próprio governador era de que as IEES não são de responsabilidade do governo estadual. É como se o estado do Paraná fizesse algo além do que ele tem de responsabilidade legal. Então a gente via muitos deputados falando: 'mas não seria melhor federalizar as universidades? Porque é responsabilidade do governo federal oferecer esse serviço público'. Mas o que a gente observava era uma falta de entendimento, porque você não federaliza uma carreira que é estadual, não tem como fazer essa migração. Aí você federaliza as IEES, a infraestrutura, mas a folha fica ainda por responsabilidade do Estado? Como fica isso? A questão é que a gente fez todo um trabalho no sentido de mostrar a relevância, a importância das IEES/PR para o desenvolvimento econômico e social do estado. Mas a gente sempre viu uma resistência no sentido de entender a universidade como uma instituição importante para esse desenvolvimento social e econômico. [...]. Então no governo do Beto Richa isso ficou muito evidente; e um governo neoliberal que restringe a responsabilidade do Estado nas questões sociais, aí a gente consegue entender o porquê ele aumenta o investimento na

²⁰⁶ É possível ver a defesa da prioritária responsabilidade da União com o ensino superior inclusive nos relatórios anuais do TCE-PR. Em 2015, no contexto das medidas de austeridade do governo, um dos deputados estaduais vinculados ao governo Richa afirmou que "boa parte das dificuldades econômicas que o estado enfrenta decorre da necessidade de bancar, com recursos próprios, uma grande parte do ensino público superior". (REIS, 2018, p. 18)

segurança pública, porque ele precisa do aparato de repressão fortalecido para poder conter as insatisfações sociais diante das medidas tomadas. Então, ficou muito evidente uma posição clara de ataque a direitos e também de não viabilização das condições de funcionamento das universidades públicas do estado do Paraná. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDUEPG 2)**

Sobre essa questão, a alegação do “desenvolvimento regional” propiciado pelas IEES no estado tornava-se um importante argumento utilizado pelos sindicatos docentes na defesa do envolvimento financeiro do Estado ante o ensino superior:

Um dos pontos que a gente utilizava muito de argumento naquele momento era a questão de como que a universidade pública fazia a circulação econômica. [...]. A gente apontava que cada real investido na universidade a gente consegue gerar um retorno de até quase três reais. No intuito de fazer com que essa classe dominante enxergasse que se tratava de um investimento às regiões, não uma despesa. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL ADUNIOESTE 2)**

Para 2013, o cenário econômico era favorável. Foram registrados bons resultados se comparados aos exercícios anteriores e ao desempenho nacional. No Brasil, o índice de crescimento ficou em 2,3% e, no Paraná, chegou aos 5,0%, evidenciando a conjuntura de crescimento e recuperação. O desempenho positivo da economia paranaense teve impulsão prioritariamente na renda do agronegócio. **(PARANÁ, 2014b)**

Segundo o TCE-PR, o exercício financeiro de 2013 apresentou resultado superavitário de R\$ 2,7 milhões. As receitas totalizaram R\$ 32,1 bilhões e as despesas pagas R\$ 29,4 bilhões. Receitas e despesas registraram crescimento em relação ao ano anterior: a primeira 9,04% e a segunda 4,11%. **(PARANÁ, 2014a)**

O quadro de pessoal do Poder Executivo Estadual, em 2013, teve um aumento de 7.026 servidores (+ 3,55%)²⁰⁷. O limite para gasto com pessoal foi respeitado e chegou aos 47,23% da receita; entretanto, na ocasião, o estado atingiu o limite prudencial, não sendo mais possível a realização de novas contratações (salvo nas exceções previstas pela Lei de Responsabilidade Fiscal)²⁰⁸. No geral, similarmente aos anos anteriores, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná concluiu da regularidade (com ressalvas) das contas do governador para o referido ano.

²⁰⁷ Passou de 197.643 para 204.669 servidores. O documento do TCE-PR registrou ainda o substancial aumento de Contratos em Regime Especial (CRES), que passaram de 30.541 para 41.185 – um aumento de 34,85%. **(PARANÁ, 2014a)**

²⁰⁸ Entretanto, mesmo diante dessa situação, foram registrados, em 2013, concursos públicos no Poder Executivo, inclusive para o provimento de cargos efetivos de docentes nas IEES/PR. Cumpre dizer que, em análise com base nos sites oficiais de todas as IEES/PR, foi possível verificar a abertura de editais de concursos públicos (cargo docente e/ou demais funções) em todos os anos que compreenderam as gestões Beto Richa. Por outro lado, um problema recorrente ocorreu com as nomeações de aprovados, muitos dos quais apelavam para a Justiça a fim de garantir esse direito.

Com relação direta às IEES/PR, já em 2013, ampliaram-se as discussões sobre a necessidade de adesão das universidades ao sistema de processamento de pagamento – META4. Àquela altura, apenas UENP e UNESPAR utilizavam o sistema:

Por força do Decreto nº 3.728/2012, os Órgãos da Administração Direta, Órgãos de Regime Especial e Autarquias, incluídas as Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES, deveriam processar as respectivas folhas de pagamento mediante utilização do Sistema RH Paraná – META 4. Apesar disso, não houve uma completa adesão e implementação do sistema pela Administração. Exemplificativamente, das 07 (sete) Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES), apenas 2 (Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP e Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR) utilizam o sistema. Ou seja, as maiores Instituições Estaduais de Ensino Superior não o utilizam, de forma que apenas 11% do total da folha de pagamento das IEES são processados pelo sistema META 4. (PARANÁ, 2014a)

O Decreto n.º 7.599 elaborado em 2013 determinava a adesão das IEES ao META4:

Art.10 As Folhas de Pagamento dos Órgãos da Administração Direta, Órgãos de Regime Especial e Autarquias, incluídas as Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES, deverão ser processadas pelo Sistema RH Paraná – META 4, conforme cronograma a ser estabelecido pela SEAP. (PARANÁ, 2013)

Isso foi feito, a fim de que a recomendação do TCE-PR para o governo fosse configurada no relatório de 2013 nos seguintes termos:

i) que implemente em toda sua estrutura administrativa, de maneira uniforme, mecanismos informatizados de controle e processamento da folha de pagamento; ii) que crie processos de verificação do correto uso dos sistemas; e iii) que verifique se o atual sistema (META 4) é suficiente para atender as necessidades de controle da folha de pagamento do Poder Executivo. (PARANÁ, 2014a)

Com relação aos investimentos nos programas governamentais relativos ao ensino superior, o documento do TCE-PR fez o seguinte apontamento: “A falta de investimento federal para ampliação das vagas nas IES federais obriga uma maior atuação do Estado do Paraná para suprir a carência de vagas”. (PARANÁ, 2014a)

Ao que o relatório, em outro momento, prosseguiu sobre o tema:

Ainda que a situação já constitua uma cultura política do Estado, deve ele voltar seus esforços para o ensino básico/fundamental, adequando-se ao disposto nas Constituições Federal (CF, 211, § 3º) e Estadual (CE, 179, § 6º), o que entendo lhe deva ser **recomendado**, precipuamente no sentido de priorizar que o investimento em Ensino Superior se dê com recursos federais e, conseqüentemente, que as estruturas físicas, cursos e quadro de pessoal das IES estaduais não sejam ampliadas com recursos estaduais. (PARANÁ, 2014a, grifos ao autor)

Segundo o mesmo documento, das 29 iniciativas que integram o Programa “Excelência no Ensino Superior”, sete foram totalmente superadas em 2013 e 15 tiveram 50% ou mais alcançadas. O estado não investiu o mínimo constitucional em Ciência em Tecnologia no referido ano: 1,62%.

Nas dificuldades apresentadas no Relatório SETI, (re)apareceram as mesmas questões envolvendo elementos de ordem orçamentária e financeira. O argumento anterior foi reforçado no documento referente a 2013,

[...] pois, como já dito, a responsabilidade pelo ensino superior é do Governo Federal, todavia este não aporta recursos para a manutenção do sistema, e dessa forma todos os recursos para tanto fica por conta do Tesouro do Estado que, como se sabe, tem inúmeras demandas para atender em todas as áreas de atuação do governo. Isso tem feito com que o orçamento das IEES seja aprovado de forma insuficiente, levando à necessidade de suplementação orçamentária durante o exercício. (PARANÁ, 2014, p. 04)

O ano de 2014 é marcado, entre outros motivos, pela movimentação política em torno do processo eleitoral em outubro. Em 28 de junho de 2014, em convenção estadual do PSDB, Beto Richa foi lançado oficialmente como candidato ao governo do estado pelo partido, momento em que se iniciaram as movimentações para fins de composição da coligação que o apoiaria nesse pleito.

Com relação ao contexto econômico, o crescimento do estado do Paraná foi apenas 0,8%. Apresentaram fraco desempenho nesse ano os setores agrícola, industrial, comercial e de serviços – que impactaram diretamente a geração de empregos no estado (saldo na geração de empregos 56% menos em relação a 2013).

Em âmbito nacional, a economia também dava sinais de desequilíbrio. O ano apresentou, nas contas da União, resultado primário deficitário no valor de R\$ 32,53 bilhões, equivalente a 0,63% do PIB. Além do elemento econômico, a tensão política, que se iniciou em 2013, agravava-se e significativos esforços do governo federal foram direcionados para as eleições de outubro.

Sobre as finanças do estado do Paraná, o exercício 2014 representou um período de dificuldades para o equilíbrio das contas do governo. Foi necessário ao governo revisar o déficit na caixa, que de R\$ 934 milhões passou a R\$ 178 milhões. Buscando evitar possível reprovação das contas por parte do TCE-PR, o governo alterou ainda a meta do resultado primário, reduzindo-o a R\$ 3,5 bilhões (vide art. 42 da Lei Estadual n.º 18.468/2015).

Cabe salientar que essa manobra jurídica e fiscal fez parte do denominado “pacote de medidas” em abril de 2015. A redução da meta de resultado primário para o período 2013-2016, permitida pelo texto da Lei Estadual n.º 18.468/2015, fez com que a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que antes previa um *superavit* de R\$ 2,4 milhões, aceitasse um déficit de até R\$ 1,1 bilhão em 2014.

O movimento para mascarar o descumprimento de metas fiscais foi denunciado pela oposição do governo na ALEP, e o Ministério Público de Contas do Paraná chegou a emitir um parecer solicitando a rejeição das contas do governo em 2014. O parecer prévio sobre as contas do governador Beto Richa em 2014 foi analisado e considerado regular (com ressalvas, determinações e recomendações) pelo TCE-PR em novembro de 2015.

Relativamente ao ensino superior público, o documento do TCE-PR destacou o aumento do percentual de instituições que atingiram o nível 4 no Índice Geral de Cursos (IGC).

Este índice sintetiza a qualidade de todos os cursos de graduação, mestrado e doutorado. Com relação ao aumento do percentual de instituições com IGC 4, nota-se que a meta do indicador para 2014 foi atingida, tendo, inclusive, já superado a prevista para o último ano do PPA. (PARANÁ, 2015a)

Havia a expectativa da criação de novos cursos nas IEES/PR, mas, como destaca o documento do TCE-PR, no decurso do exercício 2014, a aprovação desses novos cursos não ocorreu pelas instâncias superiores, em razão da inexistência de disponibilidade de recursos financeiros. (PARANÁ, 2015a)

Em 2014, o governo mais uma vez não cumpriu o limite Constitucional de investimento na Ciência e Tecnologia, aplicando o montante de R\$ 304,8 milhões, o equivalente a 1,83% da base de cálculo. (PARANÁ, 2015a)

O ano de 2015 marcou o primeiro ano da nova gestão Richa ante a vitória no pleito eleitoral do ano anterior. Com relação às contas do governo, apurou-se um *superavit* orçamentário de R\$ 2,5 bilhões no exercício 2015, embora tenha sido observada uma significativa queda de arrecadação de receita em R\$ 5,6 bilhões, o que representou uma arrecadação 12,64% menor em relação à previsão planejada na Lei Orçamentária Anual de 2014. (PARANÁ, 2016b)

O referido ano também se caracterizou pela integração de esforços do governo e de organizações da sociedade civil para fins de elaboração e aprovação do próximo Plano Plurianual (referente aos anos de 2016 a 2019).

Novamente o Relatório do TCE-PR apontou o não cumprimento do percentual exigido constitucionalmente para a área de Ciência e Tecnologia. O valor apurado em 2015 atingiu R\$ 312 milhões, corresponde a 1,67% da base de cálculo. O tribunal determinou de recomposição dos valores que deixaram de ser aplicados durante o exercício de 2015. (PARANÁ, 2016a)

No que diz respeito à gestão de pessoal, o ano de 2015 registrou um número total de 149.025 servidores estatutários, e, a título de comparação, esse número era de 158.353 em 2012. O decréscimo no número de servidores indicou que a reposição dos que se aposentaram, faleceram ou foram exonerados não ocorrera na mesma proporção.

Analisando o programa “Excelência na Educação Superior”, o TCE-PR conclui que diversas obras públicas nas IEES não seguiram uma diretriz eficaz de suas metas e objetivos propostos em 2015. “Do escopo de análise do exercício de 2015, depreende-se que o desempenho orçamentário de todo o programa Excelência no Ensino Superior no que concerne às obras públicas não atendeu as expectativas e foi, conceitualmente, insuficiente.” (PARANÁ, 2016b, p. 99)

Muitas obras foram excluídas e foi “flagrante a repetição de obras não concluídas”. O relatório compreendeu que, no referido ano, houve grande contingenciamento de recursos (sobretudo em obras públicas) amparados pelo Decreto Estadual n.º 25, de 1.º de janeiro de 2015, que fixou normas referentes à execução orçamentária e financeira para o exercício 2015.

Em 2015, de acordo com a SETI, foram nomeados 271 docentes que passaram a integrar a Carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná.

Foram nomeados 271 (duzentos e setenta e um) docentes em 2015, que passam a integrar a Carreira do Magistério Superior aprovados em concursos públicos para as 7 universidades. Os professores passaram a ocupar vagas de servidores afastados por motivo de aposentadoria, falecimento e exoneração. As nomeações foram assim distribuídas: UEL 84 docentes; UEM 80; UEPG 34; Unioeste 22; Unicentro 34; Unespar 15, e UENP 2. Também foram nomeados 5 agentes universitários. (PARANÁ, 2016, p. 04)

Ainda em 2015, tendo por base o Plano de Metas 2015-2018²⁰⁹, o governador Beto Richa, via Decreto n.º 546, de 24 de fevereiro de 2015, instituiu o Grupo de Trabalho para realizar estudos, objetivando elaborar proposta para a autonomia das universidades estaduais. O referido decreto foi revogado pelo próprio Beto Richa dias depois, conforme o Decreto n.º 655, de 10 de março de 2015.

Com relação a 2016, a economia paranaense apresentou uma variação negativa de -2,6%. Com um PIB de R\$ 401 bilhões, o estado se manteve como uma das principais economias do Brasil, com uma participação de 6,4% no PIB do país²¹⁰.

²⁰⁹ Uma das metas do referido plano consistia em propiciar a autonomia universitária com base em proposta a ser elaborada por representantes da comunidade universitária, sindicatos e governo.

²¹⁰ Segundo o IBGE (2018, p. 05), a participação do Paraná no PIB nacional “está relacionado principalmente à atividade eletricidade e gás, água e esgoto, atividades de gestão de resíduos e

Em âmbito nacional, 2016 ficou marcado pelo PIB que decresceu -3,3% em relação à 2015. (IBGE, 2018)

As contas do governo para o referido ano foram aprovadas, de forma unânime, pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná em novembro de 2017. Entretanto, o relatório final apontou a necessidade de 14 ressalvas, 9 determinações e 3 recomendações. Os conselheiros determinaram ainda a instauração da Tomada de Contas Extraordinária para apurar o fiel cumprimento às determinações e recomendações contidas nos pareceres prévios pendentes de cumprimento e apurar responsabilidades pessoais de gestores por omissões²¹¹.

Quanto à Ciência e Tecnologia, o percentual aplicado não chegou aos 2%, percentual exigido, ficando em 1,97%. Segundo o relatório da pasta (PARANÁ, 2017), em 2016, ocorreram 261 nomeações de agentes universitários para os hospitais universitários, distribuídas da seguinte forma: UEL, 94; UEM, 139; UNIOESTE, 26; e UNESPAR, 02. Houve também a nomeação (por decisão judicial) de 14 docentes, distribuída da seguinte forma: UEL, 05; UEM, 01; UEPG, 01; UNESPAR, 01; e UNIOESTE, 06.

O Paraná, em 2017, apresentou novamente uma participação de 6,4% do PIB do país. Com uma produção de R\$ 421 bilhões, o estado ocupou a 5.^a posição nas unidades da federação. Em âmbito nacional, após dois anos consecutivos de queda, o PIB do Brasil voltou a crescer: 1,3% em 2017 na comparação com 2016. (IBGE, 2019)

Segundo o TCE-PR, o Poder Executivo arrecadou R\$ 45,6 bilhões e despendeu R\$ 46,1 bilhões, evidenciando um desequilíbrio nas contas do governo.

A disponibilidade de caixa demonstrada no Balanço Financeiro Consolidado Global do Estado totalizou o montante de R\$ 16,2 bilhões, sendo R\$ 6,7 bilhões da Previdência, R\$ 6,5 bilhões do Poder Executivo e R\$ 3,0 bilhões dos Demais Poderes e Fundos vinculados (TJPR, ALEP, MPPR e TCE-PR). Isso revela que o Poder Executivo dispunha de R\$ 6,5 bilhões de recursos para cobertura de suas obrigações, evidenciando que no final de 2017 havia disponibilidade de caixa suficiente para pagamento dos compromissos reconhecidos no Balanço. No encerramento de 2017, permaneceu em restos a pagar o montante de R\$ 4,1 bilhões, sendo que em 2016 esse valor foi de R\$ 1,5 bilhão. (PARANÁ, 2018)

descontaminação (1,2 p.p.) em função da redução dos custos entre 2015 e 2016 e ainda do ganho relativo de participação na atividade de Construção do Brasil (0,4 pp)".

²¹¹ Os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná verificaram reiterados descumprimentos de determinações feitas por este órgão ao governo estadual, o que elevou o tom das cobranças naquele momento.

Em 2017, o Poder Executivo tinha 183.224 servidores ativos. O gasto com pessoal ativo chegou a R\$ 12,3 bilhões sem encargos. A educação (básica e superior), com 63%, é a política que mais abrangeu os servidores públicos estaduais do Poder Executivo; no entanto, persistiu nessa política a ampla contratação mediante o regime especial, conforme destacou o relatório do TCE-PR: “A evolução dos quantitativos de pessoal demonstrou que, na área de educação, houve expressivo volume de substituição de servidores efetivos por colaboradores contratados por regime especial, num total de 32.923”. (PARANÁ, 2018)

A avaliação do TCE-PR também apontou que mais da metade dos servidores (57%) se encontravam entre 40 e 60 anos, o que requererá em breve providências referentes à realização de novos concursos ante a necessidade de renovação do quadro que se aproxima.

O TCE-PR novamente se manifestou contra o posicionamento de alguns órgãos/entidades que, em desacordo com o contido no Decreto n.º 25/2015 (art. 34), seguiram utilizando sistemas próprios para o gerenciamento de recursos humanos. A pressão dos conselheiros era para estabelecer o processamento mediante a utilização do Sistema RH Paraná – META4. (PARANÁ, 2018)

Com dados quantitativos, o Relatório SETI (PARANÁ, 2018) apresentou informações atualizadas que demonstraram a grandeza do sistema estadual de ensino superior paranaense:

Com 8.330 docentes (90% com título de Mestre e/ou Doutor) e 8.611 agentes universitários, atendeu 100 mil alunos, as universidades estaduais ofertaram 347 cursos de graduação, centenas de cursos de especialização, 186 cursos de mestrado e 83 cursos de doutorado. Em 2017, foram graduados 12.300 alunos. (PARANÁ, 2018, p. 02)

No programa “Excelência do Ensino Superior”, o Relatório do TCE-PR indicou que as despesas vinculadas ao programa tiveram um incremento de 28%, considerando o período de 2012 a 2017²¹². O aumento desses gastos ocorreu, especialmente com pessoal e encargos sociais e não refletiu no quantitativo de pessoal, apenas na média remuneratória. (PARANÁ, 2018)

De acordo com o TCE-PR, do montante de R\$ 2,3 bilhões (valor total de gastos com ensino superior em 2017), a composição dos gastos por universidade ficou assim dividida:

²¹² Esclarece-se que a presente tese não se debruçou sobre a inflação nesse período, um elemento que não pode ser ignorado pois ajuda a pensar o real impacto desses “incrementos” naquele contexto.

TABELA 08 – Composição do gasto por universidade em 2017

Universidade	Percentual	IGC
UEL	26	4
UEM	25	4
UNIOESTE	16	4
UEPG	13	4
UNICENTRO	09	4
UNESPAR	07	3
UENP	04	3

Fonte: O autor mediante dados do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (PARANÁ, 2018)

Na avaliação das contas do governo, ficou indicado que, no exercício 2017, o estado do Paraná cumpriu o índice constitucional, ao aplicar o percentual de 36,26% na educação (somando-se o ensino básico e superior). Quanto ao índice exigido para o fomento à pesquisa científica e tecnológica, o Paraná deixou de atingir novamente o percentual mínimo, tendo aplicado 1,99% da base de cálculo. Segundo o TCE-PR, em análise aos últimos seis anos, apenas em 2012 houve o cumprimento do índice Constitucional em Ciência e Tecnologia por parte do governo Richa. (PARANÁ, 2018)

O ano de 2017 ficou ainda marcado pela questão do corte que o governador Beto Richa buscou promover no tocante às horas destinadas para a contratação de professores temporários para as IEES/PR. Em 16 de março, circulava a informação de que a gestão Richa autorizaria apenas um total de 36.729 horas para fins de contratação de professores temporários, a serem divididas entre todas as IEES/PR.

A pedida, ante a demanda/necessidade das IEES, girava em torno das 55 mil horas, sem isso, argumentavam as reitorias, ficaria inviável promover o funcionamento das funções de ensino, pesquisa e extensão das universidades. Para ter uma ideia da gravidade, essa situação impediria o início do referido ano letivo pela falta de professores. UEL, UNESPAR e UNICENTRO comunicaram, em 18 de março, a suspensão de seus calendários acadêmicos nos cursos de graduação.

Após intensas mobilizações das IEES (reitorias e movimentos sindicais docentes), o governador Beto Richa refez o decreto que atribuía as horas para a contratação de professores docentes e ampliou o quantitativo de horas destinado para tal função. Conforme o Decreto n.º 6.511, de 29 de março de 2017, foram autorizadas

às IEES um total de 54.945 horas para contratar docentes em regime especial (CRES)²¹³.

Paralelamente a isso, foi deliberado na 19.^a Reunião Ordinária da Comissão de Política Salarial (CPS), ocorrida em 2 de fevereiro de 2017, que a concessão do valor referente ao Tempo Integral de Dedicção Exclusiva (TIDE) seria vedada aos professores contratados por tempo determinado, ampliando ainda mais a precarização das condições de trabalho e vida desses trabalhadores.

Por fim, o ano de 2018 integrou o derradeiro de Beto Richa à frente do governo paranaense. Cumpre dizer que, tendo por objetivo pleitear um cargo no Senado Federal, essa sua saída do Palácio do Iguazu foi antecipada para abril do referido ano.

Na ocasião, a economia paranaense almejava uma recuperação ante os recentes anos de dificuldades. O PIB do Brasil apresentou, após dois anos seguidos em queda, variação em volume positiva com crescimento de 1,8% na comparação com 2017. O PIB do Paraná, por sua vez, cresceu 1,2% e equivaleu a 6,3% do PIB nacional em 2018. (IBGE, 2020)

De acordo com o TCE-PR, o balanço das contas do governo em 2018 apresentou resultado superavitário de R\$ 151,5 milhões. Conforme elementos contabilizados pelo Estado, as Despesas com Pessoal do Poder Executivo atingiram a cifra líquida de R\$ 16,7 bilhões, equivalente a 44,56% da Receita Corrente Líquida. (PARANÁ, 2019).

O Poder Executivo do Estado do Paraná tinha, em dezembro de 2018, um quadro de 150.562 servidores (entre efetivos e temporários). A área da educação (básica e superior) respondia pelo montante de 69,36% desse total. (PARANÁ, 2019).

Novamente o Relatório do TCE-PR destacou a preocupação em torno do aumento das contratações temporárias que foram usadas para compensar a redução de servidores efetivos. “A tabela anterior comprova que a redução de servidores efetivos foi compensada por contratações temporárias. Esta constatação já foi matéria de recomendação na apreciação das contas de 2014, conforme Acórdão de Parecer Prévio nº 255/15.” (PARANÁ, 2019, p. 109).

Os conselheiros do TCE-PR ressaltaram novamente a questão do Sistema META4, entendendo-o como uma importante ferramenta de gestão que deve,

²¹³ Importa salientar que as seções sindicais se manifestaram dizendo que mesmo o quantitativo de 54.945 horas era insuficiente para as demandas docentes no interior das universidades estaduais paranaenses.

portanto, ser utilizada pelos diferentes órgãos e secretarias do governo estadual para o processamento das informações relativas às folhas salariais dos servidores.

O sistema META4 é a ferramenta informatizada para a gestão de pessoas, que engloba, segundo redação do Decreto Estadual nº 3.728/2012, art. 23, as despesas de pessoal dos Órgãos da Administração Direta, Órgãos de Regime Especial e Autarquias. Não compartilham desse sistema as Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES), as quais mantêm suas informações em sistemas próprios de elaboração de folha, sob a alegação de que o sistema de controle de pessoal restringiria a autonomia universitária prevista no art. 207 da Constituição Federal. [...] Em virtude dessas exceções, a SEAP recebe Relatórios Mensais de Informação de Pagamento (RMIP). Porém, como tal relatório apresenta somente dados consolidados, existe deliberação deste Tribunal de Contas, por meio do Acórdão de Parecer Prévio nº 287/18 - Tribunal Pleno, determinando ao Governo do Estado que implantasse em todas as entidades que processam o pagamento de servidores da administração direta e autarquias, inclusive nas IEES, o processamento das folhas de pagamento no Sistema META4. (PARANÁ, 2019, p. 106-107)

Essa questão reaparece no Relatório do TCE-PR, referente a 2018, como uma “ressalva com determinação”. Ou seja, para que o estado do Paraná, representado pelo governador Beto Richa, adote as providências necessárias no prazo de 180 dias contados mediante o Acórdão do parecer prévio (6 de novembro de 2019): “**Determinar** a implantação em todas as entidades que processam o pagamento de servidores em sistema próprio a migração para o Sistema META4, consolidando e integrando a folha de pagamento em sistema único de gestão”. (PARANÁ, 2019, p. 143, grifos do autor)

Os índices constitucionais mínimos de gastos com saúde (12%) e educação (30%) foram atingidos. O índice referente aos investimentos em Ciência e Tecnologia ficou novamente abaixo dos 2%, quando foram gastos nessa área R\$ 348 milhões, que representaram 1,97% das receitas do estado. Na tabela, sumariza-se como foram os investimentos do governo Richa na área de Ciência e Tecnologia (conforme preconiza o art. 205 da Constituição Estadual de 1989):

TABELA 09 – Montante da receita tributária investida em Ciência e Tecnologia, 2011-2018

Universidade	Percentual
2011	1,48
2012	2,32
2013	1,62
2014	1,83
2015	1,67
2016	1,97
2017	1,99
2018	1,97

Fonte: O autor mediante dados do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (2011-2018)

Assim como em anos anteriores, o Regime Próprio da Previdência Social apresentou resultado deficitário, ampliando o pessimismo do TCE-PR em torno do cenário fiscal para essa finalidade em médio e longo prazo.

No que concerne ao programa “Excelência do Ensino Superior”, para os conselheiros do TCE-PR, os indicadores não apresentaram execução satisfatória em relação às metas previstas. O TCE-PR não acolheu as justificativas dadas pelo governo do estado do Paraná sobre a questão e emitiu recomendações de melhorias, já que, no referido programa, foram aplicados em 2018, R\$ 2,4 bilhões e, dos oito indicadores, cinco não foram atingidos. Essa questão apareceu como uma “ressalva” do relatório final das contas do governador feito pelo TCE-PR.

Referentemente ao Relatório da então Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), do exercício 2018²¹⁴, foram apresentados dados quantitativos que revelaram as seguintes informações: 97.078 estudantes matriculados regularmente no sistema estadual de ensino superior; 380 cursos de graduação; 198 mestrados; 92 doutorados; e 126 residências. Atuaram, nas IEES/PR do referido ano, 7.685 docentes e 8.847 agentes universitários. (PARANÁ, 2019)

Com relação às finanças, o Relatório descreve:

Foram investidos cerca de R\$ 3,0 bilhões na manutenção e na consolidação do Sistema de Ensino Superior (ensino, saúde, recursos próprios e convênios) visando proporcionar avanços acadêmicos, científicos, culturais, sociais e econômicos ao Paraná, com melhoria na qualidade de vida das pessoas. (PARANÁ, 2019, p. 03)

Reforça-se, nesse tema, a mesma dificuldade de ordem orçamentária apresentada em relatórios de anos anteriores, novamente sendo ressaltado “que a responsabilidade pelo ensino superior é do Governo Federal, todavia este não tem aportado recursos para a manutenção do sistema do ensino superior, e assim, todos os recursos ficam por conta do Tesouro do Estado”. (PARANÁ, 2019, p. 04)

Ao que o relatório complementou sobre esse tema:

Emendas ao orçamento da União para as IEES foram liberadas, mediante gestões, neste sentido, pelo titular desta Pasta e pelos Reitores das Universidades. Tem sido prática desta Secretaria buscar recursos junto ao Governo Federal por meio de ações da própria SETI e de suas vinculadas (universidades, TECPAR, SIMEPAR e Fundação Araucária), não só atendendo editais dos Ministérios do Governo Federal, mas de forma mais geral e em conjunto com o Sistema Estadual e Municipal de universidades brasileiras – Proposta de Participação do Governo Federal no Financiamento das Universidades Estaduais e Municipais da ABRUEM – Associação

²¹⁴ Diferente dos demais, este relatório não estava disponível para acesso na internet (site oficial do governo do Paraná). Para consultá-lo, no entanto, foi necessário solicitar o documento ao governo estadual via Lei de Acesso à Informação (Protocolo de Atendimento n.º 55.195/2022).

Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais, cuja proposta foi encaminhada aos Excelentíssimos Deputados e Senadores – Membros do Congresso Nacional. (PARANÁ, 2019, p. 05)

Foi destacada ainda, no relatório da SETI, a manutenção de mais de 55 mil horas para a contratação de docentes em regime especial (CRES) para as universidades em 2018. De acordo com os Decretos n.ºs 9.028 e 11.954, de 2018, a divisão das horas entre as IEES ficou assim estabelecida: Universidade Estadual de Londrina – 4.000 horas; Universidade Estadual de Ponta Grossa – 6.300 horas; Universidade Estadual de Maringá – 15.000 horas; Universidade Estadual do Centro-Oeste – 10.000 horas; Universidade Estadual do Oeste do Paraná – 7.600 horas; Universidade Estadual do Norte do Paraná – 4.505 horas (inicialmente eram 5.005 horas que foram reduzidas posteriormente pelo Decreto n.º 11.954, de dezembro de 2018); Universidade Estadual do Paraná – 8.000 horas.

A despeito do destaque dado pela SETI à concessão de horas para a contratação de professores temporários, não consta no relatório de 2018 nenhuma informação sobre nomeações de candidatos docentes aprovados em concurso público. No tocante à contratação de professores temporários para as IEES, a pesquisa de Bernardo assim sumariza o período Richa:

De 2011 até abril de 2018, quem ocupava o governo do estado do Paraná era Carlos Alberto Richa (PSDB). No período de 2011 a 2017 verificou-se uma contínua evolução na média percentual de docentes contratados, sendo que tal governo tem em seu primeiro ano de mandato (2011) 22,55% de docentes atuando como temporários. No ano seguinte, 2012, observa-se uma redução de 3,65 pontos percentuais na contratação temporária, ou seja, 18,9% da média percentual dos docentes atuantes nas sete universidades possuíam o vínculo de temporários. A média volta a subir para 21,8% em 2013 e ficando em 21,2% em 2014. Em 2015, a média percentual de temporários expande para 23,6% e em 2016 alcança seu maior índice da série analisada, com a média percentual de 26,5% de docentes temporários. O último ano da série analisada, 2017, apresenta leve redução, ficando em 25%. (BERNARDO, 2020, p. 145-146)

São indicativos claros de que a gestão Richa se utilizou dessa modalidade flexível de contratação para fins de atendimento às demandas por pessoal no ensino superior, sobretudo na docência.

Ademais, analisando a contratação dos concursados de forma geral, segundo dados acessados ao site do governo estadual, mediante a Lei de Acesso à Informação, foram nomeados, entre 2011 e 2018, 1.402 docentes. A distribuição dessas nomeações configurou-se nesse período da seguinte forma:

TABELA 10 – Número de docentes para o magistério do ensino superior nomeados (para as IEES/PR) entre 2011 e 2018

Universidade	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
UEL	46	156	24	11	84	05	00	08	334
UEM	44	127	38	13	80	01	03	10	316
UENP	02	00	02	02	02	00	02	06	16
UEPG	07	53	107	14	34	01	06	14	236
UNESPAR	19	46	27	17	15	02	01	05	132
UNICENTRO	20	69	40	07	34	01	02	02	175
UNIOESTE	04	00	86	63	22	10	03	05	193
TOTAL	142	451	324	127	271	20	17	50	1402

Fonte: Governo estadual mediante a Lei de Acesso à Informação (organizado pelo autor)

Segundo a mesma fonte, no que concerne aos “agentes universitários”, foram 2.461 nomeações nesse período. Houve ainda as nomeações de “agentes de ensino” (319) e “agentes de hospital” (845) – dois cargos relativos apenas às IEES que administram hospitais (UEL, UEM, UNIOESTE)²¹⁵.

5.2.2.2 Referências políticas e técnicas do governador Beto Richa

No intuito de caracterizar melhor o perfil técnico e político da gestão objeto do estudo, será apresentada a composição das Secretarias de Fazenda (SEFA) e da Casa Civil e Ciência e Tecnologia (SETI) durante os oito anos em que Beto Richa esteve à frente do governo estadual. Também será feita a apresentação dos deputados estaduais que estiveram na liderança do governo na ALEP no período.

Na Secretaria da Fazenda do Paraná, órgão responsável por implementar a política econômica, orçamentária e financeira do estado, estiveram à frente no período Richa os seguintes secretários: Luiz Carlos Haully (2011-2013); Jozélia Nogueira (2013-2014); Luiz Eduardo Sebastiani (2014-2015); Mauro Ricardo Costa (2015-2018); George Tormin (2018).

TABELA 11 – Relação dos secretários da Fazenda no período Beto Richa

Secretário(a)	Período à frente da SEFA
Luiz Carlos Haully	2011-2013
Jozélia Nogueira	2013-2014
Luiz Eduardo Sebastiani	2014-2015
Mauro Ricardo Costa	2015-2018
George Tormin	2018

Fonte: O autor

²¹⁵ A informação do governo estadual não trouxe nenhum dado de nomeações nesses cargos para a UEPG, responsável, desde 2010, pela manutenção do Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais.

Com a longa tradição na política paranaense, atuando inclusive na administração Álvaro Dias, o economista Luiz Carlos Haully assumiu a primeira equipe à frente da Fazenda na gestão Richa. Defendia o contrato de gestão como importante ferramenta gerencial. Sua saída ocorreu para exercer o mandato de Deputado Federal.

No seu lugar, assumiu Jozélia Nogueira, que ocupava o cargo de procuradora geral do estado. Também exerceu o cargo de chefe da Procuradoria Fiscal e da Procuradoria do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER-PR). É formada em Direito Tributário com especialização em Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para o lugar de Jozélia Nogueira, assumiu, em março de 2014, Luiz Eduardo Sebastiani, então diretor financeiro da COPEL. Sebastiani já havia sido secretário da Administração e Previdência (SEAP) e da Casa Civil no mesmo governo Richa. Sua entrada ocorreu no fim da primeira gestão e em meio ao contexto de crise nas contas do estado.

Mauro Ricardo Costa é formado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas e assumiu a pasta no início da segunda gestão Richa, em 2015. Possui longa atividade no serviço público, sobretudo em administrações comandadas pelo PSDB. Sua saída ocorreu simultaneamente à saída do governador para a disputa do Senado Federal. Para o seu lugar, a então governadora Cida Borghetti nomeou interinamente George Tormin – este que já ocupava o cargo de diretor geral da Fazenda²¹⁶.

Assim analisa Reis:

Mauro Ricardo é do PSDB de São Paulo e tem longa ficha de serviços prestados, especialmente a governos tucanos, desde os anos 1990. Antes mesmo de assumir a Secretaria da Fazenda, ao defender o pacote aprovado em dezembro de 2014, já deu amostras da forma como conduziria as finanças do Paraná, adotando um discurso pautado na necessidade de implantar o ajuste fiscal e diminuir as despesas do estado com a folha de pagamento dos servidores. (REIS, 2018, p. 11)

Foi Mauro Ricardo o principal responsável pelo pacote de austeridades implantado no governo do Paraná em 2015. A votação dessas medidas ocasionou

²¹⁶ Costa e Tormin possuem uma relação de proximidade. Depois de terem saído da gestão Richa, atuaram conjuntamente no gabinete do senador José Serra (PSDB). Em 2020, atuaram na administração Bruno Covas, na prefeitura de São Paulo e, posteriormente, foram integrados à Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão do governo de São Paulo.

uma série de mobilizações por parte de servidores públicos ao que foram duramente reprimidos pela polícia militar²¹⁷.

No que se refere à Casa Civil, importante órgão de assessoramento e apoio direto ao governador, o período Richa foi composto pelas seguintes chefias: Durval Amaral (2011-2012); Luiz Eduardo Sebastiani (2012-2013); Reinholds Stephanes (2013-2014); César Silvestre (2014); Deputado Federal Eduardo Sciarra (2015-2016); e o também Deputado Federal Valdir Rossoni (2016-2018).

TABELA 12 – Relação dos chefes da Casa Civil no período Beto Richa

Chefe	Período à frente da Casa Civil	Vinculação partidária
Durval Amaral	2011-2012	DEM
Luiz Eduardo Sebastiani	2012-2013	-
Reinholds Stephanes	2013-2014	PSD
César Silvestre	2014	PPS
Eduardo Sciarra	2015-2016	PSD
Valdir Rossoni	2016-2018	PSDB

Fonte: O autor

Considerando o seu papel político, em 2012 Richa chegou a afirmar que “a Casa Civil é a secretaria mais importante do governo, pelo seu papel de integração e articulação entre as diversas áreas do Executivo”. (RICHA, 2012)

Sobre a gestão da então Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), estiveram à frente, no período Richa, os seguintes secretários: Alípio Leal (2011-2013); João Carlos Gomes (2013-2018); Décio Esperândio (2018).

TABELA 13 – Relação dos secretários da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior no período Beto Richa

Secretário	Período à frente da SETI	Vinculação
Alípio Leal	2011-2013	IFPR
João Carlos Gomes	2013-2018	UEPG
Décio Sperandio	2018	UEM

Fonte: o autor

O professor Alípio Santos Leal Neto possui vinculação profissional com o Instituto Federal do Paraná, atuando inclusive como reitor dessa instituição entre 2008 e 2011. Assumiu a direção da SETI em janeiro de 2011, no lugar do professor Nildo José Lubke²¹⁸, e ficou até agosto de 2013. Seu pedido de exoneração do cargo coincidiu com a deflagração da Operação Sinapse, da Polícia Federal, que prendeu

²¹⁷ Essa questão será retomada mais à frente na pesquisa, especialmente quando se discutir o “29 de abril de 2015”.

²¹⁸ Este foi indicado pela gestão anterior do então governador Orlando Pessuti (PMDB), que assumiu interinamente o governo do estado em abril de 2010, após a saída de Roberto Requião para concorrer ao Senado Federal.

preventivamente pessoas suspeitas de envolvimento em um esquema de desvio de recursos do IFPR.

Em seu lugar, assumiu o professor João Carlos Gomes, ex-reitor da UEPG por três mandatos, o qual, por conta do prolongado tempo em que esteve à frente, seria a grande referência da SETI no período Richa. O professor Décio Sperandio já assumiu a pasta no momento em que Cida Borghetti assumia interinamente o governo em abril de 2018²¹⁹.

Como principal referência no Legislativo, o governador Beto Richa teve, entre 2011 e 2014, o deputado estadual e amigo pessoal Ademar Luiz Traiano (PSDB)²²⁰; a partir de 2015, o deputado estadual Luiz Cláudio Romanelli (PMDB) passou a ser a liderança do governo nessa Casa até a saída de Richa do governo.

TABELA 14 – Líderes do governo Beto Richa na ALEP (2011-2018)

Deputado	Período na liderança	Vinculação partidária
Ademar Traiano	2011-2014	PSDB
Luiz Cláudio Romanelli	2014-2018	PMDB
Pedro Lupion	2018	DEM

Fonte: O autor

Só para fins de contextualização, ainda tendo por foco a ALEP, as Lideranças de Oposição foram assim compostas nesse período: deputado Ênio Verri (PT), 2011-2012; deputado Elton Welter (PT), 2013-2014; deputado Tadeu Venerri (PT), 2015 e 2017; deputado Requião Filho (PMDB), 2016; deputado Anibelli Neto (PMDB), 2018.

Abaixo serão relacionadas e discutidas as principais ações da gestão Beto Richa (2011-2018) no que diz respeito ao sistema paranaense de ensino superior e às Instituições Estaduais de Ensino Superior; seus rebatimentos à autonomia universitária e à carreira/condições de trabalho docente. Obviamente, como será visto, algumas ações perpassaram pela realidade não apenas dos servidores das universidades, mas por todo o conjunto dos servidores estaduais.

5.2.2.3 A questão salarial (data-base e reajustes)

Com relação ao reajuste do funcionalismo público estadual, o período que contemplou as duas gestões Beto Richa iniciou em 2011 com um reajuste de 6,5%

²¹⁹ Beto Richa deixou o cargo de governador do Estado em abril de 2018 para concorrer ao Senado Federal. No seu lugar, assumiu a vice-governadora Cida Borghetti (PP). Posteriormente Borghetti se candidatou ao governo, porém foi derrotada em primeiro turno pelo candidato Ratinho Júnior (PSD).

²²⁰ O advogado e político Ademar Traiano foi eleito presidente da ALEP em 2015 e desempenhou, nesse mesmo período, a função de presidente do PSDB no Paraná.

aos servidores²²¹. No ano seguinte, foi sancionada a Lei Estadual n.º 17.280/2012, que dispõe sobre o aumento de 31,73% no vencimento inicial da carreira do Magistério do Ensino Superior das IEES/PR. Esse aumento seria em quatro parcelas anuais de 7,14%, a partir de primeiro de outubro de 2012, 2013, 2014 e 2015, sem prejuízo da revisão geral anual que viesse a ser concedida.

O denominado “Plano de Equiparação Salarial” dos professores do ensino superior público paranaense cumpria o propósito de corrigir a defasagem existente entre os vencimentos de professores e técnicos das IEES/PR²²². Sua implementação em 2012 ocorreu sob forte pressão dos sindicatos docentes que, em agosto do referido ano, se mobilizaram mediante assembleias gerais, paralisações e indicativos de greve²²³.

Segundo a fala de um ex-dirigente sindical, entrevistado para fins desta pesquisa, havia, no período em questão, forte movimento de sinergia no interior do sindicalismo estadual, sobretudo, no sindicalismo docente das IEES. Os embates políticos com o governo anterior fortaleceram o movimento que adentrou o período Richa com elevado grau de mobilização.

[O governo Requião] foi um governo que nos maltratou muito do ponto de vista salarial. O Ênio Verri, o cara do Planejamento à época, se não me engano, nos tratou muito pesadamente nessa questão. Então isso serviu para quê? Serviu para que nós fôssemos acumulando tensão e acumulando energia direcionada para a luta. Então nós fomos conseguindo criar junto à categoria docente uma disposição crescente para a luta, de tal forma que, nos dois últimos anos do governo Requião, o processo de enfrentamento se tornou muito intenso e conseguimos algumas coisas em termos de reposição salarial ali no finalzinho, entre outras questões. E o que acontece? Quando entra o governo Richa, ele pega a categoria docente na crista da onda, nós estávamos com muita gana, estávamos mais mobilizados, estava uma qualidade de mobilização muito forte, porque nós tínhamos uma energia acumulada muito grande ali, de tal forma que, quando entra o governo Richa, ele nos pega num momento em que a gente estava muito organizado, com uma voz muito alta. Isso nos permitiu alguns avanços bastante interessantes, por exemplo, do ponto de vista da carreira. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL DA ADUNICENTRO)**

O ano de 2013, inclusive, foi marcado por uma série de manifestações das seções sindicais e do SINDIPROL/ADUEL contra o atraso no pagamento da segunda parcela da equiparação que deveria ocorrer na folha de pagamento de outubro. Diversos sindicatos manifestaram indicativo de greve ante o descumprimento do compromisso em lei.

²²¹ Lei Estadual n.º 16.814, de 19 de maio de 2011.

²²² Parte dessa defasagem/discrepância consolidou-se com o desenvolvimento da carreira técnico-administrativa nas IEES mediante a Lei Estadual n.º 15.050, de 12 de abril de 2006.

²²³ Questão que será explorada melhor no capítulo 6 deste estudo.

Em 25 de novembro de 2013, a SETI chegou a se manifestar por meio de nota oficial com as seguintes explicações:

O secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, João Carlos Gomes, emitiu nota oficial, nesta segunda-feira (25) para comunicar aos professores das Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES paranaenses sobre o pagamento da segunda parcela de 7,14% do reajuste da categoria, autorizado no ano passado pelo governador Beto Richa. O pagamento será feito na folha do mês de novembro, retroativo ao mês de outubro de 2013. (PARANÁ, 2013)

Ainda sobre o reajuste anual em 2012, o governo estadual encaminhou para a apreciação da ALEP um projeto de lei que estabelecia em 5,1% o índice do reajuste salarial para os servidores públicos estaduais. Esse reajuste foi sancionado mediante a Lei Estadual n.º 17.167, de 23 de maio de 2012.

Para 2013, o valor encaminhado pelo governo estadual para a aprovação da ALEP foi 6,49%. Conforme o Projeto de Lei n.º 182/2013, a aplicação desse índice foi feita da seguinte forma: 3,2% a serem pagos em maio de 2013 e 3,19% em julho de 2013.

Na ocasião, o Fórum das Entidades Sindicais do Paraná (FES) pleiteava um reajuste de 13,5%. Havia ainda o questionamento da legalidade dessa diluição no pagamento em parcelas, considerando que o pagamento deveria ser integral em maio.

Em 2014, conforme a Lei Estadual n.º 18.096/2014, o índice geral tomado por referência para o reajuste salarial de servidores foi 6,28%. O impacto estimado às contas do governo com o referido reajuste alcançou a soma de R\$ 75.243.419,00. As despesas com pessoal no Poder Executivo alcançaram 45,79% da Receita Corrente Líquida.

O ano de 2015 foi marcado pelo embate entre as organizações sindicais das IEES/PR e o governo estadual a respeito do reajuste salarial. O ponto mais forte dessa mobilização ocorreu por uma greve conjunta de docentes iniciada em abril do referido ano. O motivo da greve foi a quebra do compromisso de reajuste salarial em primeiro de maio (conforme a lei da data-base instituiu). Após muita pressão, uma das respostas obtidas por essa greve foi a Lei Estadual n.º 18.493, de junho de 2015, que estabelece uma nova política/calendário de reajuste salarial.

A referida lei trata da alteração da data base para a revisão geral anual e estabelecimento, para os anos que especifica, do índice de revisão geral das tabelas de vencimento básico ou de subsídio das carreiras estatutárias civis.

Art. 1. Estabelece que, para o ano de 2015, a revisão geral a que se refere a Lei nº 15.512, de 31 de maio de 2007, será realizada em parcela única, no

mês de outubro de 2015, com o índice de 3,45% (três vírgula quarenta e cinco por cento), equivalente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acumulado entre os meses de maio de 2014 e dezembro de 2014.

Art. 2. Estabelece o dia 1º de janeiro do ano de 2016 para a antecipação da revisão geral anual da referência salarial inicial das tabelas de vencimento básico ou de subsídio, com o consequente reflexo nos interníveis e interclasses, respeitada a amplitude salarial e a dinâmica intercargos, às carreiras estatutárias civis e militar do Poder Executivo do Estado do Paraná, em atendimento ao disposto no inciso X do art. 27 da Constituição Estadual.

Parágrafo único: Para o ano de 2016, a revisão geral a que se refere o *caput* deste artigo será implantada pelo Poder Executivo, em percentual equivalente ao IPCA acumulado entre os meses de janeiro de 2015 e dezembro de 2015.

Art. 3. Estabelece o dia 1º de janeiro de 2017 e o dia 1º de maio de 2017, para a revisão geral anual da referência salarial inicial das tabelas de vencimento básico ou de subsídio, com o consequente reflexo nos interníveis e interclasses, respeitada a amplitude salarial e a dinâmica intercargos, às carreiras estatutárias civis e militar do Poder Executivo do Estado do Paraná, em atendimento ao disposto no inciso X do art. 27 da Constituição Estadual.

§1º Para o reajuste de 1º de janeiro de 2017, a revisão geral a que se refere o *caput* deste artigo será implantada pelo Poder Executivo, em percentual equivalente ao IPCA acumulado entre os meses de janeiro de 2016 a dezembro de 2016.

§2º Fica, ainda, estipulado o percentual de 1% (um por cento) de adicional de data-base relativo à compensação dos meses não pagos do ano de 2015.

§3º Para a data-base de 1º de maio de 2017, a revisão geral a que se refere o *caput* deste artigo será implantada pelo Poder Executivo, em percentual equivalente ao IPCA acumulado entre os meses de janeiro de 2017 a abril de 2017. (PARANÁ, 2015)

Porém, em outubro de 2016, Richa encaminha à ALEP uma Emenda modificativa e aditiva ao Projeto de Lei n.º 153/2016 (dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração e Execução da Lei Orçamentária Anual, exercício 2017)²²⁴, que suspende a reposição salarial dos docentes e demais servidores do Poder Executivo por tempo indeterminado. Essa proposta anula o estabelecido pela Lei Estadual n.º 18.493/2015, aprovada pela ALEP e parte da conquista do movimento grevista de docentes e demais servidores públicos estaduais daquele ano.

O governo justificou que, para 2017, seriam priorizados os pagamentos de promoções e progressões de servidores, sendo já previsto no orçamento R\$ 1,4 bilhão para esse fim²²⁵. Quanto ao reajuste dos servidores, de acordo com o secretário da Fazenda Mauro Ricardo Costa:

A lei que prevê o reajuste não foi modificada e nem revogada, mas o momento do pagamento depende do comportamento da economia e da arrecadação. Para pagar o reajuste salarial e mais as promoções e progressões, seriam necessários R\$ 3,5 bilhões. Não existem recursos para isso. Uma das alternativas seria aumentar as alíquotas do ICMS e do IPVA. Isso está fora de cogitação. Não vamos aumentar impostos estaduais para melhorar os salários dos servidores, às custas da população do Estado, nesse momento

²²⁴ Vide Leis Estaduais n.º 18.907/2016 e n.º 18.948/2016.

²²⁵ Conforme o PL n.º 153/2016, a projeção das receitas fiscais do estado para 2017 calcula justamente o valor adicional de R\$ 1,4 bilhão em relação a 2016, derivado da previsão de aumento de 5,52% do ICMS. (p. 96)

de crise econômica nacional. É momento de compreensão dos servidores e de união de esforços para tirar o país da crise. (COSTA, 2016)

Essa fala do então secretário diz respeito aos arts. 32 e 33 da Lei Estadual n.º 18.907 de 25 de novembro de 2016, que dispõe sobre as diretrizes para a Elaboração e Execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2017:

Art. 32. As promoções e progressões dos servidores que tenham preenchido todos os requisitos até dezembro de 2016, observadas as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão implantadas no mês de janeiro de 2017, sendo que os pagamentos de atrasados serão efetuados parceladamente no mesmo exercício.

Art. 33. Não se aplica e não gera efeitos o disposto no art. 3º da Lei nº 18.493, de 24 de junho de 2015, enquanto não forem implantadas e pagas todas as promoções e progressões devidas aos servidores civis e militares e comprovada a disponibilidade orçamentária e financeira.

Assim, do disposto na Lei Estadual n.º 18.493/2015, foram pagas apenas as parcelas de outubro de 2015 (3,45%)²²⁶ e janeiro de 2016 (10,67%). Os reajustes referentes a janeiro (6,29% + adicional de 1,0%) e maio de 2017 (1,10%) foram suspensos mediante a contingência de pagamento imposta pela Lei Estadual n.º 18.907/2016.

Para fins de caracterização do período no que se refere ao tema salarial, o primeiro projeto de lei de Cida Borghetti, em 2018, teve, em seu teor, a ratificação de reajuste zero para os servidores no ano seguinte. Dessa forma, funcionários públicos estaduais saíram do período Richa com um total de três anos sem receber sequer a reposição da inflação.

A justificativa, nesse contexto, ocorreu pela adesão do governo estadual à ajuda federal mediante o Plano de Auxílio aos Estados, de 2016²²⁷. Assinada ainda sob a gestão Richa, essa adesão implicou o cumprimento de contrapartidas/exigências fiscais de que despesas públicas só poderiam crescer com base na inflação do ano anterior²²⁸.

O teor dessas contrapartidas impactou, entre outros, diretamente a política de recomposição salarial de servidores. Dados dos sindicatos docentes calcularam que as perdas salariais desse período somaram, até maio de 2019, a ordem de 17,04%.

Cumprir dizer que, em 6 dezembro de 2021, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) julgou, de forma unânime, a inconstitucionalidade do art. 33 da Lei

²²⁶ Seguindo o período aquisitivo disposto na Lei Estadual n.º 15.512/2007 (maio/2014 a abril/2015), o percentual acumulado correto seria de 8,17%. Era esse inclusive o percentual de reajuste salarial contido na reivindicação da greve realizada pelos docentes das IEES/PR em abril de 2015.

²²⁷ Lei Complementar n.º 156, de 28 de novembro de 2016; e Decreto n.º 9.056, de 24 de maio de 2017.

²²⁸ O PL n.º 556/2017 foi aprovado em 2017 (Lei Estadual n.º 19.158/2017) e visava limitar o crescimento das despesas primárias do Paraná à variação da inflação (IPCA).

Estadual n.º 18.907/2016 – que suspendeu os reajustes salariais firmados para 2017, conforme a Lei Estadual n.º 18.493/2015. O estado do Paraná foi condenado a repor, em folha de pagamento, o correspondente percentual (8,39%). Atualmente as seções sindicais têm ajuizado ações coletivas e aguardado os prazos de recurso do estado do Paraná.

5.2.2.4 A questão do TIDE (*dedicação exclusiva*)

O regime de trabalho em dedicação exclusiva foi uma importante incorporação à carreira docente no ensino superior paranaense, previsto na Lei Estadual n.º 11.713, de 1997. No geral, o Tempo Integral de Dedicação Exclusiva (TIDE) configura-se como um garantidor de condições de trabalho para docentes, uma vez que promove a estabilidade nas condições de desenvolvimento da pesquisa e extensão no interior das IEES/PR.

De acordo com a versão atual da lei que dispõe sobre as Carreiras do Pessoal Docente, aos que integram o regime de 40 horas semanais de trabalho, em tempo integral e dedicação exclusiva, é obrigatória a consecução de uma das atividades:

- a) ensino conjugado com a atividade de pesquisa ou extensão universitária; ou (Incluído pela Lei 20933 de 17/12/2021); b) exclusivamente ensino com, no mínimo, dezoito horas semanais da carga horária em sala de aula, nos cursos de graduação presencial. (Incluído pela Lei 20.933 de 17/12/2021). (PARANÁ, 1997).

Em termos remuneratórios, o regime de tempo integral de dedicação exclusiva (TIDE) representa aos vencimentos básicos do docente, com a carga de 40 horas semanais, um acréscimo de 55%. Essa relação direta do TIDE com o cumprimento de determinadas atividades acadêmicas acaba por fomentar importante discussão política e jurídica sobre sua natureza: gratificação pelas atividades desempenhadas ou regime de trabalho.

Desde 2005, quando da alteração da lei que dispõe sobre a Carreira do Pessoal Docente nas IEES (ver Lei Estadual n.º 14.825/2005), o TIDE apareceu disposto na legislação como um regime de trabalho. Conforme o art. 1.º da referida lei: “Entende-se o Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva - TIDE da carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná, como dedicação exclusiva às atividades de Pesquisa e Extensão”. (PARANÁ, 2005)

No entanto, essa compreensão estaria longe de ser uma unanimidade, sobretudo para governos estaduais e reitorias de universidades que atravessaram

esse período. As divergências de compreensão entre gratificação e/ou regime de trabalho apoiam-se nas consequências que cada um desses entendimentos jurídicos dará à carreira docente. De forma simples, na compreensão do TIDE como gratificação (“natureza transitória e contingente”), o valor acrescido ao docente não será computado para fins de aposentadoria; e ainda não se aplicará (devendo ser cancelado) no caso de afastamento do trabalho, pelo período maior de 90 dias, por condições de saúde²²⁹. Elementos dessa ordem criaram um contexto de insegurança que demandou organização e posicionamento do SINDIPROL/ADUEL e das seções sindicais do ANDES no estado do Paraná.

Perpassando os boletins sindicais, foi possível verificar, neste estudo, que, desde 2010, importantes movimentações no interior dos sindicatos mistos e das seções sindicais estaduais sobre esse tema já estavam acontecendo²³⁰, mas a questão se intensificou no período que abrangeu as gestões Beto Richa (2011-2018).

Em setembro de 2013, SINDUNESPAR, ADUNICENTRO, SESDUEM e SINDIPROL/ADUEL protocolaram na SETI um documento em que expressaram preocupação com a forte presença nas instâncias superiores das IEES/PR da concepção do TIDE como gratificação:

É também a preocupante a ocorrência de cancelamento de TIDE de docentes quando acometidos por doenças, muitas vezes graves. Neste caso, além da evidente injustiça sofrida pelo professor num momento que mais precisava, opera-se um desvirtuamento do TIDE como regime de trabalho, pois o docente não assumiu outro emprego ou fonte de renda, não violou, portanto, a condição de ‘dedicação exclusiva’. Há também iníquas restrições ao TIDE devido ao gozo de licenças legítimas dos docentes em vias de aposentadoria. Ao se privilegiar o critério de participação em projeto – do qual fica impedido por doença ou licenças – está de fato se [sic] tratando o TIDE como gratificação. Trata-se de um desvirtuamento do TIDE como regime de trabalho. (ADUNICENTRO, 2016b, p. 03)

Considerando as implicações financeiras aos docentes no momento da aposentadoria, em 2016, o TIDE, como um regime de trabalho, passou a ser questionado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná. O Acórdão n.º 2.847/2016,

²²⁹ Conforme a Lei Estadual n.º 6.174/1970, que estabelece o Estatuto dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná: “As gratificações previstas pelos incisos II, III e IV, do artigo 172, serão automaticamente canceladas nos afastamentos que perdurarem por mais de 90 (noventa) dias”. (artigo 181 – parágrafo único).

²³⁰ Com um enfoque maior, em momentos anteriores, na questão das licenças médicas acima de 90 dias e nas possibilidades/brechas que, em médio e longo prazo, esse tipo de compreensão jurídica poderia ocasionar de negativo à carreira docente – sendo o Acórdão n.º 2.847/2016 (TCE-PR) a materialização dessas antigas preocupações. Ver a publicação “Da indevida supressão do TIDE nos casos de licença para tratamento de saúde: desrespeito à dignidade da pessoa humana e da proteção à saúde”, integrante da 3.ª edição do “INFORMADUNICENTRO”, de outubro de 2013.

do Tribunal Pleno, defendeu este “tratar-se de vantagem de natureza transitória e contingente”. (PARANÁ, 2016b)

Nessa condição, o TIDE deixaria de ser incorporado integralmente na aposentadoria dos docentes, conforme acontecia até então, passando a ser computado de forma proporcional. Essa interpretação abriria ainda brecha para outros questionamentos quanto ao cálculo do salário dos docentes, porque o adicional titulação e os quinquênios passariam a ser calculados, tendo por referência o salário-base, sem o valor do TIDE.

A proposta do Tribunal de Contas do Estado do Paraná naquele momento era a de Uniformização da Jurisprudência, tendo por base divergências nas decisões recentes desse próprio Colegiado – a exemplo dos Acórdãos n.º 2.199/2015 e 2.788/15, que concluíram pela natureza permanente do TIDE; e os Acórdãos n.ºs 3.028/2015 e 6.644/14 em sentido contrário.

No mérito, em conformidade com os pareceres uniformes da Diretoria de Controle de Atos de Pessoal e do Ministério Público de Contas, a orientação jurisprudencial desta Corte de Contas deverá ser fixada no sentido de que a verba TIDE – Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, prevista no art. 17 da Lei Estadual n.º 11.713/1997, percebida pelos professores de ensino superior do Estado, possui natureza jurídica de gratificação de caráter transitório e contingente, e deverá ser incorporada aos proventos de inatividade proporcionalmente ao tempo em que houve a efetiva contribuição, resguardados eventuais direitos adquiridos anteriormente à Emenda Constitucional n.º 20/1998. (PARANÁ, 2016b)

Na interpretação do TIDE como sendo uma gratificação, prevalece a compreensão de que o mesmo depende do cumprimento de condições especiais previstas nos incisos III a VI, do § 3.º, do art. 3.º, da Lei Estadual n.º 11.713/1997; é condicionado às demandas da instituição de ensino superior para as atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão e, ainda, à disponibilidade orçamentária e financeira de pessoal da instituição – podendo ocorrer de nem todos os docentes estarem submetidos a esse regime.

Tem-se, portanto, que os docentes não percebem esta remuneração adicional ao ingressarem na carreira, e que aqueles que a recebem estão sujeitos à manutenção das seguintes condições: laborar em tempo integral, possuir dedicação exclusiva, atuar em projetos de pesquisa e extensão, e existir demanda e disponibilidade orçamentária e financeira por parte da instituição de ensino. Por consequência lógica, caso não presentes ou mantidas essas condições, os servidores não ingressarão ou não permanecerão no regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (inciso V, do § 3º, do art. 3º, da Lei Estadual n.º 11.713/97). Em corroboração, o inciso II do § 3º estabelece a possibilidade de modificação do regime de trabalho do servidor para qualquer um daqueles previstos no *caput* do mesmo parágrafo. (PARANÁ, 2016b)

Quanto à natureza jurídica do TIDE, a decisão do TCE-PR apresentada no Acórdão n.º 2.847/2016 teve o seguinte entendimento:

Com o devido respeito aos entendimentos em sentido contrário, tem-se que a interpretação sistemática da Lei Estadual n.º 11.713/1997 conduz à conclusão de que a remuneração pelo Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva – TIDE nela previsto possui natureza jurídica de gratificação transitória. (PARANÁ, 2016b)

Há de se concluir, por conseguinte, que a vantagem em discussão, além de não decorrer do próprio cargo da carreira de docente do Magistério do Ensino Superior, possui natureza de gratificação transitória e eventual. (PARANÁ, 2016b)

Isso feito, o referido Acórdão analisou, na sequência, a forma da sua incorporação aos proventos de inativação. A corte fixou a seguinte orientação jurisprudencial:

A gratificação pelo regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva – TIDE percebida pelos professores de Ensino Superior do Estado, prevista no artigo 17 da Lei Estadual n.º 11.713/1997, possui natureza jurídica de verba transitória e contingente, e deverá ser incorporada aos proventos de inatividade proporcionalmente ao tempo em que sobre ela houve efetiva contribuição, resguardados eventuais direitos adquiridos anteriormente à promulgação da Emenda Constitucional n.º 20/1998. (PARANÁ, 2016b)

Em 2018, sob a gestão da governadora Cida Borghetti, que assumiu o governo com a saída de Beto Richa para concorrer ao Senado Federal, foi aprovada a Lei Estadual n.º 19.594/2018²³¹, para muitos, no movimento sindical docente, chamada de “Lei do TIDE”²³².

A Lei 19594/18 teve a base do seu texto construída durante cerca de um ano por sindicatos de docentes e mistos das Instituições de Ensino Superior do Paraná. Mas o texto foi modificado por deputados e pelo governo. Um de seus pontos mais polêmicos é a obrigatoriedade de o docente trabalhar por 15 anos no regime TIDE para que este tenha efeitos na aposentadoria. A lei também não estipula a possibilidade de transição para docentes que não tenham esse tempo completo de contribuição no regime TIDE. (ANDES-SN, 2018, p. 04-05)

Para o movimento sindical, a avaliação na época foi a de que a referida lei constituiu, antagonicamente, ganhos e também derrotas para a carreira docente. A professora Cintia Xavier, que, em 2018, estava à frente da Diretoria Provisória do SINDUEPG, avaliou criticamente a lei e o modo em que ela agravava a situação dos docentes das IEES/PR:

A gente avalia que não é muito boa a forma como a lei foi aprovada. Há uma liminar que garante as aposentadorias. No acórdão do TCE que diferencia gratificação e regime de trabalho, parte da argumentação do tribunal para dizer que o TIDE é gratificação e que há uma listagem dentro da lei da carreira dos docentes universitários estaduais com o que os docentes poderiam fazer

²³¹ Derivada do Projeto de Lei n.º 362/2018.

²³² O próximo capítulo retomará mais detalhadamente sobre os movimentos políticos e jurídicos dos sindicatos docentes acerca dessa lei.

concomitantemente ao TIDE. Essa listagem faz o TCE tratar o TIDE como gratificação. No texto final da lei toda essa listagem foi mantida. E isso enfraquece o argumento que temos em defesa do TIDE como regime de trabalho. A liminar do ANDES-SN é que está garantindo as aposentadorias. Quando o mérito da liminar for julgado essa lei pode ser usada contra nós. Na nossa avaliação, essa lei ainda vai gerar muitos problemas na justiça. A lei também é negativa porque exige 15 anos de contribuição com TIDE para levar o TIDE à aposentadoria. Para nós ficou pior com a lei do que estava antes. (XAVIER, 2018, p. 05)

Para os demais dirigentes entrevistados pelo informativo do ANDES-SN, em 2018, as avaliações indicaram que a lei, apesar de ter problemas, trouxe também avanços. É o caso da então presidente da ADUNIOESTE, professora Liliam Borges:

A avaliação da diretoria é que é uma vitória termos regulamentado finalmente o regime de trabalho. O texto da lei foi disputado. Avançamos em algumas coisas e perdemos em outras. Por exemplo, a definição de que é preciso 10 anos de contribuição no TIDE para se aposentar com TIDE foi derrotada. O conjunto de sindicatos entendeu que era a hora, que não poderíamos perder essa oportunidade. Construímos com deputados, reitores e sindicatos esse texto final. Não é o ideal, mas é um avanço. Nas condições do mundo real, foi uma vitória da categoria. (BORGES, 2018, p. 05)

Em 27 de maio de 2020, o Acórdão n.º 949/2020, do TCE-PR, buscou revisar a referida uniformização e jurisprudência, tendo agora por base a Lei Estadual n.º 19.594/2018. Os membros do Tribunal Pleno do TCE-PR acolheram, de forma unânime, os termos do relator, de modo que a decisão aprovada alterou o entendimento jurídico do acórdão de 2016.

Aprovar a reforma no entendimento fixado nesta uniformização de jurisprudência para definir que o Tempo Integral e Dedicção Exclusiva configura regime de trabalho dos docentes do Magistério Superior do Estado, sendo contraprestação pecuniária pelo exercício das atribuições do cargo, e, por essa razão, deve ser incorporado integralmente aos proventos de inatividade, atendidos dos requisitos da Lei nº 19.594/18. (PARANÁ, 2020)

Essa decisão configurou-se como importante garantia jurídica ante o cenário de retirada de direitos. Antes de 2018, os docentes já haviam tido uma série de dificuldades advindas da instauração pelo governo Richa, em 2015, de uma Comissão de Política Salarial (CPS), a qual determinou em 2017 (conforme o Ofício CEE/CC n.º 310/17) que alterações no regime de trabalho de professores (pedidos de TIDE) devessem passar pela autorização da SETI, SEAP e, por fim, por essa comissão. O referido ofício estipulou ainda um limite máximo de 24 meses para acesso a essa “gratificação” e o vedou para professores em licença e com contrato temporário.

Havia, assim, claramente uma concepção dessa CPS de que o TIDE era uma gratificação e, portanto, não deveria ser concedido para professores afastados (exceto no caso de realização de cursos) e com contrato temporário. O governo Richa, mediante a Secretaria da Administração e Previdência (SEAP), em consonância do

TCE-PR (Acórdão n.º 2.847/2016), considerou o TIDE como gratificação e deixou de incorporá-lo às aposentadorias dos servidores docentes das IEES/PR.

Os docentes entrevistados para fins desta pesquisa atestaram o período de luta na gestão Richa e a importância do TIDE e da composição de uma carreira docente bem estruturada para o bom funcionamento das IEES/PR.

Só a questão do TIDE que a gente mais ou menos resolveu, com algum prejuízo porque daí teve que aumentar para 15 anos para que tivesse o TIDE, mas pelo menos conseguimos retomar a aposentadoria integral, porque ele [Richa] também tentou fazer um projeto de aposentadoria paralelo, complementar, ele também propôs isso. **(EX-DIRIGENTE ADUNIOESTE)**

Uma grande luta que nós tivemos sucesso foi o TIDE ter se transformado em Regime de Trabalho, mas não foi fácil. Foi uma luta muito grande. **(EX-DIRIGENTE ADUNICENTRO)**

Um dos professores entrevistados resgatou o importante papel que o Comitê em Defesa do Ensino Público Superior do Paraná desempenhou ante a questão do TIDE naquele momento. O referido comitê era composto por representações sindicais e estudantis de todas as IEES/PR e esteve à frente, com a APIESP, da organização da reunião com representações de todas as setes universidades paranaenses em Londrina, em maio de 2017.

O que de principal, mais relevante que o Comitê conseguiu fazer foi o super Conselho Universitário em que sete universidades fizeram conselho universitário conjunto em 2017. Isso foi pressão do Comitê, ele propôs e convenceu os reitores na APIESP e aí fizeram um COU para ratificar uma posição unificada em defesa do TIDE como regime de trabalho, acho que isso teve um peso grande de unidade num momento em que a gente estava fraco. **(EX-DIRIGENTE SINDUNESPAR 2)**

A questão do TIDE foi um dos principais pontos dessa reunião e da “Carta de Londrina” – publicada depois desse encontro e com o posicionamento das IEES ante os ataques do governo Richa e Tribunal de Contas do Estado do Paraná à autonomia universitária.

5.2.2.5 A previdência social dos servidores (ParanaPrevidência)

A Previdência Social dos servidores estaduais foi outro elemento com intensa discussão e disputas ao longo dos anos e assumiu repercussões particulares no período que englobou os oito anos de governo Beto Richa. Mais notadamente no contexto de 2015, com o Projeto de Lei (PL) n.º 252, em que o governador promoveu uma mudança no custeio do ParanaPrevidência, esse fato gerou uma série de mobilizações dos sindicatos dos servidores estaduais.

Segundo Reis:

Tal projeto de lei foi apresentado pelo governo Beto Richa sem amplo debate com os sindicatos de servidores, conforme fora previsto no 'Termo de Compromisso' que levou ao encerramento da greve em março. Como forma de resistência à reforma da previdência proposta, os servidores públicos deflagraram uma segunda greve no ano de 2015. (REIS, 2018, p. 12)

O referido projeto de lei tinha por proposta uma ampla reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Estado do Paraná. Seria uma alteração da Lei Estadual n.º 12.398, de 30 de dezembro de 1998.

Cabe lembrar que não era a primeira vez que a gestão Richa buscava alterar sobre o RPPS. Um aspecto dessas alterações ocorreu por meio da Lei Estadual n.º 18.370, instituída no fim de 2014, quando a referida lei instituiu a contribuição previdenciária de 11% para os aposentados e pensionistas do RPPS do estado do Paraná.

Entre os pontos do PL n.º 252/2015, um dos que mais geraram polêmica se dava em torno da determinação de transferência de 33 mil beneficiários (com idade acima de 73 anos na época) do Fundo Financeiro, sustentado pelo Tesouro Estadual, para o Fundo de Previdência, que é constituído das contribuições dos servidores e do poder público²³³, previa-se, como reflexo imediato, uma redução na folha mensal do Fundo Financeiro (entenda-se Estado) em R\$ 142,5 milhões.

Conforme apresenta Beto Richa, em mensagem (n.º 016/2015) enviada ao presidente da ALEP, o deputado Ademar Traiano assim explicou:

Diante de novo estudo atuarial, surge a presente proposta de migração de parte da massa que se encontra atualmente vinculada ao Fundo Financeiro para o Fundo de Previdência, sempre respeitando critérios de solvência, liquidez e equilíbrio financeiro e atuarial insculpidos do artigo 40, caput da Carga Magna. Em termos práticos, a massa consistiria nos servidores civis aposentados e pensionistas que possuam 73 anos completos ou mais, na data da publicação da presente lei que passariam a estar vinculados ao Fundo de Previdência. Os reflexos imediatos seriam: 1 – Redução da folha mensal do fundo financeiro em aproximadamente R\$ 142 milhões; 2 – Preservação do fundo capitalizado; 3 – manutenção do equilíbrio atuarial – art. 40 da CF e art. 1º da Lei 9.717; 4 – Solvência de 29 anos - dentro de um nível justificável; 5 – Custeio suplementar necessário a partir de 21 anos; 6 – Financiamento do custo suplementar amparado pelo art. 20 da Lei nº 17.435/2012; 7 – Probabilidade de necessidade de ingresso de novos recursos ou aportes; 8 – Mantém o mesmo plano de custeio - Lei nº 17.435/2012. (PARANÁ, 2015)

Assim, essa transferência (que seria retroativa a janeiro de 2015) traria um prejuízo de R\$ 143 milhões mensais ao Fundo Previdenciário e comprometeria, em

²³³ O RPPS do Estado do Paraná é composto por três fundos: o Militar, o Financeiro e o Previdenciário.

longo prazo, a sustentabilidade/equilíbrio fiscal desse fundo e a consequente garantia de aposentadoria de servidores que estavam na ativa. Essa questão, entre outras²³⁴, elevou a tensão, e as mobilizações feitas pelos servidores públicos estaduais ganharam força no interior da categoria.

De acordo com Reis:

A aprovação do PL 252/2015, parte do ajuste fiscal implantado pelo governo Beto Richa, resultou em economia para o caixa do Estado, por meio da transferência de uma despesa do Tesouro para o Fundo Previdenciário, a poupança previdenciária dos servidores. Os custos do ajuste fiscal têm sido, via de regra, transferidos aos servidores estaduais do Paraná. Aproximadamente R\$ 7,5 bilhões, de 2015 a 2018, serão saqueados do Fundo Previdenciário dos servidores para pagar despesas que deveriam ser custeadas com recursos do Tesouro estadual. (REIS, 2018, p. 12)

Cabe reforçar o aparato de guerra organizado pela Política Militar do Paraná para que as referidas votações acontecessem sem maiores perturbações em 29 de abril de 2015. Nesse contexto, o governo estadual e o legislativo do Paraná demonstraram todo o seu desprezo e desrespeito pelo servidor público paranaense (a maioria formada naquele dia pelos professores). Nas palavras de um ex-dirigente sindical:

[...] o massacre do dia 29 de abril, materializou, deixou muito claro, potencializou como o governo trata os seus servidores públicos. (**EX-DIRIGENTE SINDICAL SESDUEM 2**)

A importante votação (ocorrida em três turnos) aconteceu em tempo recorde²³⁵ e tampouco foi interrompida diante do cenário de guerra e violência formado fora do espaço de votação. Nesse dia, ficou demonstrado, no aspecto tanto macro quanto micro, que deputados estaduais e governo estadual estavam alheios às necessidades dos servidores paranaenses. Na ocasião do massacre aos manifestantes, o presidente da ALEP chegou a afirmar que “lá fora, o problema é da segurança pública, não da Assembleia”. (TRAIANO, 2015)

Quanto à rápida tramitação na ALEP, um dos entrevistados assim analisou:

[...] quando a pauta é uma pauta de urgência deles eles têm uma capacidade de mobilização e de encaminhamento que é muito ligeira, fazem com muita agilidade. Porque tem a bancada, tem coesão. Eu só não sei dizer qual é o custo disso, custo no sentido amplo mesmo. Qual é a forma de convencimento que é estabelecido que você consiga fazer a aprovação da determinada proposta de lei, extremamente delicada, como era aquela de uma maneira tão rápida. (**EX-DIRIGENTE SINDICAL ADUNIOESTE 2**)

²³⁴ O estado estava ainda se eximindo, desde abril de 2015, da contrapartida patronal em relação aos 11% descontados do benefício de aposentados e pensionistas. O estado do Paraná justificava que não havia amparo na legislação federal para isso e essa contribuição devia ser feita apenas sobre os servidores ativos – como faz a União.

²³⁵ O projeto de lei foi encaminhado à ALEP em 7/4/2015, cuja votação final ocorreu em 29/4/2015.

A Lei Estadual n.º 18.469/2015 retomou ainda a agenda de discussões acerca do Regime de Previdência Complementar. Esta, por sua vez, foi consolidada na gestão Ratinho Jr. por meio da Lei Estadual n.º 20.777/2021 e cumpria designações da Emenda Constitucional n.º 103/2019, que tornou obrigatória a instituição dessa previdência complementar em todos os estados e municípios que possuem RPPS.

5.2.2.6 O Sistema META4 e a autonomia financeira das IEES/PR

A luta pela autonomia das universidades paranaenses é histórica e agrega, a cada período de tempo, um novo componente que acirra ainda mais as tensões entre IEES, sindicatos e o governo estadual. No âmbito da autonomia financeira, ganhou destaque, ao final da primeira década do ano 2000, o Sistema de Recursos Humanos META4.

O META4 configura-se como um software utilizado para a gestão de folhas de pagamento. Foi contratado pelo governo do Paraná na década de 1990 de uma empresa espanhola com o mesmo nome²³⁶. No âmbito da estrutura governamental paranaense, a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR) é a responsável por gerenciar o seu funcionamento.

No Decreto n.º 1.988/2003, que criou o Sistema Integrado de Informações de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, já era possível ver menção a esse sistema:

Art. 2º. Todos os órgãos e entidades descritos no caput do artigo 1º, cuja folha de pagamento não seja gerada pelo Sistema Integrado de Pagamento – SIP, ou pelo **sistema RH Paraná – Meta4**, ficam obrigados a enviar, ao gestor do SIRH, os dados detalhados das respectivas folhas de pagamento na forma disposta em Resolução da SEAP, que define os parâmetros técnicos do Relatório Mensal de Informações de Pagamentos – RMIP e do Demonstrativo Físico-Financeiro de Informações de Pessoal – DFIP [...]. (PARANÁ, 2003 – grifo do autor)

Em tempos mais recentes, o Decreto n.º 3.728/2012 determinou a utilização do referido sistema também para as autarquias, incluídas as IEES:

Art. 23. As despesas de pessoal dos Órgãos da Administração Direta, Órgãos de Regime Especial e Autarquias, incluídas as Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES, deverão processar as respectivas folhas de pagamento mediante utilização do Sistema RH Paraná – META 4.
§ 1º. A adesão ao sistema RH Paraná – META 4, pelos Órgãos e Entidades referidas no caput deste artigo deverá ocorrer em até 30 dias após a

²³⁶ A empresa curitibana Digidata (<https://www.digidata.com.br>), fundada em 1986, é desde 2001 a representante exclusiva do Sistema Meta4 no Brasil. Segundo essa empresa, o Meta4 está presente em mais de 1.300 empresas, em mais de 100 países.

publicação deste Decreto, devendo sua implantação ser efetivada até 31 de agosto de 2012.

§ 2º. O não cumprimento do disposto no caput deste artigo, bem como a não observância dos prazos definidos no parágrafo anterior, sujeitará os Ordenadores de despesas às penalidades previstas na Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970. (PARANÁ, 2012)

Essa mesma determinação é repetida nos Decretos n.ºs 7.599/2013 e 10.406/2014. Em 2013, na análise que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná fez sobre o governador Beto Richa, foi ponderada a questão de como as IEES não estavam aderindo ao sistema:

O uso do META4 encontra forte resistência nas Instituições de Ensino Superior Estaduais, sob a alegação de violação à autonomia administrativa financeira das instituições e de dificuldade de migração de cada sistema atualmente adotado pelas IEES para o Meta 4. O Decreto nº 7599/2013 determinou que a adesão das IEES ao META4 seguiria um cronograma a ser estabelecido pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP – cronograma inexistente até o final do exercício de 2013. Nos termos do art.24 do Decreto nº 10.406 de 18/03/2014, a implementação do META 4 pelas IEES tornou-se obrigatória, não mais existindo previsão do cronograma. (TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, 2014a)

Naquele momento, apenas UENP e UNESPAR haviam aderido ao sistema e o utilizavam para o processamento de suas folhas de pagamento – as demais se utilizavam do Sistema Ergon, este também adquirido pelo governo do estado do Paraná e utilizado em diversos outros estados, prefeituras e IES pelo país. As recomendações do referido documento do TCE-PR reforçaram a necessidade de que o governo estadual implementasse, de maneira uniforme em toda a sua estrutura administrativa, mecanismos informatizados de controle e processamento da folha de pagamento.

Em 2015, o Decreto n.º 25, que fixou normas referentes à execução orçamentária e financeira para 2015, novamente determinou (art. 34) que as Instituições Estaduais de Ensino Superior deveriam processar as respectivas folhas de pagamento mediante a utilização do Sistema RH Paraná – META4.

Ainda nesse ano, fruto de pactuações advindas da greve realizada pelas IEES, um grupo de trabalho foi instituído com a finalidade de elaborar estudos e apresentar proposta visando à retirada da UENP e UNESPAR do Sistema META4. De acordo com a Resolução SETI n.º 47/2015, o grupo de trabalho era composto por uma representação de cada um desses espaços/organizações: SETI; SEAP; CELEPAR; Casa Civil; Liderança do governo; UENP; UNESPAR; SINDIPROL/ADUEL; e SINDUNESPAR. O prazo de apresentação do relatório dos trabalhos era de 90 dias.

Não houve, no entanto, a revogação de nenhum dos decretos anteriores que determinavam a entrada das IEES no Sistema META4. Esse fato foi denunciado pela Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público (APIESP)²³⁷, em carta endereçada ao governador, na qual defendia a autonomia universitária:

[...] em reunião realizada em 24 de fevereiro de 2015 entre Vossa Excelência, os Reitores, os Secretários da SETI e da SEFA, ficou acordada a retirada da exigência de inclusão das Universidades no META 4, e tal acordo não refletiu na alteração dos Decretos competentes. Ademais, nas negociações empreendidas pelo Governo com os Sindicatos, com vistas ao estabelecimento de um acordo para pôr fim à greve, foram assinados termos de compromisso que, dentre outras coisas, pactuavam até a retirada da UENP e da UNESPAR do referido Sistema. Assinaram os acordos, pelo Governo, os Secretários da Casa Civil e da SETI, bem como o Líder do Governo na ALEP. Assim, em que pese os [sic] reiterados acordos, as normas não foram alteradas e os órgãos de fiscalização têm cobrado as universidades a este respeito. (APIESP, 2016)

Ao que, na ocasião, APIESP solicitou a formalização, mediante decreto, do compromisso assumido da não inclusão das universidades no Sistema RH Paraná - META4, com a conseqüente retirada da UENP e da UNESPAR do referido sistema.

Essa percepção também foi compartilhada pelo professor sindicalista que vivenciou esse momento:

A gente tinha, nessa pauta da greve de 2015, o acordo que encerrou a greve falava em concursos. A gente assinou esse acordo lá na sala do Luiz Cláudio Romanelli. Outros acordos contemplavam a questão da autonomia universitária, retirar as universidades do Meta4, concursos e discutir planos de carreira. Era um acordo de greve, mas nunca mais isso foi pra frente, as universidades entraram no Meta4, concursos públicos há muitos anos não chama mais ninguém. (**EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDUNESPAR 1**)

Argumenta-se que a sua utilização se configurou numa afronta direta à autonomia financeira das IEES, à medida que a adesão ao Sistema META4 implicou a transferência para o Executivo das decisões sobre promoções, progressões, licenças, liberações para pós-graduação, solicitação de TIDE, férias, horas extras, entre outros elementos da gestão de pessoal quem impliquem movimentação financeira. Sem o META4, o papel dessa gestão compete às Pró-Reitorias de Recursos Humanos de cada IEES.

Para ter uma ideia, de 2015 a 2016, o governo estadual deixou de implantar progressões e promoções para os servidores – questão prevista na lei que regulamentou a carreira dos servidores públicos do Paraná. Nesse contexto, cinco das sete IEES/PR não foram atingidas por tais medidas, uma vez que tais universidades

²³⁷ A APIESP foi criada em 1994 e congregou as representações (reitorias) das sete universidades públicas estaduais do Paraná.

processaram suas folhas de pagamento. No caso da UENP e UNESPAR, inseridas no Sistema META4, as promoções e progressões não foram implantadas. (REIS, 2018)

Na análise do professor Luiz Fernando Reis:

Para reduzir as despesas com pessoal, o governo precisa ter um controle absoluto sobre a folha de pagamento. Para controlar plenamente a gestão de pessoal nas universidades, controlar a implantação de promoções, progressões e a concessão da dedicação exclusiva, por exemplo, o estado pretende centralizar em Curitiba o processamento da folha de pagamento dessas universidades, por meio do chamado Sistema RH Meta 4. (REIS, 2018, p. 21)

Entre 2016 e 2017, foram criados pelo governo novos grupos de trabalho, a fim de debater o uso do Sistema nas IEES/PR. Atrelados à Comissão de Política Salarial, esses grupos passaram a ter incumbência de cobrar das universidades a adesão ao Sistema META4 e realizaram solicitações sistemáticas de dados sobre a realidade das IEES, para fins de substanciar seus estudos.

Essa cobrança anualmente era reforçada (determinada) pelos Relatórios Anuais e Acórdãos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Nessa questão do META4, ficou clara a fina sintonia entre TCE-PR e governo estadual. Toda a base de cobrança do TCE-PR às IEES nesse tema teve por referência os decretos governamentais, ao passo que se desconsiderou a autonomia universitária prevista como princípio constitucional autoaplicável. (REIS, 2018)

Em 11 de maio de 2017, numa reunião considerada histórica, representantes dos conselhos universitários e os reitores das setes IEES/PR se encontraram na UEL para fazer frente às recentes decisões do então governador Beto Richa, sobretudo aquelas relacionadas ao TIDE e ao META4.

Houve ainda a presença do Comitê em Defesa do Ensino Superior Público do Paraná. A reunião culminou na elaboração de um documento denominado “Carta de Londrina”, que definiu um posicionamento oficial das comunidades universitárias contra aquele contexto de ataques à autonomia das IEES. Segue um trecho da referida Carta:

Outra iniciativa, oriunda do Governo e apoiada pelo TC, é a inclusão das universidades no sistema RH Paraná META 4, sob a falácia de que falta transparência em nossas Instituições. O referido sistema objetiva implantar práticas de controle que desrespeitam a autonomia administrativa, financeira e de gestão definida pelas constituições federal e estadual. A transparência que se reclama está assegurada pelo repasse mensal de todas as informações de pessoal que é feito pelas Universidades diretamente à Secretaria de Administração em formato definido pela própria secretaria. Além disso, os portais da transparência de nossas Instituições deixam claro os pagamentos realizados a cada um dos servidores; e temos sistemas de

gestão de pessoal em nossas Universidades que são nucleadores de um conjunto de sistemas de gestão que superam em muito a qualidade do META 4. [...] Neste sentido, a comunidade acadêmica do Estado do Paraná, composta por mais de 100 mil pessoas, reage a este estado de coisas reafirmando a defesa incontestada do princípio constitucional da autonomia universitária e, como tal, dentre outras ações, não aceitará a adoção do META 4 em nome da falácia da falta de transparência, nem outras medidas de ataque ao patrimônio material e moral que representam nossas instituições exigindo a tomada de providências para que a UENP e a UNESPAR sejam retiradas do sistema META 4 e possam assumir a plena gestão institucional, sujeitas à fiscalização do Estado nos termos da lei. (SINDIPROL/ADUEL, 2017a)

Em maio de 2017, quando, para muitos, foi considerado um movimento claro de retaliação, a Secretaria da Fazenda do Estado bloqueou a verba da UEL, UEM e UNIOESTE. A justificativa do governo ocorreu pelo não cumprimento dos prazos determinados pela CPS, especialmente no que tange à adesão ao Sistema META4.

Na ocasião desse bloqueio de verbas, as administrações das IEES afetadas afirmavam, por meio de suas reitorias, que haveria a necessidade de que suas atividades fossem encerradas devido à falta de condições financeira, o que deixou claro o contexto de coação, pressão e autoritarismo vivenciado pelas IEES nesse período em análise.

Em nova rodada de negociação, a APIESP se reuniu, em 6 de junho de 2017, com o governador Beto Richa, com as presenças da liderança do governo na ALEP, o deputado Luiz Claudio Romanelli e o secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Machado. Segundo nota publicada pela APIESP, o governo do estado apresentou as seguintes proposições para solucionar os impasses criados:

1) O Governo se compromete a acelerar a tramitação e a articulação para avançar o projeto de lei proposto pela Secretaria de Estado da Ciência e Ensino Superior (SETI), que assegura o TIDE (Tempo Integral e Dedicção Exclusiva) como regime de trabalho na carreira docente; 2) O Governo suspenderia imediatamente os bloqueios (contingenciamentos) dos recursos financeiros impostos à Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste); 3) O Governo propõe criar um grupo de trabalho para a construção de uma proposta de autonomia universitária, no prazo de 90 dias, com a participação das comunidades universitárias; 4) Durante o período desses 90 dias, o Governo suspende a inclusão das universidades no Sistema de Recursos Humanos – RH Meta 4. (APIESP, 2017b)

O governo esclareceu ainda a nota da APIESP, condicionou que as universidades que ainda não encaminharam os dados solicitados pelo grupo de trabalho que vinha estudando a inserção do META4 nas IEES assim o fizessem. A nota assim finalizou:

Os reitores deixaram claro na reunião, e confirmam perante as comunidades universitárias, a firme disposição de usar todos os recursos políticos e

jurídicos para manter os próprios sistemas de gestão de recursos humanos e, por consequência, não aderir ao RH Meta 4. (APIESP, 2017b)

Em 19 de janeiro de 2018, no entanto, cumprindo determinações do governo do Paraná, UEPG, UNIOESTE e UNICENTRO encaminharam as informações pendentes à SEFA para serem inseridas no Sistema META4. Na ocasião, o secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, reforçou, em tom de ameaça, os reitores da UEM e UEL que, até aquele momento, resistiam às determinações legais que exigiam a adesão ao sistema.

É uma decisão equivocada dessas duas reitorias e que terá impacto em todos os servidores dessas universidades. [...] Infelizmente, alguns reitores insistem em descumprir a lei, as determinações do Tribunal de Contas e do Judiciário, sujeitando-se a punições. O que nos preocupa bastante é que eles estão estendendo, propositadamente, essas punições aos servidores que não têm nada a ver com isso. (COSTA, 2018)

Dias depois, em 22 de janeiro de 2018, um juiz da 3.^a Vara da Fazenda de Curitiba²³⁸ impôs uma multa diária de 500 reais aos reitores da UEM e UEL por conta dessa não adesão ao Sistema META4. Havia ainda a pressão da Secretaria da Fazenda de não realização do pagamento dos servidores referente a janeiro²³⁹.

Desde o fim de 2021, tem-se dado início ao complexo processo de integração das IEES ao sistema de processamento da folha de pagamentos META4. Foi instituído um Grupo de Trabalho de Pagamento Integrado, composto pela Casa Civil, SEAP, SEFA e SETI, com vistas a esse processo de integração.

A fase inicial consistiu numa análise, em que os processamentos da folha dos sistemas das IEES seriam comparados com os do Sistema META4 e as não conformidades seriam definidas e ajustadas. Segundo a notícia publicada pela Agência Estadual de Notícias, do governo estadual, em agosto de 2021:

Deram início à fase de análise a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Se tudo ocorrer conforme previsto, a Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) também passarão por este processo. Este é um projeto antigo que vem se desenvolvendo desde 2012 e já passou por diversas etapas, dada a complexidade da questão. Em 2021, cumprindo o compromisso estabelecido pelo Governo do Estado, o grupo de trabalho conseguiu definir o cronograma de implantação, e o projeto se encontra em andamento. (AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS, 2021)

Atualmente, à exceção de UENP e UNESPAR, todas as outras IEES ainda estão no processo de transição à implantação do META4 como principal sistema de

²³⁸ Juiz Jailton Juan Carlos Tontini.

²³⁹ Em 2018, houve, ainda, uma tentativa frustrada do governo do estado em questionar no Supremo Tribunal Federal o Acórdão do Tribunal de Justiça, de 28 de maio de 1992, que garantiu à UEL e UEM autonomia das suas funções.

processamento da folha de pagamento²⁴⁰; há uma previsão de que, no início de 2023, todas as pendências técnicas sejam resolvidas para fins de início do seu uso integral por todas as universidades paranaenses.

Por fim, registrou-se a maneira que a questão da autonomia universitária se considerou historicamente como importante frente de defesa do sindicalismo docente das IEES. Esse elemento também foi abordado na fala dos sujeitos entrevistados (principalmente na sua relação com o uso do META4):

A universidade tem que se posicionar por conta dessa especificidade nossa, de estarmos protegidos pela Constituição Federal, com essa autonomia que as universidades têm, então você vê a importância disso enquanto garantia fundamental da Constituição lá nos artigos 206 e 207. Ela está lá por essa independência, ali é discutido e pactuado desde 1988, na Constituição, como política de Estado. Então você tem que ter uma independência porque a Universidade não pode ser objeto do governo de plantão. Então o próprio Ministério Público, o Judiciário, eles têm um orçamento separado, e eles vão gerir esses orçamentos, eles vão fazer tudo, eles têm autonomia para fazer isso. A Universidade, em menor tamanho, também tem essa garantia justamente para que a independência; porque imagine se a universidade servisse só o governador de plantão? A universidade tem que servir para o Estado, que é outra coisa. Agora essa jogada que o governador fez, na verdade foi uma desculpa de que se precisava ter controle maior da folha de pagamento, sendo que sempre se prestou conta desses dados. Na verdade, eles começaram a gerir a nossa folha de pagamento e a gente sabia o que isso iria acontecer: eles iriam fechar as torneiras e não deixar que as progressões e promoções ocorressem, como o que está acontecendo agora. Tinham essa chave com todas os demais servidores dos estados, exceto a universidade, servidores do tribunal, servidores do Judiciário, servidores do Tribunal de Contas. Aí eles conseguiram derrubar isso com o Meta4, antes até com aqueles decretos absurdos, ilegais e inconstitucionais. **(EX-DIRIGENTE SINDIPROL/ADUEL 2)**

Esse tema apresentou-se ainda na percepção que o docente tem, no dia a dia, da luta sindical e trabalho docente:

É o que está acontecendo, a universidade ela vai acabar tendo esse encolhimento, perdendo a autonomia e priorizando financeiramente apenas os cursos que acham que traz retorno financeiro. A educação além de ser um projeto de longuíssimo prazo, ela acaba não é interessante formar uma pessoa crítica no pensamento, que reflete sobre a sua condição, que luta pelos seus direitos, vai buscar a sua autonomia, para eles isso não é lucro, não é capital humano, assim, digamos, é prejuízo. **(EX-DIRIGENTE ADUNICENTRO 1)**

A despeito dos resultados, cabe afirmar que a questão do META4 influenciou consideravelmente no debate sobre autonomia financeira no período que contemplou as gestões Richa à frente do governo estadual, quando diversos atores da comunidade acadêmica se manifestaram à frente do que se entendeu ser um ataque à universidade paranaense.

²⁴⁰ Para ter acesso a essa informação atualizada, foi necessário realizar o contato telefônico com as Pró-Reitorias de Recursos Humanos das IEES/PR.

5.2.2.7 Demais elementos que caracterizaram o período Richa na sua relação com as IEES/PR

Um ponto conflituoso dessa relação com os servidores públicos (sejam das IEES ou não) teve relação com a instituição, em janeiro de 2015, da Comissão de Política Salarial (CPS). A CPS era formada por cinco secretários de Estado²⁴¹, que fixam diretrizes a respeito de políticas salariais em toda a estrutura do governo. Assumiu atribuições envolvendo os professores das IEES no seguinte sentido: autorização de licenças especiais; contratação e prorrogação de serviços temporários; disposições funcionais; afastamentos para realização de cursos; e quaisquer outros atos que implicassem o aumento de despesas.

Segundo o Decreto n.º 31, de 5 de janeiro de 2015²⁴², cabe à Comissão de Política Salarial:

I - fixar as diretrizes a serem observadas no âmbito da Administração Direta, das Autarquias, das Fundações instituídas ou mantidas pelo Estado, dos Serviços Sociais Autônomos e das Empresas sob controle acionário direto deste, em assuntos de política salarial. (Redação dada pelo Decreto 4290 de 02/06/2016)

II - aprovar os termos finais das negociações a serem realizadas:

a) pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, com representantes dos órgãos e das entidades aos quais estejam vinculadas as propostas;

b) no âmbito de cada Empresa, após análise prévia pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais - CCEE;

III - autorizar a inserção, nos estatutos, regulamentos e regimentos internos das Autarquias, Fundações e das Empresas, de disposições normativas que criem benefícios ou vantagens trabalhistas.

Parágrafo único. As disposições deste artigo não se aplicam às sociedades anônimas abertas com ações em bolsa de valores e suas subsidiárias. (Incluído pelo Decreto 4176 de 06/03/2020)

Entre outras questões, o decreto ainda preconizou:

Art. 7º. As reivindicações salariais, e a instituição ou revisão de vantagens e benefícios de qualquer natureza, no âmbito dos órgãos da Administração Direta e às Autarquias do Estado, serão previamente analisadas pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, respeitadas as diretrizes estabelecidas pela Comissão de Política Salarial. (PARANÁ, 2015)

Algumas determinações da referida comissão não apenas afrontaram questões relativas ao trabalho/carreira docente, mas também diziam respeito ao funcionamento e à autonomia das universidades paranaenses num todo. Tanto que, em 2017, a Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público (APIESP) se manifestou formalmente ao governo do estado.

²⁴¹ E presidida pelo chefe da Casa Civil.

²⁴² Decreto que institui a Comissão de Política Salarial e dá outras providências.

O documento da APIESP (Of. R. n.º 068), de 20 de março de 2017, foi encaminhado ao chefe da Casa Civil (Valdir Luiz Rossoni) e visava manifestar considerações sobre o Ofício CEE/CC n.º 310/17, de lavra do secretário chefe da Casa Civil.

O referido Ofício CEE/CC n.º 310/17 foi encaminhado à SETI e informou as deliberações ocorridas durante a 19.ª Reunião Ordinária da Comissão de Política Salarial. Esse documento expõe que os seguintes atos das IEES/PR deverão ser submetidos previamente à CPS: autorização para o limite de licenças especiais a serem concedidas a cada ano; contratação e respectiva prorrogação de servidores temporários (inclusive no caso de reposição de servidores desligados); afastamentos para realizações de cursos; e quaisquer outros atos que impliquem, direta ou indiretamente, aumento de despesas de pessoa.

O documento trouxe ainda orientações diretas quanto à concessão do TIDE, o qual era denominado, no texto do Ofício, como “gratificação”. Indica-se que qualquer alteração (solicitação do TIDE) deveria atender a uma série de quesitos, entre os quais parecer favorável da SETI, SEFA, SEAP, que, posteriormente, ainda seriam submetidos à apreciação da CPS. O Ofício CEE/CC n.º 310/17 propôs um limite máximo de 24 meses para a concessão do TIDE e o vedou ainda para docentes afastados (exceto afastamentos para mestrado, doutorado ou pós-doutorado) e o pessoal contratado por tempo determinado.

Argumentando em defesa da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (conforme o art. 207 da Constituição Federal e art. 180 da Constituição do Estado do Paraná), o documento da APIESP iniciou seu posicionamento questionando tanto a legalidade da Comissão de Política Salarial que não é um órgão legalmente previsto na estrutura da Administração Pública paranaense quanto a legitimidade das deliberações dessa comissão que não possui condição de lei.

É nosso dever recordar que a Comissão de Política Salarial – CPS instituída pelo Decreto 31/2015 não é um órgão legalmente previsto na estrutura da Administração Pública Paranaense, nem possuem suas deliberações o caráter vinculante de uma lei em sentido estrito, aprovada através de Processo Legislativo competente, nos moldes do Estado Democrático de Direito. Sua competência estabelecida em definitivo pelo Decreto n.º 4290/2016, o qual alterou o Decreto n.º 31/2015, restringe-se a ‘fixar diretrizes [...] em assuntos de política salarial’, ou seja, propor orientações de natureza geral para o atendimento das metas e objetivos da política salarial do atual Governo do Estado. (APIESP, 2017, p. 02)

Quanto às licenças especiais, o documento da APIESP esclarece que esse é um direito garantido no Estatuto dos Servidores do Estado do Paraná (Lei Estadual n.º 6.170/1970) e as IEES/PR obedecem a critérios de concessão previstos na referida lei, para não comprometer o andamento normal das suas atividades.

As contratações e prorrogações de servidores temporários seguem as regras e ritos já estabelecidos nos Decretos n.ºs 1.521/2015 e 10.429/2015. Para a APIESP, essa recomendação da CPS é incongruente, visto que os procedimentos adotados pelas IEES para essas situações de contratação temporária já seguem as normas estabelecidas nos preceitos citados.

Os casos de afastamento para a realização de cursos, argumenta o ofício da APIESP, fazem parte da política de capacitação docente e técnica das IEES e estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Paraná. Embora haja possibilidade legal para a substituição destes (conforme art. 2.º da Lei Complementar n.º 108/2005), na realidade esses afastamentos não têm gerado reposição.

Na sequência, finalizando o manifesto ante as deliberações da 19.ª Reunião da CPS, o documento da APIESP fez pontuações sobre a questão do TIDE, especialmente deixando claro que a necessidade de pareceres favoráveis da SETI, SEAP e SEFA é um procedimento não previsto na legislação que trata do TIDE docente. Esclarece, ainda, que o TIDE não é gratificação e delimitar o seu prazo de concessão é incompatível com a natureza desse regime de trabalho.

É imperativo esclarecer, mais uma vez, que o TIDE Docente, na forma como foi instituído pela Lei Estadual n.º 11.713/97, alterada pela Lei Estadual n.º 14.825/2005, possui natureza jurídica Regime de Trabalho, pelo que, estranha-nos a menção quanto a gratificação e a 'prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses', o que revelar ser concepção absolutamente incompatível com o conceito atribuído ao TIDE Docente pelas leis precitadas, sendo a limitação francamente ilegal e completamente desprovida de sentido perante a realidade das Universidades paranaenses. (APIESP, 2017, p. 05)

Por fim, o manifesto da APIESP reforça a característica autônoma das universidades paranaenses:

É oportuno lembrar que as Universidades paranaenses são, por disposição constitucional, autarquias em regime especial operando sobre o Princípio da Autonomia Universitária. [...] Assim, uma autarquia não age por delegação, age por direito próprio e com autoridade pública, na medida da parcela de direito que lhe foi outorgado pela Lei que a criou. Os Reitores, enquanto seus dirigentes, respondem diretamente pela legalidade dos seus atos. Como pessoa jurídica de Direito Público Interno, a autarquia traz ínsita, para a consecução de seus fins, uma parcela do poder estatal que lhe deu vida. (APIESP, 2017, p. 05)

Ademais, esclarece-se que, embora não haja controle hierárquico sobre as autarquias, existe, sim, a possibilidade de controle com relação à probidade administrativa e à consecução dos seus fins. Os atos praticados no âmbito das IEES/PR são respaldados pelo Princípio da Legalidade, por meio das leis que os autorizam.

Em conclusão, reafirma-se o compromisso das Universidades Paranaenses com a Responsabilidade Fiscal e o equilíbrio das contas públicas, compromisso esse provado pelos sucessivos contingenciamentos dos recursos por elas sofrido nos últimos anos. Alerta-se, contudo, que tais contingenciamentos não podem ser realizados por meio de deliberações formalmente inválidas para os fins as quais se destinam, nem em franco desfavor a direitos legalmente adquiridos pelo funcionalismo público paranaense. Em vista de todo o exposto, informamos Vossa Excelência quanto à impossibilidade de adoção das medidas descritas no OF. CEE/CC 310/17, pelas razões acima deduzidas, reiterando o compromisso das Administrações para com a legalidade de seus atos, os quais, não fogem à apreciação dos diferentes órgãos de fiscalização e controle. (APIESP, 2017, p. 09)

A respeito desse Ofício CEE/CC n.º 310/17, foi possível verificar que, na ocasião, diferentes atores da comunidade acadêmica também se manifestaram contrariamente ao seu conteúdo, a exemplo do Conselho Universitário da UNIOESTE, que, em reunião realizada em 23 de março de 2017, aprovou a seguinte moção contra o documento emitido pela Casa Civil do Estado do Paraná:

O Conselho Universitário (COU), órgão máximo normativo e deliberativo da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, reunido no dia 23 de março de 2017, por unanimidade de votos dos Conselheiros, considera que as medidas contidas no Of. CEE/CC 310/17, da Casa Civil, são uma afronta à autonomia das universidades estaduais, previstas, formalmente, no art. 207 da Constituição Federal e no art. 180 da Constituição Estadual, e se constituem num ataque sem precedentes aos direitos dos servidores docentes e técnicos (Tide, licenças, afastamentos, contratações, dentre outros), amparados na legislação estadual. (UNIOESTE, 2017)

Houve, ainda, a manifestação do Comitê em Defesa do Ensino Superior Público do Paraná, que, depois que se reuniu com a APIESP e representação da SETI, emitiu uma nota em 22 de março de 2017, na qual criticava o conteúdo do referido ofício da Casa Civil.

A respeito da APIESP, essa não havia sido a primeira vez que a entidade se posicionou ante os desmandos do governo Richa no sistema estadual de ensino superior paranaense. Especialmente entre 2015 e 2016, foram expedidos pelo Poder Executivo Estadual um conjunto de normas, ações e atitudes que notoriamente chocaram com o princípio de gestão didático-científica e de gestão administrativa, financeira e patrimonial das universidades.

As manifestações contra esse excessivo controle de gestão imposto por normas governamentais apareceram como denúncia em carta da Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público (APIESP), endereçada ao governador Beto Richa, em 7 de junho de 2016:

As sucessivas tentativas, expressas em Decretos, de inclusão das Universidades no Sistema RH Paraná –META 4, a Resolução Conjunta SEFA/SEAP nº 10/2015, os Decretos nº 446/2015, nº 25/2015 e nº 2879/2015, a Resolução SEFA nº 196/2016 e os Decretos nº 4189/2016 e nº 4224/2016, e outras normas similares, têm representado progressivo engessamento da administração universitária, com entraves que, se observados, causariam a interrupção do regular funcionamento das instituições, representando o colapso do ensino de graduação e de pós-graduação, da pesquisa e da extensão, além de sérios prejuízos para as áreas de saúde, educação e segurança pública do Estado. (APIESP, 2016)

O Decreto n.º 446/2015, de 6 de fevereiro de 2015, exigia que as viagens de servidores das IEES ao exterior deveriam ser precedidas de autorização do governador, contrariando o Acórdão do Órgão Especial do TJ n.º 953868-7/01, que, por unanimidade, declarou a inconstitucionalidade de norma idêntica.

A Resolução Conjunta SEFA/SEAP n.º 10/2015 estabelece entraves não previstos em lei para a implantação de cargos e funções, a concessão de promoção e progressão funcional, a concessão de TIDE e o pagamento do 1/3 de férias.

A Resolução SEFA n.º 196/2016, assinada pelo secretário de Fazenda Mauro Ricardo Machado Costa, determinou por sua vez o recolhimento de 80% do *superavit* financeiro gerado pelas instituições à conta do Tesouro Geral do Estado, para investimentos em programas prioritários do poder executivo.

Art. 1º Estabelecer o percentual de 80% (oitenta por cento) do Superávit Financeiro apurado nos balanços das Unidades da Administração Indireta, dos Fundos e das Instituições de Ensino Superior a ser recolhido a conta do Tesouro Geral do Estado, até 05 de abril de 2016, para atender programas prioritários do Poder Executivo.

Art. 2º O não recolhimento pelas entidades referidas no artigo 1º desta Resolução, do valor decorrente do percentual retro citado no prazo estipulado, implicará na suspensão de utilização das cotas orçamentárias e financeiras até a devida regularização. (PARANÁ, 2016)

Verifica-se que a presente resolução se configura como uma tentativa de alterar o que historicamente fora aprovado nas leis anuais que estimam a receita e fixam a despesa dos exercícios fiscais. Ao analisar as referidas leis entre 2011 e 2015, constata-se a determinação de que Unidades Orçamentárias da Administração Indireta, do Poder Executivo, devem recolher ao Tesouro Geral do Estado 80% de *superavit* financeiro apurado em seus balanços. Ou seja, o Poder Executivo poderá utilizar os recursos de *superavit* financeiro apurado nos balanços para atender aos programas prioritários do governo. Porém, é preconizado na mesma lei que ficam

excluídas dessas exigências as Instituições Estaduais de Ensino Superior vinculadas à SETI²⁴³.

Em 11 de março de 2016, a APIESP chegou a publicar uma nota na qual afirmava que as universidades não iriam repassar o *superavit* de recursos arrecadados pelas próprias IEES. Para o então presidente da APIESP, professor Aldo Bona:

As universidades do Estado, ao longo dos últimos anos, vêm enfrentando sérios problemas por conta do contingenciamento dos repasses pelo Governo do Paraná. Atender a Resolução 196 seria inviabilizar completamente o funcionamento das nossas instituições de ensino superior. Não é possível que seja repassado o superávit da arrecadação própria – oriunda de recursos obtidos, por exemplo, com a realização de vestibulares, concursos e de projetos financiados por outras fontes, como o governo federal. (BONA, 2016)

O Decreto n.º 4.224/2016 obrigou as universidades a empregar esses recursos de *superavit* na rubrica de serviços, para o pagamento do PASEP, de energia elétrica e de água, mais uma vez implicando o desvio de finalidade na aplicação dos valores arrecadados em projetos específicos.

Por sua vez, o Decreto n.º 4.189/2016, que reúne um conjunto de normas expressas em decretos anteriores, inviabilizou o exercício da autonomia administrativo-financeira das universidades, com graves reflexos no exercício da autonomia didático-pedagógica.

Todos esses elementos que afrontavam a autonomia universitária e atingiam, ainda, diretamente as condições de trabalho e a carreira de professores do magistério superior das IEES foram sendo vivenciados, absorvidos e analisados nesses anos pelo movimento sindical docente, ao passo que suas compreensões/análises com relação a esse contexto foram sendo apresentadas na ocasião das entrevistas para esta pesquisa:

Com o Richa, num primeiro momento, tinha mais diálogo. Convivência não era boa, claro, tínhamos diferenças ideológicas porque era um governo liberal. Ele tinha pauta liberal para as universidades e isso, claro, a gente não iria aceitar. Mas ele nunca fechou curso, sempre respeitou o processo eleitoral das universidades; a questão orçamentária sempre foi difícil, já foi difícil com o Richa já era difícil antes, sempre no sentido de arrocho, mas salarialmente ele acabou cedendo. Não vamos dizer [que cedeu] porque ele era bonzinho, mas porque nós também estávamos numa boa condição de organização para fazer o enfrentamento. Ninguém dá aumento salarial porque é bonzinho. Mas foi um governo que compreendeu melhor isso, tentou recuar, mas também não bateu de frente, num primeiro momento. Mas é

²⁴³ Verificou-se que a partir da “Lei que Estima a Receita e Fixa a Despesa do exercício 2016” (18.660/2015), o texto não determina mais exceção às IEES. Curiosamente o texto do Projeto de Lei de 2016 (PL 715/2015) continha essa indicação, que foi suprimida do texto final aprovado.

claro, nem tudo são flores, eu não estou aqui para fazer defesa do Beto Richa também. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL ADUNICENTRO 2)**

O Beto Richa continuou com uma agenda que é uma agenda do segundo mandato de não contratação, de não reposição e foi travando. Eu estou no movimento sindical desde 2016, de lá para cá a gente nunca foi recebido pelo governador. [...] Porque toda a vez que a gente marcava um ato, o governador arrumava uma agenda em Brasília para não estar ali. Então, o Beto Richa foi um governador que mudou drasticamente de uma gestão para outra [...] **(EX-DIRIGENTE SINDICAL SESDUEM 2)**

Do período que eu estive à frente do sindicato, acho que o maior problema era a falta de reposição dos professores; quando veio a greve de 2015, vieram esses ataques financeiros mais diretos ao fundo de previdência e à data-base, e depois os ataques à data-base e a carreira, ao TIDE. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDUNESPAR 2)**

[...] o governo Beto Richa tentou e, inclusive, conseguiu no final não nos pagar a reposição salarial anual. No momento em que ele não nos quis pagar, houve uma reação da assembleia legislativa e nós, dentro da Assembleia Legislativa, consegui forçar para pagar, aí ele propôs dividir em duas parcelas. E aquilo já era o momento em que nós estávamos sendo atacados em nossos direitos. Ao final do governo Beto Richa, a gente passou por todo aquele processo da questão da previdência, eu dei o exemplo da questão reajuste do salário, mas tem o ParanaPrevidência também, aquele episódio extremamente violento que houve na frente da ALEP. Então o governo Beto Richa, no meu entendimento, teve uma trajetória que ele tentava implementar as suas políticas liberais, mas havia resistência por conta da correlação de forças do país ainda não ser totalmente favorável, mas, no final, essa correlação já estava invertida, e aí a gente não conseguiu impedir os ataques. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDIPROL/ADUEL1)**

Houve ainda a relação feita por um ex-dirigente sindical docente acerca das semelhanças entre os aspectos econômicos e políticos relativos à gestão Richa e o período de gestão do ex-governador Jaime Lerner.

[...] é preciso contextualizar um pouco no seguinte aspecto, o governo Beto Richa na verdade retoma o governo Lerner. Na política de educação e relação com as universidades, ele retoma o governo Lerner, literalmente. E o que foi o governo Lerner? Foi o período de maior arrocho salarial dos servidores/professores das IEES/PR. De 1995/2002 é esse momento desastroso de arrocho. A média salarial dos professores, por exemplo, no final dos anos 1990 são brutais. Não por acaso houve uma longa greve das três universidades (UEL, UEM, UNIOESTE). [...] Então, essa é a característica do governo Lerner: o corte de verba das universidades, não apenas do ponto de vista de manutenção/custeio, mas também a redução de concurso público e arrocho salarial. Você tem uma média salarial dos professores das IEES/PR nesse período bem abaixo dos professores das federais. Quando o Beto Richa assume, depois de oito anos da era Requião, ele retoma parte disso porque faz parte do mesmo grupo político do ex-governador Lerner. Esse grupo entende que a universidade não deve ter esse investimento estratégico, esse grupo avalia que a universidade é um custo, e não um investimento. A educação é vista como custo, e não como investimento. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDUEPG 1)**

Enfim, essas são materializações das posturas realizadas por órgãos do governo que, notoriamente, chocaram com o princípio de gestão didático-científica e

de gestão administrativa, financeira e patrimonial das universidades. Essas posturas exigiram o posicionamento dos diversos participantes da comunidade acadêmica. A seguir, será dedicada especial atenção ao papel dos sindicatos dos docentes ante esse contexto.

CAPÍTULO 6

PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS SINDICAIS DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR ANTE O CONTEXTO 2011-2018

Neste momento derradeiro, a pesquisa volta-se às principais estratégias²⁴⁴ de resistência e tensionamento das seções sindicais do ANDES nas IEES paranaenses ante o contexto de tensão com o governo estadual, entre 2011 e 2018, demonstrando quanto e como esse ator social esteve presente nessa conjuntura política. Até aqui, este estudo deu conta de contextualizar o cenário do ensino superior público paranaense durante esses anos e o modo pelo qual elementos dessa conjuntura apontaram aspectos de uma visão política e econômica neoliberal, com características de ser derivada de um contexto muito mais amplo e de alcance global. Nesse aspecto macro, o ensino superior surgiu como importante espaço para a atuação do mercado privado e, ainda, os serviços públicos (sobretudo na área da educação) devem ser desencorajados e ter seus gastos reduzidos²⁴⁵ para fins de cumprimento dessa agenda.

No contraponto disso, já se discutiu neste estudo, tem-se o viés à esquerda das organizações sindicais docentes do ensino superior que, historicamente, vão fazer a defesa pela presença do Estado na oferta de um ensino superior público, gratuito e de qualidade. Nessa visão político econômica, o Estado cumpre importante papel para a materialização das garantias sociais, sendo o acesso e manutenção ao ensino superior público uma delas.

Como discutido no capítulo 4 desta tese, as seções sindicais do ANDES-SN nas Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná são estas: Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Estadual de Londrina e Região (SINDIPROL/ADUEL); Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (ADUNIOESTE); Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de

²⁴⁴ O conceito da estratégia, que tem sido reiteradamente repetido nesse estudo para fazer a relação com a atuação sindical docente, não se refere necessariamente a um procedimento formal: planejamento de longo/médio prazo, com o estabelecimento de etapas e objetivos muito bem definidos. O objetivo aqui é o de tão somente indicar os caminhos percorridos por essas organizações frente ao contexto antagônico que se apresentava no seu horizonte.

²⁴⁵ Elemento que ainda nos dias atuais mantém a sua força, vide a recente Proposta de Emenda à Constituição n.º 206/2019 (de autoria do Deputado Federal General Peternelli, PSL/SP), que visa instituir a cobrança de mensalidades junto às universidades públicas, dando nova redação ao art. 206 e 207 da Constituição Federal de 1988. Essa PEC esteve pautada na reunião extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, no dia 24/5/2022 (porém foi retirada perante mobilização e repercussão do assunto).

Ponta Grossa (SINDUEPG); Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual do Centro Oeste (ADUNICENTRO); Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Maringá (SESDUEM); e, por fim, Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual do Paraná (SINDUNESPAR).

No momento de caracterização histórica de cada uma das seções sindicais, foi apontado que o SINDIPROL/ADUEL, na ocasião do período que contempla os anos aqui analisados, não fazia parte do ANDES-SN como seção sindical. No entanto, para fins de análise do estudo aqui proposto, essa questão não será levada em consideração, de modo que incluiremos as ações desse sindicato de modo igual (com as devidas particularidades) aos demais acima citados.

Este capítulo é composto por discussões que trazem esse sindicalismo docente das IEES/PR para o centro do debate, tendo a clareza de quão árdua se pode tornar essa tarefa, considerando o extenso período em análise e a ampla conjuntura que abarca as realidades (por vezes, particulares) de diferentes universidades instaladas em distintas regiões do estado do Paraná.

Tendo essa importante questão delimitada, a análise aqui proposta busca dedicar-se aos elementos considerados centrais dessa mobilização sindical docente no período, a exemplo: do movimento de articulação em torno da lei de equiparação salarial entre 2011 e 2012; dos indicativos de greve por tempo indeterminado em 2013, que tinham por pauta cobrar o pagamento da segunda parcela do Plano de Equiparação Salarial; das manifestações de 29 de abril ocorridas em Curitiba; das greves ocorridas em 2015; dos movimentos de ocupação estudantil das universidades estaduais paranaenses que ocorreram concomitantemente à greve dos professores em 2016; das articulações políticas em torno da criação de uma nova lei para o TIDE.

Dos pontos acima destacados, de modo geral, é dada ainda relevância à relação dos sindicatos docentes entre si e com os demais movimentos dos servidores estaduais. Esse pano de fundo da articulação política entre as seções sindicais e demais sindicatos (com destaques ao FES) demonstra simultaneamente a complexidade e a potencialidade/força da ação sindical no estado do Paraná.

De início, para fins de caracterização histórica, faz-se necessário abordar a greve realizada nas universidades estaduais paranaenses entre 2001 e 2002. Conhecida como a “greve dos seis meses”, a referida paralisação docente produziu importantes reflexos ao movimento docente nos anos seguintes, inclusive a criação de seções sindicais do ANDES-SN em contextos universitários onde, até então, havia

apenas o sindicalismo misto/unificado. Para essa caracterização, contou-se aqui com a utilização de diversas publicações oriundas, sobretudo do próprio âmbito sindical docente: revistas, artigos etc²⁴⁶.

Quanto à sistematização das estratégias sindicais docentes no período que abarca o governo Richa, foi utilizado como principal procedimento metodológico a pesquisa documental. Essa pesquisa foi realizada nos principais canais de divulgação das seções sindicais na internet, num processo de garimpagem histórica que buscou extrair dessas publicações/postagens elementos que ajudassem a descrever e compreender aqui os posicionamentos e ações das seções sindicais diante de cada um dos elementos acima pontuados que caracterizaram o sindicalismo docente das IEES/PR no período²⁴⁷.

Concomitantemente a isso, como já se tem feito nos capítulos anteriores, houve ainda a utilização do recurso da história oral, como forma de intercalar as memórias e interpretações de sujeitos entrevistados (ex-dirigente sindicais) aos principais elementos que caracterizaram a reação dos sindicatos docentes no período.

Por fim, em conjunto com esses entrevistados, são tecidas reflexões neste capítulo acerca do futuro do sindicalismo docente das IEES/PR, tendo por base o contexto de pandemia, do governo Ratinho Jr. e, principalmente, de promulgação da Lei Geral das Universidades – uma antiga pauta de luta desses sindicatos que, mesmo após muita resistência, se tornou realidade no fim de 2021.

6.1 A GREVE DOS SEIS MESES COMO UM IMPORTANTE ANTECEDENTE HISTÓRICO DOS SINDICATOS DOCENTES DAS IEES/PR

Para fins de desenvolvimento deste capítulo, escolheu-se inicialmente o caminho da reconstrução de um importante antecedente histórico do sindicalismo docente das IEES/PR: as greves realizadas pelas universidades entre 2000 e 2002 – com enfoque maior naquela ocorrida ininterruptamente entre 2001 e 2002.

Num contexto de gestão do ex-governador Jaime Lerner (PFL), a referida greve ficou marcada pela sua intensidade e extensão, pois foram mais de 160 dias em que

²⁴⁶ Uma importante particularidade do sindicalismo docente das IEES é contar um quadro de filiados acostumados a produção de conteúdo escrito/acadêmico, o que, de certa forma, facilita a elaboração de materiais/documentos que registram os fatos da história sindical no estado.

²⁴⁷ A descrição mais detalhada de como ocorreu esse processo e a justificativa em torno dessas escolhas constam na introdução desta tese.

servidores de três universidades públicas estaduais paranaenses (entre os quais docentes) paralisaram suas atividades ante as reivindicações em pauta.

Como relatado anteriormente, o período de governo Lerner ficou marcado pela inclinação político-econômica de base neoliberal, que tinha, nas orientações de organismos internacionais (a exemplo do Banco Mundial), diretrizes para suas ações. No âmbito do funcionalismo estadual, além da ampla reforma no sistema público previdenciário, dados de Reis e Júnior (2014) revelam um período de oito anos em que foram acumuladas significativas perdas salariais para esses servidores. Há ainda, no âmbito da universidade pública estadual, uma agenda que buscou reformar esse ensino superior, mas, por vezes, esbarrou na resistência da comunidade acadêmica da época.

Dos temas que pulsavam na pauta sindical dos servidores, a questão do reajuste salarial, congelado desde 1997²⁴⁸, talvez fosse uma das mais importantes naquele contexto grevista dos anos 2000. Conforme relatam Bosi, Reis e Souza (2014), ao longo de 1999, o governo Jaime Lerner recebeu os representantes dos sindicatos mistos para discutir o reajuste salarial. Já na época, muitos docentes das IEES/PR criticavam a postura e falta de resultados que os sindicatos mistos traziam dessas discussões com o governo.

Cabe lembrar que, no contexto do início dos anos 2000, apenas o SINDIPROL/ADUEL era ligado aos ANDES-SN e havia, no interior do sindicalismo das IEES/PR, uma força política muito maior nos sindicatos mistos das universidades – fato que dificultava a agenda das negociações, uma vez que esses sindicatos mistos eram contrários à greve e suas diretorias estavam convencidas da impossibilidade de enfrentar o governo Lerner. (BOSI, REIS e SOUZA, 2014)

Dessa demanda dos servidores estaduais, foi deflagrada uma primeira greve em 2000, a qual foi mais curta e menos organizada. Iniciou-se em 1.º de junho e foi suspensa em 26 de junho na UNIOESTE, 27 de junho na UEL e dia 11 de julho na UEM.

Em junho, UEL, UEM e UNIOESTE iniciaram uma greve sem o apoio das diretorias dos sindicatos e com muitas dificuldades econômicas e políticas de estruturação. O governo Jaime Lerner foi irredutível e pressionou as diretorias dos sindicatos e administrações das universidades a boicotarem a greve. A UNIOESTE resistiu vinte e nove dias, a UEL saiu em seguida e a UEM tentou continuar sozinha durante mais duas semanas. O governo Jaime Lerner, por

²⁴⁸ No caso dos servidores agentes/técnicos, a situação era pior, pois estavam, desde agosto de 1995, sem reposição salarial. Os professores, por conta do Plano de Cargos e Salários, de 1997, obtiveram, naquele ano, alguma recomposição salarial.

meio de seu secretário Ramiro Wharhfitg, insistiu na tese de que a Lei de Responsabilidade Fiscal não permitia reajuste, mas se comprometeu a construir uma proposta vinculada à flexibilização do orçamento das universidades. Entre a greve de 2000 e a de 2001/2002, o governo não cumpriu sua proposta. Esse foi o sinal mais evidente para os docentes de que sem luta nada sairia daquele governo. (BOSI, REIS e SOUZA, 2014, p. 13)

A questão econômica (arrocho salarial) e as condições de trabalho foram o fio condutor entre a primeira greve em 2000 e a segunda greve iniciada em 2001. Desse fio, no entanto, emergiram desdobramentos próprios e resultados diferentes de cada um desses movimentos, como analisou o professor Alcides Vergara em entrevista à Revista do SINDIPROL/ADUEL, em 2012:

Essa greve de 2000 que iniciou com uma pauta econômica, acabou se ampliando para um conjunto de questões que tensionava a vida universitária, o modelo de universidade que se apresentava. Havia a perspectiva da universidade empresa colocada cada vez mais; da flexibilização; da privatização e, por outro lado, a defesa da universidade pública, gratuita, autônoma que constituiu a reivindicação que garantiu essa unidade que o movimento conseguiu construir em 2000. A greve de 2000 teve mais um caráter pedagógico-político, já que o resultado econômico ela não teve nenhum. Foi uma greve de curta duração. Havia o represamento e as perdas salariais, mas o sindicalismo que nós tínhamos na década de 90 era de resistência e de confronto. Um sindicalismo construído nesse novo sindicalismo que era o PT. [...] A greve de 2001 já foi uma greve mais específica. Nós como sempre acabamos sozinhos. Nós a levamos de uma maneira heroica e dramática até o limite do suportável. Foi quase insano o que aconteceu nessa greve de 2001 e 2002. Embora o desfecho tenha obtido um ganho econômico, mostrou claramente que a perspectiva dos movimentos conjuntos é uma perspectiva que deve transcender a questão sindical. (VERGARA, 2012, p. 37-38)

Para o professor Evaristo Colmán Duarte, da UEL, outro ganho, sobretudo político, da greve de 2000 foi a renovação do Comitê Estadual em Defesa do Ensino Superior Público do Paraná. O referido comitê, considerado uma importante frente política em defesa da universidade, foi criado em 1988.

O principal resultado da greve de 2000 foi a renovação do Comitê, a retomada do seu caráter de frente política. Por isso quando se fez o encontro em Cascavel, posterior à greve de 2000, uma das questões mais importantes que lá se deliberou foi a participação dos DCEs, com direito a voto no Comitê. Também, como resultado dessa greve, houve uma renovação, uma mudança na direção dos sindicatos, e quem passou a dirigir o Sinteoeste e o Sinteemar, principalmente esses dois sindicatos, foram professores e funcionários que haviam participado da greve de 2000. Isso teve uma grande importância. Por isso, quando o Comitê se reestrutura e retoma sua característica de uma ferramenta política, vai ser já sob a perspectiva do movimento em defesa da Universidade contra o projeto privatista do Lerner. Esse foi o principal resultado: a articulação estadual em torno a uma reivindicação política. (DUARTE, 2012, p. 06)

Enfim, avalia-se que, do ponto de vista econômico, a greve de 2000 não alcançou nenhum resultado expressivo. Nenhuma das reivindicações salariais foi atendida. No entanto, do ponto de vista político-sindical, essa greve marcou, no

interior do debate acadêmico, a crítica ao processo de privatização universitária do governo Lerner.

Porque ela permitiu, primeiro, que se debatesse internamente o projeto de privatização de Lerner que vinha dos anos anteriores e avançava dentro das Universidades, mas não encontrou oposição a ele. Durante a greve, começou a se debater amplamente isso. Em diversos meios, nas assembleias, no comando, no boletim da greve, enfim, o debate foi assumido pela comunidade como um problema da Universidade, o que não ocorre toda hora. [...] Durante a greve, isso tudo foi explicitado e discutido pela comunidade universitária. Essa me parece que foi uma das maiores conquistas da greve. (DUARTE, 2012, p. 08)

Buscando negociar o reajuste salarial com o governo Lerner, uma nova greve das IEES/PR iniciou-se em setembro de 2001. Assembleias ocorridas na UNIOESTE, UEM, UEL e UEPG aprovaram a paralisação por tempo indeterminado, porém, ainda em setembro de 2001, a UEPG retirou-se da greve.

O ponto central que unificou a pauta grevista de todas as universidades participantes (e também demais setores do funcionalismo estadual, incluindo a APP-Sindicato) era a reposição salarial de 50,03%. Outros pontos que se apresentavam na pauta do movimento e tinham relação direta com as universidades eram o financiamento integral das IEES, a contratação de servidores, a gestão democrática e eleição livre e direta dos dirigentes. (BOSI, REIS e SOUZA, 2014)

Com uma longevidade não planejada, o Comando da Greve buscou negociar com o governo estadual as condições para o fim da greve. Foi verificado, no entanto, um conjunto de ações repressivas e policiais sobre estudantes e professores, entre as quais se destacaram a forma que administrações das universidades em greve foram pressionadas a perseguir lideranças do movimento, a instalação de comissões de sindicâncias, a tentativa judicial de considerar a greve ilegal, o que implicaria multas diárias contra os sindicatos, e, ainda, a suspensão de pagamento aos servidores. (BOSI, REIS e SOUZA, 2014)

Como relata o professor Evaristo Colmán:

Depois já mais para o final do ano, o governo Lerner vai conseguir de um juiz a prisão dos dirigentes da greve, a prisão dos dirigentes das entidades representativas. Isso foi também um episódio importante, que só não se concretizou porque para que a medida tivesse efeito deveria ser assinada por todos os dirigentes das entidades. Na época eu era presidente da Aduel e, por orientação dos advogados, eu evitei a assinatura dessa intimação. Como eles não intimaram todos, então essa medida, a nossa prisão, não pôde ser cumprida. O promotor de Justiça aqui de Londrina, Bruno Galatti, chegou a ir lá pro HU. Ele se passou por um usuário que ia requerer atendimento, para tentar configurar um flagrante contra os grevistas. Havia a pressão da Igreja Católica, o Dom Albano, que era Bispo na época, falava que o vestibular era sagrado. Toda a pressão em cima dos grevistas. A ACIL [Associação Comercial e Industrial de Londrina] fez pressão sobre os grevistas, a

Sociedade Rural fez pressão sobre a greve, a Folha de Londrina, todos faziam pressão sobre a greve. Por quê? Porque com a extensão da greve, comprometeu-se o vestibular. Os estudantes majoritariamente debandaram na segunda greve, na época a maioria dos estudantes ainda eram de fora, isto repercutiu no comércio, que passou a ter um movimento bem menor, todo o tipo de comércio sentiu o impacto. Então a pressão sobre a greve começou a se avolumar. (DUARTE, 2012, p. 10)

Conforme já discutido nesta tese, as greves no setor público, se comparadas às do setor privado, são mais extensas. A estabilidade dos servidores, a aposta do gestor no desgaste do movimento com o tempo (especialmente ante a opinião pública) e a natureza desse setor improdutivo levam a uma resolução mais lenta do conflito. Entretanto, não há registro, na história do movimento sindical paranaense, de outra greve com tamanha extensão de tempo como essa das IEES/PR, entre 2001 e 2002.

Conforme Bosi, Reis e Souza (2014) ressaltam, destacou-se, nessa conjuntura de judicialização, a atuação da assessoria jurídica do ANDES-SN, que garantiu a legalidade da greve e o pagamento dos salários dos servidores paralisados nesse período.

Com o tempo, a extensão da greve criou um importante fato político que obrigou o governo Lerner a abrir negociações ante a reivindicação salarial dos grevistas. A demora em resolver o problema da greve produziu um desgaste à imagem do governo, e a situação já passava a ser vista (inclusive por seus aliados) como incompetência de Lerner para lidar com o movimento.

Ao lado da questão salarial, a greve teve importante papel também na contenção do processo de privatização das IEES/PR que avançava por meio do Projeto de Lei n.º 032/2002. Na avaliação de Bosi, Reis e Souza:

Tal projeto, se aprovado, poderia significar um grave retrocesso no exercício da autonomia das universidades, um ataque a uma série de direitos docentes e técnicos garantidos no Plano de Carreira, Cargos e Salários, a marginalização da participação de estudantes e funcionários nos conselhos universitários e, por fim, a pavimentação do caminho da privatização definitiva do ensino superior no Paraná ao estabelecer a obrigação de as universidades complementarem seus orçamentos por meio da busca de fontes alternativas (privadas) de financiamento. (BOSI, REIS e SOUZA, 2014, p. 16)

Para ampliar a angústia de docentes e demais servidores, se aprovado, o referido PL previa ainda a revogação do Plano de Carreira de servidores, no qual muitos dos direitos desses trabalhadores seriam revogados, entre os quais a carreira única; o piso salarial unificado, a gratificação por titulação, o tempo integral e a dedicação exclusiva (TIDE).

Em termos de resultados econômicos, diferentemente do que ocorreu em 2000, a longa greve iniciada em setembro de 2001 e encerrada em março de 2002 trouxe

como ganho um índice de reajuste de 13,55% para os docentes e servidores técnicos de nível superior. Para os demais, foram negociados índices escalonados e maiores de reposição: 50,03% para a classe I; 44,18% para a classe II; 38,15% para a classe III; 33,15% para as classes IV e V; 22,96% para a classe VI; e 18,16% para a classe VII. Houve ainda a ampliação em mais de R\$ 29 milhões dos recursos orçamentários das universidades para 2003 – uma ampliação de 8,30% em relação à proposta inicial do governo Jaime Lerner.

Contudo, para além da perspectiva dos resultados de curto prazo, a greve realizada entre 2001 e 2002 deixou importante legado para o sindicalismo (sobretudo docente) das IEES. Bosi, Reis e Souza (2014) refletem sobre isso na introdução do livro que traz as memórias dessa greve:

O principal legado da greve de seis meses foi o rompimento de uma política de governo baseada no congelamento salarial. Embora o resultado econômico imediato da greve 2001/2002, o índice de 13,55%, tenha sido tímido se comparado à defasagem de 50,03%, seu impacto político penetrou profundamente o imaginário das classes dominantes que se revezavam no aparelho de Estado. Para elas não havia mais dúvidas sobre a capacidade de luta dos docentes, e nisso reside a ambivalência da greve docente mais longa do Brasil. Se para os docentes a greve significou uma difícil e dolorosa experiência, para os governantes que se sucederam desde então tal episódio não deveria se repetir. (BOSI, REIS e SOUZA, 2014, p. 20)

Foi verificado que, num período de 12 anos, contados desde 2002, os salários docentes foram sistematicamente reajustados. Houve, ainda entre esses anos, o restabelecimento da data-base para o reajuste anual por meio da Lei Estadual n.º 15.512/2007 e o Plano de Equiparação Salarial dos professores do ensino superior público paranaense (Lei Estadual n.º 17.280/2012).

A greve proporcionou ainda importantes aprendizados sobre a relação com as esferas políticas e institucionais e quanto o permanente processo de mobilização da categoria (quantitativo e qualitativo) importa nas conversações/negociações mediante o governo estadual.

Por fim, como destacam Bosi, Reis e Souza (2014), essa greve pôs em xeque algumas posturas colaboracionistas e autoritárias no interior de sindicatos mistos das IEES/PR. O rompimento de docentes com esses sindicatos abriu caminho para que seções sindicais do ANDES-SN fossem sendo criadas nessas universidades, a exemplo do SINDUEPG (2002) e da ADUNICENTRO (2003).

Refletindo sobre essa greve, o professor Evaristo Colmán fez menção ainda à forma pela qual, nos meses de paralisação, a comunidade pôde experimentar a autonomia universitária.

Acho que o mais importante dessa experiência é que durante a greve a comunidade experimentou a autonomia universitária. Essa é uma experiência única! Porque é somente durante a greve que as coisas se decidem em assembleia, em que todos participam diretamente da decisão. Fora desses momentos, o funcionamento da Universidade é determinado por um pequeno grupo que encabeça a burocracia universitária, os que estão no comando da Universidade. [...] Porque a rigor, a autonomia universitária é uma forma de poder, oposta à ingerência do governo. E é só durante as greves que a gente tem este poder sendo exercido diretamente pela comunidade organizada. Isso talvez seja a coisa mais importante dessas duas greves pelas quais nós passamos. [...] Essas duas greves permitiram à comunidade, dessas três Universidades que fizeram a greve, o exercício de uma autonomia, o exercício de uma democracia durante a greve, que marcou profundamente as relações e marca até hoje. (DUARTE, 2012, p. 12)

A resistência e as denúncias feitas pelo conjunto organizado dos servidores da UEL, UEM e UNIOESTE às políticas privatistas do governo Lerner se mostraram fundamentais para barrar as reformas universitárias em andamento naquele contexto. É uma das greves mais longas até hoje registradas no país, constituindo-se fonte de inspiração para diversos movimentos de trabalhadores (especialmente no setor público).

Segundo sumariza Reis (2012, p. 23): “Essa greve demonstrou o tamanho da disposição e da indignação daqueles que, no cotidiano de seu local de trabalho, enfrentaram péssimas condições de trabalho e de salário, resultados concretos das políticas implementadas pelo Governo Lerner”.

6.2 O SINDICALISMO DOCENTE DAS IEES/PR ANTE O CONTEXTO DO GOVERNO BETO RICHA

Com base no contexto/conjuntura apresentada no capítulo anterior, neste momento são tecidas considerações acerca das principais estratégias e ações do sindicalismo docente das IEES/PR entre 2011 e 2018. Neste estudo, sempre importa esclarecer que a referida conjuntura exigiu esforços tanto dos sindicatos docentes quanto de organizações sindicais mistas/unificadas, Conselhos Universitários, Associações como a APIESP, frentes políticas (a exemplo do Comitê Estadual em Defesa do Ensino Superior Público do Paraná), movimentos estudantis. Houve ainda, sob determinadas circunstâncias, a forte presença de organizações dos servidores estaduais, a exemplo do Fórum das Entidades Sindicais do Paraná. Enfim, uma série de importantes atores sociais que figuraram (e, por vezes, protagonizaram) volumosos esforços de luta em prol da preservação e do aprimoramento das universidades públicas estaduais do Paraná.

Entretanto, cumpre reforçar a delimitação desta pesquisa que se centra no sindicalismo docente das IEES/PR. Com o objetivo de analisar o sindicalismo docente das IEES/PR, tendo por enfoque as tensões e os antagonismos com o governo estadual no período que contempla os anos de 2011 a 2018, esta tese configura-se num espaço para a apresentação e análise desse histórico ator social paranaense.

Desse modo, como delimitação metodológica, foram trazidas situações específicas que exigiram desse sindicalismo docente das IEES/PR um engajamento e uma postura. Do período em questão, foram significativos o processo de elaboração do Plano de Equiparação Salarial, que trouxe estimados ganhos salariais à categoria docente das IEES/PR, mas que foi fruto de intensos debates e articulações políticas com o governo estadual, e os movimentos de greve conjunta entre as universidades, a exemplo de 2013 (no caso do atraso na 2.^a parcela do Plano de Equiparação Salarial), 2015 e 2016. Outro importante elemento histórico do período que merece destaque refere-se ao “29 de abril de 2015” – as pautas reivindicativas e, principalmente, a forma violenta da ação policial ante os servidores estaduais que lá se manifestavam, à relação das seções sindicais com os movimentos de ocupação estudantil nas universidades públicas paranaenses e, por fim, ao movimento político em torno da elaboração e promulgação da chamada “Lei do Tide”, em 2018.

Com o apoio de materiais oriundos de documentos oficiais dos sindicatos docentes (sobretudo o que foi publicado/postado em seus sites oficiais na internet) e de trechos das entrevistas realizadas aos ex-dirigentes das seções sindicais do ANDES-SN, é possível, neste momento da pesquisa, sistematizar as principais ações do sindicalismo docente das IEES/PR ante o contexto do governo Richa. Ficará evidenciado o importante papel que essas organizações cumpriram mediante os interesses da sua categoria e da universidade pública do Estado naquele contexto.

6.2.1 As seções sindicais das IEES/PR ante o 29 de abril

O dia 29 de abril de 2015 é considerado por muitos como o ápice da relação tensa entre o governo do Paraná e servidores estaduais no período que envolveu os governos Beto Richa. Derivado de um contexto em que medidas de austeridade estavam sendo implementadas no âmbito do Legislativo, esse dia ficou marcado pela truculência da Polícia Militar do Estado do Paraná perante os manifestantes

(servidores públicos estaduais, entre os quais professores das IEES/PR) que estavam à frente do Centro Cívico na cidade de Curitiba.

As medidas do governo nessa ocasião, que foram as causas da reação dos servidores estaduais, já foram aqui apresentadas (conforme discussões constantes no capítulo anterior). Sobretudo, a proposta de alteração na previdência social desses servidores motivou as mobilizações e greves que conseguiram reunir professores e demais funcionários (do ensino básico e superior), agentes penitenciários e trabalhadores da saúde.

Repressão e violência policial aos movimentos e mobilizações de trabalhadores não é novidade no Brasil. A história brasileira registrou inúmeros conflitos decorrentes dessa relação antagônica entre movimentos sociais à esquerda e o Estado burguês.

Mais especificamente no contexto de 2015, cabe lembrar aqui que o Brasil havia recém-vivenciado as ondas de protestos (e repressão policial) de 2013 e 2014. Inclusive, no referido ano de 2013, foi sancionado pela presidente Dilma Rousseff (PT) a Lei de Organização Criminosa – Lei Federal n.º 12.850/2013²⁴⁹:

Art. 1º Esta Lei define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal a ser aplicado.

§ 1º Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional. (BRASIL, 2013)

Para Mariano e Silva (2014), esse endurecimento das legislações ante os movimentos sociais não é feito de forma isolada. Há sempre um contexto político que acompanha esse processo e envolve um novo aparelhamento das forças policiais, a aquisição de novos instrumentos militares e a contratação de mais força policial para defender a chamada “ordem pública”.

Segundo informações divulgadas, em setembro de 2013, o governo do Paraná abriu licitação para a compra de 116 módulos móveis de policiamento e 200 motocicletas para compor esses equipamentos. Em outubro do mesmo ano, o governo autorizou a convocação de 2.433 policiais e bombeiros militares, fortalecendo e

²⁴⁹ No contexto dos grandes eventos esportivos (Copa do Mundo e Olimpíadas do Rio de Janeiro), podem ser mencionadas também a Lei Geral da Copa (Lei Federal n.º 12.663/2012) e a Lei Antiterrorismo (Lei Federal n.º 13.260/2016).

ampliando o contingente de Segurança Pública do Estado. (SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, 2013)²⁵⁰

Antes, no contexto das mobilizações de junho de 2013, o governo do Paraná, em julho, havia entregue, em Curitiba, 76 novas viaturas para as polícias Civil e Militar. A mensagem era clara quanto ao tipo de tratamento que seria dado pelo Estado para qualquer conduta coletiva e social considerada inadequada, inclusive aquelas oriundas dos processos de mobilização organizada de trabalhadores, estudantes.

De acordo com Mariano e Silva (2014):

A história recente do Brasil demonstra que, mesmo após o final da ditadura civil-militar, ainda convivemos com resquícios das formas autoritárias de controle e repressão e que ainda será necessária muita luta para remover por completo todo o autoritarismo das forças policiais. (MARIANO; SILVA, 2014, p. 33)

Para Allan (2016), é uma ilusão acreditar que arbitrariedades, violência e repressão são praticadas somente em regimes de exceção. Ao que ele complementa: “No Brasil, mesmo quando vigente a democracia, o Estado muitas vezes reprimiu os movimentos de massa, cerceando seu direito constitucionalmente garantido à liberdade de expressão e manifestação”. (ALLAN, 2016, p. 07-08)

No contexto da repressão policial ocorrida em 29 de abril de 2015, os manifestantes (trabalhadores e estudantes) estavam numa relação desigual de forças diante de um contingente policial amplo e bem preparado para aniquilar qualquer força de resistência – mesmo sendo essa “força de resistência” oriunda da livre manifestação política, garantida em qualquer Estado Democrático de Direito.

Conforme analisa Allan:

Os fatos que culminaram com o massacre de 29 de abril de 2015, em Curitiba, de educadores e educadoras, servidores públicos do Estado do Paraná, por parte de policiais militares lá colocados para ‘garantir a ordem’ devem ser compreendidos dentro desse contexto. Isto é, como mais um episódio de violência estatal desfechada contra um movimento de trabalhadores e trabalhadoras na reivindicação de seus direitos, no exercício da cidadania. (ALLAN, 2016, p. 08)

O artigo de Marino e Silva, de fevereiro de 2014, antecipava um cenário que aconteceria em 2015. Essa análise foi possível tendo por base o que houvera anos antes, na África do Sul, na conjuntura da realização da Copa de Mundo de 2010.

²⁵⁰ O governo Richa notabilizou-se pelos investimentos que deu à Segurança Pública do Paraná. Em 2012, foi implantado um subsídio salarial que pôs o Estado como um dos que têm o melhor salário inicial das polícias (tanto Civil quanto Militar) pelo país. Os recursos na área de Segurança foram de R\$ 1,26 bilhão, em 2010, para R\$ 4 bilhões, em 2017 – aumento de 217%. Houve claramente uma opção do governo Richa pela aproximação com as forças de Segurança do Estado.

Nessa ocasião, foram veiculadas informações de intensos conflitos, desapropriações forçadas e uso desmedido da força policial contra a população local.

Portanto, com o advento dos grandes eventos esportivos no país, já está em andamento o aumento dos efetivos das forças de controle e dispersão, bem como a aquisição de uma quantidade sem fim dos materiais descritos acima, como bombas de gás lacrimogêneo, canhões sônicos, sprays de pimenta e carros que lançam jatos de água. Estoques de balas de borrachas e equipamentos de prevenção a 'ataques terroristas' e ameaças externas serão adquiridos com dinheiro público, que jorrará abundante para os caixas de poucas indústrias privadas e, no final dos eventos, todos esses equipamentos de segurança irão compor os instrumentos das forças estaduais e federal na luta contra manifestantes com bandeiras, gritos e palavras de ordem, pedindo mais educação, saúde, trabalho, segurança, emprego, transporte público decente, moradia, cultura e lazer. (MARIANO; SILVA, 2014, p. 36)

Nas palavras de um ex-dirigente de seção sindical que esteve em Curitiba, em 29 de abril de 2015:

Então os governos se prepararam para reprimir duramente, porque já tinha tido a experiência de 2013, então eles se armaram brutalmente e temendo o ponto de vista legal o Judiciário, então se armaram uma pressão dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário que se prepararam para massacrar a classe trabalhadora em 2014 para que a Olimpíada e a Copa fossem uma grande vitrine para o mundo civilizado. E esse processo foi forte e eles tiveram sucesso em coibir muitas manifestações mais massivas, em 2014. Só que sobrou armamento, não usaram tudo. Estavam preparados, para toda sorte. Não usaram tudo em 2014 e derrubaram essa munição toda em nossas cabeças em 2015, lá em Curitiba. É engraçado, pena que eu não peguei alguns souvenirs, estava no calor na luta ali (inclusive em garantir a segurança dos que foram junto aqui na seção sindical e os estudantes), e estava na linha de frente, levando bomba, tentando socorrer pessoas feridas, botar dentro das ambulâncias, ambulâncias que foram também atacadas pelo armamento ali quando tentavam resgatar as pessoas no meio da situação toda ali. E um colega pega ali o exemplar de uma bomba de gás e no prazo de validade vimos que ela estava quase para vencer, era uma compra de 2013. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL ADUNICENTRO 2)**

Em fevereiro de 2015 já havia intensas mobilizações dos servidores estaduais ante as medidas em votação na ALEP: relevantes atos/mobilizações em Curitiba que contaram com a presença milhares de pessoas; sessões da ALEP sendo canceladas em virtude da mobilização dos servidores; deputados estaduais sendo escoltados por viatura policial para o recinto de votação; enfim, um mês que exemplifica o cenário tenso daquele momento e a relação extremamente desgastada entre, sobretudo, Legislativo/Executivo e os servidores públicos do estado.

Em uma operação policial de grandes proporções, que contou com um efetivo de mais de 2 mil policiais²⁵¹, foi organizado um cerco na ALEP (e seus arredores) já nos dias anteriores à votação do PL, que previa a reestruturação do

²⁵¹ Vindo de vários batalhões de diferentes cidades do estado.

ParanaPrevidência. Em 24 de abril de 2015, a ALEP, fazendo uso de outro mecanismo histórico de desmobilização, pleiteou judicialmente impedir o acesso de servidores/manifestantes à Casa. O juiz estadual Eduardo Lourenço Bana analisou o pedido e concedeu a proibição, assegurando o uso da força policial, multa diária e reintegração de posse se a decisão fosse descumprida²⁵².

Na madrugada de 28 de abril, um efetivo da tropa de choque da polícia militar voltou-se contra o grupo de servidores/manifestantes que acampavam na Praça Nossa Senhora de Salete, em Curitiba.

Por volta de 1h00, a tropa de choque avançou ainda mais, no sentido além da rotatória da rua Cândido de Abreu, contra os manifestantes, para aumentar o cerco em torno do Palácio Iguazu e da ALEP, retirando várias pessoas que estavam acampadas na praça Nossa Senhora de Salete que, nesse momento, reunia cerca de 200 pessoas. Forçaram também a retirada do carro de som (ao tomar a chave do caminhão dos dirigentes da APP), sob a alegação, do comandante da tropa, de que quem fazia a lei seria ele. Os manifestantes, para impedir que o carro fosse deslocado, fizeram um cordão em torno dele. A Polícia reagiu com agressões e *spray* de pimenta. O carro acabou sendo retirado com um guincho. Pouco antes das 2h00, a agressão se encerrou. Duas pessoas sofreram lesões leves e várias foram atingidas por *sprays* de pimenta. (PEREIRA, 2016, p. 32)

Na tarde de 29 de abril, dia da votação do PL n.º 252/2015, a desmedida violência policial contra os servidores que se manifestavam atingiu seu auge. Para a contenção e desmobilização dos servidores que lá se manifestavam, foram usadas pela Polícia Militar bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo, *spray* de pimenta, balas de borracha, jatos de água e cães da corporação, numa ação que repercutiu internacionalmente, inclusive nas entidades em prol dos Direitos Humanos.

O uso de imenso arsenal de guerra não foi apenas para o recuo dos que estavam à frente, mas para acertar todos os manifestantes. As bombas – tanto as lançadas balisticamente, quando aquelas despejadas do helicóptero da polícia militar – eram atiradas seguindo o fluxo da multidão em fuga. Com o gás, os manifestantes não conseguiam enxergar – seus olhos ardiam e lacrimejavam –, era difícil respirar e os lábios queimavam. Cada vez que paravam para tentar se restabelecer, mais bombas eram lançadas em sua direção. Para onde quer que corresse havia policiais atirando contra eles. À medida que as pessoas se reagrupavam, via-se um movimento de policiais, com tiros e bombas que chegaram a atingir a Prefeitura de Curitiba. Nos ataques, os policiais miravam na região do tórax (e acima) dos manifestantes, e atiradores de elite se posicionaram no teto do Palácio Iguazu. O carro de som da APP orientava os manifestantes, desde o início do ataque, para que recuassem, o que não interrompeu o bombardeio. (PEREIRA, 2016, p. 36)

²⁵² Com o mesmo mecanismo judicial, em 27 de fevereiro de 2015, um desembargador (Luiz Mateus de Lima) considerou a greve da APP ilegal e determinou que professores retornassem às salas de aula sob o risco de multa ao sindicato. A APP entrou com um agravo contra a decisão, pedindo reconsideração, e continuou com a greve. (PEREIRA, 2016)

A ação foi coordenada pelo então secretário de Segurança do governo Richa, Fernando Francischini²⁵³. No total, de acordo com a Prefeitura Municipal de Curitiba, cerca de 200 manifestantes foram feridos fisicamente, houve ainda casos de prisões e apreensões de celulares (NOVAES, 2015). Um episódio que mexeu também, de diferentes formas, com o subjetivo dos que estiveram presentes e com o movimento docente, num todo:

No dia 29 de abril, depois daquela confusão toda, eu fui comer para poder voltar e depois de jantar eu resolvi descer ali da praça de novo porque havia todo aquele conflito todo. Eu sentei na praça da madrugada e amanheci lá. Foi um choro que só de falar me emociona, foi muito violento, marcante, eu não conseguia falar. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDIPROL/ADUEL 2)**

O impacto mais forte foi o ataque à Previdência, sendo que o massacre de 29/04 é decorrência disso, mas tem uma consequência que eu considero disso que é para além da previdência que é o ânimo, o estado de espírito dos trabalhadores depois daquilo. Porque você se sente impotente diante disso. Eu estava lá naquele dia 29, levei minha filha ainda. A sensação de impotência diante daquele bombardeio é tão grande, que você fica pensando assim: 'qual luta nós vamos ter que fazer para vencer isso?'. Parece impossível. Naquele dia nós fizemos 5 bloqueios pelas ruas próximas à ALEP para os deputados estaduais não conseguirem passar para votar e eles conseguiram. O pior do 29/04, além da questão da previdência, é esse estado de ânimo que a gente fica desesperançoso sem saber o que fazer de luta que possa superar aquilo. Me senti impotente diante de tanta brutalidade. E também sinaliza muito mal para quem queria ser professor, nós que trabalhamos na licenciatura, a gente sentiu isso. Sente no número de inscritos no vestibular, no ENEM. Quem quer ser professor depois de tamanho desrespeito? Mexeu com a esperança. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL ADUNIOESTE 1)**

O golpe que a gente tomou referente à Previdência foi muito dolorido. Acho que, após aquele momento, ali do local, vejo que a gente teve um retrocesso referente à unidade de classe. Ao invés da gente na derrota tirar forças para se fortalecer, houve um desânimo. Fizemos tudo aquilo, não conseguimos nada e apanhamos ainda. Acho que aquilo desmobilizou. Foi uma situação que a gente desde então não conseguiu mais articular o sindicato de tal forma para poder pautar elementos que vão além do imediato. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL ADUNIOESTE 2)**

Acaba por ser inevitável não comparar esse episódio, de 2015, com outra memória do sindicalismo dos servidores estaduais do Paraná ocorrida em 30 de agosto de 1988, quando o governo Álvaro Dias fez uso do mesmo expediente de violência (bombas de efeito moral, balas de borracha, cavalaria da Polícia Militar, gás lacrimogênio) para lidar com uma mobilização de professores e funcionários de escolas estaduais.

²⁵³ Em 2017, a juíza Patricia de Almeida Gomes Bergonse rejeitou a ação civil pública por atos de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público do Paraná contra Beto Richa, Francischini e quatro comandantes da Polícia Militar do Paraná.

A repercussão política do ocorrido em 29 de abril culminou numa crise no interior do governo Richa. A pressão popular levou à exoneração de Francischini em maio do mesmo ano. Antes, o secretário de Educação Fernando Xavier Ferreira alegou problemas pessoais e renunciou ao cargo.

Com o somatório do pacote de medidas de 2014/2015, esse acontecimento de 29 de abril contribuiu para minar a popularidade de Beto Richa junto ao eleitorado paranaense. Dados do instituto Paraná Pesquisas, de dezembro de 2017, revelaram que, próximo ao final de seu mandato, mais da metade da população (54,5%) desaprovava a administração do governador Beto Richa e, em março do mesmo ano, esse índice chegou a 63,9%.

Tal questão foi abordada na visão de um dos docentes entrevistados:

Mas dialeticamente isso acabou [politicamente] com ele. A dialética é maravilhosa, porque dialeticamente foi o 29/04 que acabou com ele. Tinha projetos de ser Senador, até ser vice-presidente e acabou. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL ADUNIOESTE 1)**

As breves descrições acima não têm por pretensão fazer uma detalhada cronologia dos fatos ocorridos naquela ocasião que culminaram no fatídico acontecimento da violência policial/institucional de 29 de abril de 2015. Buscou-se aqui tão somente contextualizar os fatos para, em seguida, demonstrar de que modo esse contexto mobilizou o sindicalismo docente das IEES/PR que estiveram presentes e também, posteriormente, se manifestaram de forma crítica ante o ocorrido.

Para esse momento de resgate dos principais posicionamentos dos sindicatos docentes naquele contexto, contar-se-á aqui com a apresentação das informações publicadas por cada seção sindical (e SINDIPROL/ADUEL) na internet, por meio dos seus perfis oficiais. Vale lembrar que, desde 22 de abril, as seções sindicais do ANDES-SN estavam em greve por tempo indeterminado devido à votação desse PL do ParanaPrevidência.

As primeiras manifestações das seções sindicais foram de total repúdio às ações do governo Beto Richa e de apoio aos servidores que estiveram em Curitiba, em 29 de abril. Elencou-se a seguir o que foi possível encontrar nas postagens oficiais dos perfis das seções sindicais na rede social Facebook, no dia (ou nos dias próximos) ao ocorrido em Curitiba.

Com a postagem intitulada “SINDUEPG repudia atitude do governo do estado em atacar manifestantes”, de 30 de abril de 2015, a seção sindical dos professores da UEPG externou sua crítica ao ocorrido no Centro Cívico de Curitiba da seguinte forma:

Comitiva com cerca de 200 manifestantes da UEPG foram a Curitiba na última quarta-feira, 29 de abril para participar das manifestações que pediam a retirada do PL 252/2015 da Assembleia Legislativa do Paraná. No início da sessão, por volta das 14h30, um tumulto foi gerado pela insensibilidade dos deputados estaduais que insistiam em votar o projeto mesmo com a pressão popular. A PM agiu de forma violenta, covarde e desproporcional com bombas de efeito moral, gás lacrimogênio, spray de pimenta, jatos de água e balas de borracha sobre os manifestantes. O SINDUEPG repudia a atitude do governador Carlos Alberto Richa em autorizar a ação policial, que deixou mais de 200 feridos, alguns em estado grave. Somos solidários ainda aos manifestantes detidos no massacre. Reforçamos que o projeto de alteração do Paraná Previdência, aprovado ontem na ALEP, contou com o apoio da base do governo da Assembleia Legislativa e também com o aval da Secretaria de Ciência e Tecnologia, hoje comandada pelo professor aposentado da UEPG, João Carlos Gomes. Ao fim do enfrentamento, 10 pessoas da UEPG foram feridas e precisaram receber atendimento médico. A maioria com lesões leves, sem maiores riscos. Um manifestante foi detido pela polícia e liberado na sequência. O SINDUEPG está em contato com os manifestantes. Todos passam bem. (SINDUEPG, 2015d)

O SINDIPROL/ADUEL, em postagem feita em 5 de maio de 2015, reiterou a indignação do sindicato à forma violenta de condução da polícia militar ante a mobilização dos servidores e, ainda, à atitude do governo Estadual em posteriormente atribuir aos manifestantes (entre os quais alunos e servidores da universidade) a culpa pelos excessos ocorridos²⁵⁴. Com a postagem “Professores fazem ato contra o Governo e repudiam tentativa de incriminar alunos”, foram feitas as seguintes considerações:

Professores da Universidade Estadual de Londrina (UEL) participaram hoje de manifestação e panfletagem contra o governo Beto Richa, em mais um ato de protesto, repúdio e indignação pela ação de violência extrema praticada pela polícia contra servidores públicos, no último dia 29, no Centro Cívico, em Curitiba. Ato pelos mesmos motivos foi realizado na Capital, reunindo cerca de 20 mil manifestantes no local do confronto da semana passada. Os professores da UEL também repudiaram a atitude desesperada do governo de Estado de buscar justificativas para o massacre do Centro Cívico, ao tentar incriminar, de forma irresponsável, estudantes e professores da UEL que foram filmados durante os protestos. (SINDIPROL/ADUEL, 2015b)

A seção sindical SESDUEM também expressou publicamente a sua crítica ao acontecido, que o classificou de “massacre”:

De forma autoritária, o governo Beto Richa escolheu massacrar seus servidores, professores e estudantes e, ao fazê-lo, assumiu o risco de ferir e mesmo de matar. Isso mesmo, Matar!!!! Felizmente, apesar da irresponsabilidade do governador, do secretário de Segurança, do presidente da Assembléia Legislativa e do comandante da polícia, não houve uma morte. Contudo, muito sangue, suor e lágrimas foram arrancados daquelas que diariamente trabalham pelo Paraná. Foram mais de 300 os feridos fisicamente e dezenas de milhares de feridos na sua dignidade. Beto Richa

²⁵⁴ A suposta presença de manifestantes “*black blocs*” acabou por ser um dos principais argumentos do governo estadual sobre a violência praticada pelo aparato policial. No entanto, jamais se provou a presença desses manifestantes em meio aos servidores/estudantes naquela tarde de 29 de abril. A própria administração da UEL manifestou repúdio às imagens que associam estudantes a *black blocs*. (ver UEL, 2015)

passará para a História como um governante despreparado que agiu de forma criminosa para atacar aquelas que constroem um Paraná melhor apesar dos seus governantes e de uma maioria de sanguessugas cupinchas na Assembleia Legislativa. (SESDUEM, 2015a)

A seção sindical ADUNIOESTE, por sua vez, usou a rede social oficial, em 2 de maio de 2015, para publicar o repúdio ao ocorrido em forma de poesia. A autoria é do professor Roberto Antônio Deitos – integrante da diretoria do sindicato na época. Segue a íntegra do poema, que tem por título “O Massacre no Paraná não matou a dignidade dos que lutam”.

No dia 29 de abril no Paraná
O primeiro de maio de 2015
Foi antecipado numa luta
De milhares de pessoas
Trabalhadores de todos os cantos
Sonhando com a vida e a dignidade
Foram condenados pelo governante.

Tropas de combate de guerra
Pelotões de choque
Com a fúria da morte
Massacre premeditado pelo governante.

A dignidade atingida com bombas
Cachorros treinados para matar
Balas e armas de gás envenenando pessoas
Genocídio planejado pelo governante.

Helicópteros e bombas de gás lançadas
Dos prédios e das aeronaves
Atiradores de elite posicionados
Jogando bombas de gás
Como se fosse uma guerra de exércitos
Um armado e violento
Outro somente com o corpo e a alma
Únicas armas da dignidade
Contra a fúria e a violência
Programada em gabinete do governante.

Deputados sequestrados
Outros contra o povo
Muitos presos em suas negociatas
Outros presos pelo presidente da Assembleia
A minoria contra o projeto era refém da maioria
E do presidente da casa
Que com fúria de imperadores
Mantinha todos encarcerados
Lançando mão da pedanteria tornou-se
Fiador do totalitarismo do governante.

Há aqueles que vendem
O sangue de seu povo
E não são dignos
Dos cargos que ocupam.
Há aqueles que
Vivem sem o conforto da dignidade
No submundo de sua pequenez
No submundo de sua estupidez
No submundo de sua bestialidade

No submundo de suas grandezas
Serão condenados pela história!

Mas existem aqueles
Que lutam dias
Que lutam noites
Que lutam vidas
Que lutam tempos
Que lutam sonhos
Que lutam dignidades.

Há aqueles que lutam sonhos
De todos os dias
De todas as noites
De todas as vidas
De todos os tempos
De todas as dignidades
De todos os sonhos sonhados
Guardados no fundo da alma
Como sentimento de fé
Que brota da vida
Sonho de todos os sonhos
Carregados em nossas mãos
Como uma eternidade guardada na alma
Como se fosse uma flor perfumada
Pois aqueles que lutam
Não morrem sem dignidade
Mesmo quando massacrados
Com a covardia própria
De governantes ditadores e pedantes! (ADUNIOESTE, 2015c)

A mesma seção sindical, ADUNIOESTE, realizou ainda em maio, no *campus* de Cascavel, um ato público nominado “29 de abril: para não esquecer”. O evento contou com a organização dos docentes e com a participação da comunidade acadêmica.

Em 5 de maio, foi organizado pela APP-Sindicato a mobilização “Menos bala. Mais giz. Somos todos professores”, que contou com a participação das seções sindicais do ANDES-SN, em Curitiba. Foram organizadas caravanas que saíram das diferentes cidades das IEES rumo à capital paranaense. O ato era uma resposta ao ocorrida no dia 29 de abril e clamava pela democracia e o fim da violência.

Ademais naquele contexto, sob a condução do senador Paulo Paim (PT-RS), foi realizado em 6 de maio de 2015, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal, uma audiência pública para tratar especificamente do tema. Participaram dessa audiência, representando as seções sindicais do ANDES-SN no estado, os professores: Cintia Xavier (SINDUEPG); João Guilherme Corrêa e Mary Sylvia Falcão (SINDUNESPAR); Marta Beline (SESDUEM); Denny William da Silva (ADUNICENTRO).

A título de exemplo do teor dos depoimentos, segue a transcrição de um trecho da fala da professora da Mary Sylvia Falcão (UNESPAR) que, na ocasião, desempenhava a função de diretora da Regional Sul do ANDES-SN.

Nós sofremos foi na pele, foi tiro, foi bomba, foi bala. Parece que a nossa luta não tem valor em si. E o que mais me deixa perplexa nesse momento é que eu não sou uma pessoa muito jovem, e eu já participei de vários movimentos, mas participava de movimento em que se sabia quem estava do outro lado. Desta vez, nós estamos num Estado pretensamente de Direito e nós fomos tratados como bandidos, fomos tratados como marginais. E isso nós vamos levar para a nossa sala de aula, são esses os instrumentos [nesse momento demonstra para os ouvintes o que parece ser um projétil de bala de borracha] que nós vamos estabelecer o diálogo para discutir bem que conceito de democracia o Estado do Paraná está falando. Que democracia é essa? [...] O meu depoimento é o depoimento de uma mãe, que não saiu de casa à toa, que saiu de casa para defender que amanhã eu possa continuar contribuindo com a minha família. Eu estava lá como mãe, como mulher, como professora, como trabalhadora. Eu não sai de casa para levar bomba e cacetada de quem quer que seja, porque eu sou uma cidadã e mereço respeito. Então nós queremos que essa Comissão aqui se pronuncie sobre isso, sobre pena de que amanhã outros governos se achem no direito de bater em trabalhador e aí vamos mudar o nome desse Estado Democrático para Estado Ditatorial. E que não tenhamos então vergonha de dizer que somos ditadores quando batemos em professores, porque queremos dizer que somos democratas e damos pancada em professor. Isso é uma inversão de valores. Nós temos que repensar a nossa política e dar nomes aos responsáveis e o senhor Beto Richa tem que responder e vai responder na História e vai responder para todos os trabalhadores daquele Estado. (FALCÃO, 2015)

A mesma percepção de descrença e indignação tamanha violência empregada contra servidores públicos (a maioria, professores) também dominou a fala dos sujeitos entrevistados para fins desta pesquisa:

Olha, eu achei lamentável, é lamentável atacar servidores públicos da maneira como fomos atacados, né, com carabina, dos telhados, como se fôssemos terroristas. Lamentável, desastroso. Por outro lado, eu achei ótimo, desculpe aí a divergência dos colegas, porque o governo mostrou realmente quem ele era, e eu acho que numa luta como nós chegamos naquele ponto que nós chegamos, o que ele fez só reverberou negativamente pra ele. (**EX-DIRIGENTE SINDICAL SESDUEM 1**)

Meu Deus, não tem nem como classificar aquilo que foi uma violência terrível. (**EX-DIRIGENTE SINDICAL ADUNICENTRO 1**)

[...] o massacre do dia 29 de abril materializou, deixou muito claro, potencializou como o governo trata os seus servidores públicos. (**EX-DIRIGENTE SINDICAL SESDUEM 2**)

Ali demonstrou muito claramente que agenda neoliberal ela para ser colocada em prática não enxergaria inimigos. Rui Braga que falava, na era da espoliação, para retirar riqueza do Estado para mandar para o rentismo é preciso qualquer coisa. Então mostrou de fato essa violência que o Estado é capaz de colocar sobre a população para fazer com que essa agenda liberal seja aprovada e executada. Bastante gente na praça naquele dia, a possibilidade de resistência era militada, a maioria era professor, e ainda assim houve a pancadaria. Essa agenda liberal precisa passar por cima de tudo e de todos para ser efetivada, são interesses muito poderosos, se precisar bater ou matar professor eles fazem. (**EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDUNESPAR 1**)

A forma no qual o governo resolveu o problema da mobilização foi somente uma forma de explicitar descaso contra o servidor. Acho que esse é o ponto principal. É uma situação em que o governo do Estado deixou claro que não queria conversar, que não confiava na gente e que não viria até nós para dialogar. Ao contrário, acabou apresentando, em conjunto com a assembleia, tanto deputados quanto assessores, que ficaram dando risada do que estava acontecendo. Isso é o mais dolorido. O deboche e as risadas na janela. Uma completa desumanização do ser humano e uma completa desumanização do servidor. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL ADUNIOESTE 2)**

Ademais, como será discorrido na sequência, no contexto do “29 de abril de 2015”, as IEES/PR vivenciavam um período de greves, tendo por pauta elementos relacionados à previdência social e, ainda, a questão do reajuste salarial (data-base) que deveria ser implementado em maio. É desnecessário dizer que esse episódio acirrou ainda mais a relação entre sindicalismo docente e o governo Beto Richa, ampliando os atritos e as ações de mobilização dessas organizações.

No geral, após 2015, o “29 de abril” passou a simbolizar um motivo de luta dos servidores estaduais do Paraná. Desde então, anualmente, a data conduz o coletivo desses trabalhadores à realização de importantes reflexões acerca de suas realidades e demandas, sendo, por vezes, verificada a ocorrência de paralisações de (sobretudo) professores das IEES nesse dia.

Com relação ao “29 de abril”, também se notabilizaram as diversas produções/publicações (livros, revistas, artigos) que buscaram narrar o acontecido e trazer a versão do ocorrido sob o olhar de professores e sindicalistas que vivenciaram e sofreram todo o quadro de violência, oferecendo, assim, um importante contraponto à história tradicional (sempre vista de cima). A disputa histórica sobre o ocorrido nessa data acabou por se tornar enriquecida com as memórias de servidores que as vivenciaram pelo lado mais frágil dessa história.

6.2.2 As greves conjuntas dos sindicatos docentes das IEES/PR no período Richa

No capítulo anterior, buscou-se recuperar a conjuntura paranaense na qual as IEES estavam inseridas, sobretudo os elementos políticos e econômicos que pautaram o governo Richa nos anos em questão. Dos elementos postos, singularizou o período em análise a quebra do acordo legal acerca do reajuste anual do salário dos servidores estaduais²⁵⁵. Outras questões que repercutiram mais diretamente nas IEES e no magistério público do ensino superior dizem respeito às ingerências do governo

²⁵⁵ Por vezes, o sindicalismo dos servidores estaduais do Paraná fez uso da expressão “calote” para se referir pejorativamente à situação de não cumprimento da data-base.

estadual na gestão das universidades, ferindo, por vezes, o princípio constitucional da autonomia universitária.

São verificadas que historicamente as situações de confronto entre seções sindicais do ANDES-SN e o governo estadual são dinâmicas e obedecem a uma variação de formas conforme as conjunturas (internas²⁵⁶ e externas²⁵⁷) em que acontecem. A despeito disso, a greve continua sendo o auge da mobilização sindical dada a agressividade de suas repercussões.

De modo simples, pode-se conceituar a greve, antes de tudo, como uma manifestação popular. De modo mais específico, retrata o modo como os trabalhadores coletivamente interrompem total ou parcialmente as suas atividades do local de trabalho em busca de certas reivindicações.

Em termos mais formais:

A greve é a paralisação, temporária e concertada, do trabalho por um grupo de empregados normalmente liderados por seu sindicato, objetivando a melhoria de sua condição social, naquilo que tal melhoria possa depender da iniciativa de seu empregador ou grupo de empregadores. (BOSON, 2001, p.19)

A mobilização e, quando necessária, promoção da greve é, historicamente, uma função básica do sindicato. Está entre os três pilares da organização sindical, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT)²⁵⁸. O direito à greve aparece atualmente de modo mais importante na Constituição Federal de 1988:

Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

§ 1º A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

§ 2º Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei. (BRASIL, 1988)

Como discutido anteriormente neste trabalho, o direito à greve na administração pública é garantido por meio do art. 37 (inciso VII) da Constituição Federal de 1988, porém é condicionado à existência de uma legislação

²⁵⁶ Relativa às universidades.

²⁵⁷ Relativa à conjuntura do país, num todo.

²⁵⁸ Como esclarece Queiroz (2012, p 11-12): “Os três pilares da organização sindical, segundo a Organização Internacional do Trabalho - OIT, criada em 1919, são: (1) o direito de sindicalização, ou seja, a possibilidade das pessoas se organizarem, regimentalmente, em torno de uma entidade para a defesa e a promoção de seus interesses; (2) o direito de negociação, ou seja, a prerrogativa de estabelecer consenso sobre condições de trabalho e de participação dos empregados na riqueza produzida a partir de sua força de trabalho, promovendo a distribuição de renda de forma pacífica e pactuada; e (3) o direito de greve, como forma de pressão, que possa ser acionado na hipótese do empregador se recusar a negociar ou negociar em bases inaceitáveis para os trabalhadores”.

complementar²⁵⁹. Decisões realizadas pelo Supremo Tribunal Federal, em 2007²⁶⁰, compreenderam que as disposições da Lei Federal n.º 7.783/1989²⁶¹ se aplicam também aos casos de greve dos servidores públicos enquanto não seja elaborada/aprovada uma lei específica pelo Poder Legislativo.

Segundo Piori e Marques (2001 *apud* PADILHA, 2008), a primeira greve numa universidade estadual paranaense aconteceu em 1980 e foi protagonizada por professores e funcionários da UEM²⁶². De lá para cá, diversos outros movimentos grevistas foram verificados no interior das IEES/PR; entretanto, é dificultoso quantificar, de forma precisa, o número desse tipo de mobilização ano a ano.²⁶³

Do período em análise neste estudo e na busca por recuperar os momentos mais significativos da história do sindicalismo docente nas IEES pesquisadas, foi verificada a ocorrência de greves conjuntas em 2012, 2013, 2015 e 2016. A tentativa abaixo será a de apontar os principais pontos de cada uma dessas mobilizações e as formas de envolvimento das seções sindicais e do SINDIPROL/ADUEL.

Na perspectiva sindical docente, de modo geral, o ano de 2012 é marcado pela ampla greve dos professores das universidades e institutos federais. Foram meses de paralisação em que a pauta principal tratava da necessidade de mudanças na carreira e nos salários dos docentes²⁶⁴.

Em âmbito local, o movimento docente das IEES/PR, em conjunto com os demais servidores estaduais, reivindicava a implementação do projeto de lei que estabelecia em 5,1% o índice de reajuste salarial. Especificamente como pauta docente do ensino superior, o referido ano apresentou uma agenda de luta sindical para o cumprimento da promessa do governo estadual em realizar uma equiparação salarial dos professores universitários.

²⁵⁹ Texto semelhante é verificado na Constituição do Estado do Paraná (1989), em seu art. 27: “VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica”.

²⁶⁰ Mandados de Injunção n.º 670, 708 e 712.

²⁶¹ Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.

²⁶² A greve iniciada em 17 de novembro e encerrada em 17 de dezembro tinha a campanha salarial como principal pauta. Na ocasião, a proposta do Governo foi de um reajuste de 80% a ser pago a partir de janeiro de 1981. (DIAS; GOMES, 2018)

²⁶³ Foi verificado junto ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE-PR) que o documento anual “Balanço das greves” não possui dados desagregados que tragam o número de greves realizados especificamente pelas universidades estaduais do Paraná.

²⁶⁴ Diferente das IEES/PR, existem materiais que apresentam a quantidade de greves das Instituições Federais de Ensino (IFES) ao longo da história. O mais recente é a publicação do ANDES-SN: “**A Luta Sindical a partir das Greves do ANDES-SN ao Longo da História**”, elaborado em maio de 2022. Disponível em: <https://www.andes.org.br/diretorios/files/renata/2022/maio/Anexo-Circ162-22.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

Essa agenda buscava o cumprimento de uma promessa feita pela SETI e SEAP em novembro de 2011, a qual se comprometia a encaminhar à ALEP um projeto de reajuste de 31,73%, dividido em três parcelas. Em fevereiro de 2012, no entanto, o secretário Alípio Leal chegou a anunciar o recuo da promessa, sob o risco de comprometimento das contas do governo, como é descrito no site oficial do SINDIPROL/ADUEL:

A falta de palavra do governo gerou indignação dos docentes em todas as IES e desencadeou o movimento estadual que culminou com a paralisação do dia 7 de março, que fez com que o governo voltasse atrás e mantivesse a proposta de equiparação salarial. (SINDIPROL/ADUEL, 2012a)

No início de março, o secretário da SETI Alípio Leal, em reunião com representações sindicais docentes, comprometeu-se a apresentar, até o dia 20 de março, uma proposta de equiparação salarial de professores e agentes universitários²⁶⁵.

Em nova reunião dos sindicatos docentes com os secretários da SETI, Alípio Leal, e da SEAP, Luiz Sebastiani, foram apresentadas duas propostas de equiparação salarial com os técnicos de nível superior. Uma proposta consistia no pagamento do reajuste em cinco parcelas de 5,66%, começando um julho de 2013; a outra, com quatro reajustes anuais de 7,14% a serem pagos a partir de outubro de 2013. Com essas informações em mão, as representações sindicais organizaram assembleias com suas bases para fins de deliberação.

Até o início de maio de 2012, o governo não havia encaminhado o projeto de lei à ALEP, que, naquele momento, permanecia parado na Casa Civil. Essa lentidão no avanço do processo instaurou um clima de preocupação aos docentes das IEES. Segue um novo trecho publicado no site oficial do SINDIPROL/ADUEL (um dos que mais se dedicaram, naquela época, a repercutir o assunto na internet):

Os docentes do Paraná estão desconfiados de que o governo possa novamente voltar atrás num compromisso assumido com a categoria. Em fevereiro deste ano, Alípio Leal anunciou em nome do governador Beto Richa que não cumpriria o acordo assumido em novembro do ano passado, deixando sem efeito o reajuste salarial de 31,73% em três parcelas. Aquele papelão provocou a indignação dos docentes e desencadeou o movimento estadual que culminou com a paralisação do dia 7 de março. Depois da paralisação, o governo anunciou que faria a reposição anteriormente acordada. (SINDIPROL/ADUEL, 2012b).

²⁶⁵ No ano anterior, em 2011, uma proposta semelhante de equiparação atendeu aos interesses dos professores da rede estadual de ensino. A proposta consistia em equiparar os vencimentos básicos dos profissionais do magistério aos dos demais servidores do estado que possuíam nível superior. Conferir Leis Complementares n.ºs 138/2011 e 150/2012.

Em julho, a pauta de uma greve em torno do cumprimento desse assunto era forte no meio sindical docente das IEES/PR. Em nota assinada pela ADUNICENTRO, ADUNIOESTE, SESDUEM, SINDIPROL/ADUEL e SINDUEPG, em 18 de julho de 2012, os sindicatos lamentaram a morosidade no andamento do projeto de lei que significava a quebra no acordo feito anteriormente.

A SETI elaborou Projeto de Lei, mas, lamentavelmente, o governo não enviou o Projeto no prazo acordado. Os docentes aguardaram o final de maio e o Projeto de Lei não foi enviado. Os Sindicatos de Docentes buscaram explicações do governo para o atraso e em resposta foi dito que o Projeto estava pronto, mas aguardava alguns ajustes na Secretaria da Fazenda, do secretário Luiz Carlos Haully, o mesmo secretário que havia boicotado a proposta de reajuste apresentada em novembro de 2011. Novamente, a SETI informou que o Projeto de Lei chegaria até a Assembleia Legislativa na primeira quinzena de junho, o que não aconteceu. O Projeto continua na Secretaria da Fazenda desde o dia 22 de maio. [...] Considerando que o governo rompeu o acordo feito com os docentes em 2011, e agora descumpriu o prazo da proposta assinada em março de 2012, os Sindicatos de Docentes retomam a possibilidade de uma greve por tempo indeterminado. (SINDIPROL/ADUEL, 2012c)

Nesse documento, foi agendada uma “paralisação de advertência” a ser realizada em 16 de agosto de 2012. Na sequência, se não fosse resolvida a questão²⁶⁶, haveria a ameaça de que assembleias docentes com a pauta da greve por tempo indeterminado seriam marcadas nas diferentes seções sindicais e no SINDIPROL/ADUEL.

Em 15 de agosto, foi enviada à ALEP o Projeto de Lei n.º 419/2012. Com um impacto estimado em 1,33% na folha dos servidores públicos do estado do Paraná, o aumento na tabela de vencimento da carreira do Magistério do Ensino Superior das IEES/PR representou uma importante vitória econômica e política do movimento docente.

Entre as várias articulações e manifestações das seções sindicais, é destacado o processo de mobilização realizado em sete de março, demonstrando a força de organização dos docentes naquela conjuntura:

Quando entra no início do ano seguinte, início do segundo ano do governo Beto Richa, lá por fevereiro, aí o governo fez as contas (provavelmente) e veio uma reunião que estavam o Alípio, o Durval Amaral, tinha mais um deputado estadual, eu sei que tinha representação da Casa Civil, alguém da ALEP (base governista) e o próprio Alípio dizendo que não podia dar aquele aumento. Os docentes já tinham feito as contas, do que significava salarialmente e o que significava em termos de recuperação salarial. E já saiu uma greve dos docentes, logo de cara, acho que marcada ali para 7 de março de 2012. E uma greve forte. O governo percebeu que era uma greve forte e o que ele fez? Recuou. Porque nós [movimento docente] estávamos na crista

²⁶⁶ Por resolvida, entenda-se: envio imediato pelo governo do projeto de lei à ALEP, aprovação e publicação no Diário Oficial.

da onda em relação a isso. Foi aí que conseguimos a equiparação, que foi um ganho importantíssimo. Nós vínhamos acumulando 10 anos de perdas salariais bastante significativas. (EX-DIRIGENTE SINDICAL ADUNICENTRO 2)

Do ponto de vista nacional, o contexto político em 2013 pode ser considerado turbulento. Além das chamadas “Jornadas de Junho”²⁶⁷, tomaram os noticiários os protestos ocorridos durante a Copa das Confederações; os indicativos de greve geral promovidos pelas Centrais Sindicais, em julho; e a greve dos professores municipais no Rio de Janeiro, em agosto.

Nesse efervescer político, o estado do Paraná vê a relação entre docentes das IEES e o governo estadual se intensificar devido ao não cumprimento do pagamento da segunda parcela da equiparação salarial (Lei Estadual n.º 17.280/2012), prevista para ocorrer em outubro de 2013.

Antes, em março do mesmo ano, a edição do Decreto n.º 7.599/2013 instituiu a criação do Conselho de Gestão Administrativa e Fiscal do Estado. Seções sindicais denunciaram os riscos à autonomia universitária e organizaram-se para debater o assunto.

Mesmo com o recuo do governo em abril, uma vez que, após pressão exercida pelo movimento de docentes, demais servidores e estudantes, foi anunciada a retirada das universidades do referido decreto, e, em junho de 2013, realizou-se um debate estadual sobre autonomia universitária no *campus* da UNESPAR em Paranaguá.

O não cumprimento do pagamento da equiparação salarial gerou, em outubro, indicativos de greves nas universidades estaduais. Os docentes da UEPG paralisaram suas atividades em 6 de novembro; a UNIOESTE em 31 de outubro; as universidades estaduais de Londrina e do Norte Pioneiro aprovaram, em assembleia, indicativo de greve para 28 de novembro. No caso da ADUNICENTRO, a assembleia docente também fez o indicativo de paralisação se o governo persistisse em não cumprir o acordo de equiparação.

Esse movimento político das seções sindicais e SINDIPROL/ADUEL buscou pressionar a Secretaria da Fazenda do Governo Estadual para o envio do projeto de lei que tratava desse pagamento. No fim de novembro, de 2013, por meio de nota

²⁶⁷ Ondas de protestos ocorridas em diversas cidades do Brasil. Devido à complexidade desse fenômeno, que se inicia, tendo por base o protesto ante o aumento das tarifas de ônibus em São Paulo e adquire outras feições com o passar dos tempos, ele não será aprofundado aqui.

oficial, a SETI manifestou-se afirmando que o pagamento seria feito na folha de novembro, retroativo a outubro.

Reforçando a extensa agenda de lutas sindicais ocorrida no estado do Paraná, em 2015, servidores públicos realizaram um importante movimento grevista naquele ano, o qual foi dividido em dois períodos: o primeiro em fevereiro e uma segunda etapa da greve iniciada em 24 de abril.

No âmbito das IFES, só para fins de contextualização, o ano de 2015 também foi marcado por um longo período de greve com duração de 139 dias e com a participação de 39 universidades federais. O resultado dessa greve consistiu num reajuste de 5,5% para agosto de 2016 e 5% em janeiro de 2017. (ANDES, 2022)

O primeiro período da greve dos servidores públicos estaduais do Paraná em 2015 iniciou-se em 9 de fevereiro e tinha, por pauta principal, a retirada do projeto de lei que tratava do ParanaPrevidência. Naquele momento, o movimento articulado entre seções sindicais e demais sindicatos (sob a organização do FES) alcançou sucesso, à medida que o PL foi retirado de pauta da ALEP e, ainda, uma carta compromisso foi assinada por representantes do governo em março, indicando o fim daquela tentativa de alteração no sistema de aposentadoria dos servidores.

A greve de fevereiro ocorreu quase que em paralelo ao aumento salarial e à ampliação da hora-atividades dos professores da rede estadual, fato que foi explorado pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED), numa tentativa de rebaixar as motivações grevista desse sindicato (APP – Sindicato) naquela época.

Sobre a educação básica, a greve continha um significativo rol de exigências da categoria que, além do ParanaPrevidência, incluía questões, tais como: pagamento do terço de férias e de rescisões de professores temporários; promoções e progressões; concursos; licenças; melhoria nas condições gerais de trabalho, a exemplo das recorrentes situações de salas de aulas superlotadas.

Especificamente sobre a realidade das IEES e dos sindicatos docentes, entre 10 e 12 de fevereiro, foram anunciadas as greves que incluíram tanto docentes quanto demais os servidores das universidades. UEPG e UNICENTRO entraram na greve em 10 de fevereiro. O SINDIPROL/ADUEL e professores da UENP entraram em greve no dia 12. A ADUNIOESTE realizou assembleia em 11 de fevereiro e estabeleceu o dia 14 como a data para início da greve. A greve na UEM teve início em 11 de fevereiro.

Havia ainda pautas adicionais que, no caso das IEES/PR, tinham relação com a necessidade de pagamento pelo governo do terço de férias de dezembro ano

anterior e a nomeação de servidores já aprovados em concurso. Também eram tratadas pelas seções sindicais naquele contexto as questões relativas à tentativa de o governo instituir o sistema META4 na folha de processamento das universidades (em especial, havia a busca pelos sindicatos pela retirada da UENP e UNESPAR desse sistema).

Contextualizando o cenário, seguem as deliberações da Assembleia Docente do SINDIPROL/ADUEL, ocorrida em 5 de março de 2015:

1. Continuidade da greve por tempo indeterminado.
2. Retirada definitiva de qualquer projeto que altere a PARANAPREVIDÊNCIA.
3. Abertura de negociações entre o governo e o movimento grevista (docentes, técnico-administrativos e estudantes); as propostas devem ser assinadas e publicizadas pelo governador, apresentadas aos representantes do movimento de greve.
4. Imediata retirada da UENP e UNESPAR do META 4, e revogação dos decretos que ameaçam colocar as outras universidades sob gestão direta do governo.
5. Revogação do decreto que cria o GT sobre autonomia.
6. Pagamento imediato do terço constitucional de férias.
7. Repasse imediato dos valores devidos às universidades.
8. Implementação do incentivo por titulação já acordado como governo.
9. Nomeação imediata dos docentes aprovados em concursos públicos. (SINDIPROL/ADUEL, 2015a).

A seção sindical da ADUNICENTRO, já em 3 de dezembro de 2014, realizou uma assembleia docente, na qual ficou aprovada a convocação de uma nova assembleia em fevereiro de 2015 para pôr em pauta a ratificação de uma greve logo no início do ano letivo. Uma das principais demandas naquele momento (fim de 2014) tinha relação com o não pagamento do terço de férias aos docentes e demais funcionários da UNICENTRO. Sobre isso, a seção sindical chegou a entrar com uma ação na Justiça pelo cumprimento da lei visando ao pagamento do direito. (ADUNICENTRO, 2015)

Docentes do SINDUEPG, em 18 de dezembro de 2014, também já se manifestavam acerca da questão por meio da rede social. A mesma postagem indicou que a assessoria jurídica da Secretaria Regional do ANDES-SN ingressou na Justiça do Paraná com uma ação coletiva para garantir o direito dos docentes.

A Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa (SINDUEPG) foi informada hoje pela Pró-Reitoria de Graduação (PRORH) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) que o governador não enviará os recursos para o pagamento do terço de férias na folha de pagamento de dezembro.

Uma portaria do Conselho de Gestão Administrativa e Fiscal do Estado do Paraná, emitida em novembro, deixava de fora desse corte as universidades estaduais. No entanto, o governo resolveu aplicar essa medida ilegal às IEES. Na reunião que os sindicatos docentes tiveram com João Carlos Gomes, secretário da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), em

27 de novembro, este havia garantido para os docentes das IEES tanto o pagamento do 13º quanto o 1/3. (SINDUEPG, 2014)

O governo Richa argumentava uma insuficiência de caixa e a dificuldade recorrente do primeiro mandato no que se refere ao controle dos gastos com pessoal. Dessa questão derivaria a superação do limite prudencial (que estabelece um limite de despesas com pessoal), conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sobretudo com a saída da APP-Sindicato da greve, em 9 de março de 2015, iniciaram-se esforços em torno do cumprimento dos compromissos assumidos pela gestão Richa no que concerne aos professores da rede básica e demais servidores (como no caso do PL, que buscava alterar o ParanaPrevidência). O próprio sindicato supracitado indicou um período de “estado de greve”²⁶⁸ em que, ao primeiro sinal de descumprimento da carta de compromisso assinada pelo governo, seriam convocadas novas assembleias para a reinstalação do movimento grevista.

No âmbito do sindicalismo docente da IEES, uma reunião com o líder do governo na ALEP e o secretário da SETI, em 10 de março, apontou o compromisso do governo estadual de, em um prazo máximo de 60 dias: realizar o pagamento do terço de férias atrasadas, relativas a 2014; ampliar a discussão em torno da retirada da UENP e UNESPAR do Sistema META4; revogar o Decreto n.º 546/2015, que instituíra um grupo de trabalho para a criação de uma proposta de projeto para a Autonomia das Universidades²⁶⁹; rever a aplicação do Decreto n.º 446/2015 aos docentes universitários; alterar o adicional de titulação docente²⁷⁰; planejar nomeações e realizações de novos concursos para a contratação de docentes e demais servidores das IEES. (SINDUEPG, 2015b e 2015c)

Devido aos compromissos firmados pelo governo estadual entre 12 e 18 de março, as seções sindicais e SINDIPROL/ADUEL realizaram assembleias que decidiram pela suspensão da greve. Na maioria dos casos, foi deliberado pela

²⁶⁸ O “estado de greve” objetiva criar um ambiente político para manter/ampliar a mobilização da categoria. Não há amparo na Constituição Federal de 1988 nem na Lei Federal n.º 7.783/1989 (que dispõe sobre o exercício da greve).

²⁶⁹ Sobre o referido decreto, o SINDUEPG assim se posicionou em postagem feita no contexto da greve, 27 de fevereiro de 2015: “a autonomia que queremos deve ser resultado de um amplo debate, construído democraticamente pela comunidade universitária, que garanta a participação paritária dos segmentos. Sendo assim, somos contra qualquer decreto governamental, que visa determinar de forma autoritária, de cima para baixo, a construção (pseudo)democrática de um projeto que determinará nosso futuro como instituição pública, gratuita e socialmente referenciada”. (SINDUEPG, 2015a, n/p)

²⁷⁰ Efetivamente, o adicional de titulação docente só foi alterado em julho de 2022 (Lei Estadual n.º 21.118/2022).

permanência em “estado de greve”. Os sindicatos mistos das IEES/PR já haviam acompanhado o FES e suspenso suas greves dias antes.

Numa avaliação feita pelo Comando de Greve Docente das IEES/PR, em 13 de março de 2015, um dos pontos a se destacar dessa primeira greve de 2015 foi a total adesão das sete universidades estaduais paranaenses:

Foi a primeira vez que todas as universidades paralisaram suas atividades. As universidades entraram em greve para preservar direitos sociais, como a reforma da previdência, o fim do quinquênio e anuênios, além da tentativa de implementação do Meta 4 em todas as universidades estaduais, a limitação de financiamento público das universidades entre outras medidas que faziam parte do pacote de maldades do governo do estado, enviado para ALEP no início de fevereiro. A nossa greve conseguiu reunir as sete universidades, fato inédito. A paralisação foi de praticamente 100% em todas as IEES. (SINDUEPG, 2015c)

A segunda etapa da greve dos servidores estaduais iniciou-se no fim de abril de 2015, após o descumprimento do governo estadual dos compromissos firmados alguns meses antes²⁷¹. O principal referia-se ao retorno da agenda de mudanças no fundo previdenciário dos servidores. A truculência policial do “29 de abril” ampliou ainda mais as insatisfações do conjunto dos servidores.

Nas seções sindicais das IEES/PR, a greve foi retomada de forma conjunta, em 22 de abril²⁷². A publicação feita pela ADUNIOESTE, em 18 de abril de 2015, demonstrou ainda a agenda de luta construída para aqueles dias:

RETOMADA DA GREVE: DIA 22 DE ABRIL

As Seções Sindicais do ANDES-Paraná (UEM, UEPG, Unioeste, Unicentro, Unespar), reunidas em Curitiba no dia 18 de abril, informam que a data para a retomada da greve é 22 de abril (quarta-feira), pautada na rejeição do PL 252/2015, que trata de modificações na ParanáPrevidência. Desde já, comunicamos a agenda de luta para próxima semana.

-22/04 (quarta-feira)

Início da greve.

Participação na Audiência Pública na Assembleia Legislativa sobre o PL 252/2015.

Caravana das Universidades para Curitiba com o objetivo de acompanhar e participar da luta pela rejeição do PL 252/2015.

-23/04 (quinta-feira)

Indicativo de data para reunião com a Frente Parlamentar de Defesa das Universidades Estaduais em Curitiba.

Indicativo de data para reunião com a OAB-Seção do Paraná, para discutir Ação Judicial que garanta o direito à realização de Auditoria do Sistema Previdenciário, desde o IPE, com foco no aporte do Estado.

²⁷¹ Para fins de contextualização, a APP-Sindicato aprovou a retomada da greve em assembleia realizada em 25 de abril.

²⁷² A UEL realizou, em 24 de abril, uma assembleia unificada com a participação de professores, funcionários técnico-administrativos e estudantes. Nela ficou decidida uma paralisação para o dia 27, dia em que o PL do ParanaPrevidência seria discutido na ALEP. Professores da UNESPAR (Apucarana) e UENP fizeram também suas assembleias, respectivamente, em 24 e 28 de abril. Nesse momento, SINDIPROL/ADUDEL apontou fortemente a possibilidade de retorno da greve por tempo indeterminado.

Indicativo de data para Audiência com o líder do governo, Deputado Romanelli para tratar da reivindicação do movimento grevista.
-24/04 (sexta-feira)
Ato político na Assembleia Legislativa, pela rejeição do PL 252/2015.
Reunião das Seções Sindicais para planejamento das atividades da semana seguinte. (ADUNIOESTE, 2015b)

A questão do ParanaPrevidência já vinha sendo ponto de pauta entre as seções sindicais desde que o governo estadual evidenciou o interesse em torno dessa reestruturação. Em 27 de março de 2015, em um seminário realizado em Cascavel, que contou a participação das cinco seções sindicais do ANDES-SN no estado,²⁷³ foi elaborado o documento: “O retorno da Reforma da ParanaPrevidência: É preciso lutar!” No documento foram feitas ponderações e propostas sobre o anteprojeto divulgado pelo governo estadual, a fim de que fossem discutidas nas assembleias docentes e de demais servidores públicos.

A retomada da greve, por conta do PL da Previdência, expôs ainda as dificuldades na articulação sindical existente entre os servidores do Paraná. Em publicação feita em 16 de abril, a seção sindical ADUNIOESTE²⁷⁴ esclareceu os pontos de insegurança do referido PL e denunciou a postura do FES na negociação com o governo:

Ao final da reunião, o Deputado Romanelli anotou nossas posições e se comprometeu a enviar o PL aos sindicatos, tão logo ele estivesse pronto. Disse ainda que pretendia votar o PL até o dia 31 de março. Novamente intervimos para requerer a dilação do prazo por pelo menos 10 dias. Os demais sindicatos apoiaram nossa manifestação e o Deputado disse que iria verificar esta possibilidade. Por fim, acertamos em público que os Sindicatos de Docentes receberiam toda documentação pertinente ao tema e as convocações para discussão do PL a partir do Fórum de Entidades Sindicais dos Servidores (FES). Ato contínuo, fruto deste acordo, uma representante do FES nos convidou para participar do Seminário planejado para o dia 24 de março, onde o técnico atuarista apresentaria o resultado dos cálculos sobre a transferência de 33 mil servidores do Fundo Financeiro para o Fundo Previdenciário. Com este acerto não precisaríamos contratar outro atuarista para fazer os mesmos cálculos. Para nossa surpresa, a representante do FES nos telefonou para nos desconvidar do seminário sob a alegação de que “outra entidade lembrou que o seminário deveria acontecer somente para as entidades do Fórum”. Desconcertados com a deselegância política e social, não tivemos mais, depois daquilo, tempo para contratar o atuarista. Também não tivemos acesso aos dados para o cálculo, uma vez que o acordo estabeleceu o acesso a tais dados para o atuarista do Fórum. [...] Apesar de nossas manifestações, o governo Beto Richa seguiu refinando o PL a partir de discussões com o FES, desconsiderando a representação dos docentes universitários. Finalmente, no dia 9 de abril, conseguimos agendar audiência

²⁷³ Curiosamente, nesse momento, os documentos demonstraram a ausência de participação do SINDIPROL/ADUEL – por não ser filiado ao ANDES-SN.

²⁷⁴ Que se permita aqui a menção ao professor doutor Luiz Fernando Reis, ADUNIOESTE, o qual tem se dedicado há anos na pesquisa e publicação de dados/informações a respeito das contas do governo relacionadas, sobretudo, ao ensino superior paranaense.

com o Deputado Romanelli para tratar destes problemas. A reunião aconteceu no dia 13 de abril (segunda-feira), e durou 1 hora e 15 minutos. Expressamos todas as nossas posições, argumentamos sobre nossa exclusão do debate e requeremos do Deputado que considerasse os quatro pontos relacionados acima e que nos convocasse para as reuniões relativas ao PL, uma vez que o FES não nos representa. O Deputado concordou em acolher as proposições para discussão e de imediato nos repassou numerosa documentação sobre os debates do PL.

Ocorre que no dia 15 de abril, dois dias depois, fomos surpreendidos com pronunciamento do Deputado sobre o PL afirmando haver apenas 'duas pequenas divergências' entre o governo e o FES: (i) quem indicará o presidente do conselho paritário e (ii) qual será a data retroativa a constar no PL. Significa que todos os pontos manifestados pelas Seções Sindicais de Docentes foram desconsiderados. Mais que isso, o FES está sendo usado como álibi para a aprovação do PL, como garantia de que não há divergências de modo que os deputados contrários possam aprovar o PL. (ADUNIOESTE, 2015a)

A definitiva derrota dos servidores estaduais no fim de abril com a aprovação da Lei Estadual n.º 18.469/2015, que reestrutura o plano de custeio e financiamento do ParanaPrevidência, fez com que, a partir de então, os esforços sindicais fossem redirecionados. A chegada de maio (re)acendia o debate sobre a data-base, outro histórico/recorrente ponto de pauta do movimento sindical dos servidores públicos do estado do Paraná. Dados dos sindicatos contabilizavam a necessidade de reposição inflacionária do período 2014/2015 em 8,17%.

As negociações a respeito dessa reposição estenderam-se por maio²⁷⁵ e junho, e, em 9 de junho de 2015, o sindicato dos professores da rede básica de ensino (que compunham a maior frente de resistência sindical dos servidores no estado), decidiu aceitar a proposta do governo estadual de reposição de apenas 3,45% referente a 2014 (de maio a dezembro) – a ser pago em outubro de 2015.

Havia ainda, conforme a Lei Estadual n.º 18.493/2015, a instituição de um novo calendário de pagamento dos reajustes, e o valor referente de janeiro a dezembro de 2015 seria pago no dia 1.º de janeiro de 2016. E o valor referente de janeiro a dezembro de 2016 seria pago em janeiro de 2017²⁷⁶.

Além da recomposição salarial, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato) exigiu o compromisso do governo estadual em não

²⁷⁵ Em 14 de maio, o governo, unilateralmente, chegou a noticiar que as negociações estariam encerradas. Como encaminhamentos, um PL seria enviado com a definição do índice de reajuste de 5% (a ser pago em duas parcelas). As medidas autoritárias do governo também indicavam o desconto das faltas dos professores grevistas e abertura de processo contra diretores de escolas que estimularam a greve – vê-se aqui, entre outros aspectos, a dura retaliação do governo aos sindicatos dos professores da rede pública, APP-Sindicato.

²⁷⁶ Como tratado no capítulo anterior, esse compromisso de pagamento foi quebrado por meio da Lei Diretrizes Orçamentárias, de 2017, que suspendeu a reposição salarial por tempo indeterminado.

descontar os dias de falta durante o período de greve. No total, foram 46 dias de greve com a participação dos professores da rede pública estadual de ensino básico²⁷⁷.

Os professores e servidores do ensino superior, por sua vez, mantiveram a paralisação por serem contrários à proposta do governo estadual. Persistia na pauta desses sindicatos a exigência pelo pagamento integral e legítimo do índice (8,17%), tendo por base o IPCA²⁷⁸. Docentes das IEES/PR reclamavam da falta de diálogo do governo e o modo que Richa terceirizava sua administração ao então secretário da Fazenda Mauro Ricardo Costa – que, até o início de junho, mesmo após graves crises naquele ano, jamais havia sentado com representantes dos servidores.

Outros pontos secundários da pauta grevista nas IEES tiveram relação com as históricas questões da verba de custeio e da defasagem de servidores – questões que, naquele contexto, foram agravadas pelos Decretos n.ºs 25 e 30, de janeiro de 2015, que limitaram ainda mais as contratações de pessoal e a manutenção das universidades estaduais. As respectivas assembleias docentes que ratificaram a continuidade da greve ocorreram em 9 de junho.

Como comentado anteriormente, havia ainda no interior do sindicalismo docente das IEES a forte crítica em torno da forma de condução das negociações entre o movimento grevista dos servidores e o governo estadual, sendo muitas vezes o ANDES-SN preterido das mesas de negociações.

Do contexto da greve de 2015, por exemplo, instituiu-se um clima de recorrente animosidade entre as seções sindicais do ANDES-SN e o FES do estado do

²⁷⁷ Exemplificando ainda mais os mecanismos de pressão, dessa vez exercida pelo Judiciário, em 02 de junho, o Tribunal de Justiça do Paraná, em decisão proferida no Ag. Reg. 1348213-8/01, de relatoria do desembargador Luiz Mateus de Lima, havia condenado a APP-Sindicato à cessação da greve, sob a multa diária de R\$ 40 mil.

²⁷⁸ O mesmo percentual de reajuste das tabelas de vencimentos que, em julho do mesmo ano, foi aprovado pela ALEP (Lei Estadual n.º 18.517/2015) aos servidores do Poder Judiciário. Cabe lembrar, ainda, que, no Paraná, em início de 2015, os vencimentos para os cargos de governador, vice-governador, secretários de Estado e membros da Assembleia Legislativa foram reajustados, tendo por base a Lei Estadual n.º 15.433/2007, que vinculava essas remunerações à esfera federal (no caso do governador, é feita a vinculação ao salário do ministro presidente do Supremo Tribunal Federal – vice e secretariado seguem um percentual em cima da remuneração do governador) – o salário de Richa foi reajustado em torno de 15%, passou de R\$ 29,4 mil para R\$ 33,7 mil; o reajuste aos membros da ALEP, por sua vez, obedecem a um percentual (75%) do que percebem os deputados federais – em 2015, o reajuste aos deputados estaduais do Paraná foi 26,3% (AUDI, 2015). No caso do Executivo, Richa, com um discurso político, chegou a abrir mão dos seus vencimentos no mês de janeiro de 2015 (tendo por base o Despacho n.º 13.486.285-8/15, da Casa Civil, disponível na Edição n.º 9.381, do Diário Oficial do Paraná), mas que foi pago retroativamente no mês seguinte (DIONÍSIO, 2015).

Paraná²⁷⁹, conforme a fala de um professor ex-dirigente sindical que participou ativamente desse contexto de greve, em 2015:

Às vezes quando o FES agendava com o governo algum tipo de negociação/conversa eles não chamavam o sindicato dos docentes das universidades, que não faziam parte do FES, e nós descobríamos que essas reuniões iam acontecer e nós íamos, entrávamos e por vezes éramos hostilizados – eu mesmo já vivenciei situações assim. [...] quando haviam situações de negociação que a gente sabia que podia participar a gente [ANDES-SN] ia e mostrava que nem sempre concordávamos com algumas negociações que estavam sendo feitas pela direção da APP-Sindicato, por exemplo, a reposição de 8,17% que exigíamos que fosse parcela única. Já a APP-Sindicato teria negociado [sozinha] que seria parcelado. Então, quando a gente manteve a greve (eles saíram), por conta da reposição, aí nós vimos que havia tido todo um trabalho de bastidores para eles aprovarem aquilo que a APP já tinha negociado. Então, em alguns momentos a gente se viu em polos opostos. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDUEPG 2)**

Ainda sobre a greve de 2015 surgiu o seguinte relato:

Uma outra situação foi que vários servidores, no contexto de 2015 ainda, agendaram uma reunião para pensar estratégias e nós ficamos horas esperando os dirigentes da APP e quando eles chegaram já tinha decidido o que fazer, mas eles disseram que só podiam contar uma parte do que seria feito para não ‘vazar’ essa informação da estratégia de luta. Aí nós falamos ‘mas aqui só tem dirigente sindical, se vocês não podem compartilhar as estratégias então cada um vai ter que pensar’. Então eu vivi isso. Teve diretor de seção sindical que levantou da mesa e foi embora. Ou seja, os representantes da APP estavam numa sala paralela, decidiram tudo e depois vieram apenas nos dizer uma parte da estratégia na manifestação contra o saque do ParanaPrevidência. Isso nos gerou um desconforto, ali a gente viu que era quase que como cada um por si. Nesse caso, nós [movimento docente das IEES] resolvemos nos juntar a outros grupos, como o pessoal da saúde, e nos organizar de outra maneira, deixando a APP de lado. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDUEPG 2)**

É paradigmático dessa questão de divisão no interior do movimento dos servidores estaduais que, nesse mesmo contexto de greve, em 2015, foram verificados casos em que, sobre o mesmo assunto, eram agendadas duas reuniões separadas dos servidores com a SETI e ALEP: uma com o conjunto dos servidores e outra específica com o ANDES-SN²⁸⁰. Esse fato foi denunciado em tom crítico pelo SINDIPROL/ADUEL, único dos sindicatos docentes das IEES que, à época, mantinha relação formal com o FES.

Durante as conversações prevaleceu, porém, a falta de unidade do movimento, tão prejudicial num momento de enfrentamento com o governo, gerando duas reuniões com o Secretário e os deputados, ao invés de uma reunião conjunta com todos os sindicatos, o que seria mais apropriado. O Sindiprol/Aduel participou das duas reuniões, pois continua defendendo a unidade do movimento. (SINDIPROL/ADUEL, 2015c)

²⁷⁹ Por anos, as seções sindicais do ANDES-SN no Paraná não participaram formalmente do conjunto de sindicatos que integram o Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Estaduais (FES). Recentemente esse movimento de articulação tem sido retomado.

²⁸⁰ Ao menos em duas ocasiões, situações como esta foram identificadas em março e junho de 2015.

Essa questão também foi lembrada em uma das entrevistas realizadas:

E a gente não conseguia fazer essa unidade, isso foi muito ruim. E a gente não conseguia levar a nossa luta, era difícil de levar a nossa luta. Era difícil levar a nossa luta porque geralmente através da SETI, mas as reuniões muitas vezes eram separadas. Então vamos tratar da questão dos docentes? Vamos marcar uma reunião para tratar da questão dos docentes, só com sindicatos mistos, depois vamos marcar uma reunião docentes só com as AD'S, mas o assunto era o mesmo. Foi realmente muito ruim essa disputa toda que houve naquele momento e dos dois lados não havia entendimento... não queriam ceder. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDIPROL/ADUEL 2)**

Em reunião exclusiva, na manhã de 16 de junho de 2015, os sindicatos dos docentes do ANDES-SN foram convidados pela SETI e pelo líder do governo na ALEP para discutir os rumos da greve. Nesse encontro, o governo apresentou um termo de compromisso, o qual indicaria sete pontos para pôr fim à greve nas IEES.

Segue o documento na íntegra, o qual foi assinado pela SETI (prof. João Carlos Gomes), pela liderança do governo na ALEP (deputado Luiz Cláudio Romanelli) e pela Casa Civil (Alexandre Teixeira)²⁸¹:

TERMO DE COMPROMISSO

Considerando a mediação apresentada pela SETI, pela liderança do Governo e pela Casa Civil com vistas à proposta de composição para pôr fim à greve nas Universidades Estaduais (IEES), o Estado do Paraná se dispõe a:

- 1 – Como nos anos de 2012, 2013 e 2014, está garantido o pagamento da 4ª parcela do reajuste salarial – 7,14% (Lei 17.280/2012), no mês de outubro de 2015;
- 2 – Os docentes e agentes universitários de todas as IEES, com processos em trâmite (substituição), serão nomeados até o mês de julho;
- 3 – Início imediato dos trabalhos da comissão de análise da retirada da UENP e UNESPAR do META4 (Resolução SETI, 47/2015);
- 4 – O custeio – Fonte 100 das IEES será liberado dentro de uma programação entre a SETI, SEFA e Reitorias, garantindo o funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas em cada instituição;
- 5 – Em havendo a volta, até o dia 23 de junho, à normalidade das atividades acadêmicas e administrativas, retirar, em até 120 dias, as ações das greves ajuizadas contra os Sindicatos Mistos e dos Docentes que representam os servidores públicos das IEES, assim como cobrança de qualquer multa pecuniária dela decorrente, com a qual anuirá a entidade sindical, sendo que cada parte arcará com os custos de seus advogados;
- 6 – Fica garantido que, mediante a apresentação de novo calendário acadêmico pelos Conselhos Superiores das IEES, até 03 dias após a volta das atividades acadêmicas e administrativas, consolidando a reposição de aulas e dos dias letivos, não haverá descontos em faltas;
- 7 – Fica estabelecida uma Mesa de Negociação Permanente entre os Sindicatos que representam as categorias nas IEES, a SETI e a Liderança do Governo na Assembleia Legislativa, para tratar de assuntos atinentes ao Sistema Estadual de Ensino Superior.

No dia 17, as seções sindicais assinaram uma nota²⁸², amplamente publicada em diferentes canais na internet, intitulada “Sobre o Termo de Compromisso do

²⁸¹ O jornalista Alexandre Teixeira respondia, na ocasião, pelo cargo de diretor-geral da Casa Civil.

²⁸² Nesse documento, novamente não foi verificada a assinatura do SINDIPROL/ADUEL.

Governo Estadual”, na qual são tecidas críticas ao documento e à forma de condução desse processo pelo governo Richa:

Esclarecemos que o citado documento não teve o apoio ou acordo de nenhum dos sindicatos do ANDES-SN. Esclarecemos também que os pontos listados no documento foram requestrados de discussões e reuniões realizadas desde 2012, direitos garantidos por lei e pelas constituições Federal e Estadual, tais como o Custeio das Universidades e o pagamento da última parcela de 7,14% devida aos docentes. O fato de o governo reproduzir tais pontos em novo Termo de Compromisso nos deixa temerosos sobre sua intenção em cumprir a lei que os garante.

Reiteramos que o motivo da atual greve docente é o reajuste de 8,17%, pago em parcela única, retroativa a maio de 2015. Acreditamos que o governo saiba disso, embora tenha divulgado um termo de compromisso prometendo coisas já acertadas e assinadas em passado recente. Por isso, consideramos descabido o fato de o governo propor o encerramento da greve sem atender 8,17%.

Por fim, ao indicar o dia 23 de junho como derradeira data para pacificar os conflitos judiciais impetrados contra nós e abdicar do corte de nossos salários, o Secretário João Carlos Gomes repete, em excesso, o ato de força e de ameaça contra os professores de todas as IEES em greve. Não aceitaremos isto. Fomos convidados à reunião e comparecemos de boa-fé. Esperamos que ela não seja transformada em peça judicial ou em ferramenta de chantagem, para nos criminalizar, como noutras vezes tentou o Secretário João Carlos Gomes.

Continuamos dispostos ao diálogo e ao entendimento sobre o índice de 8,17%, pago em parcela única, retroativo a maio de 2015, para que o diálogo vença a intolerância e o desrespeito. Não nos obriguem à rendição moral. Somos professores, não somos seus subalternos. (SESDUEM, 2015b; SINDUNESPAR, 2015a e UEPG, 2015)

Por fim, mesmo com os esforços de servidores e seções sindicais docentes das IEES, a aprovação da Lei Estadual n.º 18.493, em 25 de junho de 2015, foi um duro golpe nas pretensões grevistas desses servidores, pois se tornou um indicativo de que as negociações haviam encerrado²⁸³. Contribuíam ainda para o enfraquecimento do movimento a extensão da greve (que, na maioria das IEES, completava já quase os 60 dias) e a saída do Fórum das Entidades Sindicais (FES).

Em 23 de junho, os professores da UEL decidiram, em assembleia, a suspensão da greve. Ao todo, foram 57 dias de paralisação, segundo a publicação feita no seu site oficial nesse mesmo dia:

Apesar da suspensão da greve, o movimento continua. Os professores estão mobilizados e podem retomar a paralisação a qualquer momento em função das suas pautas específicas, como a nomeação de docentes e servidores

²⁸³ Em 22 de junho, na votação decisiva do PL n.º 421/2015, foram 29 votos a favor, 19 contra e 5 abstenções. Destacam-se os movimentos de intensa articulação política provocados pelos docentes das seções sindicais (e SINDIPROL/ADUEL) junto aos deputados a fim de que se chegasse a esse número de 19 votos contrários. De início houve a dificuldade até para se conseguir o número mínimo de assinaturas para a apreciação do requerimento de recurso (Protocolado sob o n.º 3.290/2015) que (re)trazia a proposta dos 8,17% para discussão. A ata completa da sessão plenária de 22/6/2015 encontra-se disponível na Edição n.º 891, Diário Oficial da Assembleia.

concursados e o repasse de recursos de custeio para manutenção das universidades. (SINDIPROL/ADUEL, 2015c)

FOTOGRAFIA 6 – ASSEMBLEIA DOCENTE DA SINDIPROL/ADUEL QUE DEFINIU O ENCERRAMENTO DA GREVE DE 2015 (23/6/2015)



FONTE: SINDIPROL/ADUEL (2015d)

O SINDUEPG, que havia entrado na greve em 22 de abril, definiu, em assembleia realizada em 25 de junho, a suspensão da greve e manutenção do estado de greve. Docentes da UNIOESTE, UEM e UNICENTRO já haviam optado pela mesma decisão nas respectivas assembleias do dia anterior.

Para fins de registro, conforme disponibilizado nos principais canais de divulgação das seções sindicais e SINDIPROL/ADUEL, seguem algumas imagens das assembleias docentes que deliberaram pelo encerramento da greve das IEES/PR em 2015:

FOTOGRAFIA 7 – ASSEMBLEIA DOCENTE DA ADUNIOESTE QUE DEFINIU O ENCERRAMENTO DA GREVE DE 2015. (24/6/2015)



FONTE: ADUNIOESTE (2015d)

FOTOGRAFIA 8 – DOCENTES DA UEPG VOTAM PELA SUSPENSÃO DA GREVE E MANUTENÇÃO DO ESTADO DE GREVE. (25/6/2015)



FONTE: SINDUEPG (2015e)

Em uma nota conjunta, assinada pelo Comando Estadual de Greve das seções sindicais do ANDES-SN, em 23 de junho de 2015, os sindicatos refletiram sobre os dias de paralisação. Abaixo segue um trecho da nota intitulada: “O que perdemos e o que ganhamos”.

Por fim, queremos submeter todos estes pontos à reflexão dos docentes. De modo especial, avaliamos que não fomos derrotados. Em relação aos pontos em litígio com o governo, derrotamos o decreto da ‘autonomia financeira’, garantimos o pagamento do terço de férias e evitamos a fusão do Fundo Financeiro com o Fundo Previdenciário, fato que disponibilizaria imediatamente, e de uma só vez, os R\$ 8 bilhões para Beto Richa. De outro lado, perdemos a disputa sobre o Fundo Previdenciário (cuja solvência despencou de 57 anos para 29 anos) e sobre a reposição de 8,17%. Mesmo que a contabilidade fosse inteiramente adversa, saímos moralmente ilesos e mais conscientes dos enfrentamentos que travaremos. Nunca, em nossa história, tivemos tantos professores reunidos nas assembleias, envolvidos nas atividades de mobilização, dispostos a participar das passeatas nas universidades e em Curitiba. Nunca houve uma greve que abrangesse as sete universidades estaduais. Temos hoje, uma capacidade política e intelectual bastante adequada para resistir ao projeto de ‘autonomia financeira’ do governo e para conquistar reivindicações, como o aumento do ATT (Adicional por Titulação) e a classe de titular. Sublinhamos também que o governo foi obrigado, pela força de nosso movimento, a garantir publicamente que pagará em outubro a última parcela do reajuste de 7,14%, conquistado na greve de 2012. Este é nosso principal espólio. Além disso, derrubamos alguns mitos: ‘Não é possível fazer greve sem a APP-Sindicato’. ‘Quando a Justiça determinar a volta ao trabalho, a greve acabará’. ‘Se apresentarem emenda de 8,17%, o governo retirará o projeto’. Enfrentamos todos esses medos e não fomos derrotados porque lutamos quando foi preciso lutar. Porque nunca aceitamos os 3,45% impostos pelo governo. Lutamos contra a tirania de um governante com pretensões de nos saquear, nos intimidar e nos silenciar. Lutamos porque é preciso imperiosamente resistir. E quando retornarmos à carga com o projeto de ‘autonomia’ saberão de nossa determinação. Encerraremos esta greve e voltaremos ao trabalho,

mas retornaremos diferentes. Entre nós há mais tolerância e unidade para tratar as divergências porque tivemos clareza dos nossos princípios e coerência nas estratégias de luta. Entre nós há mais coragem e solidariedade. Entre nós não há humilhados ou derrotados. 'Não esqueceremos!!!' (SINDUNESPAR, 2015b)

Da complexa relação entre seções sindicais e o FES, o ano de 2015 contribuiu para que essa articulação fosse reduzida temporariamente. Por um período de tempo, apenas o SINDIPROL/ADUEL permaneceu formalmente inserido nesse fórum. Para um ex-dirigente desse sindicato, o FES é um importante espaço estratégico de luta conjunta dos servidores, o que torna importante a participação das seções sindicais do ANDES-SN nele.

As lutas específicas da carreira, de outras questões na universidade, nós temos que nos organizar para nos unir e levar essa luta. Mas em questões gerais como a data-base, por exemplo, só se garante por uma organização, uma luta muito ampla, tem que ser levadas dentro do FES. [...] Nós queríamos que todos os sindicatos de docentes estivessem no FES, para que a gente tivesse peso lá dentro. Porque a rigor, quem faz a luta, a greve na necessidade, é a APP e as universidades, então nós precisávamos de todos os sindicatos de docentes, de todos sindicatos de agentes universitários dentro do FES para poder ter influência lá. Essa é uma obviedade, porque, na hora de eu ouvir, na hora de negociar, o governo vai lá e negocia com o FES. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDIPROL/ADUEL 1)**

Embora também compreenda ser uma relação necessária, especialmente nas pautas que dizem respeito a todos os servidores, um dos entrevistados externou seu atual pessimismo na relação entre o fórum e as seções sindicais do ANDES-SN.

Com o FES acho que a relação nunca foi boa, teve essas aproximações a chamada 'unidade da luta', por pautas específicas, mas eu acho que o FES é também bastante fechado ao ANDES. Porque eles têm a concepção de organizar os sindicatos mistos, eles têm uma outra dinâmica política que era diferente da dinâmica que a gente usava no ANDES naquela época do Beto Richa e eles sempre foram muito refratários e ainda hoje são. A participação das ADs [seções sindicais] no FES é uma coisa, algumas ADs querem, mas parece que o próprio FES não aceita participação das ADs lá. Então, existe o diálogo, mas ainda é um diálogo rugoso, incipiente, por exemplo agora, estavam tentando organizar protesto no Estado pela data-base, e, de uma hora para outra, o FES cancelou os atos, e a universidade com seus limites que tem para organizar atos acabou que teve de suspender os seus atos também. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDUNESPAR 1)**

Dos vários pontos a destacar, as greves acima retratadas demonstraram a força de organização e articulação do sindicalismo docente das IEES/PR no período que englobou a gestão do governador Beto Richa. Dos diferentes elementos que surgiram nesses anos (alguns históricos e com prevalência de demanda até os dias atuais), seja com relação ao funcionalismo estadual num todo, seja específico às demandas da universidade e da carreira docentes, pôde-se verificar, em diferentes

situações, a atuação da representação sindical dos docentes, evidenciando a importância do seu papel político na conjuntura paranaense.

É inegável que a atuação política e de mobilização é ampliada nos momentos de greve. No caso de 2015, foram verificadas significativas ações articuladas entre os sindicatos de servidores no estado, obviamente não estando livres da complexa e ambígua relação que disso possa ocorrer. A articulação política, por vezes, se prova dificultosa, até mesmo entre as próprias seções sindicais do ANDES-SN²⁸⁴.

No entanto, dando mostras de uma postura colaborativa e organizada, foi possível verificar, na greve de 2015, o estabelecimento e a organização de um comando estadual de greve das seções sindicais, o que exemplifica, apesar das dificuldades, o nível de articulação que se estabeleceu entre os sindicatos docentes das IEES/PR.

Pode-se ressaltar, ainda, que, em 25 de maio, foi realizado em Curitiba (Teatro Escola da FAP/UNESPAR), o “1º Encontro para a Reestruturação do Comitê em Defesa do Ensino Público do Paraná”. O antigo comitê havia sido desativado em 2003. Participaram desse encontro representações do FES, ANDES, movimento estudantil e integrantes da comunidade acadêmica das IEES/PR. Um 2.º encontro ficou agendado para o dia 29 de maio.

Nos momentos de greve, como em 2015, a dificuldade geográfica exigiu que cidades como Curitiba, Londrina e Maringá fossem os espaços estratégicos de encontros presenciais entre as lideranças dos sindicatos docentes – questão que não diminuía os esforços despendidos, especialmente pelas IEES localizadas nas regiões mais distantes desses centros.

Ainda sobre 2015, por meio do acesso e análise documental dos materiais disponibilizados nos principais meios de comunicação/divulgação sindical (internet: rede social Facebook e página oficial), foi possível inferir que o movimento grevista das IEES não se limitou à paralisação das atividades docentes. Dentro dessa mobilização, foram verificadas e merecem destaques aqui: a criação de agendas locais nas IEES que foram compostas por aulas públicas, manifestações culturais, passeatas, panfletagens, entre outros; entrevistas de dirigentes sindicais aos veículos de comunicação; viagens e passeatas de docentes em Curitiba; assembleias.

²⁸⁴ Reforçando que, no contexto de 2015, ainda não havia sido instituído o Comando Sindical Docente. A organização das seções sindicais e de SINDIPROL/ADUEL ocorria por um chamado “Fórum dos Sindicatos Docentes do Paraná”.

Dessa perspectiva, dos trabalhos locais e de base, destaca-se a fala de um dos entrevistados, quando interrogado sobre as principais estratégias de sua seção sindical no período Richa. Para além da greve, o docente apontou algumas estratégias que foram sendo desenvolvidas:

Nesse período, a gente fez muita atividade local. A nossa preocupação como instituição, como sindicato, sempre teve relacionada a explicitar e relembrar o lugar da universidade na comunidade. [...]. Então a gente [sindicato] tinha muito trabalho em ficar lembrando do papel que a universidade tem na região, tanto no seu sentido histórico, como contemporâneo para pensar o seu desenvolvimento. E a gente fazia isso de diversas formas, a gente usou muito a mídia local, jornais de Cascavel, Toledo, Foz do Iguaçu, Beltrão, para divulgar textos de contextualização econômica, esclarecendo qual é o papel docente, para desmistificar o que é um professor de ensino superior. Era algo que a gente fazia com muita frequência. A gente ocupava muito espaço de rádio, isso a gente faz até hoje – eu não sei por que razão, mas rádio é ainda muito escutado pelas pessoas aqui na nossa região, tem muita audiência. Quase semanalmente a gente participava de programas de rádios diversas, no sentido de estar levando o que a universidade está fazendo. A gente sempre pensou que mais interessante era deixar claro para as pessoas que, embora estivéssemos numa reivindicação [por reajuste, por exemplo], nós continuávamos trabalhando. A gente sempre teve em mente deixar claro o que a universidade faz, deixar sempre explícito, apresentar os seus resultados. Usávamos rádio, fazíamos reunião com as associações comerciais, tinham projetos de extensão onde membros da comunidade iam lá e pautavam o que queriam da universidade e a gente ia anotando essas informações para dialogar. A gente fazia muita coisa, muita coisa mesmo. O intuito era preparar minimamente uma rede de proteção, fazer com que deputados locais, vereadores nos apoiassem num momento extremo. Então, a gente ia fazendo esse trabalho de base de forma muito sistemática. Naquela época do governo Richa, a gente teve um trabalho de base muito interessante, a gente pensava a universidade de uma maneira mais ampla e que foi bacana, foi bom. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL ADUNIOESTE 2)**

Foram verificados ainda, no contexto das greves de 2015, encontros de dirigentes sindicais das IEES com representações do governo, em especial o secretário da SETI (professor João Gomes) e o líder do governo na ALEP (deputado estadual Luiz Claudio Romanelli); encontros com deputados estaduais integrantes da oposição parlamentar na ALEP. Essa agenda de encontros demonstra o interesse do movimento grevista no diálogo para o fim das paralisações.

Em 30 de outubro do referido ano, os professores das IEES tiveram 7,14% de reajuste nos salários. Essa foi a última parcela de equiparação salarial garantida pela Lei Estadual n.º 17.280/2012. O mesmo mês também registou o pagamento dos 3,45% equivalentes IPCA, acumulado entre maio e dezembro de 2014.

Na sequência, ainda dando prosseguimento ao tema greve, será abordada a mobilização dos servidores públicos estaduais em 2016, tendo por enfoque a participação dos docentes das IEES e o imbricamento dessa mobilização com os movimentos de ocupação realizados pelos estudantes universitários.

6.2.3 O movimento docente sindical das IEES/PR e as ocupações estudantis de 2016

Pode-se afirmar que o ano de 2016, sobretudo o segundo semestre, foi marcado no âmbito político nacional pelas mobilizações estudantis. Essas mobilizações consistiram em uma série de manifestações e ocupações de escolas secundárias e universidades públicas em diversos estados do Brasil.

Do ponto de vista sociológico e político, tem-se, nessa mobilização, um importante movimento social que agrega nele atores históricos da luta social brasileira: os estudantes. Do histórico movimento de criação da UNE, passando pelo enfrentamento à ditadura civil-militar, aos protestos dos “caras pintadas”, nos anos 1990, esse sujeito político esteve presente nas mais variadas conjunturas políticas do cenário nacional, desempenhando um importante papel político com vistas ao aprimoramento dos processos de ensino e da sociedade brasileira, num todo²⁸⁵.

Como destaca Silva (2018), em 2008 ocorreu um primeiro ciclo de ocupações em algumas universidades brasileiras que exigiam a transparência e a democratização da gestão, com eleições diretas e paritárias. Havia ainda, naquele contexto, a defesa da universidade autônoma, pública e de qualidade²⁸⁶.

No entanto, esse movimento somente alcançou repercussão quando foi ampliado em 2016. Naquele contexto, como esclarece a autora, há que diferenciar as duas fases das ocupações estudantis:

A primeira começou um pouco antes da virada do ano, em novembro de 2015, e foi mobilizada exclusivamente por alunos do Ensino Médio (secundaristas), inspirados no movimento chileno de 2006, com demandas locais relativas ao conteúdo de ensino e à gestão democrática da escola, envolvendo a comunidade (pais e professores) contra decisões governamentais autoritárias tomadas sem diálogo prévio com a sociedade. [...] A segunda fase iniciou em junho de 2016 e incluiu na mobilização os alunos universitários. Inspirados nos secundaristas e no caso chileno de 2006, os estudantes do Ensino Superior pleiteavam, além de demandas locais específicas, relativas a acesso e permanência, a não aprovação de medidas legislativas propostas pelo Presidente recém empossado, Michel Temer, ex-Vice de Dilma Rousseff, cujo mandato foi cassado em processo de impeachment. O seu discurso, ao assumir o cargo, foi o de ‘salvar o país, retomar o crescimento, superar a crise, reequilibrar as contas e os programas sociais’, o que acabou afetando diretamente o ensino brasileiro como um todo. (SILVA, 2018, p. 32-33)

²⁸⁵ Pela complexidade e profundidade do fenômeno “movimento estudantil”, este não será aprofundado, uma vez que o objetivo da discussão aqui é trazer o contexto das ocupações de 2016 nas IEES paranaenses no seu imbricamento com o movimento grevista docente.

²⁸⁶ Propriamente sobre o estado do Paraná, foi verificada uma importante mobilização estudantil universitária em 2011. Na ocasião, em 25 de agosto, a reitoria da UEM foi ocupada por estudantes. A principal pauta (entre várias outras) era o corte de verbas do governo estadual. A mobilização estudantil ocorrida no Chile, em 2011, serviu de referência para esse movimento.

No contexto da primeira fase, influenciou os movimentos de ocupação o projeto de reestruturação da rede escolar de São Paulo, que previa o fechamento de 93 escolas e afetaria mais de 300 mil alunos e 74 mil professores. É paradigmática dessa fase a ocupação da Escola Estadual Diadema no ABC, que foi ocupada em 9 de novembro de 2015. Ainda no contexto paulista, a apuração do Ministério Público e da Polícia Civil sobre o superfaturamento de contratos e fraudes na merenda escolar intensificaram os movimentos de descontentamento sobre a política de condução do então governador Geraldo Alckmin (PSDB-SP).

Da chamada “primeira fase” das ocupações estudantis, destacam-se ainda as ações do governador Marconi Perillo (PSDB-GO), que assinou um decreto transferindo a gestão de escolas às organizações sociais (OS). Já no fim de 2015, o Colégio Estadual José Carlos de Almeida foi ocupado, iniciando mobilizações naquele estado que perduraram por todo o ano de 2016²⁸⁷. (SILVA, 2018)

No contexto da segunda fase, foram duas as principais medidas que influenciaram os movimentos de insatisfação estudantil (agora, inclusive, com maior presença dos estudantes universitários). A primeira teve relação com a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n.º 241, que acabou por se tornar conhecida como o “Teto dos Gastos”²⁸⁸; a segunda alteração legislativa, ainda por iniciativa do governo Michel Temer (PMDB), foi a Medida Provisória n.º 746/2016, proposta em 23 de setembro de 2016, que previa uma reforma no ensino médio.

Há de se mencionar a proposta de lei “Programa Escola Sem Partido” como uma terceira questão que impulsionou os movimentos de ocupação de 2016. Embora de 2014²⁸⁹, essa proposta ganhou força no contexto de 2016²⁹⁰, mediante a ampliação no cenário nacional do espectro político conservador e reacionário²⁹¹.

Dessa segunda fase, 2016, a primeira ocupação em escola no estado do Paraná ocorreu em 3 de outubro. Nessa data, a escola estadual Padre Arnaldo

²⁸⁷ As ocupações no início de 2016 se estenderam inclusive à Secretaria Estadual da Educação (SEDUC) de Goiás.

²⁸⁸ Emenda Constitucional n.º 95/2016 – Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para institui o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.

²⁸⁹ Os primeiros projetos de lei identificados com essa temática foram os PL n.ºs 7180 e 7181, de 2014, ambos de autoria do deputado federal Erivelton Santana (PSC-BA).

²⁹⁰ Tanto que, nesse ano, houve, no estado do Paraná, a elaboração de um projeto de lei que tratava desse assunto (PL n.º 606/2016, de autoria dos deputados estaduais Ricardo Arruda e Felipe Francischini).

²⁹¹ Um dos símbolos desse momento ocorreu pela eleição, em outubro de 2018, do presidente Jair Bolsonaro (PSL-RJ).

Jansen, em São José dos Pinhais, foi ocupada por alunos secundaristas. Três dias após já eram cerca de 40 escolas ocupadas no estado. (LUZ, 2020)

Dados da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) revelavam que, ao final de outubro de 2016, cerca de 1.200 locais estavam ocupados (entre escolas estaduais, institutos federais, universidades e núcleos de educação). O estado do Paraná concentrava o maior contingente de locais ocupados, 848 no total. Especificamente com relação às universidades, eram 123 ocupações por todos o país. (LUZ, 2020)

O estado do Paraná também se notabilizou no cenário nacional por conta da morte de um estudante no Colégio Estadual Santa Felicidade, em Curitiba. O ocorrido ampliou a cobrança da mídia em torno do fim das ocupações e, de certo modo, legitimou as ações (inclusive violentas) do governo Beto Richa pelo encerramento das mobilizações no estado.

No âmbito das IEES/PR, em outubro de 2016, foram registradas ocupações estudantis na UEL, UNESPAR, UNIOESTE, UNICENTRO, UEM e UEPG – no caso das universidades *multicampi*, essas mobilizações não se limitaram às cidades sede, ocorrendo concomitantemente em municípios, a saber: Campo Mourão, União da Vitória, Marechal Cândido Rondon, Francisco Beltrão, Santa Cruz, Irati, Cianorte e Goioerê²⁹².

As pautas estudantis nas universidades pouco se diferenciavam do movimento secundarista. A particularidade universitária residia, sobretudo, na demanda pelo aprimoramento da assistência estudantil. No caso do movimento estudantil na UEL, o documento “Por que os estudantes da UEL estão paralisados”, de 6 de novembro de 2016, elenca os seguintes pontos: 1) Contra a PEC 241; 2) Contra a MP 746; 3) Contra a revogação da política de cotas raciais; 4) Ampliação/reforma da moradia estudantil e soberania dos residentes na moradia estudantil; 5) Em defesa da manutenção do passe-livre; 6) Luta pelo repasse integral do custeio da UEL pelo governo do estado. (UEL, 2016)

No caso da UEL, a mobilização estudantil de outubro de 2016 ampliou o movimento de greve de professores e demais servidores que ocorria naquele momento. Em 17 de outubro, em assembleia docente, foi deliberada a paralisação por

²⁹² Além das IEES, foram registradas em diversas cidades do estado do Paraná ocupações nos institutos federais de ensino superior (UFPR e UTFPR).

três dias. Uma nova assembleia, em 20 de outubro, deliberou, dessa vez, a aprovação de uma greve por tempo indeterminado.

O movimento grevista dos servidores da UEL (SINDIPROL/ADUEL e ASSUEL) seguia, naquele contexto, a mobilização ampla de todos os servidores estaduais. O principal motivo da greve foi o envio à ALEP, em 3 de outubro, da proposta de emenda à LDO de 2017²⁹³, encaminhada pelo governador Beto Richa, a qual tornava nula a reposição de perdas inflacionárias. No contexto do fim da greve de 2015, o governo, mediante a Lei Estadual n.º 18.493/2015, firmou o compromisso do pagamento da recomposição seguindo um calendário.

Em meio ao não cumprimento do acordo, em 17 de outubro, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato) iniciou uma paralisação por tempo indeterminado. Na mesma data, o Sindicato das Classes Policiais Cíveis do Estado do Paraná (SINCLAPOL) também se manifestou favorável ao movimento de paralisação, haja vista o recuo do compromisso de pagamento da data-base dos servidores.

Cabe dizer que as seções sindicais das IEES/PR e o SINDIPROL/ADUEL haviam, em julho de 2016, aprovado, nas respectivas assembleias docentes, o indicativo de greve. Esses indicativos de greve ocorreram em virtude das pretensões já apresentadas pelo governo Beto Richa em não cumprir com a reposição anual da inflação prevista para janeiro de 2017 e, ainda, pela exigência da revogação do Decreto n.º 4.189/2016²⁹⁴.

Em setembro, foram verificadas ainda paralisações dos docentes devido aos movimentos em âmbito federal de legislações, como a PEC n.º 241/2016 e a PLP n.º 257/2016, denunciadas nesse meio sindical como instrumentos de “destruição dos direitos sociais”, especialmente no tocante à carreira dos servidores públicos.

No contexto de outubro, o SINDUEPG foi uma das primeiras seções sindicais do ANDES-SN no estado a entrar no movimento. Já em 6 de outubro, uma assembleia geral extraordinária realizada pelos docentes definiu a aprovação da greve para 13 de outubro²⁹⁵. A publicação no site oficial da seção sindical, em 6 de outubro de 2016, assim descrevia a assembleia:

²⁹³ Mensagem n.º 043/2017.

²⁹⁴ Define competências e procedimentos para a realização de despesas da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Paraná e dá outras providências.

²⁹⁵ A ADUNIOESTE, em assembleia também realizada em 6 de outubro, aprovou o indicativo de greve a iniciar em 10 de outubro.

Docentes aprovam greve na UEPG:

Reunidos em Assembleia Geral Extraordinária os docentes do SINDUEPG votaram pela entrada da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em greve a partir do dia 13 de outubro, quinta-feira. A decisão é uma resposta ao projeto de lei enviado por Beto Richa (PSDB) à Assembleia Legislativa (ALEP), que suspende, por tempo indeterminado, a reposição salarial de todos os servidores públicos do Paraná. Vale destacar que se trata de reposição salarial de acordo com a inflação, e não aumento salarial. [...] Durante a assembleia também foram feitas atualizações em relação ao cenário estadual, comunicando-se a situação das demais Universidades, algumas já com aprovação de suas greves, além das datas de assembleias de outras categorias. O vice-presidente do SINDUEPG, Gilson Burigo lembrou que, em 7 de julho, os docentes reunidos em assembleia aprovaram indicativo de greve, pois já entendiam que era necessária mobilização para enfrentar os ataques vindos do governo estadual. (SINDUEPG, 2016b)

Cabe ressaltar que o ano de 2016 já havia começado com desafios à UEPG e sua comunidade acadêmica mediante um anúncio do governo estadual de substanciais cortes nas verbas de custeio da universidade²⁹⁶. Na ocasião, mediante uma nota pública, a seção sindical do ANDES-SN assim se posicionou:

O SINDUEPG vem a público manifestar preocupação quanto ao recente anúncio do corte de aproximadamente 50% dos recursos destinados ao custeio da universidade. Dos 12 milhões de reais solicitados pela administração, a UEPG deve receber somente 6 milhões, somados a 2 milhões destinados ao pagamento do PIS/PASEP. Este corte agrava o já profundo sucateamento que a universidade vem enfrentando desde 2014, quando o governo Beto Richa iniciou aquilo que ele tem chamado de 'ajuste fiscal'. (SINDUEPG, 2016a)

Ainda sobre Ponta Grossa, tendo em vista agora o contexto da greve aliado às ocupações estudantis, a UEPG pediu, em 19 de outubro, a reintegração de posse do prédio da reitoria, ocupado pelo movimento estudantil. Seguem trechos da notícia veiculada no Portal Oficial da UEPG:

No documento [de reintegração] expõe os fatos ocorridos, conforme é público e notório, tendo sido noticiados pela imprensa (rádio, tevê e internet) e disseminados nas redes sociais. Cita ainda que a administração da instituição tem o poder e o dever legar de gerir e zelar pelo prédio invadido, estando privada de desempenhar tal mister e de usar o poder fático sobre o bem público. De acordo com a petição, a invasão foi encabeçada pelos representantes de estudantes que não estão organizados sob um Diretório Central, não se conseguindo identificar os líderes do movimento que promoveu a invasão. Relata que a invasão não foi pacífica; que vinha sendo anunciada, em forma de ameaça, pelas redes sociais, sendo natural que os servidores, sentindo-se ameaçados, tenham cerrados as portas da instituição, numa tentativa de defender sua integridade física, as instalações do prédio e seus ambientes de trabalho. Especifica também que o chefe da Procuradoria Jurídica foi até a porta e advertiu o grupo de que estavam cometendo crimes contra o patrimônio público. Nesse momento, prossegue o documento, os líderes da invasão cobriram parte da porta com tecido, impedindo que os demais membros do grupo vissem as pessoas aterrorizadas no interior do prédio ou ainda ouvissem as advertências do

²⁹⁶ No geral, segundo dados publicados pelas seções sindicais (ver ADUNICENTRO, 2016a), o orçamento de custeio para as sete universidades em 2016 sofreu corte de mais de R\$ 34 milhões, o equivalente a 25%, se comparado ao orçamento executado em 2015.

procurador. [...] Diante do exposto, requer que seja concedida medida liminar, com a consequente expedição de mandato, a fim de que a autora seja imediatamente reintegrada na posse do bem. Pede ainda que sejam citados pessoalmente os ocupantes do imóvel maiores de idade, para comparecimento às audiências que forem necessárias; que sejam citados por edital todos os demais membros do movimento que não puderem ser identificados pessoalmente; e que seja estipulada multa por cada dia de descumprimento da ordem liminar, entre outros procedimentos e penalidades. (UEPG, 2016)

Diante desse fato e cientes dos riscos à integridade física dos alunos, o SINDUEPG, em 21 de outubro, manifestou-se por meio de nota em seu site oficial:

O Comando de Greve dos docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa expressa preocupação em relação ao cumprimento, com o uso de força policial, da medida liminar de reintegração de posse do prédio da Reitoria, ocupado por estudantes desde a última quarta-feira, 19. Reivindicamos a Administração da Universidade que se garanta a integridade física dos estudantes, que lutam pela defesa do direito constitucional à educação pública, gratuita e de qualidade. Que as negociações avancem pacificamente. (SINDUEPG, 2016c)

Em 22 de outubro, após o acordo entre o movimento estudantil e a administração da UEPG, o prédio da reitoria da universidade foi desocupado. Entretanto, a mobilização estudantil naquela universidade ainda permaneceu, sendo transferida para o Centro de Convivência, também no *campus* Uvaranas²⁹⁷. Destaca-se a presença de representantes do SINDUEPG nas negociações, conforme notícia veiculada pela SETI, em seu site oficial:

O acordo entre Reitoria e estudantes foi selado no final da tarde de sexta-feira (21), em reunião da qual participaram o reitor Carlos Luciano Sant'Ana Vargas, a vice-reitora Gisele Alves de Sá Quimelli, o pró-reitor de Graduação, Miguel Archanjo de Freitas Júnior, o prefeito do campus, Ítalo Sérgio Grande, uma comissão de negociação dos estudantes e representantes do Sinduepg (Seção Sindical dos Docentes da UEPG). A reunião de negociação foi solicitada pelo comando de greve após a divulgação da concessão da liminar de reintegração de posse do prédio da Reitoria, concedida pela juíza Jurema Carolina da Silveira Gomes, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Ponta Grossa. (SETI, 2016)

A ADUNICENTRO, por sua vez, aderiu à greve após a assembleia geral realizada em 19 de outubro. A UNICENTRO foi a última das IEES/PR a entrar na greve de 2016. Segue a publicação no site oficial da seção sindical, em 20 de outubro.

Os docentes da Unicentro, reunidos em assembleias com grande participação nesta quarta (19), após intenso debate aprovaram greve por tempo indeterminado a partir desta segunda-feira (24). Desta forma, todas as Universidades estaduais do Paraná estão em greve contra a intenção do governo Beto Richa em não cumprir a Lei da Data Base, aprovada em 2015 e que colocou fim à greve daquele ano. Na assembleia, foi constituído o Comando de Greve que agora assume a organização do movimento, o qual também tem a função de promover a negociação com o governo do estado. (ADUNICENTRO, 2016c)

²⁹⁷ Após um novo acordo com a administração da universidade, em 29 de outubro ocorreu a desocupação do Centro de Convivência, do *campus* Uvaranas.

Nesse contexto da greve, em postagem feita em 19 de outubro, o SESDUEM fez questão de direcionar a crítica ao então secretário de Fazenda Mauro Ricardo, culpando-o pela política de austeridade fiscal que se aproxima do Estado. Segue o trecho da publicação que busca explicar os motivos da greve na UEM:

Porque o Secretário do Planejamento, Mauro Ricardo, impõe aos servidores públicos, passando por cima, inclusive dos/as deputados/as, a ordem do governo federal: APLICAR A PEC 241 NO GOVERNO PARANÁ. Pode-se dizer que somos um estado sem governador e sem deputados, pois o acordo do reajuste foi feito em 2015, teriam que cumpri-lo, mas não há mais representatividade dos deputados/as. Há apenas um Secretário de mãos fortes que aplicará as leis do governo federal. (SESDUEM, 2016a)

Em 20 de outubro, o governo estadual chegou a propor ao Fórum das Entidades Sindicais o firmamento de um “Termo de Acordo” em que se propõe a retirar da LDO o item que veta o direito à recomposição anual da inflação, desde que os movimentos grevistas fossem cessados. Entretanto, insistia em que a referida recomposição estaria condicionada à disponibilidade financeira.

TERMO DE ACORDO GOVERNO DO ESTADO E FÓRUM DAS ENTIDADES SINDICAIS

Em razão das discussões promovidas pelo Governo do Paraná no Fórum Extraordinário das Entidades Sindicais dos Servidores Públicos do Estado - realizado em 19 de outubro de 2016, em Curitiba (PR) - o Poder Executivo assume o compromisso de retirar o item 33 da emenda n.º 43 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), em tramitação na Assembleia Legislativa.

A retirada fica condicionada ao encerramento de movimentos grevistas no serviço público estadual. Ao mesmo tempo, fica aberto canal de diálogo sobre a situação do orçamento do Estado e a possibilidade de concessão de aumento salarial ao quadro funcional no próximo exercício.

Esgotadas as negociações, até o final de novembro, e não havendo uma proposta substitutiva - que atenda requisitos e limitações legais e financeiras - com relação à aplicação de reajuste salarial em 2017, o Governo do Estado tomará as medidas necessárias para manter o equilíbrio financeiro do Estado, respeitando a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). (PARANÁ, 2016)

Quanto a isso, o que se verificou nos documentos pesquisados foi um posicionamento de desconfiança das seções sindicais (e SINDIPROL/ADUEL), uma vez que o termo de acordo nada garantia. O coletivo das seções sindicais do ANDES emitiu uma nota, a versão a que a pesquisa teve acesso e foi publicada pela SESDUEM:

O Fórum das Associações Docentes (ADs) do ANDES-PR está analisando a proposta, e agendou reunião com o líder do governo na ALEP, Luiz Cláudio Romanelli, na segunda-feira à tarde. O entendimento do Fórum é que a proposta de retirada da Emenda nesses termos não garante o cumprimento da Lei 18.493 (reposição da inflação em 2017). Aliás, o Termo de Acordo deixa bem claro que, não havendo proposta substitutiva que atenda o entendimento do governo de que não há recursos para o pagamento do reajuste, a proposta pode voltar à ALEP no final de novembro/2016. O Fórum das ADs tentará abrir outros canais de negociação com o Governo na terça-feira, 25/10. Por isso, o Fórum está direcionando as Associações Docentes a

realizarem as assembleias somente na quarta-feira 26/10/2016. (SESDUEM, 2016b)

O interrompimento temporário pelo governo do trâmite da suspensão da revisão geral anual, que alteraria o Projeto de Lei da LDO, 2017, abriu um curto período de negociações em que o FES e demais sindicatos, por sua vez, concordaram em suspender temporariamente seus movimentos de paralisação. A APP-Sindicato decidiu suspender a greve em assembleia realizada em 31 de outubro.

Após a deliberação em assembleia, o SINDIPROL/ADUEL²⁹⁸ suspendeu temporariamente a greve em 4 de novembro²⁹⁹; com o mesmo expediente de suspensão temporária, a ADUNICENTRO suspendeu a greve em 7 de novembro³⁰⁰; a SESDUEM retomou as atividades no dia 8; o SINDUEPG definiu a suspensão da greve no dia 8, permanecendo em “estado de greve”; os professores da UNESPAR, por sua vez, suspenderam a greve em 7 de novembro, após 21 dias de paralisação³⁰¹. Na maioria das IEES/PR, mesmo após o fim da greve docente, os estudantes permaneceram mobilizados e continuaram com as ocupações.

A seção sindical ADUNIOESTE decidiu, em assembleia realizada em 4 de novembro, suspender a greve. Em nota (Informativo n.º 33/2016, de 7 de novembro de 2016), o sindicato expressou ainda apoio e solidariedade aos movimentos dos estudantes que permaneceram ocupando os *campi* da UNIOESTE.

No entanto, em 17 de novembro, de maneira unilateral rompendo qualquer negociação, Beto Richa reencaminhou à ALEP a emenda modificativa e aditiva ao PL n.º 153/2016 (LDO de 2017) que suspendia o pagamento do reajuste salarial dos servidores³⁰². O argumento do governo era que se daria prioridade ao pagamento de promoções e progressões atrasadas.

O governador Beto Richa utilizou ainda como argumento o “Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal” (que, na época, ainda era um projeto de lei em tramitação do Congresso Nacional)³⁰³ que, em seu art. 4.º, limitava o crescimento anual das despesas primárias correntes.

²⁹⁸ A UENP, mesmo compondo o SINDIPROL/ADUEL, realizou assembleia própria com a sua base e decidiu, já em 25 de outubro, a saída da greve. Foram dez dias em greve.

²⁹⁹ Com retorno às atividades acadêmicas na terça-feira, dia 8.

³⁰⁰ Com retorno às atividades acadêmicas na quarta-feira, dia 9.

³⁰¹ Foram realizadas assembleias simultâneas nos seis *campi* da UNESPAR (Campo Mourão, Curitiba I e II, Paranavaí, Paranaguá e União da Vitória).

³⁰² Ofício OF/CTL/CC n.º 209/2016 – Gabinete do governador.

³⁰³ Posteriormente, em 28 de dezembro, tornou-se a Lei Complementar n.º 156/2016.

Na sequência, ainda em novembro, servidores estaduais buscaram articular com deputados de oposição na ALEP a elaboração e apresentação de uma emenda que garantisse a data-base integral³⁰⁴ a ser paga em parcela única no início de 2017. Simultaneamente, atendendo a uma proposta do FES, deputados elaboraram outra alternativa, propondo esse pagamento em três parcelas até janeiro de 2018. Ambas tentativas foram reprovadas na Comissão de Orçamento da ALEP.

A Lei Estadual n.º 18.907/2016, sancionada em 25 de novembro, aprovou as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2017 e atendeu aos interesses do Poder Executivo no tocante à suspensão da revisão anual (arts. 32 e 33)³⁰⁵. Conforme a Constituição Federal de 1988³⁰⁶, a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta do poder público só podem ocorrer mediante a autorização específica em lei de diretrizes orçamentárias. Uma vez aprovada essa lei, esgotaram-se as alternativas de uma revisão salarial para 2017³⁰⁷.

Caravanas de servidores, entre os quais docentes das seções sindicais do ANDES-SN e SINDIPROL/ADUEL, estiveram presentes à ALEP no dia do primeiro turno de votação, em 22 de novembro. O placar dessa votação atingiu 33 votos a favor e 18 contra. A sequência de votação do PL ocorreu em 24 de novembro de 2016, quando também foi aprovado.

Professores representantes do SINDUEPG, em caravana com as outras seções regionais do Andes/SN, acompanharam a sessão da casa que foi suspensa próximo das 16h00, retomada às 19h40 e que se estendeu até perto de 21h00. Antes mesmo do início dos trabalhos uma liminar do Tribunal de Justiça, concedida pelo desembargador Jorge Oliveira Vargas, notificou a presidência da mesa que retirasse da pauta o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017. Após comunicar a decisão do TJ, o deputado que presidia a mesa, Ademar Traiano (PSDB), concedeu tempo de fala aos parlamentares e em seguida suspendeu a sessão até às 19h30, tempo necessário para recorrer junto ao tribunal e derrubar a liminar.

Ao retomar os trabalhos, e com palavras de ordem dos servidores públicos de 'Fora Beto Richa' e outros que cobravam dos seus representantes o respeito quanto aos direitos dos trabalhadores em repor as perdas salariais, a assembleia decidiu pela aprovação do projeto. Dessa forma, o projeto segue para segunda votação na próxima quinta-feira, dia 24. (SINDUEPG, 2016d)

³⁰⁴ A defesa pelo pagamento integral do índice estava sendo feita, prioritariamente, pelas seções sindicais do ANDES-SN.

³⁰⁵ As seções sindicais das IEES/PR organizaram caravanas para participar da votação em Curitiba e pressionar os deputados estaduais.

³⁰⁶ Art. 169, § 1.º, inciso II.

³⁰⁷ A Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 5.641, proposta pelos sindicatos de servidores estaduais (entre os quais o ANDES-SN), acabou por ser julgada extinta e sem resolução do mérito pelo STF.

No fim, a greve dos servidores estaduais de 2016 não alcançou os resultados esperados, ampliando o sentimento de pessimismo sindicalista ante o cenário que se instaurava. Cabe lembrar que, em âmbito nacional, esse mesmo ano foi marcado pela consolidação do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT), o que, de certa forma, configurou-se como um duro golpe nas pretensões políticas da esquerda brasileira.

Ante o cenário que se construía, sobretudo com a entrada de Michel Temer (PMDB) à presidência do país, as pautas mais amplas às quais as seções sindicais das IEES/PR dedicaram importante atenção na sequência foram o “Teto dos Gastos” e as reformas da Previdência Social e Trabalhista – todas consolidadas nos anos seguintes³⁰⁸. Essa agenda de mobilização seguia o calendário proposto pelo próprio ANDES Nacional, em conjunto com demais organizações/centrais sindicais do país, e, ainda em 2016, foram verificadas inúmeras greves nas Intuições de Ensino Superior do país (sobretudo nas IFES).

No intuito de refletir sobre a greve de 2016, o SINDIPROL/ADUEL publicou, em 4 de dezembro, um balanço do movimento. Segue o trecho final da nota:

Embora a decisão do governo adie indefinidamente o direito constitucional de reposição anual dos nossos vencimentos, a luta não está encerrada. Permanecem em aberto o julgamento dos procedimentos adotados pela ALEP para aprovar a mensagem do governo e as ações judiciais que proibem alterações da lei, cujas liminares foram cassadas pelo presidente do TJ. Há ainda ações de inconstitucionalidade sendo elaboradas por parlamentares e sindicatos.

A reconstituição do Comitê Paranaense em Defesa da Universidade Pública, defendida por diversos segmentos, é uma necessidade para solucionar o problema da dispersão dos movimentos no interior das universidades.

Internamente, a organização dos docentes se dará através da consolidação do Conselho de Representantes de Base, ampliando sua intervenção cotidiana e reforçando a atividade sindical.

Todas estas ações têm a finalidade de fortalecer o movimento das universidades e do funcionalismo, que, inevitavelmente, retomarão a iniciativa no ano que vem, em que haverá uma tendência de afrouxamento do controle político do governador Beto Richa sobre o conjunto do aparato estatal. (SINDIPROL/ADUEL, 2016b)

Destaca-se, no documento publicado, a importante ação de reconstituição do Comitê Paranaense em Defesa da Universidade Pública, numa busca pela organização e ampliação do trabalho articulado, sobretudo no interior das universidades. Historicamente são verificados elementos de disputa política no interior do sindicalismo das IEES que dificultam, por vezes, a consonância de

³⁰⁸ Emenda Constitucional n.º 095/2016 e 103/2019; Lei Federal n.º 13.467/2017.

interesses/objetivos de sindicatos mistos/técnicos³⁰⁹ e seções sindicais do ANDES-SN.

A própria concepção de diferentes sindicatos no interior de uma mesma IEES divide opiniões. Entre os entrevistados, foram verificadas posturas que defendiam, em um mundo ideal, a necessidade de uma luta conjunta (todos em um mesmo sindicato) e outros que declararam ser importante essa diferenciação, considerando as especificidades dos sujeitos e das lutas.

E assim, independente de cada objetivo de cada sindicato são lutas em alguns momentos até elas se unem que são lutas pelos servidores, mas a carreira de professor tem suas particularidades que a carreira do técnico não contempla. Eu acho muito difícil para o sindicato misto atuar nas duas frentes. Porque a carreira do professor tem a sua complexidade assim como a carreira do técnico também tem a sua complexidade. [...] Acho que cada um deveria mesmo ter o seu sindicato e atuar naquela frente e essa grande diferença entre nós é bastante complicada porque se a gente precisa brigar ou bater de frente ou reivindicar certas questões que é para pessoa que deu o cargo comissionado, e se ela tira o cargo comissionado? É muito difícil isso, eu não vejo uma possibilidade de atuação conjunta nesse sentido. Agora, claro que as lutas estaduais [relativas a todo o conjunto dos servidores] que as pessoas participam em conjunto, cada um com a sua pauta. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL ADUNICENTRO 1)**

Sem vistas a esgotar o assunto, que renderia páginas de reflexão/debate, torna-se imperativo apontar as diferenças de concepção política e sindical que permeiam esses sindicatos nas IEES e que, por vezes, são agentes de dissonância. A começar pela forma que o ANDES-SN organiza a sua estrutura e se diferencia dos demais sindicatos. Entre esses pontos de organização, podem-se destacar: a impossibilidade de reeleição de um diretor para o mesmo cargo e a recondução de qualquer membro por mais de uma gestão consecutiva, impedindo a personificação do sindicato em determinado líder/dirigente; a impossibilidade de que docentes que detêm cargo comissionado na administração da universidade concorram a cargo na diretoria do sindicato; oposição à dispensa do diretor de suas funções docentes, na busca que esse não se desvincule de sua base social. Especialmente esse último item tem sido muito debatido pelos docentes sindicalistas, levando em conta que, cada vez mais, se considera a dificuldade de conciliação da luta sindical com as demais (e elevadas) atribuições da vida docente³¹⁰.

³⁰⁹ A diferenciação se faz necessária aqui, uma vez que o Sindicato dos Servidores Públicos Técnicos Administrativos da UEL (ASSUEL) corresponde a um sindicato exclusivo de técnicos-administrativos.

³¹⁰ Como já foi apresentado anteriormente na pesquisa (Capítulo 4), no contexto das seções sindicais das IEES/PR, apenas o SINDUNESPAR permite liberação parcial (50% das atividades desempenhadas em ensino, pesquisa e extensão) de seu presidente para exercer a função no sindicato.

Outro ponto, talvez o principal, pode ser exemplificado pela fala abaixo do professor entrevistado. O teor da sua argumentação apresenta importantes elementos de concepção político-sindical que inviabilizam (por vezes, aniquilam) qualquer tipo de aproximação mais substancial no cotidiano da luta:

[...] o ideal é que quanto mais unida for a classe trabalhadora mais força ela tem para lutar pelos seus direitos. A questão é que a gente precisa compreender a história local, essa separação tem a ver com uma forma de luta política do SINTESPO que é muito de negociação, de posição reformista, de posição conciliadora, seja na gestão política local (da própria universidade), seja em relação ao governo mesmo estadual. Então, a maneira de se fazer a luta política é muito distinta. Em alguns momentos que eu presenciei de greve nós tentamos o máximo possível essa aproximação. Tivemos uma série de dificuldades, situações muito difíceis e constrangedoras no sentido de posição política mesmo, de como conduzir a luta. Eu vejo que o SINTESPO é muito mais conservador nas estratégias de luta, vai muito pela negociação, pelos acordos, que nem sempre contribui para a conquista de direitos e acabam por fragilizar ainda mais a categoria pela disponibilidade de entender sempre os argumentos e aceitar os argumentos do governo estadual. (**EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDUEPG 2**)

Para um ex-dirigente do SINDIPROL/ADUEL, o que ocorre nessa relação entre os diferentes sindicatos dentro da mesma IEES pode ser entendido ainda como uma disputa sobre representatividade sindical no interior da universidade.

É muito triste isso aí. E essa disputa prejudica, é claro, a universidade. Então o ideal mesmo seria hoje reunir sindicatos e técnicos e separados dos docentes. Eu já sonhei que fosse tudo uma coisa só. (**EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDIPROL/ADUEL 2**)

Há ainda, sem dar aqui a devida profundidade de que o assunto necessita, diferenças políticas expressas na vinculação partidária das diretorias. Em um dos casos, foi verificado, pela fala de um professor entrevistado, que, no período em que sindicato misto possuía uma diretoria vinculada à CUT e o sindicato docente, da mesma IEES, havia uma diretoria com a vinculação à CONLUTAS, o diálogo e as ações conjuntas entre eles eram frágeis, quase inexistentes. Esse fato mudou quando assumiu o sindicato docente uma diretoria mais ligada à CUT, situação que, segundo o entrevistado, possibilitou o estreitamento das relações a uma articulação sindical mais robusta com, inclusive, mobilizações e pautas em comum.

A compreensão acerca da potencialidade de uma luta conjunta entre os diferentes sindicatos no interior das IEES/PR é o que demonstra a importância da recuperação do referido Comitê Paranaense em Defesa da Universidade Pública que, como veremos a seguir, foi uma relevante frente política para o estabelecimento da Lei do TIDE.

A própria greve de 2016 foi capaz de demonstrar a potencialidade/limitação desse trabalho conjunto, pois foi possível verificar nela situações em que os servidores

não conseguiram estruturar um movimento coeso e com lutas coordenadas. Como no caso da UEPG, em que o SINTESPO suspendeu a greve, ao passo que o SINDUEPG permaneceu na greve³¹¹.

Ademais, no contexto da greve/ocupações na UEL, foi possível verificar a preocupação do SINDIPROL/ADUEL à situação dos alunos. Segue a nota “Comunicado do Comando de Greve Docente sobre a Greve Estudantil e as Ocupações na UEL”, de 7 de novembro de 2016:

O Comando de Greve dos Docentes, reunido em 7 de novembro, avaliou as dificuldades que o movimento de greve dos estudantes enfrenta para que a reitora da UEL atenda suas demandas.

Em face dessas dificuldades, o Comando Docente defende que a Reitoria negocie franca e sinceramente com os estudantes as suas reivindicações, pois estas são orientadas à defesa de universidade pública e gratuita e à garantia de direitos.

Considera também imprescindível que qualquer mediação ou discussão sobre a manifestação estudantil a que forem convidados os docentes, seu sindicato ou seu comando de greve, deve necessariamente contar com a presença dos estudantes que são os sujeitos da ação política.

O Comando de Greve Docente também defende – como já foi colocado à Reitora e esta havia se comprometido no dia 4 de novembro ao final da assembleia – a imediata convocação do CEPE e das Câmaras para reorganizar o calendário escolar, de modo a não causar nenhum prejuízo aos estudantes nem aos docentes.

Reafirmamos as deliberações de nossa assembleia do dia 4 de novembro que deliberou pela defesa da ‘autonomia do movimento estudantil e suas formas de organização’ e, ao mesmo tempo, ‘rejeita a criminalização do movimento, qualquer repressão e punição dos estudantes’. (SINDIPROL/ADUEL, 2016a)

Esclarece-se que, além da utilização dos instrumentos históricos de desmobilização (intimidação policial, judicialização e uso da mídia para desqualificação/criminalização), algumas reitorias fizeram uso do calendário acadêmico como forma de pressionar o fim das ocupações estudantis. A estratégia de interromper tardiamente o calendário acadêmico naquele contexto acabou prejudicando ainda mais os estudantes e enfraquecendo a organização do movimento. Esse foi o caso da UEL, ao passo que o SINDIPROL/ADUEL fez a denúncia:

Particularmente perniciosa foi a postura da reitoria de, logo no começo do movimento, não ter interrompido o calendário acadêmico – o que foi feito em outras universidades – e, ainda, negligenciar o movimento dos estudantes, dele se ocupando somente após o encerramento da greve dos docentes. Não bastasse isso, permitiu-se ser pressionada (e agiu) no sentido de não negociar, criminalizar e reprimir o movimento estudantil. Essa orientação se materializou no INTERDITO PROIBITÓRIO impetrado contra os estudantes.

³¹¹ Entre os vários pontos disso, imagine-se a mensagem confusa que foi passada à sociedade (inclusive alunos), quando, em um contexto de greve, a estrutura da universidade segue funcionando normalmente (portões abertos, salas com luzes acesas e servidores técnico-administrativos trabalhando).

A reitoria ignorou os apelos dos docentes nas assembleias, que democraticamente deliberaram no sentido de não criminalizar o movimento e nem prejudicar os setores em greve, fossem eles de docentes, técnicos ou discentes. E ainda, na última semana, renunciou explicitamente a exercer a autonomia universitária ao sucumbir às pressões de setores conservadores, inclusive do Judiciário e Ministério Público, no sentido de penalizar os estudantes. (SINDIPROL/ADUEL, 2016b)

O SINDIPROL/ADUEL chegou a, inclusive, enviar um ofício (Ofício n.º 65/2016, de 26 de outubro de 2016) à reitora da UEL, informando a decisão da assembleia docente acerca da necessidade de suspensão do calendário escolar da graduação e pós-graduação. Assim, a solicitação era que o assunto fosse pautado na próxima reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE).

As ocupações nas IEES/PR e a greve dos estudantes se estenderam ainda por quase todo o mês de novembro, demonstrando a autonomia do seu movimento. É evidente que o fim da greve dos servidores enfraqueceu o movimento dos estudantes. O prolongamento de uma greve é também outro fator histórico de desmobilização.

No geral, o ano de 2016 foi de intensas mobilizações do sindicalismo docente das IEES/PR. O imbricamento da greve docente com a mobilização dos demais servidores estaduais e estudantes revela que o terreno das disputas políticas é composto por diversos atores, que por vezes podem unir esforços em torno de objetivos equivalentes.

Sobre a relação entre seções sindicais e os movimentos de ocupação (escolas e universidades), foram verificados esforços de aproximação das seções sindicais do ANDES-SN às mobilizações estudantis, a exemplo de uma ação conjunta realizada entre a seção sindical ADUNIOESTE e estudantes:

Hoje, 24 de outubro, dia Nacional de Luta contra a PEC, fizemos junto com estudantes universitários e secundaristas uma grande panfletagem em diversos pontos da cidade para alertar a população sobre o perigo que a aprovação da PEC 241 representa para o SUS e o direito a saúde pública. O comando de greve agradece a todos que compareceram, especialmente os jovens estudantes do Colégio Eron Domingues pela participação nesta atividade. (ADUNIOESTE, 2016)

Além da manifestação pública de solidariedade, a que consideravam um movimento autônomo e legítimo, foram verificadas situações em que representantes dos sindicatos docentes das IEES/PR visitaram ocupações, participaram de negociações com administrações e organizaram coleta de doações de alimentos, produtos de limpeza e cobertores para estudantes das ocupações. Houve ainda situações de oferta de assessoria jurídica para os casos de alunos que,

posteriormente, passaram a receber notificações de processos judiciais pela Justiça do Estado do Paraná pelo envolvimento nas mobilizações.

Enfim, por um curto período de tempo, foi possível verificar, na greve de 2016, uma atuação articulada entre esses diferentes sujeitos³¹². No caso da pauta sobre a data-base dos servidores, ficou evidenciado que o funcionalismo estadual não conseguiu organizar um movimento suficientemente forte para fazer frente ao governo Richa (e sua extensão no interior da ALEP).

6.2.4 O papel das seções sindicais na aprovação Lei Estadual n.º 19.594/2018 (Lei do TIDE)

Ademais do que foi apresentado anteriormente, o ano de 2016 trouxe ainda outra demanda importante para o conjunto dos docentes das IEES/PR. Em junho do referido ano, um Acórdão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná trouxe a interpretação do TIDE como uma gratificação.

No movimento de Uniformização de Jurisprudência, o Acórdão n.º 2.847/2016, do Tribunal Pleno, defendeu o TIDE por “tratar-se de vantagem de natureza transitória e contingente”. Uma gratificação condicionada às demandas da instituição de ensino superior para as atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão e, ainda, à disponibilidade orçamentária e financeira de pessoal da instituição. (PARANÁ, 2016b)

Essa questão exigiu um movimento de articulação do movimento docente organizado das IEES/PR a fim de que fosse criado um mecanismo legal que garantisse não haver nenhuma brecha para essa interpretação. O TIDE como gratificação implica em importantes perdas salariais, especialmente no momento da aposentadoria do docente. Acaba ainda sendo um risco de decréscimo financeiro no momento de inatividade, como o caso de licenças médicas.

É justamente sobre esses esforços de organização e articulação das seções sindicais do ANDES-SN e do SINDIPROL/ADUEL em torno da Lei do TIDE que este tópico se debruçará, no intuito de evidenciar o papel político de docentes sindicalistas na construção de uma lei que trouxe importantes garantias ao conjunto dos professores das IEES/PR.

³¹² Nos movimentos de mobilização conjunta, eram comuns as palavras de ordem: “A nossa luta unificou! É estudante, funcionário e professor!”

É desnecessário tratar sobre a repercussão negativa que o referido acórdão do TCE-PR trouxe ao conjunto dos docentes das IEES/PR, especialmente aqueles que estavam em vias de realizar os respectivos pedidos de aposentadoria. A angústia diante desse cenário exigiu uma mobilização política e de âmbito judicial, a fim de buscar recorrer judicialmente ante a decisão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Na análise política da situação, em postagem no seu site oficial, o SINDUEPG denuncia essa questão no que entende ser parte de “um projeto de desmonte do sistema de ensino superior público”:

Desde junho de 2016, quando o TCE resolveu reinterpretar a lei da carreira docente das IEES/PR, os processos de aposentadorias encaminhados foram devolvidos pela ParanaPrevidência a fim de que fossem recalculados o tempo do TIDE e fossem desmembrados outros itens do salário base (na UEPG 36 professores se encontram nessa situação). Tal artifício alterou para baixo o valor da remuneração. Essa decisão de reinterpretar a lei é equivocada e perniciosa, estando em desacordo com a filosofia inerente à atividade docente no Ensino Superior. Dessa forma os sindicatos e a APIESP ingressaram com pedido de revisão dessa decisão. Segundo a Direção do Sinduepg, a questão que envolve as IEES do PR como um todo é apresentada para a população como uma ‘queda-de-braço’ entre governo e professores, quando na verdade os ataques (tanto à carreira docente, quanto à autonomia de gestão universitária) fazem parte de um projeto de desmonte do sistema de ensino superior público do estado. ‘Nós estamos sob ataque porque há um projeto que prevê a privatização do ensino superior, como está ocorrendo em outros setores no país. A nossa luta é de resistência para garantir os direitos conquistados pelos docentes, os quais sustentam diretamente a excelência das nossas universidades estaduais, patrimônio de todos os paranaenses’, avalia Rosângela Petuba, presidente do Sinduepg. (SINDUEPG, 2017)

O contexto dessa postagem ocorreu logo após um novo revés dos docentes das IEES/PR, em 2017, por meio de um recurso interposto pela APIESP que buscava reverter a situação junto ao TCE-PR. A Sessão Ordinária n.º 24, do Tribunal Pleno, realizada em 27 de julho de 2017, manteve a interpretação do Tribunal quanto ao TIDE ser uma gratificação³¹³.

Da constatação dessa derrota junto ao TCE-PR, seções sindicais e SINDIPROL/ADUEL passaram a concentrar seus esforços na elaboração e encaminhamento à ALEP de um Projeto de Lei para tratar do TIDE docente, reafirmando, com clareza, que o TIDE é regime de trabalho³¹⁴ e lembrando que,

³¹³ Considerando a angústia que a referida pauta trazia, representantes dos sindicatos docentes da IEES/PR estiveram presentes em Curitiba, acompanhando essa sessão de votação.

³¹⁴ Reforça-se que a ideia não era criar uma lei que transformasse o TIDE em regime de trabalho, mas sim uma lei cujo texto deixasse definitivamente claro essa questão. Não possibilitando mais nenhum tipo de brecha para interpretação diferente do que já se entendia entre os docentes das IEES/PR.

conforme apresentado no capítulo anterior, em setembro de 2013 já foram verificadas tentativas dos sindicatos docentes das IEES/PR (conforme documento protocolado na SETI) de uma revisão por meio da Lei Estadual n.º 14.825/2005, com vistas a consolidar essa compreensão do TIDE como regime de trabalho, e não como gratificação.

Desse movimento, é importante destacar, somaram esforços à pauta docente a APIESP e os demais sindicatos de servidores das IEES/PR, representados pelo Comitê em Defesa do Ensino Superior Público do Paraná. Já em maio de 2017, foi possível verificar encontro da SETI, na pessoa do secretário João Carlos Gomes, com os sindicatos que integram o comitê para a apresentação de proposta de alteração na carreira dos docentes e a questão do TIDE (ADUNICENTRO, 2017). Em 8 de agosto de 2017, docentes e técnicos das universidades estaduais que integram o supracitado Comitê reuniram-se com o secretário professor João Carlos Gomes novamente em Curitiba.

Essa organização conjunta entre servidores e APIESP demonstrou, na ocasião, uma postura mais unificada no interior das IEES/PR. Talvez fruto de um aprendizado adquirido após o insucesso da greve anteriormente ocorrida em 2016. Abaixo um trecho da publicação feita no site do SINDIPROL/ADUDEL, em 9 de agosto:

No dia 8 de agosto (terça-feira) os sindicatos representantes dos docentes e de técnicos das universidades estaduais do Paraná, integrantes do Comitê em Defesa do Ensino Superior Público do Paraná, reuniram-se na SETI, a partir das 14h30, com o secretário prof. João Carlos Gomes para tratar do TIDE Docente e do Meta 4. Quanto ao TIDE docente os sindicatos manifestaram a necessidade de o governo encaminhar à Assembleia Legislativa o projeto de lei formulado pela SETI para afastar qualquer interpretação equivocada dos dispositivos legais que possam descaracterizar o TIDE como regime de trabalho, a exemplo do Acórdão nº 2.847/2016 do Tribunal de Contas do Estado. O secretário esclareceu que a Procuradoria Geral do Estado (PGE) produziu uma análise da minuta do projeto de lei e sugeriu algumas modificações pontuais na minuta. Os assessores da SETI estão analisando as sugestões apresentadas pela PGE e adequando, se necessário, a minuta do projeto de lei de modo a garantir sua essência, a garantia do TIDE como regime de trabalho, afastando qualquer interpretação equivocada dos dispositivos legais que regulamentam a carreira docente. Segundo o secretário, a assessoria da SETI deve concluir a análise das sugestões apresentadas pela PGE e reenviar a minuta para a Casa Civil, que deve dar sequência à tramitação do projeto junto às demais instâncias do governo. Inquirido a respeito da data provável do envio do projeto à Assembleia Legislativa (ALEP) pelo governador, o secretário respondeu que o governador está ciente da necessidade do envio do projeto à Assembleia Legislativa para superar o impasse criado a partir do acórdão do Tribunal de Contas e 'a SETI está trabalhando para que isso ocorra o mais rápido possível e a expectativa da SETI é que o projeto seja enviado à ALEP no final de agosto ou começo de setembro'. (SINDIPROL/ADUDEL, 2017b)

A partir de então, iniciaram-se os esforços pela construção da minuta de lei que contemplasse os vários interesses em disputa, um dos quais se referia aos anos de contribuição com TIDE para levar esse valor ao cálculo da aposentadoria. Entidades sindicais docentes defendiam um período dez anos de contribuição no Regime TIDE para se aposentar, ao passo que o governo estadual buscava estabelecer esse período em 15 anos.

O comitê (o qual contava com a participação ativa das seções sindicais do ANDES-SN e do SINDIPROL/ADUEL) e APIESP convergiram forças para buscar pressionar o governo Richa em torno dessa questão. Verificaram-se diversos encontros, reuniões, mobilizações ocorridas no período que contempla 2017 e 2018³¹⁵. Em 6 de junho de 2017, por exemplo, os reitores das sete IEES/PR reuniram-se com o secretário da SETI e, posteriormente, com o governador Beto Richa. O objetivo, entre outros, era tratar a questão do TIDE, conforme trecho da nota oficial da APIESP publicada no site da UEPG³¹⁶:

O Governo se compromete a acelerar a tramitação e a articulação para avançar o projeto de lei proposto pela Secretaria de Estado da Ciência e Ensino Superior (SETI), que assegura o TIDE (Tempo Integral e Dedicção Exclusiva) como regime de trabalho na carreira docente. (UEPG, 2017)

Em 11 de maio de 2017, no que talvez possa ser considerado o maior ponto de convergência da comunidade acadêmica paranaense (sobretudo, servidores, reitores e estudantes) em defesa da universidade pública paranaense no período Richa, foi realizada em Londrina uma reunião com representantes dos conselhos universitários e os reitores das setes IEES/PR³¹⁷. Organizada pelo Comitê em Defesa do Ensino Superior Público do Paraná, a reunião culminou com a elaboração de um documento denominado “Carta de Londrina”. O trecho abaixo faz menção à questão do TIDE, considerado como um ponto de ataque de governo e Tribunal de Contas do Estado:

Para restringir a apenas dois aspectos mais recentes desse ataque, um do Governo e outro do TC, cumpre-nos destacar a ação que objetiva descaracterizar o TIDE docente como Regime de Trabalho e firmá-lo como gratificação de caráter transitório. Tal medida, assentada na interpretação forçada da lei, pode ferir de morte a estrutura desse sólido sistema de Educação, Ciência e Tecnologia, conduzindo à precarização do trabalho com regimes parciais de atuação docente, transformando as Universidades em

³¹⁵ É possível citar que anteriormente, novembro de 2016, SINDIPROL/ADUEL, ADUNICENTRO e SESDUEM elaboraram um memorial na busca pela revisão do Acórdão n.º 2.847/2016. No documento (que passou a integrar o Processo n.º 806898/15), são elencados diversos pontos e justificativas jurídicas para a compreensão do TIDE como regime de trabalho.

³¹⁶ Naquele momento, o reitor da UEPG era o presidente da APIESP, assim, por vezes, foram verificadas notas oficiais dessa associação publicadas no site dessa universidade.

³¹⁷ A íntegra da reunião de 11 de maio de 2018 está disponível no Canal do SINDIPROL/ADUEL no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=yWgEuT6yxm4>. Acesso em: 28 jun. 2022.

instituições unicamente de ensino, sem possibilidades do desenvolvimento da pesquisa, da extensão e da inovação. (SINDIPROL/ADUEL, 2017a)

Com o objetivo de debater a questão do reconhecimento do TIDE como regime de trabalho, a Comissão de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da Assembleia Legislativa do Paraná promoveu reunião, em 24 de outubro de 2017, com professores e representantes dos sindicatos dos docentes das universidades estaduais. Segue trecho da publicação no site oficial da ALEP:

Ocorre que uma recente decisão do Tribunal de Contas do Estado (TCE), reconhecendo ao TIDE um caráter de gratificação transitória, vem gerando impasses e trazendo insegurança aos professores, pois não mais incidiria na base do cálculo salarial, o que, conforme os interessados, representaria substanciais perdas na carreira do magistério superior.

Segundo o presidente do Sindicato dos Docentes da União (Adunioeste), Luiz Fernando Reis, o Poder Executivo já teria elaborado um projeto de lei corrigindo e pacificando a situação. 'Esta questão vem sendo tratada apenas na esfera administrativa e precisamos de uma segurança legislativa para o caso. Há um entendimento equivocado do Tribunal de Contas sobre o TIDE e queremos que o governo corrija isso, pois sempre houve o entendimento de que o TIDE fazia parte do regime de trabalho', disse.

Representantes das universidades estaduais de Maringá (UEM), Ponta Grossa (UEPG), Londrina (UEL) e da União (Adunioeste) ressaltaram que aguardam a manifestação por parte da Casa Civil sobre o tema, uma vez que houve uma reunião no dia 4 de outubro com os sindicatos. "Foi dado um prazo de 20 dias para que o governo analisasse a questão. E hoje vence esse prazo. Nosso objetivo é que isso se resolva, porque temos cerca de 300 docentes em processo de aposentaria suspenso, em razão do imbróglio", afirmou Reis.

Os deputados Nereu Moura (PMDB), Evandro Araújo (PSC), Marcio Pacheco (PPL), Ademir Bier (PMDB), Requião Filho (PMDB), Nelson Luersen (PDT), Professor Lemos (PT) e Péricles de Mello (PT) também participaram da reunião, além do presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, deputado Tercílio Turini (PPS), que igualmente coordena a Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Estaduais. "Precisamos dialogar com o governo para saber sobre esse assunto, uma vez que foi dado um prazo para uma posição resolutiva. É preciso que se assumam a responsabilidade e que se este projeto de lei já está sendo elaborado, que venha o quanto antes para a Assembleia, porque os professores universitários não podem ficar nessa insegurança e com receio de violação dos direitos já conquistados. O TIDE é um regime de trabalho, não apenas uma gratificação, e precisa ser respeitado como tal", avaliou Turini. (ALEP, 2017)

Na mesma data, 24, aproveitando a presença das representações sindicais em Curitiba, foi realizada pela manhã uma reunião do movimento docente das IEES/PR com a liderança do governo na ALEP, deputado estadual Luiz Claudio Romanelli. O movimento pediu celeridade no processo, reivindicando que o PL seja encaminhado à ALEP até o dia 30 de outubro de 2017. Ainda nesse dia, pela tarde, foi realizado um encontro de representações sindicais docentes com o diretor-presidente do ParanaPrevidência Wilson Quintero, que responde por uma das pastas responsáveis por enviar parecer acerca do impacto atuarial do referido PL às contas do governo. (SINDUEPG, 2017b e SINDUEPG, 2017c).

Descrevendo a reunião em que estiveram presentes representações da ADUNIOSTE, SINTEEMAR, SINDUNESPAR e Regional SUL do ANDES, a professora e diretora do SINDUEPG, Rosângela Petuba, assim se pronunciou sobre esse encontro (o que se demonstra abaixo é um trecho transcrito do vídeo publicado):

Fomos recebidos pelo presidente do Paraná Previdência, pela pessoa responsável pelo parecer jurídico e pela pessoa responsável pelo parecer previdenciário do Projeto de Lei. O que o Wilson Quinteiro nos disse? Nos foi dito que eles estavam convencidos de que não havia impacto atuarial previdenciário desse PL. [...] O Wilson Quinteiro disse que haveria, após a entrega desses pareceres, uma reunião da SETI, João Carlos Gomes, com o governador e ele. Que estariam apenas os três nessa reunião e que ele defenderia esse parecer favorável ao PL. Foi uma reunião com uma expectativa muito boa. Concretamente foi a primeira vez que nós saímos com uma esperança mais concreta de lá. (SINDUEPG, 2017c)

Paralelamente a esse movimento de articulação política à ALEP, em janeiro de 2018, a ADUNICENTRO e o SINDIPROL/ADUEL obtiveram liminar³¹⁸ do Tribunal de Justiça do Paraná, que suspendeu dois acórdãos do TCE-PR até o julgamento do mérito da questão. A liminar garantiu a incorporação integral dos vencimentos do Regime TIDE aos professores em processo de aposentadoria. Em nome das demais seções sindicais, a Assessoria Jurídica da Regional Sul do ANDES-SN ingressou, logo na sequência, com mandado de segurança, buscando que o mesmo direito também se aplicasse aos demais docentes das IEES do Estado³¹⁹. (ANDES-SN, 2018)

O Projeto de Lei final (PL n.º 362/2018) chegou à ALEP, apenas em 26 de junho de 2018, alcançando quase o período de um ano completo desde a Sessão Ordinária n.º 24 do Tribunal Pleno, em julho de 2017, que manteve a interpretação do tribunal quanto ao fato de o TIDE ser uma gratificação. Pode-se inferir que, nesse período, foram travadas disputas em torno do que seria, ou não, contemplado no texto final a ser aprovado pelo Legislativo³²⁰. Além dessa questão, havia a morosidade com a qual o PL tramitava nos espaços governamentais, a exemplo do prolongado tempo em que ficou parado na Casa Civil³²¹.

³¹⁸ Mandado de Segurança n.º 1.746.415-2, do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Relator: Desembargador Antônio Loyola Vieira.

³¹⁹ O Mandado de Segurança n.º 1746013-8 foi deferido, em junho de 2018, pela desembargadora Lenice Bodstein do Tribunal de Justiça do Paraná.

³²⁰ No processo de busca pela consolidação legal do TIDE como regime de trabalho, foi possível verificar a existência de outro PL (n.º 243/2017), de autoria dos deputados estaduais Evandro Araújo e Tercílio Turino, cuja tramitação não avançou na ALEP.

³²¹ A justificava dada pela demora tinha relação com a necessidade de que fossem enviados pareceres do ParanaPrevidência e da SEFA quanto ao impacto atuarial do PL junto às contas do governo.

Após esse processo de elaboração de um texto para a lei, iniciavam-se as articulações para que fosse levada à votação da Plenária da ALEP o mais rápido possível. A relatoria ficou a cargo do deputado estadual Luiz Claudio Romanelli (PSB)³²². As seções sindicais acreditavam que o projeto seria votado nos próximos dias – inclusive o PL tramitava em “regime de urgência” na ALEP. O contexto de transição do governo potencializava a crença de um momento novo em que essa questão pudesse avançar.

Na postagem, “Projeto do TIDE será votado na ALEP nas próximas semanas”, de 20 de junho de 2018, o SINDUEPG ressaltou a questão do TIDE como importante pauta das seções sindicais daquele momento:

A questão do TIDE é um dos pontos de pauta da luta do movimento docente desde quando o ex-governador Beto Richa (PSDB) acumulou ações para modificar seu entendimento histórico e respaldado em lei. Assim, em sua estratégia de desmonte das universidades públicas do Estado do Paraná, o governo Richa atacou um dos alicerces fundamentais da carreira docente, tentando levar o TIDE de um regime de trabalho para uma gratificação, portanto de caráter transitório e eventual. (SINDUEPG, 2018a)

A mesma seção sindical, no entanto, criticava que a proposta de lei que se criou foi gestada na SETI e não foi suficientemente debatida pelo conjunto dos professores das IEES/PR. “A última redação não chegou sequer a ser publicizada antes de ser apresentada para apreciação dos deputados”, disse a postagem de desaprovação do SINDUEPG em 17 de julho de 2018. A seção sindical, em assembleia docente realizada em 2 de julho de 2018, chegou a rejeitar por unanimidade o projeto de lei, especialmente pelo desconhecimento e impossibilidade de debater seu texto. (SINDUEPG, 2018b)

A Mensagem n.º 28/2018, de 25 de junho de 2018, da governadora Cida Borghetti, que acompanhava o documento da PL n.º 362/2018, destacava a proposta de requalificar o conceito do regime de TIDE:

Assim, o presente Projeto de Lei visa requalificar o conceito do regime de TIDE, com o objetivo de se reafirmar que o referido regime de trabalho se caracteriza pela proibição ao docente que trabalhe sob este regime de manter acumulação remunerada de cargos públicos ou de desenvolver outra atividade remunerada regular, além de estimulá-lo a atuar com exclusividade no âmbito das IEES. A presente proposta visa retificar a distorção existente no sistema atual, no que concerne aos reflexos previdenciários do Regime de Trabalho de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, ao estabelecer uma regra de transição a qual harmoniza o recebimento da integralidade dos vencimentos com o princípio da contributividade previdenciária, provendo sustentabilidade financeira ao sistema.

³²² Na ocasião, a liderança do governo na ALEP não estava mais a seu cargo, e sim com o deputado estadual Pedro Lupion (DEM).

Em 28 de junho, o PL recebeu o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça; em 2 de julho foi a vez da aprovação ante as Comissões de Finanças e Tributação e Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da Casa Legislativa. Na tramitação da ALEP, o PL sofreu substanciais alterações, a principal ocorreu por meio de um “Substantivo Geral ao Projeto de Lei n.º 362/2018”, de 2 de julho de 2018, e sob a autoria do deputado estadual Luiz Claudio Romanelli.

O PL do TIDE foi aprovado pela ALEP em sessão realizada em 3 de julho de 2018. O texto foi aprovado em segundo turno de votação, havendo uma expressiva contagem de 40 votos favoráveis e apenas um contrário. A partir de então, porém, a matéria passaria pela sanção/veto da governadora do estado.

O PL n.º 362/2018 foi de iniciativa do Poder Executivo, no entanto esse mesmo Poder Executivo, por intermédio da governadora Cida Borghetti³²³, vetou diversos artigos da lei já aprovados na ALEP. O texto do veto na íntegra (Ofício OF/CTL/CC n.º 195/2018 – Gabinete da governadora) está disponível na Edição n.º 10.230 do Diário Oficial do Estado do Paraná, de 13 de julho de 2018.

De forma geral, elaborado em 12 de julho, o documento sugeriu o veto integral dos arts. 2.º, 3.º, 4.º, 5.º e 7.º (inciso I e II), do “Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n.º 362/2018”, apresentado na Assembleia Legislativa do Paraná. No caso dos referidos vetos, a governadora argumentou que seguia as manifestações da Procuradoria Geral do Estado (Informação n.º 121/2018-ATJ/GAB).

Sobre o Ofício n.º 195/2018, que trata sobre o veto parcial ao PL n.º 362/2018, a APIESP se manifestou por meio do documento “Ponderações sobre os argumentos da PGE que motivaram o veto à Lei do TIDE”, de 17 de julho de 2018. No documento, a APIESP defendeu o texto do substitutivo, visto que muito do que se tem nele já estava previsto em legislação estadual, não gerando aumento de despesa nem sendo inconstitucional.

Na 68.ª Sessão Ordinária da ALEP, em 14 de agosto de 2018, o Ofício n.º 195/2018 (Veto parcial ao PL n.º 362/2018) entrou em votação. Foram 33 votos contrários ao veto, uma abstenção e nenhum a favor. Como resultado, o veto da governadora não foi aprovado pelo Legislativo, prevalecendo o texto aprovado na sessão de 3 de julho.

³²³ Que assumiu o governo estadual em abril de 2018, com a saída de Beto Richa para concorrer ao Senado Federal.

No geral, mesmo reprovados, os vetos da governadora Cida Borghetti podem ser considerados mais um episódio da desgastada relação entre a gestão 2011 e 2018 com os professores universitários e o sistema estadual de ensino superior, num todo.

Dessa questão dos vetos, há de se registrar uma dissonância de avaliação no meio sindical docente advinda do SINDUEPG. Em assembleia realizada pela seção sindical em 2 de agosto de 2018, os docentes da UEPG deliberaram pela defesa dos vetos parciais da governadora Cida Borghetti ao PL n.º 362/2018.

A discussão na referida assembleia tinha por base um parecer técnico da assessoria jurídica do ANDES Regional Sul (Trindade & Arzeno – advogados associados), que apontava possíveis consequências de os vetos serem mantidos ou retirados do projeto, sobretudo em relação à manutenção do veto ao art. 5.º:

No entanto, em relação ao art. 5º do substitutivo, do ponto de vista jurídico, até por ser inconstitucional, recomenda-se que o veto seja mantido, para evitar a possibilidade de abertura de nova demanda judicial no que diz respeito à incorporação integral do TIDE aos proventos dos professores, pois caso seja derrubado, o Governo do Estado do Paraná poderá ajuizar Ação Direta de Inconstitucionalidade, judicializando uma questão que já está em discussão no Mandado de Segurança impetrado pelo ANDES – SN, Regional Sul, atualmente, com liminar favorável aos professores, o que ensejou, inclusive, o retorno da tramitação de processos de aposentadoria, com parecer da Procuradoria no sentido de se incorporar o TIDE integralmente aos proventos dos professores. [...] num cenário mais otimista, poderia se trabalhar com a hipótese de se derrubar os vetos aos arts. 2º, 3º e 4º, ainda que do ponto de vista jurídico são os que menos criam problema à carreira docente, e manter apenas o veto ao art. 5º em razão da insegurança jurídica que se pode criar ao estabelecer uma nova ‘regra previdenciária’ que não está amparada pela Constituição Federal. (TRINDADE & ARZENO, 2018, p. 9-10)

O art. 5.º do substitutivo, que foi o texto aprovado, contém a seguinte redação:³²⁴

Art 5º. Os docentes terão direito à aposentadoria, sendo que seus proventos de inatividade serão calculados segundo a legislação constitucional vigente, observado o período mínimo de contribuição para a previdência de quinze anos, sobre os vencimentos de seus respectivos regimes de trabalho, sendo TIDE, T-40 ou Parcial.

§ 1º. Para fins de contagem do período mínimo de quinze anos, de que trata o caput deste artigo, será computado o período de enquadramento anterior à publicação desta Lei no Regime de Tide, T-40 ou Parcial.

§ 2º. As regras previstas no caput e § 1º deste artigo aplicam-se igualmente aos docentes que, na data de publicação desta Lei, encontram-se com seus processos de aposentadoria em trâmite ou em processo de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná. (PARANÁ, 2018)

³²⁴ Curiosamente, consta no texto original do PL n.º 362/2018 (elaborado pelo Poder Executivo) menção a um período mínimo de contributividade. Essa questão não foi incluída pelo substitutivo da ALEP.

Para o SINDUEPG, em publicação feita no seu site oficial, em 5 de agosto de 2018, havia o entendimento dos docentes de que os vetos da governadora prejudicariam menos a categoria:

Isso acontece porque, dentre os aspectos analisados, o projeto original aprovado na ALEP possui inconsistências e fere a Constituição Federal no que tange à aposentadoria. Conforme o parecer aponta, o texto do projeto que cria condição para incorporação do TIDE é inconstitucional, pois a Constituição Federal não prevê exigências de tempo mínimo, em determinado regime de trabalho, para incorporar na aposentadoria uma parte dos vencimentos. Ou seja, ao indicar que os docentes precisariam de 15 anos em regime de Dedicção Exclusiva à universidade para obter aposentadoria integral, o projeto poderia trazer problemas, suscitando novas demandas judiciais. Com o veto a respeito desse artigo no texto de lei, o TIDE passaria a ser integral para todos os professores e professoras que estivessem nesse modelo de trabalho e não seria mais um impedimento aos processos de aposentadorias que estão parados. Mesmo com os vetos, o parecer e os professores chegaram ao entendimento de que a redação da lei oferece reforça o TIDE como regime de trabalho.

Conforme a presidenta da Comissão Temporária do SINDUEPG, Cíntia Xavier, a defesa pela manutenção dos vetos ao projeto é a melhor opção para a regulamentação do TIDE como regime de trabalho, pois o texto do projeto aprovado pela ALEP apresenta inconsistências e pode trazer consequências danosas futuramente. 'A redação com os vetos deixa mais clara a questão do TIDE como regime de trabalho e não há impedimentos para as aposentadorias dos docentes', ressalta Cíntia. A presidenta também ressalta a importância das outras seções sindicais do Paraná acessarem o documento enviado pela assessoria jurídica do Andes, a fim de compreenderem os aspectos do projeto original e dos vetos. [...] O professor Marcelo Bronosky, do departamento de Jornalismo, avalia que concordar com os vetos da governadora não significa que os docentes apoiam a forma como o projeto foi elaborado. 'Há problemas na origem e na formulação da proposta. Entendemos que um projeto como esse, que afeta professores e professoras das sete Instituições de Ensino Superior do Paraná, deveria ter sido amplamente discutido pela própria categoria, a principal afetada'. (SINDUEPG, 2018c)

Além da inconstitucionalidade do art. 5.º, o entendimento do SINDUEPG é o de que a manutenção da lista de permissões ao docente em regime de tempo integral e dedicação exclusiva (inciso VII, § 3.º A, do art. 3.º) reforça o argumento do TCE-PR, conforme o Acórdão n.º 2.847/2016, do TIDE como uma gratificação, e não regime de trabalho. Segundo a análise da professora Cíntia Xavier, isso "enfraquece o argumento que temos em defesa do TIDE como regime de trabalho" e pode tornar-se um complicador à categoria no futuro. (XAVIER, 2018, p. 05)

No entendimento dos docentes da UEPG a manutenção dos vetos possibilitaria resolver distorções relativas ao exercício permanente de outras atividades remuneradas por docentes e, ainda, manter a possibilidade de exercício de atividades remuneradas em caráter esporádico, uma vez que a lei como estava, após os vetos, não as impedia. (SINDUEPG, 2018d)

Sobre o posicionamento das demais seções sindicais (e SINDIPROL/ADUEL) quanto aos vetos da governadora, não foram verificadas posturas semelhantes à do

SINDUEPG³²⁵. A ADUNIOESTE, em assembleia realizada em 1.º de agosto, deliberou a luta pela derrubada dos vetos.

Em votação, foi definida pela maioria dos docentes presentes a luta pela derrubada de vetos. Um grupo de trabalho foi formado durante a assembleia para debater quais vetos deverão ser derrubados, visto que constatou-se [sic] ser possível a derrubada parcial dos vetos da governadora. (ADUNIOESTE, 2018b)

Por fim, a Lei Estadual n.º 19.594, de 12 de julho de 2018, transformou-se na garantia jurídica mediante a alteração dos dispositivos na Lei n.º 11.713, de 7 de maio de 1997. A referida lei foi publicada em 21 de agosto de 2018, na Edição n.º 10.257, do Diário Oficial do Estado do Paraná.

A APIESP manifestou-se por meio do seu presidente, o reitor Carlos Luciano Santana Vargas (UEPG). Foram feitas menções à participação do ex-secretário professor João Carlos Gomes no processo:

O reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Carlos Luciano Sant'Ana Vargas, presidente da Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior (Apiesp), ressalta a aprovação do projeto enviado ao Legislativo pela governadora Cida Borgetti como uma importante conquista das universidades estaduais paranaenses, que tem o TIDE como principal fator da qualidade no ensino, pesquisa e extensão. 'Trata-se de uma vitória que dá tranquilidade aos professores para prosseguimento de suas atividades, com a garantia de levar o TIDE para suas aposentadorias'. Na condução do processo de elaboração do projeto do Executivo e na articulação para aprovação pela Assembleia Legislativa, Luciano Vargas destaca a participação do ex-secretário da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, João Carlos Gomes. 'Este é um reconhecimento que deve vir da comunidade universitária, pela presença decisiva do professor João Carlos nesse processo e na defesa de muitas outras causas das universidades', diz o reitor. (UEPG, 2018)

O texto final da lei estabeleceu uma derrota ao movimento docente no que se refere ao período ("pedágio") mínimo de 15 anos. O argumento, ao se estabelecer uma regra de transição que harmoniza o recebimento da integralidade dos vencimentos com o princípio da contributividade previdenciária, era o da sustentabilidade financeira ao sistema.

Sobre essa questão, como retratou a alusão publicada pela ADUNIOESTE, foi uma queda de braço vencida pelo governo:

Em um ponto, nossa categoria foi vencida na queda de braço com o governo: o tempo de contribuição. A proposta dos sindicatos era de 10 anos de contribuição em regime de TIDE para ter integralidade na aposentadoria. O governo ampliou isso para 15 anos e até o fim das negociações, que se estenderam até a tarde desta terça-feira, não foi possível reverter este ponto. Portanto, só receberá 100% dos vencimentos o professor que contribuir

³²⁵ Em nota conjunta, datada de 3 de agosto de 2018, SINDIPROL/ADUEL, ADUNICENTRO e SESDUEM manifestaram-se favoravelmente ao substitutivo apresentado e votado na ALEP em 3 de julho. (SINDIPROL/ADUEL, 2018a)

durante 15 anos em regime de TIDE. De qualquer forma, a ADUNIOESTE compreende que é uma vitória dos servidores! Uma vitória de afirmação do servidor público docente e, sobretudo, daqueles que se dedicam integralmente à construção das nossas universidades. (ADUNIOESTE, 2018a)

Após a regulamentação em lei, o site da ADUNICENTRO, em postagem feita em 14 de agosto de 2018, fez questão de, entre outras, salientar a compreensão já existente de outrora entre a categoria docente das IEES sobre o TIDE como regime de trabalho.

Registre-se que, para a categoria de docentes das IEES-PR, sempre houve o entendimento de que o TIDE é Regime de Trabalho. A citada derrubada dos vetos e a consequente regulamentação - legal - do TIDE como Regime de Trabalho elimina a insegurança jurídica causada pelo Acórdão nr. 2.847/2016 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), o qual considerou, de modo equivocado, o TIDE como gratificação, contrariando as Leis números 11.713/1997 e 14.825/2005, que o definem como Regime de Trabalho. (ADUNICENTRO, 2018)

O SINDIPROL/ADUEL, por sua vez, fez questão de elencar o trabalho realizado pelo sindicato na busca por contornar a situação, desde o Acórdão de 2016, conforme publicação em 22 de agosto de 2018:

Na última segunda-feira (20), o Presidente da Assembleia Legislativa promulgou a Lei 19.594/2018 reafirmando que o TIDE docente é regime de trabalho. Este entendimento, praticado desde 1997 – quando instituída a atual carreira dos docentes do ensino superior – foi questionado, em 2016, pelo Tribunal de Contas do Estado, a mando do governador Beto Richa, provocando uma situação de insegurança jurídica.

Desde aquele momento, o Sindiprol/Aduel fez todas as gestões possíveis no sentido de encontrar uma solução administrativa/legislativa. Desde as inúmeras tentativas de reversão da posição do TCE, até o processo de judicialização da questão com a obtenção de liminar que suspendeu, temporariamente, os efeitos da decisão e resguardou os direitos dos docentes em processo de aposentadoria.

Por outra parte participou de algumas reuniões com a SETI para discutir as possibilidades de uma legislação que pusesse fim ao imbróglio criado pelo próprio governo e das gestões com os deputados para o encaminhamento do projeto e sua aprovação final. (SINDIPROL/ADUEL, 2018b)

A ADUNIOESTE também fez questão de ressaltar o trabalho e empenho das entidades sindicais para a materialização desse momento. Foi um longo período de mobilização e articulação política desde as primeiras manifestações de interesse sobre a criação dessa lei até a sua aprovação final.

Após ampla e incansável mobilização das entidades sindicais representativas dos docentes do ensino superior no Paraná, o Projeto de Lei 362/2018, que garante o TIDE (Tempo Integral e Dedicção Exclusiva) como regime de trabalho, foi promulgado pelo presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Ademar Traiano. A próxima etapa será a publicação da lei em Diário Oficial. A promulgação se deu através do presidente da Casa de Leis, pelo fato de que, a Governadora do Estado, Cida Borghetti, negou-se a fazê-lo. A Constituição Estadual garante que, em caso de não promulgação em um prazo de 48 horas pelo chefe máximo do executivo no estado, o presidente

da Alep deve assinar a promulgação e, se este não o fizer neste mesmo prazo, o vice-presidente poderá fazê-lo. (ADUNIOESTE, 2018c)

Foram ainda verificadas, a partir de então, a atuação das seções sindicais³²⁶ no sentido de orientar seus filiados sobre como proceder com seus pedidos de aposentadoria. Havia a insegurança dos que tinham direito a tal sobre como proceder em meio a esse imbróglio do TIDE. Para ter uma ideia, em outubro de 2017, eram 350 professores das IEES/PR aguardando definição dessa questão para proceder à entrada dos seus pedidos de aposentadoria.

Sobre isso, exemplifica a publicação do SESDUEM em 18 de julho de 2018:

O reitor da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Mauro Baesso, acaba de anunciar que hoje (18), pela manhã, chegaram os primeiros processos de aposentadoria com uma nova orientação da ParanáPrevidência. Os processos acatam as liminares conseguidas pela Sindiprol/Aduel, Adunicentro, SESDUEM e outras seções sindicais do Andes. Ou seja, voltamos a ter o TIDE tratado como Regime de Trabalho. Vale lembrar que os processos de aposentadoria parados voltarão a tramitar com o cálculo do TIDE integral. (SESDUEM, 2018)

Por fim, o Acórdão n.º 949/2020 do TCE-PR, de 27 de maio de 2020, revisou a referida uniformização e jurisprudência sobre a natureza do TIDE, tendo agora por base a Lei Estadual n.º 19.594/2018. Os membros do Tribunal Pleno do TCE-PR acolheram, de forma unânime, os termos do relator, de modo que a decisão aprovada alterou o entendimento jurídico do acórdão de 2016.

A assessoria jurídica da Regional Sul do ANDES-SN divulgou, na sequência, nota com esclarecimentos e orientações acerca da decisão. Quanto aos desdobramentos do novo acórdão, destaca-se:

Agora, com a revisão do entendimento do Tribunal de Contas do Estado, os mandados de segurança perdem o objeto, pois consolida o entendimento, como dito, afirmado desde sempre, ou seja, de que o TIDE é, e sempre foi, regime de trabalho. Desta forma, tendo o TCE admitido o TIDE como regime de trabalho não persiste mais qualquer dúvida ou margem para interpretação equivocada, de que os(as) professores(as) que trabalham sob o referido regime poderão incorpora-lo de forma integral aos seus proventos, desde que atendidos os requisitos da Lei nº 19.594/18.

Assim, espera-se que os(as) professores(as) que estavam com processos de aposentadoria suspensos ou até mesmo para os(as) que, num cenário de total insegurança jurídica, acabaram desistindo de se aposentar, possam, agora, tomar a respectiva decisão com mais tranquilidade.

Além disso, para os(as) já aposentados(as) se restabelece a segurança jurídica, no sentido de que suas aposentadorias não possam ser revisadas com base na interpretação anterior do TCE.

Por fim, para os(as) professores(as) que tiveram algum prejuízo em suas aposentadorias, concedidas, eventualmente, com base no antigo entendimento do TCE, orienta-se que busque a assessoria jurídica do respectivo Sindicato para avaliação. (TRINDADE & ARZENO, 2020)

³²⁶ A essa altura, após o 38. Congresso Nacional do ANDES-SN, realizado em janeiro de 2018, o SINDIPROL/ADUEL já havia retomado a sua condição de seção sindical.

Essa questão foi comemorada pelas seções sindicais, indicando a vitória definitiva sobre uma importante pauta dos docentes das IEES/PR. A seção sindical dos docentes da UNESPAR assim compartilhou a informação no seu site oficial:

[...] Assim, pela supracitada lei encerra-se a insegurança causada nos processos de aposentadoria em curso ainda não homologados pelo TCE-PR, podendo este colegiado também revisar as aposentadorias concedidas nos últimos 5 anos. Por consequência, professores e professoras da Unespar podem agora retomar seus processos de aposentadoria que estavam pendentes ou parados devido à insegurança causada pela decisão anterior. A decisão de garantir o TIDE como regime de trabalho é uma vitória da Sindunespar para todos/as docentes da Universidade Estadual do Paraná (Unespar). (SINDUNESPAR, 2020)

Num contexto de reincidentes derrotas políticas, a aprovação da lei do TIDE representou um importante ganho do sindicalismo docente das IEES/PR no período que contemplou o governo Richa (2011-2018). Essa lei se tornou crucial para eliminar a insegurança jurídica causada pelo Acórdão n.º 2.847/2016, do TCE-PR, lembrando que, nesse mesmo período, a Comissão de Política Salarial (CPS) do governo Richa deliberou sobre o Ofício CEE/CC n.º 310/2017, que, entre outros pontos, condicionava o recebimento do TIDE e o nominava como uma “concessão de gratificação”³²⁷.

6.3 PERSPECTIVAS FUTURAS DO SINDICALISMO DOCENTE NAS IEES/PR DESDE A PROMULGAÇÃO DA LEI GERAL DAS UNIVERSIDADES (LGU)

Pensando acerca dos elementos atuais e futuros desse sindicalismo, buscou-se, neste estudo, fomentar um momento final de reflexão com os entrevistados acerca dos impactos da Lei Geral das Universidades (LGU) à universidade paranaense e ao sindicalismo docente do ensino superior nessas instituições.

De forma resumida, a LGU visa parametrizar o financiamento das universidades públicas estaduais do Paraná, estabelecendo critérios para a eficiência da gestão universitária. Segundo a mensagem do governador Ratinho Jr., enviada ao presidente da ALEP na ocasião da aprovação do Projeto de Lei n.º 728/2021:

O princípio norteador da proposta é criar uma padronização mínima obrigatória de gestão de pessoal, custeio e investimento entre todas as Universidades Estaduais, tendo como base o reforço da autonomia, a criação de novos instrumentos de gestão para possibilitar ganhos de eficiência, a pactuação de critérios públicos e transparentes para a divisão orçamentária e a construção de parâmetros comuns para o Sistema de Ensino Superior do Estado. Por sua vez, o presente projeto é portador de significativa inovação institucional e foi inspirado em práticas testadas no sistema federal de ensino

³²⁷ Reforçando que, conforme apresentado no capítulo anterior, esse ofício da CPS recebeu forte resistência do conjunto organizado dos servidores (sobretudo por meio do Comitê em Defesa do Ensino Superior Público do Paraná) e também da APIESP (ver Of R n.º 068, de 20 de março de 2017).

superior. No mesmo sentido, buscou-se, com fundamento em boas práticas de gestão, o objetivo de criar um instrumento normativo capaz de atender aos preceitos de ganho de eficiência e economicidade, bem como posicionar às universidades paranaenses a vanguarda da gestão dos recursos materiais e humanos. (RATINHO JUNIOR, 2021)

O texto final aprovado é a Lei Estadual n.º 20.933, de 17 de dezembro de 2021, no entanto as discussões, debates e polêmicas dessa proposta são bem anteriores e a busca pelo seu arquivamento/rechaço se configurou por anos como uma pauta de luta do sindicalismo docente das IEES/PR.

Já no início do mandato de Ratinho Júnior, em 2019, o governo estadual, por meio da então nomeada Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI)³²⁸, encampou seus esforços no que inicialmente foi chamado de “Lei Orgânica das Universidades” ou “Política Estadual de Ensino Superior”³²⁹.

À frente desse movimento, esteve o superintendente de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Aldo Bona. Bona possui experiência e vinculação orgânica com a universidade estadual paranaense, tendo exercido a função de professor e de reitor da UNICENTRO. Presidiu, entre 2012 e 2014, a APIESP e, no período de 2016 a 2018, atuou como presidente da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM).

O superintendente argumentava que essa proposta de LGU foi elaborada por uma equipe técnica de professores do sistema estadual e federal de ensino superior que atuava na SETI. Houve ainda, segundo Bona, a formação de um grupo de trabalho com representantes da SETI e de pró-reitores de planejamento e recursos humanos das IEES que periodicamente debatiam o assunto.

Desde 2019, foram apresentadas pelo Poder Executivo do Paraná três minutas do projeto³³⁰, e uma votação, no Plenário da ALEP, chegou a ser marcada e, posteriormente, adiada no fim do mesmo ano. Com a pandemia da covid-19, o tema pareceu ter sido silenciado; entretanto, no fim de 2021 (próximo do recesso

³²⁸ Em 2019, a SETI teve alterada a sua condição de secretaria, passando a se integrar na burocracia estatal como uma Superintendência Geral.

³²⁹ Na ocasião da primeira reunião do Comando Sindical Docente com a nova gestão da SETI, em 14/3/2019, Aldo Bona argumentou que novos concursos/nomeações de professores só ocorreriam após “a aprovação de parâmetros e critérios para atribuição de atividades docentes que uniformizem as práticas entre as Universidades”. Já se vislumbrava, naquele momento inicial da gestão Ratinho Júnior, a criação de uma Lei para fins de parametrização de financiamento das IEES e contratação de pessoal. (PARANÁ, 2019)

³³⁰ A primeira minuta publicizada aos reitores das IEES/PR (em reunião da APIESP) em 3/6/2019, a segunda minuta em 12/8/2019 e a terceira minuta que viria compor o texto do PL aprovado em dezembro de 2021.

parlamentar de fim de ano), a questão foi retomada impetuosamente por meio do Projeto de Lei n.º 728/2021 enviado pelo Executivo.

O referido PL tramitou em regime de urgência a pedido do deputado estadual Hussein Bakri (PSD), líder do governo na ALEP – do seu envio à Assembleia Legislativa até a sua aprovação no Plenário foram apenas 15 dias. Esse fato foi criticado pela Frente Parlamentar pela Promoção e Defesa das Universidades Públicas do Paraná em audiência pública remota, ocorrida em 7 de dezembro de 2021. Para o deputado estadual Goura (PDT), que coordenava a referida Frente Parlamentar, faltou ampliar o diálogo com a comunidade acadêmica:

Nós temos uma situação muito grave colocada pelo Governo do Paraná que é o protocolo do regime de urgência. Queremos propiciar a escuta da comunidade escolar ao longo desse debate. [...] os representantes das universidades continuam temendo pela autonomia das instituições e a redução nos repasses de recursos ao longo dos anos. (GOURA, 2021)

Em segunda votação, em sessão ordinária, o projeto recebeu 40 votos favoráveis e 10 contrários. Na ocasião da sua aprovação, em dezembro de 2021, votaram contra a LGU apenas os deputados Gilberto Ribeiro (PP), Soldado Fruet e Boca Aberta Jr. (PROS), Goura (PDT), Requião Filho (MDB), Mabel Canto (PSC) e a bancada do PT: Luciana Rafagnin, Professor Lemos, Tadeu Veneri e Arilson Chiorato.

Antes de sua votação na ALEP, sobretudo entre agosto e dezembro de 2019, a minuta da LGU foi discutida pelos Conselhos Universitários das IEES. Em muitos casos (UEPG³³¹, UNIOESTE³³², UEM³³³, UNESPAR³³⁴, UEL³³⁵), a posição desses conselhos superiores foi contrária à então proposta de LGU. Essas discussões vieram como proposta da própria SETI, que buscou apresentar uma postura de diálogo com a comunidade acadêmica; entretanto, mesmo após as negativas desses conselhos universitários, o processo de tramitação da LGU prosseguiu normalmente.

A título de exemplo, os argumentos de rejeição a minuta da LGU foram assim apresentados pelo Conselho Universitário da UEPG em Ofício n.º 0791028 COU-UEPG, enviado ao presidente da ALEP, deputado estadual Ademar Traiano, em 14 de dezembro de 2019:

- A LGU cria um teto para o crescimento qualitativo das universidades, principalmente no que diz respeito ao número de TIDES para professores;

³³¹ Vide Ofício n.º 0791028 COU-UEPG.

³³² Vide Resolução n.º 087/2019-COU, de 27 de agosto de 2019.

³³³ Vide Resolução UEM n.º 011/2019-COU.

³³⁴ Vide Ata da 3.ª Sessão (2.ª Ordinária) do Conselho Universitário, realizada dia 27 e 28 de agosto de 2019.

³³⁵ Em reunião do Conselho Universitário realizada em 6 de setembro de 2019.

- A LGU amplia o percentual de professores colaboradores (CRES), tornando o que era uma eventualidade em uma política de precarização do trabalho docente;
- A atual proposta de Lei foi apresentada abruptamente e não houve tempo de ampla discussão sobre seus impactos e de suas interpretações futuras;
- Há uma redução significativa do número de professores e agentes em relação à Lei 16.555/2010, que rege o *minimum minimorum* para o funcionamento de nossas instituições;
- A LGU coloca em risco alguns cursos que são essenciais para o conhecimento universal, responsabilidade das instituições públicas de ensino.

Mesmo com os posicionamentos oficiais das instituições, o superintendente Aldo Bona manteve a LGU em pauta, recusando-se a arquivá-la. Em duro artigo opinativo, publicado em março de 2021, na página oficial da SETI, Bona acusou os sindicatos docentes de difundir inverdades sobre o processo de discussão da LGU e defendeu que foi aberto um amplo campo de diálogo da superintendência com a comunidade acadêmica em geral.

Pois bem: qual a postura do CSD após estes diálogos? A de sempre: desinformar para gerar desorientação e assim conseguir adeptos à resistência. Não é verdade que eu me recuso a entregar a versão final da LGU! Não é verdade que estamos elaborando uma lei a portas fechadas. Aliás, a verdade escancarada é a de que o CSD fechou as portas ao debate sobre a LGU, simplesmente pedindo a todos que ela fosse rechaçada. Falam em autonomia universitária, mas omitem que há muitos anos se empenham em obstaculizar qualquer discussão séria sobre como operacionalizar essa autonomia. (BONA, 2021)

Posteriormente, em nota assinada pelo Comando Sindical Docente, as seções sindicais do ANDES-SN defenderam o amplo envolvimento que tiveram nas discussões quanto à proposta da LGU e que os levaram aos fundamentos de seu rechaço.

Ao contrário do que o superintendente afirma na nota, o rechaço à LGU foi fundamentado no amplo debate realizado no ano de 2019, promovido pelos sindicatos que representam professores e agentes universitários, assim como por estudantes das universidades estaduais paranaenses. O resultado dos debates públicos realizados na comunidade acadêmica foi o rechaço integral à LGU, na medida em que, ao violar o artigo 207 da Constituição Federal de 1988, essa proposta ataca a história das universidades, propiciando interferências externas que influenciarão diretamente a produção do conhecimento. (COMANDO SINDICAL DOCENTE, 2021a)

Dos aspectos gerais que trouxeram substanciais alterações à dinâmica das IEES/PR, podem ser destacados aqui acerca da Lei Estadual n.º 20.933/2021 os seguintes pontos. O primeiro deles é que essa lei, logo após as suas disposições preliminares, faz questão de reconhecer no texto a autonomia como importante componente da natureza jurídica das universidades.

Art. 2º As Universidades Públicas Estaduais são autarquias integrantes da administração indireta do Estado, dotadas de autonomia garantida pelo art. 207, da Constituição Federal e pelo art. 180 da Constituição do Estado do

Paraná, vinculadas à Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Art. 3º As Universidades Públicas Estaduais, observadas as disposições legais, são regidas por seus estatutos e regimentos, aprovados, em instância final, por seus colegiados superiores. (PARANÁ, 2021)

Esse reconhecimento inicial da Lei busca/tenta responder aos principais questionamentos e críticas da comunidade acadêmica sobre quanto a referida parametrização confrontará o preceito constitucional da autonomia universitária, uma vez que sua implementação instituirá a ingerência do Poder Executivo na organização administrativa, financeira, política e acadêmica das IEES.

Outro ponto tem relação com a forma como a previsão de recursos para o pagamento de despesas de custeio relacionadas as atividades de ensino, pesquisa e extensão e administração será elaborada. De acordo com o art. 10:

Art.10. Na elaboração das propostas orçamentárias das Universidades Públicas Estaduais, a previsão de recursos necessários ao pagamento de despesas de custeio das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração observará o número de alunos equivalentes e número de trabalhadores terceirizados equivalentes por Universidade. (PARANÁ, 2021)

O conceito e a metodologia de cálculo para se estabelecer o número de alunos equivalentes e o número de trabalhadores terceirizados equivalentes em cada IEES/PR obedece (conforme o Anexo I da referida lei estadual) a uma complexa equação matemática. Com essa mesma referência matemática, o Anexo I estabelece diferentes equações para o estabelecimento do total de recursos da rubrica “outras despesas correntes” de cada IEES; total de alunos equivalente de uma IEES; total de alunos equivalente dos cursos de graduação presencial da IEES; total de alunos equivalente de novos cursos de graduação presencial da IEES; total de alunos equivalente dos cursos de residência médica e multiprofissional; total de alunos equivalente dos cursos de mestrado consolidados; total de alunos equivalente dos novos cursos de mestrado; total de alunos equivalente dos cursos de doutorado consolidados; total de alunos equivalente dos novos cursos de doutorado; total de trabalhadores terceirizados equivalente de uma IEES.

É estabelecida ainda no referido anexo uma tabela com parâmetros para o cálculo do aluno equivalente, tendo por base cada área de formação. Dessa forma, é atribuído ainda um peso por grupo aos cursos de graduação, sendo o maior 4,5 (cursos de Medicina, Veterinária, Odontologia e Zootecnia) e o menor 1,0 (cursos das Ciências Sociais Aplicadas, Direito, Linguística e Letras, Ciências Humanas, Psicologia e Formação de Professor).

Do ponto de vista do dimensionamento do quantitativo de pessoal para cada IEES, a LGU estabelece outro ponto bastante polêmico e historicamente caro às universidades estaduais – dado o flagrante déficit de servidores (sobretudo efetivos) nas diversas áreas que compõem o funcionamento dessas instituições.

Sobre a questão, é esclarecido inicialmente (art. 14) que a lei visa unicamente parametrizar a distribuição de cargos entre as universidades públicas estaduais, pois, no âmbito da sua autonomia didático-científica e administrativa, caberá a cada IEES regulamentar internamente os critérios de uso e distribuição de sua força de trabalho, de modo a assegurar o atendimento equilibrado das demandas administrativas, de ensino, pesquisa e extensão na graduação e pós-graduação.

No que se refere ao quadro de docentes, são preconizados os seguintes pontos:

Art. 16. Os cargos docentes do Sistema Estadual de Ensino Superior serão distribuídos entre as Universidades Estaduais mediante decreto, considerando-se o número de vagas ofertadas em cursos de graduação presenciais, o número de discentes matriculados na pós-graduação *stricto sensu* e o número de vagas autorizadas pelo Ministério da Educação (MEC) nos programas de residência médica e multiprofissional, conforme equações e parâmetros estabelecidos no Anexo II desta Lei. Parágrafo único. Os 8.223 (oito mil, duzentos e vinte e três) cargos docentes criados pela Lei nº 16.555, de 21 de julho de 2010, permanecem hígidos e serão considerados cargos docentes do Sistema Estadual de Ensino Superior, sem vinculação a uma instituição específica, destinando-se a fazer frente à distribuição prevista nesta lei e a expansão futura do ensino superior.

Art. 17. O Regime de Trabalho de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (TIDE) não poderá ser aplicado a mais do que 70% (setenta por cento) do total de cargos docentes que forem atribuídos a cada Universidade Pública Estadual na forma desta Lei. (PARANÁ, 2021)

Há também aqui o estabelecimento de um cálculo matemático para a definição do número total de cargos docentes efetivos. Essa questão é apresentada no Anexo II da LGU. A metodologia empregada apresenta diferentes equações para o estabelecimento do: total de cargos docentes nas IEES; total de cargos docentes dos cursos de graduação presencial da IEES; total de cargos de docentes da pós-graduação *stricto sensu* da IEES; total de cargos de docentes na residência médica e multiprofissional.

Por fim, no que concerne à definição do número total de cargos docentes efetivos, o Anexo II da LGU apresenta uma tabela que estabelece a relação de um cargo docente por vagas de graduação de cursos presenciais, alunos matriculados em programas de pós-graduação *stricto sensu* e vagas autorizadas em programas de residência médica e multiprofissional. É estabelecido um fator de relação de um cargo

docente por vagas de graduação presencial associado a cada curso ou área de classificação do curso.

Cumprir destacar aqui que o parágrafo 2.º do art. 17 institui oficialmente o fim da concessão do Regime TIDE ao professor não pertencente ao quadro de servidores efetivos da instituição. Esse ponto representa uma derrota para o movimento sindical docente que, por anos, se mobilizou na defesa do retorno desse regime aos professores em contrato especial (temporários).

Sobre esses docentes temporários, a lei estabelece ainda novas diretrizes, uma das quais se refere à possibilidade de a IEES fracionar a carga horária dos docentes contratados temporariamente em contratos de regime de trabalho parcial. É preconizado, ainda, que os docentes temporários contratados em regime de 40 horas semanais deverão ministrar, no mínimo, 18 horas-aula na graduação; aos que forem contratados nessa condição temporária em carga horária inferior a 40 horas, o mínimo de horas em sala de aula deve equivaler a 50% da carga horária contratada.

O Anexo II da LGU (item IX) estabelece uma equação para a definição do total de cargos docentes temporários dos cursos de graduação presencial de oferta por período determinado na IEES.

Com relação ao quadro dos agentes universitários, a lei assim preconiza em seus arts. 19 e 20:

Art. 19. Os cargos de Agentes Universitários serão distribuídos entre as Universidades Públicas Estaduais mediante decreto, nas seguintes proporções: I – o quantitativo de cargos de Agente Universitário de Nível Superior de cada Universidade Pública Estadual será de 16% (dezesseis por cento) dos cargos docentes a que cada Universidade tem direito, segundo os critérios desta Lei; II – o quantitativo de cargos de Agentes Universitários de Nível Médio será de 34% (trinta e quatro por cento) dos cargos docentes a que cada Universidade tem direito, segundo os critérios desta Lei;

Art. 20. Os 1.335 (mil trezentos e trinta e cinco) cargos de nível superior e os 2.834 (dois mil, oitocentos e trinta e quatro) cargos de nível médio da carreira Técnica-Administrativa das Universidades Públicas Estaduais, previstas na Lei nº 11.713, de 1997, passam a ser cargos do Sistema Estadual de Ensino Superior sem vinculação a uma instituição específica, destinando-se a fazer frente à distribuição prevista nesta lei e a expansão futura do ensino superior. (PARANÁ, 2021)

Outro ponto de inovação da referida LGU diz respeito aos cursos de graduação que registrarem, por três anos consecutivos, um número total de alunos matriculados inferior a 50% do total de vagas. Nesses casos, as IEES ficam obrigadas a apresentar à SETI um plano de recuperação de matrículas para os três anos subsequentes, sob pena de perder a autorização de funcionamento dos referidos cursos.

Outro aspecto instituído que possui relação direta com o trabalho docente, trazendo graves repercussões, diz respeito ao TIDE, que não poderá ser aplicado a mais do que 70% do total de cargos docentes de cada universidade e passa, ainda, a ser limitado ao máximo de 10% em cada universidade nos casos dos docentes que o associar à consecução obrigatória de atividades exclusivas no ensino nos cursos de graduação presencial³³⁶.

A LGU institui, ainda, a formalização em Lei do Conselho de Reitores das Universidades Públicas Estaduais (CRUEP)³³⁷. Na referida lei, aparece como finalidades desse conselho:

[...] acompanhar a plena aplicação desta Lei e promover a articulação com os demais órgãos do sistema estadual na elaboração de programas e projetos em Pesquisa, Inovação, Extensão e Ensino Superior, que propiciem o desenvolvimento do Estado do ponto de vista acadêmico, tecnológico, cultural, social e econômico. (PARANÁ, 2021)

Seguindo as diretrizes da LGU, esse órgão foi formalmente instalado pelo governador Ratinho Júnior em reunião realizada em 18 de janeiro de 2022. Nesse encontro, a reitora da UENP Fátima Aparecida da Cruz Padoan³³⁸ foi eleita, de forma unânime, pelos pares como a presidente do CRUEP. Em 13 de maio de 2022, a SETI publicou no Diário Oficial (Edição n.º 11.175) o regulamento do conselho.

Esse regulamento (Resolução n.º 01/2022 – CRUEP, de 18 de abril de 2022) ampliou as finalidades do CRUEP, que passaram a ser apresentadas da seguinte forma:

Art. 3º A finalidade do CRUEP é: a) Propor estratégias para o desenvolvimento do Ensino Superior. b) Acompanhar e se manifestar, quando pertinente, sobre alterações nos parâmetros de financiamento e critérios de eficiência de gestão das Universidades Públicas Estaduais. c) Promover a articulação com os demais órgãos do Sistema Estadual na elaboração de programas e projetos em Pesquisa, Inovação, Extensão e Ensino Superior, que propiciem o desenvolvimento do Estado do ponto de vista acadêmico, tecnológico, cultural, social e econômico. d) Propor a revisão e atualização periódica dos parâmetros e critérios destinados a distribuir o montante de recursos entre as Universidades Públicas Estaduais do Paraná. (CRUEP, 2022)

São ainda, segundo o referido regulamento, atribuições desse conselho:

Art. 6º São atribuições do Conselho: a) Zelar pelo pleno funcionamento das Universidades Estaduais do Paraná. b) Promover o desenvolvimento integrado do Ensino, Pesquisa e Extensão de forma indissociável. c) Aprovar e alterar o seu regimento interno. d) Estabelecer diretrizes para a elaboração de programas e projetos em Pesquisa, Inovação, Extensão e Ensino

³³⁶ Conforme o art. 60, ao docente em Regime de Dedicção Exclusiva há ainda outra opção de associar o TIDE ao “ensino conjugado com a atividade de pesquisa ou extensão universitária”.

³³⁷ O CRUEP que havia sido criado em 2011, durante o governo Richa. (PARANÁ, 2012)

³³⁸ Na ocasião, a reitora Fátima Aparecida da Cruz Padoan também presidia à APIESP. Atualmente (biênio 2022/2024) o presidente da APIESP é o reitor Miguel Sanchez Neto (UEPG).

Superior. e) Promover a articulação entre as Universidades Públicas Estaduais com os demais órgãos do Sistema Estadual. f) Defender junto aos órgãos de Governo e da sociedade civil as prerrogativas decorrentes da autonomia universitária. g) Exercer as competências que lhe forem conferidas pelo ordenamento jurídico. h) Participar de discussões relativas à alteração do conceito e das metodologias previstas na legislação estadual e federal do ensino superior. i) Participar de discussões de atos normativos afetos ao Sistema Estadual de Ensino Superior. j) Constituir comissões, integradas exclusivamente por servidores efetivos das Universidades Estaduais, estabelecendo o objeto de estudo, e outras atribuições. k) Deliberar sobre os casos omissos. (PARANÁ, 2022)

O art. 62 dispõe que a SETI, em conjunto com o CRUEP e SEAP, regulamentará, por meio de portaria, o “instituto da remoção” dos servidores das IEES³³⁹. A LGU estabelece que os cargos de docentes e de agentes universitários são agora cargos do Sistema Estadual de Ensino Superior, não havendo mais a vinculação a uma IEES específica.

Por fim, visando modernizar/estimular a relação entre as IEES e o setor privado, o art. 68 da LGU vai alterar a Lei Estadual n.º 11.500, de 1996, que autoriza as universidades a prestar serviços e/ou produzir bens para terceiros. Essas mudanças se tornaram necessárias em função das Leis n.º 20.537/2021 e n.º 20.541/2021.

As atividades de prestação de serviços referem-se ao desenvolvimento de produtos, processos, sistemas, tecnologias ou assessoria, consultoria, orientação, treinamento de pessoal ou a outra atividade de natureza acadêmica, técnico-científica ou cultural de domínio das IES e de interesse para o desenvolvimento do Estado. (PARANÁ, 2021)

Tendo por base as parametrizações apresentadas, determina-se que, num prazo de um ano, contando desde a publicação da lei, as IEES devem adequar os seus estatutos e regimentos aos dispositivos da LGU.

Dos diversos mecanismos e estratégias de denúncia e resistência do sindicalismo docente das IEES/PR ante a proposta de LGU (que incluem reuniões do Comando Sindical Docente com representações da SETI, paralisações das atividades docentes, discussões em assembleias, participações em reuniões dos conselhos superiores e audiências públicas, entrevistas em veículo jornalístico local, produção/distribuição de materiais informativos; articulações políticas com deputados estaduais, movimento estudantil e demais sindicatos ligados às universidades, entre outras mobilizações), dar-se-á enfoque aqui, para fins dessa caracterização, aos dois seminários estaduais organizados por esses docentes em 2019.

³³⁹ A remoção é o deslocamento por prazo indeterminado do servidor de cargo efetivo, com a alteração do órgão de lotação. Conforme foi possível verificar até o momento, a referida portaria que trataria dessa regulamentação especificamente no contexto das IEES/PR ainda não foi publicada.

Logo após, ainda buscando caracterizar o posicionamento das seções sindicais ante a LGU, será dado enfoque aos materiais produzidos pelo CSD. Foi realizada uma ampla pesquisa em notas/boletins/manifestos do Comando Sindical Docente, publicados entre 2019 e 2021³⁴⁰, com enfoque na temática sobre a Lei Geral das Universidades. Com essa temática específica sendo tratada, foram encontradas 14 publicações³⁴¹ (entre boletins, notas e manifestos), cujos conteúdos serão mais bem desenvolvidos na sequência deste tópico.

Em 2 de agosto de 2019, na cidade de Londrina, reuniram-se docentes, técnicos e estudantes das IEES para o I Seminário Estadual sobre a Lei Geral das Universidades³⁴². O evento ocorreu nas dependências da UEL e teve como parâmetro a então primeira versão/minuta da LGU que fora publicizada pela SETI.

Após a abertura, foram constituídos grupos de trabalho que versavam pelos seguintes temas: GT1) PLC 04/2019³⁴³ e LGU; GT2) LGU e Autonomia Universitária; GT3) LGU, Financiamento e Tendências Privatistas; GT4) LGU e Precarização do Trabalho Docente e Técnico das IEES/PR; GT5) LGU, Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação; GT6) Estudantes.

Por fim, foi realizada uma plenária cujas discussões substanciaram a criação de um documento final com os resultados do seminário. Posteriormente, esse documento foi protocolado na SETI e na Casa Civil. Dos principais pontos desse relatório final do primeiro seminário, destacam-se: os riscos que a LGU promove à autonomia universitária; ao se parametrizar, a LGU desconsidera as especificidades e necessidades de cada IEES; a diminuição de servidores nas IEES vai precarizar o trabalho e a qualidade dos serviços prestados, seja no ensino, seja pesquisa ou extensão.

O documento final elaborado pelas seções sindicais e demais representações presentes no seminário, em agosto de 2019, indicou veemente rechaço à minuta da

³⁴⁰ Verificou-se, neste estudo, que o Comando Sindical Docente não possui uma página oficial na internet e as referidas publicizações e arquivamentos dessas notas ocorrem numa seção específica no site da seção sindical SINDIPROL/ADUEL: <https://sindiproladuel.org.br/comando-sindical-docente/>. Acesso em: 28 maio 2022.

³⁴¹ De um total de 43 publicações do CSD nesse período.

³⁴² Além das seções sindicais do ANDES-SN, formalizaram presença nesse seminário os sindicatos mistos/unificados SINTEOESTE e SINTEEMAR.

³⁴³ O PLC n.º 04/2019 era nominado de Lei de Eficiência da Gestão do Estado. Buscou estabelecer princípios e normas que afetariam diretamente a carreira dos servidores, possibilitando restrições e congelamentos de reajustes salariais, promoções e progressões na carreira. O PLC foi arquivado.

LGU, entendendo-a como instrumento para afrontar à autonomia universitária, reduzir quadro de pessoal e contingenciar recursos financeiros.

É importante ressaltar que o projeto de sucateamento das universidades proposto na minuta da Lei Geral das Universidades se insere numa sequência de perversidades cometidas pelos governos antecessores, pois nenhum deles se propôs a atender às demandas das universidades, especialmente do segmento mais vulnerável da comunidade acadêmica – os estudantes. Não se trata, portanto, de uma ação pontual do atual governo, mas sim parte de um projeto orientado contra o povo e seus interesses. (RELATÓRIO FINAL DO I SEMINÁRIO ESTADUAL SOBRE A MINUTA DA LGU, 2019, p. 19)

Com perspectivas semelhantes às do I Seminário, tendo agora por referência a nova versão da minuta da LGU, reuniram-se novamente entidades sindicais e movimento estudantil para discussão e um posicionamento coletivo. A iniciativa desse evento foi encabeçada pelo Comando Sindical Docente.

O II Seminário Estadual ocorreu em Ponta Grossa, em 6 de setembro de 2019, e contou com a participação de 11 representações sindicais de professores e demais servidores³⁴⁴ (somada à representação do movimento estudantil). Novamente, elementos relacionados à questão da autonomia universitária sobressaíram nos argumentos dos que eram contrários à proposta. Houve ainda uma preocupação quanto aos poderes que seriam instituídos ao CRUEP nas decisões da universidade e se estes poderes se sobreporiam às decisões dos conselhos superiores das universidades.

Também foi apontada, de forma crítica, a questão da terceirização das atividades no interior da universidade. Essa terceirização representa um movimento claro de privatização da universidade pública. Foram defendidas ações que visem à permanência de servidores efetivos por meio da abertura de concursos públicos.

Por fim, o novo texto da minuta foi reconhecido na sua essência pelos participantes do segundo seminário como ainda nocivo às universidades, devido aos seus fundamentos e concepções pautadas “num viés gerencialista que induz a uma lógica privatista e de Estado mínimo”. (SINDUEPG, 2019, p. 02)

Novamente a posição dos sindicatos e do movimento estudantil foi de total rechaço à minuta da LGU, entendendo que não caberia sequer discuti-la em outras esferas institucionais, dada a sua inutilidade e nocividade ante a realidade das IEES/PR.

³⁴⁴ Além das seções sindicais do ANDES-SN, estiveram presentes representações do SINTEEMAR, SINTEOESTE, SINTESPO, ASSUEL e SINTESU.

Com relação aos posicionamentos do Comando Sindical Docente ao longo dos anos (desde 2019 até da aprovação da LGU em 2021), foram verificadas as publicações de diversas notas, boletins ou manifestos de desagravo ante o que era proposto pela SETI. A primeira dessas manifestações ocorreu no contexto de apresentação da primeira minuta, em junho de 2019:

A minuta fere mortalmente a já restrita autonomia das Universidades Paranaenses, desrespeitando a Constituição Federal, pois subordina o ensino superior do Paraná aos interesses do mercado, em prejuízo das necessidades da sociedade. Além disso, a minuta desconsidera por completo o tripé ensino, pesquisa e extensão, comprometendo assim o princípio norteador da Universidade Pública Brasileira, e enterra de vez a pós-graduação *stricto-sensu*, pesquisa e extensão. (COMANDO SINDICAL DOCENTE, 2019a)

Em setembro de 2019, quando alguns conselhos superiores se posicionaram negativamente ante a minuta da LGU, o CSD reforçou a sua posição de rechaço e fez o alerta com relação a determinadas administrações que insistiam no discurso de que a minuta da LGU poderia ser aprimorada. Isso se verificou mediante as publicações e foi um posicionamento radical do CSD no sentido de que não deveria haver mais discussão quanto à LGU, apenas rechaço.

[...] importante deixar claro que algumas das administrações das Universidades tem arditosamente feito jogo duplo. Levadas a rejeitar formalmente a LGU, em razão do posicionamento de seus Conselhos Universitários, as administrações tem sinalizado enviar ou tornar públicas supostas 'melhorias' ao texto, aceitando a chantagem do governo de se evitar um 'mal maior'. Tal estratégia dúbia evidencia o caráter aparentemente democrático e escancara as chantagens conduzidas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES) do Paraná. O CSD alerta as comunidades universitárias a ficarem atentas ao jogo duplo e denuncia os verdadeiros inimigos da educação superior, não apenas o grande idealizador da minuta da LGU, o superintendente da SETI, Aldo Bona, mas todos aqueles que trabalham de uma forma ou de outra para o refinamento da minuta da LGU e concretização desse projeto que almeja reduzir drasticamente o tamanho das universidades públicas do Paraná e destruir por completo a pouca autonomia universitária que ainda resta as IEES. (COMANDO SINDICAL DOCENTE, 2019b)

Na ocasião do envio do Projeto de Lei n.º 728/2021 à ALEP, no início de dezembro de 2021, o Comando Sindical Docente novamente se manifestou por meio de uma nota intitulada: "Por que os sindicatos docentes rejeitam a LGU, de Bona e de Ratinho?" No documento são listadas as razões pelas quais o coletivo docente rejeita a proposta de lei:

- Porque seu objetivo não é o desenvolvimento e aperfeiçoamento das universidades estaduais, mas a redução de custos, diminuição do quadro de professores e funcionários e equiparação das universidades públicas às escolas privadas, mediante a redução do seu financiamento;
- Porque seu objetivo não é 'equalizar' nem tratar igualmente todas as IEES, mas uniformizar 'por baixo' o quantum de professores e funcionários, tratando as universidades como se fossem fábricas de parafusos, passíveis de

padronizar as suas estruturas independentemente de suas tradições, especificidades acadêmicas e regionais;

-Porque seu objetivo não é a transparência de gestão, mas a ingerência do governo na organização administrativa, financeira, política e acadêmica. As universidades já são auditadas cotidianamente pelo Tribunal de Contas do Estado, dependem das autorizações do governo para contratações e têm todos os seus dados expostos no Portal da Transparência;

-Porque ataca a autonomia universitária colocando acima das estruturas existentes – criadas de acordo com o artigo 207 da Constituição Federal e 180 da Constituição Estadual – um conselho de reitores sob o comando do governo, com poderes para definir as políticas, investimentos e normas de contratação de funcionários e professores;

-Porque a atual versão não é em nenhum aspecto menos ruim do que a versão anterior, amplamente repudiada pelas comunidades universitárias e seus conselhos superiores;

-Porque a existência e a decisiva contribuição das universidades paranaenses ao desenvolvimento do Estado, reconhecida por todos os setores da sociedade, não se deve à ação dos governos, mas ao empenho dos docentes, agentes universitários e estudantes que constituíram ao longo dos últimos 50 anos um sistema de educação superior baseado na autonomia acadêmica e de gestão. O governo quer agora transformar estas instituições em apêndices da burocracia do estado, tratando-as como se fossem meros escritórios do Palácio do Iguazu, atacando, dessa forma, a sua natureza de universidades;

-Porque a LGU não é necessária, na medida em que o funcionamento das universidades estaduais do Paraná já está regulamentado por um conjunto de normas jurídicas que frequentemente têm sido descumpridas pelo governo estadual. (COMANDO SINDICAL DOCENTE, 2021b)

Como não poderia ser diferente, os depoimentos colhidos entre os entrevistados para a pesquisa aqui proposta seguem os mesmos direcionamentos/posicionamentos que foram descritos/tratados acima – isso se justifica, sobretudo, porque muitos dos entrevistados estiveram presentes, por vezes, desempenhando funções de diretoria sindical docente na ocasião dessas mobilizações.

LGU ele é uma inutilidade para mim, porque ela não precisava ser replicada. Todo discurso que tenta justificar a LGU na tentativa de dizer que ela vai melhorar as universidades públicas não serve para nada. Não funciona porque assim, as universidades cresceram se desenvolveram, cumpriram boa parte daquilo que elas se propuseram aqui no Paraná sem nenhuma necessidade de que elas fossem organizadas em alguma legislação específica. [...] a LGU é só um pretexto para colocar um cabresto financeiro nas universidades e fazer aquele processo de privatização que havíamos falado, que é direcionar a produção do conhecimento da universidade num sentido que o governador de plantão queira, nesse sentido mais produtivista ligada ao agronegócio, ligado à exportação, muito menos ao desenvolvimento social e regional. E colocando esse garrote financeiro nas universidades para que elas só gastem dinheiro com essa intenção política de atender interesses mercantis mais imediatos. (EX-DIRIGENTE SINDICAL SINUNESPAR 1)

A LGU para mim é um projeto para sucateamento, cria-se um falso discurso científico para falar sobre avaliação, mas o que eles fazem é dizer: nós vamos calcular quantos alunos, por quantos professor vocês gastam e, se não der x alunos por professor, por hora-aula, corta-se dinheiro. (EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDUNESPAR 2)

A LGU quebra com a autonomia da universidade. A universidade fica engessada e embora eles digam que não, que ela vai dar mais autonomia, não é isso que a gente tem visto na prática. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL ADUNICENTRO 1)**

Nós estamos correndo risco de sermos brutalmente rebaixados; das universidades se transformarem em grandes colégios mesmo, só de formadores de profissionais de ensino superior, temos o processo de produção de conhecimentos mútuos reduzido e, portanto, a participação das universidades nas comunidades do interior do Paraná vai ser reduzida sem dúvida disso. E a população infelizmente vai sofrer isso, vai perceber em um determinado momento que vai fazer falta um projeto de extensão que ajudava em uma determinada área. É a questão da saúde, a população vai sentir que o serviço caiu a qualidade, que está faltando médico. Então eu acho que isso vai se generalizar, a questão da cultura, ontem eu conversei com um amigo meu que era da UEL, eu falei para ele que a perspectiva da LGU, que a UEL vai desaparecer. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDIPROL/ADUEL 1)**

O cenário da LGU é de destruição total da autonomia universitária. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL SESDUEM 2)**

Então a terceirização, ela é infinitamente mais perversa na administração pública, e a LGU traz isso de uma forma muito clara. É o que a LGU está trazendo e muita gente aplaudindo, mas alguns fingindo que eram contra, mas tem duas universidades aí que bateram palma para algumas administrações que apoiaram a LGU. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDIPROL/ADUEL 1)**

Na fala que segue, o ex-dirigente de seção sindical fez questão de mencionar os riscos da LGU ao movimento de reposição dos docentes que estão prestes a se aposentar. Há ainda, na sua análise, a preocupação com a forma que se dará na composição do quadro docente na pós-graduação mediante o que se institui na lei.

Porque pontualmente a gente visualiza é uma tendência de envelhecimento institucional e uma dificuldade muito grande de reposição com a LGU. Meu curso, por exemplo, ele tem um quadro docente já velho, boa parte dos docentes está próxima da aposentadoria, [...]. Então é muito mais fácil você parar a contratação e fechar o curso, desmembrar, encaminhar os professores para outros lugares do que necessariamente reorganizar o curso e contratar os docentes que são necessários. Isso vai ser algo bem geral, principalmente dentro dos cursos de Humanas. Esses cursos vão ter muita dificuldade de atender as metas de produção, as metas no que se refere a formação. Creio que a LGU condena com a qualquer tipo de perspectiva de crescimento horizontal na universidade, seja abertura de novos cursos de graduação. Isso [novos cursos] só vai ocorrer mediante o fechamento de outros, será uma troca. É uma situação tanto quando delicada, porque qual docente vai estar interessado efetivamente em abandonar o seu curso para criar um curso novo? É uma coisa bem estranha. E também acaba trazendo dificuldade para a pós-graduação, de maneira geral, no sentido de que os professores terão quase que a obrigação de compor a carga horária no quadro da graduação num primeiro momento para depois pensar na pós-graduação. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL ADUNIOESTE 2)**

Sobre outro ponto importante da lei que impacta diretamente o trabalho docente, o mesmo entrevistado questionou ainda a forma em que se dará o controle da concessão do Regime de Trabalho de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva

(TIDE), que passou a ser limitado na LGU para não mais do que 70% do total de cargos docentes de cada universidade – art. 17.

Toda essa situação é muito estranha, qual será o curso que vai oferecer dedicação exclusiva? Como isso vai ser negociado? Tem um universo de questões que a gente ainda vai começar a sentir nos próximos anos, quando a gente for ter que negociar contratação, negociar dedicação exclusiva. Será o reitor quem vai administrar? Então os sindicatos passarão a se organizar de modo a antes de defender os seus direitos diante do Governo do Estado, defender os seus direitos primeiramente diante do nosso reitor. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL ADUNIOESTE 2)**

Outro aspecto importante a ressaltar, que tem relação com as perspectivas futuras do sindicalismo docente das IEES/PR, tem conexão com o corrente aspecto anímico dos sindicalistas. Na fala dos professores entrevistados, foi possível verificar que a derrota quanto à LGU ampliou o sentimento de pessimismo sindicalista ante o atual contexto político. De modo geral, evidencia-se que a atual conjuntura é uma conjuntura de derrotas para os trabalhadores e de consequente retração da força política do movimento sindical não apenas no âmbito das universidades e do setor público.

As recentes perdas de direitos ante as reformas trabalhista (Lei Federal n.º 13.467/2017) e previdenciária (Emenda Constitucional n.º 103/2019), a deposição da presidente Dilma Rousseff e, posterior, eleição do governo Bolsonaro que simboliza o significativo avanço das forças conservadoras e reacionárias na sociedade brasileira³⁴⁵; a inexistência no estado do Paraná de uma real força política de oposição ao governador Ratinho Júnior³⁴⁶, entre outras questões, são fatores que ampliam o sentimento de que o atual contexto dificultoso está longe de passar.

Ah, eu acho que com a LGU eles entram para massacrar... aí é um massacre. Eu tenho lido muito sobre parte dos sindicatos públicos então falindo, né? Perderam filiados por vários motivos, mas, eu acho que nós vamos... é aquilo que eu estava te falando antes né, se você terceiriza, se não tem filiado, se você não faz o concurso, você não tem filiado, se você diminui o número de professores, aumenta o número de aulas e não tem filiado; é uma emboscada, eu vejo como uma emboscada. [...] Eu estou assim, né, eu sou uma desesperançada esperançosa (risos)...tá difícil, né? **(EX-DIRIGENTE SINDICAL ADUNIOESTE 1)**

Então vejo um cenário desalentador para o futuro da representação sindical e organização, porque eu não vejo nesse momento que as lideranças sejam capazes de fazer o enfrentamento necessário, saber orientar a categoria, saber fazer o feijão com arroz, gastar sola de sapato convencer as pessoas, fazer uma boa análise de conjuntura. [...] E a perspectiva, que nós temos aí na frente, eu vejo pior cenário possível. Eu vejo as seções sindicais se desmanchando e se afastando da sua categoria. E perdendo capacidade de

³⁴⁵ Forças conservadoras e reacionárias que, entre diversos aspectos, alimentam um inflamado e violento discurso antissindical.

³⁴⁶ De fato, no pleito de 2022, Ratinho Jr. alcançou sua reeleição mediante uma expressiva vitória em primeiro turno (69,64% dos votos válidos).

enfrentar o governo. E fazendo o que seria uma luta política se transformar numa luta judicial. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL ADUNICENTRO 2)**

E a perspectiva do sindicalismo docente, acho que a luta de classe se organiza em certas ondas, períodos de mobilização, períodos de desmobilização. Acho que já vivemos um período muito baixo de desmobilização recentemente e atualmente estamos vivendo esse período de reconstrução, de reativação das lutas. Então eu não acho que é um fato determinado, o fim do sindicalismo docente. E acredito que vai haver num futuro próximo esse movimento de retomada da mobilização. Porque eu acho que o clima geral vai mudar e essa consciência crítica da sociedade vai favorecer uma rearticulação do sindicalismo docente, num futuro próximo. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDUNESPAR 1)**

Enfim, o futuro do sindicato, assim, está muito complicado em relação à lei, em relação às ações, tanto estaduais quanto federais, porque daí as instâncias todas estão articuladas. Eu acho que a gente precisa é repensar a questão sindical, o papel do sindicato na carreira universitária, na carreira docente e trazer, de modo geral, tanto federal ou estadual e algumas estaduais também, remodelar a nossa estrutura sindical, porque eu não sei mais se essa estrutura é condizente com o momento em que a gente está vivendo. Eu tenho a impressão, é achismo mesmo, que a categoria também não se interessa mais por esse formato sindical que a gente teve a até pouco tempo atrás. Para muitos fica uma ideia de que tá bom assim, o sindicato como um 'chá das cinco', então eu acho que as pessoas não estão exigindo do sindicato essa luta e a gente tem que entender contra quem a gente tá lutando, quais os interesses reais que ele tem e mudar a nossa ação. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL ADUNICENTRO 1)**

Mas estamos em qual momento? De que o sindicato não tem força. Não teve voz e não teve força para se levantar. Nós erramos muito, do ponto de vista sindical no Paraná, erramos muito, enormemente e temo que seja irreversivelmente, na perspectiva atual, pensando no cenário à frente. Eu vejo com muita preocupação porque, pessoalmente, e as pessoas me conhecem, os colegas da área sindical me conhecem e sabem que eu dei muito da minha vida para a construção desse sindicato eu dei muito da minha energia para esse sindicato, eu dei muito tempo da minha vida para construir algo que tivesse relevância para a universidade e para a categoria docente. No entanto a realidade é dinâmica, nem sempre as coisas são compreendidas como a gente gostaria que fossem compreendidas. Eu acho que erramos, e a prova do erro tá aí, as seções sindicais estão não se comunicando adequadamente, não há uma unidade, não há uma convergência, não há uma pauta única, a gente vê aí pelos editais que chamam pauta para as assembleias, são pautas que nem sempre são convergentes, são posições tomadas de maneira isolada, cada um por si. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL ADUNICENTRO 2)**

O que se tem visto no movimento sindical docente após a aprovação da LGU é a aposta num processo de judicialização da causa ante a sua inconstitucionalidade. Audiências públicas têm sido realizadas sob a organização das seções sindicais e demais sindicatos das universidades, encaminhando a preparação de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) que deverá ser proposta pelas entidades sindicais ao Supremo Tribunal Federal³⁴⁷.

³⁴⁷ Em 23 de março de 2022, a ASSUEL e o SINDIPROL/ADUEL realizaram, na Câmara de Vereadores de Londrina, uma audiência pública com o título: "LGU – Lei Geral das Universidades e seus impactos sobre as Universidades Estaduais Públicas do Paraná". Nesse evento, o presidente do SINDIPROL/ADUEL, professor Ronaldo Gaspar, sinalizou a organização de uma próxima audiência

A despeito das escassas opções que ainda restam ante essa questão, a judicialização aparece vista com certa desconfiança por quem entende a Justiça como parte de um mecanismo de dominação, conforme as falas desses professores ex-dirigentes sindicais:

[...] E aí nós temos que tomar muito cuidado com isso, se você já participou do movimento sindical de direção, você sabe. Uma das coisas que se ouve das assembleias é o seguinte: vamos para o jurídico, vamos judicializar, vamos buscar a Justiça. A Justiça, a gente precisa lembrar que primeiro, é uma Justiça burguesa, não vamos nos enganar, achar que lá nós vamos buscar justiça. É o desequilíbrio do poder lá de peso contra peso que temos no executivo, que comanda demais o legislativo e o judiciário que é uma justiça burguesa, que ela não está ali para defender direito, ela está ali para defender propriedade, defender os interesses do grande capital. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL UEM 2)**

A fala a seguir revela um ponto ainda mais complexo da atuação sindical atual por conta da indiscriminada ampliação dos mecanismos de judicialização da luta sindical. Para o professor, o que poderia/deveria ser resolvido na esfera política (sobretudo na esfera das mobilizações sindicais) tem sido cada vez mais objeto de atuação jurídica, por meio das assessorias dos sindicatos:

Veja a questão da progressão, ascensão, o governo tira a autonomia da universidade para conceder o avanço na carreira e o que o sindicato faz? Ele não mobiliza a categoria docente. Ele entra com uma ação judicial e confia na Justiça, uma Justiça que sabemos é uma Justiça burguesa. Então basicamente os nossos sindicatos confiam nisso. Muitos vão odiar o que eu vou falar, mas o que basicamente nós temos mesmo no sindicalismo são escritórios de advocacia, porque tudo é um parecer jurídico, é uma ação judicial que pode levar anos para ser concluída e que muitas vezes vai resultar numa decisão desfavorável à categoria docente. Então nós estamos abandonando a luta política e estamos fazendo uma luta judicial que seremos derrotados também. É um processo de fragilização que não é exclusividade da minha seção sindical e isso não é exclusividade do Paraná, esse processo é geral. Porque essa mentalidade burguesa (enquanto classe) na nossa categoria ela acredita no Judiciário. Ela acha que o Judiciário é o local razoável para se resolver questões trabalhistas e como eles basicamente não se enxergam como um trabalhador, eles não veem que as decisões que vir do Judiciário são somente para retirar direitos, fragilizar reivindicações dos trabalhadores em todas as categorias. **(EX-DIRIGENTE SINDICAL ADUNICENTRO 2)**

Como buscou-se relatar acima, o amplo projeto da administração Ratinho Jr. em parametrizar o financiamento das IEES no Paraná culminou, em 2021, com a aprovação do instrumento jurídico denominado Lei Geral das Universidades. Dentre vários fatores, pode-se afirmar que a LGU aprovada representou um duro golpe ao sindicalismo docente das IEES/PR, que buscou durante os anos de sua formulação

pública sobre a LGU a ser realizada na cidade de Maringá; sinalizou ainda a intenção de, nos próximos dias, elaborar uma ADIN ante a inconstitucionalidade da LGU. (ver SINDIPROL/ADUEL, 2022b)

rechaçar o seu conteúdo e impedir política e juridicamente o seu trâmite no interior da ALEP.

Pelas fontes analisadas (documentos e relatos orais), esses sindicatos manifestaram a compreensão que a referida lei causará um retrocesso no interior das universidades paranaenses sob risco de comprometer significativamente o desenvolvimento das atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão.

Do ponto de vista sindical docente, no entanto, há de se dizer que a LGU é apenas um eixo dentre as inúmeras dificuldades sindicais enfrentadas na atual conjuntura. As seções sindicais, como parte de um agrupamento coletivo que defende interesses de trabalhadores, são também partícipes da atual realidade sindical brasileira que hoje é permeada quase que na sua totalidade pelo retrocesso dos direitos e dos processos de mobilização.

No setor público esse movimento adquire particularidades. Indubitavelmente, o fortalecimento dos sindicatos docentes nas IEES/PR passa inicialmente pela existência de um corpo docente formado por servidores efetivos/concursados. Sem essa questão objetiva, retraem-se consideravelmente as possibilidades de construção, fortalecimento e manutenção desses espaços políticos nas IEES – daí, dentre outros aspectos, está a importância da histórica pauta sindical que versa pela realização de concursos para a reposição do quadro docente e dos demais servidores.

Apesar das dificuldades, há de se destacar que o contexto da LGU, desde os movimentos iniciais de formulação até a sua aprovação, demonstrou o quanto o sindicalismo docente das IEES permanece estruturado, organizado e opondo-se às questões que podem ser (no entender dos seus participantes) nocivas à dinâmica da autonomia universitária e das suas condições de trabalho. Mais ainda, a descrição dos posicionamentos discutidos e decididos conjuntamente pelo Comando Sindical Docente ampliam ainda a noção de que esse sindicalismo docente permanece vivo e organizado regionalmente, apesar da conjuntura de amplo insucesso das suas principais pautas³⁴⁸.

³⁴⁸ Faz-se menção aqui aos reiterados descumprimentos do governo estadual paranaense no que tange à efetivação da lei de reajuste anual (reposição inflacionária) dos servidores estaduais, uma das pautas as quais os sindicatos docentes (e dos demais servidores) mais tem se dedicado nos últimos anos. Segundo os cálculos do Fórum das Entidades Sindicais (FES), o total da defasagem salarial dos servidores do Paraná entre janeiro de 2017 e dezembro de 2021 era de 34,86%. Mais atual, o dado de julho de 2022 indica uma defasagem salarial de 37%. (SINDIPROL/ADUEL, 2022a, 2022c)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo pautou-se em uma análise acerca do sindicalismo docente desenvolvido no interior das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná (IEES/PR), tendo, por pano de fundo predominante, a conjuntura política e econômica que engloba a maior parte dos anos 2010. A construção dos capítulos e o levantamento dos dados permitem que agora, ao final, algumas considerações sejam tecidas sobre esse complexo quadro social.

Reconhece-se que os elementos que seguem são resultados de aproximações a um fenômeno social que é dinâmico e, na sua totalidade, possui múltiplos determinantes que o influenciam. (DEMO, 1995). Assim, considerando que o objeto analisado deriva de uma temática que, por sua amplitude e complexidade, está longe de se esgotar aqui, a ideia com esse desfecho é expor os principais conhecimentos levantados neste estudo para que futuramente sirvam de apoio para novas reflexões.

No geral sobre o sindicalismo docente do ensino superior, este estudo demonstrou que diversas obras em nível acadêmico se dedicaram anteriormente a problematizar essa realidade sindical sob diferentes aspectos e experiências³⁴⁹, o que evidencia a riqueza teórica e empírica desse fenômeno.

Pondera-se que, sob qualquer circunstância, não há como discutir o tema sindicalismo sem considerar a conjuntura macro na qual esses sindicatos de trabalhadores estão inseridos. Em termos de sindicalismo docente das universidades públicas, foi necessário que pontuasse o amplo debate econômico e político que busca reconfigurar as funções do Estado na provisão das políticas sociais; fato que é central no cotidiano de luta dos que defendem a ampliação ou a mera manutenção do ensino superior público. Diferentes conjunturas, sobretudo desde os anos 1990, chegando aos dias atuais, particularizam-se em torno de como esses elementos liberalizantes da economia influenciam diretamente a dinâmica de estruturação ou desestruturação da educação pública; e não são poucas as obras dedicadas a problematizar a relação entre esses temas no contexto da educação superior brasileira.

³⁴⁹ Embora nenhum grupo de pesquisa específico sobre essa temática tenha sido encontrado em funcionamento no país. Conforme consulta parametrizada feita ao Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil – Lattes (<https://lattes.cnpq.br/web/dgp>), em 30 ago. 2022.

Ainda sobre a riqueza teórica e empírica do sindicalismo docente do ensino superior nas produções acadêmicas, essas obras, entre outras questões, abrangem dois aspectos importantes, um dos quais se refere às *especificidades/particularidades* desse movimento sindical: a exemplo da identidade dos sujeitos que os integram, trabalhadores intelectuais de uma “classe média” e, ainda, o seu lócus de trabalho que é predominantemente localizado no setor público da economia³⁵⁰; o outro é dedicado às *semelhanças* desse sindicalismo com as demais organizações sindicais de trabalhadores, as quais serviram historicamente de referência/inspiração para a organização da luta docente no ensino superior: nesse ponto, como semelhanças aos demais sindicatos de trabalhadores, podem ser referenciadas as dificuldades de mobilização da categoria e de manutenção financeira da estrutura, típicas dos momentos de refluxo da atividade sindical, que se apresentam na atual conjuntura (em maior ou menor grau) em significativa parcela dos sindicatos brasileiros – localizados em âmbito público ou privado.

O cenário de retração dos direitos trabalhistas e a insegurança do trabalhador brasileiro ante o quadro de crise do capital, conforme as pontuações realizadas no capítulo 1, aplicam-se, de modo muito específico, à realidade desses sindicatos, considerando a natureza dos profissionais nele alocados. Se, por um lado, a predominante condição de servidor público efetivo desses docentes, com garantias de estabilidade e de uma carreira, assegura a esses trabalhadores condições diferenciadas, se comparadas às dos demais trabalhadores do setor privado, por outro, os contextos de crise que reforçam a agenda de redimensionamento das funções do Estado e (des)valorização dos serviços públicos comprometem significativamente as condições de trabalho e sobrevivência desses servidores. No Brasil, as décadas posteriores aos anos 1990 são paradigmáticas desse cenário.

A despeito da escassez de obras historiográficas dedicadas a problematizar esse sindicalismo docente na realidade paranaense, cumpre inicialmente destacar que, neste estudo, foi possível verificar que essas organizações sindicais possuem um longo período de funcionamento no interior das universidades estaduais, as mais antigas inauguradas como “associações docentes” entre o fim dos anos 1970 e início dos anos 1980.

³⁵⁰ A afirmação aqui se refere, obviamente, ao fato de os sindicatos docentes do ensino superior mais atuantes e com maior força política serem exclusivamente oriundos das IFES ou IEES.

A adesão dessas associações docentes das IEES/PR ao movimento nacional, ANDES-SN, obedeceu a questões muito particulares de cada realidade. No entanto, é possível dizer que, durante os anos 2000, as seções sindicais do ANDES, em sua maioria, foram formalizadas nas IEES/PR (SINDIPROL/ADUEL, 1981³⁵¹; SESDUEM, 2007; SINDUEPG, 2002; ADUNICENTRO, 2003; ADUNIOESTE, 2000; SINDUNESPAR, 2012).

Dessa rica trajetória, da qual o capítulo 4 buscou contextualizar historicamente cada experiência, foi delimitado para fins deste estudo o contexto recente que envolve os anos em que o político Beto Richa esteve à frente do governo estadual. A principal problematização dessa realidade ocorreu na busca por compreender como se configurou a relação entre o sindicalismo docente das IEES/PR e os governos Beto Richa no que concerne à forma de condução política do sistema estadual de ensino superior e à relação com os movimentos de trabalhadores dessas universidades. Mais: entender quais foram, nesse contexto, as principais mobilizações e estratégias de ação política/jurídica desses sindicatos.

As análises demonstraram que o período em questão foi caracterizado por um forte antagonismo entre o governo estadual e o sindicalismo docente das IEES/PR e a raiz dessa incompatibilidade ocorreu mediante o projeto econômico e político que pautou a gestão do funcionalismo e do ensino superior nos governos Beto Richa.

As ações concretas que desencadearam reações dos servidores públicos estaduais, entre as quais as organizações docentes das IEES/PR, indubitavelmente têm relação direta com as investidas contra os direitos desses trabalhadores, a exemplo da suspensão do reajuste anual e das medidas de ajuste fiscal contra o funcionalismo público, 2015, sobretudo o Projeto de Lei n.º 252/2015, que propunha uma reforma no ParanaPrevidência.

É importante salientar que o período que contemplou as gestões Richa teve, entre suas marcas, um contexto de significativos problemas financeiros ampliados pelo fraco desempenho da economia em âmbito nacional. Os pacotes de medidas propostos pelo Poder Executivo foram elaborados justamente sob o argumento de enfrentamento a esse cenário de crise fiscal. Para os servidores, no entanto, isso não justificaria o descumprimento da lei anual de reajuste salarial e demais medidas que penalizaram, sobretudo, eles próprios.

³⁵¹ ADUEL permaneceu filiada ao ANDES de 1980 a 2009 (ano de fusão com o SINDIPROL); depois, como SINDIPROL/ADUEL, desde 2018 até os dias atuais.

Diante desse cenário, cumpre reforçar o papel do conjunto organizado dos servidores estaduais. Um amplo quantitativo de mobilizações ocorreu no período, com maior grau a partir de 2015, sendo destaque para as ações coordenadas pelo Fórum das Entidades Sociais (FES). Relacionadas propriamente ao ensino superior estadual, além das seções sindicais do ANDES-SN, foram ainda verificadas ações de frentes políticas, como o Comitê em Defesa da Universidade Pública do Paraná; associações como a APIESP; e demais movimentos, a exemplo do estudantil. O objeto de estudo, no entanto, teve por centralidade as seções sindicais do ANDES-SN, em uma busca por analisar especificamente as tensões e os antagonismos com o governo Richa no período em questão.

Desse universo delimitado, tendo por referência os objetivos do estudo, foi dada centralidade a dois movimentos concomitantes que foram desenvolvidos durante a pesquisa: o primeiro teve relação com a busca por caracterizar o período Beto Richa no tocante às formas político-econômicas de condução das ações relativas ao sistema estadual de ensino superior, inclusive a relação criada com os servidores dessas IEES; as fontes documentais oficiais foram preponderantes nessa caracterização; o segundo trouxe ao centro do debate o sindicalismo docente das universidades estaduais, predominantemente composta por seções sindicais do ANDES-SN, à exceção do SINDIPROL/ADUEL, que, até 2018, não esteve filiado a esse sindicato nacional³⁵².

O referencial político de Beto Richa, evidenciado especialmente por seus Planos de Governo (2010 e 2014), indicava uma visão de governo pautada por elementos próprios do discurso neoliberal, em que a perspectiva de redução do papel do Estado, ampliação da sua eficiência, abertura econômica e controle dos gastos em determinadas áreas (sobretudo sociais) deveriam ser marcas³⁵³. As medidas de ajuste fiscal e sucessivos cortes (inclusive nas despesas de custeio das universidades

³⁵² Questão que, como foi esclarecida, não interferiu na análise das ações desse sindicato com base nos objetivos propostos no estudo.

³⁵³ Sobre outro aspecto dessa visão, a privatização, em 2017, ganhou repercussão na imprensa a publicação de um termo de cooperação assinado em 12 de junho pelo chefe da Casa Civil de Beto Richa, Valdir Rossoni, e o Banco do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) - EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA n.º 16.2.0569.13, publicado no Diário Oficial do Paraná, de 11/07/2017, Edição n.º 9.983. O acordo previa a privatização de empresas públicas. Segundo Lázaro Jr. (2017), havia o interesse do banco em passar o saneamento, iluminação pública e distribuição de gás natural, entre outras 44 estatais, à iniciativa privada. No acordo de cooperação assinado pelo Paraná, a desestatização de algumas áreas sugerida pelo BNDES poderia ocorrer de diferentes formas: alienação (venda) de participação societária do poder público; aumento ou abertura de capital social de empresas estatais; concessões; permissões e parcerias público-privadas; arrendamento de bens.

estaduais) intensificaram-se no fim do primeiro mandato, quando as contas do governo apresentaram déficit – fato que, no exercício financeiro de 2014, foi mascarado mediante algumas manobras jurídicas e fiscais.

Desse movimento de (des)controle fiscal, intensificaram as tensões entre o governo estadual e o movimento organizado dos servidores públicos estaduais. Das diversas medidas, como mencionado, as que mais se destacaram foram a reforma no sistema previdenciário e os sucessivos não pagamentos dos reajustes anuais em seu segundo mandato. Todas denunciadas pelo conjunto dos servidores organizados como decisões autoritárias/unilaterais e, portanto, não dialogadas com os trabalhadores – no caso, o grupo a ser afetado diretamente por essas decisões.

No âmbito das IEES/PR, as tentativas constantes de intervir na autonomia das universidades (prática que historicamente se demonstrou também presente em governos anteriores) podem ser exemplificadas na insistência da administração Richa pela implantação do Sistema RH META4 para, entre outros aspectos, exercer o controle das folhas de pagamento dessas universidades e pela instituição, em 2015, de uma Comissão de Política Salarial (CPS) que passaria a decidir sobre quaisquer atos que implicassem o aumento de despesas – a principal aqui referência ocorreu por meio do ofício CEE/CC 310/17 e da tentativa desse mecanismo em ter o controle da concessão do TIDE. Reforça-se aqui o rechaço, ocorrido em ambas situações, dentre outros, pela Associação de Reitores (APIESP)³⁵⁴.

Quanto às condições de trabalho docente nas IEES, ainda que, entre 2011 e 2018, procedeu-se à nomeação de 1.402 docentes efetivos para o magistério do ensino superior, e persistiu vigorosamente, nesse período, a utilização da contratação de professores temporários como forma de suprir a necessidade dessas instituições de ensino superior. Em 2011, 22,55% dos docentes atuantes nas IEES/PR estavam nessa condição – percentual médio que chegou aos 26,5%, em 2016.

A insistência do governo estadual, alinhado ao TCE-PR, em rebaixar o TIDE de um regime de trabalho para a condição de mera gratificação (com todas as consequências financeiras disso, sobretudo no momento da aposentadoria dos docentes), foi outro elemento que ampliou a insatisfação dessa categoria no período que contemplou as gestões Richa.

³⁵⁴ Organização que historicamente sempre se alinhou aos governos estaduais, mas que, no contexto do período analisado, desempenhou forte antagonismo ao que considerava ser ingerência do governo estadual à autonomia das universidades.

Durante o período analisado, são ainda materializações dessa ingerência nas IEES e no trabalho docente um conjunto de normas, ações e atitudes realizadas por órgãos do governo que notoriamente chocam com o princípio de gestão didático-científica e de gestão administrativa, financeira e patrimonial das universidades. Podem-se citar como exemplos: Resolução Conjunta SEFA/SEAP n.º 10/2015, os Decretos n.º 446/2015, n.º 25/2015 e n.º 2879/2015, a Resolução SEFA n.º 196/2016 e os Decretos n.º 4189/2016 e n.º 4224/2016, além do mencionado Ofício CCE/CC 310/17, expedido pelo secretário-chefe da Casa Civil, Valdir Rossoni.

O momento no estudo que trouxe o sindicalismo docente das universidades estaduais ao centro do debate foi marcado pela recuperação histórica das principais ações/mobilizações políticas e judiciais dessas organizações ao longo dos anos Richa. De certo modo, evidenciou-se que essas ações visaram *reagir* aos elementos de ingerência à autonomia universitária e/ou retirada de direitos acima mencionados.

Foram verificadas ações conjuntas desses sindicatos docentes, porém, por vezes, essas ações estiveram associadas ainda aos demais servidores estaduais – a exemplo do Fórum das Entidades Sindicais. Entretanto, a aproximação com a realidade vivenciada pelos professores sindicalistas, por meio dos relatos orais, trouxe elementos que, em diferentes ocasiões, caracterizaram como tensa essa relação entre as seções sindicais e o FES, no estado, e as seções sindicais e os sindicatos mistos/unificados no interior das próprias IEES.

De modo geral, especialmente na ocasião das greves de 2015, o contexto ampliou as diferenças entre os sindicatos do ANDES e o fórum que congrega os sindicatos dos servidores estaduais. De fato, as relações entre sindicatos docentes das IEES e os demais sindicatos dos servidores do estado são complexas, pois envolvem diversos elementos históricos com raízes em acentuadas diferenças de concepção política e sindical. Assim, no entendimento aqui defendido, essa questão merece aprofundamento em um estudo específico que considere esse tema como central – fato que não ocorreu nesta tese.

Como não poderia ser diferente, o recurso da greve apareceu no período como importante estratégia de mobilização política. Cabe resgatar que, no caso das IEES/PR, em um passado recente, a “greve dos seis meses”, entre 2001 e 2002, foi importante marco da organização sindical docente paranaense.

Os movimentos de greve conjunta entre os docentes das universidades, que foram objeto de análise do estudo, ocorreram em 2013 (no caso do atraso na segunda

parcela do Plano de Equiparação Salarial), em 2015 (neste ano foram duas greves realizadas) e em 2016, esta que, como particularidade, ocorreu concomitantemente ao movimento de ocupação das escolas/universidades pelos estudantes.

Dentro da delimitação metodológica da pesquisa, das situações específicas que exigiram desse sindicalismo docente das IEES/PR um engajamento e uma postura entre 2011 e 2018, foram ainda significativos o processo de elaboração do Plano de Equiparação Salarial, que trouxe estimados ganhos salariais à categoria docente das IEES/PR, mas foi fruto de intensos debates e articulações políticas com governo estadual entre 2011 e 2012, a violência policial/institucional ocorrida em Curitiba, na ocasião das mobilizações em “29 de abril de 2015”, e o movimento político em torno da elaboração e promulgação da chamada “Lei do Tide”, em 2018.

A sistematização dessas principais ações do sindicalismo docente das IEES/PR ante o contexto de governo Richa evidenciou o importante papel que essas organizações sindicais cumpriram diante dos interesses da sua categoria e da universidade pública do estado naquele contexto. Foi possível verificar, ainda, a atuação articulada entre elas, seja pelo Fórum dos Sindicatos Docentes do Paraná, seja, mais recentemente, por meio do Comando Sindical Docente.

Pode-se dizer que a hipótese desta pesquisa de que as mobilizações e as estratégias de ação política/jurídica dos sindicatos docentes das IEES/PR foram fundamentais para impedir a perda de direitos da categoria no período que contemplou os anos de 2011 a 2018 se confirmou em partes. Se, por um lado, houve ganhos (inclusive financeiros) em embates salariais e na questão do TIDE, quando se transformou em lei e decididamente garantiu tranquilidade aos professores nessa questão, por outro, antagonicamente, os recursos políticos e jurídicos dos sindicatos (entre os quais as seções sindicais do ANDES no estado) não foram suficientes para a reposição salarial anual dos servidores estaduais após 2015, tampouco para a reforma previdenciária de 2015.

Essa questão replica, em âmbito do sindicalismo docente das IEES/PR, uma realidade histórica que é própria dos sindicalismos. Há conjunturas em que é possível avançar as pautas sindicais e outras que, por diversos fatores de ordem econômica, política e social, impedem drasticamente esse avanço. Nisso também contribuíram as entrevistas realizadas, pois, ao se dar voz aos docentes sindicalistas, foi perceptível que os tempos são de retrocesso e, no último decênio, a LGU aprovada pela ALEP expressou o ápice da derrota sindical docente.

De toda forma, independentemente do que se consolidou como ganho ou perda à categoria nesses anos, é possível afirmar que o sindicalismo docente das IEES/PR esteve organizado e articulado nos anos que foram objeto deste estudo. Ainda recentemente, por ocasião da LGU (considerada um importante revés das pautas sindicais docentes), a pesquisa evidenciou o papel antagônico protagonizado por esses sindicatos que, articulados, uniram esforços em torno da denúncia e exposição das suas pautas críticas.

Na busca pela resposta ao problema central deste estudo, pode-se afirmar que a relação entre o sindicalismo docente das IEES/PR e o governo Beto Richa se estabeleceu em uma constante de *ação/reação*, sendo os elementos caracterizados acima (não pagamento do reajuste anual; desconsideração do TIDE como regime de trabalho; reforma previdenciária dos servidores; insistência na implantação do Sistema META4; e demais elementos de ingerência e ataque à autonomia universitária) representações do governo Richa que exigiram, como consequência, a mobilização dos servidores docentes das IEES.

Os sindicatos, como espaços políticos de organização dos trabalhadores, são organizações complexas e cheias de nuances dignas de análise. O objeto de estudo aqui proposto, no entanto, centrou-se entre 2011 e 2018, porém não se limitou a eles. Houve importante cuidado em acolher o sindicalismo docente das IEES/PR na sua relação com o passado, presente e futuro.

O passado pode ser evidenciado na forma histórica de organização dessas associações/sindicatos e, ainda, na importante greve das IEES/PR (a maior da história brasileira) entre 2001 e 2002. Seguindo esse resgate histórico, o estudo trouxe as formas de organização e mobilização político-jurídica dos sindicatos docentes ante a conjuntura dos governos Beto Richa.

Para as considerações que têm relação com o presente/futuro, a realidade do governo Ratinho Jr. e a aprovação da LGU possibilitaram reflexões sobre os caminhos da universidade pública paranaense e as organizações sindicais docentes dedicadas à defesa dos interesses tanto da carreira docente quanto da manutenção/ampliação da universidade pública no estado do Paraná³⁵⁵.

³⁵⁵ Nesse arcabouço dos desafios referentes ao presente/futuro, além da LGU, podem ser ainda citados elementos já conhecidos, como a questão do reajuste salarial dos servidores estaduais que permanece sendo um entrave nas pautas das entidades sindicais. A Lei Estadual nº 21.228/22, que trata das Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária do Exercício Financeiro de 2023, não inclui nela previsão de reposição salarial aos servidores do estado.

Os relatos orais obtidos dos professores sindicalistas nem de longe indicaram que, apesar do atual contexto de retrocesso, a visão deles sobre o futuro da universidade paranaense está determinada. Esse terreno é continuamente configurado pela luta entre diferentes projetos políticos.

Aos sindicatos docentes das IEES/PR (seções sindicais do ANDES-SN) assiste o histórico encargo pela defesa do projeto de estruturação da carreira docente e da universidade pública – pautas que apontaram a inclinação à esquerda do espectro político dessas organizações. Se a atual conjuntura indica retrocesso, ao futuro está reservado o compromisso de que essas organizações permanecerão estruturadas, realizando minimamente o devido contraponto/oposição a qualquer elemento que contrarie a defesa do trabalho docente e da existência da universidade pública no Estado.

REFERÊNCIAS

- ABRAMIDES, Maria B. CABRAL, Maria do S. **O Novo Sindicalismo e o Serviço Social**: trajetória e processo de luta de uma categoria: 1978-1988. São Paulo: Cortez, 1995.
- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Lutas Sociais e Desafios da Classe Trabalhadora. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 366-386, maio/ago. 2017.
- ADUEL. **Jornal da ADUEL**. Londrina, 10 jun. 2005. Disponível em: <https://sindiproladuel.org.br/wp-content/uploads/2018/05/2005-6.pdf>. Acesso em: 02 set. 2022.
- ADUEL. Londrina. **Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 05 set. 2009**. Livro A.
- ADUEM. Maringá. **Ofício nº 011, de 16 maio 1989**.
- ADUNICENTRO. Guarapuava. **Ata da Assembleia Geral realizada no dia 25 jun. 2003**. Livro A-003, folha 133.
- ADUNICENTRO. **Docentes da UNICENTRO, em assembleia, discutirão greve em fevereiro e o não início do período letivo**. Guarapuava, 29 jan. 2015. Disponível em: <http://www.adunicentro.org.br/noticias/ler/1449/docentes-da-unicentro-em-assembleia-discutirao-greve-em-fevereiro-e-o-nao-inicio-do-periodo-letivo>. Acesso em 10 jun. 2022.
- ADUNICENTRO. **Nota das Seções Sindicais do ANDES-SN ao Governo do Paraná**. Guarapuava, 26 jun. 2016a. Disponível em: <http://www.adunicentro.org.br/noticias/ler/1878/nota-das-se-es-sindicais-do-andes-sn-ao-governo-do-paran>. Acesso em: 23 jun. 2022.
- ADUNICENTRO. **Boletim INFORMADUNICENTRO: “O que está acontecendo com o TIDE?”**. 6. Ed. Guarapuava, setembro de 2016b. Disponível em: <http://www.adunicentro.org.br/admin/storage/uploads/ac%C3%B3rd%C3%A3o%20setembro%202016.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2022.
- ADUNICENTRO. **Greve dos docentes da UNICENTRO se inicia nesta segunda-feira (24)**. Guarapuava, 20 out. 2016c. Disponível em http://www.adunicentro.org.br/noticias/ler/2002/greve-dos-docentes-da-unicentro-se-inicia-nesta-segunda-feira-24?fbclid=IwAR2h93_prxiMYROU0mwM2gGvAkOAbYJ1VLcObOYajUimhT1EQf5R0rgRDco. Acesso em: 30 jun. 2022.
- ADUNICENTRO. **SETI apresenta a proposta de alteração na carreira dos docentes com ênfase no TIDE**. Guarapuava, 31 mai. 2017. Disponível em: <http://www.adunicentro.org.br/noticias/ler/2183/seti-apresenta-a-proposta-de-alteracao-na-carreira-dos-docentes-com-enfase-no-tide?fbclid=IwAR1XOewIx2RDAQ6alDkICVsxCEJBdLHOgO0F3mBRekGLuDuOqzqczM95488>. Aceso em: 27 jun. 2022.
- ADUNICENTRO. **TIDE como regime de trabalho foi finalmente regulamentado em Lei**. Guarapuava, 14 ago. 2018. Disponível em: <http://www.adunicentro.org.br/noticias/ler/2342/tide-como-regime-de-trabalho-foi-finalmente-regulamentado-em-lei-pl-362-2018>. Acesso em: 27 jun. 2022.

ADUNICENTRO. **Quem Somos**. Disponível em:

<http://www.adunicentro.org.br/quem-somos>. Acesso em: 15 fev. 2022.

ADUNIOESTE. **Ata da Assembleia Geral Extraordinária de criação da Seção Sindical ADUNIOESTE**, nº 001, realizada no dia 18 dez. 2000.

ADUNIOESTE. **Carta aberta da ADUNIOESTE sobre a Reforma da Previdência dos Servidores Públicos do Paraná**. Cascavel, 16 abr. 2015a. Disponível em:

<https://www.facebook.com/adunioeste/posts/pfbid02TGM49nK9fbi5PWsPCKacrh7AZURykj23E9dBxrZUx8TkmuRf3cpEtyfsqoeCaZwNI>. Acesso em: 07 jul. 2022.

ADUNIOESTE. **Retomada da greve**: dia 22 de abril. Cascavel, 18 abr. 2015b. Disponível em:

<https://www.facebook.com/adunioeste/posts/pfbid035Vf8hKAKrKMDcCLYavMUoGENUc8LudN7X5VDmHs87f1moGMP4KtzYvNe5HEkQVwYI>. Acesso em: 07 jul. 2022.

ADUNIOESTE. **O Massacre no Paraná não matou a dignidade dos que lutam**. Cascavel, 02 mai. 2015c. Disponível em:

<https://www.facebook.com/adunioeste/posts/pfbid027Ge8mfabQVWVBc6GJ4ue87yWeW13enC1FPHtfUmoE73HctqCMWjTKJP9rQcGvcnl>. Acesso em: 30 jun. 2022.

ADUNIOESTE. **Fim da greve na UNIOESTE**. Cascavel, 24 jun. 2015d. Disponível em: <https://www.facebook.com/adunioeste/posts/462101503956111>. Acesso em: 30 jun. 2022.

ADUNIOESTE. **Postagem do Facebook sobre ação de panfletagem (sem título)**. Cascavel, 24 out. 2016. Disponível em:

<https://www.facebook.com/adunioeste/posts/pfbid02vp6Cap5wiHEQcJopoNT19xwv2XGXTWcgDKkHP5Rhs9NNAzhFG5AT8ueiSKsmKguSI>. Acesso em: 07 jul. 2022.

ADUNIOESTE. **Novidades sobre o TIDE**. Cascavel, 04 jul. 2018a. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=1006054909560765>. Acesso em: 28 jun. 2022.

ADUNIOESTE. **Em assembleia docente, docentes decidem que a ADUNIOESTE lutará pela derrubada de vetos do TIDE**. Cascavel, 03 ago. 2018b. Disponível em:

<https://www.facebook.com/adunioeste/posts/pfbid025YcEwF5vmCEE8fCP5RayQLLx1Yg1mnKYquwUWsHuhKPtkEMTSphTfb6HLu2xNyc8I>. Acesso em: 09 jul. 2022.

ADUNIOESTE. **Presidente da ALEP promulga a Lei do TIDE**. Cascavel, 21 ago. 2018c. Disponível em:

<https://www.facebook.com/adunioeste/posts/pfbid02JGY4m5nyX8RrkawHUzZ2Y44FwTWZAYYPm9M8suPS6hBEfMCEqkt5xpudiaVhgAqSI>. Acesso em: 28 jun. 2022.

ADUSP. **Histórico**. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/index.php/adusp2/historicoadusp>. Acesso em: 22 set. 2022.

AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. Governo do Estado do Paraná. **Estado inicia análise da integração da folha de pagamento das universidades estaduais ao Sistema Meta4**. Curitiba, 27 de agosto de 2021. Disponível em:

<https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Estado-inicia-analise-da-integracao-da-folha-de-pagamento-das-universidades-estaduais-ao>. Acesso em: 14 mai. 2022.

ALAPANIAN, Silvia. **Em 2021, O ANDES-SN faz 40 anos**; confira uma entrevista sobre o sindicato e as participações de ADUEL e de SINDIPROL/ADUEL nele. Entrevistada concedida ao SINDIPROADUEL. 19 fev. 2021. Disponível em: <https://sindiproladuel.org.br/hoje-sexta-19-o-andes-sn-faz-40-anos-confira-uma-entrevista-sobre-o-sindicato-e-as-participacao-de-aduel-e-de-sindiprol-aduel-nele/>. Acesso em: 04 fev. 2022.

ALEP. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. **Reconhecimento do TIDE como regime de trabalho dos professores é debatido na Assembleia**. Curitiba, 24 out. 2017. Disponível em: <http://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/reconhecimento-do-tide-como-regime-de-trabalho-dos-professores-e-debatido-na-assembleia>. Acesso em: 27 jun. 2022.

ALLAN, Nasser Ahmad. Apresentação. *In*: PEREIRA, Luis Fernando Lopes. ALLAN, Nasser Ahmad. (Orgs). **29 de abril: repressão e resistência**. Bauru: Canal 6, 2016.

ALTHUSSER, Louis. **A Favor de Marx**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ALTOÉ, Neusa. **As universidades estaduais do Paraná: os caminhos da heteronomia**. 2007. 128f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2007.

ALVES, Giovanni. **Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo no Brasil**. 1998. Tese (Departamento de Ciências Humanas) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Sindicalismo no Brasil dos anos 2000: dilemas da era neoliberal**. *In*: ANTUNES, Ricardo (org). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. v.1. São Paulo: Boitempo, 2006.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2. ed. Londrina: Práxis, 2007.

ANDERSON, Perry. **Balanço do Neoliberalismo**. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANDES. Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior. **Cadernos ANDES, nº 1**, 2. ed. Juiz de Fora, janeiro de 1988.

ANDES. Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior. **Nota Pública do ANDES-SN sobre a Desfiliação da CUT**. Brasília, 10 mar. 2005. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/leia-a-nota-publica-do-andes-sn-sobre-a-desfiliacao-da-cut/>. Acesso em: 22 ago. 2022.

ANDES-SN. **Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei 13.243/16): riscos e consequências para as universidades e a produção científica no Brasil**. Brasília: ANDES-SN, 2017. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-1508946885.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2022.

ANDES-SN. **INFORMANDES: “Lei do TIDE é promulgada no Paraná”**. Informativo nº 86, setembro de 2018. Brasília (DF), 2018. (pp.04-05). Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/b210689f6fd0a9f340de376c24e5d1c4_1546627217.pdf. Acesso em: 11 mai. 2022.

ANDES. Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior. **A Luta Sindical a partir das Greves do ANDES-SN ao Longo da História**. Brasília. 06 mai. 2022. Disponível em: <https://www.andes.org.br/diretorios/files/renata/2022/maio/Anexo-Circ162-22.pdf> Acesso em: 22 ago. 2022.

ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho, Reestruturação Produtiva e algumas Repercussões no Sindicalismo Brasileiro. *In*: ANTUNES, Ricardo (org). **Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos**: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2005.

ANTUNES, Ricardo. O Século XX e a Era da Degradação do Trabalho. *In*: SILVA, José Pereira (Org). **Por uma Sociologia do Século XX**. São Paulo: Annablume, 2007.

ANTUNES, Ricardo. PRAUN, Luci. A Sociedade dos Adoecimentos no Trabalho. *In*: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n.1, abr-jul/2020, pp. 27-43, 2020.

APIESP. Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público. **APIESP entrega ao governador documento em defesa da Autonomia Universitária**. 07 de junho de 2016. Disponível em:

<https://apiesp.org.br/noticias/item/1696-apiesp-entrega-ao-governador-documento-em-defesa-da-autonomia-universitaria>. Acesso em 12 mai. 2022.

APIESP. Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público. **Ofício R. nº 068, de 20 de março de 2017** – Manifestação de Considerações a respeito das deliberações da 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Política Salarial. Ponta Grossa, 20 mar. 2017a. Disponível em:

<http://asc.uem.br/images/2017/notaapiesp.pdf>. Acesso em: 12 de mai. 2022.

APIESP. Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público. **Nota Oficial**. Ponta Grossa, 07 jun. 2017b. Disponível em:

<https://portal.uepg.br/noticias.php?id=10798>. Acesso em: 13 mai. 2022.

APUB. **Quem Somos**. Disponível em: <http://apub.org.br/a-apub/quem-somos/>. Acesso em: 22 ago. 2022.

APUFPR. **Histórico da Associação**. Disponível em: <https://apufpr.org.br/historico/>. Acesso em: 22 ago. 2022.

ARAÚJO, Angela Maria C. OLIVEIRA, Roberto Vêras. O sindicalismo na era Lula: entre paradoxos e novas perspectivas. *In*: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos. (Org). **O Sindicalismo na Era Lula**: Paradoxos, Perspectivas e Olhares. Belo Horizonte: Fino Traço (Coleção Trabalho & Desigualdade), 2014, p. 29-60.

ASSIS, Silvana Soares. **O sindicalismo dos trabalhadores do setor público e as reformas neoliberais de FHC (1995-2002)**. 2006. Tese (Programa de Pós em Ciências Sociais) – IFCH/UNICAMP, Campinas, 2006.

AUDI, Amanda. Deputados do PR aumentam salários em 26%. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 28 jan. 2015. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/deputados-do-pr-aumentam-salarios-em-26-ejb66wrzuer3mmgx3evj0iqmm/>. Acesso em: 17 set. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BATALHA, Claudio H. Moraes. **O Movimento Operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BAUER, Carlos; DINIZ, Cassio; PAULISTA, Maria Inês. O sindicato na sociedade capitalista e a exterioridade do sindicalismo e associativismo dos trabalhadores da educação no Brasil. *In*:_____. **Sindicalismo e Associativismo dos trabalhadores em Educação no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BERNARDO, Kelen Aparecida da Silva. **Flexibilização Contratual no Setor Público: condições e relações de trabalho dos professores temporários nas Universidades Estaduais do Paraná**. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

BERTOLLO, Kathiúça. PINTO, Lidinês de Carvalho. CASTRO, Ana Luiza Lage de. A luta de classes na educação superior pública: considerações sobre a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). **Universidade e Sociedade**, DF, ano XXXI, nº 68, julho de 2021.

BEZERRA, Herlon Alves. **Rumo ao Sindicato Oficial: natureza de classe e trajetória organizativa do sindicalismo docente no Ceará**. 2019. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, 2019.

BOITO JR., Armando. **O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise da estrutura sindical**. Campinas: UNICAMP, São Paulo: HUCITC, 1991.

BOITO JR., Armando. De volta para o novo corporativismo – a trajetória política do sindicalismo brasileiro. **São Paulo em Perspectiva**, 8(3), 1994.

BOITO JR., Armando. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BOITO JR., Armando. Classe Média e Sindicalismo. **POLITEIA: Hist. e Soc.**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 1, p.211-234, 2004.

BOITO JR., Armando. **Estado, Política e Classes Sociais: ensaios teóricos e históricos**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

BONA, Aldo. **Universidades não repassarão superávit financeiro de recursos arrecadados pelas próprias IEES**. Curitiba, 11 mar. 2016. Disponível em: http://www.noticias.uem.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20568:u

[niversidades-no-repassaro-supervit-financeiro-de-recursos-arrecadados-pelas-prprias-iees&catid=986:pagina-central&Itemid=211](#). Acesso em: 12 mai. 2022.

BONA, Aldo. **Opinião: Rememorar é preciso!** Curitiba, 29 mar. 2021. Disponível em: <https://www.seti.pr.gov.br/Noticia/Opinio-Rememorar-e-preciso>. Acesso em: 26 mai. 2022.

BORGES, Liliam. Lei do TIDE é promulgada no Paraná. **INFORMANDES**, informativo nº 86, setembro de 2018. Brasília (DF), 2018. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/b210689f6fd0a9f340de376c24e5d1c4_1546627217.pdf. Acesso em: 11 mai. 2022.

BOSI, Antônio de Pádua. REIS, Luiz Fernando. A Reforma Universitária nas Universidades Estaduais do Paraná. **Universidade e Sociedade**. DF, Ano XIV, Nº 34, outubro de 2004

BOSI, Antônio de Pádua; REIS, Luis Fernando; SOUZA, Aparecida Darc de. **Os 169 dias que abalaram o neoliberalismo no Paraná**: memórias de docentes sobre a greve das universidades estaduais de 2001/2002. São Paulo: Hucitec, 2014.

BOSON, Luís Felipe Lopes. Abuso do direito de greve. **Rev. Trib. Reg. Trab. 3ª Reg.** - Belo Horizonte, 34 (64): 19-21, jul./dez.2001. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/73132/2001_boson_luis_a_buso_direito.pdf?sequence=1. Acesso em: 06 out. 2022.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BRANDI NETO, Inácio. Entrevista. *In*: BOSI, Antônio de Pádua; REIS, Luis Fernando; SOUZA, Aparecida Darc de. **Os 169 dias que abalaram o neoliberalismo no Paraná**: memórias de docentes sobre a greve das universidades estaduais de 2001/2002. São Paulo: Hucitec, 2014. p. 169-184.

BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe sobre o ensino superior no Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 31 ago. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a reforma administrativa e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 29 ago. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 mar. 2022.

BRASIL. Ministério de Administração Federal e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, 1995.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade Para Todos – PROUNI, dentre outros. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm. Acesso em: 31 ago. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 31 ago. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.850, de 02 de agosto de 2013**. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm. Acesso em: 25 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 31 ago. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2020: notas estatísticas**. Brasília, DF: Inep, 2022a.

BRASIL. Ministério da Educação. **E-Mec de instituições e cursos de educação superior**. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/emec/nova#avancada>. Acesso em: 18 mar. 2022b.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. Secretaria do Trabalho. **Novo CAGED – estatísticas mensais do emprego formal**. Brasília, jun. 2022c. Disponível em: http://pdet.mte.gov.br/images/Novo_CAGED/Jun2022/1-sumarioexecutivo.pdf. Acesso em: 24 ago. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Entidades Sindicais Cadastradas no MTP**. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/servicos/sindicatos/cadastro-de-entidades/arquivos-entidade-sindical-registrada/arquivos-entidade-sindical-registrada>. Acesso em: 05 ago. 2022d.

BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resultados das Eleições 1994 – Paraná – Governador**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1994/resultados-das-eleicoes-1994/parana/resultados-das-eleicoes-1994-parana-governador>. Acesso em: 28 abr. 2022. (a)

BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resultado da Eleição 2002**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2002/candidaturas-votacao-e-resultados/resultado-da-eleicao-2002>. Acesso em: 01 abr. 2022. (b)

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BRESSER PEREIRA, L. C. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 47, n. 1, p. 07 - 40, 1996. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/702>. Acesso em: 12 ago. 2022.

BRETTAS, Tatiana. **Capital financeiro, fundo público e políticas sociais: uma análise do lugar do gasto social no governo Lula**. Rio de Janeiro, 2013. 310 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade do Estado Rio de Janeiro, 2013.

BRIDI, Maria Aparecida; LIMA, Jacob Carlos. O trabalho digital e os trabalhadores. *In*: BRIDI, Maria Aparecida; LIMA, Jacob (Orgs.). **Flexíveis, virtuais e precários?** Os trabalhadores em tecnologia da informação. Curitiba: Editora da UFPR, 2018.

BROTTI, Maria Gorete. **Autonomia na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE**. 2000. 153 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

CACCIAMALI, Maria Cristina. TATEI, Fábio. Mercado de trabalho: da euforia do ciclo expansivo e de inclusão social à frustração da recessão econômica. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 30, n. 87, p. 103-121, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/119118>. Acesso em: 8 ago. 2022.

CALIL, Gilberto Grassi. Entrevista. *In*: BOSI, Antônio de Pádua; REIS, Luis Fernando; SOUZA, Aparecida Darc de. **Os 169 dias que abalaram o neoliberalismo no Paraná**: memórias de docentes sobre a greve das universidades estaduais de 2001/2002. São Paulo: Hucitec, 2014. p. 128-150.

CAMOTTI, Elieti dos Santos. **As Universidades Estaduais Paranaenses e o Governo Lerner (1995-1998 e 1999-2002)**: políticas públicas, privatismo e resistências. 2006. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

CAMPOS, André Gambier. **Breve Histórico das Mudanças na Regulação do Trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

CAMPOS, André Gambier. **A Atual Reforma Trabalhista**: possibilidades, problemas e contradições. Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

CANTERLE, Nilsa Maria. O Ensino Superior no Sudoeste do Paraná: origem e trajetória de transformação da FACIBEL. **Emancipação**, Ponta Grossa, 11(2): 153-173, 2011. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/1242>. Acesso em: 18 mar. 2022.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal** – a era Vargas acabou? Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A construção da Sociedade do Trabalho no Brasil**. Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. 2. Ed. Rio de Janeiro: Amazon, 2019.

CARMO, Alex Sander Souza do. *et al.* **Padrão de Localização Industrial por Intensidade Tecnológica e as Universidades Estaduais Paranaenses**. *In*: RAIHER, Augusta Pelinski (Org.). As Universidades Estaduais e o Desenvolvimento Regional do Paraná. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2015.

CARVALHO, Luiza Helena. **João de Mattos**: as aventuras de um padeiro na luta pela liberdade e pela dignidade na profissão (1876-1912). 151 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

CASTELO, Rodrigo. **Carlos Nelson Coutinho e a controvérsia sobre o neoliberalismo**. In: BRAZ, Marcelo (Org.). *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPAR, Jean. *Et al. A pesquisa qualitativa – enfoques epistemológicos e metodológico*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295-316.

COMANDO SINDICAL DOCENTE. **Comando Sindical Docente Rechaça Minuta da Lei Geral das Universidades do Estado do Paraná**. Londrina, 15 jun. 2019a. Disponível em: <https://sindiproladuel.org.br/download/csd-comando-sindical-docente-rechac%cc%a7a-minuta-da-lgu/>. Acesso em: 26 mai. 2022.

COMANDO SINDICAL DOCENTE. **Comando sindical Docente destaca rejeição à LGU em quatro universidades estaduais do Paraná e reitera rechaço à minuta da SETI**. Londrina, 07 set. 2019b. Disponível em: <https://sindiproladuel.org.br/download/comando-sindical-docente-destaca-rejeicao-a-lgu-em-quatro-universidades-estaduais-do-parana-e-reitera-rechaco-a-minuta-da-seti/>. Acesso em 26 mai. 2022.

COMANDO SINDICAL DOCENTE. **A LGU e a cumplicidade da SETI contra a autonomia universitária**. Londrina, 30 mar. 2021a. Disponível em: <https://sindiproladuel.org.br/download/csd-a-lgu-e-a-cumplicidade-da-seti-contra-a-autonomia-universitaria-30-03-21/>. Acesso em: 26 mai. 2022.

COMANDO SINDICAL DOCENTE. **Por que os sindicatos docentes rejeitam a LGU, de Bona e de Ratinho?** Londrina, 03 dez. 2021b. Disponível em: <https://sindiproladuel.org.br/download/csd-por-que-os-sindicatos-docentes-rejeitam-a-lgu-de-bona-e-ratinho-3-12-21/> Acesso em: 26 mai. 2022.

Comissão Nacional Pró-Cut. **Tudo sobre a CONCLAT – rumo à Central Única**. São Paulo, 1981. Disponível em <http://cedoc.cut.org.br/cedoc/livros-e-folhetos/920> Acesso em 09 de set. 2021.

CONGRESSO DA ANDES, 5, 1986, Salvador. **Relatório Final**. Salvador, 1986.

CONGRESSO DA ANDES, 6, 1987, Goiânia. **Relatório Final**. Goiânia, 1987.

CONGRESSO DA ANDES, 7, 1988, Juiz de Fora. **Relatório Final**. Juiz de Fora, 1988.

CONGRESSO DA ANDES, 8, 1989, São Paulo. **Relatório Final**. São Paulo, 1989.

CONSELHO NACIONAL DO ANDES, 19, 1989, Uberlândia. **Relatório Final**. Uberlândia, 1989.

CONGRESSO DO ANDES-SN, 24, 2005, Curitiba. **Relatório Final**. Curitiba, 2005.

CONGRESSO DO ANDES-SN, 30, 2011, Uberlândia. **Relatório Final**. Uberlândia, 2011.

CONGRESSO DO ANDES-SN, 39, 2020, São Paulo. **Relatório Final**. São Paulo, 2020.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 677-701, 2004.

- COSTA, Mauro Ricardo. **Governo do Paraná vai desembolsar 1,4 bilhão para pagar promoções e progressões em 2017**. Curitiba, 04 out. 2016. Disponível em: <https://www.fazenda.pr.gov.br/Noticia/Governo-do-Parana-vai-desembolsar-14-bilhao-para-pagar-promoco-es-e-progressoes-em-2017>. Acesso em: 03 mai. 2022.
- COSTA, Mauro Ricardo. **Três universidades aderem ao Meta-4 e Governo alerta UEM e UEL**. Curitiba, 22 jan. 2018. Disponível em: <https://www.fazenda.pr.gov.br/Noticia/Tres-universidades-aderem-ao-Meta-4-e-Governo-alerta-UEM-e-UEL>. Acesso em: 14 mai. 2022.
- COUTO, Isabel Cristina. **Ação Política Empresarial: o caso do GEC (Grupo de Empresários de Curitiba) – 1990 a 1998**. 1998. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.
- CRUZ, Helvia Leite. **Condições de construção histórica do sindicalismo docente na educação básica**. 2008. Tese (Programa de Pós Graduação em Sociologia) – Universidade de Brasília, UnB, Brasília, 2008.
- CUNHA, Luiz Antônio. O Ensino Superior no Octênio FCH. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 37-61, abril 2003.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas**. 3 Ed. [revista]. São Paulo: Editora UNESP, 2007a.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Crítica: o ensino superior na república populista**. 3 Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007b.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 3 Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007c.
- DAL ROSSO, Sadi. De associação a Sindicato. **Universidade e Sociedade**, DF, ano XX, nº 47, fevereiro de 2011a.
- DAL ROSSO, Sadi. Contribuições para a teoria do sindicalismo no setor da educação. In: **Associativismo e Sindicalismo em Educação – organização e lutas**. Brasília: Paralelo 15, 2011b.
- DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- DHAMER, Larissa. Mercantilização do Ensino Superior, Educação à Distância e Serviço Social. **Rev. Temporalis**, Ano VIII, n 15, Jan/Jun. 2008.
- DIAS, Reginaldo Benedito; GOMES, Dirceu Herrero. **ADUEM Memorial 40 anos: 1978-2018**. Maringá: Sinergia Casa Editorial, 2018.
- DIONÍSIO, Bibiana. Beto Richa e secretários do Paraná receberão dois salários em fevereiro. **G1 – Paraná RPC**. Curitiba, 24 fev. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/02/beto-richa-e-secretarios-do-parana-receberao-dois-salarios-em-fevereiro.html>. Acesso em: 17 set. 2022.
- DONATONI, Alaíde Rita. **Trajetória do movimento docente do ensino superior: um resgate histórico da origem e desenvolvimento da ANDES**. 1999. Tese (Doutorado faculdade de Educação) - UNICAMP, Campinas.
- DÓRIA, Pedro Ricardo. **Jaime Lerner: liderança, autoridade e contexto político**. Curitiba: Juruá, 2012. (primeira reimpressão)

DUARTE, Evaristo Emigdio Colmán. SINDIPROL/ADUEL - Unificação fortalece a categoria. **O Papel do Professor**, Londrina, ano 1, n.1, p. 3, maio 2009. Disponível em: <https://sindiproladuel.org.br/wp-content/uploads/2018/06/33-maio-de-2009.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2022.

DUARTE, Evaristo Emigdio Colmán. Entrevista com Evaristo Colmán. *In: Revista do SINDIPROL/ADUEL: memórias da greve (2000/2002)*. Londrina, agosto de 2012.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. Trabalho produtivo e improdutivo na atualidade: particularidade do trabalho docente nas federais. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 291-299, maio/ago. 2017.

ENGELS, F. Carta a Joseph Bloch. *In: MARX, K. ENGELS, F. LENINE, V. STALIN, J. Trechos Escolhidos de Marx, Engels, Lenine e Stalin sobre Literatura e Arte*. Coleção Estudos Sociais. Rio de Janeiro: Editora Calvino Limitada, 1945. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/freville/1936/literatura/index.htm>. Acesso 19 out. de 2021.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **O Futuro do Welfare State na Nova Ordem Mundial**. Revista Lua Nova, n. 35, São Paulo: CEDEC, 1995.

EVANGELISTA, Olinda. Formar o mestre na universidade: a experiência paulista nos anos de 1930. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.27, n.2, p.247-259, jul./dez. 2001.

FALCÃO, Mary Sylvia. **Diretora ANDES-SN pede que luta dos professores não seja mascarada** – Canal TV Senado. 06 mai. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y2EIAKvCT5A&list=WL&index=26>. Acesso em: 02 jun. 2022.

FANTINATTI, Márcia Maria Corsi Moreira. **Sindicalismo de classe média e meritocracia: o Movimento docente na Universidade Pública**. 1998. 237 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Campinas, Campinas: UNICAMP, 1998.

FANTINATTI, Márcia Maria Corsi Moreira. **O Movimento Docente na Universidade Pública**. Campinas: Editora Alínea, 2001.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Autonomia universitária no Brasil: uma utopia? **EPAA**, v. 7, n. 24, 1999.

FERRARI, Hamilton. Arrecadação com contribuição sindical caiu 97,5% desde 2017. **Poder 360**. Brasília, 10 fev. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/arrecadacao-com-contribuicao-sindical-cai-975-desde-2017/>. Acesso em: 05 ago. 2022.

FERRAZ, Cristiano Lima. **O Novo Operariado Brasileiro: um estudo a partir de dois segmentos de trabalhadores**. 2008. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de Campinas, Campinas: UNICAMP, 2008.

FERRAZ, Cristiano Lima. Marxismo e Teoria das Classes Sociais. **Politeia: Hist. e Soc.**, Vitória da Conquista, v. 9, n. 1, p. 271-301, 2009.

FERREIRA, A.de J.; SCHIMANSKI, E.; BOURGUIGNON, J.A. A triangulação como recurso metodológico na pesquisa social. *In: BOURGUIGNON, J.A.; OLIVEIRA*

JUNIOR, C.R. **Pesquisa em Ciências Sociais: interfaces, debates e metodologias**. Ponta Grossa/ Pr: Todapalavra, 2012.

FIUZA, Alexandre Felipe. Entrevista. *In*: BOSI, Antônio de Pádua; REIS, Luis Fernando; SOUZA, Aparecida Darc de. **Os 169 dias que abalaram o neoliberalismo no Paraná**: memórias de docentes sobre a greve das universidades estaduais de 2001/2002. São Paulo: Hucitec, 2014. p. 25-39.

FLORES, Mariana. **Parasitas da Sociedade?** Uma análise sobre a reestruturação destrutiva de parcela do “serviço público” brasileiro. 2021. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

FRANÇA, Teones. **Novo Sindicalismo**: histórico de uma desconstrução. São Paulo: Cortez, 2013.

FREITAS, Luiz Laertes de. **A Autonomia nas IES/Públicas Estaduais Paranaenses: visões e perspectivas dos dirigentes das instituições de ensino superior públicas estaduais do Paraná, sobre a implementação da autonomia**. 150 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

FURSTENBERGER, Oscar Heberto. **Assembleia de posse – SINDUEPG**. Ponta Grossa, 20 abr. 2021. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=l8OW03XyUu0>. Acesso em: 11 out. 2021.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 18. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.

GADINI, Sérgio. **Assembleia de posse – SINDUEPG**. Ponta Grossa, 20 abr. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=l8OW03XyUu0>. Acesso em: 11 out. 2021.

GALVÃO, Marisa Nunes. **Sindicalismo e Universidade**: trabalho, ciência e democracia na construção do movimento sindical nas universidades estaduais paulistas. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, 1995.

GALVÃO, Andreia. TRÓPIA, Patrícia. A CSP-Conlutas em perspectiva. *In*: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos. (Org). **O Sindicalismo na Era Lula**: Paradoxos, Perspectivas e Olhares. Belo Horizonte: Fino Traço (Coleção Trabalho & Desigualdade), 2014, p. 115-148.

GALVÃO, Andreia. Reforma Trabalhista: efeitos e perspectivas para os sindicatos. *In*: **Reforma trabalhista no Brasil**: promessas e realidade. Organizadores: KREIN, José Dari. OLIVEIRA, Roberto Vêras. FILGUEIRAS, Vitor Araújo. Campinas/SP: Curt Nimuendajú, 2019.

GAMBIAGI, Fábio *et al.* **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010)**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GARDINGO, José Raulindo. **Assembleia de posse – SINDUEPG**. Ponta Grossa, 20 abr. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=l8OW03XyUu0>. Acesso em: 11 out. 2021.

GINDIN, Julián. Sindicalismo dos trabalhadores em Educação: tendências políticas e organizacionais (1978-2011). **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 75-92, abr./jun. 2013.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa Social – teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

GOURA, Jorge Brand. **Regime de urgência na tramitação da Lei Geral das Universidades é alvo de críticas em audiência**. Curitiba, 08 dez. 2021. Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/regime-de-urgencia-na-tramitacao-da-lei-geral-das-universidades-e-alvo-de-criticas-em>. Acesso em: 25 mai. 2022.

GRANZOTO, Tânia Maria. **O movimento sindical na academia: o caso das universidades estaduais paulistas**. 2010. Tese (Programas de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HIRO, Cássio Hideo Diniz. **História e Consciência de Classe na Educação Brasileira: lutas e desafios políticos dos trabalhadores em educação em Minas Gerais (1979-1983)**. 2012. Dissertação (Programas de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2012.

HOBBS, Eric J. **A Era das Revoluções: 1789-1848**. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

HOCHMAN, Gilberto. Aprendizado e Difusão na Constituição de Políticas: A Previdência Social e seus Técnicos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 3, nº 7, 1988. pp. 84-97

HORN, Carlos Henrique. **A Atomização da Estrutura Sindical Brasileira após a Constituição de 1988**. Cienc. Cult. vol.58 nº.4, São Paulo, Oct./Dec. 2006.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem – do feudalismo ao século XXI**. 22. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 29. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IASI, Mauro. **Ensaio Sobre Consciência e Emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IBGE. **Sistema de contas regionais - Brasil 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101619>. Acesso em: 05 mai. 2022.

IBGE. **Sistema de contas regionais - Brasil 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101679>. Acesso em: 05 mai. 2022.

IBGE. **Sistema de contas regionais - Brasil 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101765>. Acesso em: 05 mai. 2022.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua. **Características adicionais do mercado de trabalho 2019**. Rio de Janeiro, 2020b. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101743_informativo.pdf Acesso em 22 de ago. de 2021.

- IBGE. **Brasil/Paraná/Ponta Grossa** – panorama. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/ponta-grossa/panorama>. Acesso em: 06 out. 2021.
- IBGE, Diretoria de Pesquisas. **Sindicatos**: indicadores sociais 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1416.pdf> Acesso em 26 de ago. de 2021.
- IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Base de Dados do Estado – BDEweb. Ano de referência 2019**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>. Acesso em: 18 de mar. 2022.
- IPEA. Atlas do Estado Brasileiro. **Participação do emprego público, por nível federativo**. 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasestado/consulta/139>. Acesso em: 08 ago. 2022.
- JAROS, Thailan. Maternidade do Hospital Universitário começa a funcionar no Hospital da criança na quinta-feira. **CBN de Ponta Grossa**, Ponta Grossa, 18 ago. 2020. Disponível em: <https://www.cbnpq.com.br/post/maternidade-do-hospital-universitario-comeca-a-funcionar-no-hospital-da-crianca-na-quinta-feira>. Acesso em: 31 ago. 2022.
- KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. **Tempo Social**, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 77-104, 2018. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2018.138082. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/138082>. Acesso em: 19 ago. 2021.
- KREIN, José Dari. OLIVEIRA, Roberto Vêras. Os Impactos da Reforma nas Condições de Trabalho. *In: Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade*. Organizadores: KREIN, José Dari. OLIVEIRA, Roberto Vêras. FILGUEIRAS, Vitor Araújo. Campinas/SP: Curt Nimuendajú, 2019.
- KUNHAVALIC, José Pedro. **Ney Braga: trajetória política e bases de poder**. 1999. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.
- LADOSKY, Mario H. G. RAMALHO, José Ricardo. RODRIGUES, Iram Jácome. A Questão Trabalhista e os Desafios da Ação Sindical nos anos 2000. *In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos. (Org). O Sindicalismo na Era Lula: Paradoxos, Perspectivas e Olhares*. Belo Horizonte: Fino Traço (Coleção Trabalho & Desigualdade), 2014, p. 61-86.
- LÁZARO JR. José. BNDES e governo do Paraná cogitam privatizar empresas públicas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 out. 2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/bndes-e-governo-do-parana-cogitam-privatizar-empresas-publicas-4lz4fxixf9v1dte2flzdhiq3/?ref=link-interno-materia>. Acesso em: 06 set. 2022.
- LEHER, Roberto. **Autoritarismo Contra a Universidade**: o desafio de popularizar a defesa da educação pública. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- LIMA, Candida de F. Deichmann Santos. **O Governo Jaime Lerner e o Programa Paraná Mais Empregos (1995-2002)**. 2007. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

LIMA, Kátia Regina de Souza. REUNI e Banco de Professor Equivalente: novas ofensivas da contra-reforma da educação superior brasileira no governo Lula da Silva. **Universidade e Sociedade**. DF, ano XVII, nº 41, janeiro de 2008.

LIMA, Kátia Regina de Souza. O Banco Mundial e a Educação Superior Brasileira na Primeira Década do Novo Século. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 86-94, jan./jun. 2011.

LIMA, Telma Sasso de. MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál.** Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.

LUCENA, Carlos. Memórias de Militantes: a greve dos petroleiros de 1995. **Revista Trabalho Necessário**, v. 18, n. 35, p. 79-98, 23 jan. 2020. Disponível em <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/40493> Acesso 26 de ago. 2021.

LUZ, Madel Therezinha. Prometeu Acorrentado: Análise Sociológica da Categoria Produtividade e as Condições Atuais da Vida Acadêmica. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 15(1):39- 57, 2005.

LUZ, Simão Diego Zanchetti. **As Ocupações das Escolas Públicas do Paraná em 2016 e as Teorias Críticas da Educação**. 2020. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2020.

MACIEL, Osvaldo de Oliveira. História da ANDES- Sindicato Nacional: trabalhando a luta, construindo (a) história. *In*: **Revista Universidade e Sociedade**, Ano I, nº1, 1991.

MANDEL, Ernest. **Tratado de Economia Marxista**: Tomo II. México D.F.: Ediciones Era, 1971.

MARIANO, Hélvio Alexandre. SILVA, Denny William da Silva. As manifestações e a ordem pública numa era de violência. *In*: **Universidade e Sociedade**, ano XXIII, nº 53, fevereiro de 2014.

MARTINS, Carlos Benedito. A Reforma Universitária de 1968 e a Abertura para o Ensino Superior Privado no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.

MARX, Karl. **Capítulo VI inédito de O Capital**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

MARX, Karl. **Teorias da Mais-Valia**: histórica crítica do pensamento econômico. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Sindicalismo**. São Paulo: CHED, 1980.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATOS, Júlia Silveira. SENNA, Adriana Kivanski de. História Oral como fonte: problemas e métodos. **Historiæ**, Rio Grande, 2 (1): 95-108, 2011.

MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores escravizados e livres na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. **Revista Rio de Janeiro**, n. 12, jan-abril 2004.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A Classe Trabalhadora: de Marx ao nosso tempo**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MEC. Assessoria de Comunicação Social do FNDE. **Liberados R\$ 229 milhões para recompra de títulos**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/cft-e>. Acesso em: 16 ago. 2022.

MIRANDA, Kênia Aparecida. **As lutas dos trabalhadores da Educação: do novo sindicalismo à ruptura com a CUT**. 2011. Tese (Pós Graduação em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

MIRANDA, Paula Roberta; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Fies e Prouni na expansão da educação superior brasileira: políticas de democratização do acesso e/ou de promoção do setor privado-mercantil? **Educ. Form.**, Fortaleza, v.5, n. 3, p. 1-19, 2020. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/1421>. Acesso em: 25 fev. 2022.

MUSTAFÁ, Maria Alexandra da Silva Monteiro. Neoliberalismo, crise do Welfare e Serviço Social na Itália: uma análise do Projeto M'Imprendo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 145, p. 12-32, set./dez. 2022.

NAVARRO, Ignez Pinto. **Sindicalismo de intelectuais no Brasil: história e memória - um resgate da trajetória da Andes - SN, com ênfase na política educacional (1981-1994)**. 1999. 475 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NOGUEIRA, Arnaldo José França Mazzei. **A Liberdade Desfigurada: a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

NORONHA, Eduardo Garuti. O Modelo Legislado de Relações de Trabalho no Brasil. **Dados**, v. 43, n. 2, 2000.

NORONHA, Eduardo Garuti. **Ciclo de Greves, Transição Política e Estabilização: Brasil, 1978-2017**. Lua Nova, São Paulo, 76: 119-168, 2009. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ln/i/2009.n76/> Acesso em 26 de ago. 2021.

NOVAES, Dulcinéia. Polícia usa bombas de gás contra professores estaduais em greve no PR. **Jornal Nacional**, Rio de Janeiro, 29 abr. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/04/policia-usa-bombas-de-gas-contra-professores-estaduais-em-greve-no-pr.html>. Acesso em: 05 out. 2022.

NUNES JR. Amandino Teixeira. Sindicalização, negociação coletiva e direito de greve dos servidores públicos. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília a. 33 n. 130 abril/jun. 1996.

OLIVIERO, Maurizio. CRUZ, Paulo Márcio. Reflexões sobre a crise financeira internacional e o estado de bem-estar. **Universitas JUS**, v. 25, n. 2, p. 59-69, 2014. Disponível em: <https://www.gti.uniceub.br/jus/article/viewFile/2482/2443>. Acesso em: 11 ago. 2022.

PADILHA, Regina Célia Habibi Wipieski. Notas sobre o trabalho docente nas universidades paranaenses nos anos de 1970 e 1980. **Voos Revista Eletrônica Polidisciplinar**, Guarapuava, n.5, p. 101-108, mar. 2008.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.

PAIVA, Gabriel de Abreu Gonçalves de. REIS, Luiz Fernando. Uma Análise das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Superior no Governo Requião (2003-2006). **Educere et Educare – Revista de Educação**. Vol. 5 – Nº 10 – 2º Semestre de 2010.

PAIVA, Luís Roberto Besserra de. **Sindicalismo e associativismo docente universitário na América Latina** - História e embates políticos na contemporaneidade (1990-2010). 2016. 682 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo: UNINOVE, 2016.

PAIVA, Luís. BAUER, Carlos. O sindicalismo docente universitário e a contrarreforma universitária neoliberal: casos de argentina, brasil, colômbia e México. **Form. Doc.**, Belo Horizonte, v. 11, n. 22, p. 143-156, set./dez. 2019.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. **Lei n. 6.034, de 6 de novembro de 1969**. Cria as Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa e a Federação das Escolas Superiores de Curitiba. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=11438&indice=1&totalRegistros=1&dt=2.2.2020.12.4.17.310>. Acesso em: 12 mar. 2022.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. **Constituição do Estado do Paraná, de 05 de outubro de 1989**. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=9779&codItemAto=97592>. Acesso em: 19 mar. 2022.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. **Lei n. 9.663, de 16 de julho de 1991**. Transforma em autarquias as fundações estaduais que menciona e adota outras providências. Disponível em: http://portal.assembleia.pr.leg.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=33456&tipo=L&tplei=0. Acesso em: 18 mar. 2022.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. **Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997**. Dispõe sobre as carreiras do pessoal docente e técnico-administrativo das IEES/PR e dá outras providências.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. **Lei nº 13.029, de 28 de dezembro de 2000**. Autoriza o Poder Executivo a transformar o Hospital Regional de Cascavel em Hospital Universitário do Oeste do Paraná e transferi-lo para a Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE e adota outras providências. Disponível em: http://portal.alep.pr.gov.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=25612&tipo=L&tplei=0. Acesso em: 18 mar. 2022.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. **Lei Estadual nº 14.825, de 2005**. Altera dispositivos da Lei nº 11.713/97 e adota outras providências pertinentes aos integrantes do Magistério do Ensino Superior.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. **Lei Estadual nº 17.046, de 12 de janeiro de 2012**. Dispõe sobre normas para licitação e contratação de Parcerias Público-Privadas do Paraná (Paraná Parcerias). Publicada no Diário Oficial nº. 8629 de 12 de janeiro de 2012.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. **Lei Estadual nº 19.594, de 12 de julho de 2018**. Curitiba, 2018.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. **Lei Estadual nº 20.933, de 17 de dezembro de 2021**. Dispõe sobre os parâmetros de financiamento das Universidades Públicas Estaduais do Paraná, estabelece critérios para a eficiência da gestão universitária e dá outros provimentos. Curitiba, 2021.

PARANÁ. Casa Civil. **Decreto Estadual nº 18.110, de janeiro de 1970** – Cria, sob forma de Fundação, a Universidade Estadual de Londrina. Curitiba, 1970.

PARANÁ. Casa Civil. **Decreto nº 1.988, de 31 de outubro de 2003** - Cria o Sistema Integrado de Informações de Recursos Humanos – SEAP.

PARANÁ. Casa Civil. **Decreto nº 7.599, de 18 de março de 2013** - Institui e define atribuições do Conselho de Gestão Administrativa e Fiscal do Estado, como colegiado de assessoramento direto ao Governador do Estado, estabelece procedimentos e define providências. Publicado no Diário Oficial nº. 8918 de 18 de março de 2013.

PARANÁ. Casa Civil. Governo do Estado do Paraná. **Carlos Alberto Richa**. Disponível em: <https://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Carlos-Alberto-Richa>. Acesso em: 01 abr. 2022.

PARANÁ. Gabinete do Governador. **Mensagem nº 016/2015**. Dispõe sobre a reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio da Previdência Social do Estado do Paraná e dá outras providências. Curitiba, 2015.

PARANÁ. **Plano de Metas**. Plano de Governo 2015-2018. Administração Beto Richa. Curitiba, 2014.

PARANÁ. **Saber Ouvir. Saber Fazer - Novas Ideias para um Novo Paraná**. Plano de Governo 2011-2014. Administração Beto Richa. Curitiba, 2010.

PARANÁ. Secretaria de Educação. **Governo apresenta proposta para fim das greves**. Curitiba, 21 out. 2016. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Governo-apresenta-proposta-para-o-fim-das-greves+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 01 jul. 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Governo Garante o Pagamento da Segunda Parcela da Equiparação Salarial para Professores das Universidades**. Curitiba, 25 nov. 2013. Disponível em: <https://www.seti.pr.gov.br/Noticia/Governo-garante-pagamento-da-segunda-parcela-da-equiparacao-salarial-para-professores-das>. Acesso em: 18 fev. 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Relatório da SETI 2011**. 2012. Disponível em: https://www.seti.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-07/relatorio_da_seti_2011.pdf. Acesso em: 04 mai. 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Relatório da SETI 2012**. 2013. Disponível em:

https://www.seti.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-07/relatorio_da_seti_2012.pdf. Acesso em: 04 mai. 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Relatório da SETI 2013**. 2014. Disponível em:

https://www.seti.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-07/relatorio_da_seti_2013.pdf. Acesso em: 05 mai. 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Relatório da SETI 2015**. 2016. Disponível em:

https://www.seti.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-07/rel_alep_2015.pdf. Acesso em: 05 mai. 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Após acordo, movimento estudantil desocupa Reitoria da UEPG**. Curitiba, 24 out. 2016. Disponível em:

<https://www.seti.pr.gov.br/Noticia/Apos-acordo-movimento-estudantil-desocupa-Reitoria-da-UEPG>. Acesso em: 22 jun. 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Relatório da SETI 2016**. 2017. Disponível em:

https://www.seti.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-07/rel_alep_2015.pdf. Acesso em: 05 mai. 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Relatório da SETI 2017**. 2018. Disponível em:

https://www.seti.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-07/relatorio_da_seti_2017.pdf. Acesso em: 05 mai. 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Relatório da SETI 2018**. 2019. Disponibilizado mediante solicitação junto ao órgão governamental (via Lei de Acesso a Informação) em 08 mai. 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Governador assina decreto que oficializa UNESPAR. Disponível em:

<https://www.seti.pr.gov.br/Noticia/Governador-assina-decreto-que-oficializa-Unespar>. Acesso em: 18 mar. 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Fazenda. **Resolução SEFA nº 196, de 04 de março de 2016**.

PARANÁ. Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Censo Acadêmico – Dados IES 2018**. Disponível em:

https://www.seti.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/censo_ensino_superior_2018.pdf. Acesso em: 19 mar. 2022.

PARANÁ. Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Seti recebe representantes dos sindicatos dos docentes das universidades estaduais.

Notícias, 14 mar. 2019. Disponível em: <https://www.seti.pr.gov.br/Noticia/Seti-recebe-representantes-dos-sindicatos-dos-docentes-das-universidades-estaduais>.

Acesso em: 26 fev. 2022.

PARANÁ. Superintendência Geral de Tecnologia e Ensino Superior. **Resolução nº 01/2022 – CRUEP**. Regulamenta o funcionamento do Conselho de Reitores(as) das

Universidades Públicas Estaduais do Estado do Paraná - CRUEP. Publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná em 13/05/2022. Curitiba, 2022.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. **Prestação de Contas do Chefe do Poder Executivo Estadual – exercício financeiro de 2011. Acórdão de Parecer Prévio nº 290/12 - Tribunal Pleno.** Curitiba, 2012a.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. **Relatório das Contas do Governo – exercício 2011.** Curitiba, 2012b.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. **Relatório das Contas do Governo – exercício 2012.** Curitiba, 2013.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. **Prestação de Contas do Chefe do Poder Executivo Estadual – exercício financeiro de 2013. Acórdão de Parecer Prévio nº 314/14 - Tribunal Pleno.** Curitiba, 2014a.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. **Relatório das Contas do Governo – exercício 2013.** Curitiba, 2014b.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. **Prestação de Contas do Chefe do Poder Executivo Estadual – exercício financeiro de 2014. Acórdão de Parecer Prévio nº 255/15 - Tribunal Pleno.** Curitiba, 2015a.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. **Relatório das Contas do Governo – exercício 2014.** Curitiba, 2015b.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. **Prestação de Contas do Chefe do Poder Executivo Estadual – exercício financeiro de 2015. Acórdão de Parecer Prévio nº 223/16 - Tribunal Pleno.** Curitiba, 2016a.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. **ACÓRDÃO N.º 2847/16 - Tribunal Pleno.** Curitiba, 2016b. Disponível em:

<https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/acordao-2847-2016-do-tribunal-pleno/287244/area/10>. Acesso em: 10 mai. 2022.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. **Relatório das Contas do Governo – exercício 2015.** Curitiba, 2016b.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. **Relatório das Contas do Governo – exercício 2017.** Curitiba, 2018b.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. **Relatório das Contas do Governo – exercício 2018.** Curitiba, 2019.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. **ACÓRDÃO N.º 949/20 - Tribunal Pleno.** Curitiba, 2020. Disponível em:

<https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/acordao-949-2020-do-tribunal-pleno/328517/area/10>. Acesso em: 11 mai. 2022.

PARANÁ. Tribunal Regional Eleitoral. **Resultado das Eleições Gerais TRE-PR.**

Disponível em: <https://www.tre-pr.jus.br/eleicoes/resultados/resultados-de-eleicoes-gerais-tre-pr>. Acesso em: 01 abr. 2022.

PAULANI, Leda Maria. **A Inserção da Economia Brasileira no Cenário Mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história.** Boletim de Economia e Política Internacional (IPEA), nº 10, abr/jun. 2012. Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4554>. Acesso em: 12 ago. 2022.

PEREIRA, Luis Fernando Lopes. O retorno da narrativa e do acontecimento: o 29 de abril sob o olhar da historiografia. *In*: PEREIRA, Luis Fernando Lopes. ALLAN, Nasser Ahmad. (Orgs). **29 de abril: repressão e resistência**. Bauru: Canal 6, 2016.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Política Social: tema e questões**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PHILLIPI, Paulo Cesar. LISBOA, Armando de Mello. Perspectivas do sindicalismo nas universidades. **Revista Espaço Acadêmico**. Maringá, v. 11, n° 123, ano XI, p. 184-196, agosto de 2011. Disponível em <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12725/7610> Acesso em 14 de set. 2021.

PINTO, Marina Barbosa. **Manifesto pela Unidade do Movimento Docente**. ANDES-SN contesta criação do Proifes. Brasília, 26 out. 2004.

POCHMANN, Márcio. **O Emprego na Globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

POULANTZAS, Nico. **Poder Político e Classes Sociais**. Campinas: Editora UNICAMP, 2019.

PROIFES-Federação. **Histórico**. Disponível em: <https://www.proifes.org.br/historico>. Acesso em: 13 set. 2021.

QUEIROZ, Antonio Augusto. **Movimento sindical: passado, presente e futuro**. Brasília: DIAP, 2012.

RATINHO JUNIOR, Carlos Massa. **Mensagem n° 224/2021 enviada à Assembleia Legislativa do Paraná – Projeto de Lei n° 728/2021**. Curitiba, 2021.

REIS, Luiz Fernando. **A Autonomia Universitária: de princípio fundante às orientações do Banco Mundial e sua relação com as reformas atuais do Ensino Superior no Brasil e no Estado do Paraná**. 2002. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

REIS, Luiz Fernando. A greve na UEL, UEM e UNIOESTE em 2001/2002. *In*: **Revista do SINDIPROL/ADUEL: memórias da greve (2000/2002)**. Londrina, agosto de 2012.

REIS, Luiz Fernando. MELO JÚNIOR, Aroldo Messias de. Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação superior no estado do Paraná: um estudo comparativo do período de 2003 a 2010. **Acta Scientiarum. Education**. Maringá, v. 36, n. 2, p. 297-307, July-Dec., 2014.

REIS, Luiz Fernando. Autonomia e financiamento das universidades estaduais do Paraná: a agenda regressiva do governo Beto Richa. **Universidade e Sociedade**. N° 61, janeiro de 2018. (pp. 06-27)

RELATÓRIO FINAL I SEMINÁRIO ESTADUAL SOBRE A MINUTA DA LGU. Londrina, 02 ago. 2019. Disponível em: <https://sindiproladuel.org.br/wp-content/uploads/2019/08/relatorio-final-para-divulgacao.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2022.

RÊSES, Erlando da Silva. **De Vocação para Profissão: organização sindical docente e identidade social do professor**. 2008. Tese (Programa de Pós Graduação em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

- RICHA, Carlos Alberto. **Casa Civil e SEAP têm novos Secretários**. 2012. Disponível em: <https://www.administracao.pr.gov.br/Noticia/Casa-Civil-e-SEAP-tem-novos-Secretarios>. Acesso em: 03 mai. 2022.
- RIDENTI, Marcelo Siqueira. ANDES: representação política e sindical de professores universitários. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 93, p. 72-80, maio 1995.
- RIDENTI, Marcelo Siqueira. **Classes Sociais e Representação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- RODRIGUES, Andréa Maria dos Santos. SOUZA, Kátia Reis de. Trabalho e Saúde de Docentes de Universidade Pública: o ponto de vista sindical. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16 n. 1, p. 221-242, jan./abr. 2018.
- RODRIGUES, Iram Jácome. **As Comissões de Empresa e o Movimento Sindical**. In: BOITO JÚNIOR, Armando. *Et al.* O Sindicalismo Brasileiro nos anos 1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. Formação e desenvolvimento do sindicalismo. In: **Trabalhadores, sindicatos e industrialização** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, pp 8-46. ISBN: 978-85-99662-99-1. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/5y76v>. Acesso em: 18 ago. 2021.
- RODRIGUES, Marcelo Soncini. **A Conquista da Autonomia Universitária Plena: desafios para a consolidação da universidade pública, gratuita e de qualidade nas IEES do Paraná (1990-2021)**. 2021. Tese (Programa de Pós Graduação em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- ROSSI, Waldemar. GERAB, William Jorge. **Para entender os sindicatos do Brasil: uma visão classista**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- RUFINI, Sueli Édi. **Caracterização do Sistemas de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná**. In: RAIHER, Augusta Pelinski (Org.). *As Universidades Estaduais e o Desenvolvimento Regional do Paraná*. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2015.
- SACRAMENTO, Ednaldo Mendes. **CUT, do classismo à cooperação de classes: a CUT entre pressões, determinações e escolhas**. 2014. Dissertação (Programa de Pós Graduação em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014.
- SAES, Décio. **Classe Média e Sistema Político no Brasil**. São Paulo: TA Queiroz, 1984.
- SAKURADA, Priscila Keiko Cossual. O Sucateamento da Universidade Pública: a realidade dos cursos de Serviço Social da UFES e UFF. **Universidade e Sociedade**. DF, ano XXVII, nº 59, janeiro de 2017.
- SAMPAIO, Maria Regina Maneschy Faria. **Caminhos da Recepção: a transferência para o Brasil de políticas para a educação superior**. Tese (Doutoramento em Educação) - Instituto de Educação de Lisboa, Lisboa, 2012.
- SANSÃO, Luiza. **Ameaças e agressão do CCC a Rocha Barros causaram sua morte**. Revista ADUSP, maio de 2013. Disponível em <https://www.adusp.org.br/files/revistas/54/mat04.pdf>. Acesso em 01 set. 2021.

SANTANA, Marco Aurélio. Entre a Ruptura e a Continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 14 n°. 41, outubro/1999.

SANTOS, Patrícia Targino Melo. **Espaço representacional do sindicalismo docente das universidades**. 2007. 98 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SCHLESENER, Anita Helena. **Grilhões Invisíveis**: as dimensões da ideologia, as condições de subalternidade e a educação em Gramsci. Ponta Grossa: UEPG, 2016.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ. **Governador autoriza convocação de 2.433 novos policiais e bombeiros militares**. Curitiba, 31 out. 2013 Disponível em: <https://www.seguranca.pr.gov.br/Noticia/Governador-autoriza-convocacao-de-2433-novos-policiais-e-bombeiros-militares>. Acesso em: 01 jun. 2022.

SESDUEM. **Ata da Assembleia Geral de criação da Seção Sindical dos Docentes da UEM**, realizada no dia 11 set. 2009.

SESDUEM. **Postagem sem título no Facebook**. Maringá, 30 mai. 2015a. Disponível em: <https://www.facebook.com/sesduem/posts/1857002377858234> Acesso em: 30 jun. 2022.

SESDUEM. **Sobre o Termo de Compromisso do Governo Estadual**. Maringá, 17 jun. 2015b. Disponível em: <https://www.facebook.com/sesduem/posts/pfbid0un4orEWPWDAPMTLekWgKps3PW1b78eYcG3L2R82xgj7JXToQsVnBnxFKHSWBSw9ul>. Acesso em: 16 set. 2022.

SESDUEM. **Postagem: Por que estamos de greve?** Maringá, 19 out. 2016a. Disponível em: <https://www.facebook.com/sesduem/posts/2153270444898091>. Acesso em: 23 jun. 2022.

SESDUEM. **Postagem do Facebook** (sem título). Maringá, 23 out. 2016b. Disponível em:

<https://www.facebook.com/sesduem/posts/pfbid0rDqb5drsJHQPFwovyxd8WRFYpbs9FgmrRinREh6eoZfDPPLzqN7E8CjpXEd44Hxcl>. Acesso em: 09 jul. 2022.

SESDUEM. **Regimento da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Maringá**. Aprovado definitivamente em Assembleia Geral realizada em 05 de setembro de 2017. Disponível em: <http://www.sesduem.com.br/regimento-da-sesduem/>. Acesso em: 18 fev. 2022.

SESDUEM. **TIDE tratado como regime de trabalho**. Maringá, 18 jul. 2018. <https://www.sesduem.com.br/nota-tide-tratado-como-regime-de-trabalho/>. Acesso em: 28 jun. 2022.

SESDUEM. **Criação do Sindicato**. Disponível em: <http://www.sesduem.com.br/modelo-criacao/>. Acesso em: 09 fev. 2022.

SHEEN, Maria Rosemary Coimbra Campos. **O Contexto da Política de Criação das Universidades Estaduais do Paraná**. 1986. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, 1986.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis. *et al.* **A Importância das Universidades Estaduais no Desenvolvimento Econômico dos Municípios do Paraná: análise dos efeitos de médio e longo prazo**. In: RAIHER, Augusta Pelinski (Org.). *As Universidades*

Estaduais e o Desenvolvimento Regional do Paraná. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2015.

SILVA, Camila Machado Cyrillo. SILVEIRA, Luiz Fernando Castilhos. A Autonomia Universitária na Constituição de 1988: um modelo de autonomia institucional em construção. **Revista Práticas em Gestão Pública Universitária**, ano 5, v. 5, n. 1, jan.-jun. 2021.

SILVA, Jaqueline Barbosa Pinto. **Ocupações/Invasões Estudantis de 2016: disputas e resultados no caso da Universidade de Brasília**. 2018. Dissertação (Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo da. **Et al. Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente**. In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. *Anais*. PUC/PR: Curitiba, 26 a 29 de outubro de 2009.

SILVA, Luís Fernando Santos Corrêa. Entre a posição e as práticas: classes médias nas perspectivas de Erik Olin Wright e Pierre Bourdieu. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, Vol. 56, N. 1, p. 48-57, jan/abr 2020.

SILVA, Sidney Jard da. **Companheiros servidores: o sindicalismo do setor público na CUT**. São Bernardo do Campo: EdUFABC, 2015.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. SGUISSARDI, Valdemar. **Novas Faces da Educação Superior no Brasil: reforma do Estado e mudança na produção**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

SINDIPROL/ADUEL. **Quem Somos**. Disponível em: <https://sindiproladuel.org.br/a-historia/>. Acesso em: 03 fev. 2022.

SINDIPROL/ADUEL. **Assembleia aceita equiparação salarial em quatro parcelas anuais de 7,14%**. Londrina, 22 mar. 2012a. Disponível em: <https://sindiproladuel.org.br/assembleia-aceita-equiparacao-salarial-em-quatro-parcelas-anuais-de-714/>. Acesso em: 06 jun. 2022.

SINDIPROL/ADUEL. **Governo ainda não encaminhou projeto de equiparação salarial dos docentes à Assembleia**. Londrina, 03 mai. 2012b. Disponível em: <https://sindiproladuel.org.br/governo-ainda-nao-encaminhou-projeto-de-equiparacao-salarial-dos-docentes-a-assembleia/>. Acesso em: 06 jun. 2022.

SINDIPROL/ADUEL. **Professores das universidades estaduais entrarão em greve caso o governo Beto Richa não cumpra o acordo de equiparação salarial**. Londrina, 19 jul. 2012c. Disponível em: <https://sindiproladuel.org.br/professores-das-universidades-estaduais-entrarao-em-greve-caso-o-governo-beto-richa-nao-cumpra-o-acordo-de-equiparacao-salarial/>. Acesso em: 06 jun. 2022.

SINDIPROL/ADUEL. **Deliberações da Assembleia Docente de 05 de março de 2015**. Londrina, 05 mar. 2015a. Disponível em: <https://sindiproladuel.org.br/deliberacoes-da-assembleia-docente-5-de-marco-de-2015/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SINDIPROL/ADUEL. **Professores fazem ato contra Governo e repudiam tentativa de criminalizar alunos**. Londrina, 05 mai. 2015b. Disponível em: <https://www.facebook.com/Sindiproladuel/posts/pfbid02yvB5M8XVt3Y6x4ZstwTGTdebUp1biJJtwsRAa13ysS29XJGJi3BccW6KJnPSnQxwI>. Acesso em: 29 jun. 2022.

SINDIPROL/ADUEL. **A greve das IEES e a tensa semana em Curitiba.** Londrina, 18 jun. 2015c. Disponível em: <https://sindiproladuel.org.br/a-greve-das-iees-e-a-tensa-semana-em-curitiba/>. Acesso em: 08 jul. 2022.

SINDIPROL/ADUEL. **Professores da UEL suspendem greve.** Londrina, 23 jun. 2015d. Disponível em: <https://www.facebook.com/Sindiproladuel/posts/pfbid032RrraFhkV56gdpBSmsaLiESRviX5tVoGtrXprLmf55J1cuPiYTbNqpixAdPR5C2EI>. Acesso em: 30 jun. 2022.

SINDIPROL/ADUEL. **Comunicado do Comando de Greve Docente sobre a Greve Estudantil e as Ocupações na UEL.** Londrina, 07 nov. 2016a. Disponível em: <https://sindiproladuel.org.br/comunicado-do-comando-de-greve-docente-sobre-a-greve-estudantil-e-as-ocupacoes-na-uel/>. Acesso em: 23 jun. 2022.

SINDIPROL/ADUEL. **Balanco do Movimento.** Londrina, 04 dez. 2016b. Disponível em: <https://sindiproladuel.org.br/boletim-especial-do-sindiproladuel/>. Acesso em: 23 jun. 2022.

SINDIPROL/ADUEL. **O que é o Sistema RH META4 e o que está em disputa?** Londrina, 12 jun. 2017. Disponível em: <https://sindiproladuel.org.br/o-que-e-o-sistema-rh-meta-4-e-o-que-esta-em-disputa/>. Acesso em: 13 mai. 2022.

SINDIPROL/ADUEL. Carta de Londrina. *In: O que é o Sistema META4 e o que está em disputa?* Londrina, 12 jun. 2017a. Disponível em: <https://sindiproladuel.org.br/o-que-e-o-sistema-rh-meta-4-e-o-que-esta-em-disputa/>. Acesso em: 30 jun. 2022.

SINDIPROL/ADUEL. **Comitê Estadual reúne com SETI para discutir TIDE e META4.** Londrina, 09 ago. 2017b. Disponível em: <https://sindiproladuel.org.br/comite-estadual-reune-com-seti-para-discutir-tide-e-meta-4/>. Acesso em: 27 jun. 2022.

SINDIPROL/ADUEL. **Manifestação de sindicatos sobre o veto da Lei do TIDE.** Londrina, 03 ago. 2018a. Disponível em: <https://sindiproladuel.org.br/tide-aco-es-do-sindicato/>. Acesso em: 09 jul. 2022.

SINDIPROL/ADUEL. **ALEP sanciona Lei do TIDE docente.** Londrina, 22 ago. 2018b. Disponível em: <https://sindiproladuel.org.br/alep-sanciona-lei-do-tide-docente/>. Acesso em: 28 jun. 2022.

SINDIPROL/ADUEL. **Jornal do SINDIPROL/ADUEL.** Londrina, mar. 2022. Disponível em: <https://sindiproladuel.org.br/wp-content/uploads/2022/03/jornal-do-sindiproladuel-mar-de-2022.pdf>. Acesso em: 21 set. 2022a.

SINDIPROL/ADUEL. **Assuel e Sindiprol/Aduel organizam audiência pública sobre a LGU e a crise na UEL.** Londrina, 23 mar. 2022b. Disponível em: <https://sindiproladuel.org.br/assuel-e-sindiprol-aduel-organizam-audiencia-publica-sobre-a-lgu-e-a-crise-na-uel-confira-como-foi-a-atividade/>. Acesso em: 13 set. 2022.

SINDIPROL/ADUEL. **Ratinho Jr. enrola, engana e mantém o arrocho salarial para o funcionalismo público.** Londrina, 01 jul. 2022c. Disponível em: <https://sindiproladuel.org.br/ratinho-jr-enrola-engana-e-mantem-o-arrocho-salarial-para-o-funcionalismo-publico/>. Acesso em: 16 ago. 2022.

SINDUEPG. Ponta Grossa. **Ata da Assembleia Geral Extraordinária do SINDUEPG,** realizada no dia 12 dez. 2002.

SINDUEPG. **Beto Richa não pagará o 1/3 de férias de dezembro.** Ponta Grossa, 18 dez. 2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/sinduepg/photos/a.1549152348690086/1549152382023416/>. Acesso em: 06 jul. 2022.

SINDUEPG. **Comando de Greve docente convoca assembleia.** Ponta Grossa, 27 fev. 2015a. Disponível em: <https://www.facebook.com/sinduepg/posts/1563848603887127>. Acesso em: 06 jul. 2022.

SINDUEPG. **Greve docente conquista avanço na pauta de reivindicações.** Ponta Grossa, 11 mar. 2015b. Disponível em: <https://sinduepg.com.br/noticias/greve-docente-conquista-avanco-na-pauta-de-reivindicacoes..> Acesso em: 29 jun. 2022.

SINDUEPG. **Avaliação do Comando de Greve Docente acerca do movimento das IEES do Paraná.** Ponta Grossa, 13 mar. 2015c. Disponível em: <https://www.facebook.com/sinduepg/posts/1571339333138054>. Acesso em: 29 jun. 2022.

SINDUEPG. **SINDUEPG repudia atitude do governo do estado em atacar manifestantes.** Ponta Grossa, 30 abr. 2015d. Disponível em: <https://www.facebook.com/sinduepg/posts/pfbid0RbapyZQBr3RBiVJfYMpjZZV9MCpHFDtkg5yLiB4mRv1Fc22s6L9tw8asW9hJ7fhml>. Acesso em: 30 jun. 2022.

SINDUEPG. **Docentes da UEPG votam pela suspensão da greve e manutenção do estado de greve.** Ponta Grossa, 25 jun. 2015e. Disponível em <https://www.facebook.com/sinduepg/photos/a.1549152348690086/1619210918350895>. Acesso em: 30 jun. 2022.

SINDUEPG. **Nota pública sobre o corte pela metade da verba de custeio.** Ponta Grossa, 22 fev. 2016a. Disponível em: <https://sinduepg.com.br/noticias/nota-publica-sobre-o-corte-pela-metade-da-verba-de-custeio>. Acesso em: 22 jun. 2022.

SINDUEPG. **Docentes aprovam greve na UEPG.** Ponta Grossa, 06 out. 2016b. Disponível em: <https://sinduepg.com.br/noticias/docentes-aprovam-greve-na-uepg>. Acesso em: 22 jun. 2022.

SINDUEPG. **Nota do Comando de Greve sobre a Liminar de Reintegração de Posse da Reitoria da UEPG.** Ponta Grossa, 21 out. 2016c. Disponível em: <https://sinduepg.com.br/noticias/nota-do-comando-de-greve-sobre-a-liminar-de-reintegracao-de-posse-da-reitoria-da-uepg>. Acesso em: 22 jun. 2022.

SINDUEPG. **ALEP ignora pedido dos servidores públicos e aprova o calote de Beto Richa.** Ponta Grossa, 23 nov. 2016d. Disponível em: <https://sinduepg.com.br/noticias/alep-ignora-pedido-dos-servidores-publicos-e-aprova-o-calote-de-beto-richa>. Acesso em: 06 jul. 2022.

SINDUEPG. **Decisão do TCE sobre o TIDE reforça o plano do governo para o desmonte da carreira docente nas Universidades Públicas do Paraná.** Ponta Grossa, 31 jul. 2017a. Acesso: <https://sinduepg.com.br/noticias/decisao-do-tce-sobre-o-tide-reforca-o-plano-do-governo-para-o-desmonte-da-carreira-docente-nas-universidades-publicas-do-parana>. Acesso em: 27 jun. 2022.

SINDUEPG. **Postagem do Facebook sobre reunião com liderança da ALEP.** Ponta Grossa, 24 out. 2017b. Disponível em:

<https://www.facebook.com/sinduepg/posts/pfbid02eDjMJuMvvVQNNr9sGfk4c1CucBjXWAtNHWQkpvmYibBLiqhLPuhxnVsiWUdVnuxFI>. Acesso em: 06 jul. 2022.

SINDUEPG. **CARAVANA SINDUEPG** - ALEP em 24 de outubro de 2017. Ponta Grossa, 25 out. 2017c. Disponível em:

<https://www.facebook.com/sinduepg/videos/2010366785901971>. Acesso em: 06 jul. 2022.

SINDUEPG. **Projeto do TIDE será votado na ALEP nas próximas semanas.**

Ponta Grossa, 20 jun. 2018a. Disponível em:

<https://sinduepg.com.br/noticias/projeto-do-tide-sera-votado-na-alep-nas-proximas-semanas>. Acesso em: 27 jun. 2022.

SINDUEPG. **Regime de trabalho ou gratificação: impasse permanece.**

Ponta Grossa, 17 jul. 2018b. Disponível em: <https://sinduepg.com.br/noticias/regime-de-trabalho-ou-gratificacao--impasse-permanece> Acesso em: 28 jun. 2022.

SINDUEPG. **SINDUEPG decide por manter os vetos da Lei do TIDE.**

Ponta Grossa, 05 ago. 2018c. Disponível em: <https://sinduepg.com.br/noticias/sinduepg-decide-por-manter-os-vetos-da-lei-do-tide>. Acesso em: 28 jun. 2022.

SINDUEPG. **Lei do TIDE:** Deputados derrubam vetos da Governadora Cida

Borghetti. (Descrição do vídeo). Ponta Grossa, 17 ago. 2018d. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=FkXEHtnFINg>. Acesso em: 28 jun. 2022.

SINDUEPG. **Seminário Sindical Estadual sobre LGU rechaça proposta de**

Ratinho Junior para universidades do Paraná. Notícias, Ponta Grossa, 05 ago.

2019a. Disponível em: <https://sinduepg.com.br/noticias/seminario-sindical-estadual-sobre-lgu-rechaca-proposta-de-ratinho-junior-para-universidades-do-parana>. Acesso em: 22 fev. 2022.

SINDUEPG. **Análise preliminar da segunda versão da proposta de projeto de Lei Geral das Universidades do Estado do Paraná.** Análise jurídica: Rodrigues & Oliveira advogados associados. Ponta Grossa, 14 ago. 2019b. Disponível em:

<https://sinduepg.com.br/Public/documentos/9006a4198cafc40dc1ab4a43def89afd.pdf?fbclid=IwAR3xPjBenlhwh-gmSbQdRZqk6sadqFy7jrjuxy9uauDymIJBDOOHwgceJc>.

Acesso em: 26 mai. 2022.

SINDUNEPAR. **Sobre o Termo de Compromisso do Governo Estadual.**

Paranavaí, 18 jun. 2015a. Disponível em: <https://sindunespar.org.br/noticias/sobre-o-termo-de-compromisso-do-governo-estadual/>. Acesso em: 16 set. 2022.

SINDUNEPAR. **Nota Comando Estadual de Greve:** O que perdemos e o que

ganhamos. Paranavaí, 23 jun. 2015b. Disponível em:

<https://sindunespar.org.br/todos/o-que-perdemos-e-o-que-ganhamos/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

SINDUNEPAR. **Conquista de lutas:** TIDE é reconhecido como regime de trabalho em novo acórdão do TCE-PR. Paranavaí, 12 jun. 2020. Disponível em:

<https://sindunespar.org.br/todos/conquista-de-lutas-tide-e-reconhecido-como-regime-de-trabalho-em-novo-acordao-do-tce-pr/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

SINPRO LONDRINA & NORTE PR. **Histórico.** Disponível em:

<https://www.sinprolondrina.com.br/historico/> Acesso em: 03 fev. 2022.

SOARES, Laura Tavares. **Os Custos Sociais do Ajuste Neoliberal na América Latina**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUZA, Silmara Eliane de. **A Gestão Educacional no Paraná (2011-2013)**. 2013. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2013.

SOUZA, Alice Ribeiro de. **O Processo Administrativo do Concurso Público**. 2011. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Direito) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

SOUZA, José Geraldo de. Evolução Histórica da Universidade Brasileira: abordagens preliminares. **Revista da Faculdade de Educação**, PUCCAMP, Campinas, v.1, n.1, p.42-58, Agosto/1996.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. **A Desigualdade vista do topo: concentração de renda entre ricos no Brasil, 1926-2013**. 2016. Tese (Programa de Pós Graduação em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

TAVARES, Camila Quesada. MASSUCHIN, Michele Goulart. A cobertura da greve do Paraná pelas redes sociais: uma análise do conteúdo publicado pela página da Gazeta do Povo no Facebook. *In*: GADINI, Sérgio Luiz (Org.). **Coberturas jornalísticas (de)marcadas – a greve dos professores na mídia paranaense em 2015**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015.

TAVARES, Tais Moura. **Gestão Pública do Sistema de Ensino no Paraná (1995-2002)**. 2004. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

THOMPSON, Edward P. **A Formação da Classe Operária Inglesa – a árvore da liberdade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v.1, 1987a.

THOMSON, João Carlos. Entrevista. **Nosso Jornal**, Londrina, ano 1, n. 1, p. 3, jun. 1981. Disponível em: <https://sindiproladuel.org.br/wp-content/uploads/2018/05/81-6.pdf> Acesso em: 03 fev. 2022.

TONEGUTTI, Claudio Antonio. MARTINEZ, Milena. O REUNI e a Precarização nas IFES. **Universidade e Sociedade**. DF, ano XVII, nº 41, janeiro de 2008.

TRAIANO, Ademar. **Base governista ignora batalha campal e aprova lei da previdência**. Curitiba, 29 de abril de 2015. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/base-governista-ignora-batalha-campal-e-aprova-lei-da-previdencia-d15cdzrbokqzkzwm16mya59rw/>. Acesso em: 14 mai. 2022.

TRINDADE & ARZENO. Assessoria Jurídica. **Análise do substitutivo geral ao PL nº 362/2018 e seus respectivos vetos**. Curitiba, 2018. Disponível em: <https://sinduepg.com.br/Public/documentos/3babf61bf1f566bd9ba742424bf7d201.pdf> . Acesso em: 28 jun. 2022.

TRINDADE & ARZENO. Assessoria Jurídica. **Tribunal de Contas do Estado revisa entendimento e afirma que o TIDE se configura como Regime de Trabalho e, portanto, deve ser incorporado integralmente aos proventos de aposentadoria**. Curitiba, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/37qw08Y>. Acesso em: 06 jul. 2022.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2007.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. **Classe Média, Situação de Trabalho e Comportamento Sindical**: o caso dos comerciários de São Paulo. 1994. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciência Política) – Universidade de Campinas, Campinas, 1994.

TURATO, Egberto Ribeiro. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa** – construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. 6. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

UEL. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Estatuto da Universidade Estadual de Londrina. Aprovado pelo Conselho Universitário em 2004.**

Disponível em:

http://www.uel.br/proplan/novo/pages/arquivos/pdf/estatuto_compilado.pdf. Acesso em: 19 mar. 2022.

UEL. Agência UEL de Notícias. **UEL manifesta repúdio às imagens que associam estudantes a black blocs**. Londrina, 05 mai. 2015. Disponível em:

http://www.uel.br/com/agenciaueldenoticias/index.php?arq=ARQ_not&FWS_Ano_Edicao=1&FWS_N_Edicao=1&FWS_N_Texto=21009&FWS_Cod_Categoria=2%3E.

Acesso em: 30 jun. 2022.

UEL. Agência UEL de Notícias. **Compromissos da Reitoria para o fim das ocupações**. Londrina, 11 nov. 2016. Disponível em:

http://www.uel.br/com/agenciaueldenoticias/index.php?arq=ARQ_not&FWS_Ano_Edicao=1&FWS_N_Edicao=1&FWS_N_Texto=23886&FWS_Cod_Categoria=2. Acesso em: 22 jun. 2022.

UEL. Pró-Reitoria de Recursos Humanos. **Quantitativo de servidores da UEL informações referentes à 02/2022**. Disponível em:

<http://www.uel.br/prorh/?content=carreira/quantitativo.php>. Acesso em: 23 fev. 2022.

UEM. Conselho Universitário. Resolução nº 001/99-COU. **Aprova documento referente à proposta de "Autonomia das IES"**. Disponível em:

<http://www.scs.uem.br/1999/cou/001cou99.htm>. Acesso em: 19 mar. 2022.

UEM. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Estatuto da Universidade Estadual de Maringá**. Aprovado pelo Conselho Universitário em 2008. Disponível em: http://www.scs.uem.br/estatuto_uem.pdf. Acesso em: 31 ago. 2022.

UEM. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. **Base de dados 2021**: ano base 2020. Maringá: UEM-PLD, 2021. Disponível em:

<http://www.pld.uem.br/diretorias/dpo/Ini-1/imagens-arquivos/base-2020-2021-v3.pdf>.

Acesso em: 17 fev. 2022.

UENP. UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ. **Regimento Geral da Universidade Estadual do Norte do Paraná. Aprovado pelo Conselho Universitário em 2008 (a)**. Disponível em: <https://uenp.edu.br/publicacoes-oficiais-uenp/link-doc-gabinete/gabinete-legislacao/66-regimento-da-uenp/file>.

Acesso em: 20 mar. 2022.

UENP. UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ. **Estatuto da Universidade Estadual do Norte do Paraná. Aprovado pelo Conselho Universitário em 2008 (b)**. Disponível em: <https://uenp.edu.br/publicacoes-oficiais-uenp/link-doc-gabinete/gabinete-legislacao/67-estatuto-uenp/file>.

Acesso em: 20 mar. 2022.

UENP. **Conselhos Universitários se Posicionam contra o Meta-4.** Paranavaí, 15 mai. 2017. Disponível em: <https://uenp.edu.br/noticias/item/1778-conselhos-universitarios-se-posicionam-contra-o-meta-4>. Acesso em: 19 mar. 2022.

UENP. **Conheça os Programas e Projetos de Extensão da UENP.** Paranavaí, 14 jun. 2022. Disponível em: <https://uenp.edu.br/programas-projetos-extensao>. Acesso em: 09 mar. 2022.

UEPG. **SINDUEPG: sobre o termo de compromisso do governo estadual.** Assessoria de Imprensa, Ponta Grossa, 18 jun. 2015. Disponível em: <https://portal.uepg.br/noticias.php?id=7684>. Acesso em: 16 set. 2022.

UEPG. **UEPG pede reintegração de posse do prédio da Reitoria.** Ponta Grossa, 20 out. 2016. Disponível em: <https://portal.uepg.br/noticias.php?id=9894>. Acesso em: 22 jun. 2022.

UEPG. **APIESP – nota oficial.** Ponta Grossa, 07 jun. 2017. <https://portal.uepg.br/noticias.php?id=10798> Acesso em: 28 jun. 2022.

UEPG. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **Estatuto da Universidade Estadual de Ponta Grossa.** Aprovado pelo Conselho Universitário em 2018(a). Disponível em: https://www.uepg.br/uepg_estat_regim/EstatutoeRegimento.pdf. Acesso em: 18 mar. 2022.

UEPG. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **Regimento Geral da Universidade Estadual de Ponta Grossa.** Aprovado pelo Conselho Universitário em 2018(b). Disponível em: https://www.uepg.br/uepg_estat_regim/EstatutoeRegimento.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

UEPG. **Assembleia aprova projeto que regulamenta o TIDE.** Ponta Grossa, 04 jul. 2018c. Disponível em: <https://portal.uepg.br/noticias.php?id=12991>. Acesso em: 27 jun. 2022.

UNESPAR. UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ. **Estatuto da Universidade Estadual do Paraná. Aprovado pelo Conselho Universitário em 2014.** Disponível em: https://www.unespar.edu.br/a_unespar/institucional/documentos_institucionais/1-estatuto-da-unespar/view. Acesso em: 20 mar. 2022.

UNESPAR. **Relatório Anual de Atividades Acadêmicas e Administrativas da UNESPAR** (junho de 2015 – junho de 2016). Paranavaí: UNESPAR, dez. 2016. Disponível em: https://www.unespar.edu.br/a_unespar/institucional/documentos_institucionais/relatorio-cee-2015-2016. Acesso em: 16 fev. 2022.

UNESPAR. **Introdução.** Disponível em: https://www.unespar.edu.br/a_unespar/introducao. Acesso em: 17 fev. 2022.

UNICENTRO. UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE DO PARANÁ. **Estatuto da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná. Aprovado pelo Conselho Universitário em 2006.** Disponível em: <https://transparencia.unicentro.br/wp-content/uploads/2012/06/Estatuto-da-Unicentro.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2022.

- UNICENTRO. **História da Unicentro**. Disponível em: <https://www3.unicentro.br/sobre/historia/> Acesso em: 11 fev. 2022.
- UNICENTRO. Pró-reitoria de Planejamento. **Anuário Estatístico da UNICENTRO 2019**. Guarapuava: UNICENTRO, 2019. Disponível em: <https://www3.unicentro.br/anuario/> Acesso em: 15 fev. 2022.
- UNIOESTE. UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ. **Estatuto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Aprovado pelo Conselho Universitário em 1999**. Disponível em: <https://midas.unioeste.br/sgav/arqVrtConteudo/download?arqCntCodigo=2878>. Acesso em: 19 mar. 2022.
- UNIOESTE. Conselho Universitário da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. **Resolução nº 003/2017-COU, de 23 de março de 2017**. Disponível em: <https://midas.unioeste.br/sgav/arqvirtual#/detalhes/?arqVrtCdq=8986> Acesso em: 12 mai. 2022.
- UNIOESTE. Pró-reitoria de Planejamento. **Boletim de Dados 2020** ano base 2019. Cascavel: UNIOESTE, 2020. Disponível em: <https://www.unioeste.br/portal/divisao-de-informacao/boletim-de-dados> Acesso: 09 fev. 2022.
- VAZ, Marta Rosani Taras. **Sindicalismo Docente e as Particularidades Organizativas, Ideológicas e Reivindicativas do Magistério Público Municipal**. 2020. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.
- VERGARA, Alcides José Sanches. **Ação sindical do movimento docente universitário: 1982/2002**. 2003. Dissertação (Programa de pós graduação de sociologia) – UFRGS, Porto Alegre, 2003.
- VERGARA, Alcides José Sanches. As greves de 2000/2002 e os desafios atuais do movimento docente. *In: Revista do SINDIPROL/ADUEL: memórias da greve (2000/2002)*. Londrina, agosto de 2012.
- VERGARA, Sylvia Constant. Autonomia da Universidade e a Nova República. **Fórum Educacional**, Rio de Janeiro, v.2, n.12, p.68-94, abr/jun. 1988.
- VIANNA, Luiz Werneck. **Prefácio**. *In: CARDOSO, Adalberto Moreira. A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 4 jul. 2022.
- WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.
- WEBER, Max. A 'objetividade' do conhecimento na ciência social e na ciência política. *In: OLIVEIRA, Paulo de Salles (Org.). Metodologia das ciências humanas*. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 81-137.
- XAVIER, Cintia. Lei do TIDE é promulgada no Paraná. **INFORMANDES**, informativo nº 86, setembro de 2018. Brasília (DF), 2018. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/b210689f6fd0a9f340de376c24e5d1c4_1546627217.pdf. Acesso em: 11 mai. 2022.

**APÊNDICE A – MATERIAL DAS ENTREVISTAS RELATIVAS AO PERÍODO BETO RICHÁ
(TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO E O ROTEIRO DAS
ENTREVISTAS)**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você _____,
está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **O SINDICALISMO DOCENTE NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ: UMA ANÁLISE DO PERÍODO 2011-2018**, tendo como pesquisador responsável o doutorando Peterson Alexandre Marino. A orientadora da pesquisa é a Professora Dra. Silvana Souza Netto Mandalozzo, da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

O objetivo da pesquisa é analisar o ensino superior público do Estado do Paraná, 2011-2018, tendo por enfoque as tensões entre governo estadual e o sindicalismo docente das IEES.

A sua participação no estudo será de conceder entrevista, em data e local previamente estabelecidos, por meio de um roteiro de perguntas semiestruturado, sendo que as entrevistas serão gravadas e transcritas na sequência. **Todos os dados pessoais têm o devido sigilo garantido, em nenhum momento será divulgado(a) sua identidade.** As informações coletadas serão utilizadas para a realização da referida pesquisa, que resultará em um texto científico, tese de doutorado, além de artigos advindos desta mesma pesquisa. Após as análises você será informado(a) dos resultados.

Sua participação é voluntária, portanto, não receberá recompensa ou gratificação nem pagará para participar. Será garantido o livre acesso a todas as informações e retirada de dúvidas sobre o estudo, enfim, tudo o que você queira saber antes, durante e depois da participação na pesquisa. Você poderá deixar de participar do estudo a qualquer momento, sem apresentar justificativas, tendo também todas as dúvidas esclarecidas sobre a sua participação.

Os possíveis riscos ou desconfortos decorrentes da participação na pesquisa são o tempo de resposta à entrevista e mobilização de sentimentos presentes no cotidiano dos entrevistados. Contudo, o sujeito tem o direito de recusar-se a participar de qualquer etapa, caso sinta-se em situação incômoda. Reforça-se que a pesquisa manterá o sigilo e o caráter confidencial das informações, zelando pela privacidade do entrevistado e garantindo que sua identificação não será exposta nas conclusões ou publicações.

Os possíveis benefícios decorrentes da participação na pesquisa é a contribuição para a realização do trabalho de tese de doutorado que, dentre outras finalidades, busca contribuir com a história do sindicalismo docente do ensino superior no Estado do Paraná.

O presente termo, será assinado em duas cópias de igual teor, sendo uma para os pesquisadores e outra para o(a) participante.

Em caso de dúvidas, você tem a garantia de receber resposta a qualquer pergunta e esclarecimento a qualquer dúvida acerca de assuntos relacionados com a pesquisa. Nesse caso, basta entrar em contato com qualquer um dos membros da pesquisa ou com a Comissão de Ética em Pesquisa da UEPG:

Peterson Alexandre Marino

E-mail: petersonmarino@hotmail.com

Telefone: (42) 98406 5399

Orientadora: Professora Dra. Souza Netto Mandalozzo

E-mail: smandalozzo@uol.com.br

Telefone: (42) 3220-3397 – Departamento de Direito/UEPG

Comitê de Ética em Pesquisa

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Campus Uvaranas, Av. General Carlos Cavalcanti, nº4748, Bloco M, sala 100.

Telefone: (42) 3220-3108.

_____, _____ de _____ de 2021.

Assinatura do Convidado para a pesquisa

Pesquisador responsável

Orientadora

ROTEIRO DE ENTREVISTA (PERÍODO RICHIA)**BLOCO 1****Caracterização do entrevistado(a)**

1.1 Universidade a qual está atualmente vinculado(a):

- UEL UEPG UEM
 UNIOESTE UNESPAR UNICENTRO UENP

Campus: _____

1.2 Em que ano foi admitido na universidade acima assinalada: _____

1.3 Qual é o seu regime de trabalho nessa universidade: efetivo temporário

1.4 Seção sindical a qual está atualmente filiado(a)

- SINDPROL/ADUEL SINDUEPG SESDUEM
 ADUNIOESTE ADUNESPAR ADUNICENTRO

1.5 Em que ano se filiou na seção sindical acima assinalada: _____

1.6 Já foi filiado a outro sindicato docente? Qual foi o contexto?

1.7 Já foi (ou é) filiado junto ao sindicato misto da universidade que atua?

1.8 Na época de estudante na secundarista/graduação, você participava do movimento estudantil?

- Não
 Sim. Poderia nos contar brevemente a experiência?

1.9 Qual foi o contexto detalhado da **sua inserção** no movimento docente do ensino superior?

1.10 Você faz parte de algum partido político ou alguma tendência política?

BLOCO 2**Reflexões sobre a universidade pública, sindicalismo docente nas IEES paranaenses e o período Beto Richa**

2.1 Diante do cenário político-econômico dos últimos 20/30 anos (de busca pela retração do papel do Estado nas políticas sociais), na sua opinião, qual é o risco hoje que a universidade pública (gratuita e de qualidade) corre?

2.2 A seu ver, os movimentos de docentes e de funcionários estão conseguindo barrar as reformas/mudanças no ensino superior e nas universidades paranaenses?

2.3 Na sua visão, o professor do ensino superior se reconhece como um trabalhador assalariado? De que modo essa questão (identidade) ajuda/atrapalha o processo de envolvimento político-sindical desses sujeitos nas universidades paranaenses?

2.4 Na sua opinião, quais são as maiores dificuldades para a mobilização da sua categoria?

2.5 De que modo uma configuração de trabalho docente baseada na pressão pelo produtivismo acadêmico, desvio/acúmulo de funções, perdas de direitos, dentre outras questões, vem causando o adoecimento de professores(as) e o desestímulo à participação coletiva/sindical?

2.6 Qual é para você a importância de uma carreira docente estruturada*, estável no interior das universidades públicas paranaenses?

**com acesso a direitos, benefícios, progressões e estabilidade*

2.7 Como você avalia a retração de concursos públicos e o aumento da contratação de professores temporários no interior das IEES paranaenses? De que modo isso precariza o trabalho docente e as atividades da universidade?

2.8 Quais as principais semelhanças e diferenças entre o sindicalismo misto e o sindicalismo docente (seção sindical) da sua universidade?

2.9 Existem (na sua visão) fortes embates políticos e/ou diferenças na concepção de sindicato que, por vezes, impedem ações conjuntas/articuladas entre estes sindicatos?

2.10 Pensando o sistema ensino superior público paranaense, qual avaliação você faz sobre o período que contempla as duas gestões de ex-governador Richa? (Justifique)

2.11 Quais foram, a seu ver, os principais avanços e retrocessos da universidade pública paranaense no período em questão?

2.12 Quais os principais impactos à carreira e ao trabalho docente no período Richa? (questão TIDE, reajuste salarial, etc)

2.13 Você tem condições de explicitar quais foram as principais formas de resistência/enfrentamento do sindicalismo docente das IEES/PR nesse período?

2.14 As ações das seções sindicais das IEES/PR nesse período foram coordenadas/articuladas entre si ou individualizadas (cada seção atuava a partir do que entendia ser prioridade no momento)?

2.15 Como se deu a articulação do sindicalismo docente das IEES com os demais movimentos organizados dos servidores estaduais (FES, APP-Sindicato, Frente Parlamentar, APIESP, etc)? Sua seção sindical, nesse período, fazia parte do FES?

2.16 Qual a sua análise sobre o episódio de violência policial que aconteceu em frente à ALEP no dia 29 de abril de 2015?

2.17 Como você avalia a proposta da LGU?

2.18 Qual o futuro do sindicalismo docente frente ao cenário que se desenha com essa Lei?

Outras informações que queira explicitar e que não foram contempladas nesta entrevista.

APÊNDICE B – MATERIAL DAS ENTREVISTAS RELATIVAS AO PRINCÍPIO DE ORGANIZAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DOCENTES NO ESTADO DO PARANÁ (TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO E O ROTEIRO DAS ENTREVISTAS)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (COM IDENTIFICAÇÃO)

Você _____,
está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **O SINDICALISMO DOCENTE NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ: UMA ANÁLISE DO PERÍODO 2011-2018**, tendo como pesquisador responsável o doutorando Peterson Alexandre Marino. A orientadora da pesquisa é a Professora Dra. Silvana Souza Netto Mandalozzo, da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

O objetivo da pesquisa é analisar o ensino superior público do Estado do Paraná, 2011-2018, tendo por enfoque as tensões entre governo estadual e o sindicalismo docente das IEES.

A sua participação no estudo será de conceder entrevista, em data e local previamente estabelecidos, por meio de um roteiro de perguntas semiestruturado, sendo que as entrevistas serão gravadas e transcritas na sequência. **Propõe-se que para essa entrevista o seu nome seja divulgado, porém isso só ocorrerá mediante a sua autorização expressa nesse documento.** As informações coletadas serão utilizadas para a realização da referida pesquisa, que resultará em um texto científico, tese de doutorado, além de artigos advindos desta mesma pesquisa. Após as análises você será informado(a) dos resultados.

Sua participação é voluntária, portanto, não receberá recompensa ou gratificação nem pagará para participar. Será garantido o livre acesso a todas as informações e retirada de dúvidas sobre o estudo, enfim, tudo o que você queira saber antes, durante e depois da participação na pesquisa. Você poderá deixar de participar do estudo a qualquer momento, sem apresentar justificativas, tendo também todas as dúvidas esclarecidas sobre a sua participação.

Os possíveis riscos ou desconfortos decorrentes da participação na pesquisa são o tempo de resposta à entrevista e mobilização de sentimentos presentes no cotidiano dos entrevistados. Contudo, o sujeito tem o direito de recusar-se a participar de qualquer etapa, caso sinta-se em situação incômoda. Reforça-se que a pesquisa manterá o sigilo e o caráter confidencial das informações, porém, na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome será citado.

Os possíveis benefícios decorrentes da participação na pesquisa é a contribuição para a realização do trabalho de tese de doutorado que, dentre outras

finalidades, busca contribuir com a história do sindicalismo docente do ensino superior no Estado do Paraná.

O presente termo, será assinado em duas cópias de igual teor, sendo uma para os pesquisadores e outra para o(a) participante.

Em caso de dúvidas, você tem a garantia de receber resposta a qualquer pergunta e esclarecimento a qualquer dúvida acerca de assuntos relacionados com a pesquisa. Nesse caso, basta entrar em contato com qualquer um dos membros da pesquisa ou com a Comissão de Ética em Pesquisa da UEPG:

Peterson Alexandre Marino

E-mail: petersonmarino@hotmail.com

Telefone: (42) 98406 5399

Orientadora: Professora Dra. Souza Netto Mandalozzo

E-mail: smandalozzo@uol.com.br

Telefone: (42) 3220-3397 – Departamento de Direito/UEPG

Comitê de Ética em Pesquisa

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Campus Uvaranas, Av. General Carlos Cavalcanti, nº4748, Bloco M, sala 100.

Telefone: (42) 3220-3108.

_____, _____ de _____ de 2021.

Assinatura do Convidado para a pesquisa

Pesquisador responsável

Orientadora

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Próprio para professores/as que fizeram parte dos movimentos de fundação:

Professora(a) na ativa ou aposentado: _____

1. Universidade a qual era vinculado:

- () UEL () UEPG () UEM () UENP
() UNIOESTE () UNESPAR () UNICENTRO

Campus: _____

2. Como foi que surgiu a ideia de fundação da Associação Docente na Faculdade ou Universidade em que você trabalhava?

3. Quais eram as razões, na época, para a criação da associação docente (sindicato)?

4. Você fazia, na época, parte de algum partido político ou alguma tendência política?

5. Havia alguma tendência político-partidária junto a esse movimento de fundação?

6. Descreva com o máximo de detalhes possível quais foram as etapas e passos para a criação da associação docente (sindicato).

7. Houve algum tipo de empecilho nesse movimento de fundação?

8. Havia algum tipo de articulação/contato com o movimento docente das outras universidades estaduais do Paraná?

9. Qual foi o posicionamento da Reitoria acerca dessa organização?

10. Como foi o processo de transformação do sindicato em seção sindical do ANDES-SN? Havia consenso entre os sindicalizados sobre essa filiação?

11. Como você avalia o sindicalismo docente das IEES do Paraná hoje e quais os desafios que se colocam no futuro?

12. Outras informações que queira explicitar e que não foram contempladas nesta entrevista.

APÊNDICE C – SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES JUNTO ÀS SEÇÕES SINDICAIS

SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES JUNTO ÀS SEÇÕES SINDICAIS DAS IEES

Ponta Grossa, 18 de junho de 2021

Senhor(a) Diretor(a),

Meu nome é Peterson Marino, sou sindicalista (SINDUEPG), professor efetivo da UEPG e aluno do 3º ano do curso de doutorado em Ciências Sociais Aplicadas da mesma universidade. Estudo um objeto de pesquisa versa sobre as seções sindicais docentes das Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES/PR) no contexto da gestão do ex-governador Beto Richa (2011-2018).

A proposta da pesquisa (que já passou pela aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa) tem dentre os objetivos resgatar os caminhos do sindicalismo docente do ensino superior no Paraná sendo que, para tanto, necessita de informações próprias de cada uma das seções sindicais a fim de que a pesquisa apresente as especificidades de cada entidade sindical das IEES/PR.

Gostaríamos de contar com a vossa contribuição no sentido do retorno **mais breve possível** das seguintes informações/documentos dessa seção sindical:

- número de filiados (série histórica) dos últimos 5 anos (a fim de avaliar se houve aumento/redução dos filiados). Se não for possível, trazer apenas a informação atual sobre o número de filiados;
 - detalhamento/estratificação das informações sobre os que estão filiados atualmente: 2021 (quantos são efetivos/temporários; sexo; a quais departamentos são oriundos) *obs. Não é necessário enviar os nomes, apenas os dados quantitativos acima solicitados;
 - média quantitativa de presença nas últimas 5 assembleias ordinárias;
 - se filia prof. aposentados (se sim, qual o número de filiados nessa condição atualmente);
 - valor atual da contribuição mensal junto aos filiados(as);
 - se possui benefícios/convênios médicos-dentista/descontos aos filiados no comércio.
- Gostaríamos ainda, a fim de contextualizar a trajetória histórica da sua seção sindical (antes mesmo de ser uma seção sindical), ter acesso a cópia da ata da reunião/assembleia geral de fundação do sindicato; informações sobre o processo de filiação junto ao ANDES-SN (data e, se possível, cópia da ata assembleia); cópia do **primeiro** Estatuto/Regimento do sindicato.

Nessa mesma preocupação da pesquisa em se dar a devida contextualização histórica que se procura, se for possível nos encaminhar (ou direcionar) sobre qualquer outro material do sindicato (produções próprias como jornais, revistas, boletins) que contenham dados/relatos sobre a criação e os primeiros anos do sindicato.

As informações nos podem ser encaminhadas, de preferência, via email (petersonmarino@hotmail.com). Qualquer esclarecimento basta me procurar: (42) 98406 5399.

Certos da sua colaboração, aguardo retorno.

Atenciosamente.

Prof. Peterson Alexandre Marino
Pesquisador responsável